UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VIVIAN CHIEREGATI COSTA

**Suspensão de garantias na monarquia constitucional
representativa brasileira:**

debates parlamentares, práticas políticas e contestação à ordem

(1824-1842)

Exemplar corrigido

São Paulo

2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Suspensão de garantias na monarquia constitucional
representativa brasileira:**

debates parlamentares, práticas políticas e contestação à ordem
(1824-1842)

Exemplar corrigido

VIVIAN CHIEREGATI COSTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para a obtenção do título de Doutor em História

ORIENTADORA: PROF^a DR^a MONICA DUARTE DANTAS
COORIENTADOR: PROF. DR. SAMUEL RODRIGUES BARBOSA

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C837s Costa, Vivian Chierregati
Suspensão de garantias na monarquia
constitucional representativa brasileira: debates
parlamentares, práticas políticas e contestação à ordem
(1824-1842) / Vivian Chierregati Costa ; orientadora
Monica Duarte Dantas. - São Paulo, 2020.
523 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História do Brasil Império. 2. História do
Direito. 3. Direitos e garantias individuais. 4.
Parlamento. 5. Política. I. Dantas, Monica Duarte,
orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): VIVIAN CHIEREGATI COSTA

Data da defesa: 19/08/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): MONICA DUARTE DANTAS

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 15/10/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

Para a Tereza e o Alê

“amô...”

Sumário

Agradecimentos	07
Resumo	10
Introdução	12
Capítulo 1. Suspensão de garantias: entre a Constituição e a primeira legislatura	33
1.1. Os debates sobre suspensão de garantias e comissões militares na primeira legislatura.....	39
1.2. A suspensão das garantias em Pernambuco e a retomada das pressões sobre o governo	68
1.3. O questionamento à atuação do ministério e a denúncia formal contra o ministro da Guerra.....	96
1.4. O decreto de 31 de outubro de 1829 e os debates sobre a suspensão de garantias no Ceará	136
Capítulo 2. Os primeiros anos da Regência e a recusa à aplicação do §35 do art. 179 (1831-1834).....	154
2.1. Regularizar a suspensão das garantias no novo ordenamento político nacional ..	158
2.2. Agitação política e recusa à suspensão das garantias em 1831	178
2.3. A manutenção dos apelos por “remédios fortes” e as alternativas para o §35 no interior de um novo arranjo institucional (1832-1834).....	209
Capítulo 3. A retomada ao recurso do §35 do art. 179 no país (1835-1837).....	248
3.1. As leis provinciais da Bahia e do Rio de Janeiro	251
3.2. A lei de 22 de setembro de 1835 de repressão à Cabanagem.....	281
3.3. A lei de 11 de outubro de 1836 e a primeira prorrogação das leis de suspensão, em 1837.....	313
Capítulo 4. O desgaste parlamentar da medida de suspensão de garantias: revoltas, rearranjos políticos e reformas legislativas (1838-1841).....	359
4.1. A Sabinada e a lei provincial de 30 de abril de 1838	366
4.2. O Pará e o Rio Grande do Sul em 1838 e o decreto nº 61, de 24 de outubro.....	381
4.3. A suspensão de garantias em xeque: o último decreto do Legislativo nacional ..	418
4.4. Maioridade e Regresso: os últimos decretos do poder Executivo e a Lei de 3 de dezembro de 1841	472
Considerações Finais	492
Fontes.....	509
Bibliografia	513

Agradecimentos

A elaboração de uma tese de doutorado, como todos sabem, é um processo bastante solitário. Para além do pesquisador, no entanto, um conjunto grande de pessoas é normalmente responsável por tornar possível a tarefa. Ainda que algumas dessas pessoas auxiliem diretamente na pesquisa/reflexão/redação da tese, tantas outras, sem qualquer relação imediata com esse processo, oferecem toda a série de suportes de que um doutorando precisa ao longo dos anos.

Minha orientadora, Monica Duarte Dantas, foi das raras pessoas a ocupar lugar central nos dois quesitos. Se, por um lado, tenho certeza de que é a ela que devo, pragmaticamente falando, a realização desse trabalho, seu apoio, incentivo e acolhimento foram fundamentais também para que eu tivesse estofo emocional para levar adiante a empreitada. Pesquisadora e orientadora brilhante, Monica me ensinou tudo que sei sobre o ofício de historiador. Por tantas e tantas vezes ao longo dos quase 14 anos em que nos conhecemos, me pegou literalmente pela mão e voltou ao beabá dos temas ou processos com os quais eu me defrontava, lançando aquela luz fundamental a uma inteligência menos profusa que a sua. Não tenho palavras para agradecê-la por tudo que fez por mim, mas deixo aqui uma singela homenagem e dou-lhe muitos e muitos créditos pelos possíveis bons resultados desse trabalho.

Agradeço ainda a meu co-orientador, Samuel Rodrigues Barbosa, pelas leituras e conversas instigantes que tivemos nos últimos anos, e pelo auxílio em pontos espinhosos da pesquisa, particularmente aqueles relativos à seara do Direito. Juntamente ao Samuel, agradeço ao professor Marcus Carvalho pela participação na minha banca da qualificação, que parece ter ocorrido a tanto tempo atrás, mas que trouxe questionamentos e releituras fundamentais à finalização da tese.

Aos professores e colegas que compõem a *Rede de História do Direito*, agradeço pelos encontros profícuos dos últimos anos e por tudo que pude aprender com vocês.

Agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa que permitiu a realização desta tese.

Gostaria de agradecer também ao grupo de amigos que, para além de dividir comigo a orientação da Monica, esteve presente e me ajudou em diferentes momentos da pesquisa. Julio Cesar Vellozo, Leonardo dos Reis Gandia, Filipe Nicoletti e Marina Garcia de Oliveira. À Marina cabe um agradecimento especial, por ser a amiga

querida e companheira que foi nas aventuras acadêmicas e por ter seguido escutando minhas lamúrias e dividindo comigo sua sabedoria, mesmo após o término da sua tese.

Meus diálogos acadêmicos no período de elaboração dessa tese, devo confessar, foram bastante restritos. Não apenas pelas condições que se impuseram com força nos primeiros anos, em que a pesquisa foi realizada sem bolsa e, portanto, com muito trabalho paralelo, mas também depois, pela chegada da Tereza e pela complexa engenharia que tive de armar para conseguir levar adiante a empreitada, no interior da qual houve pouquíssimo tempo para encontros ou conversas.

A pedra angular do complexo edifício erguido para que eu pudesse trabalhar, seguramente, foi Alexandre Otsuka. Meu companheiro de vida e pai da Tetê. Uma vez mais, me apoiou em tudo, ficou ao meu lado e, mais que isso, foi responsável – ao cuidar de quase todos os bastidores da nossa casa, desde roupa e louça lavadas, passando pelas compras e elaboração das refeições, até os cuidados com a bebê – pelo tempo de que pude dispor para a maturação desse trabalho. Além de tudo isso, ainda aguentou os meus perrengues, meus péssimos humores e riu comigo dos dramas por que passamos ao ter que segurar esse rojão tendo um pequeno furacão em casa.

Nem sei se cabe aqui agradecer à Tereza, por ter chegado junto no meio dessa loucura. Às vezes penso na real sandice que foi a finalização de um doutorado com uma bebê, mas então percebo que, no meio de tudo que vivemos, tivemos acesso ao bem mais precioso que poderíamos desejar nesses seus primeiros 18 meses de vida, tempo de qualidade juntas. E como aproveitamos. Ela foi ainda, sem o saber, o meu bálsamo, a única criaturinha capaz de me fazer esquecer de TUDO e só sentar no chão e brincar e viver vivendo.

Já que pousamos no campo dos afetos, minha família foi um verdadeiro porto seguro ao longo desses anos e, especialmente, dos últimos meses. Sei que sua infinita disposição em ajudar esteve muito mais ligada a poderem passar tempo com a Tereza do que em efetivamente contribuírem comigo para a tese, mas, brincadeiras à parte, eles fizeram ambos. Minha mãe, meu pai, meus sogros, minha irmã, minha cunhada e meus cunhados tiveram, assim, importância ímpar nesse processo. À minha mãe, Alice, minha irmã, Luciana, minha cunhada, Karina, e minha sogra, Cleusa, nunca poderei agradecer o suficiente por tudo que fizeram por mim quando minha filha nasceu, que fique aqui pelo menos um registro público da gratidão eterna que tenho

por vocês. Agradeço ainda àquela que virou família nesse meio tempo, minha comadre querida, Mayra.

Aos amigos de sempre, os amigos da História, agradeço pela companhia (quando foi possível) e por terem sido uma espécie de cola com o mundo nos momentos em que eu quase me enterrei em casa e no trabalho. Sem nem se dar conta, me puxaram pra cima, ou pra fora dessa dinâmica, por várias vezes nos últimos tempos. Laís, Danilo, Victor, Caio, Vadão, Van, Fernando, Rê Cabral, Rê Freitas, Ju, Manu, Kato, Ugo, Anouch super obrigada por tudo. À Laís agradeço especialmente, uma vez mais, pela parceria na vida. À Silvia Correia também agradeço pela amizade e pelo pouso em sua casa durante a pesquisa nos arquivos do Rio de Janeiro.

Aproveito, então, para agradecer aos funcionários dos arquivos e bibliotecas em que pesquisei, ou que frequentei, ao longo da elaboração dessa pesquisa. Também trabalhei em alguns arquivos nesse meio tempo e, por ter permitido que isso acontecesse, agradeço imensamente a Elisabete Marin Ribas, pela confiança e solicitude com que me acolheu em conjunturas difíceis.

Gostaria de agradecer, por fim, a toda a equipe do *Espaço Ekoa* mas principalmente à Di, Jane e Ana Paula, pelo suporte que deram a nossa família ao longo desse ano e pelo acolhimento e amor com que cuidaram da Tetê nas tardes de 2019.

Os anos ao longo dos quais elaborei essa tese foram duríssimos para o Brasil e o mundo. Um período no qual vi meu tema de pesquisa se tornar cada vez mais atual e popular, pelos piores motivos possíveis. 2019 parece ter vindo coroar esse intervalo sombrio, cancelando toda sorte de arbítrios e retrocessos. Dentro de casa, cuidando da Tereza ou desenvolvendo essa pesquisa, me isolei do mundo e por muitas vezes questioneei o sentido de estudar, sem nada *fazer*, processos tão próximos do que vivíamos no país e na América latina. Segui em frente, no entanto, e agora, passados poucos dias do início de 2020, só posso esperar que esse trabalho ganhe vida própria e contribua de alguma forma a reflexões sobre, e para, mundos melhores, para todos.

Resumo

A pesquisa visa a analisar os debates, e implicações, que cercaram o recurso à suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos do Império brasileiro nas primeiras décadas do pós-independência. A Carta de 1824 determinava, em seu artigo 179 – concernente à salvaguarda dos direitos civis e políticos dos cidadãos do país –, parágrafo 35, a possibilidade de dispensa das formalidades que garantiam a liberdade individual, nos casos de rebelião e invasão de inimigos, quando a segurança do Estado exigisse a tomada de semelhante providência. Entre 1824 e 1842, as garantias dos cidadãos do Império foram dispensadas em diferentes localidades afetadas por agitações políticas e movimentos populares de contestação à ordem; tais como a Confederação do Equador, a Guerra da Cisplatina, o Levante dos Malês, a Cabanagem, a Farroupilha, a Sabinada e a Revolta Liberal, dentre outros. Ao longo deste período, a aplicação do dispositivo de suspensão passou por consideráveis alterações, decorrentes das tensões entre o governo e o Parlamento nacional, da aprovação de novas leis restringindo ou estendendo a prerrogativa de recurso ao §35 no país, da utilização de leis militares na repressão a levantes eminentemente civis e, finalmente, da atuação dos diferentes grupos políticos em disputa no processo de formação do Estado brasileiro. A pesquisa centra-se, portanto, na análise da aplicação política do dispositivo de dispensa de garantias constitucionais, bem como dos debates ensejados por sua proposição ou aplicação, de modo a melhor compreender a trajetória por ele traçada entre 1824, quando do primeiro decreto sobre a matéria, e 1842, quando foram baixados os últimos diplomas a dispor sobre a suspensão de garantias no Império do Brasil.

Abstract

The research aims to analyze the suspension of rights in Brazil's representative constitutional monarchy, examining contemporary legislation regarding this issue, as well as its application under specific circumstances, especially when riots and rebellions rattled the country. The Brazilian Charter of 1824 determined the suspension of certain civil rights via its article 179, paragraph 35. The application of this legal clause was, however, limited to circumstances of rebellion, foreign invasions and imminent danger to the State. Between 1824 and 1842, the rights of

Brazilian citizens were suspended in different localities affected by political unrest and popular movements (Confederação do Equador, Guerra da Cisplatina, Revolta de Pinto Madeira, Levante dos Malês, Sabinada, Cabanagem, Farroupilha, Revolta Liberal, among others). Throughout this period, the application of the suspension clause underwent considerable changes, due to tensions between government and Parliament, to the adoption of new laws restricting or extending the prerogative do apply de 35th paragraph, to the use of military laws in the repression of civilian movements and, finally, to parliamentary disputes among different political groups involved in the formation of the Brazilian Nation-State. The research focuses, therefore, on the political implementation of this constitutional clause, as well as on the debates that its proposition or application entails, in order to better evaluate its history between 1824 and 1842, when it was applied for the first and the last time in the Brazilian Empire.

Introdução

Não é por um ato do corpo legislativo que se há de suspender algumas das garantias? Havemos de consentir que continue a executar-se um decreto sanguinário, um decreto tão bárbaro como ainda o mundo não viu? Como suspender todas as garantias do cidadão, quando só se podiam suspender algumas delas? Não diz isso mesmo a Constituição?

Bernardo Pereira de Vasconcelos, 6 de maio de 1829

Foi com esta sequência de interrogações que Bernardo Pereira de Vasconcelos questionou, na sessão da Câmara dos deputados de 6 de maio de 1829, o decreto imperial de 27 de fevereiro do mesmo ano, assinado pelo então ministro da Justiça, Lucio Soares Teixeira de Gouveia. O diploma, aprovado pelo poder Executivo quando do recesso da Assembleia legislativa, suspendia provisoriamente, na província de Pernambuco, as formalidades constitucionais que garantiam a liberdade individual dos cidadãos, “a fim de que se possa proceder, sem elas, contra quaisquer indivíduos complicados naquela rebelião, até que cesse a necessidade urgente desta medida.”¹.

A “rebelião” em causa tivera início nos primeiros dias de fevereiro daquele ano, na localidade de Afogados e, ainda que não tenha resultado em maiores agitações, sua coincidência com uma série de outros fatores considerados dignos de preocupação – dentre eles o fato ter ocorrido em uma província “aonde já por duas vezes se tinha querido estabelecer o sistema democrático”, como justificou o ministro da Justiça –, levou o governo a lançar mão de medidas enérgicas, suspendendo, em acordo com o parágrafo (§) 35 do artigo 179 da Carta de 1824, as garantias constitucionais dos cidadãos pernambucanos.

A deliberação urgente, materializada em dois decretos assinados em 27 de fevereiro, respectivamente pelos ministros da Justiça e da Guerra do país, gerou extensos debates na Câmara dos deputados entre maio e julho de 1829, acusada, por uns, de inconstitucional e desproporcional aos acontecimentos efetivamente transcorridos em Pernambuco, e defendida, por outros, como plenamente necessária e em acordo com as disposições presentes na Carta.

¹ *Coleção das Leis do Império do Brasil (doravante CLIB) de 1829. Parte II.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877; pp. 24-25. Nesta mesma data, 27 de fevereiro de 1829, outros dois Decretos relativos à Província de Pernambuco foram aprovados pelo governo imperial, assinados, desta vez, pelo então Ministro da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares. Tais Decretos estabeleciam, respectivamente, a criação de uma comissão militar em Pernambuco para o julgamento dos comprometidos na rebelião, e a execução imediata das sentenças proferidas por tal comissão, que não precisariam subir, portanto, à “Imperial presença”.

O dispositivo constitucional a que os deputados se referiam na ocasião, regulado pelo §35 do artigo 179 da Carta de 1824 – localizado, por sua vez, no Título VIII da Carta, dedicado à “Garantia dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros” – fixava os casos específicos em que algumas das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos podiam ser dispensadas no país.

Nesse sentido, se o §34 do mesmo artigo 179 fixava que nenhum poder poderia suspender a Constituição no que dizia respeito aos direitos individuais previstos pelo mesmo artigo – dentre os quais estavam a igualdade perante a lei; as liberdades de ir e vir, de religião e de imprensa; a inviolabilidade do lar; o segredo das cartas; a proibição de prisão sem culpa formada; a obrigatoriedade de que as sentenças fossem exaradas por autoridade competente e em virtude de leis anteriores; o direito à fiança; a proibição de comissões especiais; a abolição das penas cruéis e infamantes; e os direitos de propriedade e petição –, o §35 abria exceção aos casos de rebelião, invasão de inimigos e perigo iminente da pátria, quando a segurança do Estado exigisse a tomada de semelhante providência.

Consoante o §35, a efetivação dessa medida ficava reservada ao poder Legislativo, que deveria aprová-la por meio de um ato especial. Não se achando reunida a Assembleia, contudo, e correndo o país perigo iminente, o governo ficava autorizado a exercer a “providência” como medida provisória e indispensável, a ser interrompida assim que finda sua necessidade. Reunida a Assembleia, dizia ainda o parágrafo, cabia ao Executivo remeter aos representantes uma relação motivada das prisões e outras “medidas de prevenção” tomadas no interregno, sendo as autoridades que as tivessem mandado proceder plenamente responsáveis por tais deliberações e pelos abusos eventualmente praticados em seu decurso².

A despeito de prever as circunstâncias em que excepcionalmente se poderia dispensar, no país, algumas das “formalidades” concernentes à liberdade individual, nem o §35, nem qualquer outro artigo da Carta de 1824 fixava a que especificamente se referiam as “formalidades” mencionadas no texto. Ao admitir o recurso à

² Consoante o §35 do art. 179: “Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembleia, e correndo a pátria perigo iminente, poderá o Governo exercer esta mesma providência, como medida provisória, e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remeter à Assembleia, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e d’outras medidas de prevenção tomadas; e quaisquer Autoridades, que tiverem mandado proceder a elas, serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito.”. “Constituição Política do Império do Brasil”. *CLIB de 1824*. Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886; p. 35. Também disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

suspensão de garantias³ pelo poder Executivo e prever que, nesses casos, o governo ficasse obrigado a prestar contas à Assembleia, remetendo uma relação motivada das “prisões e outras medidas de prevenção” tomadas em consequência da medida, o parágrafo sugeria, indiretamente, que a suspensão das “formalidades” garantidoras da liberdade individual se restringia às previsões concernentes à prisão dos cidadãos. Uma vez que o texto constitucional não era explícito nesse sentido, contudo, a extensão das garantias passíveis de suspensão permaneceu em disputa por todo o período em que se recorreu à aplicação do §35 no país, gerando, desde a aprovação da Carta de 1824, um impasse que seguiu candente por muitos anos.

Entre 1824 e 1842, a medida de suspensão de garantias foi aplicada pelos poderes Executivo e Legislativo do país em ao menos dez diferentes circunstâncias consideradas atentatórias à segurança nacional. Dentre elas, grandes sublevações político-sociais como a Confederação do Equador, a Cabanagem, o levante dos Malês, a Sabinada, a Farroupilha e a Revolta Liberal; movimentos de menores proporções e de menor impacto nacional, como a Revolta dos Periquitos (Bahia), a sublevação de Afogados (Pernambuco) e um levante encabeçado por Pinto Madeira no sertão cearense; e, ainda, de maneira preventiva, ante os riscos de uma revolta escrava no Rio de Janeiro, em 1835, e de uma sublevação militar no Ceará, em 1841. Para além das ocasiões de recurso efetivo à medida, no entanto, sua aplicação foi também intentada, porém não concretizada, em ao menos três ocasiões distintas entre 1831 e 1839, sendo aplicada, ainda, por mais de uma vez ao mesmo evento como, por exemplo, na revolta Farroupilha, em que os cidadãos sul rio-grandenses foram mantidos desprovidos de uma parcela de suas garantias constitucionais entre 1836 e 1842, prorrogando-se a medida por cinco vezes ao longo desse intervalo.

Ao longo dos cerca de 20 anos em que o dispositivo regulado pelo §35 do art. 179 foi utilizado no Brasil, sua aplicação passou por mudanças significativas, em parte como resultado de alterações legislativas específicas, como a Lei da Regência de 1831 (que retirou do Executivo a prerrogativa de recorrer à medida) ou o Ato Adicional de 1834 (por meio do qual as Assembleias Legislativas Provinciais passaram a dividir com o centro a faculdade de sua aplicação) e, em parte, como resultado do jogo político imperial. Nesse sentido, ainda que, por todo esse período,

³ Ainda que o §35 do art. 179 prevísse, como vimos, a “suspensão das formalidades que garantem a liberdade individual”, ao nos referirmos a esta medida utilizamos por diversas vezes, ao longo dessa tese, a expressão “suspensão de garantias”, particularmente por ter sido esta a fórmula predominantemente utilizada no período em questão.

não se tenha alterado seu texto ou buscado fixar precisamente seus limites legais – a despeito das inúmeras dúvidas e disputas a rondar sua aplicação –, a alternância dos grupos políticos mais diretamente envolvidos no governo do Império entre o início da Regência, em 1831, e o seu ocaso, em 1840, marcou profundamente o recurso ao §35, intentando ou logrando cercar esse dispositivo de medidas repressivas auxiliares e colocando em pauta o próprio abandono da medida a partir de determinado momento.

Esta pesquisa visou a retratar, assim, o histórico de recurso ao §35 do art. 179 no Império do Brasil, cobrindo o intervalo de 1824 – ano de promulgação da Constituição nacional e dos primeiros decretos de suspensão de garantias – a 1842, quando se recorreu pela última vez a esse dispositivo. Uma vez que os debates parlamentares conformaram nosso principal documento de pesquisa, partimos, efetivamente, das primeiras menções a essa questão na Assembleia nacional, em maio de 1826, chegando até as discussões que, ao longo de 1843, buscaram dar conta dos decretos de suspensão aprovados no ano anterior.

No desenrolar de nossa análise, contemplamos tanto os argumentos mobilizados para embasar a aplicação do §35 – fosse ela proposta pelo Executivo, fosse pelo Legislativo nacional ou provincial –, quanto as avaliações posteriores de seus efeitos, considerados benéficos ou desvantajosos pelos representantes nacionais e pelos órgãos de imprensa do país. Ao retrarmos o percurso de aplicação da suspensão de garantias a partir do Parlamento, privilegiamos o exame das disputas políticas travadas ao redor desse dispositivo nas primeiras décadas do Brasil independente, atentando à forma como a medida foi compreendida, mobilizada e executada em diferentes conjunturas e por diferentes grupos políticos do país.

Nesse sentido, mais do que analisar o modo como essa questão foi distintamente interpretada pelos mesmos indivíduos em diferentes conjunturas – chamando atenção às curiosas mudanças de posicionamento que, em relação a ela, tiveram políticos como Bernardo Pereira de Vasconcelos, Diogo Antonio Feijó, José Clemente Pereira, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Honório Hermeto Carneiro Leão, Francisco Gonçalves Martins, José Martiniano de Alencar, dentre outros –, o exame dos debates sobre a suspensão de garantias revelou a articulação existente entre esse dispositivo e alguns dos pontos chave da organização e institucionalização do regime monárquico constitucional representativo brasileiro. Sua avaliação desvelou, assim, questões concernentes à responsabilidade ministerial e à criação de mecanismos de controle dos atos da administração, ao equilíbrio entre os poderes e às

disputas em torno de diferentes modelos judiciais e governativos para o país, à necessidade de mecanismos de controle social e manutenção da ordem num quadro de revoltas e perturbações que atingiam o conjunto do Império, bem como à fundamental discussão acerca da preservação e ampliação (ou não) dos direitos dos cidadãos brasileiros.

É significativo observar assim, o modo como o mesmo Bernardo Pereira de Vasconcelos que, no início de 1829, como vimos no trecho da epígrafe, questionava abertamente o governo de Pedro I pela amplitude dos decretos de suspensão de garantias aprovados para a província de Pernambuco – reivindicando a existência de limites constitucionais precisos à aplicação da suspensão de garantias –, defendia, em 1839, a existência de circunstâncias ante as quais cabia aos homens de Estado desconsiderar o texto constitucional em nome da salvação do país.

[...] porquanto eu sou de opinião que, ainda que seja dever do homem obedecer á lei, casos ha em que elle deve considerar que a primeira lei é a salvação do Estado. A mesma severidade a este respeito chega ao ponto de me persuadir que o homem que foge diante desta responsabilidade é criminoso; eu nunca louvarei a quem disser: – A Constituição está salva, mas a patria está perdida.⁴

Se tal viragem nos fala da trajetória de Vasconcelos nas primeiras décadas do Brasil independente, sua radical mudança de posicionamento em relação ao §35 diz ainda mais sobre o cambiante papel desempenhado pelo dispositivo de suspensão de garantias no período e sobre sua centralidade para o debate político da época.

A salvaguarda constitucional dos direitos dos cidadãos

Dentre os diversos fatores a explicar a importância assumida pela questão da suspensão de garantias no intervalo contemplado por este trabalho, vale destacar, de saída, o modo como o §35 do art. 179 tocava em ponto fundamental às modernas constituições ocidentais, qual fosse, o da garantia de direitos dos cidadãos. Afinal, só poderiam ser legalmente dispensados no Brasil (ainda que em circunstâncias excepcionais), direitos previamente garantidos pela Constituição. Nesse sentido, é fundamental recuperar, ainda que brevemente, os processos históricos de salvaguarda constitucional de direitos e admissão – também constitucional – de sua dispensa, transcorridos entre o final do século XVIII e o decorrer do XIX-

⁴ Anais do Senado Brasileiro (doravante ASIB), sessão de 7 de agosto de 1839; pp. 113-114. Disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp

A recuperação da história deste dispositivo retrocede, portanto, ao movimento de declaração e garantia constitucional de direitos forjado no mundo ocidental de finais do século XVIII, mais especificamente, no decorrer dos movimentos revolucionários protagonizados pelas treze colônias britânicas da América do Norte e pela França. Ainda que estes movimentos não possam ser reconhecidos como germens da ideia de direitos em si, viram nascer em seu decurso, de acordo com Marta Lorente, o chamado constitucionalismo moderno, responsável pela difusão de uma ideia voluntarista de poder, em acordo com a qual cabia aos homens em sociedade instituir seu governo e fixar, por meio de uma constituição escrita, as regras básicas de seu exercício; disciplinando as atividades dos governantes e suas relações com os governados e garantindo, por meio de tais normas, o respeito aos direitos criados ou declarados⁵.

Uma vez que a fundação e organização do poder em função dos direitos dos homens conformava uma das exigências do moderno constitucionalismo de origem revolucionária, não é de se estranhar o nexo existente entre constitucionalismo e declaração de direitos. Foi nos Estados Unidos e na França, portanto, que as primeiras declarações oficiais dos direitos do homem e/ou do cidadão foram forjadas. Mais especificamente, o modelo ocidental de previsão formal de direitos foi inaugurado pelos norte-americanos recém emancipados do domínio britânico⁶ com a *Virginia Declaration of Rights*, redigida por George Mason em 1776, e replicada por parte importante das constituições estaduais do novo país⁷.

⁵ Marta Lorente. “Constitucionalismo antiguo y moderno”. In: Marta Lorente; Jesús Vallejo (coord.). *Manual de Historia del Derecho*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2012; pp. 289-329. Maurizio Fioravanti. *Constitución. De la Antigüedad a Nuestros Días*. Madrid: Editorial Trotta, 2001; especialmente pp. 55-120. R. C. van Caenegem. *Uma Introdução histórica ao direito constitucional do Ocidente*. Versão preliminar do livro gentilmente cedida pelo Prof. Antonio Manuel Hespanha; especialmente capítulos 1, 5, 6 e 7.

⁶ Herdeiros do constitucionalismo histórico britânico, os colonos da América do Norte pautaram-se, ao longo de sua história, por uma concepção de lei fundamental que limitava o poder dos governantes e reconhecia os direitos históricos dos governados. Nas últimas décadas do século XVIII, em uma conjuntura de revolta e insatisfação com a Inglaterra, tais colonos se opuseram ao poderio britânico fundados justamente nessas garantias, fazendo uso predominante de uma linguagem de direitos. Ver: Miguel Satrústegui Gil-Delgado. “La Magna Carta: realidad y mito del constitucionalismo pactista medieval”. In: *Historia Constitucional*, nº 10, 2009; pp. 243-262; pp. 255-256. Gary B. Nash. “The Case for Liberty by Helen Hill Miller”. In: *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*, vol. 90, nº 1 (Jan. 1966); pp. 119-121; p. 120. Daniel T. Rodgers. “Rights Consciousness in American History”. In: David Bodenhamer and James W. Ely. *The Bill of Rights in Modern America. Revised and Expanded*. Indiana University Press, 2008. Part I, Chapter 1; pp. 7-24.

⁷ Destas, destacam-se, especialmente, as constituições elaboradas para os estados de Virginia, Pensilvânia, Delaware, Maryland, Carolina do Norte e Massachusetts. Para uma breve análise dessas constituições ver: Marta Lorente. Op. cit.; pp. 310-313. Ainda que a Declaração de Independência, previamente redigida por Thomas Jefferson (também em 1776), contivesse já uma enunciação da defesa dos direitos naturais e inalienáveis do homem, a Declaração da Virginia foi o primeiro diploma formal a fornecer uma lista precisa dos ditos direitos do homem; padrão seguido, a partir de então, por

A inclusão de uma carta de direitos no interior da Constituição norte-americana, por sua vez, finalizou-se apenas em 1791, com a inserção de dez emendas ao texto que vigorava no país desde 1787⁸. Mais conhecido como *Bill of Rights*, o documento em questão garantia, dentre outros direitos: a liberdade de religião, discurso e imprensa; a proteção contra prisões, buscas e confiscos ilegais; o julgamento por jurados e a presunção de inocência; os direitos de representação, petição e assembleia; e a proteção dos direitos individuais e estaduais da intromissão do governo federal.

Bastante diferente, por sua vez, foi a história da Declaração de direitos do homem e do cidadão francesa, de 1789, documento que, indubitavelmente influenciado pela Declaração de Independência norte-americana de 1776 e por parte das constituições estaduais do novo país⁹, rompeu bruscamente com o passado francês e propôs a realização de um homem universal¹⁰.

Composto por 17 artigos, o texto da Declaração – inacabado e interrompido, de acordo com Marcel Gauchet, pela intenção dos deputados de dedicar-se prioritariamente à tarefa constituinte¹¹ – consagrava os direitos ditos naturais, inalienáveis e sagrados dos cidadãos franceses, confirmando sua igualdade, liberdade e direito à propriedade. Reconhecia, assim, a soberania como residente na nação e a

uma série de países. Lynn Hunt. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009; p 24.

⁸ Tal inserção foi fruto, em grande medida, da revolta de milhares de cidadãos, indignados com o fato de os delegados da Convenção da Filadélfia terem redigido, em 1787, um texto constitucional em que os poderes governamentais foram codificados, mas não os direitos dos cidadãos. No processo de ratificação da Constituição (pelos delegados dos vários estados), os chamados Federalistas tiveram de concordar, como defendido pelos ditos Republicanos, com a recomendação de inclusão de emendas oferecidas por uma série de convenções estaduais (enumerando os direitos) que explicitavam as demandas por direitos no país, por parte da população. Woody Holton. *Unruly Americans and the Origins of the Constitution*. New York: Hill and Wang, 2007; p. x. René de Visme Williamson. “Political Process and Judicial Process: the Bill of Rights and the Framers of the Constitution”. In: *The Journal of Politics*, Vol. 23, Nº2 (May, 1961); pp. 199-211. Kenneth R. Bowling “‘A Tub to the Whale’: The Founding Fathers and Adoption of the Bill of Rights”. In: *Journal of the Early Republic*, 8 (Fall, 1988); pp. 223-251.

⁹ Gilbert Chinard. “Notes on the American Origins of the ‘Déclaration Des Droits De l’Homme Et Du Citoyen’”. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 98, nº 6 (Dec. 23, 1954); pp. 383-396. Ver também: Elise Marienstras and Naomi Wulf. “French Translations and Reception of the Declaration of Independence”. In: *The Journal of American History*, vol. 85, nº 4 (Mar. 1999); pp. 1299-324. Jeremy Jennings. “The Déclaration des droits de l’homme et du citoyen and Its Critics in France: Reaction and Idéologie”. In: *The Historical Journal*; vol. 35, N. 4 (Dec. 1992); pp. 839-859.

¹⁰ Segundo Adriano Cavanna, ainda que, ao tornar-se constituinte, a Assembléia Nacional francesa tenha almejado à elaboração de uma constituição para o país, seus representantes souberam reconhecer, rapidamente, a necessidade de – seguindo o exemplo dos Estados Unidos e as demandas presentes nos *Cahiers de Dôleances* –, elaborar uma declaração de direitos que servisse de preâmbulo ao próprio texto constitucional. Adriano Cavanna. *Storia del diritto moderno in Europa: le fonti e il pensiero giuridico*; vol. 2. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2005; pp. 409-414. Sobre a universalidade das declarações presentes no documento francês de 1789 e sua importância ver: Lynn Hunt. Op. cit; p. 14.

¹¹ Marcel Gauchet. “Direitos do Homem”. In: François Furet e Mona Ozouf. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989; pp.679-689; p. 679.

lei como expressão da vontade geral; proibia acusações e prisões desconformes à lei; assegurava a irretroatividade das leis penais e a utilidade das penas estabelecidas; garantia a presunção de inocência e as liberdades de imprensa e religião; e afirmava a necessidade do estabelecimento de uma força pública e de contribuições públicas para o bom funcionamento da sociedade. De acordo com seu artigo 16, toda sociedade em que não estivessem asseguradas a garantia dos direitos e a separação dos poderes não poderia dizer-se provida de constituição.

A Constituição francesa de 1791, primeira aprovada no contexto revolucionário, confirmou em seu Título primeiro (“Disposições fundamentais garantidas pela Constituição”), a garantia e salvaguarda dos direitos previamente consagrados na Declaração de 1789 – adotada como preâmbulo do texto constitucional –, projetando ainda a criação de instituições de socorro público no país, a educação nacional gratuita, o estabelecimento de festas cívicas e a elaboração de um código de leis civis comum a toda a França. Diferentemente, contudo, da Declaração de 1789, em cujo interior tais direitos foram definidos como naturais, inalienáveis, imprescritíveis e sagrados, o texto de 1791 os denominou “naturais” e “civis”, indicando já uma inflexão de não pequena monta na compreensão dos fundamentos destes mesmos direitos. As constituições revolucionárias que se seguiram, aprovadas respectivamente em 1793 e 1795, foram precedidas, por sua vez, por novos documentos declaratórios, especificamente redigidos em cada uma das ocasiões. Fundados em diferentes concepções (ora mais próximas, ora mais distantes daquelas presentes já em 1789 ou 1791), tais declarações explicitaram parte das flutuações vividas durante o próprio processo revolucionário francês¹².

Desprovida, por sua vez, de uma declaração prévia de direitos, a Constituição francesa de 1799 – aprovada quando da instalação do consulado napoleônico e na qual constava uma declaração explícita de que a revolução havia chegado ao fim – contemplou apenas uma parte deles em seu último título, nomeado “Disposições

¹² Nesse sentido, a Declaração presente na Constituição republicana de 1793, ecoou os direitos ditos naturais, inalienáveis, imprescritíveis e sagrados da Declaração de 1789, somando aos mesmos os chamados “direitos sociais” (referentes à garantia ao trabalho, instrução pública e assistência social aos cidadãos, dentre outros), parecendo aprofundar a radicalidade dos preceitos que haviam informado o diploma anterior. Já o documento declaratório da Constituição termidoriana de 1795 somou aos direitos “do homem e do cidadão”, sem qualquer outra adjetivação, uma lista dos deveres dos franceses, demonstrando o modo como, àquela altura, a revolução relia a primazia do legislativo que vigorara até então (com sua tendência a converter o poder constituinte em um poder permanente), questionando a viabilidade da soberania popular, de modo a limitá-la e discipliná-la constitucionalmente. Para uma leitura interessante das relações entre a garantia de direitos no processo revolucionário francês e as contradições não resolvidas deste mesmo processo ver: Maurizio Fioravanti. *Los Derechos Fundamentales: apuntes de historia de las constituciones*. Madrid: Trotta, 1998; pp. 55-75.

Gerais”¹³. A tipologia de garantia constitucional de direitos adotada pela Carta de 1799 – a partir da qual renunciava-se a qualquer referência aos direitos ditos naturais e inalienáveis do homem, consagrando-se, contudo, direitos e liberdades individuais aos cidadãos – se reproduziria (ainda que com diferenças significativas) na Constituição da monarquia restaurada francesa de 1814 e em diversas das constituições aprovadas, a partir de então, no mundo ocidental. Marcados por um distanciamento *a priori* da ideia de soberania popular (e dos parâmetros voluntaristas e constituintes do primeiro constitucionalismo escrito) tais documentos resultaram de uma leitura renovada das ideias de lei, direitos e poder.

No período da chamada Restauração, portanto, as constituições de origem popular foram substituídas por Cartas outorgadas (sendo a Constituição francesa de 1814 seu modelo por excelência) que, resultantes da vontade do monarca, fixavam, contudo, limites à sua atuação, conjugando princípios monárquicos, representativos e de liberdades individuais. Ainda que parte das características do constitucionalismo revolucionário tenham sido mantidas nesta nova fase, ao enfatizar-se o protagonismo da lei, acabou-se eliminando por completo o modelo de Declaração prévia de direitos, tornando tais direitos, doravante, integralmente dependentes da norma e privando-os, conseqüentemente, de qualquer condição de anterioridade¹⁴.

De acordo com Maurizio Fioravanti, o constitucionalismo posterior às revoluções aceitou as heranças legadas pelo período anterior, mas teve o cuidado de definir precisamente seus contornos, priorizando a estabilidade política. Admitiu, assim, o primado da lei e o princípio de igualdade, ao mesmo tempo em que recusou a imagem constitucional protagonizada por um povo soberano dotado de poder constituinte¹⁵. Para Carmen Serván, no rescaldo revolucionário, os parâmetros voluntaristas do primeiro constitucionalismo escrito foram abandonados e, no decorrer do século XIX, as Constituições se deslocaram cada vez mais para o campo da política, perdendo importância frente à consolidação do Estado e de seu Direito. Neste contexto, os direitos e garantias dos indivíduos/cidadãos passaram a ser entendidos como concessões do Estado e considerados atributos do sujeito apenas a

¹³ Ausentes as previsões de liberdade de expressão e culto, e dos direitos de segurança e propriedade, o título resguardava, contudo, a inviolabilidade do lar e o direito de peticionar às autoridades, regulamentando com cuidado questões relativas à proibição de prisões arbitrárias. Para uma análise breve, mas interessante, de cada uma das constituições citadas acima ver: R. C. van Caenegem. Op. cit.; pp. 193-201.

¹⁴ Carmen Serván. “De la Constitución al Estado (1814-1914). In: Marta Lorente; Jesús Vallejo (coord.). *Manual de Historia del Derecho*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2012; pp. 363-405; pp. 363-364 e p. 375.

¹⁵ Maurizio Fioravanti. Op. cit., 2001; pp. 120-133.

partir de sua regulamentação legal¹⁶. As constituições, por sua vez, foram gradativamente desvinculadas do papel de *locus* de proteção dos direitos dos cidadãos, sendo tal papel, a pouco e pouco, assumido pelas leis, contra as quais não se podia, sequer, opor o texto constitucional em nome dos direitos¹⁷.

Foi a esta altura da história do constitucionalismo ocidental que passaram a aparecer, nas Cartas de diferentes países, artigos relativos a uma possível dispensa dos direitos dos cidadãos por elas garantidos. Até então, as Constituições não possuíam disposições relativas a esta matéria “porque la pretendida superioridad de los derechos impedía contemplar cualquier posibilidad de que fueran suspendidos”¹⁸. Na nova conjuntura, cada vez mais pautada pela busca de estabilidade e por uma recusa aos “excessos” vivenciados no período anterior, o constitucionalismo passou a incluir as chamadas medidas extraordinárias de proteção à ordem pública estatal, regulando a possível dispensa dos direitos individuais dos cidadãos lado a lado a dispositivos que previam a lei marcial e o estado de sítio.

Vale observar, contudo, que anteriormente à conjuntura em que as constituições europeias passaram a admitir a dispensa de determinados direitos - em circunstâncias excepcionais e situações de urgência -, a Constituição norte-americana, aprovada em 1787, já havia previsto tal possibilidade. Tratava-se, mais especificamente, da Seção 9 de seu primeiro artigo, segundo a qual: “The Privilege of the Writ of Habeas Corpus shall not be suspended, unless when in Case of Rebellion or Invasion the public Safety may require it”. Se, em acordo com a formulação presente na Carta americana, a possibilidade de suspensão restringia-se ao direito de *habeas corpus*, o texto não definia, contudo, a instância de poder responsável pela efetivação da medida; fato que, com o passar dos anos, daria origem a uma série de polêmicas no país¹⁹.

¹⁶ Carmen Serván. Op. cit.; p. 363. Nas palavras da autora: “La Revolución francesa asumió un fundamento jusnaturalista de los derechos que permitió concebirlos como condiciones indeclinables del individuo [...]. El pensamiento jurídico posterior se construyó a partir de la experiencia revolucionaria, pero no siempre identificándose con sus principios. En el ámbito de los derechos pueden destacarse algunos cambios esenciales. En primer lugar, el pensamiento liberal del siglo XIX no concibió a los derechos como naturales y, por consiguiente, no los consideró preexistentes al Estado sino identificados y determinados en sus leyes.”; pp. 380-381.

¹⁷ Maurizio Fioravanti. Op. cit., 2001; pp. 120-132.

¹⁸ Idem; p. 378.

¹⁹ Ainda que, por situar-se no interior do artigo 1º da Constituição, relativo aos poderes legislativos do Estado norte-americano, se pudesse, à primeira vista, presumir que a responsabilidade sobre a efetivação de tal dispositivo competisse especificamente à instância legislativa do país, a “Habeas Corpus Suspension Clause” – como ficaria conhecida esta cláusula do texto constitucional de 1787 – geraria uma série de discussões nos Estados Unidos. Seu uso, pela primeira vez, no contexto da Guerra civil norte-americana (pelo então presidente Abraham Lincoln, em 1863), gerou incontáveis discussões

Apesar de a Constituição norte-americana ter precedido os textos constitucionais que analisaremos na sequência, tal não altera o que vimos afirmando até aqui, ou seja, que apenas no momento em que se modificou a concepção de soberania por que se pautavam os textos constitucionais ocidentais, tornou-se possível a previsão, em seu interior, de medidas extraordinárias de proteção à ordem pública. Acontece que, no caso norte-americano, a concepção de direitos que fundamentou a redação do texto constitucional (partilhada pelos *Framers*²⁰ envolvidos em sua composição) era bastante distinta daquela que, poucos anos depois, se popularizaria na Europa, em especial na França revolucionária. Nesse sentido, ainda que pensasse os direitos a partir de uma fundamentação jusnaturalista semelhante à adotada, posteriormente, pelo constitucionalismo francês, a garantia de tais direitos, nos Estados Unidos, radicava-se na interpretação da *common law* e não em leis positivas como viria a ocorrer na França²¹, daí, dentre outros fatores, a não admissão, pelo texto constitucional norte-americano, de qualquer outra expressão para se referir aos direitos dos cidadãos, senão a palavra “*Rights*”, prescindindo de qualquer tipo de hierarquização entre direitos, garantias ou formalidades, por exemplo²².

A primeira constituição europeia em que um dispositivo jurídico como este apareceu foi a mencionada Carta francesa de 1799, também conhecida como Constituição do ano VIII. Mais precisamente, em suas “Disposições Gerais” – mesma

que não recaíram predominantemente no questionamento da possibilidade de utilização do dispositivo em si (ainda que o espectro de seu alcance tenha sido problematizado no momento), mas sim na prerrogativa do poder executivo em fazer uso de tal dispositivo e no possível desequilíbrio entre os poderes dos estados e da federação. Para este assunto ver: Anthony Gregory. *The Power of Habeas Corpus in America. From the King's prerogative to the War on Terror*. New York: Cambridge University Press; The Independent Institute, 2013; especialmente Cap. 6 “Suspension and Civil War”; pp. 91-105.

²⁰ São chamados de *Framers* os 55 indivíduos que atuaram como delegados estaduais na Convenção Constitucional de 1787 e que, nesse sentido, participaram diretamente da elaboração do projeto de Constituição apresentado ao país; ainda que, destes, apenas 39 tenham assinado o texto final do diploma.

²¹ Marta Lorente (p. 328) e Fioravanti. Nas palavras de Marta Lorente: “El constitucionalismo inglés situó las libertades en la historia convirtiéndolas en indisponibles, por lo que la garantía de las mismas se radicó en la interpretación del *common law*. Aun cuando no fue claramente su primera opción, el constitucionalismo norteamericano terminó aceptando una solución similar, con independencia de que mantuviera una fundamentación iusnaturalista de los derechos similar en buena medida a la propugnada por el constitucionalismo francés. Este último, sin embargo, entendió que sólo la ley garantizaba los derechos, por lo que a los jueces sólo restaba ser una suerte de autómatas aplicadores de la ley.”

²² Para um autor como Anthony Gregory, a própria previsão constitucional da suspensão do *habeas corpus* nos Estados Unidos, pode ser interpretada como medida contra revolucionária dos *Framers* norte-americanos, que, por meio dela, teriam nacionalizado o poder de suspensão e usurpado das autoridades estatais a capacidade de proteger seus cidadãos do governo central. A “Habeas Corpus Suspension Clause” foi utilizada nacionalmente, e pela primeira vez, unicamente em 1863, no contexto da Guerra Civil. Em circunstâncias anteriores, ainda que se tivesse tentado justificar a aplicação de tal medida, o Congresso nunca havia considerado a situação vivida pelo país urgente o suficiente. Anthony Gregory. Op. cit.; pp. 44-57.

seção em que constava a declaração dos direitos individuais por ela admitidos, enunciados entre os artigos de número 76 e 95 –, o artigo 92 dispunha que, nos casos de revolta armada ou de turbulências que ameaçassem a segurança interna, o conjunto da Constituição podia ser legalmente suspenso no país. Estabelecia, ademais, que, estando o corpo legislativo no intervalo de suas reuniões, o governo pudesse recorrer à medida, desde que o decreto de suspensão em questão previsse, em um de seus artigos, a reunião em breve tempo do Legislativo nacional. Não era, portanto, a apenas uma parcela dos direitos individuais que se referia a prescrição, mas sim ao conjunto da Constituição.

A Carta constitucional francesa de 1814, por sua vez, atribuía ao rei, por meio de seu décimo quarto artigo, a prerrogativa de estabelecer “les règlements et ordonnances” necessários à execução das leis e à segurança do Estado. De acordo com Giorgio Agamben, “por causa do caráter vago da fórmula, Chateaubriand observava *qu’il est possible qu’un beau matin toute la Charte soit confisquée au profit de l’article 14*”²³. Já no Ato Adicional à constituição francesa, promulgado em 1815, a medida de proteção extraordinária de que se fez uso foi a do estado de sítio, regulamentada pelo artigo 66 (também ele incluído no título dedicado aos direitos dos cidadãos). Neste artigo, o estado de sítio era admitido em circunstâncias de invasão estrangeira ou agitações civis, especificando-se a maneira de se proceder em cada caso²⁴.

A regulamentação de medidas como estas, contudo, não foi exclusividade do constitucionalismo francês, tendo aparecido, dentre outras, na Constituição de Cádiz de 1812 – que, curiosamente, não contava com uma seção exclusivamente dedicada à declaração dos direitos dos cidadãos²⁵ –, e na Constituição Portuguesa de 1822, cujas demais prescrições eram antecedidas por um título declaratório dos direitos e deveres individuais dos portugueses, composto por 19 artigos²⁶. Em ambos os casos, os

²³ Giorgio Agamben. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004; pp. 24-25.

²⁴ Conforme o artigo 66 do Ato Adicional francês de 1815: “Aucune place, aucune partie du territoire, ne peut être déclarée en état de siège, que dans le cas d’invasion de la part d’une force étrangère ou de troubles civils. Dans le premier cas, la déclaration est faite par un acte du gouvernement. Dans le second cas, elle ne peut l’être que par la loi. Toutefois, si, le cas arrivant, les chambres ne sont pas assemblées, l’acte du gouvernement déclarant l’état de siège doit être converti en une proposition de loi dans les quinze premiers jours de la réunion des chambres.”

²⁵ Marta Lorente. “Orígenes del Constitucionalismo en el Mundo Hispano”. In: Marta Lorente; Jesús Vallejo (coord.). *Manual de Historia del Derecho*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2012; pp. 331-362; pp. 344-351.

²⁶ Em seu artigo 1º, a Carta portuguesa de 1822 declarava ter por objetivo a manutenção da liberdade, segurança e propriedade dos portugueses, definindo seu entendimento sobre cada um desses conceitos (arts. 2º, 3º e 6º) e relacionando, aos mesmos, garantias fundamentais como as liberdades de imprensa (art. 7º), culto (aos estrangeiros não católicos; art. 25), ensino e assistência (arts. 237, 238 e 240), a

dispositivos de proteção extraordinária da ordem pública foram previstos em duas seções distintas, referindo-se, primeiramente, à possibilidade de o rei expedir ordens de prisão a indivíduos específicos em casos de risco à ordem estatal (artigos 172 da Carta espanhola e 124 do texto português) e, num segundo momento, permitindo a suspensão das formalidades relativas à administração da justiça criminal para a prisão de “delinquentes”, em circunstâncias extraordinárias de atentado à segurança nacional (artigos 308 da constituição de Cádiz e 211 da portuguesa).

Oriundas, assim, de um contexto distinto ao das Cartas pós-revolucionárias outorgadas, também as Constituições espanhola e portuguesa – atreladas, especialmente a segunda, ao forte movimento liberal que, na década de 1820, partiu da Península Ibérica e espalhou-se pela Europa, alcançando seu auge em 1848²⁷ – se pautaram por uma revisão do pressuposto de um povo soberano dotado de poder constituinte, buscando moderação política por meio de um equilíbrio entre os direitos e deveres dos cidadãos²⁸, e prevendo a possibilidade de suspensão de parte das “formalidades” que garantiam as liberdades individuais em circunstâncias extraordinárias de atentado à ordem pública estatal. Nos dois casos, contudo, a única formalidade explicitamente passível de dispensa era a proibição de prisão preventiva ou sem culpa formada.

A Carta brasileira de 1824 e o recurso ao §35 no país

No Brasil, a medida de excepcionalidade ou proteção extraordinária do Estado adotada pela Constituição de 1824, regulada no título dedicado à “Garantia dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros” (oitavo e último da Carta nacional), contava com particularidades que não pudemos identificar nos textos constitucionais que a precederam. Dentre elas, chamou-nos especialmente a atenção a redação adotada pelo §35 do art. 179, que, bastante parecida, em princípio, com o artigo 211 da Constituição portuguesa de 1822 – com ambos os textos admitindo, por exemplo,

inviolabilidade do lar (art. 5º), o impedimento de prisões arbitrárias (art. 4º) e o direito de petição (art. 16). Para além de tais direitos, o Título I da constituição enfatizou o princípio de igualdade (arts. 9º e 12), preconizou a utilidade das leis (art. 10), a proporcionalidade das punições (art. 11) e aboliu as penas consideradas cruéis (art. 11).

²⁷ Marta Lorente. “Constitucionalismo antiguo y moderno”. Op. Cit.; p. 293.

²⁸ Jorge Miranda. *O constitucionalismo liberal luso-brasileiro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001; p. 14. Para uma análise do modo como tal revisão do constitucionalismo revolucionário conviveu, no interior das constituições espanhola (1812) e portuguesa (1822), com a manutenção de regimes de assembleia única ver: Christian Edward Cyril Lynch. “O Discurso Político Monarquiano e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824). In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.48, nº3, 2005, pp. 611-654; pp. 613-619.

que a suspensão de formalidades relativas aos direitos dos cidadãos se desse em casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo-o a segurança do Estado –, não limitou, contudo, as formalidades passíveis de suspensão, como o fez a Carta portuguesa, àquelas “relativas à prisão dos delinquentes”. Pelo contrário, tanto o projeto de 1823 (em seu art. 27), quanto o texto outorgado no ano seguinte, mencionavam genericamente a possibilidade de dispensa de “algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual”, sem definir especificamente a quais delas faziam menção.

Como mencionado acima, e analisado ao longo desta tese, a ausência de uma delimitação precisa dos direitos passíveis de suspensão no Brasil deu origem a uma série de polêmicas na Assembleia nacional nos momentos em que o dispositivo foi discutido e/ou posto em execução. Ademais, ao recorrer à expressão “formalidade”, e não direitos, a constituição brasileira se distanciava da concepção de Direitos (*Rights*), aproximando-se da leitura francesa que submetera, em certo sentido, os direitos à lei, negando sua inviolabilidade e possibilitando uma espécie de hierarquização em acordo com sua maior ou menor importância.

O §35 do art. 179 possuía ainda uma segunda característica de interesse que, distanciando-o, desta vez, tanto das Cartas ibéricas, quanto do projeto de 1823, aproximava-o, contudo, da Constituição francesa de 1799. Tratava-se, neste caso, da admissão de que, não estando reunida a Assembleia à altura dos acontecimentos em questão, o Governo exercesse a devida providência de dispensa dos direitos “como medida provisória e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou”²⁹. Se a formulação francesa exigia, no entanto, que, declarada a suspensão do conjunto da Constituição por decreto do governo, este convocasse nova reunião do legislativo o mais rapidamente possível, a redação da Carta de 1824 não contava com semelhante prescrição, restringindo-se a prever que, voltando a se reunir a Assembleia, o governo remetesse aos representantes uma relação motivada das prisões e outras medidas de prevenção tomadas no interregno, responsabilizando as autoridades pelos eventuais abusos cometidos no período;

²⁹Nas Constituições espanhola e portuguesa, de 1812 e 1822, admitia-se unicamente que a dispensa de formalidades relativas à prisão de delinquentes ocorresse por meio de decreto especial das Cortes; ainda que, em outra parte de seus textos, fosse prevista a possibilidade de o Rei mandar prender um cidadão quando o exigisse a segurança do Estado ou quando as Cortes já houvessem suspenso as formalidades judiciais, ficando o monarca obrigado, contudo, no primeiro caso, a entregar o preso às autoridades competentes no intervalo máximo de 48 horas. No caso do projeto constitucional brasileiro de 1823, previa-se, em seu artigo 27 – com formulação assemelhada às constituições acima citadas – que a suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual se desse unicamente por ato do poder legislativo, desde que aprovada por dois terços dos representantes.

especificação que, por sua vez, encontrava-se também no projeto de 1823 (artigo 28) e na Constituição portuguesa de 1822 (art. 211).

Vê-se, portanto, que apesar de o dispositivo previsto pelo §35 do art. 179 da Carta brasileira não configurar uma regulamentação isolada ou atípica no conjunto dos documentos elaborados ao longo do período do moderno constitucionalismo ocidental, não deixou, por isso, de contar com uma série de particularidades que, se bem analisadas, podem ser reveladoras dos princípios que fundamentaram a Constituição do Império e das escolhas políticas envolvidas em sua redação. Para além, portanto, de tratar-se de um dispositivo jurídico por si só central na história da garantia dos direitos dos cidadãos, cuja adoção progressiva pelas constituições do mundo ocidental (ao longo do século XIX) ligou-se diretamente às transformações então em curso nas ideias de Estado, direito, justiça, lei e política³⁰, a análise específica do caso brasileiro e do modo com que, aqui, este dispositivo foi previsto e aplicado, é extremamente reveladora não só das bases que inspiraram o texto constitucional que deveria regular o novo Estado em formação, mas também da forma com que, em acordo, ou não, com a teoria que o fundamentava, este texto foi interpretado, e aplicado, de maneira diferenciada, por distintos grupos políticos.

Herdeira dos textos constitucionais que a precederam no mundo ocidental, a Carta brasileira de 1824 pode ser compreendida, para José Reinaldo de Lima Lopes, como mais um fruto da moderna tensão entre soberania e constituição, típica de inícios do século XIX. Nesse sentido, assim como as constituições francesa (1814), espanhola (1812) e portuguesa (1822), a Carta outorgada do Brasil teria buscado conciliar liberalismo e ordem estabelecida, reivindicando parte dos preceitos do primeiro constitucionalismo revolucionário, mas acomodando-os a mecanismos destinados ao controle das instituições políticas e ao estabelecimento de níveis “seguros” de participação popular³¹.

Em sua análise da elaboração e outorga da Carta de 1824, Andréa Slemian chamou a atenção à concepção legalista que a fundamentou no Brasil (no enalço do

³⁰Carmen Serván. Op. cit.; especialmente pp. 378-380.

³¹José Reinaldo de Lima Lopes. “Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX”. In: István Jancsó, *Brasil: formação do Estado e da nação*, São Paulo: Hucitec: Fapesp: Unijui, 2003, pp. 195-218. Lucía Maria Bastos Pereira das Neves, “Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: José Murilo de Carvalho e Lucía Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; pp. 183-205; p. 169. Para uma instigante discussão da Constituição de 1824 e de sua vigência pelos 65 anos de duração do Império ver: Monica Duarte Dantas. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro.” In: Fórum Rumos da Cidadania. São Paulo: Instituto Prometheus de Estudos Ambientais, Culturais e Políticos; 2010

que já havia ocorrido, por exemplo, na França) e à sua utilização, no país, como instrumento central de garantia da estabilidade (e constitucionalidade) do regime. De acordo com a autora: “Configurava-se um uso ‘defensivo’ da Constituição como código dos códigos, mais do que como estatuto dos cidadãos”. Fundada, portanto, na ideia de “lei positiva”, a base jurídica que subsidiou a formação do novo regime fez-se sentir no texto constitucional de 1824 e nas atividades legislativas que conceberam a “lei” como fonte de direitos e instrumento de controle da ordem pública³².

Para Christian Lynch, a Constituição de 1824, ainda que “provavelmente a carta monárquico-constitucional mais liberal de seu tempo”, convivia com uma estratégica e artilosa conceituação do poder Moderador. O chamado quarto poder, tal como recepcionado e incluído, no texto constitucional, pelo Conselho de Estado responsável por sua redação, colocava o imperador como chefe supremo e “Primeiro Representante” da nação (art. 98), legitimando-o a empreender um governo forte, com vistas à garantia da (então) difícil tarefa de construção da unidade nacional³³.

No tocante ao conteúdo da Constituição de 1824, a formulação do §35 do art. 179 – assim como de outros dos artigos da Carta – é representativa não só da concepção de lei e de direitos por que se pautava aquele texto, mas também do esforço empreendido pelo novo Estado para a construção de uma unidade política estável, capaz de amalgamar interesses e territórios tão distintos entre si; fato que, por si só, parecia pressupor certa dose de violência estatal e, conseqüentemente, a previsão constitucional de medidas extraordinárias de proteção da ordem pública, como a suspensão de determinados direitos e liberdades dos cidadãos³⁴.

Para além disso, a redação especificamente dada ao §35 do art. 179, e a relativa latitude de seu texto, possibilitou a aplicação dessa medida, no país, em diferentes conjunturas e com prescrições também diversas. Porém, mais que isso, o fato de a medida não ter sido regulamentada, limitando-se e/ou especificando-se os pré-requisitos necessários à sua aplicação, não nos parece fruto de mera casualidade, refletindo, pelo contrário, uma série de intencionalidades relacionadas ao recurso à suspensão de garantias no Império.

³² Andréa Slemian. *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2009; pp.26-44.

³³ Christian Lynch. Op. cit. Nas palavras do autor: “[...] a possibilidade permanente de se ativar a chave institucional monarquiana conferiria à Coroa a capacidade de eventualmente governar de modo autônomo, descolado dos interesses oligárquicos representados no Parlamento, podendo desencadear ações políticas a elas estranhas em nome de um interesse superior”; p.645.

³⁴ Idem. Ibidem. Carmen Serván. Op. cit.; pp. 378-380.

Como a historiografia já bem demonstrou, no conturbado ambiente político que marcou as primeiras décadas do Brasil independente, o Estado fez uso constante da violência para controlar os focos de dissidência, buscando garantir a estabilidade do governo então no poder. A formação do Estado brasileiro, nesse sentido – assim como a de seus congêneres ocidentais –, foi marcada por transformações profundas, implicando reiterados questionamentos e novas estratégias de participação política³⁵. Tanto assim que pouco demorou para que o governo lançasse mão das previsões constitucionais do §35 do art. 179 para lidar com situações consideradas atentatórias à ordem pública nacional, mantendo o recurso a tal medida até, pelo menos, 1842.

Debates e aplicação do §35 do art. 179 no Brasil

Em 26 de julho de 1824, poucos meses após a outorga da Constituição, dois decretos emitidos pelo Executivo nacional foram responsáveis pela suspensão, na província de Pernambuco, das garantias previstas pelos §§8 e 17 do art. 179, concernentes à proibição constitucional das prisões sem culpa formada e da formação de comissões especiais para o julgamento de causas cíveis ou criminais³⁶. Entre 1824 e 1829, oito outros decretos emitidos pelo Executivo nacional fundaram-se no dispositivo constitucional regulado pelo §35 do art. 179. Aprovados, respectivamente, na conjuntura da Confederação do Equador, em 1824 (desta vez na província do Ceará); no desenrolar da chamada “Revolta dos Periquitos”, na Bahia (1824); no contexto da Guerra Cisplatina, no Sul do país (1825); na sublevação de Afogados, em Pernambuco (1829); e em consequência das movimentações que desembocariam na “Revolta de Pinto Madeira”, no Ceará (1829); tais decretos privaram os cidadãos das localidades a que se destinaram de parte ou da totalidade das formalidades constitucionais que garantiam sua liberdade individual.

É justamente sobre essas medidas e, mais que isso, sobre sua recepção pelos representantes nacionais, quando da abertura da Assembleia, em 1826, que trata o primeiro capítulo dessa tese. Intitulado “Suspensão de garantias: entre a Constituição e a primeira legislatura”, o Capítulo 1 visa a analisar o modo como o §35 do art. 179

³⁵ Andréa Slemian. Op. cit.; pp. 40-41. Monica Duarte Dantas (org.). *Revoltas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

³⁶ Pelo texto dos referidos decretos, afirmava-se que a prisão sem culpa formada dos cidadãos pernambucanos fazia-se necessária frente às “exigências de paz, segurança e salvação da província”, enquanto a criação de uma comissão militar para o julgamento sumário dos chefes e cabeças da “facção execranda de Manuel de Carvalho Paes de Andrade” visava eliminar “seus abomináveis efeitos”, punindo seus membros com pronto castigo, “como convém para extirpar tão contagioso mal e fazer restituir a boa ordem, paz e segurança pública da mesma Província”

foi interpretado pelos representantes reunidos entre 1826 e 1829, debruçando-se, para tanto, sobre os primeiros debates parlamentares dedicados à questão da suspensão de garantias, bem como sobre as calorosas discussões travadas quando da avaliação dos decretos de fevereiro e outubro de 1829, os primeiros aprovados desde a reunião do Legislativo nacional.

Inicialmente dedicados ao exame dos decretos aprovados pelo imperador em 1824 e 1825 e, particularmente, à vinculação existente entre essas medidas e a formação de comissões militares nas províncias rebeladas, os representantes rapidamente desvincularam os debates sobre a suspensão de garantias de uma avaliação específica dos acontecimentos anteriores à abertura dos trabalhos parlamentares, passando a se dedicar, então, à compreensão dos pré-requisitos de aplicação e limites do §35 do art. 179, buscando uma interpretação propriamente legislativa do dispositivo.

Nesse processo, afloraram atritos entre os próprios representantes e, principalmente, com o imperador Pedro I, exacerbados a partir de maio de 1829, quando passaram a avaliar especificamente os decretos baixados em fevereiro daquele ano para a província de Pernambuco e tentaram levar a cabo a acusação, por crime de responsabilidade, contra dois agentes do poder Executivo nacional. Por fim, no início da sessão legislativa de 1830, retornaram à questão, desta vez incentivados por novo decreto de suspensão, baixado para a província do Ceará em 31 de outubro de 1829, e pelo modo como sua aprovação (ainda na ausência de efetiva aplicação) lançou luz a uma série de particularidades da política repressiva do governo.

Após os decretos motivados pelos acontecimentos no Ceará, um novo ciclo de aprovação de medidas de suspensão de garantias teve início unicamente a partir de 1835, originando um interregno de cinco anos em que não se recorreu sequer por uma vez a tal tipo de decisão no país. A ausência de aprovação de decretos de suspensão de garantias não significou, contudo, um adormecimento da questão no Brasil. Pelo contrário, desde o início da Regência, a temática rondou os trabalhos legislativos do país, aparecendo em uma série de projetos avaliados pelos representantes e tendo sua aplicação sugerida ou efetivamente proposta em mais de uma ocasião.

No Capítulo 2 da tese, intitulado “Os primeiros anos da Regência e a recusa à aplicação do §35 do art. 179 (1831-1834)”, é essa a conjuntura sob enfoque. Uma conjuntura em que, a despeito de não se recorrer efetivamente à medida, os debates acerca do §35 ocuparam várias sessões do Parlamento, repercutindo também na

imprensa. Um período em que as disputas entre os poderes Executivo e Legislativo ganharam novas configurações e em que os alinhamentos políticos se dissolveram, influenciando diretamente no desenho institucional do Estado e nas opções dos representantes no agitado ambiente legislativo nacional, tocando, direta ou indiretamente, na questão da suspensão de garantias. Foi nesse intervalo, por exemplo, que a prerrogativa de recurso ao §35 foi retirada do poder Executivo (via Lei da Regência, de 14 de junho de 1831), ao passo em que ampliada às Assembleias Legislativas Provinciais, por meio do Ato Adicional.

À medida em que buscavam restringir, assim, algumas das atribuições do poder Executivo, entendidas como responsáveis pelas atitudes despóticas do governo no Primeiro Reinado, os legisladores se depararam com um incremento das agitações político-sociais no país, ante o qual se viram cada vez mais coagidos a responder, provendo o país dos mecanismos necessários à manutenção e/ou reposição da ordem. Datam deste intervalo, como veremos, não apenas a proliferação de sublevações urbanas ditas do “povo e tropa”, mas também as primeiras grandes sublevações políticas internas desde 1824, tais como a Cabanada, a Revolta do Ano da Fumaça, a Revolta de Pinto Madeira, ou ainda uma revolta escrava como a de Carrancas.

Ainda que, frente a este quadro conturbado, os representantes tenham logrado impedir a aplicação do §35 e a imposição de remédios extraordinários às províncias – seguidamente demandadas, entre 1831 e 1832, pelo ministro da Justiça Feijó e, após sua saída do governo, pelos membros dos Gabinetes que se seguiram –, a intensificação dos tumultos e a aprovação, via Ato Adicional, da “provincialização” da suspensão de garantias no país, acabaram por incentivar a retomada da medida, a partir de 1835, por meio de dois decretos provinciais de suspensão.

Aprovadas, respectivamente, pelas assembleias legislativas do Rio de Janeiro e da Bahia, as leis provinciais de suspensão de garantias de 27 e 28 de março de 1835 visavam, ambas, a reprimir levantes escravos no país. Tal característica, por si só, aponta já à complexificação da conjuntura política do período, justificando, aos olhos de muitos representantes, um novo ciclo de recursos ao §35, primeiramente, como dito, pelas assembleias provinciais, para, em seguida, ser adotado também pelo legislativo nacional, com vistas à repressão à Cabanagem e à Farroupilha, em 1835 e 1836.

O terceiro capítulo da tese, intitulado “A retomada do recurso ao §35 no país (1835-1837)” trata justamente dessas medidas, trazendo à tona o intenso processo

legislativo que precedeu sua aprovação. Mais do que recuperar a retomada do dispositivo de suspensão de garantias no Império, a análise dessas discussões aponta aos diversos elementos recusados pelos legisladores nacionais na elaboração de tais medidas e aos compromissos por eles assumidos na condição de “guardiões dos direitos dos cidadãos”. O exame da concepção e concretização das leis de 22 de setembro de 1835 e 11 de outubro de 1836 lança luz, assim, ao modo como o recurso ao §35, ao menos teoricamente, não implicava necessariamente em uma completa ab-rogação das garantias constitucionais. Sua avaliação, no entanto, não deixa de pôr em destaque as inúmeras dúvidas a circundar a aplicação desse dispositivo no país, bem como os jogos de interesse que foram se tecendo ao seu redor.

A partir de 1837, a suspensão de garantias para o Pará e o Rio Grande do Sul foi prorrogada por diversas vezes no interior do Parlamento, particularmente no segundo caso, dando origem a novas maneiras de se encarar a medida e sua capacidade de efetivamente contribuir à reposição da ordem e pacificação das províncias rebeladas.

No último capítulo da tese, intitulado “O desgaste parlamentar da medida de suspensão de garantias: revoltas, rearranjos políticos e reformas legislativas (1838-1841)”, avaliamos justamente essas seguidas prorrogações da suspensão de garantias, especialmente para a província do Rio Grande do Sul, analisando ainda a aprovação de mais uma lei provincial de suspensão, novamente pela assembleia da Bahia, então às voltas com a Sabinada. Mais que isso, contudo, o capítulo se debruça sobre as diversas recusas impostas pelos representantes nacionais à aplicação do §35 no período, fosse na província do Pará, ainda abalada pela Cabanagem, fosse em Santa Catarina, ameaçada pela expansão da Farroupilha, ou no Maranhão, quando da deflagração da Balaiada.

Na análise dos dois casos, atentando-se não só à aprovação ao recurso mas também às recusas à sua aplicação, destaca-se o modo como a medida regulada pelo §35 passou a ser vista, cada vez mais, como insuficiente à resolução dos conflitos e reposição da ordem e da paz nas províncias rebeladas. Ao mesmo tempo em que um novo rol de medidas auxiliares passou a ser reivindicado juntamente à suspensão de garantias – particularmente recursos advindos da legislação militar do país –, parte dos parlamentares pareceu mesmo disposta a abdicar por completo do §35 em nome de um novo rol de medidas de salvação pública.

Particularmente os anos de 1839 a 1841 foram marcados, assim, por esse duplo movimento em torno do dispositivo de suspensão de garantias, ao qual a aprovação da Lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo Criminal de 1832, veio dar uma espécie de desfecho, influenciando diretamente a última aplicação do §35 no país, mais precisamente no contexto das revoltas deflagradas em São Paulo e Minas Gerais em 1842, e o posterior abandono da medida.

Como afirmado acima, os *Anais da Câmara dos deputados e do Senado* conformaram nossas principais fontes de pesquisa. Paralelamente, consultamos as *Coleções de Leis do Império do Brasil*, fundamentais à identificação de uma série de decretos e regulamentos concernentes à suspensão de garantias. À análise de tais documentos, aliamos o exame dos relatórios ministeriais produzidos no período, particularmente aqueles emanados da pasta da Justiça, bem como alguns dos relatórios apresentados pelos presidentes de província na abertura dos trabalhos legislativos de suas localidades, recorrendo ainda à imprensa da época na tentativa de mapear debates públicos em torno da questão, bem como os impactos que a suspensão de garantias exerceu em conjunturas específicas.

Ainda que tenhamos recorrido, ao longo de toda a pesquisa e escrita desta tese, a uma série de trabalhos bibliográficos fundamentais à compreensão dos períodos estudados e das linhas de força políticas, legislativas, e sociais a atuar nas diferentes conjunturas sob análise, por diversos momentos a pesquisa se concentrou de forma quase exclusiva nas fontes de época, particularmente na abordagem de conjunturas ou temáticas praticamente inexploradas pela historiografia ou História do Direito nacional.

Capítulo 1

Suspensão de garantias: entre a Constituição e a primeira legislatura

Também não é este o lugar de ventilar a questão, se as comissões militares são boas ou más; o governo está autorizado para dar as providências necessárias e suspender as formalidades, quando o julgar preciso: o que nos compete é saber se foram bem ou mal aplicadas essas providências.

José Clemente Pereira, 22 de maio de 1826.

Se o governo pode suspender as formalidades, deve contudo fazer processar os culpados nos juízos estabelecidos. A constituição declara expressamente que ninguém será julgado por uma lei posterior ao delito, nem por um tribunal desconhecido nas leis, nem por meio de um processo, em que não é ouvido o réu. [...] Ainda mesmo a autoridade, que dá a constituição para se levantarem as formalidades, não é tão ampla, que fique a arbítrio dos ministros o fazê-lo, quando e como quiserem.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, 22 de maio de 1826.

Os posicionamentos manifestos por José *Clemente Pereira* (representante eleito pela província do Rio de Janeiro) e Bernardo Pereira de *Vasconcelos* (deputado por Minas Gerais)¹ na sessão da Câmara dos deputados de 22 de maio de 1826, refletiam as concepções distintas destes representantes sobre a legitimidade e constitucionalidade da criação de comissões militares no Império do Brasil, bem como sobre as ligações existentes entre esses tribunais extraordinários e a aplicação da “suspensão das formalidades” no país. O debate em que tomavam parte iniciara-se com uma indicação de José *Custódio Dias* (MG), enviada à mesa da Casa no dia 20 de maio, demandando do governo, entre outras coisas, esclarecimentos sobre a manutenção, ou não, no país, de “alguma comissão militar”².

Para Custódio Dias, frente a um quadro de “liberdade vacilante”, era premente findar com as comissões militares, “de que tem resultado um gravame insuportável aos povos, e um jugo tirânico”. Lido na sessão de 20 de maio de 1826, o pedido de esclarecimento do deputado entrou em discussão aos 22 do mesmo mês e, em acordo

¹ Optamos por grafar os nomes completos dos representantes brasileiros sempre quando de sua primeira aparição, indicando em itálico o modo como eram referidos nos *Anais da Câmara dos deputados* e nos *Anais do Senado*. Na maioria dos casos, em suas subseqüentes aparições, esses personagens foram referidos unicamente pela abreviação utilizada nos *Anais*.

² *Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados* (doravante APB-CD), sessão de 20 de maio de 1826; p. 106. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>.

com os Anais da Câmara: “Sobre esta indicação suscitou-se um vivo debate, no qual falaram muitos Srs. deputados”³.

Tratando da questão, os deputados discorreram essencialmente sobre a necessidade, ou não, de se cobrar do governo a prestação de contas sobre as comissões criadas no período anterior à abertura da Assembleia geral, bem como sobre a própria constitucionalidade destes tribunais no Império do Brasil.

Entre a outorga da Constituição brasileira de 1824 e a abertura dos trabalhos legislativos no Império, em maio de 1826⁴, ao menos cinco comissões militares haviam sido criadas no país: em 26 de julho e 5 de outubro de 1824, respectivamente, nas províncias de Pernambuco e Ceará, em decorrência da Confederação do Equador; em 16 de novembro de 1824, na província da Bahia, para a repressão do movimento conhecido como Levante dos Periquitos; e em 19 de maio em 1825, na província Cisplatina e na do Rio Grande de São Pedro do Sul, onde se desenrolava, então, a chamada Guerra da Cisplatina.

Em todos estes contextos, a criação destes tribunais esteve associada à aplicação, pelo governo, do dispositivo regulado pelo §35 do artigo 179 da Carta de 1824. Entre julho de 1824 e maio de 1825, portanto, o governo brasileiro recorreu ao §35 para lidar com todas as revoltas supracitadas, suspendendo uma parcela ou a totalidade das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos das províncias em que transcorreram as sublevações, e criando, para o julgamento dos rebeldes, comissões militares desobrigadas de seguirem as formalidades dos processos crime⁵.

Mal haviam se iniciado os trabalhos do Legislativo, portanto – cuja primeira sessão ordinária ocorreu aos 6 de maio de 1826 –, e os deputados debatiam sobre a necessidade de se cobrar do governo os esclarecimentos constitucionalmente previstos

³ APB-CD, sessão de 22 de maio de 1826; p. 116.

⁴ Para o interregno transcorrido entre a outorga da Constituição e a abertura do Legislativo nacional ver: Roderick J. Barman. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. California: Stanford University Press; especialmente p.123-139; Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira. “O Primeiro Reinado em Revisão”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. *O Brasil Imperial. Volume 1: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011, p. 137-173; e Monica Duarte Dantas e Marina Garcia de Oliveira. “A ‘mal-aventurada escolha’: D. Pedro I e a nomeação dos Senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do legislativo brasileiro”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177 (472); 77-116, jul./set. 2016.

⁵ Ver: Decretos de 26 de julho, 5 de outubro e 16 de novembro de 1824. *CLIB de 1824. Parte II*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886; p. 47-48, p. 68 e p. 82; e Decretos de 18 e 19 de maio de 1825. *Coleção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885; pp. 52-54.

em razão do recurso àquele dispositivo, discorrendo ainda sobre a legitimidade, ou não, da formação de comissões militares no país.

Apoiando ou combatendo a indicação apresentada por Custódio Dias, os representantes que se manifestaram na contenda recorreram a distintas interpretações do §35 do art. 179, questionando os limites inerentes à sua aplicação e vigência, as instâncias responsáveis por sua criação e extinção, e o modo como as comissões militares pré existentes, ou ainda vigentes no país, se relacionavam com a medida de suspensão das garantias.

Se para deputados como Vasconcelos, José *Lino Coutinho* (BA), José Custódio Dias e Raimundo José da *Cunha Matos* (GO), por exemplo, havia-se que atentar aos limites constitucionais do §35 e, especialmente, à odiosidade das comissões militares, cabendo ao governo prestar contas de sua aplicação e esclarecer os representantes quanto à sua legalidade, Clemente Pereira defendia que, uma vez autorizada a suspensão das garantias pelo governo, ficava o mesmo autorizado, também, à criação de comissões militares quando julgasse necessário.

Ainda que, mais que posicionamentos rígidos sobre o assunto, tenham prevalecido nesses debates as dúvidas e, particularmente, a desinformação dos deputados quanto aos pontos em discussão – com alguns deles revelando ignorar, por exemplo, a formação de comissões militares em diferentes pontos do território nacional⁶ –, parte dos representantes fez questão de compartilhar com o plenário suas interpretações do texto constitucional.

Um deputado como José Lino Coutinho, por exemplo, defendeu que, se era constitucional a suspensão de garantias pelo governo, havia, contudo, limites legais à sua aplicação, cabendo não apenas a posterior prestação de contas à Assembleia, mas também o estabelecimento de limites às formalidades passíveis de suspensão que, em acordo com seu discurso, restringiam-se àquelas relacionadas à prisão dos suspeitos.

A constituição manda, que os ministros vendo que é necessário levantar o *Habeas Corpus* e prender algum cidadão sem culpa formada, poderão suspender todas as formalidades. Destes atos contra os direitos e garantias individuais, diz a constituição, que os ministros, logo que se achar instalada a assembleia legislativa, darão os motivos que os obrigaram a praticar assim. Prender um

⁶ Se em uma de suas primeiras falas, por exemplo, Lino Coutinho afirmou desconhecer outra comissão militar para além da criada no Ceará em 1824 – para cuja dissolução confirmava ter-se já passado ordem –, Cunha Matos esclareceu o plenário, na sequência, sobre as comissões militares ainda vigentes na Província Cisplatina, “tanto em terra como no mar”. Falando um pouco mais à frente, o padre Miguel José *Reinau* (PE) aludiu, por sua vez, à criação, também na província de Pernambuco, de tribunal semelhante – “porém não achando matéria de que tratar, mandou-se o juiz do crime proceder à devassa”.

cidadão sem culpa formada, e criar tribunais, é um ataque feito à constituição, por conseguinte o ministro é obrigado a dar conta⁷.

Seguindo pela mesma vereda interpretativa, Vasconcelos defenderia abertamente a inconstitucionalidade das comissões militares. Após uma primeira manifestação em que insistiu nos limites impostos à aplicação do dispositivo de dispensa das formalidades e sustentou a desautorização do governo para processar os culpados fora dos juízos estabelecidos, o deputado empreendeu uma leitura pormenorizada do texto constitucional, apontando as irregularidades que reconhecia nos procedimentos do governo.

Em sua opinião, a compreensão dos artigos e parágrafos constitucionais devia se dar pela confrontação de uns com outros, “para que não resulte contradição ou absurdo”. Procedendo à leitura dos parágrafos 11 e 17 do artigo 179 da Carta de 1824, em acordo com os quais ficavam proibidos, respectivamente, o sentenciamento de qualquer cidadão senão por autoridade competente, em virtude de lei anterior e na forma por ela prescrita (§11), e a criação de comissões especiais, nas causas cíveis ou criminais (§17), o deputado afirmou:

Se ao Governo compete alterar, como quiser, todas as formalidades estabelecidas na Constituição, então estes paragraphos são oppostos ao §35. Se não ha Comissões Especiaes; se ninguém pode ser julgado senão pelo modo estabelecido nas Leis; como he que diz o honrado Membro, que o governo pode crear Tribunaes para regularem tudo à sua fantasia? **Isto he acabar com tudo.**⁸

No entendimento de Vasconcelos, à vista de tais contradições, tornava-se urgente que a Câmara fosse esclarecida e que, nesse sentido, se pedisse informações aos diferentes ministros.

Manifestando-se nos mesmos debates, Cunha Matos e Custódio Dias concentraram seus discursos em atacar a legalidade das comissões militares, pintando-as com tintas bastante carregadas e pleiteando sua extinção. Na opinião desses representantes, uma vez que se tratava de instrumento odioso de que o governo se armara, ainda quando houvesse possíveis justificativas à sua criação, era inadmissível que permanecessem ativas por intervalos prolongados de tempo. Denunciando, assim, a vigência de comissões militares no país por meses a fio, cobravam urgentes esclarecimentos do governo⁹.

⁷ APB-CD, sessão de 22 de maio de 1826; p. 117.

⁸ Idem; p. 118. Grifo meu.

⁹ Idem; p. 116.

Exprimindo-se sobre a questão, Manuel José de *Souza França* (RJ) disse considerar os esclarecimentos do ministério no tocante às comissões militares fundamentais ao desenvolvimento dos trabalhos da Câmara e ao cumprimento de seu papel de “sentinela da liberdade e guarda das garantias individuais”. Como ele, Cunha Matos se dizia persuadido da necessidade de tais notícias: “Trata-se da salvação da pátria, trata-se da vida dos cidadãos, eles formam parte da nação; se desprezarmos a sua vida, desprezaremos também a existência da nação”¹⁰.

De acordo com Souza França, tendo os deputados conhecimento da existência de comissões militares no Império, tratava-se agora de saber se continuavam a vigor “por esquecimento”. Apenas munidos de tais informações, dizia ele, poderiam os deputados tomar as providências necessárias: “Se o ministro disser que, nenhuma [comissão militar] existe, e algum Sr. Deputado souber do contrário, decreta-se a acusação do ministro. (*Apoiado!*)”¹¹.

Na primeira ocasião, portanto, em que um debate sobre a suspensão das garantias constitucionais e a formação de comissões militares tomava corpo no legislativo nacional, via-se, para além do despreço dos deputados àqueles tribunais, o amplo espectro de dúvidas a circundar a questão e a pautar sua atuação. A que direitos, garantias ou formalidades remetia o §35 do art. 179 ao referir-se à possível dispensa de “algumas das formalidades que garantem a liberdade individual”? Dentre as garantias passíveis de suspensão, estavam as que asseguravam aos cidadãos um julgamento em acordo com a ordem vigente do processo? E o que dizer da proibição constitucional das comissões especiais? Aplicado o §35 do art. 179, quantas das ditas formalidades poder-se-ia suspender de uma só vez e por quanto tempo? A que conjunturas devia responder a aplicação deste dispositivo? A que autoridades cabia a execução da medida e que consequências e compromissos assumiam uma vez levada a cabo a suspensão?

Ainda que um ou outro deputado parecesse possuir respostas a tais questões, a maioria dos discursos pronunciados em 22 de maio de 1826, para além do despreço às comissões militares, avançou pouco em esclarecer as dúvidas que pairavam sobre a matéria.

Ao longo de 1826 e pelos anos que se seguiram, nas diferentes circunstâncias em que a temática da suspensão das garantias constitucionais, bem como da legitimidade, ou não, da criação de comissões militares no Império, veio à tona, os

¹⁰ Idem; p. 117.

¹¹ Idem. Ibidem.

deputados apresentaram, em linhas gerais, os mesmos tipos de dúvidas e desconfortos ante a questão, conformando uma tônica que marcaria a abordagem da temática, como veremos, até pelo menos o mês de julho de 1829.

No ano legislativo de 1826, a questão da suspensão das garantias e da criação de comissões militares voltou ao plenário da Câmara ao longo de diferentes discussões. Ainda que, de um modo geral, os deputados tenham invocado a defesa dos direitos dos cidadãos do Império nas diferentes circunstâncias em que desconfiaram de ataques cometidos a estes direitos por autoridades governamentais – fosse em casos de prisão sem culpa formada e ausência de pronúncia ou julgamento dos réus, fosse em resposta a denúncias de recrutamento forçado e deslocamento interno de recrutas sob forte violência –, neste ano específico, a temática das garantias dos cidadãos esteve diretamente atrelada a dois importantes projetos de lei apresentados à Casa, aparecendo ainda em pelo menos dois pedidos formais de esclarecimentos ao governo.

Os projetos de lei que aludiram à questão foram, respectivamente, o “Projeto de Lei da Responsabilidade dos Ministros, e Secretários de Estado, e da maneira de proceder contra eles”, lido pela primeira vez na Câmara na sessão de 30 de maio de 1826, e o “Projeto de lei sobre a abolição dos juízos privativos”, apresentado na sessão de 19 de junho de 1826, ambos de autoria da comissão de leis regulamentares. Já no tocante aos pedidos de esclarecimento, para além da indicação de Custódio Dias, demandando do governo informações sobre a conservação, no país, das comissões militares criadas em 1824 e 1825, também o deputado Nicolau Pereira de Campos *Vergueiro* (SP), em 14 de junho de 1826, propôs que se requeresse ao ministério dos Negócios do Império, informações acerca do modo como se vinha procedendo à suspensão das garantias constitucionais no país.

Nota-se, neste sentido, a premência do tema e o esforço dos representantes em compreender o dispositivo regulado pelo §35 do art. 179 da Constituição, bem como estabelecer limites claros à sua aplicação. Possivelmente impactados pelo recurso frequente, por parte do governo brasileiro, entre 1824 e 1825, à suspensão das formalidades que garantiam as liberdades individuais dos cidadãos e à criação de comissões militares no país – num momento em que o Legislativo ainda se encontrava inoperante –, os deputados brasileiros dedicaram-se a tais temáticas, em 1826, em escala bastante desigual daquela identificada, por exemplo, para 1827 e 1828 (anos

em que, para além da tramitação dos projetos de lei supracitados, praticamente não se discutiu o tema).

Já em 1829, novamente impactados pelo recurso à suspensão das garantias e pela criação de uma comissão militar em Pernambuco – oficializadas por decretos do Executivo passados aos 27 de fevereiro daquele ano, em resposta ao movimento que ficaria conhecido como “República de Afogados”¹² –, os deputados voltaram a discutir com afínco a questão, que ocupou sua pauta, de forma intensa, da sessão extraordinária inaugurada em abril, até meados de julho de 1829.

Ao final de outubro de 1829, um novo decreto de suspensão das garantias constitucionais – referente, desta vez, à província do Ceará, às voltas com desordens que, poucos anos depois, desembocariam na chamada “Sedição de Pinto Madeira” (1831-1832)¹³ – trouxe o assunto novamente à tona no país, ocupando parte das sessões parlamentares de 1830.

Se entre 1824 e 1829, o recurso à suspensão das garantias constitucionais partiu exclusivamente do poder Executivo (até 1826, por conta da inexistência do Legislativo e, desta data em diante, em razão de ter-se recorrido à medida nos intervalos das reuniões parlamentares), a abertura da Assembleia, em 1826, e a vigilância constante dos parlamentares, logrou impor limites à aplicação do §35, plasmando uma compreensão sobre o dispositivo que ressoaria no corpo legislativo até, pelo menos, 1834.

1.1. Os debates sobre suspensão de garantias e comissões militares na primeira legislatura

Quando da abertura do Legislativo brasileiro, em maio de 1826, os representantes recém-instalados na Câmara temporária houveram por bem demandar rapidamente do governo a prestação de contas sobre os acontecimentos transcorridos previamente à sua reunião. Mostrando-se preocupados, desde o início de seus trabalhos, com a vigência das comissões militares criadas a norte e sul do país, aludiram, por mais de uma vez, à odiosidade daqueles tribunais e à tirania e arbitrariedade que identificavam com a sua execução.

¹² Decretos de 27 de fevereiro de 1829. *CLIB de 1829. Parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877; pp. 24-25.

¹³ Decreto de 31 de outubro de 1829. *Índice dos Atos do Poder Executivo de 1829. Parte II*; pp. 309-310.

Haja vista as escassas notícias de que dispunham sobre as comissões militares formadas – e ainda vigentes – nas províncias Cisplatina e do Rio Grande do Sul, bem como o desconhecimento que haviam revelado possuir sobre aquela concretizada na Bahia em 1824¹⁴, é razoável presumir que o desapareço dos representantes a estes tribunais adviesse da memória ainda viva que possuíam das comissões militares formadas em Pernambuco e no Ceará, para o julgamento dos rebeldes da Confederação do Equador¹⁵.

Consoante Adriana Barreto de Souza e Angela Moreira Domingues da Silva, entre 1822 e 1827, a justiça militar do nascente Império organizava-se em torno de três instituições ordinárias, quais fossem, os Conselhos de Disciplina, os Conselhos de Guerra e o Conselho Supremo Militar e de Justiça (CSMJ), e uma instituição de exceção, a Comissão Militar¹⁶. As comissões militares não configuravam, portanto, o tribunal por excelência a que se recorria em casos de crime militar. Pelo contrário, nesses casos recorria-se, em primeira instância, aos Conselhos de Guerra, e em segunda instância, ao Conselho Supremo Militar e de Justiça, exclusivamente voltados a militares, diferentemente das comissões, que julgavam também os civis envolvidos em sublevações.

Na definição das autoras, na qualidade de tribunal de exceção, “a comissão militar era um dispositivo acionado para dar ares de julgamento à ação do Estado na repressão a movimentos contestatórios”¹⁷. Presididos pelo comandante das forças de repressão atuantes nos locais de sua criação, tais tribunais deveriam ser integrados unicamente por militares “sem contar com a presença de sequer um juiz togado”. Sem direito a defesa, os réus julgados por comissões militares eram processados de forma

¹⁴ A comissão militar formada na Bahia, em 1824, por meio do decreto supracitado de 16 de novembro do mesmo ano, visara à repressão do movimento conhecido como “Levante dos Periquitos”. Sobre este movimento ver: João José Reis e Hendrik Kraay. “‘The Tyrant is Dead!’: The Revolt of the Periquitos in Bahia, 1824”. In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 89, p. 399-434, 2009; Luis Henrique Dias Tavares. *O Levante dos Periquitos*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Bahianos, 1990; e Idem. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003.

¹⁵ Sobre a Confederação do Equador ver, dentre outros: Evaldo Cabral de Mello. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004; Glacyra Lazzari Leite. *Pernambuco, 1824: A Confederação do Equador*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1989; e Denis Antonio de Mendonça Bernardes. “A gente ínfima do povo e outras gentes na Confederação do Equador”. In: Monica Duarte Dantas (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livre pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011; pp. 131-166; pp. 148-152.

¹⁶ Adriana Barreto de Souza e Angela Moreira Domingues da Silva. “A Organização da Justiça Militar no Brasil: Império e República”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº58, p. 361-380, maio-agosto 2016; p. 365.

¹⁷ Idem; p. 369.

sumária e verbal e, nos casos de incursão na pena de morte, quase sempre executados prontamente, sem direito à clemência imperial.

Enquanto a criação da comissão militar de Pernambuco foi determinada por decreto emitido aos 26 de julho de 1824 – mesma data de expedição do decreto que autorizou, ali, a suspensão do §8 do art. 179 da Constituição, em acordo com o qual ficavam proibidas, no país, as prisões sem culpa formada –, o tribunal do Ceará, reconhecido como uma extensão daquele de Pernambuco, foi criado por decreto de 5 de outubro de 1824. O objetivo de tais comissões militares, expressamente definido no decreto de 26 de julho, era o de punir com pronto castigo, por meio de processo sumário e verbal, os chefes e cabeças “de tão nefando crime”, “como convém para extirpar tão contagioso mal, e fazer restituir a boa ordem, paz e segurança pública” das províncias¹⁸.

Como resultado do estabelecimento destes tribunais, reunidos unicamente em finais de 1824¹⁹, mais de 20 rebeldes foram condenados à morte pela incursão nos crimes de “sedição e revolta”²⁰, executando-se, nos primeiros meses de 1825, ao menos dez deles. Por ordem da comissão militar de Pernambuco, foram executados frei Joaquim do Amor Divino Caneca, Agostinho Bezerra Cavalcante e Sousa, Joaquim Loureiro e Antonio Macário de Moraes. Pela comissão do Ceará, Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó, João de Andrade Pessoa, Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Luiz Ignacio de Azevedo e Feliciano José da Silva Carapinima²¹. Dos réus sobreviventes ou sentenciados a outras punições, muitos foram forçados ao exílio ou ao degredo perpétuo, dentre os quais o próprio presidente da Confederação, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, e figuras como José da Natividade Saldanha, José Francisco Vaz Pinto Carapeba e Francisco Leite da Silva.

¹⁸ *CLIB de 1824*. Op. cit.; p. 47-48

¹⁹ Os motivos do interregno de alguns meses transcorrido entre a rendição da Câmara de Olinda (em setembro de 1824) e a criação da comissão militar de Pernambuco (ao final de dezembro do mesmo ano) são analisados por Adriana Barreto de Souza, em sua biografia sobre o duque de Caxias, ao tratar da atuação de seu pai, Francisco de Lima e Silva, na repressão à Confederação do Equador. Por meio desta análise, Souza demonstra a reticência com que Francisco de Lima desempenhou suas funções de presidente da comissão militar de Pernambuco e o modo como buscou, até o final de janeiro de 1825, interromper as execuções de rebeldes, demandando a clemência do imperador a diferentes réus pronunciados pela comissão. Adriana Barreto de Souza. Op. cit., 2008; p. 138-160.

²⁰ O fundamento legal de tais condenações era o estabelecido no Título VI do Livro V das Ordenações Filipinas, intitulado “Do crime de lesa-majestade”. Ver: Monica Duarte Dantas. “Revoltas, motins, revoluções: das Ordenações ao código criminal.”. In: Idem (org.). *Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda; 2011; p. 10-12.

²¹ As relações dos réus sentenciados à morte e executados pelas comissões militares de Pernambuco e do Ceará, bem como a lista dos réus banidos, degredados, inocentados ou entregues à justiça ordinária, foram apresentadas aos deputados na sessão de 12 de junho de 1826.

Haja vista os traumáticos resultados dos julgamentos empreendidos por tais tribunais, não espanta que, recém reunida a Assembleia, os deputados cobrassem do governo esclarecimentos sobre o recurso às comissões militares no país e sobre a vigência daquelas criadas nas províncias do sul, cuja guerra ainda transcorria, enfatizando sua odiosidade e o desejo de que não mais se repetissem no país.

A demanda por esclarecimentos

Os debates travados na Câmara dos deputados aos 22 de maio de 1826, como vimos, versaram fundamentalmente sobre um pedido de esclarecimentos ao governo, apresentado por Custódio Dias, concernente às comissões militares formadas no país previamente à abertura do Legislativo. Ao final da discussão, o pedido acabou aprovado e, junto a ele, votou-se positivamente ainda por uma segunda indicação, demandando do governo, em suas diferentes secretarias, “a conta de todos os atos, que a constituição obriga a dar às Câmaras, logo que se acham reunidas em sessão”²².

Respectivamente em 26 e 27 de maio de 1826, tais demandas foram formalmente registradas dentre as resoluções da Câmara, materializando-se, respectivamente, em um pedido de esclarecimentos ao ministro da Justiça, o visconde de Caravelas, sobre a manutenção das “comissões militares que se mandaram criar para julgar os rebeldes de algumas províncias”²³; e na proposta de que o governo, por meio dos ministérios dos Negócios do Império, Justiça, Marinha, Guerra, Fazenda e Relações Exteriores, desse parte à Câmara, dos negócios da pública administração a que se viam obrigados pela Constituição, a fim de que a Casa pudesse “deliberar com o maior acerto as providências legislativas de que necessitar cada um dos seus ramos”²⁴.

No que tange à primeira indicação, especificamente concernente às comissões militares, a resposta do ministro da Justiça veio à tona na sessão de 30 maio, com a leitura do ofício por ele assinado no dia anterior. Por meio deste ofício, o ministro dizia querer esclarecer a deputação de que, por sua repartição, só haviam sido criadas comissões militares nas províncias de Pernambuco e Ceará, “para sentenciarem os cabeças das revoluções das mesmas províncias, as quais já se achavam extintas”. Complementando as informações então disponibilizadas aos deputados, o visconde de Caravelas afirmava que, “por outras repartições militares de mar e terra” havia-se

²² APB-CD, sessão de 22 de maio de 1826; p. 119.

²³ APB-CD, sessão de 26 de maio de 1826; p. 143.

²⁴ APB-CD, sessão de 27 de maio de 1826; p. 156.

criado comissões para o julgamento de militares incursos na rebelião da província Cisplatina, ordenando-se, na sequência, “que fossem extensivas estas comissões a todos os paisanos compreendidos naquele delito”. Em acordo com o ministro, no entanto, não constava, até o momento, que se tivesse posto em exercício a última disposição²⁵.

A leitura do ofício de Caravelas, revelando a criação, no país, de outras comissões militares para além daquelas sob sua responsabilidade, instituídas pelas “repartições militares de mar e terra”, levou o plenário a decidir que também ao ministério da Guerra, na pessoa do barão de Lages (João Vieira de Carvalho), se expedisse pedido de esclarecimentos²⁶.

Em ofício lido no plenário aos 9 de junho de 1826, o ministro da Guerra do Império revelou à Câmara que, “em consequência da notória sedição de parte da tropa da Bahia, matando seu general, e da rebelião declarada na Cisplatina”, havia-se criado comissões militares nas duas províncias, bem como na do Rio Grande de São Pedro. Ainda em suas palavras, extinguindo-se a comissão formada na Bahia, “logo que os chefes da sedição foram sentenciados”, restavam as outras duas, não constando ao governo terem, até o momento, “exercido função alguma das que lhes foram prescritas no decreto de sua criação”²⁷.

À mesma altura em que foram lidos estes ofícios, apareceram na Câmara algumas poucas respostas à resolução de 27 de maio do mesmo ano (que havia requerido às diferentes pastas ministeriais do Império informações sobre os negócios da administração pública sob seu comando). Em linhas gerais, tais respostas não apresentavam aos deputados informações de importância²⁸, com o ministro dos Negócios do Império, José Feliciano Pinheiro, chegando a se declarar desobrigado de qualquer prestação de contas senão em caso de falecimento do monarca, ou vacância do trono, “caso que felizmente não se acha verificado”. Ao final do documento afirmava, contudo, que o governo transmitiria “pontualmente ao conhecimento da

²⁵ APB-CD, sessão de 30 de maio de 1826; p. 186-187.

²⁶ Na pequena discussão desenrolada neste contexto, o secretário da Casa, o deputado Souza França, esclareceu ao plenário que oficiara exclusivamente ao ministro da Justiça, no que respeitava às comissões militares, por não poder imaginar que, pela repartição da Guerra “também se tivessem criado comissões militares, por parecer este objeto privativo do ministro da justiça”. Idem; p. 192.

²⁷ APB-CD, sessão de 9 de junho de 1826; p. 83.

²⁸ Nas palavras dos ministros da fazenda (Manuel Jacinto Nogueira da Gama, o visconde de Baependi) e da justiça, por exemplo, os dados requisitados pelo legislativo ainda não se encontravam coligidos pelas respectivas secretarias, uma vez que os pedidos de informação por elas enviados às províncias ainda não haviam retornado. APB-CD, sessão de 30 de maio de 1826; p. 186.

mesma câmara, informações exatas sobre cada um dos ramos que em especial se lhe indicarem que estejam a cargo da repartição dos negócios do Império”²⁹.

É surpreendente constatar que, no primeiro ano de funcionamento da Assembleia, o governo tenha sido tão resistente em oferecer aos parlamentares as prestações de contas de que necessitavam para o pleno exercício de suas atribuições. Haja vista as dificuldades impostas ao trabalho dos representantes na ausência de tais informações – concernentes, afinal, à situação geral do Império e ao bom ou mau cumprimento que vinha tendo no país o texto constitucional – os deputados buscaram articular maneiras de chegarem aos dados de que necessitavam. Nesse percurso, consoante Luis Henrique Rechdan, lograram firmar uma interpretação em acordo com a qual cabia efetivamente a eles não apenas a elaboração das leis, mas também a solicitação de “ilustrações” ao governo sobre os mais diferentes temas. Tais pedidos de informações e esclarecimentos, nas palavras do autor, deviam necessariamente se relacionar ao cumprimento das atribuições parlamentares dos deputados, conferidas pela Carta de 1824, tendo-se transformado, afinal, “em um dos principais mecanismos de controle dos atos ministeriais” com o passar dos anos³⁰.

Aos 14 de junho, o deputado Vergueiro apresentou à Câmara nova proposta de cobrança de informações ao Executivo, elaborada, agora, exatamente nos termos indicados pelo ministro dos negócios do Império. Por meio desta proposta, demandava-se, então, daquela secretaria, “informações circunstanciadas sobre os seguintes objetos, com exposição do estado atual de cada um, e indicação das medidas legislativas que lhe convém”. Dentre os 15 objetos designados pela proposta encontravam-se desde “saúde pública”, “agricultura” e “comércio interno”, até “minas”, “salinas”, “instrução” e “casas de caridade”³¹.

O 15º ponto da proposta vinha originalmente formulado nos seguintes termos: “Se as garantias individuais tem sido suspensas na conformidade do art. 179 da constituição, e uma relação de todas as medidas tomadas em consequência da suspensão”, e após avaliação da comissão de Constituição da Câmara (composta pelos deputados Lucio Soares *Teixeira de Gouveia*, eleito por Minas Gerais, Lino Coutinho e Vasconcelos), recebeu, como 13º ponto, a seguinte redação: “Sobre o artigo 179,

²⁹ APB-CD, sessão em 1 de junho de 1826; p. 10.

³⁰ Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. *Constituição e Responsabilidade. A articulação de mecanismos para controlar os atos ministeriais pela Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2016; pp. 168-169. Sobre esta questão ver: pp. 159-192.

³¹ APB-CD, sessão de 14 de junho de 1826; p. 118-119.

parágrafo 35: Se as garantias individuais tem sido suspensas na forma da constituição, uma relação motivada das disposições, e de outras medidas de prevenção tomadas a este respeito”³².

Consoante Vergueiro, se a Constituição facultava ao poder Executivo o direito de suspender as garantias dos cidadãos, não apenas limitava esse poder pelo tempo que fosse indispensável, como obrigava o governo a prestar contas de tais atos: “Esta conta portanto já deveria achar-se pronta para ser presente à assembleia, que de nenhuma maneira poderá desempenhar a obrigação, que lhe é imposta, de examinar semelhantes atos, e os abusos neles praticados, sem que lhe sejam comunicados competentemente”.

Na sessão de 15 de junho de 1826, procedeu-se à leitura de um ofício do Ministro da Justiça, o visconde de Caravelas, que, dizendo responder aos deveres que lhe impunham o seu cargo e a Constituição, vinha prestar esclarecimentos sobre a execução do §35 do artigo 179: “remetendo a V. Ex. para serem constantes à câmara dos deputados, as listas inclusas, tanto das pessoas, que sendo classificadas em cabeças das rebeliões das província de Pernambuco e Ceará, foram processadas, sentenciadas pelas respectivas comissões militares [...] como das que foram remetidas às justiças ordinárias [...]”³³.

De acordo com Caravelas, as listas mostravam a sorte que haviam tido os “réus presos, ou ausentes fugitivos”, considerando-se o ministro escusado, no entanto, “perante uma câmara, composta de membros tão conspícuos”, de produzir razões para justificar “as medidas extraordinárias que o governo, **firmado na suprema lei da salvação da pátria, e autorizado pelo citado §35 do art. 179**, empregou na dura necessidade de aniquilar” uma rebelião cujos autores haviam tornado “incompatível a guarda dos seus direitos individuais com a conservação, e defesa dos cidadãos pacíficos das demais províncias do Império”, que eles buscavam envolver em sua causa e arrastar à subversão³⁴. Ao texto do ofício, seguia-se a lista dos réus sentenciados e dos fugitivos, não se procedendo, contudo, a quaisquer debates sobre o conteúdo da mesma.

³² Idem; p. 126-127.

³³ APB-CD, sessa de 15 de junho de 1826; p; 144.

³⁴ Ofício de conteúdo praticamente idêntico a este foi lido, também aos 15 de junho de 1826, no plenário do Senado brasileiro. Aos 20 de junho, a comissão de legislação do senado emitiu parecer sobre o ofício e tal documento foi brevemente discutido na sessão de 23 de junho. ASIB, sessões de 15, 20 e 23 de junho de 1826, pp. 70, 96 e 121. Grifo meu.

Aos 17 de junho de 1826, fundado no supracitado ofício do ministro da Justiça, Candido José de *Araújo Viana* (deputado eleito pela província de Minas Gerais) solicitou a supressão do 13º quesito do pedido de esclarecimentos ao governo, relativo à suspensão das garantias individuais. Nas palavras do deputado: “nesta parte já fomos satisfeitos pelo ministro da justiça, no ofício que dirigiu à Câmara, e até porque parece que este objeto é mais próprio daquela repartição”. A proposição do deputado desencadeou uma sequência de manifestações que, uma vez mais, denunciavam as dúvidas e desentendimentos com que se deparavam os deputados ao lidarem com as prescrições do §35.

Em linhas gerais, os debates se concentraram sobre a validade da solicitação de Araújo Viana, uma vez que, na opinião de vários deputados, outras repartições, além daquela da Justiça, haviam se envolvido em episódios de ataque às garantias constitucionais, devendo, por isso, prestar contas à Casa. A discussão, no entanto, pautou-se desde o início por um equívoco de parte dos deputados, que confundiram, em suas falas, os ataques empreendidos por diferentes autoridades às garantias dos cidadãos – por meio de prisões sem culpa formada, degredo forçado ou julgamento fora das províncias de origem³⁵ –, com a suspensão efetiva das formalidades constitucionais prevista no §35 do art. 179³⁶.

Para além de seu intuito de questionar a administração quanto à guarda das garantias, o abuso de poder e as infrações da Constituição cometidas, de um modo geral, previamente à abertura da Assembleia, no que tangia especificamente à aplicação do §35 do art. 179, os representantes revelavam ter dúvidas quanto à prerrogativa de recurso àquele dispositivo pelas diferentes pastas ministeriais. Se

³⁵ Se a referência constante dos deputados brasileiros aos ataques cometidos às garantias dos cidadãos do Império fundava-se, em termos gerais, nas diversas petições e requerimentos que, desde a abertura do legislativo, haviam recebido de cidadãos de diferentes províncias do país – denunciando as injustiças cometidas contra eles ou contra conhecidos e parentes seus –, havia também um substrato mais específico a pautar o tom e conteúdo dos debates travados em junho de 1826, sobre as garantias individuais. Tratava-se, especialmente, do fato de simultaneamente a esta discussão, estarem em debate na Câmara dois casos específicos de abuso dos direitos dos cidadãos por autoridades governamentais. Em primeiro lugar, entre os dias 7 e 12 de junho, tomara corpo na Câmara o debate sobre a prisão sem culpa formada, desde 1824, de indivíduos acusados de participação na Confederação do Equador, trazidos de suas províncias ao Rio de Janeiro e mantidos na prisão da corte. A questão apareceu pela primeira vez na sessão de 6 de junho, gerando já bastante debate. Em 7 de junho, a câmara solicitou explicações sobre o ocorrido ao ministro da Guerra, o barão de Lages. Em 12 de junho, chegou à Câmara a resposta do ministério, com a relação circunstanciada dos motivos da prisão dos referidos solicitantes. A segunda questão, trazida ao plenário em 16 de junho, concernia a milicianos trazidos à força de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, para integrarem as tropas de 2ª linha do Império na campanha da Cisplatina. Após discussão sobre a questão, uma resolução da Câmara foi encaminhada ao ministro da Guerra solicitando esclarecimentos sobre o ocorrido, seguindo-se, daí, uma série de respostas e debates nas sessões de 17 de junho e de 13, 18 e 26 de julho.

³⁶ Os debates analisados na sequência, travados na sessão do dia 17 de junho de 1826, encontram-se registrados entre as páginas 190 e 192 dos Anais da Câmara dos deputados.

Araújo Viana defendia, assim, que a expedição das ordens e decretos necessários à dispensa das formalidades – fosse ela decidida pela Assembleia, fosse pelo poder Executivo –, cabia unicamente à repartição dos negócios da Justiça, para Vasconcelos, ainda que as observações de Araújo Viana fizessem sentido, a desordem em que se encontravam as secretarias do Estado, o impedia de com elas consentir.

Consoante o deputado, não só as garantias da constituição haviam sido suspensas por “um ministro dos negócios do império” ao tirar de sua casa e reter na corte “pelo tempo que quis”, um ilustre deputado “que se senta nesta câmara”, como o ministro da Guerra, como era do conhecimento de todos, suspendera “não só as formalidades, mas toda a constituição”. “A instituição de comissões militares será suspensão das formalidades?”, perguntava-se, então, o deputado. Concordando, enfim, com a proposta realizada por Lino Coutinho, o representante por Minas Gerais advogava que se demandasse esclarecimentos, pormenorizados, a todos os ministérios do Império.

Manifestando-se na sequência, Joaquim Gonçalves *Ledo* (RJ) colocou-se resolutamente contrário à elaboração de perguntas “ilusórias” aos titulares das pastas, afirmando que, perguntar a um ministro se ele suspendera as garantias, era iludir-se com a possibilidade de uma resposta aceitável. Na opinião do deputado: “Parece-me que ninguém é obrigado a denunciar os próprio delitos; nem é de esperar uma voluntária confissão de fatos, cuja justificação não é fácil. Se há fatos, a obrigação da câmara é decretar a acusação, e não fazer perguntas ao ministro sobre delitos, que tenham cometido.”

Ao final da discussão, reconhecendo os empecilhos trazidos pela confusão geral instituída, foi o próprio Vergueiro quem modificou o quesito da proposta, emendando-a no seguinte sentido: “Se pela sua repartição, entrando os seus subalternos, têm sido violadas as garantias individuais, ou em razão da suspensão delas, ou sem suspensão”. A proposta de um pedido geral de esclarecimentos ao ministério dos negócios do Império, afinal, acabou prejudicada pela aprovação de uma emenda em acordo com a qual o projeto deveria voltar à comissão de Constituição, para que esta indicasse, então, os artigos específicos sobre os quais se pediria esclarecimentos, separadamente, a cada um dos ministérios.

As problemáticas desencadeadas pela contenda, no entanto, não desapareceriam tão cedo da Câmara dos deputados, voltando à pauta, pouco depois,

quando da discussão do artigo 3º do projeto da lei de responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado, especificamente concernente ao crime de abuso do poder.

A mobilização do §35 do art. 179 nos debates sobre a responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado e abolição dos juízos privilegiados

Se a demanda por esclarecimentos no que tangia à aplicação da suspensão de garantias no Império indicava a importância assumida pela matéria para os parlamentares nacionais, não demorou para que diferentes avaliações sobre o §35 adentrassem efetivamente os debates travados na Assembleia.

Desde a abertura dos trabalhos legislativos do Império, a elaboração de leis regulamentares que garantissem a efetivação de várias das prescrições da Carta de 1824, impôs-se como tarefa prioritária aos deputados. A urgência de tais leis ligava-se diretamente, para vários dos representantes, à defesa do texto de 1824 e, nesse sentido, à garantia do caráter liberal e constitucional do regime, regulando a divisão de poderes, limitando as prerrogativas da Coroa e fazendo avançar o primado da lei.

Na sessão de 9 de maio de 1826, os representantes decidiram pela criação de duas comissões diretamente relacionadas às demandas por defesa e regulamentação do texto constitucional. À primeira, denominada “Comissão de Constituição”³⁷, impôs-se a tarefa de guardar a Carta de 1824, controlando os eventuais descumprimentos ao seu texto. À segunda, denominada “Comissão de leis regulamentares”, instituiu-se a proposição de leis que, como o nome dizia, visavam à regulamentação de artigos fundamentais da Constituição, garantindo sua vigência e efetividade³⁸.

Foi a comissão de leis regulamentares a responsável por apresentar dois importantes projetos de lei ao país, o primeiro, concernente à responsabilização dos funcionários públicos da nação, considerado prioritário por vários representantes³⁹ – que identificavam na atuação “irresponsável” de ministros e funcionários subalternos

³⁷ Para a composição da comissão de constituição saíram eleitos os deputados Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Lino Coutinho. APB-CD, sessão de 9 de maio de 1826; p. 35.

³⁸ Para a comissão de leis regulamentares, foram eleitos Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Lino Coutinho, José Ricardo da Costa Aguiar (SP) e Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque (PE). Idem; p. 36.

³⁹ Para a importância dessa lei no país e uma análise detida dos debates envolvidos em sua elaboração ver: Julio César de Oliveira Vellozo. *Constituição e responsabilidade no Império do Brasil: embates parlamentares sobre a responsabilização de ministros, magistrados e empregados públicos em geral (1826-1832)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2016; especialmente capítulos 1 e 2.

do governo o gérmen de uma série de problemas – , e o segundo, sobre a abolição dos foros pessoais, de que falaremos adiante.

Os debates sobre o “Projeto de Lei da Responsabilidade dos Ministros, e Secretários de Estado, e da maneira de proceder contra eles”, tiveram início no dia 17 de junho de 1826⁴⁰. Interessa-nos aqui avaliar o modo como, nas discussões travadas sobre o art. 3º deste projeto, concernente ao crime de abuso de poder, e na tentativa dos deputados de plasmar uma definição deste delito, acabou-se por mobilizar uma série de interpretações sobre o §35 do art. 179. O exemplo da suspensão das garantias constitucionais, neste contexto, foi recuperado pelos representantes em sua busca por elucidar os limites da atuação dos ministros, estabelecendo a linha a partir da qual suas ações recairiam em abuso de poder, tornando-os passíveis de responsabilização.

Defendendo, assim, que o projeto se pautasse por uma definição genérica deste crime, recusando um casuísmo excessivo em sua definição⁴¹, alguns dos deputados se debruçaram sobre o problema da diferenciação entre arbítrio e discricionariedade na atuação dos ministros do Império. E isto porque, em linhas gerais, defendiam que o abuso de poder fosse compreendido como o mau uso que os ministros fizessem de sua autoridade, nos atos que a lei confiava ao seu arbítrio.

Conforme Clemente Pereira, por exemplo, os ministros abusavam do poder toda vez que, estando autorizados pela lei a praticar atos necessários à conquista de algum fim, conduziam-se, na aplicação dos meios, de maneira contrária à justiça, equidade, interesses do Estado e ao próprio fim da lei. Buscando esclarecer ainda mais sua compreensão, o representante se valeu de um interessante exemplo:

Nós temos o exemplo na constituição, quando permite a suspensão das formalidades. Se os ministros não usam deste poder como devem, levantando as garantias sem necessidade, e ordenando a prisão de cidadãos inocentes, o que de maneira nenhuma devem praticar porque nunca se pode entender que a constituição os autorize para semelhante fim, são responsáveis pelo delito especial do abuso de poder. A autoridade, que a constituição confia neste caso aos ministros, é sujeita aos princípios da justiça universal, e não à sua discricção, e arbítrio, e por isso os ministros arbitrários são responsáveis.⁴²

⁴⁰ As discussões tiveram início após a apresentação de dois projetos distintos, aos 29 de maio de 1826, pela comissão de leis regulamentares, e a escolha de qual dentre eles deveria prevalecer. O primeiro projeto, assinado por Vergueiro e Vasconcelos, lido na própria sessão de 29 de maio, definia a responsabilidade de todos os empregados públicos: ministros e conselheiros, magistrados, clérigos, presidentes de província, funcionários do serviço diplomático e demais empregados do Estado. Já o segundo, assinado por *Almeida e Albuquerque* e Lino Coutinho, lido na sessão do dia 30 (APB-CD, sessão de 30 de maio de 1826; pp. 176-179) e escolhido para a discussão em 16 de junho (APB-CD, sessão de 16 de junho de 1826; pp. 174), voltava-se especificamente à regulamentação dos crimes dos Ministros e Conselheiros de Estado.

⁴¹ Ver debates travados na sessão de 21 de junho de 1826.

⁴² APB-CD, sessão de 21 de junho de 1826; p. 242.

O deputado apresentou, então, emenda, propondo que o artigo em discussão fosse redigido nos seguintes termos: “São [os ministros] responsáveis por abuso de poder todas as vezes que deixando a lei ao seu arbítrio a prática de alguns atos, se conduzirem no seu desempenho contra os princípios da justiça, equidade, e interesses públicos, ou particulares da nação”. No entendimento do representante, tal proposta era a que melhor condizia com uma definição de abuso de poder que, como queriam os deputados, prescindisse da “especificação minuciosa dos crimes compreendidos neste artigo”.

Em seguida à proposta de Clemente Pereira, os debates se centraram em uma avaliação da discricionariedade de que dispunham, ou não, os ministros em sua atuação em diferentes conjunturas. Para parte dos deputados a se manifestar, a admissão de tal discricionariedade impediria, por si só, a responsabilização dos ministros, fazendo-se necessária, pelo contrário, uma definição precisa do crime de abuso do poder, fundada na ideia de descumprimento de pontos específicos das leis. Para outros, no entanto, o reconhecimento da discricionariedade legada aos ministros no desempenho de parte de suas funções – como no ato de nomeação de empregados públicos, ou no de “cuidar do interesse geral da nação” –, de maneira alguma implicava que, do abuso de tais funções, ou seja, dos arbítrios cometidos pelos ministros, pudesse resultar inimizabilidade.

No interior de suas argumentações, os deputados envolvidos na contenda mobilizaram por diversas vezes o exemplo da aplicação do dispositivo regulado pelo §35 do art. 179. Bernardo Pereira de Vasconcelos, por exemplo, defendeu que o delito de abuso de poder só tivesse lugar naqueles casos em que a lei deixava ao ministro algum poder extraordinário, sem marcar expressamente as raías que o delimitavam:

Tal é o caso da suspensão do *habeas corpus*.

Se o ministro usa deste poder extraordinário, como convém, e exige a segurança do estado, tem praticado o que deve; mas se usa mal desta faculdade, isto é, de uma maneira exorbitante, e fora dos casos de extrema necessidade, usa mal, por outra, abusa do poder, e é por consequência responsável.⁴³

Vergueiro, por sua vez, argumentou que, ainda que não houvesse lei positiva capaz de marcar todos os atos indispensáveis ao desempenho dos empregos por ela regulados – fundando-se, para tanto, na máxima de que “são mais os casos do que as leis” –, havia, contudo, princípios de razão universal e da prática seguida, a regular o exercício dos poderes. Nesse sentido, dizia o deputado, ainda que se admitisse certa

⁴³ Idem; p. 243.

dose de discricionariedade na atuação dos funcionários do governo, tal discricionariedade não poderia ser jamais confundida com livre arbítrio.

Já em acordo com Manuel José de Souza França, a faculdade discricionária dos ministros só poderia ser admitida em pouquíssimas hipóteses, “ou em atos de nenhuma importância”, uma vez que pressupunha ausência de temor de abuso de sua parte. Mobilizando o exemplo da “suspensão do *habeas corpus*”, de que já haviam se utilizado seus colegas, o deputado procurou demonstrar as amarras inerentes à sua efetivação, recusando a ideia de arbítrio, admitida por outros representantes, nos casos de recurso ao §35 do art. 179.

Equiparando a suspensão do *habeas corpus* às circunstâncias em que a um cidadão era permitido matar seu agressor em defesa da própria existência, o representante procurava demonstrar como, ainda nos casos em que a lei admitia o assassinato de um semelhante em nome da própria conservação, pelas leis civis, era sempre pronunciado o réu, e obrigado a defender-se em juízo. Consoante Souza França:

O ministro de estado acha-se no mesmo caso. Ele deve observar e fazer observar a constituição, que garante ao cidadão a segurança de sua pessoa e fazenda; porém como pode acontecer que para a segurança e salvação de todos, seja urgentíssimo suspenderem-se as formalidades a respeito de alguns em particular, tolera-se este remédio violento, mas nunca poderá o ministro ser considerado livre de imputação, enquanto se não justificar perante o corpo legislativo; e é por isso que a nossa constituição o obriga a dar uma circunstanciada e motivada conta à assembleia, logo que instalada seja.

Eis aqui como se explica o caso da suspensão do *habeas corpus*.⁴⁴

Para este deputado, portanto, o ministro que recorresse ao §35 do art. 179 teria sempre que se justificar perante o legislativo, “de haver guardado estritamente o parágrafo final da nossa constituição”, eliminando-se, enfim, qualquer ideia de arbítrio pretensamente relacionada a tal atuação. Acontece que, como veremos com maior cuidado ao longo desta tese, ater-se literalmente ao §35 do art. 179 não era tarefa simples como o discurso de Souza França fazia crer, com a abertura textual deste parágrafo e as diferentes situações vividas pelo país permitindo interpretações as mais dissonantes acerca das medidas admitidas, ou não, em sua definição.

Explicitando seu completo desacordo com a admissão do “princípio do poder discricionário”, Lino Coutinho se expressaria nos seguintes termos:

Não há lei alguma, que conceda semelhante poder. É verdade, como bem ponderou o nobre deputado, que há casos em que o ministro de certo modo está

⁴⁴ Idem; p. 244.

autorizado para **obrar contra as leis, como acontece na suspensão do *habeas corpus***.

Mas, pergunto eu, está o ministro neste caso autorizado para fazer o que quiser a seu arbítrio? Esta concessão é discricionária? Dá-lhe poder para prender e deportar, como bem quiser?⁴⁵

No entendimento do representante pela Bahia, toda lei, incluída a regulada pelo §35 do artigo 179, possuía limites, e quando o ministro saía fora de tais limites, cometia, invariavelmente, abuso de poder.

O artigo da constituição, que confere o poder de suspender as formalidades, é limitado e muito limitado.

Por ele só poderá ser preso sem culpa formada o perturbador e o rebelde: se o ministro de estado, excedendo estes limites, passar a deportar os cidadãos, e a privá-los das suas inauferíveis garantias constitucionais, sujeitando-os à barbaridade de comissões militares, altamente proibidas, e condenadas pela nossa constituição, será um delinquente, um déspota, um inimigo da nação, e do sistema, que ela tem abraçado: é portanto responsável, não por ter abusado do poder, mas como um traidor.

Torno a dizer que não há, nem pode haver leis discricionárias.⁴⁶

Na opinião de Lino Coutinho, sob hipótese alguma dever-se-ia admitir na definição daquele crime o emprego da palavra “discrção”, “que envolve contradição, e por consequência absurdo”, devendo-se depreender a existência de abuso de poder “em se dizendo que o fato excedeu os limites da lei”. A controvérsia jurídica, nesse caso, dava-se em torno das diferenças existentes entre discricionariedade e arbítrio, que Lino Coutinho, com formação em Medicina, e não em Direito, revelou ignorar.

Consoante Vasconcelos e outros deputados que defendiam a inegável parcela de discricionariedade presente em várias das ações dos ministros, a “liberdade” de decisão que possuíam nesses casos não implicava, obrigatoriamente, em arbítrio de sua parte, mas sim em uma atuação que, não estritamente limitada pelo texto da lei, era contudo norteadada por princípios, aos quais estes funcionários deviam se ater e por cujo abuso poderiam ser responsabilizados.

Discutindo, em última instância, os limites das leis, não é de se estranhar que os deputados tenham recorrido, em suas tentativas de compreender a discricionariedade da atuação dos ministros, ao exemplo da suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos, trazendo à tona, uma vez mais, as dificuldades e desconfortos gerados por esta questão, localizada na complexa intersecção entre o direito e a política. Nos debates que vinham travando desde maio de 1826, os

⁴⁵ Idem; p. 244. Grifo meu.

⁴⁶ Idem; p. 245.

representantes mostravam não só a preocupação que tinham com a aplicação do §35 do art. 179, mas também, e talvez principalmente, os esforços que empreendiam para compreender este dispositivo e as relações estabelecidas entre ele e outras medidas extraordinárias de proteção da ordem pública, não expressamente previstas pela Constituição.

Ainda na sessão de 21 de junho, a matéria foi julgada suficientemente discutida, decidindo-se que o artigo 3º voltasse à comissão de leis regulamentares, juntamente às emendas apoiadas, para ser de novo redigido. Em sua nova redação, apresentada uma sessão mais tarde, em 22 de junho de 1826, o artigo 3º estabelecia, de forma bastante genérica: “abusa do poder o ministro, que nos atos não especificados da lei, usa mal da sua autoridade”. No que tangia às punições, o artigo especificava que o “ministro que abusar do poder nos casos não compreendidos no art. 1 dessa lei [referente ao crime de traição], incorrerá segundo o grau de culpa, na destituição do emprego, ou degredo para fora da corte por cinco anos, ou inabilidade perpétua para todos os empregos”⁴⁷.

O projeto de lei de responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado ainda percorreu um caminho relativamente longo até sua aprovação final. Finalizados os debates na Câmara dos deputados aos 21 de julho de 1826, o projeto seguiu para o Senado, sendo lido ali, pela primeira vez, aos 5 de agosto do mesmo ano. As discussões na Câmara alta, no entanto, que transcorreram com certa regularidade até o início de setembro de 1826, sofreram um longo interregno, voltando-se a debater o assunto, na Câmara alta, unicamente aos 20 de junho do ano seguinte. Finalmente aprovado no Senado em 18 de julho de 1827, o projeto voltou à Câmara dos deputados em 14 de agosto deste ano e, aprovado pela casa na sessão de 27 de agosto, seguiu à comissão de redação. Lido, em sua redação final, na sessão de 29 de agosto de 1827, o projeto seguiu, enfim, para a sanção imperial.

Em sua redação final, o artigo 3º da lei de responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado, sancionada aos 15 de outubro de 1827, definia que abusavam do poder os ministros: “§1º. Usando mal da sua autoridade nos atos não especificados na lei, que tenham produzido prejuízos, ou dano provado ao Estado, ou a qualquer particular” e “§2º. Usurpando qualquer das atribuições do poder legislativo ou judiciário”. As penas previstas nestes parágrafos variavam da remoção para fora da

⁴⁷ APB-CD, sessão de 22 de junho de 1826; p. 258.

Corte por entre 1 e 3 anos, à perda ou inabilidade, por dez anos ou perpétua, para o exercício de todos os empregos.

As modificações aprovadas pelo Senado, em linhas gerais, atuaram no sentido de uma amenização da lei de responsabilidade tal como desenhada pelos deputados. No caso específico do crime de abuso do poder, indignou os deputados que o crime de invasão das prerrogativas de outros poderes, originalmente definido como crime de traição, tivesse sido realocado, pelos senadores, no artigo 3º do projeto, cujas penas eram bastante mais amenas que as previstas ao artigo 1º. Tais emendas atuaram, nesse sentido, contrariamente a um dos principais objetivos dos deputados na elaboração da lei, qual fosse, o da defesa das prerrogativas do Parlamento ante a discricionariedade dos empregados nomeados pela Coroa⁴⁸.

No âmbito específico das discussões sobre o §35 do art. 179 mobilizadas no decorrer desses debates – na tentativa de aclarar as prerrogativas e os limites impostos à atuação e consequente responsabilização dos ministros –, ainda que pouco se tenha avançado no esclarecimento de seus meandros, sua recuperação permite-nos entrever, uma vez mais, a preocupação que tinham os deputados com a efetivação deste dispositivo, e as problemáticas advindas de suas muitas indefinições.

Mais à frente, em 1829, a lei de responsabilidade seria evocada por estes mesmos deputados em sua tentativa de acusar, pelo recurso indevido ao §35 do art. 179 em Pernambuco, os ministros da Justiça e da Guerra do Império, dando azo a discussões ainda mais complexas em torno de sua compreensão.

Como teremos oportunidade de analisar à frente, nos debates travados em 1829 por conta da admissão da suspensão de garantias e outras medidas de exceção por dois ministros do Império, para além de referências à lei de responsabilidade, os deputados retomaram por diversas vezes também as discussões travadas quando da tramitação do “Projeto de lei sobre a abolição dos juízos privativos”, apresentado pela primeira vez à Câmara aos 19 de junho de 1826.

A lei proposta nesta ocasião visava a regular o parágrafo 17 do artigo 179 da Carta de 1824, em acordo com o qual: “À exceção das Causas, que por sua natureza pertencem a Juízos particulares, na conformidade das Leis, não haverá Foro privilegiado, nem Comissões especiais nas Causas cíveis ou criminais”. Como vimos anteriormente, ao recorrerem à Constituição para advogarem a proibição de comissões

⁴⁸ Julio César de Oliveira Vellozo. Op.cit., 2016; p. 85-150.

militares no Império do Brasil, foi exatamente a este parágrafo que fizeram referência alguns dos representantes nacionais.

O que o §17 do art. 179 determinava, em sua formulação genérica, era a extinção dos foros pessoais no país, mantendo, contudo, a legalidade dos chamados foros de causa. O projeto apresentado em 19 de junho de 1826 e discutido pela Câmara dos deputados e o Senado brasileiro até 22 de agosto de 1828, ao buscar regulamentar estas questões, deu azo a inúmeras discussões. Tais debates versaram, por um lado, sobre a definição daqueles que seriam admitidos como foros de causa no país (fundados, portanto, em privilégios de causa, *rationae causae*), aos quais seguir-se-ia admitindo juízos particulares, e, por outro lado, à extinção dos foros pessoais (fundados em privilégios pessoais, *rationae persona*, fosse por nascimento, condição ou prerrogativa de função, tal como existiam no período colonial), bem como do foro misto dos eclesiásticos (que permitira, até então, a imputação de penas temporais, em sentenças proferidas pela Igreja, a réus incursos em crimes como o concubinato, incesto, sacrilégio e adultério), inaceitáveis em uma ordem liberal.

Ao reconhecer unicamente a validade das justiças ordinária e de causa no Império do Brasil, ficava conseqüentemente proibida, pelo §17 do art. 179, a criação de comissões especiais (militares ou não), uma vez que a admissão de julgamento por tais comissões – formadas por evento, e não por causa – feria diretamente o princípio de admissão exclusiva dos juízos privilegiados por *rationae causae*.

Assinado por todos os membros da comissão, o “Projeto de Lei sobre a Abolição dos Juízos Privativos” foi lido, pela primeira vez, na sessão da Câmara dos deputados de 19 de junho e debatido por vários anos entre os representantes. No interior destes debates, a questão da formação dos tribunais militares de exceção foi diretamente relacionada àquela da suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos, trazendo à tona diferentes interpretações sobre os limites inerentes à aplicação do dispositivo regulado pelo §35 do art. 179, bem como sobre as chamadas “leis de salvação da pátria”, sua necessidade e constitucionalidade.

O artigo 1º do projeto em questão, cujas discussões tiveram início em 27 de julho de 1826, estabelecia que:

Em virtude da constituição tit. 8º art. 179 § 17 tem cessado tanto no civil como no criminal, o privilégio pessoal do foro dos eclesiásticos, militares, cavaleiros, desembargadores, moedeiros, rendeiros da fazenda nacional, oficiais da saúde, e da bula cruzada, viúvas, menores, pessoas miseráveis, escrivães e oficiais da alfândega da corte, e das secretarias de estado, oficiais e deputados da junta do comércio, estrangeiros, que por tratado existente não tem conservador, e de quaisquer outras pessoas, que por lei ou costume gozem deste privilégio.

Tem cessado igualmente os juizes de comissões especiais, tanto nas causas civis como nas criminais; nem se criarão de novo, ainda no caso da suspensão das garantias individuais.

As discussões sobre este artigo tomaram longas páginas dos *Anais da Câmara* e, em linhas gerais, versaram sobre a necessidade de uma mudança em seu enfoque – advogando-se que o mesmo explicitasse os juízos que seguiam existindo no país, ao invés de enumerar aqueles extintos – e sobre os fundamentos e justificativas para a abolição do foro misto eclesiástico. A certa altura dos debates, no entanto, dois deputados dedicaram-se à avaliação da abolição das comissões especiais, voltando-se ao ponto do artigo que mais diretamente nos interessa.

O primeiro deputado a contemplar esta temática foi Lino Coutinho, para quem a necessidade da lei em discussão fundava-se na recusa de parte dos parlamentares em aceitar as prescrições da carta constitucional, senão em presença de legislação específica que as explicasse. Reforçando a necessidade de que ficassem declarados, nesse sentido, os juízos que se mantinham e aqueles que ficavam abolidos no país, o deputado recorreu ao exemplo das comissões militares criadas no Império em expressa infração do texto constitucional. No entendimento deste representante, a despeito da proibição de formação de comissões especiais pelo §17 do art. 179 da Constituição, não apenas tais comissões haviam sido criadas em diversas províncias do país, como se pretendia justificar semelhante infração da Carta de 1824 “pelo artigo final da mesma lei, em que permite, em casos urgentíssimos, e com muitas clausulas, suspender algumas das formalidades do processo”⁴⁹.

Reiterando o posicionamento que assumira no decurso dos debates sobre o artigo 3º da lei de responsabilidade, Lino Coutinho defendia a conservação da parte final do artigo 1º da lei de abolição dos foros privilegiados e reivindicava que, mais do que isso, se dissesse por muitas vezes e escrevesse “com letras bem grandes”, que não poderia haver comissões militares e que todas as que até então haviam existido no país, eram nulas por direito constitucional:

[...] finalmente, que se não podem criar commissões especiais, sejam elas de qualquer classe, e que o artigo da constituição que permite a suspensão das formalidades, não da direito para se criarem essas pestíferas commissões de reprovada memória.⁵⁰

No entendimento de Vergueiro, por sua vez, a se manifestar também na sessão de 27 de julho, ainda que a constituição fosse bastante clara nesta parte – concernente

⁴⁹ APB-CD, sessa de 27 de julho de 1826; p. 335.

⁵⁰ Idem. Ibidem.

às comissões especiais –, fato era que as comissões continuavam, “e de mais a mais criaram-se novas”; “e à vista deste abuso”, questionava o deputado, “por que se não há de fazer uma explicação a ver, se se previne o mal?”. A reivindicação de Vergueiro, portanto, era a de que, ainda que o texto constitucional se expressasse claramente no sentido de proibir as comissões especiais, o exemplo da criação de comissões militares no país dava motivo suficiente para que os deputados prevenissem expressamente semelhante medida, por meio de lei regulamentar⁵¹.

Como veremos à frente, nas discussões travadas entre abril e julho de 1829 sobre a repressão imposta pelo Executivo à sublevação de Afogados, em Pernambuco, parlamentares contrários à acusação do ministro da Guerra (denunciado pela autorização à criação de uma comissão militar na província e pela assinatura do decreto que impunha execução imediata aos réus sentenciados à morte pela mesma comissão), recuperariam a ideia de que, se o texto constitucional fosse suficientemente claro quanto à proibição de formação de comissões militares nas circunstâncias de efetivação do §35 do art. 179, não teria havido motivos para que a Câmara intentasse, alguns anos antes, a aprovação de uma lei expressamente concernente a tal questão.

A recuperação das falas de Vergueiro e Lino Coutinho, na sessão de 27 de julho de 1826, à luz das discussões travadas pelos deputados três anos mais tarde, é reveladora do modo como os discursos e proposições realizados na Assembleia legislativa prestavam-se ao uso político de deputados e senadores, muitas vezes com chaves interpretativas invertidas em relação àquelas intencionadas quando de sua proposição original.

Ao final da sessão do dia 27, ficou decidido que a primeira parte do artigo 1º fosse novamente redigida – em conformidade com parte das emendas enviadas à mesa naquele dia, no decorrer de discussão que não acompanharemos aqui – “e que o outro período – Tem cessado etc. – ficasse subsistindo com salva da redação”⁵².

No dia seguinte, o envio de uma emenda pelo deputado Cunha Matos reacendeu os debates concernentes às comissões especiais na Câmara. Em linhas gerais, a emenda do representante por Goiás propôs que a formação de comissões especiais fosse excepcionalmente admitida no país, para o julgamento de crimes atrozes contra a segurança e salvação pública, “nas cidades, vilas, aldeias, e lugares de guarnição, que se acharem debaixo de rigoroso bloqueio ou assédio, ou com fortes

⁵¹ Idem; pp. 335-336.

⁵² Idem; p. 336.

cordões sanitários”. Ainda em acordo com a emenda, os membros das ditas comissões “para julgarem cidadãos paisanos”, seriam do foro dos réus, “e as sentenças confirmadas pelo governador, ou comandante militar da praça sitiada”.⁵³

Nas discussões que se seguiram, diversos deputados opuseram-se à emenda de Cunha Matos fundados no texto constitucional e na inadmissibilidade de exceções às suas prescrições – contrárias à formação de comissões especiais no país. No entendimento de Vergueiro, por exemplo, os deputados não podiam entrar na averiguação da razoabilidade de comissões especiais no Império – militares ou não, em quaisquer circunstâncias que fosse –, uma vez que a constituição já decidira pelo contrário.

Em defesa de sua emenda, Cunha Matos advogou que, diferentemente das acusações a ele dirigidas, já tivera oportunidade de pronunciar, perante seus colegas, todo o repúdio que guardava às comissões militares e à sua desnecessidade nas circunstâncias ordinárias de julgamento dos réus, paisanos ou militares, envolvidos em revoltas ou sublevações⁵⁴. Para os casos “extraordinariamente raros de se achar sitiada, ou rigorosamente bloqueada”, no entanto, uma praça de Guerra, “ou cercada com forte cordão sanitário”, o deputado reivindicava a validade de sua emenda, diferenciando-a, de todo, da defesa de comissões militares⁵⁵.

Ao longo de seu discurso, fez questão de reiterar os pontos em que sua proposta se afastava daquela de admissão das comissões militares, dizendo-se “persuadido de que a suspensão das formalidades de que trata a nossa constituição, a nada mais se estende do que à suspensão do *habeas corpus*, ou à prisão antes da culpa formada!”. Buscando, por todos os meios, fazer reverberar o seu horror às ditas comissões, chegou a afirmar que se a Câmara conferisse maior latitude que a devida à expressão “suspensão das formalidades”, poder-se-ia “cair da Atalaia da segurança no precipício da arbitrariedade”⁵⁶.

O discurso de Cunha Matos, no entanto, não convenceu os deputados, que, ao final desta sessão, rejeitaram sua emenda por inconstitucionalidade. Algumas sessões mais tarde, quando da avaliação do artigo 3º do projeto de lei de abolição dos foros privilegiados, Cunha Matos voltaria a apresentar sua proposta, defendendo-a

⁵³ APB-CD, sessão de 28 de julho de 1826; p. 340.

⁵⁴ O representante referia-se, aqui, às falas enunciadas, em maio daquele ano, quando das discussões sobre o pedido de esclarecimento de Custódio Dias ao governo, no tocante à formação de comissões militares no país previamente à reunião da Câmara.

⁵⁵ APB-CD, sessão de 28 de julho de 1826; p. 341.

⁵⁶ Idem. Ibidem.

veementemente dos ataques de inconstitucionalidade lançados por outros representantes.

Não declara a Constituição, que nós juramos e com tanta energia defendemos, que no caso de rebelião e invasão de inimigos se suspendam as formalidades que garantem a liberdade individual? Pois bem; se estas liberdades podem ser suspensas, também se podem tomar medidas extraordinárias, que posto não se achem marcadas na Constituição, acham-se expendidas e sancionadas nas Leis Gerais das Nações, nas Leis da Salvação do Estado, nas Leis, ou Decretos de Guerra. Este direito não é disputado por pessoa alguma; se não quisermos que este se estabeleça entre nós, façamos outro diverso.⁵⁷

Em sua fala, Cunha Matos aproximava, portanto, a medida de suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos do país, de outras medidas extraordinárias concernentes à salvação do Estado, argumentando que, se o texto constitucional admitia expressamente a primeira, havia-se de reconhecer também a validade das segundas. Por meio de sua fala, o deputado trazia à tona, uma vez mais, os paradoxos inerentes ao dispositivo regulado pelo §35 do art. 179, o qual, a depender da conjuntura em que era mobilizado, parecia se prestar a diferentes interpretações, fosse a partir de sua específica formulação, fosse de sua relação com outros artigos constitucionais, ou ainda dos significados mais profundos implícitos à sua admissão.

Reivindicando que a Câmara refletisse com mais pesar sobre o assunto, Cunha Matos alegava que uma decisão prematura no tocante à matéria podia arrastar à ruína o Império, pois impediria o pronto castigo a “rebeldes”, “trânsfugas”, “espiões” e “outros celerados”, legitimando ainda que os governadores das localidades atacadas, em seu desespero pela reposição da ordem, agissem unicamente em acordo com seu arbítrio, fazendo fuzilar os “facinorosos” para serem eles próprios, uma vez livrada a praça, fuzilados pela justiça nacional. Advogando, enfim, pela concessão, a Governadores e Generais, de “toda autoridade conveniente à salvação do Estado”, o deputado defendia que quanto mais autorizados estivessem estes, mais felizes seriam suas empresas e, conseqüentemente, a nação⁵⁸.

Os representantes que se pronunciaram na sequência, pondo fim à discussão, reforçaram que, a despeito das justificativas de Cunha Matos, não era lícito que se excedesse o disposto pela Constituição. Se na opinião de Souza França, a emenda do deputado por Goiás transpunha os limites da lei fundamental, devendo ficar por isso rejeitada, Lino Coutinho recusava que, no plenário, se estabelecessem juízos de valor

⁵⁷ APB-CD, sessão em 31 de julho de 1826; p. 372.

⁵⁸ Idem. Ibidem.

sobre a Constituição. Pontuando as diferenças fundamentais existentes entre a elaboração legislativa, “no recinto da justiça e da razão”, e o comando despótico de uma guerra, o deputado pela Bahia defendia que a constituição fosse a única bússola dos representantes e que somente por ela se conduzissem na defesa da nação⁵⁹.

Encerrada a 2ª discussão sobre o projeto de abolição dos juízos privilegiados na sessão de 21 de agosto de 1826, decidiu-se, enfim, que a “comissão, a que devia voltar o projeto para o redigir antes de entrar na 3ª discussão, podia formar as emendas, que julgasse necessárias, a fim de que organizado com elas entrasse em discussão”⁶⁰. Aos 30 de maio de 1827, a comissão de Justiça Civil e Criminal, composta pelos deputados Antonio *Augusto da Silva* (BA), Antonio da *Silva Telles* (BA), José Carlos Pereira de *Almeida Torres* (MG), José Cezario de *Miranda Ribeiro* (MG) e José da *Cruz Ferreira* (RJ), apresentou à Câmara o novo projeto sobre a extinção dos foros privilegiados, em cujo interior, a questão da extinção das comissões especiais aparecia não mais como segundo quesito do artigo 1º, mas sim regulada de forma independente pelo artigo 2º⁶¹.

A terceira discussão sobre o projeto, por sua vez, teve início unicamente aos 20 de setembro de 1827, ficando finalizada no dia seguinte, com seu envio à comissão de redação. Aprovado pela Câmara baixa aos 26 de setembro de 1827, o projeto de lei de abolição do foro pessoal foi remetido ao Senado nesta mesma data e lido pela primeira vez, naquela Casa, no dia 1º de outubro de 1827. A partir desta leitura, ficou patente que a regulamentação das comissões especiais passara a compor, de fato, o segundo artigo do projeto, cujas discussões tiveram início unicamente aos 9 de junho de 1828. Até este momento, tanto na Câmara, quanto no Senado, o artigo referente às comissões militares não fora novamente abordado pelos representantes nacionais.

No interior do novo projeto, o artigo vinha redigido da seguinte maneira: “Art. 2º. Ficam também extintos os Juízos de Comissões especiais, tanto nas Causas cíveis,

⁵⁹ Idem; p. 373.

⁶⁰ Para uma interessante apresentação da ordem a ser seguida na avaliação das leis ordinárias no interior do parlamento imperial e discussão dos significados e polêmicas a cercar o percurso dos debates legislativos na Câmara dos deputados ver: Monica Duarte Dantas e Júlio Cesar de Oliveira Vellozo. “Debates Parlamentares e seus usos pelo historiador”. In: *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 179 (477):45-72, mai./ago. 2018.

⁶¹ Arquivo da Câmara dos Deputados, Encadernados, Projetos da Câmara dos Deputados, 1827 (vol. 1), “Para entrar em 3ª Discussão. Projeto de Ley da Comissão de Legislação, sobre a extinção dos privilégios pessoas do fôro”, pp. 13v-14v. APUD: Monica Duarte Dantas. *Uma Nação Verdadeiramente Livre: a organização judiciária e a ordem do processo criminal no Império do Brasil (1826-1832)*. Tese de Livre Docência, São Paulo, IEB/USP, 2017; pp. 306-307.

como nas criminais, compreendidos os das Comissões Militares, e nem se poderão criar de novo, **ainda mesmo no caso de suspensão das garantias individuais**”⁶².

Lido o artigo na Câmara vitalícia, o primeiro a se manifestar foi o senador José Inácio *Borges*, eleito pela província de Pernambuco, para quem o conteúdo da proposta entrava em manifesto desacordo com o texto constitucional. No entendimento de *Borges*, uma vez que a Constituição permitia a suspensão das garantias pessoais, “nos casos nela designados”, não fazia sentido que se intentasse proibir, agora, a formação de novas comissões militares no país. Nas palavras do senador:

Parece-me que há oposição entre essas duas coisas; e devendo prevalecer a disposição da Constituição, assento que a do Artigo desta Lei se deve suprimir, não por eu desejar que subsistam tais Comissões, mas para harmonizar a Lei com a Constituição.⁶³

Assim como ocorrera nos diferentes debates travados sobre o tema na Câmara baixa, também aqui o posicionamento dos representantes no tocante às comissões militares, pautou-se pelo seu entendimento do §35 do artigo 179 da Carta de 1824. Falando na sequência ao senador *Borges*, e opondo-se à sua posição, o marquês de Inhambupe (Antonio Luis Pereira da Cunha, eleito por Pernambuco), salientou que a suspensão das garantias constitucionais, permitida pela Constituição, tinha por objeto unicamente a segurança dos réus, e não seu julgamento.

Na leitura do senador por Pernambuco, portanto, o recurso ao §35 do art. 179 ficava admitido unicamente para a prisão sem culpa formada dos cidadãos, “mas não para se julgar a sua causa”. Manifestando-se em seguida, Luiz Joaquim *Duque Estrada* Furtado de Mendonça (representante pela Bahia) reiterou o posicionamento de Inhambupe, afirmando que, também na sua interpretação, “as expressões do parágrafo 35” revelavam que a suspensão das garantias concernia unicamente à prisão; “quanto ao julgamento, fica na marcha ordinária”, dizia o senador⁶⁴.

Tomando a palavra na sequência, o marquês de Paranaguá (Francisco Villela Barbosa, senador pelo Rio de Janeiro) abriu seu discurso ponderando que, ciente de que falar em apoio das comissões militares era perder a palavra e “dar ocasião para ser taxado de inimigo das liberdades públicas”, ainda assim, dispunha-se a sacrificar a popularidade em nome da salvação do Estado. Dizendo discordar das interpretações

⁶² ASIB, sessão de 9 de junho de 1828; p 209.

⁶³ Idem; p 210.

⁶⁴ Idem. Ibidem.

de seus colegas sobre o §35 do art. 179 que, em sua opinião, não tinha suas prerrogativas limitadas “à prisão e segurança dos réus”, Paranaguá afirmava:

Quando um Membro do Corpo humano está gangrenado, separa-se logo, para que o mal se não comunique aos outros: o mesmo se deve praticar quando a gangrena se manifesta em um Membro da Sociedade: é necessário cortar logo esse Membro, para não infeccionar os mais, é necessário dar remédio pronto, e tão pronto como o que vem em nossas Leis Militares [...].⁶⁵

Reivindicando, desta forma, a utilidade de um pronto castigo nos casos de ataque à segurança do Estado, o marquês de Paranaguá dizia ainda que, impedir que se criassem novas comissões militares no Império, como queria o artigo em discussão, valia “o mesmo que dizer aos homens revoltosos e conspiradores: estai certos de que não sereis julgados jamais em tais comissões”, fato que, por si só, trazia grande perigo ao país. Tomando como exemplo a fuga de Manuel de Carvalho Paes de Andrade da fortaleza em que se encontrava preso – fato que, em seu entendimento, não teria tido lugar com um julgamento imediato⁶⁶ –, o senador pelo Rio de Janeiro defendia que, ao menos, se mantivesse aberta a possibilidade de criação de novas comissões no país – ainda que se extinguissem as até ali existentes – com a única finalidade de “coibir os maus”.

Luis José de *Oliveira* Mendes, futuro barão de Monte Santo, senador pela província do Piauí, falou logo em seguida a Paranaguá, mobilizando, neste primeiro discurso, argumentos que reiteraria em suas próximas manifestações neste debate. De acordo com Oliveira, o artigo deveria passar, pois em parte alguma do §35 do art. 179, lia-se ou inferia-se que se pudesse “suspender as garantias do Cidadão relativas ao seu julgamento: do que aí se trata é expressamente da sua liberdade”. Na opinião do senador, inclusive, ainda nos julgamentos de rebeldes, traidores e malvados como Carvalho, dever-se-ia observar as fórmulas legais, previstas pelo §11 do mesmo artigo 179, em acordo com as quais “ninguém pode ser sentenciado senão, pela Autoridade competente”. Respondendo, pouco à frente, a colocações discordantes do senador Borges, Oliveira reiterava seu argumento com a seguinte afirmação: “O Nobre

⁶⁵ Idem. Ibidem.

⁶⁶ A fuga de Manuel Carvalho Paes de Andrade a que se refere o marquês de Paranaguá ocorreu justamente no intervalo de alguns meses que separou a rendição de Olinda (em setembro de 1824) da criação de uma comissão militar em Pernambuco (em dezembro de 1824). O episódio é abordado por Adriana Barreto de Souza em sua biografia do duque de Caxias, ao tratar da carreira militar de seu pai, Francisco de Lima e Silva, um dos responsáveis pela repressão à Confederação do Equador e presidente da comissão militar formada em Pernambuco. Adriana Barreto de Souza. Op. cit., 2008; p. 138-160.

Senador não ignora que quanto maior é o crime, maiores meios se devem dar ao Cidadão para sua defesa”⁶⁷.

A colocação de Borges a que o senador pelo Piauí respondia, fundava-se numa interpretação do §35 do art. 179 – que já tivemos a oportunidade de ver expressa nas falas de outros representantes do país –, em acordo com a qual o dito parágrafo da Constituição, em momento algum limitava a suspensão das garantias no tocante ao julgamento dos réus.

Defendem alguns Ilustres Senadores que esse parágrafo se permite a suspensão das garantias pelo que diz respeito à prisão, mas não ao julgamento. Eu não vejo isso expresso em nenhuma parte do referido parágrafo: o que ele diz é que “se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades que garantem a liberdade do Cidadão”; logo não trata destas nem daquelas.⁶⁸

Na opinião do senador por Pernambuco, as formalidades a que se referia o parágrafo eram aquelas que a Assembleia legislativa julgasse conveniente suspender: “Como me poderei convencer de que aquela disposição diz unicamente respeito à prisão, quando considero a importância dos casos, em que ela deve ter lugar?”. Para Borges, enfim, não fazia sentido que se tivesse inserido na Constituição um “parágrafo com tantas precauções”, unicamente para se regular os casos de admissão da prisão sem culpa formada. Em seu entendimento, não era apenas com a prisão dos réus que, nos casos de revolução ou invasão de inimigos, se poderia prevenir os males que o §35 tivera em vista evitar. Reiterando uma vez mais, seu desprezo pelas comissões militares, o senador reafirmava, no entanto, o desejo de que se harmonizasse o artigo em discussão com o disposto pelo texto constitucional.

Opinião semelhante à do senador Borges manifestava João Antonio *Rodrigues de Carvalho*, representante pela província do Ceará, para quem o Brasil já possuía lei especificamente concernente às prisões sem culpa formada⁶⁹, podendo-se concluir, daí, referir-se a outras formalidades o §35 do art. 179. Defendendo a extinção de comissões militares, o senador admitia, contudo, a necessidade, em circunstâncias específicas, de criação de “Comissões especiais de Membros escolhidos pelo Poder

⁶⁷ ASIB, sessão de 9 de junho de 1828; p. 211.

⁶⁸ Idem; p. 211.

⁶⁹ “Lei de 30 de Agosto de 1828. Declara os casos em que se pode proceder à prisão por crimes sem culpa formada”. *CLIB de 1828*. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878; pp. 29-31.

Judiciário” - “para que não perigue a tranquilidade pública e a segurança do Estado” – enviando, à mesa, emenda com tal proposição⁷⁰.

Após pequeno entrevero entre os senadores Francisco *Carneiro de Campos* (BA) e, uma vez mais, José Inácio Borges – com o primeiro atacando a arbitrariedade das comissões militares e seu desacordo com o espírito do texto constitucional, e o segundo defendendo que, ainda no interior de tais comissões, não imperava o arbítrio absoluto –, pronunciou-se o marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos, senador pela província da Bahia), em explícita tentativa de conciliação.

Na opinião de Caravelas, todo o debate sobre o artigo 2º reduzia-se às diferentes inteligências que se dava, na Câmara vitalícia, ao §35 da Constituição: “Uns dos Nobres Senadores sustentam que a disposição deste parágrafo é somente para se prender sem culpa formada; [...] outros sustentam que para isso não era necessário esse parágrafo” e “que o adjetivo – algumas – que vem na Constituição, torna indefinidas as formalidades que se podem dispensar”. No seu entendimento, no entanto, dizia Caravelas, a primeira opinião era a mais plausível, não se podendo duvidar que quando o texto constitucional falava em liberdade, fazia-o com referência à prisão. À “objeção fundada no artigo indefinido – algumas”, o senador respondia que a existência de tal expressão devia-se a serem mais de uma as formalidades a que se referia o parágrafo, todas elas, no entanto, concernentes à prisão.

As formalidades relativas à segurança pessoal do Cidadão não são unicamente o não poder ser preso sem culpa formada; são também o não poder ser preso em sua casa, de noite nunca, e de dia só com ordem por escrito de Autoridade legítima; fazer o juiz constar o réu dentro de certo prazo, por uma nota por ele assinada, e motivo da prisão, o nome do seu acusador e os das testemunhas, etc.⁷¹

Consoante Caravelas, enfim, eram estas as formalidades a que se referia o §35, e nunca aquelas concernentes “ao processo e julgamento do caso”. No entendimento do senador, um dos principais responsáveis pela elaboração do texto constitucional⁷², “Se a Constituição neste parágrafo tivesse em vista as Comissões Militares, haveria feito expressa menção delas”.

⁷⁰ Emenda: “Conserve-se o Art. 2º até as palavras – os das Comissões Militares. – No caso, porém, do N. 35 do Art. 179, poderão ser criadas Comissões especiais de Membros escolhidos do Poder Judiciário. – *Carvalho*”

⁷¹ ASIB, sessão de 9 de junho de 1828; p. 212-213.

⁷² Christian Edward Cyril Lynch. *O Momento Monarquiano. O Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007. Ver especialmente Capítulo 2: “A recepção do discurso monarquiano e do conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824); p. 86-142.

Encerrando-se mais ou menos a essa altura, as discussões sobre o artigo 2º voltaram à tona na sessão do dia seguinte, de 10 de junho de 1828. Primeiro a se manifestar na ocasião, o senador marquês de Paranaguá reforçou ideias já expressas na sessão anterior, recusando veementemente a aceitação da cláusula final do artigo, que proibia a criação de novas comissões militares no país, ainda quando suspensas as garantias individuais. Na opinião de Paranaguá, as principais justificativas dos defensores do artigo fundavam-se no “receio de ficar demasiadamente exposta a segurança e vida do Cidadão” em caso de aceitação das comissões especiais, fato que, para ele, estava impedido não apenas pela formulação do §35 do art. 179 (que limitava as prerrogativas do Executivo para a suspensão das formalidades, ao mesmo tempo em que obrigava o governo, em caso de recurso ao dispositivo, a prestar contas detalhadas ao Legislativo), mas também pela lei de responsabilidade agora vigente no país (aprovada, como vimos, em 15 de outubro de 1827).

Sr. Presidente, abulam-se muito embora as Comissões especiais que existirem ainda, mas não se estabeleça que para o futuro se não poderão criar. Em casos extraordinários, de nada valem providências ordinárias. Podem ocorrer circunstâncias em que seja necessária esta medida. [...] A salvação da Pátria é o mais atendível de todos os objetos: tudo se lhe deve sacrificar, sendo necessário, quanto mais essas garantias, estando tão sabiamente providenciado na Constituição contra os abusos que nisso pode haver.⁷³

Colocou-se na sequência o marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), senador pela província da Paraíba do Norte, que defendeu, em sua fala, argumentos semelhantes àqueles enunciados pelo senador Borges no dia anterior. Em especial: a admissão da criação de comissões militares entre as exceções previstas pelo §35 do art. 179; a recusa a que se limitasse, por meio do artigo em discussão, a faculdade até então “ilimitada” que tinham o Executivo e o Legislativo para elegerem as garantias a serem dispensadas para a salvação do Estado; e a insinuação de que, unicamente para coibir a prisão sem culpa formada, não se formularia um tão complexo parágrafo constitucional.

Defendendo, em seguida, que, a despeito do que diziam os defensores do artigo, a criação de comissões especiais configurava, sim, medida de prevenção, o senador estimulou seus colegas a pensarem os diferentes rumos que poderiam ter seguido as revoluções no norte do país, se figuras como Carvalho, em Pernambuco, e o “Tigre Martins”, no Ceará, tivessem sido prontamente punidos por tribunais como esses. Reconhecendo, enfim, como vários outros representantes, os “inconvenientes”

⁷³ ASIB, sessão de 10 de junho de 1828; p. 215.

das comissões militares, o senador dizia, no entanto, que votar a favor de sua admissão era, antes de mais nada, interpretar a Constituição:

Não aprovo Comissões, porque podem ser perigosas à liberdade individual; mas o ponto é saber se a letra do Artigo da Constituição as exclui ou não? Há divergência de opiniões; mas o Governo, isto é, o Ministério, e o Conselho de Estado, mesmo até hoje, não as julgou excluídas, como vemos pela prática. Não me afligirei se a Câmara hoje as excluir; mas sou obrigado a exprimir o meu modo de entender a Constituição, de sorte que meu discurso não é um voto em favor das Comissões, é uma interpretação da Constituição.⁷⁴

As duas últimas falas pronunciadas na sessão, antes da votação que decidiu pela aprovação do artigo tal como viera da Câmara, defenderam, também elas, que da inteligência do texto constitucional derivavam as confusões e discordâncias em curso. Falando em seguida um ao outro, os marqueses de Inhambupe e Caravelas buscaram demonstrar como, no seu entendimento, o parágrafo constitucional em discussão não tinha em vista a suspensão das garantias concernentes ao julgamento dos réus, bem como não configuravam, as comissões militares, medida de prevenção. Avaliando o modo em que, no seu entendimento, a condenação sumária à morte de um líder revolucionário, poderia trazer mais problemas que resguardo ante conjunturas politicamente conturbadas, Caravelas admoestava seus colegas de Senado a que não “metafisicassem” contra a Constituição, quando ela tão claramente patenteava seu sentido.

Ainda que argumentos como o mobilizado pelo marquês de Queluz – advogando a interpretação favorável às comissões militares previamente plasmada pelo Governo nos decretos promulgados entre 1824 e 1825 –, seguramente contribuíssem a uma mais fácil admissão da legalidade da medida pelos senadores, parece ter prevalecido, afinal, a concepção de que cabia ao Legislativo a última palavra sobre a interpretação do §35 do art. 179, ficando aprovado, na sessão do dia 10 de junho, o artigo 2º da lei de abolição dos foros pessoais tal como formulado pela Câmara dos deputados.

São patentes, de todo modo, as diferenças existentes entre o posicionamento assumido por deputados e senadores no tocante à avaliação do §35 do art. 179 e, particularmente, da admissibilidade, ou não, da formação de comissões militares no Brasil. Se, entre os deputados, como vimos, parecia prevalecer uma completa oposição à formação desses tribunais de exceção – podendo-se supor que, se havia defensores da medida, sua opção por não se manifestarem publicamente sobre o

⁷⁴ Idem; p. 217.

assunto dizia muito sobre o modo como a questão era encarada naquela Casa⁷⁵ – no Senado, havia não só explícitos apoiadores da formação de comissões militares em circunstâncias extraordinárias, como parecia haver suficiente respaldo para a defesa pública desse posicionamento, ainda que justificado, por vezes, por uma pretensa leitura *stricto sensu* do texto constitucional.

As discussões sobre o restante dos artigos do projeto prosseguiram até o dia 14 de junho de 1828 no Senado, decidindo-se, nesta data, que se passasse, então, à terceira discussão da lei. No decorrer desta, transcorrida entre os dias 5 de julho e 1º de agosto de 1828, ficou confirmada a aprovação do artigo 2º, fixando-se, enfim, a proibição da formação de comissões especiais no Império, ainda quando suspensas as garantias individuais dos cidadãos. Retornando o projeto à Câmara dos deputados, com as emendas do Senado, em 11 de agosto de 1828, foi devidamente aprovado aos 22 do mesmo mês e encaminhado, então, à sanção imperial.

Os debates analisados até aqui, portanto, seja no tocante aos pedidos de esclarecimentos ao Governo quanto à suspensão das garantias constitucionais, seja no que tangia à formação de comissões militares e aos limites impostos à aplicação do §35 do art. 179, mostram como, a pouco e pouco, prevaleceu na Assembleia uma compreensão específica deste dispositivo, em acordo com a qual as garantias constitucionais passíveis de dispensa não incluíam aquelas relativas às formalidades do processo. Mais do que isso, a regulamentação que se buscava dar à aplicação do §35 do art. 179, pautava-se pela necessária prestação de contas ao Legislativo – nos casos em que partisse do Governo a iniciativa da suspensão – e pela responsabilização das autoridades que, no decurso da medida, incorressem em abuso de poder.

A despeito, portanto, das imagens muitas vezes dramáticas aludidas por parte dos representantes – para quem, na ausência da possibilidade de julgamento por comissões militares, fragilizava-se em muito a segurança do país –, em meados de 1828, havia-se decidido por uma clara limitação à aplicação do §35, aceitas suas restrições e seu distanciamento de outras medidas extraordinárias de proteção da ordem pública, como as chamadas “Leis de Salvação da pátria”, ou o *salus populi suprema lex*.

⁷⁵ O caso de Cunha Matos salta, então, aos olhos, pois que se tratava de claro apoiador do recurso a comissões especiais em circunstâncias extraordinárias que, no entanto, viu-se na necessidade de revestir as propostas apresentadas nesse sentido de uma série de explicações e esclarecimentos quanto às suas diferenças das comissões militares, não logrando, ainda assim, convencer os seus colegas.

Se tal não significava, necessariamente, que uma única interpretação do texto constitucional e, mais especificamente, do §35 do art. 179, tivesse se articulado no país, haja vista, em última instância, as múltiplas indefinições que se mantinham sobre o dispositivo e a complexidade de seu entendimento e aplicação, tudo parecia indicar que um consenso havia sido alcançado no tocante à questão⁷⁶.

Mal iniciado o ano de 1829, no entanto, e o aparente compromisso de deputados e senadores em torno do §35 seria frustrado em duas frentes praticamente simultâneas. Por um lado, pelos decretos de suspensão das garantias constitucionais e criação de uma comissão militar na província de Pernambuco, passados pelo Executivo brasileiro em 27 de fevereiro de 1829 para o julgamento dos envolvidos na sublevação de Afogados. Por outro, pela recusa do imperador Pedro I em sancionar o projeto de lei de abolição dos foros privilegiados, tal como desenhado pelo Legislativo nacional.

Os representantes brasileiros, no entanto, também desta vez não ficariam em silêncio, e seu ruído teria início já na reunião extraordinária da Câmara dos deputados, convocada pelo imperador por decreto de 9 de fevereiro de 1829⁷⁷, e inaugurada em abril do mesmo ano, para a avaliação da situação fazendária e, mais especificamente, bancária, do país.

1.2. A suspensão das garantias em Pernambuco e a retomada das pressões sobre o governo.

O ano legislativo de 1829 foi antecipado em relação ao calendário regular da Assembleia nacional, iniciando-se em abril e não em maio, como de praxe. Abrindo os trabalhos parlamentares na sessão de 2 de abril de 1829, Pedro I convocou a Assembleia a tratar privilegiadamente dos negócios da fazenda do país e, particularmente, do arranjo do Banco do Brasil, dizendo-se constrangido de ter que recomendar aos representantes, pela quarta vez seguida, que se debruçassem sobre a

⁷⁶ No que tange às indefinições do §35, é interessante observar ainda o modo como os representantes buscaram resolver, em projetos de lei como o da responsabilidade dos Ministros e Conselheiros de Estado e o de abolição dos juízos privilegiados, as disputas interpretativas forçadas em torno desse dispositivo, recorrendo a um expediente parlamentar que, se foi comum ao longo de praticamente toda a história do Império brasileiro, foi ainda mais frequente nos primeiros anos de funcionamento da Assembleia nacional. Expedientes como este foram extremamente comuns também no processo de elaboração do Código de Processo Criminal do Império do Brasil, aprovado em novembro de 1832, mas precedido por uma infinidade de projetos, leis e discussões que ocuparam a atenção dos legisladores desde 1826. Para este assunto ver: Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2017.

⁷⁷ *CLIB de 1829. Parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877; p. 22.

matéria⁷⁸. Alegando ser de domínio público o estado miserável do tesouro nacional, o imperador projetava um futuro desastroso para o país caso a Assembleia, no decurso das sessões extraordinária e ordinária daquele ano, não encontrasse resolução aos negócios por ele apontados.

Terminada a leitura do discurso, levantou-se a sessão e cada uma das Casas reuniu-se novamente aos 3 de abril, dando início efetivo a suas atividades. Na Câmara temporária, uma das primeiras falas realizadas nesta data foi a de Antonio Francisco de Paula e *Holanda Cavalcanti* de Albuquerque, eleito pela província de Pernambuco, que não perdeu tempo em requerer do governo informações acerca da suspensão das garantias individuais realizada em Pernambuco previamente à abertura dos trabalhos legislativos, cobrando dele a devida prestação de contas.

Invocando o papel dos deputados de guardiões da Constituição, o representante acusou o ministério, sem qualquer rodeio, de estar abusando do poder: “e quando se espera que dê conta á camara do seu procedimento, pede-nos dinheiro para ocorrer ás necessidades da nação”. Dizendo-se disposto a votar favoravelmente por todo o dinheiro necessário às despesas nacionais, Holanda Cavalcanti condicionava tal atitude, no entanto, a “uma exata informação do procedimento do ministério”:

A constituição diz, que correndo a pátria perigo iminente poderá o governo, se a assembleia não estiver a esse tempo reunida, suspender algumas das garantias individuais do cidadão, o governo fez essa suspensão; logo, a pátria está em perigo iminente. E como de nada nos informa o governo? Eu digo senhores, que nada devemos nem podemos fazer sem que o governo nos dê conta deste seu procedimento.⁷⁹

Enquanto o deputado Custódio Dias colocou-se prontamente favorável ao tratamento da matéria – “Se a constituição está infringida, devemos já dar providências sobre isso” –, Cunha Matos foi de voto que, antes de se dar prosseguimento à questão, uma comissão interpusse parecer para decidir se na sessão extraordinária poder-se-ia tratar de objetos que não aqueles especificamente designados em sua convocação.

Concordando com a proposição de Cunha Matos, e reivindicando que nada se fizesse previamente ao parecer da comissão designada, Bernardo Pereira de Vasconcelos reiterou, no entanto, a seriedade do ponto levantado por Holanda Cavalcanti:

⁷⁸ APB-CD, sessão de 2 de abril de 1829, p. 7.

⁷⁹ APB-CD, sessão de 3 de abril de 1829; p. 8.

É uma verdade inegável a que avançou o ilustre deputado, que era preciso examinar o estado da nação, por isso que o ministério a tem declarado em perigo, e já os pernambucanos estão destituídos das formalidades que garantem a liberdade individual, isto é, **foram declarados não súditos brasileiros por vários decretos que têm aparecido**: por consequência o ministério atual, ao menos a maioria de seus membros **não pode deixar de sofrer uma acusação pela infração da constituição**, e penso que será este o objeto urgente que o ilustre deputado tem em vista.⁸⁰

Vasconcelos declarou também seu desconforto ante o fato de o decreto de suspensão recentemente passado pelo ministério da Justiça não designar as formalidades a que especificamente se referia. Consoante o deputado, “em todos os países constitucionais em que se admite a suspensão de formalidades, declara-se a formalidade que fica suspensa”. Pouco após a fala de Vasconcelos, Holanda Cavalcanti voltou a se pronunciar e, pelo registro dos *Anais*, revelou estar em dúvida quanto “a ser ou não deputado por uma província onde não havia constituição, e onde dominavam as irregularidades ministeriais”.

Ao final da sessão, ficou decidido que se encaminhasse à comissão de constituição da Câmara o seguinte requerimento, de autoria de Holanda Cavalcanti:

Requeiro que se peçam ao governo informações sobre os acontecimentos da província de Pernambuco, no intervalo da reunião do corpo legislativo, e sobre quaisquer medidas extraordinárias que tenham sido tomadas na forma da constituição.⁸¹

A primeira sessão oficial da reunião extraordinária dos deputados brasileiros de 1829, portanto, girou quase integralmente em torno ao modo de se proceder ante à suspensão das garantias constitucionais empreendida, no início daquele ano, na província de Pernambuco. Ainda que, àquela altura, os deputados revelassem desconhecer detalhes dos acontecimentos pernambucanos, bem como as medidas especificamente tomadas pelo governo, sabiam que o §35 havia sido aplicado naquela localidade e deixaram clara sua intenção de cobrar os esclarecimentos constitucionalmente previstos à Assembleia naqueles casos.

O recurso à suspensão das garantias constitucionais em Pernambuco, por conta do levante de Afogados, bem como a criação de uma comissão militar com carta branca para executar imediatamente sentenças capitais aos envolvidos na sublevação, oficializados por três decretos aprovados pelo Executivo em 27 de fevereiro de 1829, configuraram as primeiras medidas nesse sentido tomadas pelo governo desde a

⁸⁰ Idem. Ibidem. Grifo meu.

⁸¹ Idem; p. 9.

reunião do Legislativo nacional, em 1826. Se, como vimos acima, medidas semelhantes já haviam sido empreendidas no Império entre 1824 e 1825, esta era a primeira vez em que o §35 era aplicado no intervalo dos trabalhos do Legislativo nacional.

Nesta conjuntura específica, os decretos do Executivo assumiram tom mais grave que os anteriores para os deputados. Por um lado, confrontavam diretamente a interpretação plasmada pelos representantes no tocante aos limites da aplicação da suspensão de garantias no país, particularmente no que tangia à criação de comissões militares – materializada na redação do artigo 2º do projeto de lei de abolição dos juízos privilegiados e expressa em diversas discussões previamente travadas na Câmara, como aquela concernente aos crimes de abuso de poder empreendidos pelos ministros. Por outro, os representantes desconfiavam que as prerrogativas necessárias à tomada de semelhante medida, pelo Executivo, tal como estabelecido pelo texto constitucional – rebelião, invasão de inimigos e perigo iminente da pátria –, não haviam se apresentado em Pernambuco, o que gerava, de sua parte, a suspeita de que o governo agira de forma furtiva e inconstitucional.

Para além das particularidades diretamente relacionadas aos acontecimentos de Pernambuco e ao teor específico dos decretos de 27 de fevereiro, as medidas empreendidas pelo governo para lidar com a revolta de Afogados tiveram o agravante de se concretizar em um período de extrema tensão entre os poderes Legislativo e Executivo, marcado por grande belicosidade dos deputados e por uma disposição imediata, de sua parte, para a acusação do ministério. Tanto assim, que na sessão de 3 de abril de 1829, como vimos, Vasconcelos explicitou o desejo de parte da deputação de que, se não o ministério como um todo, ao menos a maioria de seus membros, sofresse acusação por infração do texto constitucional.

Em discussão travada aos 6 de abril sobre a resposta à Fala do Trono, o mesmo deputado manifestou-se favorável à demissão do ministério, imputando à “atual administração” do país as principais falhas pelas quais, em seu discurso de abertura, o imperador responsabilizara a Câmara. No entendimento de Vasconcelos, por exemplo, a impossibilidade de a Câmara dos deputados atuar frente às questões bancária e fazendária nacionais, devia-se única e exclusivamente às sucessivas recusas do ministério em fornecer as informações demandadas pelos representantes. Para além deste ponto específico, o deputado responsabilizou o ministério por diversos problemas enfrentados pelo país, chegando a afirmar que o mesmo perdera a

confiança da nação⁸². Em uma de suas emendas à resposta redigida à Fala do trono, propôs então que se dissesse explicitamente ao imperador que, “continuando a administração atual”, ficavam frustradas as esperanças de quaisquer melhorias no país⁸³.

O tom de revolta ante o ministério não era privilégio de Vasconcelos e manter-se-ia na Casa pelas discussões do mês de abril. Na sessão do dia 9, a comissão de constituição da Câmara, então composta pelos deputados Lino Coutinho, José da *Costa Carvalho* (eleito pela província da Bahia), Vasconcelos, Cruz Ferreira e Pedro de *Araújo Lima* (representante por Pernambuco), apresentou resposta ao requerimento de Holanda Cavalcanti, encaminhado, como vimos, na sessão do dia 3. Por meio desta resposta, determinou que se convidasse a comissão de constituição do Senado para “tratar deste objeto omissa”, qual fosse, a possibilidade de se abordar, ou não, em reunião extraordinária, os “negócios de Pernambuco”.

O parecer, como ficava claro, não respondia exatamente aos termos do requerimento de Holanda Cavalcanti – centrado nos acontecimentos específicos de Pernambuco –, voltando-se, antes, à questão da legitimidade, ou não, de se abordar, em sessões extraordinárias, assuntos outros que não os determinados em sua convocação.

Na breve discussão que seguiu sua leitura, Custódio Dias e Holanda Cavalcanti manifestaram-se, ambos, pela urgência do tratamento das questões pernambucanas, abdicando, em parte, de avaliar o conteúdo efetivo do parecer. Se, na opinião do deputado por Minas Gerais, as infrações à constituição constituíam a causa primeira da infelicidade do povo brasileiro; para o segundo, os deputados não podiam legislar sobre impostos e outras reformas financeiras, na sessão extraordinária então em curso, sem absoluta clareza sobre o estado das províncias e a tranquilidade do país. “Se a pátria corre perigo iminente, como o inculcam esses decretos de sangue”, perguntava-se o deputado, “serão as nossas medidas as mesmas que tentaríamos estando o império tranquilo?”. Na opinião de Holanda Cavalcanti, anteriormente à imposição de qualquer tributo aos cidadãos, fazia-se premente a imposição de castigo exemplar aos ministros infratores das leis.

⁸² Nas palavras de Vasconcelos: “O ministério atual tem perdido a confiança da nação; o Brasil, senhores, tem horror a ministros, que suspendem todas as formalidades tutelares do homem constituído em sociedade, que criam comissões militares, que despacham Verres para as províncias, que demitem, preterem, reformam contra as leis os bons servidores da nação; que não querem economias, mas sim dissipações do sangue público.”. APB-CD, sessão de 6 de abril de 1829; p. 14.

⁸³ APB-CD, sessão de 6 de abril de 1829; p. 12-14.

Para o deputado Souza França, por sua vez, a consulta à comissão de constituição do Senado em nada tinha a ver com o requerimento mandado à avaliação da comissão da Câmara. Se a Carta de 1824 determinava que o governo participasse ao corpo legislativo a dispensa de garantias empreendida no intervalo das sessões, uma vez reunida a Assembleia, fosse tal reunião ordinária ou extraordinária, a ausência de tais informações pelo governo implicava no descumprimento de suas obrigações constitucionais.

Os debates que se seguiram sobre o parecer, adentrando pela sessão de 11 de abril, opuseram, em linhas gerais, deputados favoráveis à consulta à comissão de constituição do Senado e, portanto, à decisão do parecer – dentre os quais, Lino Coutinho, Vasconcelos, Cruz Ferreira e Cunha Matos –, a representantes defensores de que o ministério prestasse contas por seus atos assim que reunida a deputação, independentemente de se tratar, ou não, de sessão extraordinária – caso de Augusto *Xavier de Carvalho*, representante eleito pela Paraíba do Norte, Souza França, Holanda Cavalcanti e Luis Augusto *May*, deputado por Minas Gerais. No decurso destes debates, no entanto, mesmo deputados favoráveis ao parecer, como Lino Coutinho e Vasconcelos, manifestaram seu interesse pela acusação do ministério.

Vasconcelos, por exemplo, dizia-se favorável tanto ao parecer da comissão, quanto ao requerimento de Holanda Cavalcanti, insistindo unicamente que antes de qualquer ação, a Câmara se certificasse sobre a validade de seus atos:

Suponhamos que se aprova o requerimento, vêm as informações, forma-se o ato de acusação; passa nesta casa, vai para o senado. Não poderá este, não estando prevenido, julgar nulo este ato de acusação, porque foi feito em sessão extraordinária?

[...]

Assim voto eu tanto pelo parecer, como pelo requerimento do Sr. Cavalcanti; consulte-se o senado para evitarmos toda a questão; e peçam-se os esclarecimentos para a seu tempo decretar-se a acusação dos ministros.⁸⁴

Reforçando, por sua vez, que a comissão não havia aprovado ou reprovado o requerimento de Holanda Cavalcanti, voltando-se, antes, a uma questão procedimental, Lino Coutinho pedia calma a seus colegas, afirmando que a Câmara não deixaria impune, por um atraso de alguns dias, “o horroroso atentado desse perverso ministério”, e que em pouco tempo se veria “como a comissão de constituição há de acusar a esse ministério refratário das lei, como há de sustentar a acusação com energia”.

⁸⁴ APB-CD, sessão de 11 de abril de 1829; p. 31-32.

Do lado oposto da contenda, Xavier de Carvalho defendia que, não estabelecendo o texto constitucional qualquer diferenciação entre sessões ordinárias e extraordinárias no tocante à obrigatoriedade do governo em prestar contas ao Legislativo – fixando, pelo contrário, que tal prestação se desse “logo que instalada for” a Câmara – , o procedimento do ministério era digno “de ser acusado”. Já na opinião de Holanda Cavalcanti, era dever do governo fornecer à Câmara as informações que seguramente demandaria desta caso os acontecimentos de Pernambuco tivessem chegado unicamente agora ao seu conhecimento. Atuando contrariamente a tal curso, no entanto, dizia o representante, “o ministério tem incorrido na execração pública, como acontece a quem infringe a lei fundamental de um estado”.

Julgando-se a matéria suficientemente discutida ainda na sessão de 11 de abril, ficou recusado o parecer da comissão e aprovado o requerimento de Holanda Cavalcanti, decidindo-se, afinal, efetivamente, por um pedido de esclarecimentos ao governo sobre as medidas extraordinárias empreendidas em Pernambuco no intervalo da reunião da Assembleia.

Antes de darmos prosseguimento a esta discussão, que desembocará na tentativa de acusação do ministro da Justiça e na abertura de denúncia formal, por crime de responsabilidade, contra o ministro da Guerra do país, vale a pena buscarmos compreender, partindo dos escassos registros disponíveis, o que, afinal, ocorrera em Pernambuco no início de 1829 e que reações tomara o governo frente a estes acontecimentos.

O levante de Afogados

Ilmo. e Exmo. Sr. Quando eu me lisonjeava de poder sempre informar a Sua Majestade o Imperador do estado de quietação e prosperidade, que se ia consolidando nesta província, sem que houvesse o mínimo assomo de descontentamento entre os povos dela, eis que de improviso me veio a notícia de se ter levantado e saído da povoação dos Afogados, meia légua distante desta praça, uma quadrilha de vinte e tantos indivíduos armados, os quais, montados em cavalos, que puderam furtar, se lançaram pela estrada da vila de Santo Antônio, na noite do primeiro de fevereiro corrente, aonde, tendo chegado já em numero de setenta e tantos, depois de soltarem os presos da cadeia, e se apoderarem das armas do quartel, procuraram instalar um governo revolucionário contra o soberano poder de Sua Majestade o Imperador [...]⁸⁵.

⁸⁵ Ofício de Tomás Xavier Garcia de Almeida a José Clemente Pereira, de 12 de fevereiro de 1829. Publicado em: Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos, 1824-1833*. Recife-Pernambuco: Arquivo Público Estadual, vol. IX; p. 302-304.

Com estas palavras, o presidente da província de Pernambuco, Tomás Xavier Garcia de Almeida⁸⁶, informava o ministro dos negócios do Império do Brasil, José Clemente Pereira, sobre os acontecimentos transcorridos em sua província no início de fevereiro de 1829. As notícias de que dispunha o presidente, transmitidas ao ministério do Império antes de ultimada a sublevação de Afogados, provinham, especialmente, da documentação a ele enviada pelas autoridades de diferentes vilas e povoações de Pernambuco, testemunhas oculares do ocorrido, bem como por oficiais diretamente envolvidos na perseguição aos revoltosos.

Parte desta documentação, publicada ao longo do mês de fevereiro de 1829 pelo periódico *Diário de Pernambuco*, permite a recuperação do desenrolar deste levante (pouco conhecido pela historiografia nacional), com destaque especial ao modo como, inicialmente assustadas com o rápido deslanche do movimento, as autoridades provinciais rapidamente passaram a depreciar sua força e desprezar seus protagonistas⁸⁷.

Marcada pelo deslocamento de um grupo de homens livres pobres da região de Afogados – bairro da periferia do Recife localizado na saída da ilha de Santo Antônio para a zona da Mata Sul⁸⁸ – em direção ao interior da província, a sublevação possuiu pequenas proporções, passando de um grupo de cerca de 30 homens no dia 1º de fevereiro, a mais ou menos 100 indivíduos dois ou três dias depois.

Adentrando pela província “armados de granadeiras, clavinotes, bacamartes e espadas”, o grupo passou por diferentes vilas e povoações (Santo Amaro de Jaboatão, Santo Antão, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cimbres, dentre outros), nas quais, sempre em acordo com relatos das autoridades locais, soltou presos das cadeias,

⁸⁶ Nomeado ao cargo de presidente da província de Pernambuco em setembro de 1828, Tomás Xavier Garcia de Almeida assumiu o cargo em dezembro daquele ano, mantendo-se à frente da província até fevereiro de 1830. Por ter composto a comissão militar instituída em Pernambuco quando da repressão à Confederação do Equador, a escolha de Garcia de Almeida ao cargo foi questionada por alguns veículos da imprensa imperial, chegando-se a relacionar tal nomeação aos distúrbios sentidos na província em fevereiro de 1829. Ver: Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit.; pp. 301-302.

⁸⁷ Os ofícios trocados entre os dias 2 e 9 de fevereiro de 1829, citados na sequência, foram em sua maioria publicados na edição nº35 do *Diário de Pernambuco*, de 13 de fevereiro de 1829. *Diário de Pernambuco*, nº 35 – 13/02/1829; A coleção do periódico *Diário de Pernambuco* foi digitalizada e pode ser acessada pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Outra parte deles foi encontrada em diferentes documentos custodiados pela Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, dentre os quais, *Alagôas – Descrição das batalhas contra rebeldes vindos de Pernambuco...* Cota II-33,9,2; doc. 37, e *Acontecimentos em Pernambuco para inaugurar uma república, 1829*. Cota: I-31,22,3.

⁸⁸ Marcus Joaquim Maciel de Carvalho. “‘Aí Vem o Capitão-Mor’. As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, p. 157-187, 2002; p. 169, nota 37.

roubou armamentos da guarda destacada para as eleições de vereadores e juizes de paz, furtou cavalos e víveres e angariou novos seguidores.

Se um dos ofícios publicados pelo *Diário de Pernambuco* atestava que “tais homens não haviam sido reconhecidos por levarem os rostos tapados”, em outro, enviado pelo capitão comandante José Francisco Pereira da Silva ao presidente da província, se afirmava que alguns deles haviam sido distinguidos pelo público como “homens malfeitores”, e que, dentre eles, identificara-se especificamente o “preto Luiz de Barros, morador em Afogados”. Foi este mesmo comandante quem oficiou ao governo que um homem cujo cavalo havia sido roubado, e que seguira o grupo, perguntara a um integrante para onde iam, “ao que ouviu que não sabia exatamente para onde iam, mas que iriam parar na Vila de Santo Antônio, aonde um grande motim estava preparado para tomar lugar.”

Se parte dos ofícios enviados por juizes de paz e capitães-mores do interior de Pernambuco às autoridades provinciais, deu conta, assim, de um “motim” formado com o intuito de depor o presidente e o governador das armas da província (respectivamente, Tomás Xavier Garcia de Almeida e Antero José Ferreira de Brito), as notícias que chegaram ao governo central tratavam de uma “rebelião” cujo objetivo explícito era o de implantar o sistema republicano de governo em Pernambuco.

No dia 3 de fevereiro, o governo da província expediu uma série de ofícios incentivando as autoridades locais a oferecerem informações sobre o acontecido e a tomarem as providências para a perseguição e apreensão dos malfeitores. Se os objetivos imediatos destes homens não pareciam claros a ninguém, falando-se, por vezes, que pretendiam “derrubar o governo de S. M. I.” e, por outras, que visavam depor Garcia de Almeida e Ferreira de Brito, as informações de que vinham armados, cometendo roubos e hostilidades pelo caminho, e anunciando um motim em Santo Antônio, foram suficientes para que o governo rapidamente empreendesse, contra eles, todas as medidas ao seu alcance, enviando em seu encalço, do Recife, uma “força respeitável” com o fim de os dissipar.

A partir do dia 3, portanto, foram constantes as notícias sobre a repressão imposta aos revoltosos, dando conta da organização de corpos de Cavalaria e Caçadores para seguirem no seu encalço, bem como de algumas das prisões empreendidas pelas forças da ordem. Em ofício enviado aos 7 de fevereiro de 1829, o capitão-mor de Santo Antônio, João Luis da Rocha, anexou “uma relação dos facciosos

que chegaram na noite de 1º de fevereiro em Sto. Antônio, reconhecidos pela população”. Os nomes e descrições que se seguiam eram os seguintes:

O capitão João Francisco de Mello
Luiz Roma, que é o comandante
Antonio Roma
O alferes Cauinana ou Caninana
O crioulo Luiz de Barros, dos Afogados
João Ferreira, morador em Afogados
Manoel Verissimo, morador no mesmo lugar
Joze de Meira, morador no dito lugar
Manoel Firmino, que foi Guarda Menor
O Nobre velho
Joze Freire dos Santos, morador no Recife que era guarda na Alfândega
Francisco das Xagas, mestre de meninos dos Afogados
Bento Dias, que voltou daqui para o Recife.

Ainda que a maioria dos “facciosos” listados fosse de moradores da localidade de Afogados, em geral desconhecidos das autoridades centrais da província e do país, há que se destacar a presença, dentre os nomes informados, do “Nobre velho”, bem como de Luiz e Antonio Roma. Quanto ao primeiro, Antônio José Fernandes Nobre, sabemos que fora previamente indiciado na devassa aberta em decorrência da Revolução de 1817⁸⁹. Já Luiz e Antonio Roma eram filhos do padre Roma (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima), morto em consequência de sua liderança no mesmo movimento de 1817, e irmãos do general Abreu e Lima, que lutara com Simon Bolívar nas Guerras de independência da América espanhola. Como veremos à frente, a participação dos irmãos Roma no levante de Afogados seria invocada pelo governo, meses mais tarde, para justificar, dentre diversos outros fatores, a seriedade com que o ministério optara por lidar com a sublevação.

Se a preocupação das autoridades com o sucesso dos revoltosos, por um lado, só parecia crescer entre os dias 1º e 9 de fevereiro, com parte dos documentos expedidos dos “campos de batalha” dando conta da rede de colaboradores e informantes de que dispunha aquela “quadrilha de malfeitores” – “víboras sanguinárias”, “inimigos refratários da prosperidade da pátria” –, e do envolvimento de figuras importantes do passado rebelde da província, é interessante observar como, mais ou menos à mesma altura, começaram a chegar também informações de que, não apenas os revoltosos não haviam encontrado apoio nos lugares por onde passavam, resultando daí sua marcha acelerada para o Sertão – em verdade, uma fuga –, mas de que, para além disso, suas investidas não haviam alterado os ânimos dos habitantes da

⁸⁹ Ver: *Defesa apresentada por Antônio José Fernandes Nobre, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817*. Divisão de manuscritos da Biblioteca Nacional, Cota I-31,1,21.

província, que seguia em paz, passando-se a tratar o movimento como uma “quixotada”, composta por meia dúzia de “homens perdidos e abjetos”, em fuga desesperada pelo interior da província.

Data do dia 9, por exemplo, um ofício de Tomás Xavier Garcia de Almeida aos presidentes das províncias da Paraíba do Norte, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte, no qual o presidente parece ter se esforçado para minorar a força do movimento. Alegando atuar para que boatos exagerados não se propagassem pelas províncias limítrofes, aproveitando-se da ocasião “para incutir ideias de terror e desconfiança entre os povos”, Garcia de Almeida reportava, em sua descrição, que os revoltosos haviam encontrado “uma resistência honrosa da parte daquele Povo em aderir a tão infame projeto”, tendo-se posto logo em retirada para o Sertão, “acoçados pela Tropa, que imediatamente fez marchar daqui sobre eles”.

A partir do dia 11 de fevereiro, também os ofícios trocados pelas autoridades envolvidas na perseguição assumiram um novo tom. Deste momento em diante, as notícias de apoio aos revoltosos, do crescimento de seus contingentes e da rede de informantes e adeptos de que dispunham, deram lugar, cada vez mais, a comunicados sobre a prisão dos rebeldes e sua debandada geral, bem como dos desdobramentos finais da revolta⁹⁰. Noticiava-se, então, a prisão e fuga dos facciosos, bem como a dispersão generalizada que estes empreendiam pelo sertão da província, sendo acoitados por alguns proprietários da região⁹¹. As autoridades davam por finda, então, a sublevação.

⁹⁰ *Diário de Pernambuco*, nº 39 – 18/02/1829. Nesta edição do periódico foram publicados diversos ofícios datados de 11 e 12 de fevereiro de 1829, dando parte da prisão de alguns revoltosos e revelando o conteúdo de documentos interceptados com alguns deles. Dentre tais papéis, dois ofícios assinados, respectivamente, por Luiz Roma, “chefe da facção”, e por José Antonio Nobre. Os dois documentos, datados de 7 de fevereiro de 1829 e enviados do acampamento dos rebeldes no Brejo da Madre de Deus, revelavam, de fato, o posto de chefia ocupado por Luiz Roma – que assinou seu ofício como “Comandante das Forças Libertadoras” –, tratando, ambos, de pedidos de auxílio e envio de gente e armamentos ao Brejo, “para darmos princípio às nossas liberdades.

⁹¹ Todos os ofícios emitidos aos 12 de fevereiro de 1829 foram publicados na edição de nº40 do *Diário de Pernambuco* (Recife), de 19/02/1829. Ver também: *Diário de Pernambuco*, nº 42 – 21/02/1829. Os três últimos ofícios remetidos do *front* por Jacinto Pereira ao governador das Armas, Antero José Ferreira de Brito, nas datas de 18, 19 e 22 de fevereiro, davam conta, enfim, das últimas medidas empreendidas com o fito de prender os fugitivos, reportando o desconhecimento do paradeiro de parte deles, como Luiz Roma e Nobre – que se dizia terem atravessado o Rio São Francisco –, bem como de alguns certamente “escondidos nas imediações daqueles lugares”. Tais ofícios davam conta ainda da prisão de parte dos rebeldes, dentre os quais: José Norberto de Meira; José Ferreira dos Santos; José Bento Sabino e Francisco das Chagas, moradores de Afogados; Joaquim Mendes de Andrade, morador do Brejo da Madre de Deus; Lourenço Gomes da Silva, de Santo Antônio; um preto de nome João, “escravo que se diz do Coronel Bento Jose da Costa”; José Martins Rodrigues, branco; Alexandre José Rodrigues, pardo; Basílio Lopes Frasso; e Eusébio Bezerra Leite. *Diário de Pernambuco*, nº 47 – 28/02/1829.

À mesma altura dos acontecimentos transcorridos no interior da província, notícias esparsas trocadas entre o Desembargador Ouvidor Geral do Crime de Pernambuco, Gustavo Adolfo d'Aguilar, e o Conselheiro Chanceler da Relação, André Alves Pereira Ribeiro e Cirne, davam conta da propagação de pasquins sediciosos no Recife, pregados em diferentes partes da cidade na noite do dia 1º para o dia 2 de fevereiro.

Nas palavras do Chanceler André Cirne, em ofício enviado a Adolfo d'Aguilar aos 3 de fevereiro de 1829, constava-lhe que tinham aparecido, na cidade, “vários pasquins, e outros papéis subversivos da boa Ordem e sossego público”, cabendo ao Ouvidor que, “sem perda de tempo”, passasse a tomar conhecimento “de tudo, e de todo e qualquer movimento que tiver havido, e houver”, procedendo com a maior urgência e escrúpulo para “descobrir a realidade, e os perversos fautores ou colaboradores, e mesmo o Espírito, e fins de tais desordens; e sejam justamente punidos como merecerão os culpados”⁹².

Em acordo com o Chanceler, em sua busca por esclarecimentos, o Ouvidor devia requisitar todas as instruções e auxílios, de quaisquer “Estações ou Autoridades” que lhe fossem necessárias, procedendo legalmente pela identificação dos culpados e informando-o de tudo quanto fosse descobrindo para que ele, por sua vez, pudesse prover como coubesse nas forças de seu cargo, circunstanciando os fatos a Sua Majestade, o Imperador.

De porte deste ofício, o Ouvidor Geral do Crime respondeu no dia seguinte ao Chanceler, confirmando ter já aberto devassa para averiguação do caso, ainda que, até aquele momento, nada tivesse sido descoberto.

Acabo de receber o Offício de V. Sa. de 3 no qual me manda proceder contra os fautores e propagadores dos Pasquins sediciosos que tem aparecido nesta cidade, bem como tomar conhecimento de qualquer movimento acontecido, e que for acontecendo dando-lhe conta do que tenho descoberto e for descobrindo; e em seu cumprimento devo participar a V. Exa. que em quanto aos Pasquins no mesmo dia que aparecerão, fui proceder o acto Judicial de achado, e que já se achava devássa aberta a tal respeito: que por ora nada pude descobrir. Que quanto ao mais hirei procedendo sobre as desordens que se manifestarão até Santo Antão, esperando porem que o Exm. Sr. Presidente da Provincia me remeta as pessas Officiaes que parão em seu poder e o resultado da deligencia, que com força armada se emprega contra os sediciosos, e de tudo irei dando exacta conta a V. Exa.⁹³

⁹² Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Acontecimentos em Pernambuco para inaugurar uma república, 1829*. Cota: I-31,22,3; doc. 1.

⁹³ Idem, doc. 2.

Ao que tudo indica, portanto, haja vista a sincronia das datas em que irromperam o movimento de Afogados e o aparecimento de pasquins sediciosos no Recife, as autoridades imediatamente vincularam os movimentos entre si. Se, no caso dos rebeldes armados que partiam para o interior da província, o governo rapidamente destacou uma tropa em seu encalço, frente à pregação de pasquins, abriu-se quase imediatamente uma devassa para a averiguação do ocorrido.

Os dois acontecimentos acabaram por alimentar uma série de polêmicas, cujas repercussões chegaram ao governo central. No interior da província, diversos editoriais do *Diário de Pernambuco* posicionaram-se sobre os acontecimentos, demonstrando o modo como, em sua opinião, os acontecimentos de Afogados, resultantes do embate entre homens “desprezíveis” e igualmente “anarquistas”, caíra como “a sopa no mel” às autoridades locais, dando azo a prisões injustificadas e a uma série de armações protagonizadas pelo Ouvidor Geral do crime, às vésperas das eleições gerais no Império.

Antes de adentrarmos por estas análises, no entanto, cabe examinarmos o modo específico com que as notícias destes movimentos chegaram à Corte do Rio de Janeiro, averiguando, então, as medidas tomadas pelo governo do Império.

As repercussões na Corte: a reunião do Conselho de Estado e os Decretos de 27 de Fevereiro.

No desenrolar do levante de Afogados, não só os juízes de paz, capitães-mores e comandantes de forças alocados no interior da província se reportaram com frequência às autoridades do Recife, como também estas últimas tiveram de prestar contas dos acontecimentos ao governo central do país.

A primeira iniciativa nesse sentido parece ter partido do Ouvidor Geral do Crime de Pernambuco, Gustavo Adolfo d’Aguilar, que aos 7 de Fevereiro de 1829, enviou ao Ministro da Justiça do Império, Lucio Soares Teixeira de Gouveia, um breve informe do estado de agitação em que se encontrava a província⁹⁴.

Descrevendo brevemente a marcha dos revoltosos de Afogados em direção ao Sertão – pautando-se pelas notícias de que dispunha até aquela data –, Gustavo d’Aguilar foi enfático ao afirmar que o intuito dos “perversos” era o de instalar um governo republicano no local. Ao transmitir as notícias do levante ao ministério, o

⁹⁴ Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Acontecimentos em Pernambuco para inaugurar uma república, 1829*. Cota: I-31,22,3, doc. 3.

Ouvidor Geral do Crime reportou a ausência de respaldo ao movimento pelos habitantes e autoridades locais, reforçando, no entanto, as dificuldades encontradas pela força regular que marchava em seu encalço, haja vista a distância que os rebeldes haviam aberto do batalhão.

Quanto à identidade dos revoltosos, dizia marchar à testa deles um certo Firmino, “que foi Guarda Menor da Relação”, um “preto carnicheiro denominado Luis de Barros”, um tal João Fernandes Nobre, “e dois filhos do bem conhecido nos anais revolucionários Padre Roma”.

Reportando ainda o fato de que, em data concomitante, haviam amanhecido pregados nas esquinas e ruas da cidade, “vários pasquins sediciosos, concitando o povo à rebelião”, o Ouvidor participava ter já aberto devassa sobre eles, revelando enviar ao ministro as cópias de alguns pasquins, “na certeza de que muitos outros apareceram”.

Terminava neste termos o ofício de Gustavo d’Aguilar:

Se por huma parte, Ex. Sr. hum tal successo deve magoar sobremaneira o Paternal Coração de Sua Magestade o Imperador, por outra parte esse sentimento fica bem compensado com a firmesa, e amor que á Sua Sagrada Pessoa patentearão os bons habitantes da Provincia. Todo sabem que tantas vezes erguer o [ilegível] o monstro da anarchia tantas vezes será debellado; e que só de redor do Throno Augusto do mais justo, e mais clemente dos Monarchas podem achar salvação e segurança. Espero, d’acordo com os Exmos Presidentes da Provincia, e Governador da Relação o desentrecho dessa força anarchica, para que, com exacto conhecimento de todos e de cada hum dos factos criminosos dos rebeldes, se possa proceder contra elles, e contra os que de qualquer modo incorrerem em tão nefando attentado, a fim de que sejam punidos com o rigor da Justiça, cuja espada tantas vezes pendente sobre as suas cabeças, tem sido outras tantas suspendida pela Clemencia do melhor Monarcha á quem V. Exa. fará presente o que tenho a honra de lhe comunicar.⁹⁵

Cinco dias mais tarde, aos 12 de fevereiro de 1829, seria o presidente de Pernambuco, Tomás Xavier Garcia de Almeida, quem oficiaria ao Ministro dos Negócios do Império, José Clemente Pereira, sobre o estado da província. Descrevendo brevemente o sucedido, também ele alegaria que o intuito da “quadrilha” era o de “instalar um governo republicano contra o soberano poder de Sua Majestade o Imperador”; finalidade para a qual, dizia, os rebeldes não haviam encontrado apoio algum, batendo em retirada para a Comarca do Sertão, fugindo da tropa enviada em seu encalço⁹⁶. O presidente repassava ainda ao ministério as

⁹⁵ Idem. Ibidem.

⁹⁶ Ofício de Tomás Xavier Garcia de Almeida a José Clemente Pereira, de 12 de fevereiro de 1829. Publicado em: Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos, 1824-1833*. Recife-Pernambuco: Arquivo Público Estadual, vol. IX; p. 302-304.

participações a ele feitas por diversas autoridades locais, bem como as medidas empreendidas com o fito de garantir a segurança das províncias vizinhas.

Conquanto porém seja para sentir, que se produzisse esta triste cena com tanta ofensa da Augusta Pessoa de Sua Majestade Imperial e incômodo dos povos, por onde vão transitando os insurgentes, não se alterou contudo na menor parte a tranquilidade da capital, e das outras partes da Província; pois que à exceção de uma grande quantidade de pasquins **coincidentemente** aparecidos na praça com expressões sacrílegas dirigidas contra o Imperante da Nação, e contra a forma de governo, o que pode ser obra de algum faccioso tão ignóbil, como os outros da quadrilha; nenhum outro sintoma se tem manifestado de haver plano combinado para um tão temerário rompimento; e antes se tem notado no espírito público uma bem pronunciada indignação contra os seus infames autores, cujos nomes dos principais deles verá V. Ex. na relação inclusa: **podendo considerar-se este esforço de desesperação como o único arranco da última cabeça da hidra revolucionária de Pernambuco.**⁹⁷

Reforçando o compromisso que tivera com a apresentação do quadro dos acontecimentos transcorridos em Pernambuco ao governo de sua majestade imperial, “afim de que lhe não chegasse a notícia deles desfigurada por algum canal impuro”, Garcia de Almeida terminava seu ofício descrevendo as atitudes que tomara para garantir seu rápido envio à Corte.

No dia seguinte, 13 de fevereiro de 1829, seria a vez do Conselheiro Chanceler da Relação de Pernambuco, André Alves Pereira Ribeiro Cirne, oficialar a Teixeira de Gouveia, o ministro da Justiça, dando parte, também ele, da situação da província⁹⁸.

Dizendo-se ressentido de participar semelhantes acontecimentos ao governo nos últimos dias em que ocupava o cargo de Chanceler da Relação, André Cirne revelava, “que nos primeiros dias deste mês apareceram alguns Pasquins, se fez público, que uns poucos de homens abjetos na verdade, marcharam das imediações desta Cidade, para a Vila de Santo Antônio onde apareceram pretendendo formar um governo seu e republicano”. Descrevendo as medidas que tomara diante de tais acontecimentos – dando ordens para a abertura da Devassa de que não havia ainda resultados a se levar para o governo –, o Chanceler afirmava:

[...] só posso assegurar a V. Exa. que no meio de tudo isto a tranquilidade em geral se tem conservado, e a maioria do espirito Publico he todo de boa Ordem, e pelo Governo de S. M. O Imperador, pelo que confesso nada me tenho assustado. Devo tambem dizer mais V. Ex. que agora com estes acontecimentos torna-se a fallar que aparecem no sertão o Leite, e Carapéba e alguns outros dos réos recommendados pelas Imperiaes Determinações, e sobre os quaes apesar das

⁹⁷ Idem. Grifos meus.

⁹⁸ Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Acontecimentos em Pernambuco para inaugurar uma república, 1829*. Cota: I-31,22,3, doc. 4.

minhas diligencias, e solicitações, e das ordens que o Presidente Mairink me disse havia espedido para os Sertões, como sempre avisei a V. Exa. nada se pode então concluir. Ninguém melhor que o Presidente da Província e Governador das Armas, [...] podem satisfazer as buscas e apreensões de semelhantes indivíduos se na realidade existirem, como me dizem, porem cujos obstaculos para a sua descoberta, e a apreensão sempre expôs nos meus officios.⁹⁹

Para além destes documentos, sabemos da existência de um officio do Comandante das Armas da província de Pernambuco, Antonio José Ferreira de Brito, enviado ao governo do Império, ao qual infelizmente não tivemos acesso, mas cujo conteúdo, parcialmente lido em sessão do Conselho de Estado que analisaremos à frente, acreditamos pautar-se pelas mesmas balizas dos três apresentados acima. Ao que tudo indica, foi a partir deste conjunto de officios que o governo tomou conhecimento dos acontecimentos transcorridos na província em fevereiro de 1829.

Ainda que todos eles confirmassem o intuito dos revoltosos de proclamarem um governo republicano em Pernambuco, eram também enfáticos ao relatarem o desprezo que a população, bem como suas autoridades locais, haviam reservado a tais intentos, e a despreocupação absoluta em que se encontravam no tocante à tranquilidade da província.

Quanto aos pasquins sediciosos, enquanto o Ouvidor Geral do Crime e o Chanceler da Relação reportavam sua existência ao governo com o intuito de certificá-lo de que as medidas necessárias à investigação do caso já se encontravam em curso, o presidente da província era incisivo em registrar a absoluta coincidência existente entre este acontecimento e o levante de Afogados, subestimando tanto a um, quanto ao outro. Prevendo ainda as desconfianças possivelmente geradas pela presença de indivíduos ligados à Confederação do Equador na revolta, o presidente era taxativo em avaliar o “esforço de desesperação” dos revoltosos como a “última cabeça da hidra revolucionária de Pernambuco”.

Em 27 de fevereiro de 1829, no entanto, Tomás Xavier Garcia de Almeida receberia do governo do Império, pela pessoa do ministro da Justiça, Lucio Soares Teixeira de Gouveia, a seguinte resposta a seu officio:

Illm. e Exm. Sr. Levei à augusta presença de Sua Majestade o Imperador o officio de V. Exc. em que dá parte de ter apparecido nessa Província uma rebelião de facciosos que tem por fim mudar a forma de govêrno monárquico constitucional estabelecido e jurado neste Império; e sendo de reear que esta rebelião, apesar da nenhuma importância das pessoas nela envolvidas, tome algum corpo que incomode a tranquilidade dos habitantes pacíficos e fiéis da mesma Província, a fim de occorrer com remédio eficaz ao **perigo iminente**, que possa ameaçar a

⁹⁹ Idem. Ibidem.

segurança do Estado: Há o mesmo Senhor por bem mandar remeter a V. Exc. a cópia inclusa do Decreto da data dêste, que suspende as formalidades que garantem a liberdade individual, para que V. Exc. o faça executar nesta Província.

Sua Majestade o Imperador, ordenando o emprêgo desta medida extraordinária, recomenda a V. Exc. que ponha tôdas as cautelas, que a sua prudência e zêlo lhe sugerirem, para que dela não se abuse com sacrifício da inocência, porque é de sua imperial vontade que sirva sómente para mais pronta e inevitável punição dos rebeldes.¹⁰⁰

A decisão pela suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos pernambucanos, informada ao presidente da província na data exata de sua expedição, 27 de fevereiro de 1829, fora discutida, no dia anterior, pelo Conselho de Estado.

Pela análise das *Atas do Segundo Conselho de Estado* (1823-1834), portanto, ficamos sabendo que na data de 26 de fevereiro de 1829, reuniram-se com o imperador, no Paço da Quinta da Boa Vista, os Conselheiros marqueses de Santo Amaro (José Egídio Álvares de Almeida), Inhambupe, Caravelas, Queluz, Paranaguá, Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca) São João da Palma (Francisco de Assis Mascarenhas) e o conde de Lages, tendo-se unido aos mesmos, para esta sessão, o Ministro dos Negócios da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, e o Ministro da Justiça do Império, Lucio Soares de Teixeira de Gouveia¹⁰¹.

Iniciada a sessão, o ministro da Guerra procedeu à leitura do ofício enviado pelo comandante das Armas de Pernambuco ao ministério, por meio do qual reportava ao governo, praticamente nos mesmos termos dos ofícios analisados acima, os acontecimentos transcorridos em Pernambucos desde o dia 1º de fevereiro. Na sequência, foram apresentados, pelo ministro da Justiça, os pasquins e proclamações contrárias ao imperador, que se dizia terem aparecido na praça do Recife e seus subúrbios, concitando os povos a uma formal desobediência. Após descrever, por fim, a fuga e prisão dos delinquentes, e a nenhuma alteração da tranquilidade da província em consequência dos ocorridos, Teixeira de Gouveia afirmava que:

[...] todavia o fato era de tal natureza, que exigia prontas providências; tanto mais que a licença desenfreada com que apareciam atualmente nas falas públicas de muitas Províncias, especialmente nas desta Corte, São Paulo, e Minas Gerais

¹⁰⁰ Francisco Augusto Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos, 1824-1833*. Recife-Pernambuco: Arquivo Público Estadual, vol. IX, p. 304. Grifo meu.

¹⁰¹ As Atas dos Conselhos de Estado do Império foram organizadas por José Honório Rodrigues e publicadas pelo Senado Federal, em 13 volumes, em 1973. As Atas do Segundo Conselho de Estado (1823-1834) que analisamos aqui, foram consultadas em versão digital, disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp, sessão 24ª (exemplar sem paginação).

ideias subversivas, opostas à boa ordem, e insultantes até contra a inviolável Pessoa de Sua Majestade Imperial, era um sintoma manifesto, de que tinham entre si uma criminosa correspondência, dispondo o espírito público para seus sinistros fins, sendo portanto indispensável que se tomassem medidas enérgicas para atalhar os males que de tais tentativas se podem reproduzir.

À vista destas exposições, o imperador ordenou ao Conselho de Estado que votasse sobre três questões: 1) se a rebelião surgida em Pernambuco, “ainda que parcial”, exigia, ou não, a suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual de seus cidadãos, “para serem presos e tratados como rebeldes os que nela se achassem implicados”; 2) “se esta providência devia ser extensiva às outras províncias do Norte”, autorizando seus presidentes a suspenderem, também eles, as formalidades em caso de rebelião; e 3) “se se deviam criar comissões militares” na província de Pernambuco, e nas demais em que se manifestassem rebeliões, “para serem prontamente punidos os réus de tão enorme crime”¹⁰².

O primeiro a registrar seu voto, em acordo com as *Atas*, foi o marquês de Santo Amaro, a quem a suspensão das garantias individuais, fosse em Pernambuco, fosse nas outras províncias, parecia desnecessária. Manifestando-se na sequência, votou favoravelmente à suspensão das formalidades em Pernambuco o marquês de Inhambupe – ainda que tal rebelião não afetasse o conjunto da província, uma vez que fazia-se necessário “prevenir a extensão deste mal” –, opondo-se, no entanto, à conveniência de se confiar semelhante providência aos presidentes das outras províncias, “sem que por fatos ostensivos se manifestasse esse contágio, pelo abuso que os mesmos Presidentes ainda em boa fé poderiam cometer no exercício deste grande poder”.

Em acordo com as *Atas*, todos os outros Conselheiros seguiram, por sua vez, o voto do marquês de Queluz, o qual:

[...] expondo a necessidade de se suspenderem as formalidades que garantem a liberdade individual na Província de Pernambuco, assentou que esta medida de prevenção devia ser igualmente confiada aos Presidentes das Províncias aonde se receasse uma semelhante insurreição, autorizando-os por Decretos, para porem em efetiva execução quando aparecer a rebelião em suas respectivas Províncias; responsabilizando-os pelo abuso que em tal caso cometerem.

Para além da província de Pernambuco, e das províncias a ela limítrofes, votaram, no entanto, os Conselheiros, que também às províncias do Sul se estendesse a medida.

¹⁰² Idem. Ibidem.

Quanto à criação de comissões militares, registrou-se nas *Atas* a recusa de todos os Conselheiros a semelhante medida: “E Sua Majestade Imperial houve por bem declarar que depois de reunir os Seus Ministros de Estado resolveria o que lhe parecesse mais conveniente”. A decisão unânime dos conselheiros em oposição à criação de comissões militares em Pernambuco, reforçava o posicionamento que parte destes homens já manifestara nas discussões que acompanhamos acima, no Senado imperial, sobre o artigo 2º do projeto de lei de abolição dos foros pessoais, pelo qual firmara-se a proibição expressa da criação de comissões militares no país.

No dia seguinte à reunião do Conselho de Estado, no entanto, três decretos foram emitidos pelo poder Executivo do país. Enquanto o primeiro deles, assinado pelo ministro da Justiça do Império, Lucio Soares Teixeira de Gouveia, autorizava a suspensão das “formalidades referidas pelo §35 do art. 179” em Pernambuco, “a fim de que se possa proceder, sem elas, contra quaisquer indivíduos complicados naquela rebelião, até que cesse a necessidade urgente desta medida”¹⁰³; os outros dois, assinados pelo ministro da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, determinavam, respectivamente, a criação de uma comissão militar na mesma província, “em a qual serão verbal, e sumariamente processados os cabeças, e os que forem apanhados com as armas na mão”¹⁰⁴, e a execução imediata das sentenças proferidas pela dita comissão militar, “sem que primeiramente subam à minha Imperial presença, não obstante o art. 1º da Lei de 14 de setembro de 1826”¹⁰⁵.

A despeito de a redação dos três decretos sugerir que houvera concordância entre as decisões por eles expressas e a consulta do imperador ao Conselho de Estado – haja vista o recurso à fórmula: “Hei por bem, tendo ouvido o Meu Conselho de Estado” –, nenhum deles seguiu, de fato, a indicação do colegiado. Primeiramente, por terem os conselheiros votado, de forma unânime, em oposição à criação de comissões militares em Pernambuco e, em segundo lugar, por não ter-se estendido às províncias do Norte e Sul do país, tal como indicado por eles, a autorização para suspensão das formalidades referidas pelo §35 do art. 179.

¹⁰³ “Decreto de 27 de fevereiro de 1829. Suspende provisoriamente na Província de Pernambuco as formalidades constitucionais que garantem a liberdade individual”. *CLIB de 1829*. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877; p. 24.

¹⁰⁴ “Decreto de 27 de fevereiro de 1829. Crêa uma comissão militar na província de Pernambuco para julgamento dos comprometidos na rebelião da mesma Província”. *Idem*; pp. 24-25.

¹⁰⁵ “Decreto de 27 de fevereiro de 1829. Manda que sejam imediatamente executadas as sentenças da comissão militar creada na Província de Pernambuco. *Idem*; p. 25. Consoante o art. 1º da lei de 14 de setembro de 1826, todas as sentenças proferidas “em qualquer parte do Império”, que impusessem pena de morte, só poderiam ser executadas após subirem à presença do imperador, “para poder perdoar, ou moderar a pena, conforme o art. 101 § 8.º da Constituição do Império”. *CLIB de 1826. Parte I*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880; p. 11-13.

Por estas e outras questões, que analisaremos à frente, os decretos de 27 de fevereiro de 1829 encontraram ampla oposição na Câmara dos deputados, cabendoneos questionar, afinal, por que o governo empreendera semelhantes medidas¹⁰⁶.

Na busca por tal resposta, devemos considerar, de saída, a multiplicidade de interesses enredados tanto nas movimentações políticas transcorridas em Pernambuco àquela altura – sublevação de Afogados e aparecimento de pasquins sediciosos no Recife, movimentos reconhecidos pela historiografia, em termos gerais, como “República de Afogados” –, quanto na atuação das diferentes autoridades responsáveis por sua repressão. Para além das autoridades propriamente ditas, oficialmente implicadas na questão, também os periódicos envolvidos na transmissão de notícias concernentes a tais acontecimentos, fosse na província de Pernambuco, fosse na corte do Rio de Janeiro, possuíam motivações a que vale a pena atentar.

Munidos de tais considerações, devemos tratar com cuidado os discursos expressos na documentação, colocando em dúvida as avaliações da época quanto ao “perigo iminente da pátria” ou à total irrelevância das movimentações políticas pernambucanas de 1829. Afinal, ainda que parte das autoridades da província tivesse se esforçado por menosprezar os movimentos e seus participantes, não só diversos documentos davam conta dos perigos efetivamente apresentados às forças da ordem – ao menos num primeiro momento –, como as medidas tomadas pelo governo central eram indicativas de que havia algo mais a se avaliar naquela conjuntura.

É interessante observar, nesse sentido, o modo como foram veiculadas, pelo *Diário de Pernambuco*, as primeiras notícias sobre a sublevação de Afogados. Em editorial publicado aos 6 de fevereiro de 1829, o periódico se manifestava com desprezo pelo acontecimento e seus protagonistas, definindo-os como “canalhas” que pretendiam “enxovalhar” a província, incapazes sequer de compreenderem o real significado de conceitos como “liberdade” e “democracia”¹⁰⁷.

Se nas edições de 11, 13 e 14 de fevereiro de 1829, como vimos, o *Diário* publicou uma série de ofícios redigidos por autoridades locais diretamente envolvidas no desenrolar da sublevação – pelos quais distinguia-se certa preocupação com os intuitos e rumos tomados pelos revoltosos –, em editorial de 16 de fevereiro, chamou

¹⁰⁶ Ainda que, como veremos ao final deste capítulo, os representantes tenham descoberto, em junho de 1830, a existência de decretos de suspensão de garantias e criação de comissões militares, de caráter preventivo, assinados pelos ministros da Justiça e da Guerra também em 27 de fevereiro de 1829, para várias das províncias do norte do país, tal informação manteve-se desconhecida dos parlamentares brasileiros até aquela data.

¹⁰⁷ *Diário de Pernambuco*, nº29 – 06/02/1829.

novamente a atenção de seus leitores para a insignificância e vileza do movimento. Desta vez, no entanto, o enfoque dos editores voltou-se menos ao movimento em si, e mais à forma como ele vinha sendo aproveitado pelos diferentes grupamentos políticos da província, com destaque especial ao impacto que aquela movimentação imprimira no desenrolar da chamada “Devassa dos Pasquins”, aberta pelo Ouvidor Geral do Crime, Gustavo Adolfo d’Aguilar, ainda no início de fevereiro, e da qual resultara, dentre outras, a prisão do fundador do *Diário de Pernambuco*, Antonio José de Miranda Falcão¹⁰⁸.

Antes de seguirmos com a análise desses acontecimentos e do modo como foram enredados uns aos outros, desembocando nas graves medidas tomadas pelo governo central, vale relembrar que, nos primeiros meses de 1829, o Império brasileiro encontrava-se às vésperas da realização de cinco pleitos simultâneos, previstos pelos decretos de 29 julho e 27 de agosto de 1828. A análise desta conjuntura em Pernambuco, é fundamental para compreendermos a singularidade do momento vivido pela província e as dimensões imprimidas ao levante de Afogados e, especialmente, à devassa do pasquins naquele local.

Por meio do decreto de 29 de julho de 1828, foram convocadas, nas diferentes províncias do Império, as eleições de deputados para a próxima legislatura da Assembleia Geral¹⁰⁹. O documento estabelecia que o pleito fosse realizado dentro de, no máximo, seis meses do recebimento do decreto e que, para a realização das eleições, fossem seguidas as Instruções de 26 de março de 1824. Em acordo com tais instruções, na mesma ocasião em que se procedesse às eleições de deputados, dever-se ia eleger também os membros dos Conselhos Gerais de Província do país, que, em Pernambuco, deveria ser composto por 21 indivíduos¹¹⁰.

Já o decreto de 27 de setembro de 1828 determinava que, logo que nas cidades e vilas do Império fosse publicado o novo regimento das Câmaras Municipais, se procedesse às eleições nele determinadas, “e aos eleitos se dará posse para entrarem imediatamente em exercício”¹¹¹. O novo regimento das Câmaras Municipais, estabelecido por lei de 1º de outubro de 1828, previa, dentre outras coisas, a forma das

¹⁰⁸ *Diário de Pernambuco*, nº 37 – 16/02/1829. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca. “A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835)”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº45, p. 47-73, jan/jun. 2011; p. 67-70.

¹⁰⁹ *CLIB de 1828. Parte I*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878; p. 4-5.

¹¹⁰ *CLIB de 1824. Parte II*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886; p. 17-28.

¹¹¹ *CLIB de 1828. Parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878; p. 68.

eleições dos vereadores das Câmaras e aquela referente à escolha dos juízes de paz¹¹².

Para além das quatro autoridades (deputados, conselheiros gerais de província, vereadores e juízes de paz) cuja escolha fora regulada pelos decretos supracitados, estavam previstas para ocorrerem no Império, à mesma altura, as eleições dos membros do Conselho da Presidência, também chamado de Conselho do Governo. Tal colegiado, composto sempre por seis membros, havia sido criado por decreto da Assembleia Constituinte de 20 de outubro de 1823, e seguia em vigor no país¹¹³. O decreto de criação deste conselho previra que sua eleição se desse da mesma forma que a dos deputados da Assembleia (art. 10), estabelecendo, portanto, que, assim como os deputados, estes serviriam por um período de quatro anos. Devendo a sua reunião coincidir com aquela da legislatura imperial, compreendia-se que também a escolha de seus membros ocorresse à mesma época do pleito para deputados e conselheiros gerais de província¹¹⁴.

Tal situação de eleições intermitentes nas diferentes freguesias do país, deixou o Brasil sob um permanente período eleitoral, colocando as autoridades, como era de se esperar, em estado de atenção máxima. Para o caso específico de Pernambuco, em que uma rigorosa vigilância fora estabelecida desde a Confederação do Equador, é possível supor – seguindo, para tanto, as análises do historiador Marcus Carvalho – que a designação de Tomás Xavier Garcia de Almeida à presidência, em setembro de 1828, formava parte de um projeto que visava a garantir a ordem para as eleições que viriam a ocorrer¹¹⁵.

Não é de se estranhar, portanto, que neste contexto conturbado e tenso, qualquer movimento, por menor que fosse, chamasse imediatamente a atenção das autoridades, ganhando repercussões muitas vezes insuspeitadas. Na província de Pernambuco, à tensão imposta, por si só, pelo período eleitoral, unir-se-iam ainda as preocupações advindas das agitações políticas de anos anteriores, em especial numa conjuntura em que se falava, cada vez mais, da volta dos confederados à cena política.

A “República de Afogados”, portanto, que chamou a atenção das autoridades

¹¹² Idem; p. 74-89.

¹¹³ *CLIB de 1823. Parte I*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887; p. 10-14.

¹¹⁴ Publicados os decretos, o Brasil se veria às voltas, portanto, nos meses subsequentes, com cinco eleições simultâneas, valendo destacar que, se duas delas eram diretas – juízes de paz e vereadores –, três eram indiretas, o que implicava na formação de assembleias paroquiais de votantes – responsáveis pela escolha dos eleitores – e de colégios de eleitores nas províncias. Desde a independência do país, os cidadãos aptos a votar, fosse nas assembleias paroquiais, fosse nos colégios eleitorais, nunca haviam sido tão fartamente demandados a exercerem seu direito de voto, assumindo enorme centralidade na escolha dos rumos da administração nacional.

¹¹⁵ Marcus J. M. de Carvalho. *Op. cit.*, 2002; p. 159. Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. *Op. cit.*; pp. 301-304.

pernambucanas e do governo central do país de modo, à primeira vista, incompreensível, encontrava-se diretamente relacionada à conjuntura específica ali vivida. Tanto assim que, em seus desdobramentos, a Devassa dos pasquins levaria às prisões de Pernambuco – de forma deliberada e arbitrária, ao que tudo indica – uma série de indivíduos ligados ao passado rebelde da província.

Por meio de editorial publicado em 21 de fevereiro de 1829, os redatores do *Diário de Pernambuco* explicitaram as ligações diretas que acreditavam existir entre o processo eleitoral em curso na província, e os desmandos das autoridades, chamando a atenção ao modo como o levante de Afogados acabara por “justificar” a prisão de “cidadãos probos e pacíficos” – todos, como veremos, ligados ao passado rebelde pernambucano –, pela simples suspeita de sua participação nos movimentos.¹¹⁶

Ademais, o editorial acusava o desembargador e ouvidor geral do crime da província, Gustavo Adolfo d’Aguilar, de ser a “mola da intriga”, manipulado por grupos de poder locais para conquistarem seus objetivos. Desde meados de fevereiro, o *Diário* vinha publicando uma série de documentos relativos à devassa¹¹⁷, nos quais buscava comprovar as “armações” realizadas pelo desembargador do crime e seus “comparsas” no aliciamento de testemunhas e na falsa construção da devassa dos pasquins, bem como tornar públicas as irregularidades envolvidas em diversas das prisões efetuadas.

Em artigo intitulado “‘Aí Vem o Capitão-Mor’. As eleições de 1828-1830 e a questão do poder local no Brasil Imperial”, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho¹¹⁸ localiza a sublevação de Afogados no interior dos conflitos aflorados no transcurso das eleições ocorridas em 1829, em Pernambuco, relacionando tais acontecimentos, do âmbito local, aos processos mais amplos que alavancaram a queda do imperador Pedro I.

Nesta análise, uma das únicas produzidas pela historiografia nacional acerca do movimento de Afogados, Marcus Carvalho, ao mesmo tempo em que reconhece a escassez de documentos para um exame mais profundo da sublevação, enfatiza a importância de se localizar cronologicamente o evento. Neste sentido, admite que,

¹¹⁶ *Diário de Pernambuco*, nº42 – 21/02/1829.

¹¹⁷ Ver as edições do *Diário de Pernambuco* de 18/02/1829, nº39; 19/02/1829, nº40; 20/02/1829, nº41 e 21/02/1829, nº42. Posteriormente ao dia 21, o periódico seguiu publicando notícias, missivas e outros tipos de documentos e análises concernentes ao desenrolar da devassa dos pasquins. Ver edições de 25/02/1829, nº 44; 27/02/1829, nº 47; 02/03/1829, nº48; 12/03/1829, nº57; 15/07/1829, nº 149; 27/07/1829, nº158; 29/07/1829, nº 160. Ver ainda, sobre a devassa dos pasquins: *Análise Jurídica sobre o depoimento das seis testemunhas, que depuserão na devassa da Rebelião de Santo Antônio*. Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Cota 99C,0,20.

¹¹⁸ Marcus J. M. de Carvalho. *Op. cit.*, 2002.

mesmo que nunca venhamos a saber as reais intenções de seus protagonistas, o levante objetivava influenciar o resultado do pleito pernambucano. Em suas palavras: “Os rebeldes de fato tentaram influenciar as eleições, mas, ante a ameaça de forças muito superiores, simplesmente debandaram para o interior, onde finalmente dispersaram da maneira mais segura possível”¹¹⁹.

Também o aparecimento de pasquins sediciosos é relacionado, por Carvalho, às disputas eleitorais de Pernambuco àquela altura, apontando a prisão, por alegada participação na pregação de pasquins, de dois vereadores eleitos para a Câmara do Recife. O autor recupera, nesse sentido, o ambiente conflituoso que marcou o pleito de 1828-30 na província, e o modo como a justaposição de hierarquias ali em jogo, bem como a desunião das elites pernambucanas, revelada pelos resultados das eleições, abalaram o governo central, impondo entraves a um determinado modelo de aparelhamento do Estado brasileiro, composto pelos elos estabelecidos entre a corte e as elites locais¹²⁰.

Na opinião de Carvalho, olhando de perto a malha cujo entrelaçamento dava sustentação ao Estado, “os seus capilares mais densos eram enfeixados nas mãos dos chefes políticos à frente de hierarquias legalmente sancionadas”. Ao impor obstáculos a tais hierarquias, embaralhando as eleições que visavam a compor, localmente, os quadros institucionais do país, a “República de Afogados”, ao mesmo tempo em que refletia as dificuldades inerentes a este processo, representava uma ameaça ao governo central.

Neste processo, o autor analisa, por exemplo, o modo como a implementação do juizado de paz, ao justapor tal autoridade eletiva aos antigos corpos de ordenanças e milícias do país, desafiava o poder dos capitães-mores, “pondo à prova os laços do clientelismo urbano e rural”. Reconhece, assim, no interior desta problemática, uma possível explicação aos ofícios de tom extremado enviados por parte das autoridades locais e provinciais no contexto da repressão à sublevação de Afogados, por meio dos quais tais agentes da ordem buscavam valorizar seus atos “ante os olhos de Sua Majestade imperial, para quem certamente seriam lidos aqueles ofícios”¹²¹.

Ainda que tal explique, por um lado, a aparente supervalorização do movimento – à qual rapidamente se opuseram o presidente da província e o *Diário de Pernambuco*, como vimos –, justifica também, por outro, as suspeitas levantadas pelo

¹¹⁹ Idem; p. 173.

¹²⁰ Idem; p. 158.

¹²¹ Idem; p. 169.

governo central, nunca indiferente aos abalos nas várias regiões do país.

Para além da disputa entre distintas autoridades da província, o autor demonstra como o pleito pernambucano fora emaranhado pelo retorno à cena política dos remanescentes da Confederação do Equador. Trata, assim, “sem necessariamente subordinar um processo ao outro”, das correlações existentes entre “o agravamento da crise imperial na corte e o reinício da agitação liberal em Pernambuco”, interpretando os movimentos de fevereiro de 1829 como um elo a mais em uma cadeia de agitações políticas que vinham se desenrolando na província desde 1827¹²².

Mais à frente, veremos o modo como os ministros do Império, acusados de abuso de poder pela suspensão das garantias e formação de uma comissão militar em Pernambuco, mobilizariam, também eles, uma sequência de agitações políticas sentidas nos últimos anos na província, e no país, em justificativa a seus atos. Nesse sentido, parece-nos que o momento específico do aparecimento da “República de Afogados”, contribuiu à gravidade das medidas empreendidas pelo governo. Como referido, para além de ligar-se a esta cadeia de agitações, a especificidade de tal momento residia, em grande medida, no fato de coincidir com as várias eleições que, desde meados de 1828, vinham agitando o país¹²³.

Partindo, portanto, do amplo jogo de interesses em curso no pleito provincial de 1828-30 – do âmbito local (eleição dos juizes de paz e vereadores), ao mais diretamente ligado aos centros do poder (escolha dos deputados imperiais) –, podemos entrever como, a despeito de sua curta duração, da pequena quantidade de indivíduos envolvidos e do menosprezo geral que recebeu de parte das autoridades, o movimento de Afogados ligou-se a processos mais amplos e desafiadores ao governo

¹²² Idem; p. 165.

¹²³ Destas, saíram eleitos para a Câmara do Recife, Antonio Joaquim de Mello e Antonio Elias de Moraes, simpatizantes de 1824 e presos, à altura do pleito, por envolvimento na pregação de pasquins. Para além deste nomes, podemos mencionar ainda a eleição de Felipe Neri Ferreira e Thomas Lins Caldas, participantes de 1817, bem como a de Manoel Zeferino dos Santos, opositor radical do presidente de Pernambuco. A Câmara Municipal do Recife contaria também com vereadores diretamente relacionados aos movimentos absolutistas então voga no Recife, como a Coluna do Trono e do Altar, da qual era simpatizante, por exemplo, José Ramos de Oliveira, o vereador mais votado no pleito de 1829, no qual conquistou 1007 votos. A relação completa dos membros eleitos à Câmara do Recife pode ser visualizada no nº 119 do periódico *Diário de Pernambuco*, publicado aos 2 de junho de 1829. Também no âmbito das escolhas dos representantes para o legislativo imperial (da qual saíram eleitos homens como Francisco Carvalho Paes de Andrade, irmão do líder da Confederação, Gervásio Pires Ferreira, Ernesto Ferreira França e o padre Venâncio Henrique de Rezende, todos eles rebeldes de 1817 e simpatizantes ou atuantes no movimento pernambucano de 1824) e para os dois conselhos provinciais, o chamado Conselho da presidência (ou Conselho de Governo) e o Conselho Geral de Província, a eleição de figuras ligadas ao conturbado período de 1822 a 1824 tendia a aumentar as tensões. A lista completa dos eleitos ao Conselho da Presidência de Pernambuco, que só viriam a ingressar nos seus cargos em 1830, pode ser visualizada no nº 424 do *Diário de Pernambuco*, publicado aos 10 de julho de 1830. Dentre eles, constavam nomes como o de Gervásio Pires Ferreira, Manoel Zeferino dos Santos e Felipe Neri Ferreira.

do país, auxiliando-nos a avaliar as reações tomadas contra ele.

Muitos elos do acontecimento permanecem inexplorados e dificilmente compreensíveis ante a escassez das fontes. Se a “República de Afogados” não representou, de fato, “perigo iminente” à segurança nacional, tampouco pode ser esvaziada de qualquer significado político, e sua localização no interior da trama mais complexa vivida pela província, bem como suas repercussões internas e externas, parecem comprovar essa percepção.

Fato é que, diante do ocorrido em Pernambuco, o governo optou pela aplicação do §35 do art. 179, enxergando no movimento de Afogados uma ameaça mais ampla do que à primeira vista poderia parecer. Foi esta percepção, inclusive, que marcou o posicionamento do Ministro da Justiça do Império na reunião do Conselho de Estado de 26 de fevereiro de 1829, e seria este o tom que ele manteria em sua própria prestação de contas sobre os fatos, à Câmara dos deputados, alguns meses depois.

Antes mesmo da abertura dos trabalhos legislativos de 1829, os decretos imperiais de 27 de fevereiro de 1829 já haviam repercutido na imprensa da corte. Em editorial publicado aos 4 de março daquele ano, o periódico *Aurora Fluminense* faria uma avaliação mordaz daqueles documentos, influenciando diretamente, ao que nos parece, o posicionamento combativo dos deputados frente ao governo e à sua atuação em Pernambuco. Ao concentrar sua análise não nos acontecimentos específicos de Pernambuco, mas sim no texto do §35 do art. 179, o editorial dirigiu suas acusações ao modo como a atuação do Executivo ferira os preceitos da Carta de 1824, antecipando já o modo como parte da classe política condenaria a atuação do governo.

Em edição de 3 de março de 1829, a *Aurora* já havia publicado notícias sobre Afogados, taxando o movimento como “feito nos subúrbios do Recife por 80 homens!”, todos miseráveis e salteadores, e criticando o sobressalto com que fora divulgado na corte¹²⁴.

Em 4 de março, por sua vez, os redatores do periódico centrariam seus ataques ao que reconheciam como a falta de prudência do governo no tratamento da questão, questionando, num longo texto, os decretos aprovados pelo ministério em 27 de fevereiro. O artigo, extremamente interessante e sarcástico, começava, uma vez mais, com uma desclassificação do movimento de Afogados:

Quando apareceram aqui as notícias do motim, que alguns miseráveis haviam feito nos arrabaldes do Recife, e da sua fuga para a comarca do Sertão,

¹²⁴ *A Aurora Fluminense, Jornal Politico e Literario*, nº 160 – 03/03/1829, p. 658.

perseguidos pelas Tropas imperiais; os bons Brasileiros se indignaram de que ainda houvesse quem por este modo perturbasse a tranquilidade pública, e viesse interromper o longo repouso, que o Brasil essencialmente necessita, para cicatrizar as suas feridas, e consolidar as suas instituições; mas nunca se supôs que sérios receios pudessem ligar-se a uma louca tentativa, em que só figuravam homens perdidos e sem apoio algum na massa da população, à frente de 100 bandidos faltos de armas e recursos.¹²⁵

Logo na sequência, no entanto, os redatores pontuavam seu espanto ante as medidas empreendidas pelo governo, por meio dos referidos decretos, dizendo-se desconfiados de que Conselheiros e Ministros não haviam atuado com a prudência demandada pelo caso, excedendo os limites que lhes marcavam “a Lei, a humanidade e a sã política”. Apresentando o texto do §35 do art. 179, questionavam a validade de sua aplicação em Pernambuco, dizendo não reconhecerem ali uma rebelião ou qualquer atentado à segurança do Estado que demandasse o recurso a medidas extraordinárias. Declaravam, assim, os redatores:

A Constituição não soltou amplamente os braços ao Governo para que na ausência da Assembleia pudesse suspender as garantias ao seu capricho e vontade: não quis que os Ministros, para satisfação de suas paixões, ao menor pretexto fossem tirar o Povo do solene abrigo das Leis; restringindo-lhe essa faculdade com a cláusula – *correndo a Pátria perigo iminente* – porém na hipótese atual, ainda insistimos; a pátria não corre esse perigo iminente, que a Constituição exige, para que cesse por tempo parte do regimento legal.

Dedicando-se, em seguida, à análise do teor dos decretos de 27 de fevereiro, o artigo da *Aurora* criticava a ausência de fixação de limites temporais precisos à suspensão das garantias – “pois a cláusula – *até que cesse a necessidade urgente* – não pode ser medida de tempo” –, e também a criação de uma comissão militar na província, que os redatores não reconheciam legitimada pelo texto constitucional, fosse pelo §35 do art. 179, fosse ainda por seus §§11 e 17, previamente citados. Em acordo com os redatores:

As formalidades que, garantem a liberdade individual, são a prisão sem culpa formada, certas fórmulas do processo, e especialmente o que respeita à apreensão da pessoa, e é por isso que o mesmo §35 se enuncia nestes termos – devendo o Governo remeter (à Assembleia), logo que reunida for, uma relação motivada das *prisões, e d’outras medidas de prevenção tomadas*: e ninguém sisudamente sustentará que trazer o réu à presença de um Tribunal extrajudicial seja simples medida de prevenção.

Acusando Ministros e Conselheiros de Estado de, por meio de tais medidas, “soltar o furor das vinganças” e o ódio de famílias que dilaceravam Pernambuco,

¹²⁵ Idem, nº 161 – 04/03/1829; p. 661-663.

tornando a abrir feridas que mal haviam fechado, os redatores da *Aurora* condenavam vivamente a recusa de clemência imperial aos condenados pela comissão militar, haja vista o teor do terceiro decreto de 27 de fevereiro, que autorizava sua imediata execução.

Seguindo com uma avaliação das diferenças existentes entre o governo monárquico constitucional brasileiro, no qual medidas de exceção raramente se faziam necessárias, e os governos republicanos dos países vizinhos, nos quais a fraqueza do poder, de origem eletiva, tornava “muitas vezes necessário recorrer a arbítrios violentos para conter os partidos”, os redatores diziam-se inconformados de que semelhantes medidas, ao seu ver erradas e inconstitucionais, viessem a se tornar parte do cotidiano nacional. Lembravam, nesse sentido, as feridas ainda abertas no Ceará em consequência dos julgamentos perpetrados pela comissão militar ali formada em 1824, bradando ao governo que não acostumasse os povos à “carnagem” e às “execuções rápidas”, que lhes embotariam a sensibilidade, gerando frieza ante o crime e péssimos resultados ao país.

Não duvidamos falar com liberdade, estamos num país livre, e debaixo das solenes garantias que nos foram prometidas; se não amamos as revoluções, ainda menos amamos o regime arbitrário. Conhecemos que há casos em que é talvez preciso suspender o curso ordinário das Leis; mas nada temos visto que nos afaste da convicção, em que estamos, de que não é este um desses casos. Todos concordam em descrever como insignificante, e de pouco momento, a insurreição de alguns vagabundos e perdidos nos arredores de Pernambuco; a sua mesma fuga o comprova; e para que então empregar as formas acerbas, que a Constituição reserva as graves urgências, para o perigo iminente da Pátria! [...] Nós cremos, em uma palavra que os Ministros serviram muito mal neste negocio a Nação e o Imperador, e que a Assembleia logo que for reunida, lhes tomará estreitas contas do abuso, que possa haver em se lançar mão de tão funestas, e exorbitantes medidas de terror.

O editorial da *Aurora* repercutiria, ao longo do mês de abril, no *Diário de Pernambuco*, no qual se denunciaria também os desmandos do governo, responsabilizando-o por ter interpretado mal os ofícios em que as autoridades pernambucanas davam parte da revolta e aberto novamente na província um tribunal de horror como a comissão militar. O autor de uma missiva publicada aos 18 de abril de 1829 neste periódico dizia esperar, assim, que a abertura da Assembleia nacional implicasse necessariamente na cobrança de responsabilidades aos envolvidos no episódio.

No que tange ao texto do *Aurora*, acreditamos que o mesmo imprimiu, de fato, o tom de parte dos discursos locucionados na Câmara dos deputados, nos primeiros

meses de 1829, cobrando a responsabilidade do ministério pelos atos praticados em Pernambuco. Uma vez que este artigo colocou no centro do debate, não mais uma consideração pura e simples dos acontecimentos transcorridos em Pernambuco, mas sim a própria constitucionalidade dos decretos de 27 de fevereiro, alçou o dispositivo previsto no §35 da Carta à condição de sustentáculo de seus argumentos¹²⁶, recurso a que recorreriam também, nas discussões de abril, maio, junho e julho daquele ano, alguns dos deputados da Câmara baixa do país.

Se entre os ministros de Pedro I parecia prevalecer a ideia de que, ante qualquer ameaça à ordem nacional, cabia o recurso a medidas extraordinárias de proteção da ordem pública, ultrapassando-se, inclusive, os limites acordados pelos legisladores quanto à esfera de aplicação do §35 do art. 179 (principalmente nos debates travados sobre o art. 2º da lei de abolição dos foros pessoais), aos deputados do país ficaria cada vez mais clara a necessidade de impor barreiras ao Executivo, apostando-se na acusação dos ministros da Guerra e da Justiça como estratégia privilegiada de demonstração de seu compromisso com o texto constitucional e com os direitos e garantias dos cidadãos.

A “República de Afogados”, portanto, a despeito de, à primeira vista, pouco significativa, parece ter imposto novas questões à já complexa malha tecida em torno à efetivação do §35 do art. 179 no Império do Brasil, enfeixando ainda uma série de problemáticas do período. Os desdobramentos de Afogados, nesse sentido, trouxeram à tona debates sobre a legitimidade da atuação governamental frente à segurança do Estado, sobre a viabilidade de um arranjo centralizado de poder no país – haja vista o necessário controle sobre as localidades em território tão amplo e diverso –, bem como sobre o modo como o respeito à divisão de poderes no Brasil, prevista pela Carta de 1824, impunha limites a tal atuação.

1.3 O questionamento à atuação do ministério e a denúncia formal contra o ministro da Guerra

Ao final da sessão extraordinária de 11 de abril de 1829, após intensas discussões, os deputados aprovaram, como vimos, o seguinte requerimento de Holanda Cavalcanti:

¹²⁶ João Victor Caetano Alves. “A defesa da Constituição pelo jornal *Aurora Fluminense* na crise de 1829”. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH-USP, UNESP-Franca, 2010.

Requeiro que se peçam ao governo informações sobre os acontecimentos políticos da província de Pernambuco a que se referem os decretos de 27 de fevereiro do corrente ano, no intervalo da reunião do corpo legislativo, e sobre quaisquer medidas extraordinárias que tenham sido tomadas na forma da constituição.¹²⁷

No início da sessão de 14 de abril, foi lido um ofício do ministro da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, em resposta a este requerimento, participando, sem mais, que “unicamente na sessão ordinária podia dar os esclarecimentos pedidos”¹²⁸. A resposta de Oliveira Álvares entrou logo em discussão na Câmara, dando azo a uma série de discursos favoráveis à sua acusação, tanto pelos procedimentos que autorizara em Pernambuco (justificativa mobilizada pelos deputados, desde o início de abril, para a acusação do ministro), quanto por sua recusa em prestar à Casa os esclarecimentos constitucionalmente previstos em tais casos.

Enquanto parte dos representantes defendeu, no entanto, que antes de efetivar-se a acusação, o ofício do ministro da Guerra fosse encaminhado à comissão de constituição da Câmara, para esta dar, a seu tempo, parecer sobre o assunto, tratando-se da questão unicamente na sessão ordinária (opinião partilhada por Lino Coutinho e Bernardo Pereira de Vasconcelos, ambos membros da dita comissão de constituição), diversos outros deputados colocaram-se favoráveis à imediata acusação de Oliveira Álvares (casos de Holanda Cavalcanti, Custódio Dias, Souza França e Antonio *Ferreira França*, este último, representante pela Bahia).

Deputados como Lino Coutinho e Vasconcelos, não obstante defenderem a acusação de Oliveira Álvares, alegavam que a denúncia ganharia em densidade se esperasse pela abertura da sessão ordinária, acumulando-se no processo, aos crimes cometidos em Pernambuco, outros tantos que diziam praticados pelo ministro. Já os representantes favoráveis à sua acusação imediata bradavam que ele corrompera frontalmente o texto constitucional ao recusar os esclarecimentos demandados pela Câmara, e que atitudes como estas seguiriam ocorrendo no país enquanto não se decretasse, de uma vez por todas, a acusação de um ministro.

Para além da acusação imediata do ministro da Guerra, um representante como Antonio Ferreira França propôs que a Câmara declarasse inválidos os decretos de 27 de fevereiro:

Mas que é isto Sr. presidente? A câmara pede ao governo informações sobre decretos que entregam à morte os cidadãos brasileiros, sem a menor formalidade,

¹²⁷ APB-CD, sessão de 11 de abril de 1829; p. 31-32.

¹²⁸ APB-CD, sessão de 14 de abril de 1829, p. 34.

e o governo diz que não quer mandar tais informações? A câmara deve fazer um ato, pelo qual declare que ninguém cumpra nem obedeça a tais decretos do governo.¹²⁹

Ficou decidido, afinal, que o ofício de Oliveira Álvares fosse remetido à comissão de constituição da Câmara e que, assim como este, o fosse também o ofício do ministro da justiça, Lucio Soares Teixeira de Gouveia, “sobre o mesmo objeto” e “em que dava a mesma resposta”, lido unicamente ao final da sessão do dia 14.

Aos 22 de abril de 1829, foi a vez do ministro do Império, José Clemente Pereira, responder ao mesmo requerimento, dizendo que “pela sua repartição, nada havia sobre Pernambuco”¹³⁰. Assim como nos casos anteriores, também a resposta de Clemente Pereira seguiu à comissão de constituição da Câmara.

No dia 23 de abril, a comissão apresentou seu parecer sobre o assunto, declarando que, à vista do conteúdo dos ofícios dos ministros da Guerra e da justiça, “pretextando de só terem a obrigação de assim participarem ao corpo legislativo nas reuniões ordinárias, e nunca nas outras extraordinárias”, reconhecia que, ainda quando os deputados, em sessão extraordinária, não pudessem tratar senão dos assuntos especificados em sua convocação:

[...] um semelhante entender não poderia de maneira alguma destruir o art. 179 n.35 [*sic*] da constituição que bem clara e expressamente ordena que os ministros deem conta, em circunstancias tais, de todas as prisões e medidas de prevenção á assembleia geral logo que reunida for, o que bem evidentemente mostra, e ao pé da letra, que assim se deve fazer em toda e qualquer reunião logo que ela se efetue, ainda quando mesmo se houvesse de adiar a discussão de um semelhante negócio para a sessão ordinária, o que não era crível atenta a urgência e interesse da matéria.¹³¹

O parecer terminava estabelecendo que, a despeito da errônea interpretação dada pelos ministros ao texto constitucional, e de sua insistência em tal erro, fossem guardados, por ora, seus ofícios e respostas “para que quando esta câmara houver ulteriores e verídicas informações sobre sua conduta a respeito, as tome em a devida consideração”.

Manifestando-se sobre o conteúdo deste parecer, deputados como Custódio Dias e Holanda Cavalcanti recusaram novamente que se protelasse a acusação dos ministros, haja vista a gravidade de seus crimes, enquanto Lino Coutinho e Cunha

¹²⁹ Idem, p. 35.

¹³⁰ APB-CD, sessão de 22 de abril de 1829, p. 36.

¹³¹ APB-CD, sessão de 24 de abril de 1829, p. 42. Apesar de lido pela primeira vez na sessão de 23 de abril, o parecer da comissão de constituição foi transcrito, pelos *Anais*, unicamente na sessão do dia seguinte.

Matos defenderam opinião semelhante à da comissão. Se parte dos legisladores insistia que se esperasse a abertura dos trabalhos ordinários da Assembleia nacional e, particularmente, a prestação de contas dos ministros, para a formalização de qualquer acusação contra eles – argumentando que, desta forma, reuniriam as provas materiais necessárias à sustentação da denúncia –, Holanda Cavalcanti apresentou, na sessão de 24 de abril, uma denúncia pormenorizada contra os ministros da Justiça e da Guerra do Brasil. Defendendo o papel dos deputados de guardiões da Constituição e da liberdade dos cidadãos, o representante pernambucano dizia identificar na punição dos “ministros prevaricadores” uma das melhores formas de cumprimento daquele papel e de contribuição ao progresso da monarquia¹³².

Ao apresentar sua denúncia, Holanda Cavalcanti destacou a inconveniência de se esperar pela prestação de contas dos ministros, pois que, em sua opinião, a acusação não dependia de sua “confissão própria” para ser iniciada. Apontando as infrações constitucionais inerentes aos decretos de 27 de fevereiro – em termos parecidos àqueles já enunciados pelo texto da *Aurora Fluminense* cerca de um mês e meio antes –, o representante dizia considerar o ministério como um todo culpado pelo crime de alta traição, tendo optado, no entanto, por dirigir sua denúncia formal unicamente aos ministros da Guerra e da Justiça do país¹³³.

As denúncias dirigidas por Holanda Cavalcanti a Joaquim de Oliveira Álvares e Lucio Soares Teixeira de Gouveia fundavam-se, portanto, na inconstitucionalidade dos decretos aprovados em 27 de fevereiro e na recusa dos ministros em prestarem contas de seus atos à Assembleia, acabando, contudo, recusadas pela deputação¹³⁴. Apesar de uma série de parlamentares concordarem com os pontos elencados por Holanda Cavalcanti, não consideravam aquele o momento apropriado para a apresentação da denúncia, concordando, afinal, com o texto do parecer da comissão de Constituição.

Ainda que uma acusação formal contra os ministros, portanto, não tenha sido aceita nesta ocasião, as discussões travadas na Câmara ao longo do mês de abril, bem como as inúmeras referências dos deputados a seu desejo de acusar o ministério, certamente impactaram o governo. Presumimos advirem de tal repercussão, inclusive,

¹³² Nas palavras de Holanda Cavalcanti: “a causa da liberdade do Brasil não pode progredir sem a monarquia constitucional, e a monarquia constitucional não pode progredir sem a punição dos ministros prevaricadores”. APB-CD, sessão de 24 de abril de 1829; p. 44.

¹³³ Nas palavras de Holanda Cavalcanti: “deveremos nós acusar todo o ministério? Não certamente. Consideremos uma facção contra o atual sistema do governo, e acusemos os cabeças dessa facção”. APB-CD, sessão de 24 de abril de 1829, p. 44.

¹³⁴ Idem, p. 44-45.

a decisão tomada, logo na sequência a esses debates, pela supressão dos decretos de 27 de fevereiro.

Antes de finalizada a sessão extraordinária da Assembleia, portanto, dois decretos assinados pelos mesmos ministros da Justiça e da Guerra do Império, aos 27 de abril de 1829, declararam cancelados os efeitos das medidas aprovadas para Pernambuco havia dois meses; tanto no tocante à suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual, quanto no que concernia à criação de uma comissão militar naquela província¹³⁵. Por meio de tais medidas, o governo seguramente buscava precaver-se dos desdobramentos da polêmica iniciada em abril, anunciados para tomarem corpo com a abertura dos trabalhos ordinários do legislativo nacional.

A abertura dos trabalhos ordinários da Assembleia: o mês de maio de 1829.

Aos 3 de maio de 1829 foram formalmente abertos, com a Fala do Trono, os trabalhos ordinários do legislativo brasileiro. No discurso enunciado na ocasião, o imperador Pedro I referiu-se aos acontecimentos transcorridos em Pernambuco nos seguintes termos:

A ordem e o sossego interior das nossas províncias, que se acham em perfeita tranquilidade, foi alterado somente na de Pernambuco, onde um partido desorganizador ousou, a despeito de todas as considerações, levantar a voz da rebelião, contra a qual o governo foi obrigado a tomar medidas extraordinárias; por ser do meu mais religioso dever alçar em casos tais a espada da justiça como sempre farei com igual energia contra qualquer partido que se arrojar a ofender a forma do governo monárquico constitucional representativo.

Passados três dias da abertura, o deputado Vasconcelos enviou à mesa o seguinte requerimento:

Requeiro que se exija do ministro o cumprimento do parágrafo último do artigo 179 da constituição, a fim de que esta Câmara chegue a um perfeito conhecimento das medidas tomadas sobre os acontecimentos políticos da província de Pernambuco, e a execução que têm tido.¹³⁶

O teor de tal pedido, bem como as discussões que lhe seguiram, denotam que ou bem os representantes ignoravam os decretos supressores de 27 de abril de 1829, ou testavam, uma vez mais, o compromisso do ministério com os preceitos da Carta constitucional. Em seguida à leitura do requerimento, deputados como Souza França, Vasconcelos, Lino Coutinho e Holanda Cavalcanti voltaram a se manifestar sobre a necessidade que se tinha, ou não, de cobrar imediatos esclarecimentos ao ministério.

¹³⁵ Decretos de 27 de abril de 1829. *CLIB de 1829*. Op. cit; pp. 264-265.

¹³⁶ ABP-CD, sessão de 6 de maio de 1829, p. 15.

Se para parte dos representantes havia-se que esperar ao menos alguns dias pela manifestação do ministério¹³⁷, um representante como Vasconcelos defendeu que a “pressa” em se cobrar do governo as contas devidas à Câmara fundava-se na necessidade que tinham os deputados de avaliar, o quanto antes, o teor dos decretos de fevereiro e aos acontecimentos transcorridos em Pernambuco, cabendo-lhes decidir, então, unicamente de posse de tais documentos, acerca da validade, ou não, das medidas empreendidas pelo governo.

Não é por um ato do corpo legislativo que se há de suspender algumas das garantias? [...] Como suspender todas as garantias do cidadão, quando só se podiam suspender algumas delas? Não diz isso mesmo a constituição?

Logo, pois, que se nos apresentar esses decretos, devemos examinar se as circunstâncias de Pernambuco exigem medidas dessa natureza. E se for claro como a lua meridiana, que devemos lançar mão de tão enérgica medida, a câmara dos deputados, fiel observadora da constituição, há de suspender algumas das garantias individuais, e não todas, porque atacar a constituição, fazer o avesso do que ela manda, é partilha do ministério (*Apoiados*).¹³⁸

Manifestando-se também neste debate, Holanda Cavalcanti defendeu que o excesso de prudência com que os deputados tratavam o ministério, era injustificado ante as seguidas provas que o Legislativo recebera dos desmandos do governo em Pernambuco; “vemos pessoas chegadas de Pernambuco atestarem, que nada houve naquela província, que ameaçasse a segurança do império, só a boa vontade dos ministros foi quem encarou os acontecimentos de Pernambuco, como uma bela ocasião para mostrarem o seu amor à constituição”. Na visão deste representante, a própria Fala do Trono dava mostras da compreensão equivocada que fazia o Executivo da aplicação do §35, uma vez que, em sua opinião, o discurso proferido pelo imperador legitimara não apenas a suspensão de todas as formalidades, “quando a constituição só permite a suspensão de algumas delas”, mas também a criação de uma comissão militar, ação que “nem o corpo legislativo” poderia empreender.

Em meio à discussão travada pelos deputados, no entanto, o Secretário Joaquim *Marcelino de Brito*, eleito pela província do Sergipe, anunciou a seus colegas o recebimento, pela Casa, de um ofício do ministro da justiça sobre os acontecimentos de Pernambuco. Pela extrema importância deste texto, peço licença para transcrever sua primeira parte na íntegra.

¹³⁷ No interior desses debates, alguns representantes se ativeram aos significados da palavra “logo” no §35 do art. 179 – por meio do qual cobrava-se do governo a remissão à Assembleia, “logo que reunida for”, de todas as medidas empreendidas quando da aplicação do dispositivo de suspensão das garantias constitucionais –, que a alguns parecia significar “imediatamente”, enquanto a outros não parecia dever ser tomada com tamanho rigor.

¹³⁸ APB-CD, sessão de 6 de maio de 1829; p. 16.

Ilm. e Ex. Sr. – Tendo o presidente da província de Pernambuco participado pelo seu ofício de 12 de fevereiro do corrente ano que na noite de 1º para 2 daquele mês, no sítio dos Afogados próximo à capital, uns poucos de indivíduos armados, **depois de proclamarem ali o sistema republicano, e a abolição da monarquia constitucional jurada e estabelecida no império**, marcharam pelo interior do país sublevando os povos, e arrastando-os aos seus perniciosos fins, e coincidindo este fato com as notícias que ao governo haviam chegado em diversas épocas, dos boatos que naquela mesma província o partido desorganizador fizera espalhar, de que com a abolição do tráfico da escravidão tornariam à escravidão todos os homens de cor libertos, o que concorreu para haver uma quase comoção na freguesia de Ipojuca, que não teve consequência pelas prontas providências adotadas pelo respectivo presidente; as participações feitas pelos nossos agente nos Estados Unidos da América e Grã-Bretanha, de que dali se dispunham a partir, e haviam já partido para aquela mesma província e outras, alguns dos principais cabeças da revolução de 1824, que haviam sido banidos e sentenciados à morte; os pasquins insolentes contra a sagrada pessoa de S. M. o Imperador, e papéis incendiários que se afixaram na do Maranhão, apontando-se o distrito de Portos-Bons [*sic*, a referência é, de fato, à povoação de Pastos Bons], como o lugar aonde deveria ser proclamado o sistema republicano; a opinião derramada em algumas outras províncias, com a maior tendência para aquele fim; a licença demasiada com que de certo tempo os periódicos, a título de oposição procuravam desacreditar os agentes do governo e incutir mascaradamente nos povos, por meio de correspondências, desconfianças contra todos os seus atos; os ataques feitos na ocasião das eleições a empregados públicos, e finalmente a ideia de que aquele acontecimento tendo tido lugar em uma província aonde já por duas vezes se tinha querido estabelecer o sistema democrático, poderia ter grandes ramificações que ameaçassem a segurança do estado, e perturbassem o sossego dos pacíficos habitantes dela; todos esses motivos obrigaram a S. M. o Imperador a lançar mão de medidas enérgicas, ordenando pelo decreto de 27 de Fevereiro passado, da cópia inclusa, que na conformidade do art. 179 §35 da constituição, se suspendessem ali provisoriamente as formalidades que garantem a liberdade individual, enquanto durasse a urgência dessa medida, afim de que por este meio se pudesse não só vir no verdadeiro conhecimento da expressão que poderia ter aquele atentado, como prevenir o seu progresso.¹³⁹

O ofício do ministro informava na sequência, contudo, que, não obstante a necessidade das providências enunciadas, os decretos de 27 de fevereiro haviam deixado de vigor por meio de outros, aprovados pelo governo na data de 27 de abril . Tal decisão, dizia o ministro, fora tomada após o recebimento de ofícios informando do nenhum apoio recebido pelos facciosos em Pernambuco, de sua dispersão pelas tropas enviadas em seu encalço e da tranquilidade que reinava na província. Por fim, o ministro informava enviar à Câmara as cópias dos ofícios por ele citados, bem como a relação de indivíduos apreendidos pela tropa ou presos em decorrência da Devassa dos pasquins, advertindo a deputação, no entanto, de que, para além destas, “nenhuma outra medida de prevenção” constava “haver-se tomado”.

¹³⁹ Idem, p. 17.

Os ofícios “esclarecedores” a que Teixeira de Gouveia se referia – e que dizia remeter agora à Assembleia – eram muito provavelmente aqueles a ele endereçados, nos dias 12 e 30 de março de 1829, respectivamente por Tomás Xavier Garcia de Almeida (presidente da província de Pernambuco)¹⁴⁰ e Gustavo Adolfo d’Aguilar (ouvidor do crime da mesma província)¹⁴¹. Por meio de tais ofícios, as autoridades supracitadas davam conta – em termos parecidos àqueles utilizados, ainda em fevereiro, para notificarem a corte dos acontecimentos transcorridos na província – do pequeno impacto que o levante de Afogados e a pregação de pasquins haviam exercido sobre a tranquilidade de Pernambuco, atestando agora, no entanto, o término efetivo de tais movimentações políticas e a prisão de parte dos envolvidos. Uma “Comédia republicana” nas palavras do ouvidor do crime, finalizada, em acordo com o presidente Garcia de Almeida, “sem que fosse comprometida a tranquilidade da província, e nem houvesse algum desastre, ou mínimo derramamento de sangue”.

De posse de tais informações, portanto, o governo dizia possuir a segurança necessária ao cancelamento dos decretos, cabendo-nos questionar, no entanto, se fora de fato este o catalisador da decisão, ou se tal medida fora empreendida sob o impacto dos debates parlamentares travados em abril de 1829. Afinal, ainda considerando o interregno entre a emissão, da província de Pernambuco, do ofício redigido por seu presidente aos 12 de março de 1829, e a chegada à corte do mesmo documento, é possível conjecturar que o governo já estivesse de posse de tal ofício algumas semanas antes da emissão dos decretos de 27 de abril. Ademais, se as medidas empreendidas pelo governo em fevereiro de 1829 eram agora justificadas pelo ministro da Justiça fundamentalmente por conta de sua inserção em uma cadeia mais ampla de agitações políticas sentidas pelas províncias do norte entre 1828 e 1829, a decisão pela supressão dos decretos de 27 de fevereiro unicamente por conta do término dos movimentos de Afogados deve ter soado, no mínimo, lacunar aos ouvidos dos representantes.

Vale destacar ainda, nesse ponto, que tanto o ofício de Garcia de Almeida, quanto aquele redigido por Adolfo d’Aguilar, davam conta do envolvimento, nas movimentações pernambucanas, de remanescentes da Confederação do Equador. Se, nas palavras do ouvidor geral do crime, tais “elementos”, “envolvidos nas passadas

¹⁴⁰ Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Acontecimentos em Pernambuco para inaugurar uma república, 1829*. Cota: I-31,22,3, doc. 5.

¹⁴¹ Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional. *Ofício de Gustavo Adolfo d’Aguilar sobre a rebelião republicana ocorrida em Pernambuco*. Cota: II-32,34,42.

revoluções e apontados pela voz geral como perturbadores do sossego público”, encontravam-se agora presos por sua participação na devassa dos pasquins, o presidente da província, por sua vez, não se furtava a informar o ministro de que mantivera, no interior de Pernambuco, um destacamento de vinte homens, “para o fim de auxiliar a pesquisa e efetiva apreensão dos cabeças da revolta, que se julga estarem por ali mesmo agasalhados, bem como alguns dos banidos pela comissão militar de 1824, que se diz haverem regressado e existirem naquele sertão”. O que tal ofício explicitava, portanto, para além do término do levante de Afogados em si, era a manutenção em liberdade de seus principais líderes e agitadores, bem como a desconfiança da presença, pelo sertão da província, de remanescentes da Confederação.

Ao final da sessão de 6 de maio, outro ofício, desta vez de autoria do ministro da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, foi apresentado aos deputados. De teor bastante mais conciso que o de seu colega, tal documento afirmava que, suspensas as formalidades que garantiam a liberdade individual na província de Pernambuco, “pelas razões que serão presentes à Assembleia geral pela repartição da justiça”, e querendo o imperador “dar as mais enérgicas providências contra a rebelião ali ateadada”, havia autorizado a criação, naquela província, de uma comissão militar, e decidido que as “sentenças nela proferidas fossem imediatamente executadas sem ter de subir à sua imperial presença”. Também o ministro da Guerra dava conta, ao final de seu ofício, da suspensão daquelas medidas por decreto exarado pelo governo aos 27 de abril¹⁴².

Os dois ofícios foram enviados, com urgência, à comissão de constituição da Câmara (formada, a esta altura, pelos deputados José Antonio da *Silva Maia*, eleito pela província de Minas Gerais, Raimundo José da Cunha Matos e José Carlos Pereira de Almeida Torres), que, no dia 8 de maio, emitiu requerimento demandando do ministro da Justiça, no original ou por cópias autênticas, “as participações que foram feitas ao governo pelos agentes brasileiros residentes nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, e os papéis incendiários que se afixaram na província do Maranhão, a que se refere o seu ofício”. Nas palavras de seus membros, apenas de posse de tais documentos, poderia a comissão avaliar os reais motivos “que induziram o governo à

¹⁴² APB-CD, sessão de 6 de maio de 1829, p. 20.

expedição dos decretos de 27 de fevereiro”, deliberando e pronunciando, então, seu parecer sobre as justificativas apresentadas pelos ministros da Justiça e da Guerra¹⁴³.

A comissão de constituição viria a apresentar seu parecer unicamente aos 29 de maio de 1829. Antes de tal apresentação, no entanto, a aplicação do §35 em Pernambuco voltaria a ocupar os deputados nas sessões de 11 e 12 deste mês, no interior das discussões travadas sobre o voto de graças ou resposta à Fala do Trono que, ao tratar especificamente dos acontecimentos pernambucanos do início do ano, assim se manifestava:

Grande, porém, foi a magoa que ele [imperador] sentiu sabendo que o sossego interior das províncias fora alterado na de Pernambuco. O erro é a partilha da humanidade... A câmara dos deputados, porém, descansa na prudência, na vigilância e na justiça de S. M. Imperial, esperando que com a observância religiosa do código sagrado de nossos direitos e de nossos deveres, acabem de uma vez em todo o império estes ordinários, bem que enfraquecidos restos da revolução.¹⁴⁴

Avançando pela sessão do dia 12, as discussões sobre esse trecho da resposta versaram sobre diferentes temáticas, tais como, a necessidade que viam alguns representantes de que a Câmara declarasse explicitamente sua oposição tanto a insurgentes republicanos, quanto àqueles absolutistas – pois consideravam que, em sua Fala, o governo dera a entender que a “espada da justiça” seria alçada unicamente nos casos de rebeliões republicanas¹⁴⁵ –, ou ainda sobre a possibilidade e as possíveis vantagens de que os rebeldes pernambucanos fossem julgados por Conselhos de Guerra no país¹⁴⁶. Ademais, parte dos deputados defendeu veementemente a necessidade que se tinha de explicitar, na resposta encaminhada à Fala do Trono, o desacordo da Câmara com a suspensão das garantias e a criação de uma comissão militar em Pernambuco.

O primeiro deputado a se manifestar nesse sentido, em discurso de grande eloquência, foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, para quem o trecho da resposta previamente redigido pelos deputados não poderia ser aprovado sem algum

¹⁴³ APB-CD, sessão de 8 de maio de 1829, p. 22-23.

¹⁴⁴ APB-CD, sessão de 9 de maio de 1829, p. 30. A resposta havia sido redigida pelos deputados Souza França, d. Romualdo Antonio de Seixas (*arcebispo da Bahia*, eleito pelo Pará), e Joaquim Gonçalves Ledo.

¹⁴⁵ Falaram nesse sentido Antonio Paulino *Limpo de Abreu* (MG) e Vasconcelos, combatidos, por sua vez, por Teixeira de Gouveia, Souza França e Cunha Matos, para quem as ambiguidades apontadas na fala do governo simplesmente inexistiam. APB-CD, sessão de 11 de maio de 1829; pp. 47-54.

¹⁴⁶ Quem defendeu tal alternativa foi o deputado Cunha Matos que, em seu discurso, recuperou parte dos argumentos já mobilizados quando da discussão dos artigos 1º e 3º do projeto de abolição dos juízos privilegiados, em 1826. A opinião do representante foi fortemente combatida na Casa, no entanto, com deputados como Xavier de Carvalho e Lino Coutinho declarando-se estupefatos com a defesa de “leis de sangue” por parte dos representantes. Idem. Ibidem.

aditamento. Propunha, nesse sentido, que à passagem “grande foi a mágoa que ele sentiu...”, fosse acrescentado pela Câmara: “e muito maior foi a mágoa da câmara dos deputados (e de todo o Brasil) quando foi informada das inconstitucionais providências que deram a este respeito os dois ministros de V. M. Imperial”. Na opinião do representante mineiro, era esta a linguagem que condizia aos mandatários do povo brasileiro¹⁴⁷.

Dizendo-se indignado de que o governo afirmasse ser “espada da justiça” o que lhe parecia unicamente “espada da iniquidade, do crime e do horror”, Vasconcelos afirmava a impossibilidade de que existisse justiça em um país aonde não houvessem garantias. Aludindo à completa oposição dos representantes aos levantamentos de direitos, às comissões militares, aos decretos de fevereiro e aos ministros que os referendaram, o deputado por Minas Gerais bradava: “Ministros, vós haveis perdido a confiança!”, criticando ferozmente ainda as comissões militares criadas em Pernambuco.

Reivindicando a adoção de uma linguagem enérgica na resposta, Lino Coutinho afirmava ser preciso desembainhar contra os ministros a “espada da justiça” a que se referia o imperador. Em suas palavras:

Suspenderam-se em Pernambuco todas as formalidades, que garantem a liberdade individual do cidadão, e não contente o ministro da justiça de ter cometido esse atentado, pelo qual os pernambucanos foram considerados fora de toda a proteção, que a constituição concede aos cidadãos brasileiros, negou a esta câmara as informações que se lhe exigiram! O ministro da Guerra que só tem lembrança para se fazer esquecido dos seus deveres, lavrou outro decreto de sangue e também negou à câmara as informações que se lhe pediram! E à vista de tão ilegais procedimentos, deverá a câmara responder ao trono de uma maneira tão concisa, como propõe a comissão?¹⁴⁸

Interessante foi também o discurso articulado por Souza França na ocasião, para quem, não obstante dever a Câmara esperar pela manifestação da comissão de constituição para, somente então, declarar-se sobre os decretos, cabia ponderar acerca da iniquidade das comissões militares e da suspensão de garantias dos cidadãos pernambucanos. Dizendo-se favorável, assim, ao trecho da resposta à Fala do Trono então em discussão – e que sairia aprovado, nos mesmos termos em que fora redigido, ao final da sessão do dia 12 –, o representante pelo Rio de Janeiro não deixou, por isso, de criticar tais institutos e o que reconhecia como o “apetite” dos ministros por “infringir a constituição”.

¹⁴⁷ Idem; p. 48.

¹⁴⁸ APB-CD, sessão de 12 de maio de 1829, p. 52.

Começando com duras críticas às comissões militares, Souza França afirmava que, “se as comissões militares atalhassem as rebeliões”, poderiam ser consideradas úteis, mas uma vez que só podiam agir depois de pacificadas as rebeliões, não via vantagem alguma na sua formação. Nas palavras do representante: “A comissão militar não foi executada na Cisplatina por se não ter ali sufocado a revolução. Enquanto se não põe o pé no pescoço aos rebeldes, a comissão militar se não aplica”. Em sua opinião, portanto, uma vez que as revoluções de que se tinha notícia, iniciavam-se com a desconfiança dos povos ante o cumprimento da constituição:

[...] serão os ânimos pacificados mostrando o nosso ministério um apetite de infringir a constituição com o estabelecimento de uma comissão militar contra artigos expressos do nosso código sagrado? Não podiam os rebeldes ser punidos com o rigor das leis?¹⁴⁹

Para além disso, o representante pelo Rio de Janeiro enfatizava que a rebelião transcorrida em Pernambuco, em fevereiro daquele ano, em nada havia alterado a tranquilidade do país ou da província, restando-lhe incompreensível a decisão do governo pela suspensão das garantias dos cidadãos. “Qual era o perigo iminente que existia, se as primeiras participações das autoridades de Pernambuco avisaram estar debandando esse ridículo partido?”, perguntava-se o deputado. Mais do que dedicar-se a tal questionamento, no entanto, sua fala apontava a um aspecto específico do problema, recuperado por diversas vezes ainda, como veremos, nas falas de representantes favoráveis à acusação do ministério, qual fosse, o de que o governo agira de forma furtiva ao decretar semelhantes medidas no interregno das reuniões do legislativo nacional. “Que pressa havia de tomar o governo medidas extraordinárias estando tão próximo a reunir-se o corpo legislativo?”, perguntava-se Souza França.

Os ecos de tal questionamento, bem como os de diversas outras falas apresentadas até aqui – fosse em 1826, 1828 ou 1829 – seriam ouvidos ainda por diversas sessões da Câmara dos deputados, uma vez apresentado o parecer da comissão de constituição sobre os ofícios de Teixeira de Gouveia e Oliveira Álvares e desencadeadas as discussões e a denúncia formal contra o ministro da Guerra que lhe seguiram.

Como dissemos acima, o parecer da comissão de constituição sobre os ofícios encaminhados à Câmara dos deputados pelos ministros da Justiça e da Guerra seria lido unicamente na sessão de 29 de maio. Por meio de tal parecer – datado do dia 26 –

¹⁴⁹ APB-CD, sessão de 12 de maio de 1829, p. 53.

, a comissão dizia ter se dedicado, à vista de tais ofícios, à consideração de dois pontos principais:

1º. Se algum dos casos se verificou, e as circunstâncias se deram, em que, na conformidade da expressa, mas restrita disposição da constituição do império, art. 179, § 35, é permitido ao governo exercer a extraordinária providência de dispensar as formalidades que garantem a liberdade individual.

2º. Se as medidas tomadas pelo governo, e por intervenção dos ministros da justiça e da Guerra, nos decretos de 27 de fevereiro deste ano, se contiveram dentro dos limites marcados no referido artigo constitucional.¹⁵⁰

Entrando no primeiro ponto de sua avaliação, os membros da comissão elencaram as circunstâncias necessárias à aplicação do §35 do art. 179 pelo Executivo nacional – quais fossem, haver rebelião ou invasão de inimigos no país, não estar reunida ao mesmo tempo a Assembleia geral e correr a pátria perigo iminente – , dedicando-se, na sequência a avaliar se tais casos haviam, de fato, se manifestado na conjuntura de aprovação dos decretos de 27 de fevereiro.

Recuperando o conteúdo dos ofícios apresentados ao governo nas datas de 7, 10 e 12 de fevereiro por autoridades pernambucanas – respectivamente, o ouvidor geral do crime, o comandante das Armas e o presidente da província – e descrevendo brevemente, a partir destes documentos, os acontecimentos transcorridos em Pernambuco no mês de fevereiro, a comissão deliberava que “Isso só não bastaria por certo para qualificar uma rebelião nos termos de mover o governo ao exercício da extraordinária providência da suspensão das formalidades garantidoras da liberdade individual, de que mui prudente e cautelosamente deve fazer uso”. Haja vista, ainda, a nenhuma qualidade dos insurgentes, as enérgicas providências prontamente tomadas para sua prisão e a manutenção da tranquilidade na província – pontos estes certificados pelos mesmos ofícios e papéis a eles anexos –, a comissão dizia ter-lhe parecido, à primeira vista, injustificada a atuação do Executivo.

Consoante o parecer, no entanto, “outras ocorrências lhe foram [ao governo] presentes então, para justificá-lo agora”. O texto caminhava, então, para a descrição de eventos paralelos ao levante de Afogados, previamente mobilizados pelo ministro da Justiça em seu ofício, que teriam influenciado o governo em sua decisão. Dentre eles: a pregação de pasquins no Recife em data aproximada da saída dos rebeldes de Afogados; as proclamações afixadas em Pastos-Bons, no Maranhão, contrárias ao imperador e favoráveis à república; as notícias do retorno de Manuel Carvalho Paes de Andrade e de outros “cabeças principais da revolução de 1824” a Pernambuco

¹⁵⁰ APB-CD, sessão de 29 de maio de 1829, p. 167.

(dentre os quais “os Barros, Galvão da Rocha, Emiliano, Carapeba e Pontes”); a ingerência dos irmãos Roma nos acontecimentos; “a prevenção desfavorável a uma província, em que já por duas vezes se tinham erguido as funções com o intento de estabelecer o sistema democrático”; e, por fim, os abusos da liberdade de imprensa verificados simultaneamente em diferentes regiões do país.

Na opinião dos membros da comissão, a decisão do Executivo não se embasara, portanto, unicamente no levante de fevereiro, mas em uma série ampla de ocorrências, cuja unidade e simultaneidade conformaram motivo suficiente para “conceituar de outra maneira o sucesso”, fazendo-se reear “funestas consequências” contra a integridade do império e a estabilidade do regime. Defendiam, frente a tal quadro, a opção tomada pelo governo, justificando-a pela regra do “prevenir mais para errar menos”. Em acordo com a comissão:

Urgiu portanto a necessidade para que, na ausência da representação nacional, por não estar reunida a assembléia geral, usasse o governo da sua atribuição, dispensando, temporária e provisoriamente, algumas das formalidades que garantem a liberdade individual, e entende a comissão de constituição que um dos casos se verificou, e nele as circunstâncias se derão, em que na conformidade do art. 179, §35 da constituição é permitido ao governo exercer a providência de dispensar as ditas formalidades.¹⁵¹

Adentrando, em seguida, pela análise do segundo ponto enunciado, o parecer voltava-se ao exame das medidas empreendidas pelos ministros em decorrência da execução do §35, verificando se haviam se mantido no interior dos limites constitucionalmente previstos em tais casos.

No que tangia ao decreto assinado pelo ministro da Justiça, o parecer era taxativo quanto à sua adequação a tais preceitos. Pontuando as diferenças que dizia reconhecer entre o decreto assinado por Teixeira de Gouveia, e aqueles de sentido semelhante aprovados no país em 1824 e 1825 – por meio dos quais, dizia a comissão, havia-se recorrido à suspensão de todas as garantias dos cidadãos, na ausência de qualquer prazo pré-definido –, o parecer afirmava que, pelo decreto de 27 de fevereiro assinado pelo ministro da Justiça, não se havia suspenso “todas as formalidades” que garantiam a liberdade individual dos cidadãos, mas unicamente aquelas concernentes às prisões e medidas de prevenção a que se referia o §35 do art. 179. Já no tocante à fixação de um prazo para a duração de tais medidas, reconhecia também a legitimidade do decreto, por meio do qual se recorria à fórmula “até que cesse a necessidade urgente desta medida”.

¹⁵¹ Idem, p. 168.

Como já tivemos a oportunidade de analisar até aqui – e como veremos em maior detalhe na sequência – a adequação do decreto do ministro da Justiça aos preceitos da Carta de 1824, reconhecida pela comissão de Constituição, não era vista da mesma forma pelos deputados nacionais, para quem o referido documento dispensara sim a totalidade das garantias dos cidadãos, bem como prescindira por completo do estabelecimento de prazos à sua vigência.

Voltando-se, por fim, ao conteúdo dos decretos emanados da pasta da Guerra, o parecer da comissão dizia considerá-los inconstitucionais, abusivos e ilegais uma vez que:

Quanto havia a providenciar em um semelhante caso; e quanto pela faculdade da constituição no citado art. 179, § 35, podia exercer o governo – como medida provisória e indispensável – já tudo estava exercido e providenciado pelo decreto que se expedira pelo ministério da justiça e que precedera a este do ministério da Guerra, como do seu contexto se manifesta.¹⁵²

Em acordo com o parecer, por fim, as comissões militares não possuíam assento na legislação brasileira, nem nunca poderiam ser criadas, no país, “sem ofensa das garantias individuais”:

[...] pois que não podendo estender-se a limitada e condicional faculdade outorgada pela constituição no art. 179, §35, além da providência provisória e temporária de uma suspensão de algumas formalidades, que a necessidade urgente ou a iminência de perigo indicar como indispensável para obstar aos males da rebelião, ou invasão dos inimigos pela facilidade ou prontidão da prisão dos delinquentes, e por outras medidas de prevenção que pareçam convenientes como já se advertiu, é incontestavelmente abusiva e ilegal uma providência que ultrapassou as barreiras constitucionais, para desaforar os cidadãos e alterar o processo, atacando na competência do juízo, e na regularidade das fórmulas judiciárias, as garantias dadas à liberdade e segurança dos cidadãos no art. 179, §11, não incluídas no número das que em algum caso se podem suspender, e denunciando-se assim à câmara, entende a comissão satisfazer ao seu dever.¹⁵³

A despeito, portanto, de inocentar o ministro da Justiça a partir de uma compreensão controversa dos acontecimentos transcorridos em Pernambuco no início de 1829, é inegável que a comissão seguira, em sua consideração sobre os decretos de 27 de fevereiro, o entendimento previamente plasmado pelo legislativo nacional no tocante ao §35 do art. 179, qual fosse, o de que a criação de tribunais excepcionais e a consequente suspensão das fórmulas regulamentares dos processos crime, ultrapassavam os limites inerentes à sua aplicação.

¹⁵² Idem, p. 169.

¹⁵³ Idem. Ibidem.

Finda a leitura do parecer, o primeiro deputado a se manifestar foi Vasconcelos, criticando a ausência de qualquer acusação contra o ministro da Justiça, “eu o acho tão criminoso ou mais do que o ministro da Guerra”. Demandando que, no tocante a tal matéria, a discussão do parecer fosse adiada para posterior avaliação dos deputados, o representante por Minas Gerais advogou, no entanto, no que tangia à acusação de Oliveira Álvares, que se procedesse “já” à nomeação da comissão especial, prevista pela lei de responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, para dar prosseguimento aos trâmites da denúncia.

Após alguma discussão sobre a necessidade, ou não, de impressão do parecer, acompanhada por denúncias de ingerência do governo na decisão da comissão e defesa de seus membros quando à idoneidade de sua atuação¹⁵⁴, venceu, afinal, que fosse impresso o seu texto, elegendo-se, em seguida, a comissão especial responsável pelo encaminhamento da acusação, composta pelos deputados Vasconcelos (30 votos), Manuel Antonio *Galvão*, representante pela Bahia (18 votos), e Lino Coutinho (17 votos)¹⁵⁵.

O trâmite a ser seguido, na Assembleia, após a abertura de denúncia contra um membro do ministério, fora estabelecido entre os artigos 8º e 14º da lei de responsabilidade aprovada em 15 de outubro de 1827¹⁵⁶. Em acordo com tal diploma, sendo presente à Câmara dos deputados a denúncia contra um ministro, secretário ou conselheiro de Estado, cabia à casa nomear uma comissão especial dedicada ao seu exame (arts. 8, 9 e 10). Parecendo a denúncia atendível à comissão, devia a casa temporária mandar responder o denunciado, “remetendo-lhe cópia de tudo e fixando o prazo” (art. 11). Findo o prazo da resposta, “ou ela tenha sido apresentada, ou não”, a matéria deveria ser novamente examinada pela mesma comissão, ou por uma nova, responsável por interpor parecer quanto à aceitação, ou não, da acusação (art. 12).

¹⁵⁴ Destaque seja dado, neste ponto, ao posicionamento político dos membros da comissão de constituição responsável pelo parecer, dentre os quais constavam, para além do liberal José Antonio da Silva Maia, o pedrista José Carlos Pereira de Almeida Torres, e a controversa figura de Raimundo José da Cunha Matos. Na leitura de Luis Henrique Rechdan os três poderiam ser definidos como “deputados ministeriais”. Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit., p. 322.

¹⁵⁵ APB-CD, sessão de 29 de maio de 1829, p. 169. Desta vez, a comissão eleita contava unicamente com um pedrista, Manuel Antonio Galvão, deputado eleito pela província da Bahia, e dois liberais bastante atuantes, desde o início da legislatura, nos debates concernentes à aplicação do §35 do art. 179. Consoante Luis Henrique Rechdan, em razão da conformação da comissão, “era praticamente certa a continuidade do processo em relação a Oliveira Álvares, pois dentre seus integrantes, apenas Galvão (deputado eleito pela província da Bahia e presidente da província de Alagoas, nomeado por Clemente Pereira) era um defensor do Governo na Câmara dos deputados, ao passo que os demais figuravam dentre os deputados mais críticos dos atos praticados pelos titulares das diversas pastas ministeriais”. Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit; p. 317.

¹⁵⁶ *CLIB de 1827. Parte I*. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1878; p. 54-65.

Interposto o parecer, fixava-se o prazo de 3 a 6 dias para sua apresentação e discussão (art. 13). Terminada a primeira discussão, uma segunda deveria ser marcada para dali a oito dias, ao fim da qual a Câmara decidiria se tinha lugar, ou não, a acusação (art. 14).

Junho de 1829: a denúncia contra o ministro da Guerra

Na sessão de 2 de junho de 1829 foi lido na Câmara o parecer da comissão especial “incumbida de examinar a denúncia que a esta augusta câmara deu a comissão de constituição contra o Exm. tenente-general Joaquim de Oliveira Álvares”. Logo no primeiro parágrafo deste texto, seus membros afirmaram-se concordes com a comissão de constituição no tocante à existência do crime denunciado e no que tangia à responsabilidade do ministro da Guerra.

Ao longo do parecer, a comissão buscou justificar pontualmente sua concordância com a abertura de denúncia, avaliando diferentes leis brasileiras infringidas pela criação da comissão militar de Pernambuco. Para além de considerar a decisão do ministro em desacordo, portanto, com os §§11 e 17 do art. 179 da Carta de 1824, avaliou sua atuação como uma interferência nas atribuições do poder legislativo e uma infração ao conteúdo da lei de 23 de setembro de 1828 (pela qual ficara estabelecido “que em nenhum processo por mais sumário que seja deixe de haver acusação por escrito e contestação do réu”). Entrando nos pormenores do decreto de 27 de fevereiro, a comissão apontou as divergências existentes entre seu modo de determinar a escolha dos membros da comissão militar e o entendimento expresso pela lei de 12 de outubro de 1827 (relativa ao modo de formação dos conselhos de Guerra nas províncias), bem como a manifesta parcialidade impressa na escolha do presidente do tribunal.

Alegando, por fim, que o governo já reconheceria a “insuficiência e inutilidade” das comissões militares por meio dos decretos de suspensão daquelas criadas nas províncias Cisplatina e do Rio Grande do Sul, “invadidas por exércitos vitoriosos”, a comissão especial atestava a responsabilidade do ministro da Guerra pela criação irregular da comissão militar de Pernambuco: “Nem obsta que a comissão não condenasse réu algum, porquanto isso não dependeu da vontade do ministro, que fez quanto em si esteve para a inconstitucional condenação dos réus”.

Para além desta acusação, no entanto, a comissão especial julgava também responsável o ministro Oliveira Álvares “por negar a esta augusta câmara as

informações que em sessão extraordinária lhe foram exigidas sobre os acontecimentos políticos de Pernambuco”. Com tal recusa, dizia o parecer, o ministro havia infringido o §35 do art. 179, que terminantemente mandava, em suas palavras, “sem distinção de assembleia ordinária nem extraordinária”, que tais informações fossem prestadas.

Ao final do parecer, a comissão declarou o ministro incurso nos “arts. 3º §2º e arts. 4º e 5º da lei de 15 de outubro de 1827 sobre as responsabilidades dos ministros de estado e conselheiros”, prevendo ainda que fosse ouvido pelo plenário¹⁵⁷.

Imediatamente após essa leitura, parte dos representantes solicitou a supressão da segunda parte do parecer, mediante a qual era Oliveira Álvares acusado também por sua recusa a prestar esclarecimentos à Câmara na sessão extraordinária de 1829. Partidários de tal leitura, deputados como Manuel do Nascimento *Castro e Silva* (representante pelo Ceará), Silva Maia, Cunha Matos e Souza França alegaram a ilegitimidade da avaliação, pela comissão especial, de questões a que não havia se dedicado previamente a comissão de Constituição. Já Lino Coutinho, Xavier de Carvalho, Vasconcelos e Francisco de *Paula Cavalcanti* de Albuquerque (eleito por Pernambuco) defenderam a manutenção do ponto, que, acabou, contudo, excluído do parecer final.

Na sessão de 5 de junho de 1829 ficou decidido que era atendível a denúncia contra o ministro da Guerra, fixando-se o prazo de oito dias para a resposta de Oliveira Álvares. Previamente a tal resposta, no entanto, e ao consequente prosseguimento dos trâmites relativos à acusação do ministro da Guerra, os deputados se debruçaram sobre a absolvição do ministro da Justiça, com parte deles reivindicando, entre as sessões de 10 e 12 de junho de 1829, que também contra Teixeira de Gouveia fosse aberta uma denúncia por crime de responsabilidade.

Nas longas falas que articularam na ocasião, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Lino Coutinho buscaram desmontar, ponto por ponto, os argumentos elencados pela comissão de Constituição para justificar a validade do recurso ao §35 do art. 179 por Teixeira de Gouveia em Pernambuco, chegando o primeiro deles a apresentar, ao final da sessão, uma denúncia especificamente dirigida contra tal autoridade. Também

¹⁵⁷ APB-CD, sessão de 2 de junho de 1829, p. 15. Os artigos e parágrafos da lei de responsabilidade a que se referia a comissão especial, diziam respeito, respectivamente, ao crime de abuso de poder por usurpação das atribuições do poder legislativo (art. 3º, §2º), ao crime de falta de observância da lei (art. 4º) e ao crime de atuação contra a liberdade, segurança ou propriedade dos cidadãos (art. 5º). As penas estabelecidas a tais delitos iam da “remoção para fora da Corte e seu Termo” por entre 1 e 3 anos, com reparação do dano à parte, à inabilidade perpétua para todos os empregos, e prisão por dois anos; passando ainda pelas penas de perda do emprego ou de inabilidade por dez anos para o exercício de qualquer função.

posicionaram-se contrariamente ao parecer da comissão de Constituição os deputados Custódio Dias, Holanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti, valendo recuperar brevemente os argumentos por eles mobilizados nessas discussões.

Em linhas gerais, os deputados favoráveis à acusação do ministro da Justiça argumentaram que, se a acusação do ministro da Guerra, Oliveira Álvares, fundara-se nos pretensos desacordos existentes entre os decretos por ele assinados e o leque de medidas permitidas em caso de aplicação do §35 do art. 179, o caso de Teixeira de Gouveia era ainda mais grave, pois fora o seu decreto o responsável pelo recurso ao §35 em primeiro lugar, estando, no entanto, repleto de irregularidades.

Consoante estes representantes, portanto, particularmente Vasconcelos e Lino Coutinho, não apenas a situação vigente em Pernambuco quando da aplicação da suspensão de garantias não configurava rebelião ou invasão de inimigos, e muito menos apresentava perigo iminente à pátria – condições indispensáveis ao recurso à medida pelo poder Executivo –, como o texto do decreto em si, ao não elencar as garantias suspensas (determinando a dispensa de “todas as formalidades”) e nem dispor período fixo de vigência à medida, era, fundamentalmente, irregular.

Discorrendo sobre as características dos acontecimentos transcorridos em Pernambuco no início do ano, os deputados apontaram ao fato de que, em sua opinião, o levante de Afogados configurara uma sedição, e não uma rebelião¹⁵⁸. Para tal argumentação, é bastante provável que tenham recorrido às definições de rebelião e sedição apresentadas no projeto de código criminal então sob avaliação dos representantes¹⁵⁹.

¹⁵⁸ APB-CD, sessão de 10 de junho de 1829; pp. 66-72. Discorrendo sobre as diferenças existentes entre os crimes de rebelião e sedição, Vasconcelos e Lino Coutinho apontaram como requisito essencial do primeiro o ajuntamento numeroso e armado de indivíduos, cujo fim expresso fosse a mudança da forma de governo, enquanto para a qualificação do segundo bastava a tentativa de demissão ou espoliação de empregados públicos. Munidos de tal interpretação, voltaram-se, então, à avaliação específica dos acontecimentos de Pernambuco, chamando a atenção de seus colegas para o pequeno número de envolvidos na sublevação de Afogados – como diziam comprovar, de todo modo, os ofícios enviados pelas próprias autoridades da província –, e para o fato de os rebeldes objetivarem, mais que nada, a remoção do presidente e do comandante das Armas (intuito confirmado, diziam, por ofício do capitão-mor de Santo Antônio), configurando, quando muito, crime de sedição.

¹⁵⁹ Vivian Chieregati Costa. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência*. Dissertação de Mestrado. IEB-USP, 2013; A legislação portuguesa, ademais, era bastante imprecisa na avaliação desses casos, indiferenciando as circunstâncias de sedição, rebelião, motim, tumulto, etc, na medida em que as compreendia, privilegiadamente, como crimes de lesa-majestade. Ver: “Carta Régia de 21 de outubro de 1757”. In: *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Redegida [sic] pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Na Typographia Maignrense, 1830; pp. 555-556. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=105&acao=ver&pagina=578.

Refutaram, ademais, a importância dos acontecimentos elencados por Teixeira de Gouveia e pela comissão de Constituição em justificativa à necessidade da medida de suspensão. Zombaram, assim, da capacidade que os pasquins sediciosos de Pernambuco e, mais ainda, que as proclamações fixadas em Pastos Bons, no Maranhão, oito meses antes dos acontecimentos de Afogados, teriam de inflamar uma rebelião naquela província¹⁶⁰. Tampouco o regresso, ao Brasil, de indivíduos remanescentes da Confederação do Equador ou a ingerência dos irmãos Roma em Pernambuco, pareciam aos representantes argumentos suficientemente fortes para justificarem o recurso à suspensão de garantias em toda uma província.

Recusando, por fim, que as pretensas violências empreendidas, país afora, no período eleitoral, pudessem legitimar a atuação do governo, os deputados alegaram que, pelo contrário, fora justamente a ordem em que transcorreram as eleições e a negativa da população nacional em ceder às manobras do ministério para a imposição de seus candidatos que haviam-no levado à tomada de medidas drásticas contra os cidadãos do país.

Na opinião dos deputados, portanto, a nada mais se devia o descontentamento dos ministros, do que ao fato de terem sido desprezados, em diversas províncias, os seus candidatos, forçosamente empurrados à população; opinião da qual compartilhava Custódio Dias. Consoante esses representantes, uma das mais concretas provas de que a questão pernambucana não fora tão grave como se queria fazer crer, repousava no fato de não terem sido enviadas tropas à região para a repressão dos rebeldes¹⁶¹.

Tanto para Vasconcelos, quanto para Lino Coutinho, a atuação desproporcional do governo em fevereiro de 1829 a nada mais se resumia do que a estratégias de que lançavam mão os ministros para se fazerem necessários no país. Era desta forma, portanto, que entendiam dever ser interpretado o “vasto plano republicano” que os ministros haviam identificado no Brasil, “cuja origem e desenvolvimento eles, e somente eles só, perfeitamente conhecem”. Ademais, perguntava-se Vasconcelos, “se o perigo iminente dependia dos chefes da rebelião de

¹⁶⁰ Elucubram, ainda, nos dois casos, sobre as possibilidades de tais escritos terem saído da pena de opositores do regime liberal e da tranquilidade pública, que, por meio de tais estratégias, visavam a estimular desordens no país. APB-CD, sessão de 10 de junho de 1829; pp. 66-72.

¹⁶¹ Consoante de Lino Coutinho, se o governo temesse os desordeiros de Afogados e reconhecesse a existência de perigo iminente não mandaria tropas, não mandaria esquadras? Em sua opinião, portanto, o rebuliço criado pelo governo sobre os acontecimentos de Pernambuco não tinha outro fim senão o de manter o povo aterrado para “manejar a salvo a sua vara de ferro”. APB-CD, sessão de 11 de junho de 1829; p. 89.

1824, dos pasquins, dos abusos da imprensa, e insultos dos eleitores, todos esses motivos desapareceram dentro de dois meses para se suspenderem as medidas tomadas [?]”¹⁶².

Ao final da sessão do dia 10, Vasconcelos apresentou uma denúncia contra o ministro da Justiça que, no entanto, acabou não avaliada pelo conjunto da deputação. Sua obliteração pelos representantes deu-se, contudo, após uma série de deputados manifestar-se em favor do adiamento das discussões em curso na Casa para o exame daquela denúncia, dentre eles, Xavier de Carvalho, Paula Cavalcanti, Costa Carvalho, Castro e Silva e Custódio Dias. O presidente da Casa, no entanto, ignorou o posicionamento desses representantes e, ao invés de por a votos a questão do adiamento, autorizou um discurso de Cunha Matos que fugia da questão (ainda que tratasse da acusação dos ministros), relegando a proposta de Vasconcelos ao esquecimento no transcurso da sessão.

Falando na sessão de 10 de junho, portanto, na qualidade de membro da comissão de Constituição, Cunha Matos propôs-se a defender o texto do parecer, no que foi secundado por Almeida Torres e Silva Maia (outros dois membros da comissão). Para estes representantes, era absolutamente inegável que o movimento pernambucano havia configurado uma rebelião e seus discursos foram arquitetados com vistas a comprovarem tal conclusão. Recorreram, para tanto, a considerações de caráter doutrinário acerca das diferenças existentes entre sedições, tumultos e rebeliões, reivindicando que o teor dos documentos de que dispunham quando da elaboração do parecer (como os ofícios enviados, do campo de batalha de Afogados, às autoridades da província; as missivas encaminhadas, pelo governo de Pernambuco, às autoridades centrais do país; e todo o material concernente aos pasquins sediciosos, proclamação de Pastos-Bons, retorno dos confederados e afins), apontavam a um acontecimento mais grave do que a princípio se fazia crer.

Enfatizaram, assim, os objetivos de alteração da forma de governo implícitos na revolta, alertando seus colegas quanto às sérias ameaças impostas por aquele movimento ao país. Aludiram, ainda, a pretensos “segredos ocultos” a rodear a rebelião, sugerindo que os rebeldes possuíam objetivos muito mais graves que os efetivamente manifestados, recusando ainda que o decreto assinado por Teixeira de Gouveia não fixasse limites temporais precisos à sua execução¹⁶³ ou deixasse de

¹⁶² APB-CD, sessão de 10 de junho de 1829; p. 68.

¹⁶³ Na opinião de Silva Maia, tendo expedido seu decreto da corte, o ministro jamais poderia ter estabelecido limites temporais precisos “a uma providência que devia executar-se em outra província, a

definir as garantias suspensas em decorrência de sua aprovação. No que tangia especificamente às garantias passíveis de suspensão, foram várias as opiniões manifestadas pelos defensores do ministro. Dentre elas, a de que o decreto não havia dispensado a totalidade das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos pernambucanos, já que haviam sido mantidas, ali, a “liberdade de pensar” e a “liberdade de escrever”¹⁶⁴; a de que os limites impostos pelo próprio §35 impediam a suspensão de quaisquer outras formalidades que não as concernentes à prisão dos delinquentes e outras medidas de prevenção¹⁶⁵; ou ainda a de que o próprio texto do decreto de 27 de fevereiro, ao afirmar que “sem as mesmas formalidades se possa proceder contra os implicados na revolução”, deixava claro que, por meio deste documento, ficava admitida unicamente a suspensão das formalidades do processo¹⁶⁶.

Um dos principais argumentos em defesa do ministro da Justiça, no entanto, repousou na alegação de que suas atitudes haviam buscado evitar um mal maior no país e de que, ante as graves ameaças impostas pelos rebeldes pernambucanos, reconheceu como seu dever “tomar a tempo” as medidas cabíveis¹⁶⁷. Nas palavras do ministro do Império, José Clemente Pereira, que, fundado em tal arrazoado, saiu em defesa de Teixeira de Gouveia na sessão de 12 de junho, “não era depois que o mal tivesse crescido que se lhe devia acudir com o remédio”¹⁶⁸.

Consoante Clemente Pereira, havia diversas provas – expressas particularmente no âmbito da imprensa – de que “a insurreição tinha ramificações” e de que havia perigo, cumprindo ao governo empregar todos os meios para lhe impor obstáculos. Avaliando, por fim, o perfil dos revoltosos e o passado rebelde da província de Pernambuco, o ministro do Império afirmava:

Apesar de todas estas considerações, desde o momento em que existe uma rebelião, não pode deixar de se considerar ao mesmo tempo a existência do perigo, porque ninguém sabe os progressos que aquela pode ter; e não sei que haja uma vara certa de medir e graduar o perigo em casos tais; e como o juiz

tão longa distância, e por autoridades que na forma do mesmo art. 179 §35 da constituição também eram responsáveis pelo excesso ou abuso que tivessem nessa execução”. APB-CD, sessão de 11 de junho de 1829; pp. 81-82.

¹⁶⁴ Idem; pp. 78-79. Fala de Cunha Matos.

¹⁶⁵ Idem; pp. 81-82. Fala de Silva Maia.

¹⁶⁶ APB-CD, sessão de 12 de junho de 1829; p. 87. Fala de Clemente Pereira.

¹⁶⁷ Manifestando-se na sessão de 11 de junho, Cunha Matos iniciou o seu discurso com a seguinte afirmação: “Senhores, a assembleia geral legislativa não se achava reunida ao tempo em que de Pernambuco chegaram as notícias da desgraçada sedição, e por conseguinte o governo estava autorizado para obstar a uma rebelião, ou para **evitar** que corresse a pátria perigo iminente, a suspender as garantias que protegem a liberdade individual”. APB-CD, sessão de 11 de junho de 1829; p. 76. Grifo meu. Consoante o deputado, portanto, ainda que, sob vários aspectos, a gravidade dos acontecimentos pernambucanos tenha sido encoberta no país, ante o alto risco imposto pela situação, o ministro da Justiça agira da maneira que lhe cabia legalmente agir. Idem; p. 77.

¹⁶⁸ APB-CD, sessão de 12 de junho de 1829; p. 86.

nestas circunstâncias não pode deixar de ser o governo, não poderá nunca ser declarado responsável, ainda quando dá às coisas maior peso do que elas poderiam talvez merecer a outras opiniões: porque se acaso o governo deixasse de empregar todas as medidas de prevenção ao seu alcance por dar pouca consideração a qualquer insurreição, e por esta causa ela tomasse grande corpo não poderia deixar de ser arguido de omissão, e de não ter cumprido os seus deveres.¹⁶⁹

Já para os opositores do parecer, os ministros não estavam autorizados a fazer suposições sobre os riscos futuros a que uma situação poderia, ou não, levar o país, devendo limitar sua atuação aos fatos e documentos de que se tinha conhecimento¹⁷⁰. Ademais, diria Vasconcelos, se havia dúvidas quanto à existência, ou não, de uma rebelião em Pernambuco, cabia que o governo presumisse a intenção do crime menor¹⁷¹.

Ao final da sessão do dia 12, o parecer da comissão de constituição acabou aprovado pela Câmara por 41 votos a 29, afirmando-se na ata ter ficado prejudicada, por tal resultado, a denúncia do deputado Vasconcelos¹⁷². Na sessão subsequente, transcorrida aos 15 de junho de 1829, o deputado por Minas Gerais e outros representantes questionaram tal decisão, uma vez que, diziam, a deputação não havia chegado a votar o destino a ser dado àquela denúncia. A ata da sessão do dia 12, no entanto, acabou aprovada, seguindo-se a tal decisão a leitura de algumas declarações de voto contrárias ao parecer¹⁷³.

A aprovação do parecer por uma margem relativamente segura de votos, bem como a transigência do plenário ante a desconsideração da denúncia apresentada por Vasconcelos – em cuja direção claramente obrou o presidente da casa, Pedro de Araújo Lima, ex-ministro dos Negócios do Império, ao permitir que prosseguissem os

¹⁶⁹ Idem, p. 87.

¹⁷⁰ Aludindo a este ponto, Lino Coutinho sairia com a seguinte afirmação: “É bom, Sr. presidente, ter um administrador que tire tantas consequências e que veja sempre as coisas com um telescópio para as avistar de longe; porém gostaria o Sr. ministro do império de ter um mordomo tão conseqüente que logo que o visse com uma pequena dor de cabeça, convocasse uma junta de médicos e lhe dispusesse o enterro, só porque muita gente tem morrido de uma dor de cabeça? A constituição neste negócio não manda que o ministro tire ilações e consequência; ordena e marca muito restritamente os casos e as circunstâncias em que ele pode levantar algumas das formalidades.[...] Mais obediência às leis e menos consequências é o que unicamente se exige das autoridades que nos governam para nossa felicidade, e nunca para nos oprimir à proporção de suas agitadas fantasias, ou dos seus terrores”. Idem; p. 88.

¹⁷¹ Idem, p. 90.

¹⁷² Idem, p. 94.

¹⁷³ APB-CD, sessão em 15 de junho de 1829, p. 94-95. Declararam-se opostos ao parecer, por meio de tais declarações, os deputados Lino Coutinho, Vasconcelos, Xavier de Carvalho, Galdino da Costa Villar (Paraíba do Norte), Custódio José Dias (Minas Gerais), José Bento Leite Ferreira de Mello (Minas Gerais), Antonio Ferreira França (Bahia), Antonio Joaquim de Moura (Ceará), José Joaquim Machado de Oliveira (Rio Grande do Sul), José da Costa Carvalho (Bahia), José Custódio Dias (Minas Gerais), Francisco Assis Barbosa (Alagoas) e João Braulio Muniz (Maranhão).

debates a despeito da proposta do representante mineiro –, configuram, em nossa opinião, indícios de um verdadeiro esforço empreendido por parte dos deputados para a absolvição do ministro da Justiça. A própria iniciativa da comissão de Constituição de responsabilizar o ministro da Guerra pelos decretos assinados em 27 de fevereiro – ao mesmo tempo em que inocentava, por completo, o procedimento empreendido pelo ministro da Justiça –, parece ter configurado uma espécie de concessão aos deputados, visando à salvaguarda do governo e do imperador.

Parte dos representantes, no entanto, se recusou a aceitar a cabeça de Oliveira Álvares como prêmio de consolação, opondo-se frontalmente ao parecer da comissão e reivindicando a abertura de denúncia também contra Teixeira de Gouveia, por crime de responsabilidade. Frente a tal cenário, representantes favoráveis ao ministro da Justiça, dentre os quais, especialmente, o presidente da Casa, parecem ter encaminhado as discussões de modo a contornar tentativas de acusação como a empreendida por Vasconcelos, logrando, afinal, enterrar a questão com a aprovação do parecer.

Encerradas, enfim, as tentativas de abertura de uma acusação também contra Teixeira de Gouveia, cabia dar prosseguimento à denúncia contra o ministro da Guerra, apresentada, como vimos, pela comissão de Constituição da Câmara e formalizada pela comissão especial composta para aquele fim. Na sessão de 20 de junho, portanto, após alguma discussão acerca do prazo de que ainda dispunha – ou deixara de dispor – Oliveira Álvares, para a apresentação de sua resposta (fixada em oito dias a partir da requisição a ele enviada pela comissão especial em 11 de junho), chegou à mesa e foi anunciado pelo secretário da Casa, um ofício do ministro da Guerra em retorno àquela denúncia¹⁷⁴.

Por meio deste documento, Oliveira Álvares justificava a criação da comissão militar em Pernambuco, por ele autorizada, como medida salutar de salvação do trono e sustentação da constituição. Enfatizando os perigos impostos pela “rebelião que rebentou [*sic*] nos Afogados” e sustentando não ter podido calcular, de seu posto, o progresso da sublevação, o ministro alegou que, em casos tais, não se podendo prevenir os crimes, cabia “sufocá-los no berço”. Recusando o argumento de que a criação da comissão militar significara a ruína da constituição – uma vez que fora criada justamente em sua defesa e que “de uma mesma causa não procedem efeitos contraditórios” – Oliveira Álvares defendeu, pelo contrário, que a extinção

¹⁷⁴ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1829, p. 143.

“repentina” da rebelião fora devida à instalação daquele tribunal e que, portanto, a ordem no país fora reposta em sua consequência.

Para o ministro da Guerra, portanto, era à criação da comissão militar que se devia a salvação da província de Pernambuco, cabendo à Câmara perguntar-se o que seria do país se assim não se tivesse procedido e o que, neste caso, se diria dele, Oliveira Álvares. “Quão cheio de dificuldades insuperáveis é o meu emprego”, terminava alegando o ministro.

Rejeitando, assim, a acusação de que, por meio de seus decretos, infringira a Constituição, Oliveira Álvares alegou que, em casos excepcionais como aquele com que se defrontara, a expansão interpretativa da letra da lei vinha a serviço da própria legalidade e da salvação da pátria. Nas palavras do ministro:

Da mesma lei que se extraem argumentos contra um ato, se produzem argumentos em favor do mesmo agente. Que aquela rebelião, como foi pintada ao governo de S. M. Imperial, denotava perigo iminente contra o trono e a constituição, ninguém duvida. A pública segurança ressentiu-se do perigo, e nessa crise é quando a lei organizada para se executar em tempos bonançosos e ordinários, deve admitir uma expansão extraordinária. Os direitos a que então se atende, são os que constituem as garantias da pátria: são estas as únicas que a todo o custo se devem sustentar. *Salus populi suprema lex.*¹⁷⁵

Fundando sua defesa na “lei primeira” de salvação da pátria, o *Salus populi suprema lex*, Oliveira Álvares dava provas, de saída, dos desafios impostos ao constitucionalismo brasileiro, em especial pelos limites ainda incertos existentes entre o dispositivo constitucional de suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos – regulado pelo §35 do art. 179 da Carta de 1824 – e as medidas extraordinárias de proteção da ordem pública a ele anteriores, sequer reguladas em âmbito legal.

Ademais, para Oliveira Álvares, era necessário esclarecer que a comissão militar criada em Pernambuco não atentava contra o §17 do art. 179 – que proibia, como vimos, a criação de comissões especiais nas causas cíveis e criminais no país –, pois que, por tratar-se de tribunais extraordinários e raríssimas vezes formados no país, as comissões militares não estavam inclusas na deliberações do §17. Consoante o ministro, inclusive, se tal não fosse o caso, restava injustificável que a Câmara tivesse perguntado ao governo, em 1826, sobre a manutenção das comissões militares criadas em 1824 e 1825 nas províncias da Bahia, Pernambuco, Ceará, Cisplatina e Rio

¹⁷⁵ Idem, p. 144. Mais à frente em sua fala, Oliveira Álvares reforçaria essa sua interpretação com a seguinte afirmação: “Demais, eu creio que as comissões militares, nos casos de perigo da pátria, do trono e da constituição, não são repugnantes ao sistema constitucional; e nem lhe pode repugnar aquilo que lhe pode servir de vantajoso sustentáculo”. Idem; p. 145.

Grande do Sul, e que, em consequência dessa discussão, tivesse se limitado à redação de “um artigo legislativo, que vedasse a criação de tais comissões”. Transcrevendo, na sequência, o art. 2º do projeto de lei de abolição dos foros privilegiados¹⁷⁶ e confirmando sua não aprovação pelo imperador, o ministro questionava sob que bases legais afirmavam os deputados estarem proibidas, no país, as ditas comissões.

Em acordo com o ministro, portanto, cabia perguntar se a Câmara dos deputados, “tão rica de patriotismo como abundante de luzes”, cometeria o “ato ocioso” de buscar proibir, por meio do dito artigo 2º da lei de abolição dos foros privilegiados, o que dizia previamente proibido pelo §17 do art. 179. “Faria uma nova lei o mesmo objeto de outra existente? Não era porventura esse novo ato legislativo, porque com efeito a câmara se persuadiu que o §17 da questão, não tinha uma extensão tão ampla que compreendesse a proibição das comissões militares no caso da suspensão das formalidades?”. Ademais, dizia o ministro, se a câmara estivesse convencida, nas sessões de 1826 e 1827, da expressa ilegalidade das comissões militares, não teria deixado de “declarar írritos e nulos os decretos que criaram as de 1824 e 1825”.

Reconhecendo, portanto, a iniciativa dos deputados, iniciada em 1826, de declarar definitivamente proibidos no país aqueles tribunais, o ministro se fundou na recusa imperial ao diploma àquela altura elaborado e, conseqüentemente, na ausência de impedimentos legais à sua atuação, para defender o procedimento adotado em Pernambuco, não obstante reconhecer o entendimento em contrário expresso nos debates e decisões anteriores dos parlamentares do país.

Em acordo com o artigo 12 da lei de responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, como vimos, uma vez apresentada a resposta do denunciado, cabia que a matéria fosse novamente avaliada por uma comissão da Câmara dos deputados e que esta interpusesse parecer acatando, ou não, a acusação. Tal parecer, por sua vez, deveria ser necessariamente discutido em duas rodadas, a primeira a ser realizada entre três e seis dias após sua emissão, e a segunda em no máximo oito dias depois de finalizada a discussão anterior.

Na sessão de 1 de julho de 1829, a comissão especial encarregada pela Câmara de avaliar a resposta do ministro da Guerra apresentou seu parecer sobre a matéria.

¹⁷⁶ O artigo a que se referia Oliveira Álvares possuía o seguinte conteúdo: “Ficam também extintos os Juízos de Comissões especiais, tanto nas Causas cíveis, como nas criminais, compreendidos os das Comissões Militares, e nem se poderão criar de novo, ainda mesmo no caso de suspensão das garantias individuais”. O projeto em que se inseria tal artigo, de abolição dos foros privilegiados, configurou uma das poucas leis a que Pedro I negou sanção imperial.

Tal comissão, no entanto, já não era a mesma que, aos 2 de junho, apresentara parecer sobre a denúncia da comissão de Constituição (composta pelos deputados Vasconcelos, Lino Coutinho e Manuel Antônio Galvão), compondo-se agora, a partir de nova eleição (realizada em 22 de junho), pelos representantes Luis Paulo de *Araújo Basto* (BA), José da Cruz Ferreira e João de *Medeiros Gomes* (SP)¹⁷⁷.

Haja vista a contrariedade absoluta em que se colocara a comissão especial anterior no tocante à atuação do ministro da Guerra em Pernambuco, bem como o modo efusivo com que dois de seus membros manifestaram-se favoravelmente à acusação também do ministro da Justiça do país, é de se destacar o fato de que, para esta segunda fase do processo, os deputados tenham optado pela formação de uma nova comissão que, como veremos na sequência, recusou unanimemente a abertura de acusação contra o ministro da Guerra. Cabe destacar, assim, que os três membros da nova comissão eram deputados ministeriais que não seriam reeleitos à segunda legislatura¹⁷⁸.

As discussões finais sobre a denúncia contra o ministro da Guerra

Em 1º de julho, a nova comissão especial da Câmara apresentou seu parecer sobre a resposta de Oliveira Álvares. Membro da comissão, José da Cruz Ferreira assinou o documento “com restrições” e apresentou voto em separado. Ainda que bastante diferentes em forma e conteúdo, ambos os documentos reconheciam a inocência do ministro da Guerra, desconstruindo, assim, parte dos argumentos previamente utilizados pela comissão de constituição da Câmara (responsável pela apresentação da acusação) e pela primeira comissão especial (por meio de cujo parecer ficou formalizada a denúncia contra Oliveira Álvares) para sua incriminação.

Bastante objetivo, o parecer apresentado pela segunda comissão especial reconheceu como infundadas as denúncias contra o ministro da Guerra, baseando-se, para tanto, em uma leitura do §35 do art. 179 em acordo com a qual não se considerava expressamente proibida, pelo texto constitucional, a criação de comissões militares no Brasil. No entendimento da comissão, consideradas as fórmulas do processo judicial como verdadeiras fórmulas garantidoras da liberdade dos cidadãos, uma vez aplicado o §35 e dispensadas as últimas, cabia que ficassem suspensas

¹⁷⁷ APB-CD, sessão de 29 de junho de 1829, p. 149.

¹⁷⁸ Consoante Luis Henrique Rechdan, enquanto Araújo Bastos era intendente geral de polícia, Cruz Ferreira e Medeiros Gomes eram desembargadores do recém-criado Superior Tribunal de Justiça. Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit; pp. 335-336.

também as primeiras. Nestas circunstâncias, dizia o parecer, a única regra fixada era a de que se recorresse a “modos de julgar” previamente utilizados no país e com algum fundamento legal, dentre os quais encontravam-se, a seu ver, as comissões militares.

Analisando a história pós-constitucional do Brasil, a comissão reforçou os argumentos já mobilizados por Oliveira Álvares em sua própria defesa, identificando no recurso prévio a comissões militares no país e na proposição do art. 2º da lei de abolição dos juízos privilegiados, a comprovação de que esses tribunais não eram expressamente proibidos pelo texto constitucional e de que, portanto, havia abertura suficiente a diferentes interpretações sobre o assunto.

Referindo-se ainda a leis que, no entendimento das comissões que lhe antecederam, o ministro da Guerra teria infringido com seus decretos, a comissão especial justificava que, aplicado o §35 do art. 179 e suspensas, portanto, as formalidades constitucionais, não cabia cobrar a execução das fórmulas legais ordinariamente previstas no país. Para a comissão, enfim, a acusação contra Oliveira Álvares não possuía fundamento suficiente para se sustentar, ficando recusada¹⁷⁹.

A despeito de chegar à mesma conclusão da comissão especial, o voto de Cruz Ferreira se ancorou em argumentos diferentes daqueles privilegiados pela comissão. Diferentemente de seus outros dois membros, este representante não considerava constitucional que se suspendessem as fórmulas do processo em razão do recurso ao §35 do art. 179, atestando, nesse sentido, seu desacordo com os procedimentos adotados pelo ministro. Consoante o deputado, no entanto, na ausência de uma lei que expressamente proibisse tal procedimento, não se poderia inculpar Oliveira Álvares por ter a ele recorrido, particularmente tendo em vista a criação de tribunais extraordinários no país em 1824 e 1825, e a limitadas consequências geradas por tais medidas no interior do Parlamento.

Para Cruz Ferreira, portanto, a “ancora de salvação do ministro da guerra” repousava justamente na iniciativa dos deputados de elaboração do art. 2º da lei de abolição dos juízos privilegiados, pois que, por meio dela, reconheciam que na Constituição só existiam as bases, as regras gerais donde se deduzia a proibição das comissões militares. “Porque se já estava declarado na constituição, era escusada esta nova declaração do projeto”, afirmaria o deputado¹⁸⁰.

Mesmo reconhecendo, portanto, que ao negar aos réus pernambucanos as fórmulas protetoras de sua defesa, o ministro havia agido em desacordo com o

¹⁷⁹ APB-CD, sessão de 6 de julho de 1829, p. 47.

¹⁸⁰ Idem; p. 48.

entendimento geral da Constituição do país – alegando ainda a inutilidade dos tribunais extraordinários e sua nenhuma eficácia na pacificação de uma província rebelada –, sua recusa à acusação de Oliveira Álvares repousava na ausência de legislação expressa nesse sentido, uma vez que “deduções” não bastavam para constituírem criminalidade em direito e que, sem leis, não poderia haver crime ou criminoso.

Seguindo os trâmites fixados pela lei de responsabilidade, os deputados discutiram o parecer da comissão especial, bem como o voto em separado de Cruz Ferreira, entre os dias 6 e 7 de julho, retomando tais debates, em segunda discussão, entre os dias 15 e 18 do mesmo mês. Ao longo destas datas, enunciaram longos discursos em defesa ou oposição à inocência de Oliveira Álvares, mobilizando argumentos das mais diversas ordens para fundarem suas colocações¹⁸¹.

Posicionaram-se favoravelmente à acusação do ministro da Guerra os deputados Manuel *Odorico Mendes* (eleito pela província do Maranhão), Xavier de Carvalho, Limpo de Abreu, Vasconcelos, Luis Augusto May, Custódio Dias e Miranda Ribeiro (eleitos pela província de Minas Gerais), Lino Coutinho e Antônio Ferreira França (eleitos pela Bahia), Diogo Antônio *Feijó* e José Ricardo da *Costa Aguiar* de Andrade (representantes por São Paulo), *Luiz* Francisco de Paula *Cavalcanti* de Albuquerque, Holanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti (eleitos por Pernambuco), Manuel José de Souza França (eleito pelo Rio de Janeiro) e Manuel do Nascimento Castro e Silva (representante pela província do Ceará).

Contrariamente a tal acusação, por sua vez, falaram os deputados José da Cruz Ferreira e Joaquim Gonçalves Ledo (eleitos pela província do Rio de Janeiro), José de *Sousa e Melo* (representante por Alagoas), Raimundo José da Cunha Matos (Goiás), d. Romualdo Antonio de Seixas (*arcebispo da Bahia*, eleito pelo Pará) e Araújo Basto (eleito pela Bahia e membro da segunda comissão especial). Para além destes, pronunciaram-se ainda, em defesa do ministro da Guerra os deputados e ministros do Império José Clemente Pereira (eleito pelo Rio de Janeiro e ministro dos Negócios do Império), Miguel *Calmon* du Pin e Almeida (eleito pela Bahia e ministro da Fazenda),

¹⁸¹ Os debates travados em julho de 1829 em torno da acusação do ministro da Guerra foram muito bem analisados na tese de doutorado de Luis Henrique Rechdan, que também incorporou as publicações da imprensa do período sobre esta discussão. Neste trabalho, o enfoque do autor esteve em demonstrar a articulação político-institucional de mecanismos de controle dos atos ministeriais ao longo do Primeiro Reinado, identificando na tentativa de acusação empreendida contra o ministro da Guerra em 1829 uma importante estratégia parlamentar nesse sentido. Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit. Ver especialmente Capítulo 4; pp. 284-389.

e Lucio Soares Teixeira de Gouveia (eleito pela província de Minas Gerais e ministro da Justiça).

Os dois grupos se compuseram, fundamentalmente, por representantes que já vinham se manifestando, desde o início do ano legislativo de 1829, sobre a questão da suspensão das garantias e, particularmente, sobre a atuação do ministério na província de Pernambuco. Dividiram-se, assim, entre um primeiro conjunto de deputados de cariz abertamente liberal e, particularmente, antipedrista, que, como veremos à frente, estariam diretamente envolvidos na Abdicação de Pedro I e, em especial, na construção do novo governo da Regência – ainda que, neste novo contexto, tenham se dividido em diferentes grupamentos –, e um segundo grupo composto por deputados e ministros de Estado, de cariz mais conservador e cujos membros ou bem possuíam ligações próximas com a figura do imperador, casos de Ledo, Clemente Pereira e Calmon du Pin, ou preferiram votar contrariamente à acusação com vistas a evitar novas desordens, possivelmente advindas das repercussões política deste ato.

Em linhas gerais, os membros do primeiro grupo, defensores da acusação de Oliveira Álvares, firmaram-se no argumento de que o texto constitucional expressamente proibia a formação de comissões militares no país, recusando, nesse sentido, a leitura empreendida pela segunda comissão especial. Na opinião de todos eles, era ainda inválido o argumento da “regra de justiça” utilizado pelos partidários do ministro, em acordo com o qual, por não se ter procedido, quando da abertura dos trabalhos legislativos, à acusação dos ministros responsáveis pelos decretos de 1824 e 1825, ficava desaconselhada, agora, a acusação contra Oliveira Álvares.

Odorico Mendes, por exemplo, definiu como “fora de razão” o argumento, pois que, em sua opinião, implicava que uma infração da lei justificasse outra, a ela posterior¹⁸². Manifestando-se sobre este mesmo ponto na sessão de 15 de julho, Castro e Silva perguntaria a seus colegas:

[...] um crime poderá justificar outro crime? Quem não vê, senhores, que o governo criando comissões militares depois de jurada a constituição, alterou contra a mesma constituição usurpando o poder legislativo, e ainda mais criando um tribunal que nem mesmo se provou? E de um atentado tal ousa-se argumentar como de um ato legal para se sustentar que o ministro da guerra não é criminoso, por isso que os seus antecessores que cometeram o mesmo, o não foram?¹⁸³

Em vários dos discursos pronunciados nessa direção, foi recuperada também a tramitação do projeto de lei de abolição dos juízos privilegiados, recusando-se que a

¹⁸² APB-CD, sessão de 6 de julho de 1829; p. 49.

¹⁸³ APB-CD, sessão de 15 de julho de 1829; p. 119.

tentativa de aprovação de seu art. 2º implicasse no reconhecimento da ausência de proibição às comissões militares no país. Consoante Xavier de Carvalho:

Porque a câmara deixou de acusar este ou aquele ministro prevaricador, (o que talvez ainda faça ou ao menos eu tenho muita tenção de o fazer) porque deixou de acusar, digo, os ministros refratores e que criaram comissões militares de 1824 e 1825, não pode hoje acusar um ministro mais infrator, mais criminoso que criou uma comissão militar em 1829, depois desta augusta câmara se ter declarado contra tais comissões? E desculpa-se com um artigo de uma lei que não passou, que as anulava, o que eu achava desnecessário, porque a constituição expressamente as tinha proibido; e diz-se que é nossa obrigação declarar? Oh! Sr. presidente, que triste obrigação!¹⁸⁴

Na opinião desses representantes, pelo contrário, uma vez que a aprovação do art. 2º nas duas Casas do Parlamento (entre 1826 e 1828), confirmara a oposição da maioria dos representantes às comissões militares e seu reconhecimento da inconstitucionalidade da medida, ao recorrer a essas comissões em 1829, o ministério comprovava seu completo despreço pela opinião pública nacional. Independentemente da existência, ou não, de legislação específica sobre o assunto, portanto, para estes representantes, os debates realizados na conjuntura de elaboração da lei de abolição dos juízos privilegiados eram prova suficiente da interpretação majoritária da questão na Assembleia, ficando patente que, ao recorrer a essas mesmas medidas em 1829, o poder Executivo confrontava abertamente o Legislativo nacional¹⁸⁵.

Para os defensores do ministro da Guerra, no entanto, seguia inadmissível que, não tendo sido consideradas criminosas, em período anterior, atitudes em tudo semelhantes às tomadas por Oliveira Álvares, fossem elas agora suficientes à sua incriminação. Insistiam, ainda, que não houvera dolo na atuação do ministro, uma vez que as comissões militares haviam sido criadas em defesa do trono e da constituição, diante de uma inegável rebelião, não abarcando nenhum intuito criminoso de sua parte; destacando, ademais, que da formação daquele tribunal não havia decorrido praticamente nenhum efeito na província de Pernambuco¹⁸⁶.

Para os defensores da acusação, no entanto, na conjuntura de abertura dos trabalhos legislativos a que se referiam os apoiadores do ministro, inexistia o

¹⁸⁴ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1829; pp. 70-71.

¹⁸⁵ Falando na sessão de 16 de julho, assim se manifestaria o deputado Feijó sobre a questão: “Se neste artigo da lei [art.2º da lei dos foros] se diz que não se poderão crear mais comissões militares, apesar de não ser sancionada a lei, não foi ao menos o ministro contra a opinião da assembléa geral, a qual reconheceu que as comissões militares estavam proibidas pela constituição?”. APB-CD, sessão de 16 de julho de 1829; p. 124.

¹⁸⁶ Ver especialmente os discursos de Souza Melo na sessão de 15 de julho de 1829 e Calmon du Pin em 17 de julho.

instrumento de que podiam se servir agora para a acusação do ministério: a lei de responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado. Para além disso, firmavam-se no fato de que, previamente à abertura da Assembleia nacional, ficava diminuída a gravidade de tais crimes, uma vez que não incorriam, como agora, na usurpação das atribuições do poder Legislativo¹⁸⁷. Na opinião desses representantes, portanto, houvera sim dolo na atuação de Oliveira Álvares, pois que eram explícitos os crimes em que ele incorrera ao determinar a criação de uma comissão militar no país¹⁸⁸.

Se ambos os contendores admitiam, portanto, a ausência de leis a fixarem um único e irrecusável entendimento sobre a questão, deduziam diferentes efeitos de tal ausência. Para os acusadores do ministro, na inexistência de uma lei a expressamente autorizar a formação de comissões militares no Brasil, o recurso a tal medida implicava crime de intromissão nas atribuições do poder Legislativo, previsto na lei de responsabilidade e passível de punição¹⁸⁹. Já para os defensores de Oliveira Álvares, a ausência de legislação proibindo manifestamente as comissões, o absolvía de culpa, uma vez que, “Não há lei definida nem crime definido, e na dúvida, segundo a máxima de direito criminal, o juiz deve antes absolver que condenar”¹⁹⁰. Nas palavras de Clemente Pereira:

A força destes argumentos é irresistível; e pelo menos há de concluir-se deles, que a proibição das comissões militares é duvidosa; e como ninguém pode ser condenado senão em virtude de uma lei clara, positiva e liberal, o ministro da guerra não pode ser acusado sem injustiça manifesta. A inalterável sustentação deste principio faz a mais solida garantia das liberdades individuais nos governos livres; e nele fazem consistir os ingleses a excelência da sua constituição [...].¹⁹¹

Os defensores de Oliveira Álvares sustentariam, então, a necessidade de elaboração de leis que regulamentassem o §35 do art. 179 e declarassem explicitamente a proibição da formação de comissões militares no país, ainda quando

¹⁸⁷ Nas palavras de Costa Aguiar: “Notai, senhores, que nós estamos reunidos em virtude da constituição, e que nada podemos fazer além do que ela prescreve e manda. Ela consagra a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros que têm por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Ela marca quais os casos em que se podem dispensar por tempo determinado algumas das formalidades que garantem a liberdade individual. Uma lei, pois, feita pelo poder legislativo fora destes casos, não pode ser lei, ela jamais teria o cunho de justa e de necessária. Nada há que possa autorizar-nos a mandar matar os réus sem as formalidades legais. [...] É tudo isto o que fez o ministro, e é aquilo que o corpo legislativo não pode fazer, como tenho demonstrado”. APB-CD, sessão de 7 de julho de 1829; p. 73. Falando na sessão de 18 de julho, Teixeira de Gouveia recusaria tal argumento por considerar que, nos casos de aplicação do §35 do art. 179, o governo passava a exercer provisoriamente as atribuições do poder legislativo, podendo, portanto, atuar da maneira necessária e imune a acusações de usurpação. APB-CD, sessão de 18 de julho de 1829; pp. 156-157.

¹⁸⁸ Ver especialmente o discurso de Castro e Silva na sessão de 15 de julho de 1829.

¹⁸⁹ Ver o discurso de Lino Coutinho na sessão de 16 de julho de 1829; pp. 122-123.

¹⁹⁰ APB-CD, sessão de 17 de julho de 1829; p. 138. Fala do deputado Cruz Ferreira.

¹⁹¹ APB-CD, sessão de 16 de julho de 1829; pp. 127-128.

suspensas as garantias dos cidadãos. Este argumento, contudo, seria uma vez mais rebatido pelos opositores do ministro, para quem tais leis pareciam desnecessárias ante a clareza do texto constitucional a esse respeito. Consoante Lino Coutinho:

Aconselha-se que se faça uma lei para remediar esses males; e que precisão temos nós de fazer uma lei nova, quando a constituição, a primeira das leis, já proibiu tão monstruosa criação de comissões militares? Faremos nós por ventura uma lei para declararmos que o monarca é inviolável e sagrado, e que igualmente o são as câmaras legislativas? Faremos outras para especificarmos também outros muitos artigos constitucionais? Não de certo; e para que havemos de fazer uma para declarar que nunca o governo pode suspender as formalidades que garantem a segurança do cidadão? Nada mais temos a fazer, meus senhores, senão prosseguir na acusação do ministro que assim tem violado a constituição do Império: o Brasil amaldiçoa, e há de amaldiçoar por todas as gerações esses sanguinários ministros que têm criado comissões militares. (*Apoiado. Apoiado*) Tal é a voz de todo o Brasil, tal é o grito de seu ressentimento.¹⁹²

Com vistas a prover seus argumentos de substrato jurídico, parte dos políticos, particularmente aqueles defensores do ministro da Guerra, recorreu a uma série de exemplos históricos e internacionais de medidas de exceção. Mobilizaram, assim, referências de recurso a um dispositivo como o *salus populi* (com uma série de menções à história antiga de Roma), tratando ainda dos dispositivos extraordinários de que dispunham a Inglaterra (especialmente a *martial law*) e os Estados Unidos, bem como dos tribunais portugueses que teriam inspirado o Brasil.

Falando na sessão de 15 de julho, por exemplo, Cunha Matos recuperou o caso do general Jackson, presidente dos Estados Unidos, que, segundo ele, “fizera julgar em comissão militar os dois ingleses Arbuthnot e Ambristie, que foram encontrados entre os índios seminóis que no ano de 1818 iam atacar a Georgia”. Referiu-se ainda, nesta mesma fala, ao julgamento por uma comissão militar imposto, havia pouco, ao general Dorrego, governador de Buenos Aires. “E serão porventura bárbaros os habitantes dos Estados Unidos e os da república de Buenos Aires?”¹⁹³, perguntava-se o representante por Goiás, provocando claramente os ferrenhos opositores das medidas de exceção¹⁹⁴.

Pronunciando-se, aos 17 de julho de 1829, em sentido semelhante ao de Cunha Matos, Miguel Calmon du Pin e Almeida afirmou que todos os governos “solidamente construídos” possuíam meios extraordinários de “domar qualquer insurreição e castigar prontamente os péssimos súditos que pretenderem atacar o

¹⁹² APB-CD, sessão de 7 de julho de 1829; p. 69.

¹⁹³ APB-CD, sessão de 15 de julho de 1829, p. 111.

¹⁹⁴ Para maiores detalhes dos exemplos mobilizados nesta fala de Cunha Matos ver: Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit., pp. 360-361.

estado, e subverter a ordem social”. Referindo-se, assim, aos meios extraordinários de que dispunha a Inglaterra – *Mutiny act*, *Insurrection act*, e *Martial law* – e abordando brevemente o *Insurrection act* norte-americano, de 1807, Calmon afirmava:

Eis aqui os meios que têm estes dois governos. E como sem eles poder-se-á sustentar a ordem pública? Todos sabem, Sr. presidente, que os meios ordinários estabelecidos nas leis que se destinam ao regime de um estado em tranquilidade, não bastam nem aproveitam ao mesmo estado em rebelião.¹⁹⁵

Aos defensores da acusação de Oliveira Álvares, no entanto, tais exemplos estrangeiros não conformavam argumento forte o suficiente para justificar o recurso às comissões militares no Brasil. Primeiramente, por possuir o Brasil suas próprias leis e Constituição, por meio das quais ficava expressamente proibido o recurso a tribunais extraordinários, e, em segundo lugar, por não acreditarem que os abusos e injustiças cometidos em outros países deversem conformar exemplos para o caso nacional. Referindo-se ao discurso supracitado de Cunha Matos, pronunciou-se, na mesma sessão de 15 de julho, o deputado Odorico Mendes, nos seguintes termos:

Falou o mesmo ilustre deputado [Cunha Mattos] nos Estados Unidos: apontou o procedimento do general Jackson para com certos indivíduos, que foram sentenciados em comissão militar. A isso já respondeu o Sr. Maia: que homens eram esses, que por ordem do atual presidente dos Estados Unidos, foram por tal forma sentenciados? Eram estrangeiros (e espíões), que não tinham os direitos de cidadãos; e se o presidente dos Estados Unidos cometeu um erro (suponhamos) contra as leis americanas, pode isso valer como argumento para se justificarem semelhantes procedimentos no Brasil? Em todos os estados ainda os melhores constituídos, há injustiças, há abusos; mas estas injustiças, estes abusos não podem servir de guia à marcha que deve ter a câmara dos deputados.¹⁹⁶

Os deputados favoráveis à acusação de Oliveira Álvares recusavam ainda que, em sua defesa, o ministro recorresse ao princípio do *salus populi* para justificar o arbítrio em que incorrera na criação de uma comissão militar em Pernambuco.

Falando na sessão de 6 de julho, Lino Coutinho foi enfático nesse sentido, deslegitimando o argumento do ministro da Guerra de que a criação da comissão militar em Pernambuco visara a preservar a constituição e não a destruí-la. Em acordo com o representante pela província da Bahia, tal justificativa era indefensável, pois

¹⁹⁵ APB-CD, sessão de 17 de julho de 1829, p. 139.

¹⁹⁶ APB-CD, sessão de 15 de julho de 1829, p. 114. Opinião semelhante partilhava o deputado Feijó que, na sessão de 16 de julho, recusaria abertamente os diversos exemplos internacionais mobilizados pelos defensores do ministro da guerra para justificar a criação de comissões militares no país. Nas palavras de Feijó: “Hevemo-nos de regular pelo que se faz na França ou pela constituição do Brasil? Que nos importa que comissões militares sejam a coisa mais santa e a mais justa das invenções? O que resta é saber se o ministro podia criá-las.”. APB-CD, sessão de 16 de julho de 1829, p. 124.

destruir a constituição sob a alegação de defender sua existência era o ápice do absurdo. Em suas palavras:

[...] esse ministro, quando assim discorre segue as pisadas de um sanguinário de França, que talvez tenha tomado por farol, que para desculpar os crimes do terrorismo, enfaticamente dizia: - *Il faut sortir de la constitution pour pouvoir y rentrer*. – É preciso sair da constituição para depois entrar de novo: é preciso violar a constituição para melhorar e conservar. O ministro da guerra pois, quando criou a comissão militar, não foi com as vistas de conservar a constituição do império, mas sim para a derrubar quanto antes, e nisto mesmo ele atacou o trono e foi *traidor* ao monarca, porque sem constituição não há trono constitucional (*apoiados*), e porque estes irmãos gêmeos nascendo ambos juntos, não podem existir separados (*Apoiado, apoiado*).¹⁹⁷

Pronunciando-se na sessão de 15 de julho, Odorico Mendes afirmaria ainda que os defensores de Oliveira Álvares abusavam do recurso ao princípio do *salus populi*, pois que a salvação pública de Pernambuco não havia exigido, em absoluto, o sacrifício dos princípios constitucionais como se queria fazer crer. Souza França, por sua vez, na contra mão das justificativas utilizadas pelo ministro da Guerra, dizia recorrer ao mesmo princípio do *salus populi* para acusá-lo:

Ele julgou que salvava a pátria e a constituição criando um juízo em que os réus não tivessem a proteção das formulas legais: eu julgo salvar a mesma pátria e constituição tornando-o responsável por isso, obrigando-o a justificar-se em juízo por essa quebra da lei, cuja inculpação ele tomou sobre si, e de que o não podem salvar os argumentos de comparação e de crises políticas que lhe oferece a história antiga, porque além de não valerem por si mesmo uma coartada no caso, se podem retorquir com sucesso.¹⁹⁸

Disputas como estas se multiplicaram pelos debates de julho de 1829, saltando aos olhos o modo como um mesmo parágrafo constitucional e uma mesma sequência de fatos (transcorridos em Pernambuco) e reações (empreendidas pelo governo em fevereiro de 1829) fundamentaram interpretações diametralmente opostas, vigorosamente defendidas por seus partidários.

Parte dos representantes manifestou, ainda, possuir dúvidas quanto à própria necessidade que se tinha, ou não, de prever constitucionalmente as medidas extraordinárias de proteção da ordem pública. Joaquim Gonçalves Ledo, por exemplo, afirmou fundar em tais dúvidas seu voto em oposição à acusação de Oliveira Álvares. Na opinião do deputado pelo Rio de Janeiro, na ausência de leis claras no tocante às comissões militares, que fixassem a inteligência do texto constitucional e anulassem a

¹⁹⁷ APB-CD, sessão de 6 de julho de 1829, p. 61.

¹⁹⁸ APB-CD, sessão de 15 de julho de 1829, p. 131.

guardada anteriormente recebida pelas comissões de 1824 e 1825, haveria unicamente desvantagens na acusação do ministro.

Examinemos com imparcialidade todos os lados desta questão. As comissões militares nunca fizeram, é verdade, nem podiam fazer objeto de uma lei permanente: a sua criação só podia ser extraordinária, como eram extraordinários os acontecimentos que as têm reclamado: por consequência a sua existência e a sua cessação andavam na razão da existência e cessação dos males que por elas se deviam remediar. Eis aqui, Sr. presidente, o porque elas não tinham assento permanente no nosso código: mas não se segue daqui que não pudessem ser criadas, porquanto a sua repetição é consequência da repetição dos mesmos males que exigiram a primeira; e enquanto não forem clara e bem explicitamente, enquanto não for vedado o emprego desta medida, enquanto se não declararem nulos e irritos todos os decretos anteriores e seus efeitos, na criação da primeira estará sempre a razão da criação da última.¹⁹⁹

Dúvida semelhante revelou possuir o deputado José Ricardo da Costa Dormund, eleito pela província da Bahia, ao propor, na sessão de 18 de julho de 1829, que ficassem adiadas as discussões então em curso para a avaliação de um requerimento de sua autoria, redigido nos seguintes termos: “Proponho que se recomende ao governo a não continuação do emprego das comissões militares, e que tendo necessidade de medidas extraordinárias para as crises do §35 do art. 179, faça proposta das que julgar convenientes”²⁰⁰. Justificando a necessidade de tal requerimento, Dormund dizia não possuir condições de votar a acusação do ministro da Guerra (como, ao que tudo indica, de fato não votou), haja vista a confusão legislativa existente no tocante à questão.

Confessando ter considerado o ministro da Guerra, a princípio, infrator da constituição, o representante pela Bahia afirmava que o desenrolar dos debates parlamentares haviam chamado sua atenção, contudo, para o modo como a discussão do projeto da lei de abolição dos juízos privilegiados e a aplicação da lei de responsabilidade levantavam dúvidas genuínas acerca da clareza constitucional que afirmavam reconhecer alguns dos deputados quanto à proibição das comissões militares e à possibilidade de acusação do ministério²⁰¹. Da mesma opinião foi d. Romualdo Seixas, arcebispo da Bahia que, afirmando-se, a princípio, oposto à formação de comissões militares no país, dizia ter sido alertado aos muitos meandros da questão no transcorrer dos debates travados na Casa, preferindo votar

¹⁹⁹ APB-CD, sessão de 16 de julho de 1829, p. 129.

²⁰⁰ APB-CD, sessão de 20 de julho de 1829, p. 162.

²⁰¹ APB-CD, sessão de 18 de julho de 1829, p. 150.

contrariamente à acusação do ministro até que fossem elaboradas leis claras e explícitas em oposição àqueles tribunais²⁰².

Para a melhor compreensão de tal conjuntura complexa, portanto, é fundamental que não percamos de vista, para além das sutilezas dos argumentos mobilizados em tais debates, as especificidades políticas do momento em que tomaram corpo, relembrando sempre o modo como, desde a abertura extraordinária dos trabalhos da Assembleia, parte dos deputados parecia já obstinada com a acusação do ministério. Cientes de tais disputas, devemos situar os debates de julho no interior de uma disputa de mais longa data entre o Executivo e o Legislativo nacionais, destacando ainda o modo como, ante os acontecimentos de Afogados, os dois lados recorreram ao instrumental de que dispunham para a desmobilização do grupo adversário.

Falando na sessão de 6 de julho, Vasconcelos trouxe à tona a especificidade do momento vivenciado pelos deputados, chamando a atenção às diferenças existentes entre os debates de 1829 e aqueles travados quando da abertura da Assembleia, em 1826. À altura da primeira reunião do legislativo, dizia o deputado, os políticos brasileiros haviam se deixado convencer de que a moderação era a melhor arma para lidar com a difícil situação vivenciada pelo país. Agora, afirmava Vasconcelos, tal não era uma alternativa, cabendo aplicar-se o rigor a todas custas.

Em crise como a atual a moderação que se limitasse a reprovar o delito se tornaria sócia dele e responsável ao Brasil pelo desastroso futuro que o aguarda; o solo da pátria manchado com tantos crimes o purifiquem públicos e estrepitosos castigos; a responsabilidade é o único freio de ministros despóticos.²⁰³

Mais de um representante sublinhou, nesses debates, a importância do julgamento a que se procedia, conscientes de que sua decisão sobre a questão conformaria precedente a que recorreriam os futuros legisladores do país. Nesse sentido, se, para os defensores da acusação, a absolvição do ministro seguramente representaria o prenúncio de muitos abusos da Constituição no país²⁰⁴, para os

²⁰² Nas palavras do arcebispo da Bahia: “A questão que unicamente nos interessa, e de que só nos devemos ocupar, é se existe ou não uma lei clara e terminante, que especifique o delito e possa ser aplicada ao fato do ministro: e eis aqui sobre que versa a minha duvida, à vista de tudo o que tenho ouvido, achando-me portanto embaraçado na pronúncia do réu, por ser axioma em jurisprudência criminal, que nos casos ambíguos e duvidosos o juiz deve sempre preferir a sentença mais benigna e favorável ao acusado.” APB-CD, sessão de 16 de julho de 1829; p. 134.

²⁰³ APB-CD, sessão de 6 de julho de 1829, p. 58.

²⁰⁴ Falando na sessão de 6 de julho, Lino Coutinho afirmaria: “Se absolvemos hoje o ministro da guerra entregamos nossa pátria como vitima inocente ao furor e gênio sanguinário desses terríveis mandões (...)”. APB-CD, sessão de 6 de julho de 1829; p. 61. Já na sessão do dia 16, seria Feijó quem avaliaria as

opositores da acusação, a condenação do ministro desautorizaria o governo a recorrer a medidas extraordinárias de proteção da ordem pública em casos de perigo iminente, alçando, no Império, o “espírito de revolução”²⁰⁵.

Vaticinando a repetição futura dos argumentos mobilizados em defesa do ministro da guerra, Lino Coutinho ironizava os resultados de uma possível absolvição:

Mas não nos assustemos: o Sr. ministro do império votando a favor de seu colega nos assegura que não haverão mais no Brasil comissões militares, porque elas são tirânicas, ilegais, e mesmo contrárias às luzes do século; sim, fiemo-nos bem nisto: se hoje sai absolvido o ministro da guerra, amanhã criando-se outras se argumentará com esta absolvição, e se dirá que em Julho de 29 o ministro da guerra foi julgado inocente criando commissões militares, e por isso sua criação não é um crime: em semelhante matéria o único fiador é a constituição que bem claro fala, e não esses ministros que só nos pretendem iludir com as suas boas palavras: quantas vezes nesta casa eles e os seus antecessores não nos têm prometido de serem mais cuidadosos nos seus deveres de zeladores da fazenda pública em suas gerências, e o que tem acontecido apenas viramos costas? Arbitrariedades e mais arbitrariedades, desperdícios, etc.²⁰⁶

Ao final da sessão do dia 18, posta a votos a acusação contra o ministro da Guerra, venceu, por 39 votos a 32, que não tivesse lugar a denúncia²⁰⁷.

Para além da riqueza e profusão dos argumentos especificamente mobilizados de cada lado da contenda – remetendo, com frequência, a discussões e conjunturas previamente analisadas por nós –, os debates de julho de 1829 interessam-nos por revelarem as disputas políticas travadas em torno do §35 do art. 179 e, mais que isso,

consequências futuras da não acusação do ministro, pintando um quadro sombrio em acordo com o qual não só ficariam permitidas no futuro as comissões militares, como deslegitimadas as garantias constitucionais dos cidadãos. APB-CD, sessão de 16 de julho de 1829; p. 132.

²⁰⁵ Consoante o ministro Miguel Calmon du Pin: “Este espírito de revolução (ousou dizê-lo) alçará o colo; e aparecerá com fúria indomável, quando se decida nesta câmara – que o governo em casos de rebelião, deva apenas mandar prender sem culpa formada, e nada mais – que o governo não possa, nos mesmos casos, empregar algum meio extraordinário – que o governo enfim seja pacífico espectador de uma insurreição contra o estado e o trono; sem que deva prevenir os males que dela resultarem; e sem que possa castigar os seus cabeças, e escarmentar de pronto os seus comparsas.” APB-CD, sessão de 17 de julho de 1829, p. 141.

²⁰⁶ APB-CD, sessão de 16 de julho de 1829, p. 124.

²⁰⁷ A lista dos deputados que votaram por cada uma das posições encontra-se transcrita, em nota, ao final da sessão do dia 18 de julho, p. 161. São extremamente interessantes os comentários que, sobre o resultado dessa votação, publicou o periódico *Aurora Fluminense*, em edição de 22 de julho de 1829. Nas palavras de Luis Henrique Rechdan, “no periódico *A Aurora Fluminense*, [...] na seção *Variedades-correspondência*, logo após a votação final contra a acusação de Oliveira Álvares perante o Senado, foi publicada a carta de *Um simples curioso* na qual um leitor do jornal expressava sua admiração pelo fato de, na sessão legislativa do dia 18 último, apenas sete dos trinta e nove deputados que votaram contra a acusação do titular da pasta dos Negócios da Guerra terem sido, até aquele momento, reeleitos para a Segunda Legislatura: Calmon, Teixeira de Gouveia, Clemente Pereira, Ledo, Miranda Ribeiro, Cunha Matos e Mendes Ribeiro. Ao passo que, expunha o *simples curioso*, dos trinta e dois deputados que se posicionaram a favor da acusação, apenas nove não tinham sido reeleitos: Salgado, Machado d’Oliveira, Nunes Pires, Paula Cavalcanti, Assis Barbosa, Costa Vilar, Barbosa, Souza França e Avelino.” Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit.; p. 371.

as diferentes possibilidades de interpretação do dispositivo. Apontam, nesse sentido, aos diferentes usos do Direito e de “técnicas jurídicas” no jogo político parlamentar, levantando ainda uma série de questões bastantes interessantes concernentes, por um lado, à dita indeterminação do Direito, ou seja, à ausência, muitas vezes, de uma leitura única, fixa ou “correta” das regras do Direito, e, por outro, à necessidade de atentarmos à sua autonomia relativa, ou seja, ao modo, ou à medida em que, ainda manipulados no interior de candentes disputas políticas, dispositivos jurídicos como o previsto pelo §35 mantinham uma lógica interna infensa às turbulências conjunturais.

Chama a atenção, assim, que os ministros e deputados brasileiros envolvidos na contenda, analisando um mesmo conjunto de acontecimentos e partindo de um mesmo arcabouço legal, tenham mobilizado compreensões tão diversas no tocante à suspensão de garantias – particularmente aos limites inerentes à sua execução – e à admissão, ou não, quando de sua aplicação, da formação de comissões militares. Estrutura argumentativa que veremos repetida nos debates travados sobre o tema pelos anos subsequentes e que, afinal, parecem dizer algo importante sobre o próprio dispositivo de suspensão das garantias constitucionais, tal como previsto na Carta brasileira de 1824, sua plasticidade e os usos que dele fizeram os diferentes grupos em disputa na arena política nacional.

Os debates sobre o §35 do art. 179 exemplificam, ainda, o modo como a doutrina constitucional foi realizada nos primeiros anos do Império brasileiro, num contexto em que, na ausência tanto de textos doutrinários produzidos internamente, quanto de jurisprudência constitucional no país, as regras constitucionais foram construídas no Parlamento, no dia a dia da política. Fato que, se tem muito de interessante por revelar os diferentes meandros dessa construção interpretativa sobre a Carta de 1824, apresenta também muitos desafios ao historiador e, particularmente ao historiador do Direito, por tratar-se de cenário em que temáticas e discussões propriamente jurídicas se misturavam, como não poderia deixar de ser, a questões políticas conjunturais. Cenário, portanto, em que os representantes do país (muitos deles bacharéis em Direito, mas muitos outros com formação totalmente diversa), fizeram, talvez sem o saber, doutrina constitucional e política, simultaneamente, o que certamente trouxe uma série de particularidades e curiosidades a questões como a da aplicação da suspensão de garantias no Império do Brasil.

A despeito da vitória conquistada no episódio, o governo de Pedro I saiu enfraquecido da contenda travada com os parlamentares entre maio e julho de 1829.

Poucos dias após sua absolvição, Oliveira Álvares deixou o ministério da Guerra, substituído por Clemente Pereira. Para além disso, a abertura da denúncia e a divulgação do repúdio da classe política aos desmandos do governo, fortaleceram os opositores do imperador, dando esteio ao enfrentamento aberto contra o governo a partir do início da segunda legislatura, que, vale enfatizar, sofrera ampla renovação, compondo-se majoritariamente, doravante, por políticos de oposição ao imperador²⁰⁸.

Foi justamente a legislatura renovada de 1830 a responsável por analisar, assim, os efeitos do novo decreto de suspensão das garantias constitucionais aprovado pelo Executivo brasileiro, em 31 de outubro de 1829, para lidar com as primeiras movimentações daquela que, alguns anos mais tarde, ficaria conhecida como a Revolta de Pinto Madeira, transcorrida no interior do Ceará²⁰⁹. Nesta ocasião, uma vez mais, a iniciativa de suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos partiu do ministério, no interregno das reuniões do Legislativo nacional, dando azo, ainda que em proporções bastante inferiores às daquelas de 1829, a interessantes debates entre os representantes da segunda legislatura.

Antes de passarmos ao seu exame, vale sublinhar, por fim, que, a despeito da absolvição do ministro da Guerra, as graves consequências geradas pelos decretos de fevereiro de 1829 e, particularmente, pela criação de uma comissão militar em Pernambuco, parecem ter contribuído à fixação de uma interpretação já ensaiada anteriormente pelos deputados brasileiros, em acordo com a qual a criação de tribunais de exceção não figurava entre as medidas autorizadas pela aplicação do §35 do art. 179. Assim sendo, nas próximas ocasiões em que se recorreu à suspensão das garantias no país, ainda no Primeiro Reinado e pela história imperial adentro, o Executivo e o Legislativo brasileiro prescindiram da criação de semelhantes tribunais.

Para Adriana Barreto de Souza e Angela Moreira Domingues da Silva, a extinção das comissões militares no país esteve relacionada tanto ao que denominaram, um tanto evasivamente, de “avanço liberal” no país após 1831, quanto ao fracasso da iniciativa portuguesa de inícios do século XIX de regulamentação do

²⁰⁸ Para uma análise da importância e significados desse episódio no âmbito da imposição de freios, pelos representantes, aos atos ministeriais ver: Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit., pp. 366-389. Em sua tese, Rechdan realiza também uma interessante leitura teórica da questão da responsabilidade dos ministros de Estado. Sobre este ponto ver particularmente o Capítulo 1; pp. 20-106.

²⁰⁹ Sobre a Revolta de Pinto Madeira ver: João Alfredo de Sousa Montenegro. *Ideologia e Conflito no Nordeste Rural (Pinto Madeira e a Revolução de 1832 no Ceará)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976; Manoel Correia de Andrade. *Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira*. Recife: Editora Nordeste, 1953; e Sócrates Quintino da Fonseca Brito. *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

foro militar e elaboração de um código penal militar. Desprovida de tais instrumentos, afirmam as autoras, a justiça militar no país teria se mantido sob o “domínio do arbitrário” e, nessas condições, o aparato militar podia ser acionado para o julgamento de réus civis, fato que, possivelmente, tornou obsoleta a necessidade de recurso às polêmicas comissões militares²¹⁰. Mais à frente nesta tese, veremos como, no final da década de 1830, novas iniciativas foram articuladas pela classe política no sentido de uma recuperação das possibilidades de aplicação da legislação militar na repressão a turbulências políticas e no julgamento dos rebeldes do país.

1.4. O decreto de 31 de outubro de 1829 e os debates sobre a suspensão de garantias no Ceará

De cariz absolutista, as agitações que deram origem ao decreto de 31 de outubro vinham sendo comunicadas pelas autoridades cearenses ao governo brasileiro desde fins de agosto de 1829. Por meio de tais comunicações, dava-se parte ao Governo da existência de milhares de homens armados, no interior da província, sob a chefia do coronel Pinto Madeira, com intuítos de “instalação do absolutismo” no país.

As primeiras notícias de uma reunião de homens nas vilas de Icó, Crato e Jardim, sob o comando de Pinto Madeira, foram enviadas ao ministro dos negócios do Império do Brasil, José Clemente Pereira, entre finais de agosto e meados de setembro de 1829²¹¹. Nestes documentos, diferentes autoridades do Ceará, dentre as quais o presidente da província, Manuel Joaquim Pereira da Silva, deram parte das movimentações empreendidas por Pinto Madeira, chegando-se a afirmar que o coronel dispunha de cerca de seis mil homens para a execução de seus intentos, continuando a “ajuntar mais para proclamar o despotismo”.

Aos 28 de outubro de 1829, o Conselho de Estado se reuniu para discutir a matéria, cabendo a José Clemente Pereira apresentar o conteúdo dos ofícios a ele encaminhados pelo presidente da província. Na ocasião, o ministro do Império informou seus colegas da reunião de “cerca de 4 mil homens” pelo coronel Pinto Madeira e “outros de sua facção”, com o objetivo de “extinguir o sistema adotado, e jurado, de um governo constitucional representativo, e instaurar a monarquia pura, e simples”. Em acordo com o presidente do Ceará, dizia Clemente Pereira, a doutrina

²¹⁰ Adriana Barreto de Souza e Angela Moreira Domingues da Silva. Op. cit., 2016; pp. 367-369.

²¹¹ *Ofícios a José Clemente Pereira relativos às desordens ocorridas na província do Ceará, sob o comando do coronel Joaquim Pinto Madeira*. Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 31 docs; Cota I-31,05,002.

pregada por Pinto Madeira espalhava-se rapidamente pelo sertão da província, parecendo-lhe urgente “proceder a tal respeito como fosse de justiça”, demandando do governo as providências e ordens que pudessem “atalhar os males de uma guerra civil”²¹².

Ordenando o imperador que, frente a tais notícias, o Conselho de Estado interpusse parecer, chama a atenção o modo como, em suas falas, os conselheiros cuidaram em realizar uma série de ponderações acerca das medidas a serem empreendidas no Ceará.

Nos votos daqueles que se colocaram favoráveis à aplicação do §35 do art. 179 (os marqueses de Santo Amaro, Baependi, Caravelas, Paranaguá e o conde de Lages), apareceram desde menções à cautela que os “excessos” de absolutismo deveriam inspirar no governo – assim como já haviam inspirado os excessos de “democracia”, “igualmente nocivos”, em suas palavras –, até a defesa de que se cuidasse em suspender unicamente a parcela “necessária” das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos, mas nunca todas elas.

Outros conselheiros, por sua vez, votando contrariamente à execução do §35 naquela circunstância, alegaram a inconveniência da aplicação de medidas extraordinárias previamente à aparição de “fatos demonstrativos de uma rebelião, ou invasão de inimigos, que são os casos lembrados na mesma constituição para se prescindirem das formalidades estabelecidas”. Na opinião destes conselheiros, os marqueses de Inhambupe e Queluz, antes de se proceder a qualquer medida extraordinária, cabia que fossem expedidas determinações ao presidente da província, instando-o a empreender, por outros meios, o restabelecimento da ordem. Em seus votos, os marqueses defenderam ainda que, contra os autores de tais crimes, se procedesse em conformidade com as leis existentes, “mandando examinar o fato devassamente e entregando os réus ao poder Judiciário, da Relação do Distrito, para serem julgados pelos meios ordinários como fosse de justiça”²¹³.

É visível, portanto, na fala de conselheiros favoráveis e contrários à aplicação do §35 no Ceará, a prudência com que a matéria foi avaliada pelo Conselho de Estado, com nítida influência dos recentes episódios vividos pelo país. Para além do impacto desempenhado pelos problemas advindos da suspensão de garantias e formação de comissão militar em Pernambuco, é preciso que também conjecturemos o quanto o cuidado dos conselheiros, nesta ocasião, esteve relacionado à particular

²¹² *Atas do Segundo Conselho de Estado (1823-1834)*; Sessão 35ª.

²¹³ *Idem*. *Ibidem*.

natureza dos movimentos em curso no Ceará. Como analisaremos em maiores detalhes à frente, os procedimentos adotados pelo governo ante os acontecimentos no Ceará, e o pronunciamento de alguns parlamentares nos debates travados sobre o assunto em inícios de 1830, oferecem elementos para que questionemos se o caráter absolutista dessas desordens não teria influenciado o maior pudor dos conselheiros em aplicar, ali, a suspensão de garantias, com as movimentações de Pinto Madeira e seus subalternos configurando ameaça menos grave, a seus olhos, que o pretense levante republicano de alguns meses antes.

Chama a atenção, nesse sentido, que, manifestando-se na votação do Conselho de Estado de outubro de 1829, o marquês de Queluz tenha se posicionado contrariamente à aplicação da suspensão de garantias no Ceará. E isso não apenas porque votara favoravelmente à mesma medida em Pernambuco, em fevereiro de 1829²¹⁴, mas, especialmente, por ter defendido vigorosamente no Senado, em junho de 1828 (quando dos debates sobre o art. 2º da lei de abolição dos juízos privilegiados), a prerrogativa de criação de comissões militares no país quando do recurso ao §35 e, mais do que isso, a prerrogativa que, em sua opinião, possuía o poder Executivo de, em tais conjunturas, dispensar a totalidade das garantias constitucionais dos cidadãos²¹⁵.

Por meio de decreto exarado aos 31 de outubro de 1829, assinado pelo ministro da Justiça Lucio Soares Teixeira de Gouveia, decidiu-se, de todo modo, pelo recurso ao §35 no Ceará, cabendo observar, contudo, as diferenças existentes entre este decreto e os vários outros, de conteúdo semelhante, que o precederam no país.

Constando-me, por ofício do Presidente do Ceará, que alguns indivíduos esquecidos do seu solene juramento ao Governo Constitucional, que felizmente rege este Império, e que em muito desejo manter, atentavam contra a sua existência, a fim de proclamarem ali o Governo absoluto, e exigindo a segurança do Estado, que em tais circunstâncias, atenta a distância em que se acha a referida província, se adotem prontas e enérgicas medidas, não só para extirpar e punir na sua origem tão horroroso crime, como para fazer cessar o progresso de seus terríveis efeitos: Hei por bem, tendo ouvido o Meu Conselho de Estado, e na conformidade do artigo 179, §35 da Constituição, ordenar que, **no caso de se ter desgraçadamente realizado tão detestável projeto**, se suspendam provisoriamente na sobredita Província, **por tempo de seis meses (se antes se não tiver conseguido o restabelecimento da ordem, e a perfeita**

²¹⁴ Para além do marquês de Queluz, votou contrariamente à suspensão das garantias no Ceará o marquês de Inhambupe, que também apoiara o recurso ao §35 em Pernambuco em fevereiro de 1829 (opondo-se, no entanto, em junho de 1828, à legalidade da criação de comissões militares no país). Fazendo o percurso inverso a esses conselheiros, o marquês de Santo Amaro, contrário à suspensão de garantias em consequência do levante de Afogados, defendeu, em outubro de 1829, o recurso a esta medida no Ceará.

²¹⁵ Ver: ASIB, sessão de 10 de junho de 1828; p. 217.

tranquilidade dela) os parágrafos quarto, sexto, sétimo, oitavo, nono e décimo do citado artigo, para que sem as formalidades nele marcadas, se possa proceder contra quaisquer pessoas complicadas nesse delito, ficando todos os mais em seu inteiro vigor.²¹⁶

Como fica patente pelo conteúdo do documento, decidindo o governo brasileiro, novamente, pela aplicação da suspensão de garantias no país, cobria a medida de vários dos cuidados de que fora recentemente acusado de ignorar, fixando o prazo de seis meses para sua vigência e prevendo, pormenorizadamente, os parágrafos do artigo 179 cuja dispensa ficava admitida no Ceará.

Ao recorrer, no entanto, à suspensão dos §§4º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do artigo 179, o decreto de 31 de outubro de 1829 admitia, dentre as formalidades passíveis de suspensão na província, aquelas concernentes às liberdades de expressão e imprensa (§4º), à liberdade de ir e vir (§6º), à inviolabilidade do lar (§7º), à proibição de prisão sem culpa formada (§8º), ao direito de fiança (§9º) e à proibição de prisões senão por ordem escrita de autoridade competente (§10º), reforçando, em certa medida, uma visão sobre o §35 do art. 179 que se aproximava mais da decisão pela absolvição do ministro da Guerra, em julho daquele ano, que do entendimento restritivo que deputados e senadores pareciam haver dado a este dispositivo nos debates travados entre 1826 e 1828.

Ou seja, se ao final de 1828 parecia ter-se plasmado na Assembleia uma compreensão da medida de suspensão de garantias, em acordo com a qual ficava admitida sua restrição, quando muito, à dispensa dos §§7º, 8º, 9º e 10 – concernentes, respectivamente, à inviolabilidade do lar e a medidas relativas à prisão dos delinquentes –, os acontecimentos de 1829, a recusa à denúncia de Teixeira de Gouveia e a absolvição de Oliveira Álvares, parecem ter aberto novamente as vias a uma utilização mais ampla do dispositivo no país.

Ante a legislatura renovada de 1830, no entanto, composta por uma maioria de deputados opostos ao regime de Pedro I, o Executivo seria novamente cobrado, em alto e bom som, pelo recurso à suspensão de garantias no Ceará. Desta vez, ainda que os deputados não tenham se debruçado propriamente sobre o conteúdo do decreto de 31 de outubro (como haviam feito os representantes da legislatura anterior sobre os diplomas de fevereiro), não ficariam indiferentes à extensão das garantias dispensadas

²¹⁶ “Decreto de 31 de outubro de 1829. Manda suspender por seis meses na província do Ceará as formalidades constitucionais que garantem a liberdade individual”. *CLIB de 1829*. Parte II; pp. 309-310. Grifos meus.

pelo documento e a seu desacordo com os compromissos previamente firmados na Casa em torno à aplicação do §35.

Ao longo de maio, junho e julho de 1830, portanto, o tema esteve presente na pauta dos representantes brasileiros, fundamentando, inclusive – juntamente a outras justificativas –, uma tentativa de invalidação do diploma de José Clemente Pereira para o exercício de seu cargo de deputado. Ao longo destes debates, os representantes do país chamaram ainda a atenção à inércia do governo ante os intentos absolutistas de que se tinha notícia, em parte das províncias do Norte, desde pelo menos 1828, questionando a permissividade com que o ministério tratara as sociedades secretas que tramavam o fim da monarquia constitucional (caso, diziam, da Coluna do Trono e do Altar) e as diversas movimentações nesse sentido, seguidamente denunciadas ao governo.

No que tange à oposição, propriamente dita, ao decreto de 31 de outubro, Vasconcelos foi o primeiro representante a se manifestar nessa direção, quando de uma discussão, ainda nas sessões preparatórias de abril, acerca da validação do diploma de deputado de Teixeira de Gouveia. Avaliando, neste contexto, a atuação do antigo ministro da Justiça do país, Vasconcelos taxou-o de “assassino das garantias brasileiras”, lembrando que o ministro “as suspendera todas em Pernambuco” e, ciente do erro cometido, fora “emendar a mão” no decreto passado para o Ceará. Este, por sua vez, na opinião de Vasconcelos, “para além dos milhares de erros e crimes que encerra”, possuía o grande defeito de suspender a liberdade de imprensa e de expressão naquela província pelo espaço de seis meses, emudecendo e forçando todos os cearenses, por aquele período, a uma completa “nulidade política”²¹⁷.

Na Fala do Trono enunciada pelo imperador aos 3 de maio de 1830, o ocorrido no Ceará foi mencionado unicamente nos seguintes termos: “O meu ministro e secretários dos negócios da justiça, na forma que a constituição manda, vos fará saber os motivos que obrigaram o governo a suspender temporariamente algumas das garantias individuais na província do Ceará”²¹⁸.

Aos 7 de maio, os Anais da Câmara registraram a leitura de ofício do ministro da Justiça, remetendo à Casa a cópia do decreto de 31 de outubro, bem como de documentos e outras medidas tomadas para lidar com a ameaça de proclamação

²¹⁷ APB-CD, sessão preparatória de 29 de abril de 1830; p. 37.

²¹⁸ O ministério da Justiça, a esta altura, era encabeçado pelo visconde de Alcântara (João Inácio da Cunha). Lembrando que o ministério anterior de Pedro I, conhecido como “ministério dos marqueses”, alvo de tantos descontentamentos e acusações, fora integralmente substituído pelo imperador aos 4 de dezembro de 1829.

absolutista no interior do Ceará. Os documentos entregues pelo ministro (aos quais não tivemos acesso) foram remetidos à comissão de guarda da constituição, composta pelos deputados José Martiniano de *Alencar* (CE), *Ernesto* Ferreira França (PE) e Diogo Antônio Feijó, cujo parecer sobre o assunto foi lido na sessão de 17 de maio. Nele, os membros da comissão declararam, de saída, seu desacordo com as medidas empreendidas pelo ministério, afirmando não poder deixar de reconhecer que, ainda diante de situação supostamente atentatória à segurança do país, as deliberações tomadas pelo governo não haviam sido presididas por “circumspecta e sisuda reflexão”²¹⁹.

Nesse sentido, ainda reconhecendo os riscos oferecidos pela situação, em acordo com os membros da comissão:

[...] nada disto deveria influir o governo, para se arrogar a atribuição de privar aos cearenses de direitos tão sagrados como indestrutíveis, sem se lembrar que no §35 do art. 179, apenas se lhe concede suspender algumas das formalidades que garantem a liberdade, e nunca direitos essenciais, que formam os princípios vitais da constituição.

A comissão não pode jamais descobrir a razão porque se deva chamar formalidade, o direito de comunicar os pensamentos; de sair para fora do império, guardados os regulamentos policiais; de ter em sua casa de noite um asilo inviolável; de ser admitida a fiança nos casos da lei, que não é de certo nos casos de rebelião; e de não ser preso senão por ordem escrita de autoridade legítima. Entretanto o decreto de 31 de outubro do ano passado privou aos cearenses de todos estes direitos, chamando-os formalidades!!! E para que fim? A comissão não o descobre.²²⁰

Os membros da comissão sublinharam, assim, que as medidas de prevenção autorizadas pelo §35 se restringiam à possibilidade de prisão sem culpa formada, afirmando que, ante os acontecimentos especificamente transcorridos na província do Ceará, o governo deveria ter adotado os seguintes: a suspensão do coronel Pinto Madeira e sua remoção daquele lugar juntamente com seus comparsas; a conservação do presidente do Ceará, que grande barreira vinha fazendo aos “anarquistas da província”; e a inteira dissolução da sociedade secreta conhecida como Coluna do Trono, estabelecida em Pernambuco e ramificada pelo sertão cearense.

Apesar de reconhecer que o ministro havia abusado das limitadas faculdades proporcionadas pelo §35 (“suspendendo direitos que jamais se podem reputar formalidades”) e que não havia empreendido as medidas necessárias à interrupção do mal em curso, a comissão afirmava, por fim, que tendo em vista a urgência de outros

²¹⁹ APB-CD, sessão de 17 de maio de 1830; pp. 156-157.

²²⁰ Idem. Ibidem.

assuntos a povoarem a pauta da Casa, reservava para tempo conveniente a acusação do ministro prevaricador, optando, por ora, por seguir a marcha dos negócios que a Câmara tinha sob os olhos. Ernesto Ferreira França, liberal de cariz radical, assinou o texto “com restrições”, cabendo elucubrar se seu desacordo teria residido justamente nesta decisão de postergar uma possível acusação contra Teixeira de Gouveia, ex-ministro da Justiça do país, responsável também por este decreto.

O parecer, ao que tudo indica, nunca foi debatido pela Casa, mas seu conteúdo é suficientemente significativo do modo como, ainda em 1830, o recurso ao §35 seguia instigando os parlamentares do país e confrontando-os com as complexidades inerentes à sua doutrina e aplicação.

Diferentemente de 1829, contudo, em 1830, a acusação do ministério não foi o caminho escolhido pelos deputados que se opunham ao decreto e a seus artífices. Até porque, a esta altura, os ministros responsáveis pelos decretos de 1829 já não ocupavam mais seus cargos no Executivo²²¹. Nesse sentido, deputados antes fervorosamente partidários da abertura de denúncias, por crime de responsabilidade, contra homens como Teixeira de Gouveia e Oliveira Álvares, passaram a privilegiar – tanto no tocante aos decretos de outubro de 1829, quanto no que tangia a outras questões relacionadas à suspensão de garantias descobertas ao longo de 1830 –, não a acusação formal dos membros do ministério anterior, mas sim a execração de suas figuras e a exposição pública de seus crimes no país.

Tal não significava, portanto, que homens como Vasconcelos, Lino Coutinho, Custódio Dias, Ernesto Ferreira França e Holanda Cavalcanti deixariam passar em branco os “crimes do ministério transato”, como não cansavam de falar. Na nova conjuntura política nacional, em que formavam maioria na Câmara baixa, os representantes da oposição parecem ter apostado, se não na acusação dos ex-ministros, na invalidação de seus diplomas de deputado, já que alguns deles haviam se elegido para a segunda legislatura.

Desde a abertura dos trabalhos parlamentares de 1830, portanto, a validação dos diplomas de figuras Teixeira de Gouveia, Oliveira Álvares e Clemente Pereira (que assumiu o ministério da Guerra após demissão de Oliveira Álvares, estando à

²²¹ Em dezembro de 1829, o ministério responsável pela emissão dos decretos de fevereiro e outubro de 1829, foi substituído por outro, com o marquês de Caravelas à frente da pasta do Império (substituído em agosto de 1830 pelo visconde de Alcântara), Miguel Calmon du Pin e Almeida como ministro dos negócios Estrangeiros, o visconde de Alcântara no ministério da Justiça, o marquês de Barbacena como ministro da Fazenda, o conde do Rio Pardo na pasta da Guerra e o marquês de Paranaguá na da Marinha.

frente desta pasta quando dos acontecimentos do Ceará), esteve na pauta dos representantes nacionais, dando azo a fartas discussões acerca da viabilidade de se aceitar, ou não, na “Casa do povo”, homens que haviam provado, por mais de uma vez, sua inimizade à causa nacional e à Constituição do país.

Nas sessões preparatórias de abril de 1830, chegou-se a demandar do Governo as felicitações pretensamente enviadas ao imperador, por diferentes Câmaras municipais do país, pela demissão do ministério em dezembro de 1829, afirmando-se que tais felicitações seriam prova suficiente da impossibilidade de seus titulares ocuparem, agora, cargos junto à representação nacional²²².

O debate sobre esta possibilidade, por sua vez, levou parte dos representantes a questionar as prerrogativas de que dispunham, ou não, para invalidarem os diplomas de colegas cujas eleições haviam transcorrido dentro da normalidade. Assim, para alguns deles, tratando-se, por exemplo, de Clemente Pereira e Oliveira Álvares – acusados de contrariedade ao regime representativo e de tentativa ou, ao menos, conivência com a instalação de um regime absolutista no país, mas cujos diplomas, a princípio, não apresentavam irregularidades –, a melhor alternativa era a de se proceder via acusação formal, por crime de responsabilidade, e não por meio da invalidação de seus diplomas²²³.

Para os representantes que defendiam a alternativa de cassação dos deputados, por sua vez, proceder à acusação formal dos ex-ministros resultaria, necessariamente, em perda de tempo. Por um lado, ponderavam possuir a Câmara questões muito mais urgentes a resolver, por outro, destacavam ser de conhecimento público as estratégias tramadas pelo Governo para a não acusação de seus ministros, tal como havia ocorrido, afirmavam os deputados, no julgamento do ex-ministro da Guerra, Oliveira Álvares, em 1829.

²²² O requerimento, de autoria do deputado Custódio Dias, foi apresentado à Câmara, pela primeira vez, na sessão preparatória de 27 de abril de 1830 e retomado na sessão do dia 29, quando já se tratava especificamente da validação do diploma de Clemente Pereira. Nesta ocasião, após solicitação de Paula Souza para que Custódio reapresentasse seu pedido, o deputado assim se manifestou sobre a questão: “Ninguém ha que se não tenha indignado com o procedimento do pretérito ministério, supondo-o anti-constitucional e propenso a favorecer o governo despotico, por atacar em todos os princípios a constituição jurada; este é o motivo por que requeiro ao governo mande os officios e felicitações feitas a Sua Magestade, que remetterão algumas câmaras”. APB-CD, sessão preparatória de 27 de abril de 1830; p. 20; e sessão preparatória de 29 de abril de 1830; p. 40.

²²³ Era esta, por exemplo, a opinião de Paula Souza, que, falando na sessão de 29 de abril, considerava que a validação dos diplomas dos deputados independia, por exemplo, da avaliação dos documentos requisitados por Custódio Dias, uma vez que, destes documentos, tirar-se-ia, ou não, uma acusação formal por crime de responsabilidade contra o ministério anterior, enquanto o que se avaliava naquele momento específico era a legalidade, ou não, dos diplomas de deputado desses ex-ministros, devendo a Câmara ater-se, por ora, a esta questão. APB-CD, sessão preparatória de 29 de abril de 1830; p. 40.

O episódio do julgamento do ex-ministro foi, assim, recuperado por diversas vezes pelos deputados entre maio e junho de 1830, com múltiplas referências ao modo como o imperador, seus ministros e os militares do país atuaram e tramaram no sentido de impedir aquela acusação. Nas ocasiões em que abordaram a questão, os deputados da oposição lamentaram o ocorrido e se mostraram indignados ante a impunidade em que haviam ficado os ministros responsáveis pelos decretos pernambucanos de fevereiro de 1829²²⁴, ao mesmo tempo em que, fundados nessa tentativa malograda, puseram de lado a possibilidade de uma nova acusação.

A validação dos diplomas de Oliveira Álvares e Clemente Pereira, portanto, começou a ser julgada pelos deputados ainda em abril de 1830, decidindo-se, no primeiro caso, haja vista a complexidade da questão, pelo adiamento da matéria até a abertura das sessões ordinárias da Câmara. Já o caso de Clemente Pereira chegou a ser avaliado pela comissão de poderes da Casa, ainda em sessão extraordinária, determinando-se, em parecer emitido aos 2 de maio de 1830, que, a despeito da certeza que possuíam seus membros quanto aos crimes perpetrados pelo ex-ministro, julgavam legítimo seu diploma por inexistência de provas concretas contra ele²²⁵. O parecer vinha assinado pelos deputados Joaquim Francisco Alves Branco *Muniz Barreto* (eleito pela província da BA), Luiz Cavalcanti, Xavier de Carvalho, José Bento Leite *Ferreira de Mello* (representante por Minas Gerais) e Ernesto Ferreira França (vencido).

Para esta decisão, a comissão dizia ter avaliado uma série de documentos concernentes aos acontecimentos que deram origem ao decreto de 31 de outubro de 1829, aprovado para a província do Ceará. Tomando conhecimento de tais trabalhos, os deputados inquiriram veementemente a comissão sobre a atuação de Clemente Pereira no episódio, questionando a efetiva ausência de provas contra ele. Afinal, ainda que o ex-ministro não tivesse deixado documentos explícitos comprovando sua simpatia e incentivo à causa absolutista no país, seu imobilismo ante os comunicados

²²⁴ Ainda na sessão de 29 de abril, Vasconcelos fez menção a este episódio, afirmando ser de conhecimento público que, no momento em que se julgava a aceitação, ou não, da acusação aberta contra o ex-ministro da Guerra, em julho de 1829, “houverão insultos nas galerias, a tropa esteve em armas, e ha quem diga que alguns comandantes de corpos e mais officiaes occupavão as nossas galerias.”. Na ocasião desta fala, Vasconcelos afirmava ainda a convivência e participação de Clemente Pereira nessa movimentação contrária à liberdade parlamentar. APB-CD, sessão preparatória de 29 de abril de 1830; p. 41.

²²⁵ Consoante o parecer: “Bem previa a comissão que o ministro a quem nunca faltou a ousadia para repetidas vezes ferir a constituição do império, e talvez de todo aniquilal-a, teria também a prevenção de ocultar tudo quanto pensasse que lhe fosse prejudicial.”. APB-CD, sessão preparatória de 2 de maio de 1830; p. 61.

enviados pelo presidente do Ceará eram prova suficiente, para os deputados da oposição, de que Clemente Pereira optara por não impedir Pinto Madeira de perseguir seus intentos.

Em acordo com os registros dos *Anais da Câmara*, procedendo-se à leitura dos ofícios do presidente do Ceará e demais documentos que acompanhavam o parecer da comissão, Vasconcelos teria indagado imediatamente seus membros quanto à existência, ou não, de respostas do ministério aos ofícios de Joaquim Pereira da Silva (presidente do Ceará), em que reportara a Clemente Pereira os primeiros episódios de cariz absolutista transcorridos em sua província e seus temores acerca de tais acontecimentos, desencadeando uma série de questionamentos por parte dos deputados.

O Sr. Vasconcelos – Não há resposta do ministério a esses ofícios?

O Sr. Carneiro da Cunha – Não há mais ofícios do Sr. Clemente Pereira em resposta, há um dirigido ao ministro da justiça acerca deste negócio para que por aquela repartição tomasse as providências que julgasse convenientes.

O Sr. Paula Souza – E não aparece ofício desse mesmo senhor para a repartição da guerra?

O Sr. Carneiro da Cunha – Não; porque ele mesmo era o ministro da guerra nesse tempo.

O Sr. Paula Souza – E não aparece ofício dele em que suspendesse a esse homem [Pinto Madeira] do seu posto?

Os Srs. da Comissão – Não.

O Sr. Vasconcelos – E não houve resposta do governo senão ao ofício de 25 de Agosto?

O Sr. Barreto – Há só o ofício do Sr. Clemente Pereira que era ministro do império dirigido ao ministro da justiça e outro do atual ministro do império [marquês de Caravelas], para não por em pratica o decreto de suspensão das garantias e aprovando as medidas preventivas que o presidente da província tinha adotado.²²⁶

Para além, portanto, de não ter respondido ao presidente do Ceará quando das primeiras informações enviadas sobre os acontecimentos transcorridos no interior da província, de não ter atuado devidamente na condição de ministro da Guerra – enviando, por exemplo, tropas ao interior do Ceará–, e de não ter imediatamente suspenso Pinto Madeira de seu posto, os documentos sob análise dos deputados demonstravam que os decretos de 31 de outubro não haviam sido sequer executados, tendo-se considerado suficientes, ao apaziguamento da sublevação cearense, as medidas de prevenção empreendidas pelo presidente da província.

Ainda que esta discussão específica não tenha tido prosseguimento na Câmara, a gritante diferença de atuação do governo ante a movimentação republicana de

²²⁶ APB-CD, sessão preparatória de 2 de maio de 1830; p. 61.

Pernambuco, em fevereiro de 1829, e a ameaça absolutista no sertão do Ceará, marcaria os discursos de diversos deputados engajados na comprovação do absolutismo do antigo ministério e, especialmente, do ex-ministro do Império, fornecendo-lhes elementos para reafirmarem a incapacidade de Clemente Pereira de sentar-se ao lado dos demais representantes da nação. Para um deputado como Vasconcelos, como vimos acima, o decreto de 31 de outubro não fora mais que um arremedo, com o que ministério intentara distanciar de si a pecha de absolutista que já via recair sobre os titulares de várias de suas pastas; uma dissimulação, portanto, que não convencera a ninguém²²⁷.

O veredito da comissão de poderes sobre o diploma de Clemente Pereira – admitindo-o como deputado na Câmara brasileira, a despeito do reconhecimento de seus desacordos com a causa da monarquia constitucional no país –, entrou em discussão na sessão ordinária de 14 de maio de 1830, juntamente ao exame da admissibilidade de Oliveira Álvares (adiada no início de maio, como vimos, até a abertura dos trabalhos ordinários), debatendo-se tais questões até o dia 2 de junho do mesmo ano.

Na sessão do dia 12 de maio, no entanto, previamente ao início dessas discussões, os deputados trataram do penúltimo parágrafo do projeto de resposta à Fala do Trono, em que rendia graças ao imperador pela demissão do ministério transacto, que, conforme o texto da resposta “havia perdido a confiança pública por continuas violações da constituição e da lei e pelo terror incutido da volta do absolutismo” que, se não era real, ficara, contudo, “aparentemente justificado” por suas controversas ações²²⁸.

Nos discursos locucionados em defesa deste parágrafo, que acabou aprovado tal e qual, deputados como Lino Coutinho, *Martim Francisco* Ribeiro de Andrada (MG) e Vasconcelos confirmaram os intentos absolutistas daquele ministério, exemplificando-os com menções à criação de comissões militares em Pernambuco e referências ao imobilismo demonstrado ante as primeiras notícias de um levante absolutista no sertão cearense²²⁹. Para Vasconcelos, era indubitável que os membros

²²⁷ APB-CD, sessão preparatória de 29 de abril de 1830; p. 37. Falando deste decreto, assinado por Teixeira de Gouveia, Vasconcelos afirmaria que, por meio dele, o ministro intentara emendar os erros do decreto de 27 de fevereiro, caindo, contudo, em uma série de outras infrações legais.

²²⁸ *Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos Votos de Graças da Câmara temporária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; p. 183.

²²⁹ APB-CD, sessão de 12 de maio de 1830; pp. 124-127.

da administração anterior haviam tramado o absolutismo. “Sei tanto que o [sic] trama existiu como que estou agora fallando”, afirmaria o representante mineiro²³⁰.

Já Holanda Cavalcanti, a despeito de discordar da avaliação de que o ministério anterior visara à proclamação do absolutismo no Brasil – pois que, em sua opinião, sabiam os “velhacos” ministros que a nada levaria gritarem por absolutismo, fingindo-se, antes, constitucionais, para se manterem despoticamente no poder –, fez questão de destacar o caráter abjeto da figura à sua testa, José Clemente Pereira.

Por ventura queria ele que se gritasse o absolutismo? Não, Sr. presidente, uma das coisas que mais fez cair foi esse boato do Ceará, foi esta indiscrição de seus satélites, a sua intenção era continuar no gozo do absolutismo; ele tinha o monarca como encadeado à sua facção, contava com a câmara à sua vontade, e para isso ele usaria os subornos, eis o meio com que ele esperava levar seus planos avante; se a câmara não fosse de escravos, e que ele nada pudesse arranjar, ele dissolveria a câmara, e neste intervalo vinha com o *salus populi*, era legislador e fazia tudo quanto queria, eis aqui o sistema deste nosso inimigo, deste ministro traidor.²³¹

Foi ainda na sessão do dia 12 que veio à tona pela primeira vez, em uma fala de Vasconcelos, a referência ao fato de os decretos de 27 de fevereiro de 1829 – tanto o de suspensão de garantias, quanto o de criação de comissão militar em Pernambuco – terem sido estendidos a outras províncias do Império do Brasil, sem que tal extensão se tivesse feito pública no país²³².

A partir do dia 14, enfim, avaliando-se os diplomas de Clemente Pereira e Oliveira Álvares, toda esta série de acusações contra os ex-ministros veio novamente à tona na Casa, desenvolvendo-se no decorrer das sessões subsequentes. Ao longo desses debates, como dissemos, prevaleceu uma avaliação de fundo dos parlamentares acerca das prerrogativas de que dispunham, ou não, para a invalidação dos diplomas de seus colegas. Para os representantes contrários a tal medida, a interdição à posse de membros legalmente eleitos à Câmara abriria um precedente perigoso no país. Ademais, parte significativa dos deputados favoráveis à aceitação de Clemente Pereira e Oliveira Álvares, na Casa, defendia a inexistência de provas suficientes de sua vinculação ao absolutismo e de suas tramas contrárias à monarquia constitucional representativa. Posicionaram-se nesse sentido os deputados Diogo Antonio Feijó,

²³⁰ Idem; p. 127.

²³¹ Idem; p. 126.

²³² APB-CD, sessão de 12 de maio de 1830; p. 127. Nas palavras de Vasconcelos: “Até se diz que mandou [o ex-ministro da Justiça] para a Parahyba o decreto suspendendo as garantias, e que o mandou em segredo”; e ainda “Pessoas muito respeitáveis me tem dito que sim, e affirmado que virão os papeis, sendo necessário, Sr. Presidente, eu desejarei provar”.

Evaristo Ferreira da Veiga (MG)²³³, José Martiniano de Alencar, Francisco de Paula Souza e Melo e Joaquim Gonçalves Ledo²³⁴.

Já para os defensores da não diplomação dos ex-ministros²³⁵, não só era absolutamente legal a interdição daqueles indivíduos à Câmara dos deputados, como necessária, haja vista as provas contundentes de absolutismo que se levantavam contra eles. Tratando de Oliveira Álvares, diversos representantes chamaram novamente a atenção à inconstitucionalidade da formação de comissões militares no país, acusando-o, ainda, de ter recorrido à máxima do *salus populi* (“de que se valem todos os déspotas”²³⁶) em defesa própria, no seio da Assembleia nacional. Ante a alegação de parte dos deputados de que as medidas de Oliveira Álvares já haviam sido previamente julgadas na Casa, absolvendo-se o ex-ministro daqueles atos em julho do ano anterior, recorreu-se, então, ao argumento de que não haviam sido livres as votações empreendidas àquela altura, pois que as galerias se encontravam ocupadas por militares e os deputados sentiam-se ameaçados pelos posicionamentos tomados na ocasião.

Assim se pronunciou Vasconcelos sobre essa questão na sessão de 1º de junho:

O Sr. Oliveira Álvares é acusado pelo horroroso delito de ter criado uma comissão militar em Pernambuco; qual foi a marcha do ministério? Nós todos o sabemos perfeitamente. As tropas estão nos quartéis à primeira voz, a artilharia é levada de noite para os pontos que se julgavam mais próprios para o ataque, as galerias foram exclusivamente ocupadas por militares tão pouco brasileiros que apelidavam cabras aos que não pertenciam à facção recolonizadora; vozes insultantes aos deputados, ousadas vociferações interromperam por momentos os augustos trabalhos dos legisladores; manifesta coação peou as línguas e extorquiu votos, e alguns considerando-se em perigo iminente de vida neste agosto recinto ou não compareceram ou se retiraram.²³⁷

²³³ As menções a Evaristo Ferreira da Veiga, particularmente na historiografia, comumente se referem a ele como Evaristo da Veiga. Sendo assim, a despeito de os *Anais* chamarem-no de Ferreira da Veiga, optamos por assumir, na maioria das vezes, a denominação dos historiadores.

²³⁴ Salta aos olhos que, à exceção de Ledo, os demais parlamentares que se opuseram à cassação dos diplomas de deputado dos ex-ministros fossem políticos diretamente ligados à Abdicação de Pedro I e à composição dos primeiros governos da Regência, já marcados, como se vê, por uma postura liberal de cariz mais moderado que a de outros opositores do monarca, dos quais acabariam se distanciando cada vez mais no pós-7 de abril.

²³⁵ Dentre os quais: Lino Coutinho, Ernesto Ferreira França, Vasconcelos, Holanda Cavalcanti, Muniz Barreto, Antonio Pereira *Rebouças* (BA), Xavier de Carvalho, Custódio Dias, Limpo de Abreu, Joaquim Manuel *Carneiro da Cunha* (deputado pela Paraíba do Norte), Venâncio *Henriques de Rezende* (PE), Paula Cavalcanti e Martim Francisco.

²³⁶ APB-CD, sessão de 14 de maio de 1830; p. 136. Fala de Lino Coutinho.

²³⁷ APB-CD, sessão de 1 de junho de 1830; p. 293. Também Xavier de Carvalho, ao rebater o argumento de alguns deputados de que os ex-ministros *sub judice* deveriam ter sido previamente pronunciados por seus crimes para, somente então, poderem ser excluídos da Câmara baixa, fez referência à tentativa de acusação do ministério no ano anterior e à coação sofrida pelos representantes naquele contexto. Consoante o deputado: “Quando se tratou o ano passado da sua acusação, não vimos nós estas galerias encherem-se de militares disfarçados e sem fardas, mas armados; militares que nos atacaram, que nos puseram em coação, que não nos deixaram votar livremente? Legisladores do Brasil, zeladores da constituição, guardas dela, não admiti entre vós inimigos capitais do Brasil, as

Articulando o episódio do julgamento do ex-ministro da Guerra à figura de Clemente Pereira, os parlamentares acusavam-no, então, de ter contribuído diretamente àquela situação, permitindo a ocupação das galerias da Câmara por militares na sessão de 18 de julho de 1829, ao mesmo tempo em que mantinha fechadas as portas aos cidadãos comuns, o que os teria impedido, por fim, de acompanharem a votação.

O grande fator a pesar contra o ex-ministro do Império, no entanto, foi seguramente sua atuação ante os acontecimentos do Ceará, recuperada por diversos deputados como prova de sua inimizade à “causa nacional”. Dentre as acusações dirigidas a Clemente Pereira, a mais contundente, por certo, era a que apontava à sua demora – na qualidade de ministro do Império e da Guerra à altura daqueles acontecimentos – em tomar qualquer atitude para frear os intentos de Pinto Madeira e seu séquito. Vários dos representantes apontaram ainda as explícitas diferenças no tratamento dado por Clemente Pereira aos casos de Pernambuco (Afogados) e do Ceará, tomando-se prontas, e mesmo exageradas, medidas quando das primeiras notícias de uma pretensa revolta republicana em Pernambuco, ao passo que o decreto de 31 de outubro sequer havia sido posto em execução no Ceará²³⁸.

Na sessão de 19 de maio de 1830, Clemente Pereira apresentou à Câmara uma peça de defesa contra as acusações que vinha recebendo²³⁹. Por meio deste documento, sustentou sua inocência ante a pecha de absolutista, ao mesmo tempo em que buscou avaliar a ilegitimidade da recusa de seu diploma pelos deputados da Câmara. Argumentou, assim, particularmente quanto ao primeiro ponto, que nunca

consequências resultantes desta admissão são demasiado obvias!”. APB-CD, sessão de 29 de maio de 1830; p. 269. Ainda sobre este tema, ver a interessante nota de número 1007 da tese de Luis Henrique Rechdan, em que o autor aborda o modo como também John Armitage e D. Romualdo Antônio de Seixas narraram o episódio da votação da acusação contra Oliveira Álvares. Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. Op. cit.; p. 366

²³⁸ Assim se manifestou Vasconcelos sobre assunto na sessão de 1º de junho de 1830: “O motim dos Afogados excita a maior atividade no ministério, porque o apelidaram revolução republicana, cria-se a comissão militar, suspendem-se as garantias dos direitos individuais, e Clemente Pereira recomenda a todos os presidentes as maiores precauções para que não lavrassem nas suas províncias o fogo revolucionário. Que diferente conduta com os absolutistas do Crato!!! O presidente do Ceará se mostra nimamente assustado com os planos de Pinto Madeira, as autoridades, os particulares temem as funestas consequências de uma rebelião à testa da qual aparece o facinoroso Pinto Madeira; ofícios sobre ofícios vêm ao Sr. Clemente Pereira; mas o homem que tinha desenvolvido toda a sua atividade contra os sediciosos de Afogados, dorme quando o absolutismo está a declarar-se no Ceará, não só não oficia aos outros presidentes, mas nem responde ao do Ceará como que para significar-lhe sua desaprovação e desalentá-lo. Ora, senhores, que provas mais se precisam para condenardes esse traidor?” APB-CD, sessão de 1º de junho de 1830; p. 294.

²³⁹ “Uma defesa de José Clemente Pereira”. *Revista do Instituto do Ceará*, ano XXVII, Fortaleza, 1913; pp. 271-306.

havia atuado no sentido do estabelecimento do absolutismo no país, tendo agido pronta e efetivamente, pelo contrário, para impedir o desenrolar da rebelião de Pinto Madeira. Com vistas a comprovar suas afirmações, apresentou 14 documentos bastante interessantes, que, segundo ele, contradiziam as alegações de seus adversários. Para parte dos acusadores do ex-ministro, contudo, aqueles documentos serviram, antes, de confirmação de suas acusações, caso de cartas trocadas com os presidentes do Ceará (documento n.6) e da Paraíba (documento n.9), respectivamente em setembro e outubro de 1829, por meio dos quais ficava patente seu conhecimento prévio de movimentações absolutistas naquelas províncias e sua demora em agir frente às mesmas²⁴⁰.

Para além das duas cartas em questão, também o documento n. 13, apresentado por Clemente Pereira, deu azo a uma série de manifestações em nome da exclusão do ex-ministro da Câmara, pois que explicitava um voto pretensamente dado por ele, em 1º de novembro de 1829, contra a formação de uma comissão militar no Ceará. Uma vez, no entanto, que as opiniões expressas nesse documento iam abertamente contra posicionamentos públicos de Clemente Pereira em favor das mesmas comissões militares, manifestados, por exemplo, em 1826 e 1829, diversos deputados indicaram que tais incongruências constituíam prova da falta de veracidade daquele voto, chegando-se a sugerir, por mais de uma vez, a abertura de acusação contra o ex-ministro por crime de perjúrio²⁴¹. É possível conjecturar, também, assumindo ser verídico o documento apresentado por Clemente Pereira, que seu voto naquela ocasião, em tudo distinto de seu posicionamento em circunstâncias anteriores, estivesse relacionado à diferença de natureza dos movimentos em questão, recusando-se a anuir com comissões militares contra uma sublevação de cariz absolutista, quando tinha tão veementemente defendido sua legalidade contra os rebeldes da Confederação do Equador (falando na Câmara em 1826) ou de Afogados (em 1829).

Entre as sessões de 29 de maio e 2 de junho, vários dos argumentos aqui expostos foram reiteradamente mobilizados por deputados favoráveis e contrários à invalidação dos diplomas dos ex-ministros. Em seu arrazoado de 1º de junho,

²⁴⁰ Falando na sessão de 29 de maio, Muniz Barreto basearia justamente nessa documentação seu voto favorável à cassação do diploma de Clemente Pereira. Membro da comissão de poderes que já por duas vezes votara favoravelmente à admissão daquele deputado na Câmara, Muniz Barreto afirmava contudo que, de posse da documentação apresentada pelo próprio ex-ministro, fora convencido de que o ministro se recusara a tornar públicos os conhecimentos que tinha das tramas absolutistas no norte do país, atentando, portanto, contra a segurança interna e o regime monárquico constitucional. APB-CD, sessão de 29 de maio de 1830; pp. 264-265.

²⁴¹ Sugerem tal acusação os deputados Rebouças, na sessão de 29 de maio de 1830 (p. 267) e Lino Coutinho, na sessão de 2 de junho de 1830 (p. 298).

Vasconcelos procurou demonstrar que o “abominável plano” de Clemente Pereira pela instalação do absolutismo no Brasil, havia se iniciado quando da finalização das eleições de 1828-1829 e a concretização da vitória da oposição.

Já os representantes favoráveis à validação dos diplomas de Clemente Pereira e Oliveira Álvares, insistiram na ausência de provas irrefutáveis de sua oposição ao regime monárquico constitucional, questionando ainda, como dissemos, as prerrogativas de que dispunham os deputados para a expulsão daqueles representantes após sua legítima escolha pelos eleitores do país. A prudência desses argumentos parece ter convencido a maioria dos representantes que, concordando com a última comissão responsável por avaliar a situação (cujo parecer fora emitido na sessão de 21 de maio de 1830²⁴²), anuiu com a admissão dos ex-ministros no seio da deputação nacional.

A despeito de acabarem (novamente) sem qualquer sanção aos ex-ministros envolvidos na assinatura de decretos de suspensão de garantias, e apesar da ausência de discussões especificamente voltadas ao parecer da comissão de Constituição (apresentado aos 17 de maio) sobre os procedimentos adotados pelo governo na província do Ceará e, particularmente, sobre o decreto de 31 de outubro de 1829, os debates travados entre finais de abril e inícios de junho de 1830 na Câmara trouxeram novamente à tona as complexidades inerentes à aplicação do §35 no país e à vigilância dos representantes quando do recurso a esse dispositivo, reivindicando, dentre outros pontos, a imposição de limites claros à atuação e aos desmandos do Governo.

É interessante observar, assim, o modo como, tendo-se levantado, no bojo das análises da atuação de Oliveira Álvares e Clemente Pereira, a desconfiança de que os decretos de fevereiro de 1829 haviam sido extensivos a outras províncias do país, os deputados não deixaram escapar a oportunidade de revolver essa questão, colocando-a em pauta já no dia 3 de junho, logo após a votação da admissibilidade dos ex-ministros. Nesta sessão, Ernesto Ferreira França mandou à mesa requerimento demandando do governo esclarecimentos sobre a existência de decretos de suspensão de garantias passados no país, no ano anterior, a qualquer outra província, que não aquelas de Pernambuco e Ceará²⁴³. Discutido e posto a votos imediatamente na sequência, o requerimento acabou aprovado, com vários dos representantes

²⁴² APB-CD, sessão de 21 de maio de 1830; pp. 185-187.

²⁴³ APB-CD, sessão de 3 de junho de 1830; p. 312.

confirmando a existência de decretos preventivos enviados, no início de 1829, a províncias limítrofes a Pernambuco, como Bahia e Paraíba.

Nas sessões de 21 e 30 de junho de 1830, por fim, os deputados viram suas desconfiças confirmadas, divulgando-se que, de fato, o Executivo nacional havia tornado extensivos a diversas províncias do Império, ainda que unicamente de forma preventiva, os decretos de suspensão das garantias e de criação de uma comissão militar em Pernambuco. A revelação de tais medidas, concretizada pelo envio, à análise do plenário, de documentos comprobatórios exarados pelos ministros da Justiça²⁴⁴ e da Guerra²⁴⁵ do país, foi recebida pelos deputados como prova absoluta das mentiras e traições do ministério anterior²⁴⁶.

Nesta conjuntura, no entanto, os deputados novamente não bradaram pela acusação dos ex-ministros, mas antes pela máxima publicidade da descoberta – pedindo a publicação dos ofícios nos principais periódicos do país –, com vistas especialmente à comprovação, diante dos eleitores nacionais, de que os representantes haviam agido corretamente, no ano anterior, ao denunciarem aquele ministério. Os debates de 1830, portanto, acabaram por revelar mais uma faceta dos decretos de 1829, reforçando a gravidade daquelas medidas e o arbítrio por que se pautara o ministério anterior.

Há que se considerar assim que, a despeito de tais debates não terem levado, tanto em 1829, quanto em 1830, a efetivas punições aos ministros diretamente envolvidos na aprovação de decretos de suspensão de garantias, representaram,

²⁴⁴ APB-CD, sessão de 21 de junho de 1830; p. 452. Por meio deste ofício, o visconde de Alcântara participava que, “além do decreto que suspendeu as garantias em Pernambuco e Ceará, se não expediu outro algum de semelhante natureza, mas unicamente se fez extensiva esta providencia a algumas outras províncias; aonde, verificando-se as suspeitas de se terem introduzido as mesmas doutrinas, se fazia necessário a sua execução”. Na sessão de 3 de julho, por sua vez, o ministro encaminhou à Câmara o decreto, datado de 27 de fevereiro, por meio do qual se fez extensiva às outras províncias a suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual em Pernambuco. APB-CD, sessão de 3 de julho de 1830; p. 22.

²⁴⁵ Os *Anais da Câmara* registraram que, na sessão de 30 de junho, o conde do Rio Pardo, ministro da Guerra, remeteu ao plenário “copia do decreto e aviso que fez extensivo a varias províncias do império o decreto de 27 de fevereiro de 1829 que creou uma commissão militar em Pernambuco”. APB-CD, sessão de 30 de junho de 1830; pp. 521-522.

²⁴⁶ Assim descreveram os redatores da *Aurora Fluminense* as reações imediatas de diferentes deputados à leitura do ofício do ministro da Justiça: “Logo que na Câmara dos Srs. deputados foi lida a resposta do actual Ministro da Justiça hum justo sentimento de indignação pareceu haver-se apoderado de todo o Congresso, e mostrou até nos semblantes: propoz-se a impressão do offício do Governo, e que se lhe desse a maior publicidade; o Sr. Paula Souza [Francisco de Paula Souza e Melo, deputado pela província de São Paulo] requereu que se perguntasse ao Ministro para que províncias se tinha feito extensiva a suspensão das garantias; e se examinasse pela repartição da Guerra, se acaso o Decreto que creou a Comissão militar, gozara também da mesma amplitude. O Sr. Vasconcellos mandou á Mesa huma denuncia contra todo o Ministério transacto, como composto de traidores á Nação: ficou porem adiada, para della se tratar, quando vierem as informações do Governo”. *Aurora Fluminense*, nº 352 – 23/06/1830; p. 1483.

contudo, uma série de vitórias à parte significativa de legisladores do país²⁴⁷. Por um lado, parecem ter trazido publicidade à atuação dos representantes, estimulando, consoante Lino Coutinho, a ocupação das galerias da Câmara e impulsionando o desenvolvimento de uma opinião pública que, nas palavras do deputado, vinha salvando o país do despotismo²⁴⁸. Por outro, tal chancela pública parece ter estimulado os parlamentares da oposição a insistirem na efetivação de um projeto político liberal para o país e em um enfrentamento aberto ao governo de Pedro I, legitimando a força de que dispunham para a proposição de projetos mais ousados, contrários aos interesses do governo.

Se os debates de julho de 1829 já haviam influído diretamente, portanto, na saída de Oliveira Álvares do ministério, e na posterior substituição, em dezembro de 1829, de todo o Gabinete de que ele fazia parte (em atuação, no país, desde novembro de 1827), os debates de 1830, ao remexerem em uma série de questões e decisões tomadas naquela ocasião, parecem ter reforçado ainda mais a confiança dos representantes da oposição, expondo reiteradamente a crescente fragilidade do governo, já às vésperas da Abdicação.

Também no que tangia ao §35 do art. 179, os debates travados no decorrer do Primeiro Reinado acabaram por fixar uma compreensão desse dispositivo constitucional a que os representantes se mantiveram afeitos pelos primeiros anos da Regência.

²⁴⁷ Para uma avaliação dos episódios de julho de 1829 e junho de 1830 como uma vitória apenas momentânea do governo e uma vitória de mais longa duração do Legislativo e, especialmente, do regime monárquico constitucional representativo, ver: Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. *Op. cit.*, 2016; pp. 366-389.

²⁴⁸ Em acordo com Lino Coutinho: “A questão, Sr. presidente, da acusação do ministro da guerra foi uma das que mais influiu sobre a liberdade do Brasil: a concorrência dos cidadãos brasileiros para verem esta questão decidida, observando a maneira com que a maior parte dos deputados se portaram aqui à frente do poder, desenvolveu uma opinião pública que é o que nos tem salvado de não estarmos debaixo do jugo do despotismo.”. APB-CD, sessão de 18 de maio de 1830; pp. 170-171. Ver também *Aurora Fluminense*, nº200 – 03/07/1829; pp. 832-833. APUD: Luis Henrique Junqueira de Almeida Rechdan. *Op. cit.*, 2016; p. 318.

Capítulo 2

Os primeiro anos da Regência e a recusa à aplicação do §35 do art. 179 (1831-1834)

Quando da instalação da Regência no Brasil, o dispositivo de suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual, regulado pelo §35 do art. 179 da Carta de 1824, encontrava-se na ordem do dia. Naquela conjuntura, para a notoriedade da medida (e total desconfiança da população ante a mesma) haviam contribuído tanto sua constante aplicação pelo poder Executivo ao longo do Primeiro Reinado – e os recentes e calorosos debates a que tal aplicação dera azo na Câmara dos deputados –, quanto as notícias divulgadas no calor dos acontecimentos que envolveram a abdicação de Pedro I, dando conta de medidas de exceção discutidas e/ou votadas pelo Conselho de Estado para serem aplicadas no país.

Ainda que um tanto desencontradas – já que cada periódico atribuía a não aplicação dos pretensamente já redigidos decretos de suspensão de garantias a um acontecimento distinto, divergindo também quanto ao momento específico de formulação e recuo em relação à aplicação da medida –, tais notícias traziam à tona a ameaça de que, ladeado por seu “Gabinete Secreto”, Pedro I recorresse novamente ao dispositivo que tanto minara seu governo, maculando-o irremediavelmente.

Em acordo com o *Astro de Minas* (MG), em edição de 29 de março de 1831, medidas como a “suspensão de garantias, medidas fortes ou golpes de Estado”, abordados pelo Conselho de Estado havia pouco, só não tinham sido postas em execução no país em razão do voto contrário de “muitos Conselheiros e alguns ministros”¹. Já *O Novo Argos* (MG), em edição de 2 de abril de 1831, atribuía a não aplicação da suspensão de garantias – votada já pelo Conselho de Estado para vigor na província do Rio de Janeiro “e outras províncias, e provavelmente em todo o Império” –, à representação dirigida ao imperador por um grupo de 23 deputados da oposição residentes na corte, aos 17 de março, instando-o a atuar frente à crise “sem exorbitar do círculo ordinário da fiel execução das Leis”².

Para o *Farol Paulistano*, por sua vez, em edição de 16 de abril, fora a nomeação do “ministério dos marqueses” que tornara verossímil “a noticia de que já estavam lavrados decretos de suspensão de garantias, e que os Brasileiros ião ser

¹ *Astro de Minas*, nº 522 – 29/03/1831, p. 1.

² *O Novo Argos*, nº 72 – 02/04/1831, p. 3.

victimas: falava-se em golpe de estado”; atribuindo-se, neste caso, a não aplicação dos decretos, à enxurrada de acontecimentos que levaram à Abdicação³.

De caráter distinto foi a leitura ulteriormente publicada n’*O Exaltado* de 21 de novembro de 1831, em número inteiramente dedicado à crítica do governo organizado no pós-abdicação e, em especial, à figura do então ministro da Justiça Feijó. Nesta edição, ao reivindicar a “legalidade” em que se dera a “revolução dos exaltados de 6 e 7 de abril”, o redator afirmava que, à altura daqueles acontecimentos, havia-se esperado da Regência a tomada de “medidas extraordinárias” contra os “traidores de então”. Medidas “que extraordinariamente exigia a Lei Suprema, a Salvação do Estado, o *Salus populi*” e que, ao não virem, haviam frustrado os revolucionários, perseguidos eles próprios, na opinião do periódico, pelo novo governo⁴.

Assumindo diferentes facetas, a depender, então, dos porta vozes e do momento de formulação de cada um desses relatos, a medida de suspensão de garantias parece ter sido efetivamente esperada nos primeiros meses de 1831.

Entre março e abril daquele ano, nos imediatos pré e pós-Abdicação, o nível de agitação na corte do Rio de Janeiro era, para dizer o mínimo, intimidador. Paralelamente a uma série de embates travados entre o imperador e o Parlamento, tumultos tomavam conta dos espaços públicos da cidade. Inflamados pelas condições de vida cada vez mais depreciadas que se viam forçados a enfrentar – com forte alta no preço dos alimentos e desvalorização da moeda nacional – e incentivados por uma imprensa liberal cada vez mais ativa e dada a achincalhar a figura de Pedro I e seu governo como um todo, homens livres pobres e libertos, pequenos comerciantes, artesãos ou membros das tropas, ocuparam progressivamente as ruas da cidade, envolvendo-se em uma série de conflitos em que proliferavam reivindicações de toda ordem. Nesta conjuntura, o já antigo antagonismo entre brasileiros e portugueses chegou ao ápice⁵.

³ *O Farol Paulistano*, nº 475 – 16/04/1831, p. 2014. *O Farol Paulistano* era, em acordo com Miriam Dolhnikoff, o periódico “porta-voz do grupo liberal paulista”. Seu proprietário era José da Costa Carvalho, que assumiria um dos postos da Regência Trina Permanente. Miriam Dolhnikoff. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; p. 89.

⁴ *O Exaltado, Jornal Literário, Político e Moral*, nº 11 – 21/11/1831, p. 5.

⁵ Iara Lis Carvalho Souza. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; pp. 327-350. Para além dos acontecimentos que cercaram a *Noite das garrafadas*, transcorridos entre 11 e 13 de março de 1831, houve conflitos entre brasileiros e portugueses também em 25 de março (data de comemoração do aniversário da Carta de 1824), e nos primeiros dias de abril, com boatos de assassinatos de brasileiros na Rua do Ouvidor e agressões e mortes na Rua Direita.

Aos antagonismos “étnico-sociais”⁶ do período misturava-se, contudo, e cada vez mais, um enfrentamento direto à figura de Pedro I e aos desmandos de seu governo, capitalizados, em certa medida, pela ala de políticos liberais da Assembleia. Diretamente envolvidos com a imprensa e utilizando, portanto, a expansão da esfera pública a seu favor, tais políticos parecem ter se decidido, nos primeiros dias de abril, pelo enfrentamento direto, levando a cabo uma revolução nos moldes da francesa de 1830⁷.

A reunião de civis e tropa no Campo de Santana, conformada desde os primeiros dias de abril, paralelamente às trocas ministeriais operadas pelo imperador, marcaram os atos finais do Primeiro Reinado brasileiro. À altura de 6 de abril, a recusa de Pedro I ao pedido de reintegração do “Ministério dos brasileiros” apressou a união final das tropas imperiais ao movimento do Campo de Santana, selando o fim de seu governo.

Em acordo com Iara Lis Carvalho Souza, no calor dos acontecimentos que antecederam a Abdicação, políticos da ala liberal como José Joaquim *Vieira Souto* (RJ), Custódio Dias e Odorico Mendes, teriam sido bem sucedidos em impedir o recurso, pelo governo, à suspensão das garantias constitucionais. Na qualidade de porta vozes da população reunida no Campo de Santana, teriam triunfado ao pedirem e conquistarem a “manutenção do *habeas corpus*”, impedindo que, armado do §35, Pedro I tivesse seus poderes amplificados, podendo “ordenar prisões e agir à revelia dos outros poderes”⁸. Tal leitura faz eco às notícias divulgadas por periódicos do

⁶ Gladys Sabina Ribeiro. *A Liberdade em Construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002; especialmente cap. 3 Tratando dos grupos sociais mais diretamente prejudicados com a abdicação no Recife, Marcus Carvalho afirma que quem realmente teve problemas imediatos naquela conjuntura foram “os pequenos negociantes e os empregados do comércio portugueses”, que se tornaram repentinamente “vulneráveis à sanha da população livre pobre urbana, incapaz de perceber no sistema escravista ou nas crises da economia agroexportadora a raiz de seus males”. Ainda segundo o autor: “Para homens impresados entre o desemprego e a vida de agregado, o adversário imediato era seu credor, algum seu Joaquim, dono da venda da esquina.”. Marcus J. M. de Carvalho. “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp. 121-183; p. 134.

⁷ Nas palavras de Iara Lis Carvalho Souza: “Na assembleia, desde a tentativa da representação liberal a Pedro I, decidira-se levar a cabo a revolução, espelhada na França de 1830 – um movimento capaz de depor o rei, em prol da delimitação dos poderes e garantias da grandeza e da eficácia da representação dos proprietários.”. Op. cit.; p. 346. Também Paulo Pereira de Castro, em seu já clássico artigo sobre o período regencial brasileiro, fala da influência desempenhada pela revolução francesa de 1830 sobre o Brasil e sobre a decisão dos liberais “exaltados” de “precipitar a revolução, a despeito das hesitações dos moderados”. Paulo Pereira de Castro, “A experiência republicana, 1831-1840”. In: Fernando Henrique Cardoso... [et. al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira, t.2: O Brasil monárquico, vol.4, Dispersão e unidade*. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; pp. 19-84; pp. 19-20.

⁸ Iara Lis Carvalho Souza. Op. cit.; p. 347. No que tange à afirmação da autora de que os deputados em questão teriam contribuído à manutenção do *habeas corpus* na conjuntura da abdicação, vale frisar que

Império à mesma altura, em acordo com os quais, como vimos, no enfrentamento da crise, o governo estivera muito perto de recorrer a medidas de exceção.

Em razão do uso feito do §35 ao longo do Primeiro Reinado, a medida de suspensão das garantias acabou diretamente vinculada, pelos representantes liberais do país, ao que reconheciam como o caráter absolutista e despótico do governo de Pedro I. As recorrentes tentativas de compreensão e regulação da aplicação desse dispositivo entre 1826 e 1830, bem como a vigilância constante, principalmente dos deputados nacionais, sobre a atuação do Executivo ao aplicá-lo, parecem ter aproximado a temática da suspensão das garantias de seu horizonte mais imediato de preocupações, situação que tendeu a se aprofundar com a conquista da Abdicação. Dessa forma, a questão parece ter se destacado nos projetos articulados por políticos liberais no interior do Parlamento, com importância renovada a partir do estabelecimento do governo regencial.

No que tange, portanto, à medida regulada pelo §35 do art. 179, a Abdicação de Pedro I e o início da Regência trouxeram mudanças significativas. A grande novidade, em comparação aos anos imediatamente anteriores, foi a ausência de aplicação desse dispositivo entre 1831 e 1834. Isto é, o §35 do art. 179 não foi aplicado no país ao longo de todo o ano de 1831 e tampouco nos anos que se seguiram, até inícios de 1835 (lembrando que também em 1830 não se recorrera a este dispositivo no Brasil).

A principal explicação para tal ausência, contudo, não reside na falta de iniciativas do governo. Pelo contrário, não apenas Feijó mas, após sua saída do ministério, outros dos membros do governo, foram favoráveis à medida ante conjunturas consideradas de grave risco à ordem interna nacional.

Desde o final do Primeiro Reinado, contudo, e, em especial, nos primeiros anos da Regência, a classe política brasileira parecia empenhada em restringir as possibilidades de aplicação dessa medida, buscando circunscrevê-la ao máximo em âmbito legal e recusando-se a anuir com sua imposição quando proposta por membros do governo.

regulamentações legais concernentes ao *habeas corpus* no Brasil foram posteriores a estes eventos, uma vez que se concretizaram unicamente no Código de Processo Criminal aprovado em novembro de 1832. Curiosamente, no entanto, o Código Criminal de 1830, avançando, de certa forma, sobre questões propriamente processuais, previu punições aos casos de descumprimento da medida cautelar do *habeas corpus*. Para esta discussão ver: Monica Duarte Dantas. Op. Cit., 2017. pp. 464-466 e 491-496. Vivian Chieregati Costa. Op. cit., 2013; pp. 255-258 e pp. 299-302.

Assim, ainda ante o quadro de grande instabilidade político-social vivido pelo país nos primeiros anos da Regência, o recurso ao §35 do art. 179 não encontrou respaldo entre grande parte da classe política, não tendo deixado, por isso, de ocupar os trabalhos dos representantes nacionais e habitar os pensamentos dos agentes do governo.

2.1. Regularizar a suspensão das garantias no novo ordenamento político nacional

A Abdicação de Pedro I foi interpretada por vários dos agentes políticos envolvidos no episódio, bem como por parcela significativa da população do país, como verdadeira revolução. Em acordo com Ilmar Mattos, tal interpretação “cumpria o papel de destacar o início de um novo tempo”. Um tempo no qual a independência do Brasil tornava-se realidade e, junto a ela, inaugurava-se um campo aberto ao exercício da liberdade. Um tempo no qual os brasileiros “deveriam empreender uma Constituição”, elegendo a forma de governo mais apropriada ao novo corpo político que se instituiu – “por meio do debate a respeito de quem e como dele deveria participar” – e experimentando formas de vida fundadas em novos desenhos institucionais, “entre elas os governos eleitos em vez de hereditários, e um sistema legal que, além de impor limites ao poder dos que governam”, garantisse direitos civis e políticos aos cidadãos⁹.

Havia, assim, uma efervescência político-institucional no país e, nesta conjuntura:

Os debates entre adeptos dos diferentes projetos para a constituição de um novo corpo político transbordavam do Parlamento, de salões e gabinetes para as páginas dos pasquins, panfletos e catecismos políticos, para os teatros e para a praça pública; da corte seguiam em direção às províncias, de onde repercutiam na corte, servindo-se da palavra oral e escrita, impressa ou não, de gestos e cantigas.¹⁰

No imediato pós-Abdicação, portanto, uma infinidade de projetos pululou nas diferentes arenas políticas nacionais. No interior da Assembleia, profundas modificações foram propostas à organização do novo governo, angariando o apoio ou a recusa de representantes que, fortemente impactados pelos recentes acontecimentos, ainda buscavam a que grupos ou projetos políticos mais amplos se alinhar. Tratou-se, portanto, de momento de revisão nas orientações e configurações políticas

⁹ Ilmar Rohloff de Mattos. “O gigante e o espelho”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). Op. cit., 2017; pp. 13-51; pp. 19-20.

¹⁰ Idem; p. 28.

parlamentares, num processo que, marcado – como não poderia deixar de ser – por alguns alinhamentos prévios, delineou-se efetivamente, contudo, no bojo das discussões travadas pelos meses e anos vindouros.

Nestas discussões, políticos liberais de cariz mais conservador ou radical, bem como os ditos “caramurus”, não formaram necessariamente blocos uniformes no interior do Parlamento, a partir dos quais teriam proposto e votado em uníssono as diferentes questões do período. Pelo contrário, tais grupos se misturaram e afastaram a depender das matérias em voga, compondo e desfazendo articulações em torno das temáticas que ocupavam a ordem do dia, e conformando grupos mais homogêneos de interesse unicamente com o passar dos anos.

Iniciados os trabalhos legislativos regulares de 1831, uma série de projetos veio então rapidamente à tona, especialmente na Câmara dos deputados, respondendo a desejos antigos e recentes dos parlamentares sobre uma multiplicidade de matérias. Dentre elas, a definição das atribuições do novo governo regencial, a revisão da fórmula do equilíbrio de poderes vigente no país – e consequente reforma constitucional –, a necessária reestruturação das forças policiais e militares nacionais, e a organização judiciária do Império.

A efervescência política dos primeiros anos da Regência, expressa, em âmbito parlamentar, pela multiplicidade de projetos para o novo corpo político que se formava e pelas lacunas abertas em meio à redefinição das forças políticas então em jogo, fez-se sentir também, além-muros da Assembleia, em uma série de movimentos reivindicatórios protagonizados por membros das tropas nacionais, funcionários públicos, artesãos e trabalhadores que ocuparam as ruas das províncias do país.

Nesta conjuntura, a questão da suspensão das garantias constitucionais foi mobilizada no interior de projetos como o da Lei da Regência e o da reforma da Constituição, e efetivamente reivindicada pelo governo do país, explicitando as intersecções existentes entre o dispositivo regulado pelo §35 do art. 179 e alguns dos problemas centrais à conformação do Estado brasileiro e à prática cotidiana da administração e da política nacional.

A Lei da Regência

A abdicação de Pedro I praticamente coincidiu com a abertura das sessões preparatórias da Assembleia nacional, realizada aos 6 de abril de 1831. Em acordo com o texto constitucional, na ausência de um herdeiro apto a assumir a vacância do

trono nacional (art. 122), seria o Império governado por uma regência trina permanente, eleita pela Assembleia Geral (art. 123). Enquanto não se desse tal eleição, contudo, uma regência provisória deveria assumir o governo, formada pelos Ministros dos Negócios do Império e da Justiça, pelos dois Conselheiros de Estado “mais antigos em exercício” e presidida pela imperatriz viúva, ou, na sua ausência, pelo mais antigo Conselheiro (art. 124).

No próprio dia 7, contudo, a despeito das premissas da Carta de 1824, 26 senadores e 36 deputados reuniram-se no Paço do Senado e deliberaram a nomeação, por eles próprios, de uma regência trina provisória, “para se lhe confiar o governo do império”. Saíram eleitos os senadores marquês de Caravelas e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, numa expressa infração do texto constitucional. Ao atuarem dessa forma, os representantes marcavam forte posição, indicando já a tendência de valorização do poder Legislativo sobre o Executivo que prevaleceria nos primeiros anos do governo regencial¹¹.

Abertos os trabalhos ordinários da Assembleia nacional aos 3 de maio de 1831, os deputados brasileiros rapidamente se mobilizaram, como dissemos, para a organização e aprovação de projetos considerados urgentes, como o de definição das atribuições da Regência trina permanente, a ser brevemente eleita no país, o de criação de uma Guarda Nacional e o de reforma da Constituição de 1824.

No que tange às atribuições do novo governo regencial, já na sessão de 4 de maio uma comissão foi nomeada para elaborar o projeto de lei que desembocaria na chamada Lei da Regência. Compuseram-na os deputados Francisco de *Paula Souza* e Mello (eleito por São Paulo), José da Costa Carvalho (representante pela Bahia) e Honório Hermeto *Carneiro Leão* (deputado por Minas gerais), aos quais se juntaram, no desempenho dos trabalhos, três senadores escolhidos na sequência pela Câmara alta, os marqueses de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca) e Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), e Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque.

O projeto redigido pela comissão foi lido na sessão de 9 de maio de 1831, determinando, em acordo com o disposto no §2º do artigo 15 da Carta de 1824, a forma de escolha da Regência e os limites de sua autoridade. Iniciadas em 14 de maio, as discussões sobre o projeto tocaram, desde o início, em importantes questões abertas

¹¹ Maria Fernanda Vieira Martins. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, UFRJ/IFCS, 2005, p. 255. APUD: Marina Garcia de Oliveira. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado; DH-FFLCH/USP, 2013; pp. 150-162.

pela vacância do trono imperial, abordando, dentre outros, o problema da natureza e alcance do poder regencial, e tratando das atribuições dos poderes Executivo e Moderador que caberiam, ou não, à Regência exercer¹².

O projeto tramitou com relativa rapidez na Assembleia, discutido entre os dias 14 e 31 de maio na Câmara dos deputados, nos dias 3, 8 e 10 de junho no Senado, e novamente no dia 11 de junho na Câmara baixa. Brevemente debatido nesta data, decidiu-se que uma deputação o levasse à Regência, “praticando-se na sua apresentação o mesmo que tinha feito a assembleia constituinte, cujas leis não precisavam de sanção”. Promulgado aos 14 de junho de 1831, o projeto deu origem à Lei da Regência¹³.

Em seus dois primeiros artigos, a lei de 14 de junho estabeleceu que, na menoridade de Pedro II, o Império seria governado por uma Regência trina permanente, eleita em reunião das duas Câmaras, à pluralidade absoluta de votos dados em escrutínio secreto. Entre seus artigos 3º e 9º, detalhou o modo de organização da eleição dos regentes, para, em seu artigo 10, definir que a Regência nomeada exerceria, com a referenda dos ministros competentes, todas as atribuições que pela Constituição do Império competiam ao Poder Moderador e ao chefe do Poder Executivo, “com as limitações e exceções seguintes”. Ponto fulcral da lei, tal artigo criou um mecanismo de responsabilidade ministerial pelos atos do poder Moderador que, desde a Constituinte de 1823, suscitava posições divergentes no país¹⁴.

Se em seus artigos 11, 12 e 16, a lei estabelecia as fórmulas de apresentação e sanção, pela Regência, de resoluções e decretos partidos da Assembleia, ao longo dos artigos 13, 14, 15, 17, 18, 19 e 20, definia precisamente os limites e exceções previstos pelo artigo 10. Fixava, então, importantes mudanças ao chamado veto suspensivo, diminuindo o tempo necessário à sanção definitiva de leis que, recusadas pelo Executivo, fossem confirmadas por dois terços dos membros de cada Casa da mesma legislatura (arts. 13, 14 e 15); estabelecendo ainda, por meio do artigos 19 e

¹² Carlos Eduardo França de Oliveira. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2014; p. 277-279.

¹³ “Lei de 14 de Junho de 1831. Sobre a fôrma da eleição da Regencia permanente, e suas attribuições”. *Colecção das Leis do Império do Brasil* (doravante *CLIB*) *de 1831. Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875; pp. 19-24. Para maiores detalhes sobre a tramitação da Lei da Regência ver: Marina Garcia de Oliveira. Op. cit., 2013; pp. 150-162.

¹⁴ Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit., 2014; p. 278. Em acordo com o autor, a referenda ministerial prevista pela lei de 14 de junho aos atos do regente “instituiu algo novo, já que no texto da Carta de 1824 não ficara explícito a responsabilidade pelos atos do Poder Moderador”.

20, diversas limitações ao poder dos regentes.

Em acordo com o artigo 19, portanto, a Regência não poderia, em termos gerais: dissolver a Câmara dos deputados (§1º); perdoar Ministros e Conselheiros de Estado, salvo da pena de morte (§2º); conceder anistias (§3º), títulos, honras, ordens militares ou distinções (§4º); nomear Conselheiros de Estado, salvo nos casos em que houvesse menos de três membros no cargo (§5º); e “dispensar as formalidades que garantem a liberdade individual” (§6º). Tratava-se, portanto, à exceção justamente do §6º, de impedir à Regência o exercício de prerrogativas especificamente atribuídas, pelo artigo 101 da Carta de 1824, ao Poder Moderador.

O artigo 20 da lei de 14 de junho, por sua vez, definia que a Regência não poderia ratificar tratados e convenções de governo a governo, ou declarar guerra, sem que a tais atos precedesse aprovação da Assembleia Geral, retirando da alçada exclusiva do Executivo poderes restritivamente atribuídos a ele pela Carta de 1824, artigo 102.

Por fim, os artigos 21 a 24 da lei estabeleciam a continência militar que caberia à Regência permanente, fixavam o vencimento de seus membros (assim como o dos membros da Regência provisória) e firmavam que os efeitos dessa lei prescindiam da sanção regencial.

Ao regular, portanto, o funcionamento do novo governo, a lei de 14 de junho privou os regentes de parcela significativa das atribuições até então exercidas pelos poderes Executivo e Moderador no país, conferindo ao Legislativo grande poder de decisão. Para além disso, determinou que a Regência obtivesse a referenda dos ministros competentes para se valer das prerrogativas daqueles poderes que se lhe mantiveram adstritas¹⁵, respondendo a antigos anseios dos opositores de Pedro I e antecipando parte das alterações almejadas pelos defensores da reforma constitucional.

Ao desenharem, assim, um novo quadro político-institucional para o Brasil, os liberais à frente do governo no pós-Abdicação parecem ter buscado corrigir, de certa forma, os desequilíbrios que localizavam na raiz das “práticas despóticas” do Primeiro Reinado. E uma vez que parte significativa de tais práticas esteve associada ao recurso ao §35 do art. 179, não é de se estranhar que a questão da suspensão de garantias tenha aparecido nesta lei e em uma série de outras medidas do período.

¹⁵ Sobre a Lei da Regência ver: Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p.26. Roderick J. Barman. Op. cit.; pp. 163. Miriam Dolhnikoff. Op. cit, 2005; pp. 89-90. Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit., 2014; pp. 278-279.

Ausente do projeto apresentado aos 9 de maio de 1831, a interdição, à Regência, de dispensar as formalidades que garantiam a liberdade individual, foi fruto de proposta de artigo aditivo enviada por Antonio Pereira *Rebouças* (deputado pela Bahia) por ocasião da discussão do artigo 18 do projeto (futuro art. 19 da lei de 14 de junho), na sessão de 27 de maio¹⁶. Nesta ocasião, em acordo com os *Anais*, o deputado:

mostrou que nunca podia ser util o levantamento de garantias, porque no caso de ser necessario, podia prender-se um homem e formar-se-lhe culpa em 24 horas, e que não servia aquelle poder senão de atacar pela raiz as garantias individuaes e os direitos inauferiveis do cidadão.¹⁷

Rebouças propôs, então, a inclusão de um novo artigo com o seguinte teor: “Não poderá [a Regência] em ocasião alguma exercer, ainda provisoriamente, a medida de que trata o §55 [*sic*] do artigo último da constituição”¹⁸; o qual, depois de breves reflexões, passou com uma emenda de redação.

Algumas sessões mais cedo, no entanto, aos 19 de maio, quando da discussão do artigo 9º do projeto (futuro art. 10 da lei de 14 de junho), Rebouças já havia indicado sua discordância ante a possibilidade de que a Regência exercesse a prerrogativa prevista pelo §35 do art. 179 ao poder Executivo, ou seja, de que o governo pudesse recorrer à suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual nas circunstâncias excepcionais de perigo iminente da pátria em que não se encontrasse reunida a Assembleia. Na opinião do deputado, era inútil “dar-se á regência esta attribuição pelo abuso que della podia fazer”¹⁹.

O artigo aditivo proposto por Rebouças aos 27 de maio foi aprovado pelos

¹⁶ O artigo 18 do projeto da Lei da Regência (futuro art. 19 da lei aprovada) foi discutido pelos deputados entre os dias 25 e 27 de maio de 1831. De tais debates resultaram a inserção, naquele artigo, da interdição de os regentes recorrerem ao §35 do art. 179, nomearem Conselheiros de Estado, adiarem a Assembleia Geral ou dissolverem a Câmara dos deputados. Inseridas no projeto, tais proibições constavam, então, do texto recebido pelo senadores que, após discutirem-no, propuseram emenda retirando unicamente a proibição de a Regência adiar a Assembleia Geral, afinal acatada pelos deputados e incorporada à lei aprovada em 14 de junho.

¹⁷ APB-CD, sessão de 27 de maio de 1831; p.109.

¹⁸ Em acordo com as *Atas da Câmara dos deputados* de 1831, a emenda apresentada por Rebouças possuía a seguinte redação: “Não poderá em ocasião alguma exercer ainda provisoriamente a medida de que trata o §32, o último da constituição”. Arquivo da Câmara dos Deputados, encadernados, *Atas da Câmara*, 1831, sessão de 27 de maio, vol. 1, p. 65. Tanto nas *Atas da Câmara* quanto nos *Anais*, o número do parágrafo constitucional em questão foi grafado/impresso erroneamente (§32 e §55). Não há dúvidas, no entanto, de que, em ambos os casos, tratava-se de referência ao §35 do art. 179. Documento gentilmente cedido por Monica Duarte Dantas.

¹⁹ APB-CD, sessão de 19 de maio de 1831, p. 65. Em acordo com Rebouças, sua emenda também não compreendia, dentre as atribuições passíveis de serem exercidas pela Regência, aquelas de dissolução da Assembleia Geral, “Porque esse acto apezar de que podia ser necessário, seria sempre encarado nas actuaes circumstancias do Brazil, ou ao menos emquanto não fossem mais conhecidas as teorias constitucionais como um insulto á nação”.

deputados no mesmo dia e inserido no projeto redesenhado pela comissão de redação da Câmara, entre os dias 28 e 30 do mesmo mês, como §7º do art. 19, já em sua nova e final formulação. Sumariamente aprovada pelos senadores na sessão de 10 de junho – ao que tudo indica, sem qualquer discussão²⁰ – a medida proposta por Rebouças concretizar-se-ia no §6º do art. 19 do texto final da lei.

Se a ausência de discussões sobre a questão parece condizente, por um lado, com o desejo dos representantes de ver aprovada em breve tempo a nova lei, é representativa, também, da aquiescência da classe política brasileira em prover o país de mecanismos efetivos de contenção aos possíveis arbítrios de seus governantes.

No que tange à imposição de freios à aplicação do §35 do art. 179 – suscetível, como vimos, aos desmandos do governo pedrista no Primeiro Reinado – a Lei da Regência não configurava, contudo, a primeira medida tomada pelos representantes. Antes mesmo da Abdicação, a definição por eles dada ao crime de rebelião no Código Criminal de 1830 parecia já alinhada aos mesmos intentos subjacentes ao §6º do art. 19 da Lei de 14 de junho.

O Código Criminal de 1830 e a definição do crime de rebelião

A definição recebida pelo crime de rebelião no Código Criminal do Império do Brasil, promulgado aos 16 de dezembro de 1830, materializou importante tentativa de anteparo à aplicação do §35 do art. 179 no país. E isto porque, se, como vimos anteriormente, o dispositivo de suspensão das formalidades que garantiam a liberdade individual tinha sua aplicação constitucionalmente limitada aos casos de “rebelião” e “invasão de inimigos”, não parece fruto de mera coincidência que a definição de rebelião presente no diploma tornasse particularmente difícil o enquadramento deste crime.

Se até o final de 1830, na ausência de um código penal que fixasse a compreensão de rebelião vigente no país, a definição deste delito encontrara-se, em certa medida, aberta às disputas travadas na arena política nacional²¹ – tendo-se, de

²⁰ ASIB, sessão de 10 de junho de 1831; p. 329.

²¹ Ainda que não houvesse, nesse período, uma definição precisa ao crime de rebelião no país, cabe destacar que seu entendimento era regido por balizas legais do direito comum anterior à codificação e, particularmente, pela ideia de lesa majestade. Era considerado rebelião, assim, em linhas gerais, todo crime que atentasse às leis e ordens do monarca ou pretendesse impedir seu cumprimento pelos executores do poder real, confundindo-se, nesse sentido, as ideias de rebelião, sedição, motim etc., e inexistindo quaisquer critérios fixos à sua qualificação, tais como um número preciso de envolvidos ou atentados específicos que deveriam impor ao centro do poder. Sobre a definição do crime de lesa majestade no título VI do Livro V das Ordenações Filipinas e sobre a aplicação das previsões desse título aos casos de motins, sedições, confederação, ajuntamento, etc., prevista pela Carta Régia

fato, disputado seu significado, tanto em 1829, quanto em 1830, nos debates em torno à suspensão de garantias nas províncias de Pernambuco e Ceará –, a partir da fixação de seu entendimento pelo Código Criminal do Império, as situações passíveis de recurso ao §35 ficaram (ou, ao menos, deveriam ter ficado) sujeitas ao conteúdo especificamente previsto pelo artigo 110 daquele diploma.

Antes de adentrarmos pela análise do Código de 1830 e das dificuldades de se enquadrar o crime de rebelião tal como por ele definido, cabe breve menção à conjuntura de promulgação deste diploma e ao modo como sua aprovação esteve relacionada ao acirramento dos conflitos entre os representantes brasileiros e o imperador Pedro I nos últimos meses do Primeiro Reinado.

Dentre as muitas prescrições do artigo 179 da Carta de 1824, seu parágrafo 18 estabelecia que se organizasse, o quanto antes, no país, “um Código Civil, e Criminal, fundado nas solidas bases da Justiça e Equidade”. O mesmo artigo 179 fixava ainda princípios gerais de política penal, como a abolição de penas cruéis e infamantes (§§ 19 e 20), a necessária pessoalidade das punições (§20), e a adequação das cadeias ao bem estar dos presos e natureza de seus crimes (§ 21)²², legando aos códigos a tarefa de torná-los efetivos por meio de sua positivação legal e da criação de mecanismos para sua aplicação cotidiana²³. A implementação de tais mudanças cabia, portanto, ao Poder Legislativo, por meio da proposição de leis regulamentares.

Quando da abertura dos trabalhos legislativos no país, em 1826, a questão da codificação penal veio rapidamente à tona na Câmara dos deputados, assumindo primazia no projeto de positivação das leis pelos representantes brasileiros²⁴. Entre 1826 e 1827, três projetos de Código Criminal foram apresentados à Câmara dos deputados e, nos anos subsequentes, trabalhados no âmbito de comissões especiais compostas, ou exclusivamente por deputados, ou por deputados e senadores. Os trabalhos em torno à elaboração do diploma criminal do Império avançaram bastante em 1829 e ainda mais em 1830, já nos quadros da segunda legislatura nacional. Aos 19 de outubro de 1830 foi apresentado, enfim, um projeto que, com pouquíssimas

portuguesa de 21 de outubro de 1757 ver: Monica Duarte Dantas. “Revoltas, motins, revoluções: das Ordenações ao código criminal.”. In: Idem (org.). Op. cit., 2011; p. 10-12.

²² José Reinaldo de Lima Lopes. *O Direito na História: lições introdutórias*. São Paulo: Atlas, 2009; p. 264

²³ Andrea Slemian. *Sob o Império das Leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2009; pp. 184-185.

²⁴ Monica Duarte Dantas e Vivian Chierigati Costa. “Regulamentar a Constituição: um novo direito penal e processual para um novo país. Projetos, tramitação e aprovação dos primeiros códigos do Império do Brasil (1826-1832) In: Arno Wehling; Gustavo Siqueira; Samuel Barbosa.. (Org.). *História do Direito: Entre rupturas, crises e descontinuidades*. 1 ed. Belo Horizonte: Editorial Arraes, 2018, v. 1, p. 119-164.

alterações, conformaria seu texto final. Aprovado pela Câmara dos deputados em 22 de outubro de 1830, o texto passou pela votação do Senado em 24 de novembro (sem qualquer alteração), acabando sancionado por Pedro I aos 16 de dezembro de 1830.

Limitados, portanto, ao interior das supracitadas comissões parlamentares, os trabalhos e decisões concernentes à elaboração do código criminal não deram origem a debates públicos, dificultando a identificação do posicionamento dos representantes e das escolhas por eles realizadas ao longo deste processo. Uma reconstrução minuciosa do percurso parlamentar traçado pelo documento e das alterações realizadas, a cada passo, pelas comissões de trabalho envolvidas em sua elaboração²⁵, permite-nos afirmar, contudo, que os contornos finalmente assumidos por este diploma pautaram-se, em alguma medida, pela conjuntura política então vivida pelo país e pelo desejo de enfrentamento dos parlamentares à figura do imperador.

Profundamente ancorado, assim, num anseio de acomodação às modernas prescrições da codificação ocidental – perceptível nas referências legais utilizadas pelos deputados envolvidos em sua composição, bem como nas opções por eles feitas no tocante à organização do diploma e à economia geral de seus crimes e penas –, o desenho final do Código Criminal de 1830 parece ter respondido também, principalmente na prescrição de seus crimes políticos, à extrema animosidade então sentida no país entre os poderes Executivo e Legislativo, cumprindo, neste segmento, função um tanto pragmática.

Cabe a lembrança, neste ponto, de que a legislatura responsável pela finalização de seu texto, eleita entre fins de 1828 e inícios de 1829, sofrera renovação da ordem dos 63% em relação à anterior, compondo-se majoritariamente por políticos de oposição ao imperador²⁶.

Inspirados pelas teorias e práticas penais em voga na Europa e nos Estados Unidos e comprometidos com a materialização de um projeto político-institucional e jurídico de cariz liberal para o Brasil, os responsáveis pela elaboração do Código Criminal do Império impuseram-lhe também particularidades condizentes à realidade brasileira e ao quadro político nacional de finais da década de 1820. No que tange à análise da definição recebida pelo crime de rebelião, é possível identificarmos não

²⁵ Para a tramitação do Código Criminal de 1830 ver: Vivian Chieregati Costa. Op. cit., 2013; especialmente capítulo 2, pp. 125-202.

²⁶ Para além disso, vale sublinhar que, dentre os deputados explicitamente pedristas ou que pareciam coadunar com os Gabinetes do Primeiro Reinado, apenas as figuras de maior destaque lograram votos suficientes para a manutenção de seus assentos, com a maioria deles não se reelegendo. Já no que tange ao grupo contrário à política do monarca, foram em sua maioria reeleitos. Ver: Monica Duarte Dantas e Vivian Chieregati Costa. Op. cit., 2018.

apenas um alinhamento do Código de 1830 ao que se produzia de mais moderno, àquela altura, no âmbito do direito penal, mas também particularidades inexistentes em outros códigos do período, claramente ligadas às especificidades do panorama político-institucional brasileiro.

Assim era definido o crime de rebelião no Código Criminal de 1830:

Art. 110. Julgar-se-ha commettido este crime, reunindo-se uma, ou mais povoações, que comprehendam todas mais de vinte mil pessoas, para se perpetrar algum, ou alguns dos crimes mencionados nos artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e um, e noventa e dois.

Penas - Aos cabeças - de prisão perpetua com trabalho no gráo maximo; de prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez no minimo.²⁷

Regulados pelos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do mesmo código, os crimes referidos pelo artigo 110 versavam, em linhas gerais, sobre tentativas de destruição da independência e integridade do Império, ou de sua Constituição política e forma de governo, tratando ainda da possível destronização do imperador ou da Regência, e da imposição de empecilhos à reunião da Assembleia Geral²⁸. Não espanta, assim, que fossem estes os casos para cuja repressão poder-se-ia recorrer, no país, à aplicação de medidas extraordinárias de proteção da ordem pública. Tratava-se, afinal, de crimes cuja execução demandava algum grau de articulação e que ofereciam, de fato, grande risco à segurança nacional. Era de se esperar, portanto, que não fossem tão frequentes quanto outros crimes políticos, exigindo medidas mais fortes e urgentes quando de seu aparecimento²⁹.

A definição de rebelião plasmada pelo Código de 1830 implicava, portanto, que, quando da perpetração de crimes políticos mais comuns, tais como os de “desobediência às autoridades” (art. 128), “resistência” (art. 116) e “sedição” (art.

²⁷ “Código Criminal do Império do Brasil”, *CLIB de 1830*. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876; pp. 142-200.

²⁸ Eram estas, em linhas gerais, as determinações de cada um dos artigos citados pelo artigo 110 do Código de 1830: art. 68: tentativa de destruição da Independência ou integridade do Império; art. 69: Provocar diretamente, e por fatos, uma nação estrangeira a declarar guerra ao Império; art. 85: tentativa de destruição da Constituição ou forma de governo; art. 86: tentativa de destruição de um ou mais artigos da Constituição; art. 87: tentativa de destronização do Imperador, de privação de sua autoridade constitucional ou de alteração da ordem legítima da sucessão; art. 88: tentativa de justificar, com falsidade, a impossibilidade física ou moral do imperador; art. 89: privação do Regente ou Regência, em parte ou no todo, de sua autoridade constitucional; art. 91: oposição à convocação da Assembleia Geral; e art. 92: oposição à reunião da Assembleia Geral.

²⁹ Vale mencionar, neste ponto, que no projeto de código criminal que forneceu parcialmente as bases à elaboração do diploma de 1830 – oferecido à Assembleia nacional em 1827 por Bernardo Pereira de Vasconcelos, e profundamente alterado por seus representantes entre 1829 e 1830 –, todos os delitos acima referidos, à exceção do regulado pelo art. 69, conformavam o crime de traição, completamente eliminado, contudo, do Código de 1830. Para uma análise das implicações de tal eliminação ver: Vivian Chieregati Costa. Op. cit., 2013; pp. 284-291.

111), não seria admitido o recurso ao §35 do art. 179³⁰. Além disso, conforme a letra da lei, ficava impossibilitado o recurso à medida de suspensão de garantias no caso do temido crime de insurreição escrava (arts. 113 a 115).

O elemento presente no artigo 110 a efetivamente obstaculizar um enquadramento mais amplo do crime de rebelião – e a consequente aplicação da suspensão de garantias – era, no entanto, o tamanho da povoação, ou povoações necessariamente envolvidas nos conflitos para a qualificação do crime. À altura de 1830, não eram muitas as povoações com mais de 20 mil habitantes no país, excluindo-se deste grupo, por exemplo, a povoação de Afogados, em Pernambuco, e as vilas de Icó e do Crato, no Ceará, palcos dos mais recentes decretos de suspensão. Se as reivindicações e palavras de ordem dos revoltosos poderiam ser sempre, ou quase sempre, “manipuladas” por testemunhas e pelos indivíduos responsáveis pela reposição da ordem – transformando-se, então, uma sedição ou um crime de resistência, por exemplo, em pretensa rebelião –, o número de habitantes das povoações envolvidas nos conflitos era de ordem mais formal e objetiva, dificultando possíveis distorções³¹.

Para além disso, ainda que a definição desse limite parecesse tratar da quantidade de habitantes da(s) povoação(s) envolvida(s) nos acontecimentos, e não do número de pessoas propriamente ativas na rebelião, o texto do artigo não era claro neste ponto, sendo recorrente a interpretação deste limite como sinonímia de um mínimo de pessoas cujo envolvimento direto fazia-se necessário à qualificação do crime, o que tornava ainda mais difícil o seu enquadramento³².

³⁰ Trata-se, no entanto, de averiguar se foi este efetivamente o caso no Império do Brasil no pós 1830.

³¹ Uma vez que o entendimento dado pelo Código de 1830 aos crimes políticos de rebelião, sedição e resistência possuía algumas proximidades, era possível aos rebeldes, ou a seus defensores, alegar que o movimento havia se voltado unicamente à deposição de alguma autoridade (sedição), ou à execução de uma ordem específica (resistência), não oferecendo qualquer tipo de ameaça à monarquia ou à Constituição (rebelião) e restringindo, assim, a gravidade das punições previstas. Até pelo menos 1843, a cada nova sublevação sentida no Império, a qualificação do crime cometido foi acirradamente disputada na Assembleia nacional, recorrendo-se muitas vezes a proclamações, correspondências privadas e publicações impressas na tentativa de enquadrá-lo, evidenciando, a cada nova ocasião, as dificuldades e imprecisões a rondar essa questão.

³² Vivian Chierigati Costa. Op. cit., 2013; p. 290. Em seus comentários ao Código Criminal de 1830, Anastácio Falcão, critica por mais de uma vez a leveza das punições previstas aos crimes públicos neste diploma e o aparente descaso legado pelos legisladores à sua definição. O autor censura abertamente, assim, a definição dada ao crime de rebelião, em especial por considerar extremamente elevado e mal pensado o mínimo de 20 mil pessoas para a sua imputação. De acordo com Falcão, a reunião de um número muito menor de indivíduos poderia ser já atentatória à segurança do Império. Para o jurista, inclusive, por oferecer um perigo muito maior à segurança do Estado que o crime de homicídio, seria preferível que o código tivesse prescrito a pena capital aos casos de rebelião, conspiração e auxílio a nações inimigas, do que aos casos de assassinato. Anastácio Falcão. *Código Criminal do Império do Brasil analysado por José Anastácio Falcão, advogado portuguez; segundo o systema dos melhores criminalistas, com interessantes Nottas extraidas do maginifico, e maravilhôso*

Chama a atenção ainda a surpreendente distância existente entre as 20 pessoas cuja reunião fazia-se necessária para, em determinadas circunstâncias, qualificar-se o crime de conspiração, e as 20 mil cujo concerto parecia ser condição ao crime de rebelião³³. Tal estranhamento é ainda maior ante a intrínseca relação existente entre estes dois crimes no Código de 1830, configurando-se a conspiração numa espécie de primeiro passo da rebelião, já que definida como o concerto de 20 ou mais pessoas para a prática dos exatos mesmos crimes citados pelo artigo 110 – regulados pelos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 –, “não se tendo começado a reduzir a acto” (art. 107).

Para além desta questão “numérica”, também no que tangia às punições previstas ao crime de rebelião, sua restrição aos denominados “cabeças” do conflito – sem que se tenha definido, contudo, ao longo do diploma, o que precisamente qualificava alguém como cabeça de um crime³⁴ –, parecia dificultar a imputação de seus autores. Mais do que isso, uma comparação entre o texto final do Código de 1830 e o do projeto que forneceu parte de suas bases, de autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos, revela uma significativa atenuação das punições previstas aos crimes políticos como um todo e, particularmente, ao crime de rebelião.

Se, no projeto de 1827, portanto, estavam previstas ao crime de rebelião, no grau máximo, a pena de morte, no médio, as galés perpétuas e, no mínimo, a prisão perpétua com trabalho; em 1830 estas penas foram reduzidas, como vimos, à prisão perpétua com trabalho no grau máximo e à prisão com trabalho por 20 ou 10 anos nos graus médio e mínimo.

Aliás, uma comparação geral entre o código criminal brasileiro e diversos códigos que o precederam no mundo ocidental, apontou para uma leveza incomum das punições prescritas, no caso nacional, não apenas ao crime de rebelião em si, mas também aos crimes “contra a existência política do Império”, “contra a Constituição do Império e forma do seu governo”, “contra o chefe do governo” e “contra o livre exercício dos poderes políticos”, especificamente regulados pelos artigos referidos no artigo 110, com a abolição completa da pena de morte e a prescrição majoritária da pena de prisão com trabalho a todos eles.

Systema Penal, e Repressivo contra a Pena de Morte, escripto por M. Charles Lucas, advogado em Paris, e o mais vigoroso e constante Defensor dos Direitos da Humanidade. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de É. Seignot-Plancher, 1831; pp. 41-50.

³³Sobre esta questão ver: Vivian Chieregati Costa, Op. cit.; 2013, pp. 284-292.

³⁴A punição exclusiva aos “cabeças” de um crime ou, de todo modo, a referência a esta categoria específica de criminosos, aparece não apenas no caso do crime de rebelião, mas também nos casos de sedição (artigo 111), insurreição (artigos 113, 114 e 115) e ajuntamentos ilícitos (artigo 290).

À altura da finalização do Código Criminal do Império do Brasil, portanto, um grupo significativo de representantes parece ter visto a si mesmo como possivelmente enquadrado, no presente ou em futuro próximo, em alguns dos crimes políticos regulados pelo diploma, buscando dificultar a sua qualificação e prevendo, para alguns deles, punições mais leves que a média dos códigos do período. Vale destacar ainda, nesse ponto, que dentre os crimes políticos regulados pelo diploma brasileiro de 1830, a pena de morte era prevista unicamente ao caso de insurreição escrava³⁵.

Ainda que tenha recebido, assim, uma definição bastante moderna pelos artífices do Código de 1830 – a começar por sua completa desvinculação de qualquer ideia de traição, presente em diversos outros códigos do período e marcada, mais ou menos diretamente, pela herança das normativas referentes aos crimes de lesa-majestade –, o crime de rebelião possuía particularidades que chamaram a atenção de comentadores do diploma brasileiro e para as quais não é possível localizar congêneres em outros diplomas criminais do período. Dentre elas, o necessário envolvimento de 20 mil pessoas para sua qualificação e a dificuldade de se enquadrar seus responsáveis, haja vista a imprecisão a rondar a definição dos “cabeças” do crime.

Tais minúcias pareciam proteger, *a priori*, indivíduos propensos ao envolvimento num levante contra o governo, sublinhando o caráter de “arma política” de que parece ter se cercado o Código Criminal de 1830 na luta contra o governo de Pedro I³⁶.

No que tange especificamente ao crime de rebelião, portanto, a definição fixada pelo Código Criminal de 1830 parece ter se relacionado ao intuito mais amplo dos representantes de obstaculizarem os desmandos do poder Executivo no país, dificultando, neste caso, o enquadramento deste crime e, consequentemente, as possibilidades de recurso ao §35 do art. 179, de cujas prerrogativas o governo havia abusado ao longo de todo o Primeiro Reinado.

³⁵ Vale lembrar ainda que, pelo crime de insurreição, podiam receber a pena capital, em acordo com o Código de 1830, tanto escravos quanto livres. Para uma discussão mais ampla sobre a admissão da pena de morte no diploma criminal do Império e suas particularidades ver: Vivian Chieregati Costa. Op. cit., 2013; pp. 174-202. Sobre o crime de insurreição ver: Monica Duarte Dantas. “Dos *Statutes* ao Código brasileiro de 1830: o levante de escravos como crime de insurreição”. Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, vol. 452, pp. 273-309, 2011; e Idem. “Revoltas, Motins, Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal”. In: Idem (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011; pp. 9-67.

³⁶ Thomas Flory. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986; p. 174. Vivian Chieregati Costa. Op. cit.; 2013; especialmente pp. 274-282.

Ainda sob o impacto dos debates travados em 1829 e 1830 em torno à aplicação do §35 nas províncias de Pernambuco e do Ceará – e cientes das vitórias e derrotas decorrentes de tais conflitos –, os políticos anti-pedristas parecem ter previsto que, enquanto tal medida não fosse ainda mais circunscrita (já que, em sua opinião, o texto constitucional pusera amarras bastante precisas à sua aplicação, ignoradas, contudo, pelos ministros), o governo seguiria aplicando-a e recorrendo, na sequência, a subterfúgios para escapar às consequências de sua utilização.

Daí, ao que tudo indica, a necessidade premente de uma definição de rebelião que, por si só, obstaculizasse a aplicação da suspensão de garantias no país, aprovada paralelamente a uma série de outras prescrições marcadas pela conjuntura política então vigente, e para as quais nem o Senado, nem o imperador, impuseram quaisquer barreiras.

Não surpreende assim que, passado pouco tempo da aprovação deste diploma, uma série de projetos de reforma ao Código Criminal tenha começado a povoar as Câmaras alta e baixa da Assembleia nacional, partindo, por vezes, da pena de convictos defensores do diploma quando de sua votação. Dentre as alterações propostas ao Código, a do crime de rebelião foi uma constante entre a classe política brasileira, povoando os projetos apresentados por deputados e senadores de meados da década de 1830 até, pelo menos, 1841, ainda que não aprovadas por toda a vigência do documento, isto é, até 1890.

Diferentemente do que parecem ter desejado os artífices do Código de 1830, contudo, a definição de rebelião fixada pelo diploma não ofereceu anteparo suficiente à aplicação do §35 no país, em especial, como veremos, de 1835 em diante. No contexto de retomada desta medida, portanto, os termos específicos para sua aplicação, estabelecidos pelo texto constitucional, foram a pouco e pouco negligenciados, criando uma espécie de jurisprudência que, a cada nova situação, justificava que uma vez mais as garantias fossem suspensas sem que se verificasse, no país, uma “rebelião” (conforme o artigo 110 do Código de 1830), uma “invasão de inimigos”, ou mesmo “perigo iminente da pátria”.

Logo após a Abdicação, no entanto, parte dos letrados brasileiros parecia acreditar que, ante as previsões do Código Criminal, o recurso à medida de suspensão de garantias encontrava-se efetivamente impossibilitado no país. Era nesses termos que falava, em dezembro de 1831, o autor de artigo publicado pelo *Império do Brasil*:

Diário do Governo, ao tratar das turbulências recentemente vividas no Império³⁷ e das reformas legais que considerava necessárias para seu enfrentamento³⁸.

Escrevendo especificamente sobre as recentes tentativas de Feijó de recorrer ao §35 do art. 179 para repor a ordem interna na então atribulada corte do Rio de Janeiro – bem como sobre a negativa dada pelo Legislativo ao pedido do ministro da Justiça, que analisaremos à frente –, o artigo ironizava o barulho criado pelos “anarquistas” frente a um possível recurso ao §35, uma vez que, em sua opinião, as determinações daquele artigo constitucional haviam se tornado ilusórias, na medida em que inaplicáveis ao país.

Em acordo com seu redator, ainda que “os verdadeiros patriotas” temessem a aplicação do “direito de suspender as garantias Constitucionaes” por um governo “pouco amante das instituições livres”, reconhecendo nesta medida, de fato, uma arma poderosa de que os tiranos poderiam fazer uso para a ruína da “Liberdade”, não considerava haver motivos para tal medo no Brasil. Tratando, assim, das condições vinculadas pelo texto constitucional à aplicação do §35, particularmente a de haver crime de rebelião, e analisando a definição recebida por este crime pelo Código de 1830, escrevia o redator:

A conclusão, que daqui tiramos he, que nunca por causa de rebeldia, haverá suspensão de garantias, e por isto em virtude das formalidades será muito mais tardia a punição dos criminosos: julgamos inteiramente difficil que cheguem á unir-se mais de vinte mil pessoas, que constituão huma rebeldia, e, quando assim venha á acontecer, então triste a nossa situação, não he esta uma força tão pouco temível que sem grave perigo do publico sufocar-se possa.

Demos porém que chegue a existir huma rebellião no sentido do Código: elle mesmo reconhece ser este hum crime, que tem por objecto crimes contra a Nação, Constituição, &c., e ao mesmo passo sómente determina que se punão os cabeças, ficando os mais, que ousados se reunirão ao partido rebelde, sem a punição de tão criminosa affoiteza. Se o Código, de accordo com o nosso estado, e a Constituição, outra disposição tivesse instituído, não seriam acaso punidos como rebeldes, pois que realmente o forão e continuam a sel-o, os que com suspensão tyrannica de garantias quizerão em Julho, Setembro, e Outubro, em differentes pontos do Brasil, derramar o innocent sangue de seus compatriotas, ou pelo menos agredir os direitos naturaes e cívicos de cada hum Cidadão? Certamente: mas o Código quis ser brando, e philosophico, e tornou-se áspero, e forte em relação á aquelles que temem justamente pela sua segurança.³⁹

O autor criticava, então, o Código Criminal do Império, por ter impossibilitado o recurso à suspensão de garantias no país e, desta forma, retirado das mãos do governo uma arma que, em um regime não tirânico, servia à liberdade dos cidadãos

³⁷ Analisadas no subcapítulo 2.2 desta tese.

³⁸ *Império do Brasil: Diário do Governo*, vol. 18, nº1 - 01/07/1831, pp. 595-596.

³⁹ Idem. Ibidem; p. 595.

pacíficos, protegendo-os dos “anarquistas” e degenerados. Em sua opinião, mais brando, justo e filosófico que o código da França ou as disposições criminais da Luisiana e Pensilvânia, o Código brasileiro acabara desajustado à realidade nacional; “porem entretanto as nossas circunstâncias são pouco favoráveis”, dizia seu autor, “*non omnes possumus omnia*”. Numa imperfeita tradução, “todos nós não podemos tudo”.

Postando-se claramente, então, ao lado do governo, o autor do artigo encontrava nas leis penais do país obstáculos efetivos à manutenção da ordem interna, assumindo discurso muitas vezes repetido no início da Regência pelo grupo à frente do poder. Discurso de cariz diametralmente oposto apresentariam, no entanto, parte dos periódicos da oposição, reforçando sistematicamente, por seu lado, as contradições existentes na atuação de políticos que, diretamente envolvidos na elaboração e aprovação do Código de 1830, dedicavam-se agora a criticá-lo pela brandura de suas penas e inadequação de suas prescrições.

Era esta a opinião, dentre outros, do redator d’*O Ypiranga*, que, escrevendo em janeiro de 1832, quando ainda eram recentes os últimos apelos de Feijó pela adoção de medidas extraordinárias no país, sublinhava o despudor com que vários dos representantes envolvidos na aprovação do Código de 1830 vinham agora a público pedir por sua reforma. Falando, assim, do modo de pensar dos homens do governo, afirmava o redator:

Finalmente muitas das Leis novíssimas feitas pelas Legislaturas Brasileiras, são mal concebidas, e calculadas; e, entre ellas a que mais merece a censura [sic] dos homens he o Código Criminal. Ninguém esta menos disposto para elogiar o Código, do que nós. Mas cumpre que o Brasil pondere, I, que forão estes mesmos Senhores, que agora tanto se queixão, que o redigirão, elogiarão, e approvarão. Então era bom; cahe o Governo passado, immediatamente he mau; pergunta-se-lhes o motivo de huma tal inconsistencia de pensar; não tem pêjo de dizerem que o fizeram assim *máo* por acinte, e com o fim expresso de derribarem o ex-Imperador.⁴⁰

Desde fins de 1830, portanto, a temática da suspensão de garantias encontrava-se já no horizonte de preocupação dos representantes brasileiros. Haja vista a seriedade com que o recurso a este dispositivo foi encarado desde a abertura dos trabalhos da Assembleia nacional, ainda em 1826 (como vimos no primeiro capítulo), não surpreende que seu uso descontrolado e contrário à Constituição (conforme seus opositores), pelo imperador Pedro I em 1829, tenha alertado deputados e senadores à necessidade de prover o país de garantias legais contra seu

⁴⁰ *O Ypiranga*, nº 11 - 14/01/1832. Recuperado via *O Carijó*, nº 7 - 31/01/1832; p. 4

abuso, em especial pelo poder Executivo. Sob este pano de fundo, a controversa definição do crime de rebelião no Código de 1830⁴¹ assume contornos mais tangíveis, assim como elucida-se a atenção dedicada à regulamentação do §35 do art. 179 no imediato pós-abdicação.

A tramitação da reforma constitucional e as previsões de seu primeiro projeto para o §35 do art. 179

Incomodados já de longa data com o a excessiva concentração de poderes nas mãos do monarca e com o que reconheciam como a exacerbada centralização das decisões políticas e administrativas na Corte do Rio de Janeiro, os liberais que assumiram o leme do país após a saída de Pedro I, buscaram repensar o ordenamento político do Império, priorizando a iniciativa de reforma constitucional. Se, ao elaborarem a Lei da Regência, haviam já adiantado algumas das modificações que lhes eram mais caras no equilíbrio de poderes, ratificando, dentre outras, alterações na prerrogativa de aplicação do §35 do art. 179, também no debate da reforma constitucional a questão da suspensão de garantias seria contemplada, aparecendo já no primeiro projeto apresentado à Casa, em julho de 1831.

Nesse processo, paralelamente ao incômodo sentido por parcela significativa dos representantes brasileiros ante o uso feito do §35 no país, explicitava-se a importância creditada a esse dispositivo pela classe política nacional. Tratava-se, afinal, de medida extraordinária de proteção da ordem pública pensada e constitucionalmente prevista para proteger o país de ameaças que, à altura de 1831, pareciam cada vez mais palpáveis.

É necessário esclarecer, portanto, que se a preocupação dos legisladores brasileiros com o §35 passava pelo anseio de impor limites gerais à sua aplicação, tornando-a menos frequente no país, fundava-se principalmente, contudo, no desígnio de que fossem eles a definir as instâncias de poder – preferencialmente legislativas – responsáveis por tal aplicação.

⁴¹ Tal definição chamou a atenção dos principais comentadores do Código Criminal do Império do Brasil; num caso como o de Anastácio Falcão, pela excentricidade que reconhecia no estabelecimento de um mínimo de 20 mil pessoas para a imputação do crime e, para Thomaz Alves Junior, pela grande originalidade e particularidade do crime de rebelião no código brasileiro frente a outros diplomas criminais do período. Anastácio Falcão. Op. cit. Thomaz Alves Jr. *Anotações teoricas e practicas ao Código Criminal*. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto & Ca; Tomo I; 1864.

O desejo de reformar a Carta de 1824, latente entre as alas mais à esquerda dos políticos liberais desde pelo menos a expansão do debate federalista, entre 1829 e 1830, tomou corpo com a abdicação de Pedro I e, como dissemos, passou rapidamente a compor a agenda oficial dos deputados nacionais. Em acordo com Andréa Slemian, a saída de cena do monarca ensejou possibilidades de transformação mais radicais do regime, influenciando tanto sobre o aumento dos movimentos populares no país, quanto sobre a institucionalização das discussões acerca do ordenamento político almejado para o Império⁴².

O governo empossado no pós-Abdicação compôs-se preponderantemente por liberais que, a despeito de não questionarem as diretrizes gerais da Carta de 1824 – destacando ser ela objeto de respeito e devoção –, vislumbravam contrabalançar a preeminência do monarca por meio da ampliação da atuação da Câmara dos deputados na política imperial⁴³. Não espanta, desta forma, que tenham rapidamente encampado o projeto de reforma da Constituição.

Aos 6 de maio de 1831 – apenas 3 dias, portanto, após a abertura oficial dos trabalhos legislativos – José Cesário de Miranda Ribeiro apresentou à Câmara dos deputados requerimento sugerindo a nomeação de comissão especial encarregada de propor a reforma dos artigos constitucionais “que ela conhecer que a merecem”, seguindo, para tanto, o trâmite marcado nos artigos 174, 175, 176 e 177 da mesma Carta. A despeito de motivar discursos inflamados de deputados como Lino Coutinho, Rebouças e Luiz Cavalcanti, que associavam alterações na Carta de 1824 ao risco aumentado de desagregação das províncias, o requerimento foi aprovado por ampla maioria e a comissão proposta pelo representante de Minas Gerais eleita ainda na sessão de 6 de maio, e composta pelo próprio Miranda Ribeiro, além de Paula Souza e Costa Carvalho⁴⁴.

Em acordo com os artigos constitucionais citados pelo requerimento, a Carta de 1824 poderia ser reformada se, passados quatro anos de seu juramento, mostrando-se necessária a alteração de algum de seus artigos, uma proposição por escrito contendo tal pedido fosse aprovada por dois terços da Câmara dos deputados. Admitindo-se a reforma à discussão, a Câmara devia seguir todo o trâmite regular previsto à formulação de uma lei, decidindo, então, quais dos artigos constitucionais

⁴² Andréa Slemian. *Sob o Império das Leis. Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2009; pp. 232-233.

⁴³ Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit., 2014; p. 271.

⁴⁴ Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit., 2014; p. 302.

deveriam ser reformados, e, uma vez aprovada tal decisão, proceder a seu envio, na forma de uma lei regulamentar, à avaliação do Senado. Tal lei, ademais, devia conter um ordenamento aos eleitores da próxima legislatura, para que conferissem a seus membros a especial faculdade necessária à reforma. Na seguinte legislatura, proposta e discutida a matéria, o que vencesse prevaleceria para a mudança ou adição à Lei fundamental, sendo solenemente promulgado junto à Constituição.

Aos 9 de julho de 1831, a comissão especial apresentou parecer e projeto detalhado contendo as bases da reforma almejada. Dentre as principais alterações propostas estavam: a definição do Império do Brasil como “associação política dos cidadãos de todas as suas províncias, federadas por esta constituição”; a extinção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade dos senadores e juizes de direito; a renovação bienal da Câmara dos deputados (por completo) e do Senado (em sua terça parte); a substituição da Regência trina por uma composta por regente único e vice-regente, eleitos pelas assembleias provinciais; a remissão quase completa da organização do sistema judiciário à legislação a ser futuramente elaborada no país; a criação de um poder legislativo nas províncias, delegado às assembleias provinciais, a serem compostas por uma câmara de deputados provinciais e pelo senado provincial; a diminuição do poder decisório dos presidentes de província; e ainda a criação de intendentess e vice-intendentess municipais, a quem caberia executar e fazer executar as leis gerais do Império.

No que tangia especificamente ao §35 do art. 179, o projeto propunha sua substituição pelo seguinte texto:

Pedindo a segurança do estado que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades que garantem a liberdade individual, poder-se-ha fazer por acto especial do **poder legislativo nacional ou provincial**, sómente quando a pátria se julgue em perigo iminente, **por mais de dous terços de votos em cada uma das câmaras legislativas; sem igual numero de votos não passará a lei da suspensão**; e as autoridades encarregadas de sua execução, que darão circunstanciada conta às mesmas câmaras de quanto houverem feito, serão responsáveis pelos abusos que tiverem praticado a esse respeito.⁴⁵

Contendo profundas alterações ao texto original da Carta de 1824, o parágrafo sugerido pela comissão especial não apenas suprimia os casos específicos de rebelião ou invasão de inimigos como pré-requisitos para a aplicação da medida de suspensão das garantias, como retirava do Executivo qualquer possibilidade de recurso à mesma.

⁴⁵ “Documento A – Parecer sobre a Reforma da Constituição”. In: Breves Noções Históricas sobre a lei de 12 de outubro de 1832 que deo origem á promulgação do Acto Additional. APB-CD, 1834, vol. 1, pp. 9-34; pp. 13-29; p. 29; grifos meus.

Paralelamente, estendia tal prerrogativa ao legislativo provincial, ao mesmo tempo em que fixava a necessidade de mais de dois terços de votos favoráveis à medida, em cada uma das câmaras (nacionais ou provinciais), para sua aprovação, dificultando, portanto, sua aprovação.

Tratava-se, assim, de alterações importantíssimas ao texto original da Constituição que, de uma tacada só, buscavam dar conta de diversos pontos polêmicos do recurso ao §35 do art. 179 – bastante mencionados, como vimos, nos debates travados em 1829 e 1830 em torno da questão –, sem, contudo, abrir mão da medida de suspensão das garantias. A grande novidade do projeto no tocante à suspensão das garantias, residia na proposta de “provincialização” dessa medida, prevendo, como dissemos, que também em âmbito regional o poder legislativo tivesse a prerrogativa de sua aplicação.

Ao mesmo tempo em que completava a obra de interditar ao poder Executivo a prerrogativa de suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos do país – iniciada pela Lei da Regência, que possuía, no entanto, vigência pré-definida de 13 anos –, a proposta de “provincialização” do §35 no projeto de reforma constitucional tornava possível o recurso a esse dispositivo em conjunturas em que o Legislativo nacional não se encontrasse reunido, mas as assembleias provinciais sim⁴⁶. Lembremos nesse ponto que, uma vez que a Lei da Regência proibira por completo a aplicação dessa medida pelo poder Executivo no país e não estipulara qualquer tipo de “provincialização” da mesma, a possibilidade de recurso ao §35 ficara limitada, em acordo com ela, ao período de reunião do Parlamento nacional (geralmente de maio a outubro de cada ano, com possíveis antecipações ou prorrogações).

A reforma só seria finalizada, contudo, em agosto de 1834, e até lá, as alterações propostas ao §35 do art. 179 teriam percurso incerto, desaparecendo do projeto preferido pelos representantes em 1831 e da lei de reforma constitucional enfim aprovada em outubro de 1832, mas voltando a aparecer no projeto final de 1834, elaborado e votado já pela terceira legislatura imperial.

No que tange ao projeto da comissão especial apresentado aos 8 de julho na Câmara, “fatores internos e externos”, na opinião de Carlos Eduardo França de Oliveira, adiaram sua discussão. Interrompida, assim, ainda naquele mês, em função dos tumultos populares transcorridos na corte e de debates que se tornaram prementes

⁴⁶ Em acordo com o projeto da comissão especial, a abertura das sessões da assembleia provincial deveria ocorrer, todos os anos, no dia 1º de dezembro, transcorrendo por dois meses. Já a previsão de abertura da Assembleia geral era mantida para 3 de maio de cada ano.

à mesma altura – como o de criação da Guarda Nacional, acelerado pela crise fluminense de julho de 1831– , tal discussão seria retomada em agosto, com a proposição de um novo e resumido projeto de reforma por Henriques de Rezende⁴⁷, e se desenrolaria efetivamente entre setembro e outubro, com a aprovação final de um projeto de autoria exclusiva de Miranda Ribeiro.

2.2. Agitação política e recusa à suspensão das garantias em 1831

A manutenção da ordem interna representou verdadeiro desafio ao novo governo e aos parlamentares no imediato pós-Abdicação. Àquela altura, o país se viu às voltas com uma série de sublevações urbanas protagonizadas, em diferentes províncias, pelo chamado “povo e tropa”. Marcello Basile definiu tais movimentos, em linhas gerais, como de pequena dimensão (tanto em número de participantes, quanto em duração), parcamente organizados e com motivações diversas. Dentre elas: insatisfações internas aos próprios liberais, ou entre estes e os “caramurus”, no tocante aos rumos tomados pela recém instalada Regência e à concentração de cargos políticos e administrativos; anseios federalistas; antilusitanismo; disputas entre diferentes camadas da população nacional em torno à ocupação do mercado de trabalho; manutenção da crise econômica; e fortes descontentamentos entre a ala militar⁴⁸. No que tange aos militares, suas insatisfações versavam sobre a grave redução dos efetivos e modificação dos critérios de promoção e nomeação, passando pelas constantes transferências e dissoluções de unidades, até o recrutamento forçado, os castigos corporais, e o baixo soldo, pago muitas vezes em moeda falsa.

Desde seus momentos iniciais, portanto, o governo da Regência e o Parlamento, reunido em maio de 1831, tiveram que lidar com grande número de revoltas, de maior ou menor impacto, espalhadas pelo país.

Questões concernentes à segurança nacional vieram rapidamente à tona quando da reunião da Câmara dos deputados, sugerindo-se, já aos 4 de maio, a formação de comissão que apresentasse as bases de criação da Guarda Nacional. Propostas como a de expulsão dos “estrangeiros vadios” do Império, a de reforma dos oficiais do Exército e da Marinha cuja permanência fosse considerada “prejudicial à

⁴⁷ APB-CD, sessão de 4 de agosto de 1831; p. 21. Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit., 2014; pp. 314-315

⁴⁸ Marcello Basile. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017; pp.53-119; p. 68.

causa pública”, ou demandas pela proposição dos “meios de promover a segurança pública contra os anarquistas que a perturbavam”, se multiplicaram na Câmara dos deputados, refletindo, em certa medida, o panorama que os representantes tinham sob os olhos.

Profundamente preocupados, portanto, com a conjuntura sócio-política nacional, nem por isso os deputados brasileiros aquiesceram, nos primeiros meses de 1831, com projetos que, na opinião de parte significativa deles, fundavam a reposição da ordem na imposição de medidas arbitrárias. Várias das propostas então realizadas em nome da salvação pública acabaram, assim, rejeitadas pela deputação, firmemente decidida, ao que tudo indica, a não anuir com o recurso a qualquer medida extraordinária ou que parecesse exorbitar da esfera da legalidade⁴⁹.

Em maio de 1831, discutindo a possível criação de comissão especial voltada à proposição de meios para a manutenção da segurança interna, Evaristo Ferreira da Veiga clamaria a seus colegas que, ante o temor gerado pelo quadro interno brasileiro, não se deixassem levar pela tentação do arbítrio. Reivindicava, assim, que a manutenção da segurança e da tranquilidade pública se dessem, exclusivamente, “na forma das leis”. Nas palavras do deputado, “não era revestindo um terror pelo outro, nem revestindo o governo de ditaduras perniciosas, que se restabeleceria a ordem, mas entregando as armas nas mãos dos verdadeiros patriotas da classe pensante da nação”⁵⁰, em clara alusão à necessidade de rápida conformação de uma Guarda Nacional.

Aos 12 de julho de 1831, um parecer lido na Câmara dava conta de sublevações transcorridas nas províncias da Paraíba, Alagoas, Santa Catarina e Sergipe, nas quais povo e tropa haviam se reunido para destituir empregados públicos, civis e militares, considerados inimigos da causa nacional⁵¹. Em Pernambuco, um motim estourou aos 6 de maio de 1831, em reação quase imediata às notícias da

⁴⁹ Ao tratar deste período, Tarquinio de Souza refere-se, por mais de uma vez, à recusa convicta dos políticos liberais – num primeiro momento – em fazer uso de “qualquer medida de exceção, qualquer atitude que parecesse redundar em excesso de poder, em restrição de liberdade”. Sob sua análise, tal recusa chegaria a confundir-se com certa ingenuidade destes homens que, “por coerência – honesta, mas inadvertidamente”, teriam afastado a ideia de um possível recurso a poderes extraordinários, acabando por perder o controle sobre a situação tumultuosa – “de insubmissão, de desacato, de desordem” – imperante no Rio de Janeiro após o 7 de abril. Tarquinio de Souza define, inclusive, como “temerária” a decisão dos liberais “moderados” de prescindir de tais poderes extraordinários, haja vista as prescrições da Lei da Regência no tocante ao §35, “não determinando a suspensão das garantias individuais” ante o cenário que, poucos dias após a abdicação, tinha-se já sob os olhos na capital do Império. Octavio Tarquinio de Souza. *História dos Fundadores do Império do Brasil. Vol. IV. Diogo Antônio Feijó*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960; p. 132, p. 136 e p. 143.

⁵⁰ APB-CD, sessão de 25 de maio de 1831; p. 92.

⁵¹ APB-CD, sessão de 12 de julho de 1831, pp. 226-227.

abdicação de Pedro I. A principal exigência dos revoltosos, cujo grupo era composto por membros dos batalhões de primeira linha do Recife, comandados por oficiais brasileiros, era a demissão de autoridades civis e militares acusadas de inimizade à causa nacional e de vínculo aos “absolutistas”⁵². Na Bahia, movimentada desde os primeiros dias de abril em função das notícias do episódio da *Noite das Garrafadas*, levantes antilusitanos – também conhecidos como “mata-marotos” – e revoltas militares, tomariam corpo nos meses subsequentes, assustando a população e as autoridades da província e resultando na destituição de presidentes da província, governadores das armas e comandantes militares⁵³.

Também a cidade do Rio de Janeiro, como vimos, vivia agitada há meses, com frequentes confrontos entre brasileiros e portugueses, insatisfação generalizada entre as camadas mais pobres da população e temores de violência comum por seus becos e vielas. Nesta conjuntura, a manutenção da ordem se apresentava como verdadeiro desafio aos políticos liberais, tanto àqueles mais alinhados ao governo e com espaço e voz na nova administração, quanto àqueles que, exclusivamente do plenário da Câmara dos deputados, buscavam prover o país da ordem e segurança que consideravam necessárias a seu pleno funcionamento institucional e à implantação de reformas e renovações há muito ansiadas.

No início de julho de 1831, o padre liberal Diogo Antonio Feijó foi nomeado ministro da Justiça do país, indicando, desde o início, seu compromisso com a segurança interna e a reposição da ordem na capital e nas províncias. As condições impostas pelo padre paulista à aceitação do cargo, davam já algumas pistas do modo implacável com que perseguiria os opositores do regime, bem como da independência que almejava à pasta da justiça; a despeito da “solidariedade ministerial” por ele sugerida no intuito de estimular a “unidade de pontos de vista do governo”⁵⁴. Dentre estas condições, salta então aos olhos a de número 2:

Tomarem-se todas as resoluções relativas a escolha e demissão de empregados, a medidas gerais, e a casos particulares, em conselho de Ministros, presidido pela Regência, **ficando livre ao Ministro da repartição a que o negocio pertencer**,

⁵² Marcus J. M. de Carvalho. “Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848). In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp. 121-183; pp. 134-135. Em acordo com Marcus Carvalho, à frente do primeiro batalhão que se amotinou estava o tenente Francisco Roma, filho do Padre Roma e irmão de Abreu e Lima, também envolvido, como vimos, na sublevação de Afogados em 1829.

⁵³ João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; pp. 49-52 e 56-57. Ver também: Sérgio Armando Diniz Guerra Filho. *O antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)*. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2015.

⁵⁴ Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit., 1960; p. 146-150.

quando seja dissidente, fazer o que entender; e desonerados os outros de defender semelhante ato. As ordens tendentes a mandar executar as leis, dar esclarecimentos e proceder a diligências para propor afinal resolução em conselho, poderão ser dadas por cada ministro, independente de conselho.⁵⁵

A nomeação de Feijó desagradou profundamente os liberais de cariz mais radical, que, constantemente ligados às agitações de rua da corte, não retrocederam ante à figura do novo ministro da Justiça, muito pelo contrário. Nos dias que imediatamente se seguiram à sua nomeação, Feijó sentiria já sobre os ombros o peso de seus opositores, enfrentando a primeira de uma série de revoltas a aprofundar a gravidade da situação fluminense.

Frente às revoltas que se seguiram na corte pelos meses subsequentes, Feijó reagiu energicamente, sugerindo ou efetivamente demandando dos parlamentares a suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos. Paralelamente a tais pedidos, agiu com mãos de ferro em nome da reposição da ordem interna, aprovando medidas fortes de segurança e cobrando dos representantes “providências legais” que aniquilassem o mal que considerava assolar o país.

A crise de julho de 1831

SENHOR.

O Povo e Tropa desta Capital do Rio de Janeiro é de novo reunido para pedir a expulsão para fora do Império dos acérrimos inimigos da Nação Brasileira, que tantos males lhe hão causado e que são incansáveis em tramar solapadamente a sua ruína. [...]

O Povo e Tropa, Senhor, deseja não largar as armas da mão, sem o cumprimento de seu pedido; protestando a obediência devida às Autoridades Constitucionais, que os rege.

Campo da Honra 14 de Julho de 1831.⁵⁶

Entre os dias 12 e 20 de julho de 1831, a cidade do Rio de Janeiro se viu às voltas com uma revolta de grandes proporções que, a despeito de rapidamente controlada pelas forças da ordem, aprofundou o sentimento de insegurança partilhado pela população da corte e pelo governo desde, pelo menos, o mês de março.

Iniciada na noite de 12 de julho, com a sublevação do 26º Batalhão de Infantaria do Exército, a revolta se espalhou com rapidez pela cidade, reunindo, já na manhã do dia 15 de julho, mais de 4 mil rebeldes, entre militares e civis, no Campo da Honra (antigo Campo de Santana). A despeito da falta de organização dos

⁵⁵ APUD Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit., 1960; p. 147; grifo meu.

⁵⁶ APUD Marcello Otávio Neri de Campos Basile. *O império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2004; pp. 262-263.

manifestantes, da confusão das reivindicações encaminhadas ao governo e da relativa rapidez com que arrefeceu o movimento, a reunião de milhares de pessoas em oposição ao governo fez deste um dos episódios mais graves do início da Regência. Congregando praticamente o mesmo número de pessoas envolvidas no episódio da abdicação⁵⁷, é possível que a chamada “crise de julho” de 1831 tenha representado, ao recém empossado governo da Regência, os mesmos riscos de destituição enfrentados pelo imperador Pedro I havia pouco mais de três meses.

Em acordo com os relatos e interpretações historiográficas do acontecimento⁵⁸, a insatisfação bradada pelos soldados do 26º Batalhão aos 12 de julho, difundiu-se entre os dias 13 e 14 para parte dos corpos da Guarda Militar de Polícia – responsáveis pelo patrulhamento regular da cidade – e, destes, para as tropas do 3º e 5º Batalhões de Caçadores e da Cavalaria do Exército. Reunindo-se o restante da guarnição da corte sob as ordens do comandante das armas, o general José Joaquim de Lima e Silva, com o intuito de preparar a repressão aos revoltosos, também eles acabariam por se juntar aos rebeldes.

Para o rápido contágio e expansão das insatisfações, inclusive entre as forças responsáveis pela manutenção da ordem – impedindo, assim, que soldados ou forças policiais chamadas para o controle da situação atuassem na repressão –, teriam contribuído indivíduos de orientação política liberal radical que, com fácil entrada entre as tropas, as teriam agitado contra o governo.

Entre os dias 14 e 15 de julho, misturaram-se, assim, os gritos dos diferentes agentes envolvidos na revolta. Aos brados pela união entre as tropas e as unidades amotinadas da polícia e pelo desembarque do Batalhão 26 (que fora reenviado, já no dia 14, à sua província de origem, a Bahia), uniram-se gritos contra a prisão de alguns

⁵⁷ Em acordo com Marcello Basile, a manifestação pública de 4 mil homens no Campo da Honra, em 1831, equivaleria, no início dos anos 2000, à reunião, na cidade do Rio de Janeiro, de uma multidão de cerca de 170 mil pessoas, pensando-se na população geral da cidade, ou ainda de 240 mil pessoas, levando-se em conta unicamente o perímetro urbano. Marcello Basile. Op. cit., 2004; pp. 334-335.

⁵⁸ Uma detalhada descrição do movimento pode ser encontrada nos trabalhos de Marcello Basile e Pedro Zanquetta Junior, que, reunindo os relatos publicados à época na imprensa e textos de produção mais antiga sobre o acontecimento, tais como o de Moreira de Azevedo (publicado na revista do IHGB), reconstituíram cautelosamente suas etapas. A descrição aqui presente da chamada “crise de julho de 1831” baseou-se, assim, nas informações reunidas por estes dois autores e na leitura dos debates parlamentares travados à altura dos acontecimentos na corte. Marcello Otávio Neri de Campos Basile. Op. cit., 2004; especialmente capítulo 9. Pedro Zanquetta Junior. *As Zonas de Sombra da Memória: estudos sobre as sedições militares “exaltadas” no Rio de Janeiro de 1831*. Dissertação de Mestrado. UNESP, Assis, 2011. Dr. Moreira de Azevedo, “Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro”. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico*” Tomo XXXVII, Parte Segunda, Terceiro Trimestre. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, 1874; pp. 179-190 Para acesso aos exemplares da revista do IHGB: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?category=9&moduleId=147>.

soldados, pelo fim dos castigos corporais militares e até pela deposição do comandante das armas. Em acordo com folhetos e panfletos publicados à altura dos acontecimentos, bradavam-se também generalidades contra o governo, tais como “abaixo a Assembleia, quer-se Constituinte, fora um dos membros da Regência, fora os deputados corcundas”, ou ainda “abaixo a Câmara Municipal e Juizes de Paz” e “agora quem dita a Lei é Povo e Tropa com as armas na mão”⁵⁹.

Paralelamente à reunião no Campo da Honra, uma série de tumultos ocorria em diferentes pontos da cidade. Ante o maior número e melhor armamento dos revoltosos, a recém-formada Guarda Municipal⁶⁰ recuou, deixando a cidade sem policiamento. Em acordo com relatos, amedrontados e sentindo-se abandonados, os habitantes da cidade tentavam fugir para a periferia, ou ainda refugiar-se nos navios ancorados no porto⁶¹. Também o comércio fechou as portas, ficando os habitantes do Rio de Janeiro em verdadeiro estado de pânico.

No dia 15 de julho, parte do Corpo de Polícia entrou em conflito com soldados do 3º Batalhão, com quem até então confraternizavam. Se os tiroteios, confusão e mortes que se seguiram conformaram o ápice da revolta, acabaram por contribuir também para a dispersão da multidão. As tropas e os corpos da polícia começaram, então, a retornar a seus quartéis, esperando pelo posicionamento do governo regencial ante suas reivindicações, expressas numa representação redigida ainda no dia 14 e remetida dois dias depois, por Feijó, à apreciação da Câmara dos deputados.

Nela, “Povo e Tropa” pediam a expulsão de 89 pessoas do Império – “acerrimos inimigos da Nação Brasileira, que tantos males lhe hão causado e que são incansáveis em tramar solapadamente a sua ruína” –, dentre as quais senadores, militares, clérigos e muitos portugueses, cujos nomes vinham listados ao final⁶². Pediam ainda a suspensão, de seus empregos, dos funcionários da nação que fossem inimigos das instituições livres, bem como o fechamento do Brasil à imigração portuguesa por um total de 10 anos. Ao fazerem suas reivindicações, os signatários afirmavam não desejarem largar as armas enquanto não se cumprisse o seu pedido,

⁵⁹ Marcello Basile, *Op. cit.*, 2004; p. 262.

⁶⁰ A Guarda Municipal foi criada pela lei de 6 de junho de 1831 e regulamentada por Decreto de 14 de junho do mesmo ano. “Lei de 6 de junho de 1831 – Dá providências para a prompta administração da Justiça e punição dos criminosos”. *CLIB de 1831*. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875; pp. 1-4. “Decreto de 14 de junho de 1831 – Crêa em cada districto de paz um corpo de guardas municipaes dividido em esquadras”. *CLIB de 1831*. Parte Segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875; pp. 16-18.

⁶¹ Dr. Moreira de Azevedo. *Op. cit.*; p. 182.

⁶² Dentre os nomes citados na representação constavam os dos marqueses de Paranaguá, Baependi, Aracati, Santo Amaro e Maceió. Carlos Eduardo França de Oliveira. *Op. cit.*, 2014; p. 311.

“protestando a obediência devida às autoridades constitucionais”. A representação terminava com nada menos que 441 assinaturas⁶³.

Antes sequer de tomar conhecimento da existência deste documento, a Câmara dos deputados entrou em sessão permanente, aos 15 de julho de 1831, “em consequência da perturbação do socego nesta corte”, mantendo-se assim até o dia 20 do mesmo mês. Na própria sessão do dia 15, foram lidos na Casa dois ofícios, respectivamente redigidos pelos ministros da Justiça e da Guerra do país, dando conta da situação vivida nos últimos dias na capital. Seguiu-se seu envio às comissões reunidas de constituição e justiça civil e criminal que, na mesma data, apresentaram parecer reconhecendo a ameaça imposta à segurança individual na cidade e convidando o Senado a reunir-se com os deputados no Paço imperial. Participavam ainda ao governo que a Câmara permaneceria à espera das propostas que, em acordo com a constituição, se considerasse necessárias ao “completo restabelecimento da tranquilidade e segurança pública”.

Nos dias que se seguiram, governo e parlamentares buscaram se armar dos meios necessários à reposição da ordem – em especial por meio da recomposição das forças de segurança da cidade⁶⁴ –, chegando a apelar para a ajuda de outras províncias⁶⁵. Aprovaram, simultaneamente, uma série de medidas que pareciam transigir com as demandas rebeldes, dentre as quais alterações dos titulares de algumas pastas ministeriais e melhorias importantes no tocante ao serviço das tropas do Exército nacional⁶⁶.

⁶³ Em sua dissertação, Pedro Zanquetta Junior analisa a identidade dos 89 indivíduos cuja expulsão era reivindicada no documento, bem como dados gerais de seus 441 signatários. Op. cit.; pp. 24-32.

⁶⁴ Nessa conjuntura, foram rapidamente analisadas e votadas medidas concernentes a uma reorganização emergencial das guardas municipais (autorizando o governo a nomear um comandante geral, cujo exercício duraria até que cessassem as circunstâncias extraordinárias vividas pela cidade, e aumentando consideravelmente os critérios de admissão no mesmo corpo, implicando num aumento significativo de seu efetivo), e ainda uma lei como a de dissolução do Corpo da Guarda Militar da Polícia do Rio de Janeiro (do qual faziam parte os oficiais que haviam disparado a revolta), “determinando o envio dos praças para diferentes províncias e a redistribuição dos oficiais pelas unidades do Exército”. Ver: “Decreto de 17 de julho de 1831”. *CLIB de 1831. Parte Primeira*; pp. 35-36. Marcello Basile. Op. cit., 2004; p. 267. Pedro Zanquetta Junior. Op. cit.; pp. 21-22; e “Lei de 17 de Julho de 1831”. *CLIB de 1831. Parte Primeira*; pp. 34-35.

⁶⁵ França de Oliveira analisa brevemente os ofícios despachados da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra para as províncias de São Paulo e Minas Gerais, solicitando o envio de força armada para auxiliar na contenção da revolta de julho, bem como as movimentações de apoio aos regentes articuladas internamente a estas províncias, inclusive por entidades civis como as Sociedades Defensoras. Op. cit., 2014; pp. 309-311.

⁶⁶ Em acordo com Pedro Zanquetta Junior: “A primeira delas, destinada aos presidentes das Províncias, comunicava a autorização por parte do ministério, para que as praças do Exército insatisfeitas com sua migração pudessem retornar a suas Províncias de origem e servirem nos corpos ali - ou nas proximidades - estacionados. As outras duas, destinadas ao Comandante das Armas da Corte, determinavam, respectivamente, a proibição do ‘aviltante castigo de chibatadas’ no Exército, e, a demissão dos praças pertencentes à guarnição da Corte, casados, filhos únicos de viúvas ou cujo

No que tange às trocas ministeriais, foram substituídos os ministros do Império, da Guerra e da Fazenda do país, compondo-se, no bojo dos acontecimentos de julho, o primeiro Gabinete da Regência trina permanente. O Gabinete anterior, formado no imediato pós-Abdicação, era quase exatamente o mesmo de 19 de março de 1831, composto por Manoel José de Souza França (Império e Justiça, tendo substituído ao visconde de Goyana, na segunda pasta, aos 26 de abril de 1831), Francisco Carneiro de Campos (Estrangeiros), José Inácio Borges (Fazenda, pasta comandada, no pré-Abdicação, por Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti, que não quis reassumi-la), José Manoel de Moraes (Guerra) e José Manoel de Almeida (Marinha).

Por meio das substituições empreendidas em julho, Lino Coutinho, deputado liberal de cariz exaltado, assumiu a pasta do Império; Manoel da Fonseca Lima e Silva, irmão de um dos regentes e do comandante das armas do Rio de Janeiro, passou a encabeçar a pasta da Guerra e Bernardo Pereira de Vasconcelos assumiu o ministério da Fazenda, de cuja direção José Inácio Borges pedira afastamento poucos dias antes. Diferentes leituras deste momento concordam que a nomeação de vozes importantes da oposição no Primeiro Reinado, bem como a escolha de um liberal de cariz mais radical para a cabeça do ministério, pressupunham a tentativa de um reequilíbrio das forças políticas no país e revelavam o intuito da Regência de governar com o apoio da Câmara⁶⁷.

recrutamento tivesse se realizado sob uso de violência”. Pedro Zanquetta Junior. Op. cit.; pp. 20-21. Tratando da quebra da disciplina militar em Pernambuco no pós-abdicação, Marcus Carvalho aborda o modo como o recrutamento para as tropas de primeira linha no Império significava, muitas vezes, um verdadeiro banimento ao recrutado. Nas palavras do autor: “Os recrutados em uma dada província muitas vezes eram enviados para servir em outras partes do império para evitar que o soldado se enredasse nas malhas clientelares provinciais. Como o serviço militar podia prorrogar-se por 14 anos, o engajamento poderia significar exílio perpetuo do domicílio original do recrutado. [...] O recrutamento era um banimento. Ser dispensado não significava necessariamente voltar para casa. O engajado podia muito bem ser dispensado em qualquer parte dos imensos brasis, sem um vintém, impossibilitando o retorno ao lar.”. A decisão do Ministério da Guerra de permitir o retorno dos praças descontentes às suas províncias de origem e seu engajamento naqueles locais, previa contudo, desta vez, o provimento das condições, ao menos de transporte, para tal retorno. Marcus J. M. de Carvalho. Op. cit., 2017; p. 131. Para a decisão N. 178 do Ministério da Guerra de 16 de julho de 1831 ver: *CLIB de 1831*, Parte Terceira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876; p.135.

⁶⁷ Nas palavras de Paulo Pereira de Castro: “Na formação do novo Gabinete, a nomeação de Lino Coutinho, que insistira em exculpar os agitadores dos tumultos anteriores ao dia 12, que apresentara projetos de lei antilusitanos e que movera tenaz oposição a Feijó, desde que este subiu ao ministério, e a Manuel da Fonseca Lima e Silva, irmão do Comandante das Armas, parece que se relacionam com alguma transação que a revolução impôs”. Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p. 29. Já em acordo com Basile: “[...] a crise provocou a saída de metade do ministério, forçando a Regência a promover um realinhamento político, que implicava, ao mesmo tempo, em ceder espaço (como gesto de boa vontade para arrefecer os ânimos) e tentar cooptar (para assim desarticular) os *exaltados*, com a ida do deputado baiano José Lino Coutinho – até então ligado àquele grupo – para a Pasta do Império, no lugar de

Passado o susto inicial, contudo, os revoltosos de julho a pouco e pouco se desmobilizaram e o perigo de convulsão social se tornou menos iminente⁶⁸. A partir do dia 16, começaram a chegar à Câmara diversas representações de apoio ao governo e ao Parlamento, redigidas pelos mais diferentes grupos militares e civis, prometendo lealdade e auxílio na reposição da ordem interna. Aumentava cada vez mais, assim, a confiança e a margem de manobra do governo ante os sublevados e suas reivindicações, permitindo, por exemplo, a recusa da Câmara a sequer avaliar a representação por eles redigida.

Ainda no dia 16, parecendo hesitar entre a transigência e o enfático combate aos revoltosos, Feijó encaminhou a representação do “Povo e Tropa” à Câmara dos deputados, exigindo abertamente que os representantes temporários decidissem o que fazer frente à demanda dos signatários. Acontece que, como bem sabiam Feijó e os parlamentares, decidir sobre a questão significava deliberar, fundamentalmente, sobre a admissão, ou não, no país da suspensão do §6º do art. 179 da Carta de 1824, responsável pela garantia do direito de ir e vir aos cidadãos do Império do Brasil.

No próprio dia em que receberam a representação, as comissões reunidas de constituição e justiça civil e criminal da Câmara responderam à solicitação do ministro. Seu parecer, no entanto, seria lido unicamente no dia 19, ao que tudo indica, por prudência dos deputados, que teriam aguardado o arrefecimento da sublevação antes de trazerem à tona questão de tamanha sensibilidade. Em acordo com o parecer, assinado pelos deputados Manoel dos Santos Martins *Vallasques* (eleito pela província do Maranhão), Antonio Pereira Rebouças, Ernesto Ferreira França, Antonio Joaquim de *Moura* (representante pelo Ceará), José Caetano Pereira de Almeida Torres e Francisco de *Paula de Almeida e Albuquerque* (deputado por Pernambuco):

As Comissões de Constituição e Justiça criminal virão o officio do Ministro da Justiça datado de 16 do corrente, em o qual accusando a remessa a esta Augusta Câmara d’uma representação, que se dirigira ao Governo, pedindo que sejam expulsos para fora do Império determinadas pessoas em numero de 89, **exige um acto do Poder Legislativo a este respeito**. As Comissões, prescindindo do que há de estranhável em o indicado officio, e convencidas de que he o mais sagrado dever desta Augusta Câmara manter a Constituição e as leis, são de

Manoel José de Souza França.” Marcello Basile. Op. cit., 2004; p. 266. Ver também: França de Oliveira, Op. cit., 2014; p. 311.

⁶⁸ Ainda havia, contudo, algum movimento de rebeldes pelas ruas da cidade, tendo circulado também, a partir do dia 18 de julho, boatos de que os “anarquistas” planejavam incendiar o prédio da Alfândega. Apesar de algumas medidas tomadas com o fito de impedir tal ação, os boatos não se concretizaram. A partir do dia 18 de julho surgiram, ainda, na imprensa, cartas de pessoas que se diziam arrependidas de terem assinado a representação do “povo e tropa”, buscando anular tal feito. Para tanto, alegavam desconhecerem o real conteúdo da representação, ou ainda terem sido iludidas ou se equivocado na ocasião. Marcello Basile. Op. cit., 2004; pp. 267-269.

parecer que a sobredita representação por inconstitucional e absurda, não pode ser objecto de deliberação [...].⁶⁹

Um voto em separado, assinado por Francisco de Paula Albuquerque, foi lido ainda na sequência, “o qual reprovando muito a remessa feita pelo ministro, apoiava que se lhe respondesse, que o seu ofício não fora tomado em consideração, e que era do seu dever deferir à representação como parecesse justo”.

Ainda que parte dos deputados tenha defendido a espera de mais alguns dias para a discussão do parecer, desejando que esta se desse unicamente num cenário de completa pacificação interna, venceu que se discutisse a questão naquela mesma data.

A despeito do interesse suscitado pelas discussões então travadas em torno do parecer como um todo – afinal aprovado pela deputação –, interessa-nos fundamentalmente analisar o posicionamento dos deputados no tocante à legitimidade da remessa daquela representação à Câmara. E isto porque, ao se dedicarem fundamentalmente ao “mérito” do encaminhamento daquele documento por Feijó – cobrando o governo por não ter ele próprio tomado as medidas que lhe cabiam ante a representação –, tais debates desvelam os supostos interesses escusos do ministro com tal remessa.

A atitude de Feijó parece ter partido, como dissemos, da admissão de que o pedido de deportação de 89 cidadãos presente na representação, ao supor infração ao direito de ir e vir, garantido pelo §6º do art. 179 da Constituição⁷⁰, poderia ser deferido unicamente em caso de recurso ao §35. Assim, ao encaminhar a representação aos deputados para que estes decidissem sobre a questão, Feijó anuiu com as disposições legais que vedavam ao Executivo, sob qualquer circunstância, decidir sobre a suspensão das garantias constitucionais.

A reação da Câmara a tal remessa, no entanto, evidenciou o desconforto dos deputados ante a atitude de Feijó, em especial por reconhecerem que, exigindo do poder Legislativo que atuasse frente à questão, o ministro se eximia da função de propor abertamente as medidas que considerava necessárias ao restabelecimento da tranquilidade pública, empurrando para os representantes a espinhosa decisão implícita no pedido dos revoltosos. Àquela altura, portanto, o peso de uma decisão

⁶⁹ O conteúdo do parecer, apesar de superficialmente mencionado pelos *Anais da Câmara*, foi publicados na íntegra pelo periódico *O Independente*, nº 24 – 22/07/1831; APUD Pedro Zanquetta Junior. Op. cit.; pp. 42-43. Grifos meus.

⁷⁰ Em acordo com o qual: “Qualquer pode conservar-se, ou sair do Império, como lhe convenha, levando consigo os seus bens guardados os Regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiro”. “Constituição Política do Império do Brasil. Carta de lei – de 25 de março de 1824”, *CLIB* de 1824, Parte Primeira, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, pp. 1-36.

sobre o recurso ao §35 do art. 179, fosse ela positiva ou negativa – já que também a recusa ao dispositivo poderia custar futuramente aos deputados acusações de negligência e afins – parece ter acuado os legisladores, gerando reações imediatas ao que lhes parecia uma provocação do ministério. Como afirmaria meses mais tarde um dos deputados de oposição a Feijó, Luiz Cavalcanti, exigir da Câmara que decidisse, àquela altura, sobre a suspensão de garantias no país, soava como um desejo de “extorquir” dela medidas “que acabassem com a constituição”⁷¹.

O primeiro discurso de Carneiro Leão nesses debates é significativo, portanto, pois desvela os intuitos de Feijó de que a Câmara anuísse com o pedido de deportação, aspirando, por este meio, à pacificação da cidade. Como vários deputados àquela altura, no entanto, Carneiro Leão não concordava com a medida subrepticamente sugerida por Feijó, recorrendo, em sua argumentação, ao próprio texto constitucional e à ausência das condições por ele fixadas para sua aplicação.

Talvez se pense que verificando-se a suspensão de garantias, possam fazer-se estas deportações, mas não é assim: mesmo no estado actual de cousas, a assembléa geral não podia suspender as garantias, porquanto a constituição (§35 do art. 179) autorisa a suspensão de garantias nos casos de rebelião ou de invasão de inimigos: e não se dá o caso de rebelião, porque estes homens se são inimigos do Brazil, como se quer dizer, não pegarão em armas para destruir a fôrma do governo; antes aquelles que os querem expellir é que se têm mostrado inimigos do Brazil, da constituição jurada e perturbadores da tranquillidade publica.⁷²

Ademais, continuava o deputado, mesmo que o movimento ocorrido nos dias anteriores tivesse configurado uma rebelião, a deportação pretendida pelos rebeldes – e, ao que tudo indicava, pelo ministro da Justiça – seguiria constitucionalmente impedida no país, uma vez a suspensão do direito de ir e vir exorbitava as atribuições do §35 do art. 179, restritas à suspensão das “formalidades que garantiam a liberdade individual”. Na opinião do deputado, portanto, uma vez que o §6º do art. 179 tratava de um direito, e não de uma formalidade, não poderia jamais ser dispensado em razão da aplicação do §35. Para Carneiro Leão, enfim, estava claro que “a deportação requerida na representação é injusta, ilegal, e que não pode ser deferida (*muitos apoiados*)”.

Concluio notando que depois de haver um punhado de homens tido a habilidade de indisciplinar toda a tropa e de anarchisal-a, não achando o governo quem lhe obedecesse, remettia à câmara a referida representação com o objecto de vêr se podia conseguir o restabelecimento da tranquillidade publica, no caso de poder cobrir-se o deferimento com a capa de suspensão de garantias.⁷³

⁷¹ APB-CD, sessão de 8 de outubro de 1831; p. 227.

⁷² APB-CD, sessão de 19 de julho de 1831; p. 249.

⁷³ Idem. Ibidem.

Da mesma forma que o deputado por Minas Gerais, representantes como Rebouças e Francisco Gê Acayaba de Montezuma (BA) sugeriram em suas falas que, ao encaminhar a representação aos legisladores e exigir deles uma medida sobre o assunto, o ministro teria intentado forçar os deputados a aprovarem a medida que lhe interessava aplicar àquela altura, mas que se encontrava vedada ao poder Executivo⁷⁴.

Em acordo com Rebouças, portanto, cada poder deveria se conservar “no circulo de suas atribuições”, regra não respeitada pelo Executivo.

Dirigio-se ao governo um requerimento ou petição sobre medidas executivas. Se o governo entendia que estava nas suas attribuições alguma das cousas que se pedia, deferisse o requerimento em parte; se entendia que lhe podia deferir no todo, fizesse-o; e se entendia que não podia deferir-lhe de maneira alguma, escusasse-o. Mas para que mandou o governo essa petição à câmara? Para acto legislativo? [...] Logo, o governo quis se descartar de uma peça que devia repellar desde o primeiro momento; porque para isto é que se acha estabelecido e posto para repelir a injustiça e para fazer justiça (*muitos apoiados*), e não tinha que mandal-a para cá.⁷⁵

Na opinião do deputado, a Câmara não deveria sequer ter admitido tal ofício para deliberação. Uma vez aceita a tarefa, no entanto, concordava absolutamente com os termos estabelecidos pelo parecer, pois que, não achando na representação motivo algum para “ato legislativo”, a Câmara a devolvia ao governo para que este a deferisse, ou indeferisse, como melhor entendesse. Para Rebouças, caso o Executivo concluísse que as leis existentes não lhe conferiam as faculdades necessárias para alcançar o fim desejado, que viesse propor à Câmara as medidas que lhe pareciam as melhores, “este é o seu dever [...] O governo deve indicar os meios para remediar os males presentes, mas não queira carregar sobre nós o que é da sua obrigação”.

Seria esta também a tônica de Montezuma que, mesmo contrário ao parecer das comissões, discordava da opinião predominante entre seus colegas de que o governo não tivera forças, à altura do dia 15 de julho, para lidar com as demandas dos rebeldes, remetendo a representação à Câmara no intuito de forçá-la a decidir por ele. Ainda que concordasse ter sido esta a atitude do governo, merecedora de sua

⁷⁴ Se para Rebouças e Montezuma, contudo, o Executivo agira mal ao tentar se livrar de um problema da sua responsabilidade, Carneiro Leão, pelo contrário, considerara correta a decisão do governo de consultar o Legislativo, afirmando ser esta, de fato, a única instância autorizada a decidir sobre o recurso ao §35 do art. 179: “[...] vendo o governo que se pedia a suspensão do §6 do art. 179 [...] fez bem em remetter a representação á assembleia, porque é a única, a quem pertence suspender garantias, estando reunida, ainda que tal suspensão, no meu entender, não pode ter lugar (*muitos apoiados*), mas á assembleia competia decidir este ponto, e não ao governo”. APB-CD, sessão de 19 de julho de 1831, p. 254.

⁷⁵ APB-CD, sessão de 19 de julho de 1831, p. 250.

reprovação, defendia que a crise de julho não havia sido tão grave como o governo a pintara e que, de mais a mais, se havia legitimidade nas demandas dos rebeldes, o mesmo não podia ser dito acerca da forma que haviam escolhido para encaminhá-las.

Como Rebouças, defendia ser papel do governo sugerir ao Legislativo as medidas necessárias para fazer frente à situação e não demandar deste a aprovação de “medidas extraordinárias”.

O ministro diz: fez-se-nos uma representação sobre materia que não está no circulo das nossas atribuições, ou a que pelas leis o governo não está autorizado para deferir, e por consequência nós a remetemos á câmara dos deputados, para esta deferir á representação com uma medida legislativa. Se a materia da representação era contraria ás leis, fica evidente que ao governo cumpria indeferir. Se acaso a maneira porque a representação havia sido feita importava uma rebelião ou insurreição ou desobediência ás autoridades publicas, cumpria que o governo fizesse effectiva a responsabilidade dos que se conduzirão por esta maneira; e se a representação não podia tomar-se debaixo deste ponto de vista, cumpria que o governo deferisse na conformidade das leis. Suponhamos que não estava em um, nem em outro caso, o que devia fazer o governo? Remetter a representação á câmara para ella lhe deferir? Digo que não [...].⁷⁶

Para Montezuma, inclusive, fora a oscilação do governo a principal responsável pela repercussão dos acontecimentos de julho, pois que se este tivesse atuado como devia ante a representação do povo e tropa, “não chegariam as cousas ao estado em que se achão”.

É interessante observar nesse ponto que, alguns meses mais tarde, frente a um novo cenário de distúrbios “exaltados”, encabeçados pelas tropas no Rio de Janeiro, e ante a pressão de Feijó para que os legisladores provessem o país de meios extraordinários para lidar com a questão, os mesmos argumentos se repetiriam na Câmara dos deputados, cobrando do ministro a proposição das medidas necessárias à reposição da ordem e reprovando-o por jogar novamente sobre os representantes uma atribuição que consideravam ser do ministério.

Enfim, a rejeição da Câmara à avaliação do documento produzido pelos rebeldes de julho acabou por arrefecer ainda mais o movimento, que já vinha perdendo forças, como vimos, desde o dia 15.

Debandaram os civis, enquanto os soldados submeteram-se aos superiores, sob promessa de não haver represália. Estas baixas animaram a Regência a mobilizar suas forças para acabar de vez com a sedição. No dia 20 de julho, tropas legalistas investiram sobre o campo da Honra, dispersando ou prendendo os que ainda ali resistiam e fazendo o mesmo por todo o centro urbano. Pelo menos trinta e cinco pessoas (entre civis e militares) foram presas e enviadas para as cadeias da cidade ou para as fortalezas de Villegaignon, S. João, S. Cruz e Ilha das Cobras, na baía de Guanabara. Várias unidades do Exército foram

⁷⁶ APB-CD, sessão de 19 de julho de 1831, p. 251.

dispersadas, dissolvidas ou transferidas para outras províncias, sendo muitos soldados e alguns oficiais forçados a dar baixa, enquanto eram suspensos o alistamento e a promoção de oficiais.⁷⁷

Nos dias que se seguiram, uma série de medidas foi tomada com vistas a prover o Estado dos meios necessários à reposição da ordem, julgamento dos culpados e prevenção contra acontecimentos de caráter semelhante. Para além do fortalecimento, centralização e aumento do efetivo das Guardas Municipais, da dissolução do Corpo da Guarda Militar da Polícia do Rio de Janeiro e das medidas concernentes às tropas do Exército tomadas ainda no calor dos acontecimentos (entre 16 e 18 de julho), um aviso do ministério da justiça, de 20 do mesmo mês, tornou “responsáveis, como cúmplices, os juizes de paz que não processassem os amotinados”⁷⁸, enquanto a Junta de Paz do Rio de Janeiro baixou edital no dia seguinte “fixando prazo de oito dias para que todos os vadios e desocupados conseguissem emprego”⁷⁹.

Por ato de 22 de julho, Feijó mandou ainda suspender a concessão de cartas de seguro no país, por julgá-la abusiva em vista da Constituição⁸⁰ – por meio do mesmo ato, a questão foi encaminhada à avaliação dos deputados, ficando a suspensão vigente, no entanto, enquanto estes não deliberassem sobre o assunto⁸¹ –, enquanto, aos 23 de julho, mandou “proceder contra os autores dos factos sediciosos que se deram nesta capital”⁸².

Ainda no mesmo mês, aos 27 de julho, Feijó fixou a organização de um corpo de tropa regular na cidade para auxiliar a justiça e mandou que a Junta Policial distribuisse armas entre “certas pessoas moradoras nos largos, ruas mais desertas ou

⁷⁷ Marcello Basile. Op. cit., 2004; pp. 272-273.

⁷⁸ Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit., 1960; p. 166.

⁷⁹ Marcello Basile. Op. cit., 2004; p. 273.

⁸⁰ “Decisão n. 194 – Justiça – Em 22 de Julho de 1831. Manda suspender a concessão de cartas de seguro. *CLIB de 1831. Parte Terceira*; p. 145.

⁸¹ “Decisão N. 209 – Justiça – Em 28 de julho de 1831. Sobre a concessão de cartas de seguro”. *CLIB de 1831. Parte Terceira*; pp. 156-157.

⁸² “Decisão N. 196 – Justiça – em 23 de julho de 1831”. In: *CLIB de 1831. Parte Terceira*; pp. 146-147. Em acordo com Marcello Basile, o movimento de julho seria enquadrado, na devassa aberta pelo juiz de paz suplente da freguesia do Sacramento, Saturnino de Sousa Oliveira, como crime de ajuntamento ilícito (cujas penas previstas pelo Código Criminal de 1830 haviam sido aumentadas pelo art. 1º da lei de 6 de junho de 1831). Marcello Basile. Op. cit., 2004; p. 273. Na portaria de 23 de julho, por sua vez, dirigida ao corregedor do crime da corte, Feijó “lembrava” àquela autoridade terem chegado ao governo notícias de que muitos dos envolvidos nos acontecimentos de julho eram “réos dos crimes públicos declarados nos arts. 85, 89, 93, 94, 95, 97, 111, 117, 121, 192, 201, 257 e 169 do código criminal”. Ao fazê-lo, parecia sugerir, dentre outras coisas, a possibilidade de se encarar como crime de rebelião (haja vista a incursão dos réus nos artigos 85 e 89 do código criminal) o ocorrido na capital dias antes, justificando, em certa medida, que se tivesse cogitado o recurso à suspensão de garantias no calor dos acontecimentos.

retiradas, ou nos arrabaldes da cidade, principalmente se forem taberneiros ou caixeiros destas, em razão de serem permanentes”⁸³. Por fim, no dia 30, mandou que se distribuisse armamento e cartuxame, “por três mil cidadãos alistados, que tenham as qualidades de eleitor, os quaes serão obrigados a conserval-o em bom estado, e apresental-o á hora que por esta Repartição lhe foi ordenado”, e buscou organizar as rondas diárias na cidade⁸⁴.

Tal conjunto de iniciativas, emergencialmente aprovado ante a atribulada situação da segurança pública na capital, visava a evitar a eclosão de novas sedições e garantir as condições de trabalho dos parlamentares, permitindo-lhes discutir e votar as medidas, de mais longo prazo e alcance, desejadas pelo ministro da Justiça e pelo governo liberal como um todo. Dentre elas, a criação da Guarda Nacional, a aprovação do Código de Processo Criminal e a revisão das leis penais, cuja pretensa brandura vinha sendo criticada pelo grupo à frente do governo desde a Abdicação.

O estado de ânimos na capital do Império e em várias de suas províncias, no entanto, não seria facilmente refreado e, mesmo de posse destes artificios, o governo não conseguiria fazer frente à erupção de novas revoltas; ainda que, armado das medidas aprovadas no rescaldo de julho, tenha conseguido reprimir mais prontamente parte delas. Para além do continuado descontentamento do povo e tropa na corte e no país afora, aumentariam pouco a pouco também as fissuras internas ao grupo dos liberais no poder, acirrando-se os ânimos no interior do Parlamento.

Nesta conjuntura, visto por uma parcela dos liberais como figura indispensável à manutenção da ordem no país, Feijó passaria a ser acusado, tanto por liberais mais radicais, quanto pelos ditos caramurus da Câmara, de ter agido arbitrária e inconstitucionalmente ante a crise de julho, chegando-se a abrir uma denúncia contra ele pela suspensão das cartas de seguro no país. Nas discussões travadas entre os dias 26 e 31 de agosto em torno da questão, deputados favoráveis à denúncia acusariam Feijó de uma série de abusos, chegando a creditar sua manutenção no poder, “por detraz da cortina”, à prestação de “serviços que sendo delicados ninguém quererá fazer tão bons como elle fará e que deverá por isso ser conservado por todos os modos.”⁸⁵.

⁸³ Decisões N. 204 e 205, Justiça, de 27 de julho de 1831. *CLIB de 1831. Parte Terceira*; pp. 151-153.

⁸⁴ “Decisão N. 212- Justiça – Em 30 de julho de 1831”. *CLIB de 1831. Parte Terceira*; p. 159.

⁸⁵ Fala de Ernesto Ferreira França. APB-CD, sessão de 30 de agosto de 1831, p. 81. A continuação dessa fala de Ernesto se dava nos seguintes termos: “Mas estarão estes Srs. persuadidos de que o governo póde marchar com segurança e manter a tranquillidade publica quando os executores das leis pisão aos pés as mesmas leis? Estão enganados.”.

Já em acordo com Carneiro Leão, a acusação não só era insustentável, como, querer acusar Feijó àquela altura, era prova de um desejo pela instalação da anarquia e destruição da ordem pública no país. O deputado rejeitava então a denúncia, “visto que accusaria o ministro da justiça precisamente no ponto em que elle tem feito grandes serviços”; e “[...] por isso uma accusação do ministro da justiça actual seria o mesmo que uma declaração plena da câmara dos Srs. deputados, que quer a destruição da ordem pública e legal, que quer a anarchia, cujo resultado será talvez o estabelecimento de outra fôrma de governo”⁸⁶.

Falhando, no entanto, em impedir a eclosão de novos movimentos rebeldes e não conseguindo dos representantes a aprovação de parte das medidas que lhe pareciam indispensáveis à reposição da ordem e encerramento definitivo dos conflitos, Feijó acabaria por solicitar abertamente o recurso a medidas extraordinárias de proteção da ordem pública no país.

As revoltas de setembro e outubro de 1831 e a demanda de Feijó pela “inteira concessão do que lembra o art. 179, §35 da Constituição”

Dentre as medidas tomadas no rescaldo dos acontecimentos de julho, merece destaque a criação da Guarda Nacional, aos 18 de agosto de 1831. Ainda que os primeiros debates em torno à criação de uma “milícia cidadã” no país tivessem antecedido a crise de julho daquele ano, sua rápida aprovação parece ter resultado diretamente daquele movimento e da instabilidade política e social que então grassava pelo Império⁸⁷.

Em acordo com Jeanne Berrance de Castro, a ideia por trás da Guarda Nacional fundava-se no princípio de confiar a segurança do Estado aos cidadãos proprietários. Nas palavras da autora:

A manutenção da ordem pública e a defesa do território estavam confiadas a cidadãos livres e associadas sobretudo ao sistema eletivo. Os governos da Menoridade, não confiando no poder militar e mesmo temendo-o, acabaram por implantar o despotismo civil, e a defesa nacional fora entregue aos guardas nacionais que, contudo, eram antes cidadãos e, depois, soldados.⁸⁸

Por conta de sua atuação próxima a Pedro I ao longo do Primeiro Reinado, o Exército herdara uma imagem negativa, tendo sido submetido, como vimos, a amplo

⁸⁶ Idem; p. 82.

⁸⁷ Marcello Basile, “Revolta e Cidadania na Corte Regencial”. In: *Tempo*, 2007, vol. 11, nº 22; pp. 31-57; p. 34.

⁸⁸ Jeanne Berrance de Castro. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Nacional/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977; p. 185

processo de desmobilização, especialmente no pós-Abdicação. Devendo coadjuvar as forças policiais e as tropas de primeira e segunda linha na segurança interna e externa do Império – para além substituir os corpos de milícia, guardas municipais e ordenanças extintos com sua criação –, a Guarda Nacional aparecia, assim, quase como um substituto àquela instituição e, ante a mingua do Exército⁸⁹, acabou por atuar diversas vezes em seu lugar⁹⁰.

Uma vez que a criação da Guarda Nacional implicava, então, em um crescente esvaziamento do Exército, foi mal vista pelas tropas do país, antes mesmo que entrasse em ação – o que se deu unicamente em fevereiro de 1832. Paralelamente à projeção de uma nova força responsável pela manutenção da ordem, as tropas de primeira linha viam a instituição a que se ligavam sofrer com uma série de medidas que a preteriam, dentre as quais, principalmente, a diminuição dos efetivos, mas também as baixas forçadas do serviço, a demissão ou licenciamento de cabos e soldados, a suspensão de promoções e até a prisão de oficiais; “medidas todas tendentes à redução dos efetivos, ajustando-os às exigências do momento e expurgando as fileiras dos elementos comprometidos nos levantes e insubordinações”⁹¹.

Some-se, a tal descontentamento militar, a manutenção da crise econômica no país, intensificada pelo problema da falsificação de moedas de cobre a permanência das disputas que opunham brasileiros e portugueses, e permeavam diversos setores da população; o espectro do haitianismo que rondava a todos; e a acirrada rivalidade existente entre os grupos políticos no poder, e tinha-se sob os olhos um panorama dificilmente controlável, mesmo com as medidas repressivas recentemente aprovadas pelo governo⁹².

⁸⁹ Em acordo Octavio Tarquinio de Souza, o efetivo do Exército nacional ficou aquém dos 10 mil homens previstos pela legislação aprovada em 1831, “e depois das baixas, demissões, suspensão de recrutamento e transferência de corpos já desfalcados para as províncias (aonde levariam o germe das revoltas), o Rio de Janeiro passou a não ter guarnição militar”. Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit., 1960; p. 168.

⁹⁰ Ainda que estes tenham sido os “efeitos” posteriores à criação da Guarda Nacional, vale sublinhar que a discussão sobre a criação de uma guarda cívica para o país (em substituição às ordenanças, milícias e tropas) já havia aparecido em julho de 1830, previamente, portanto, à Abdicação e à desmobilização mais efetiva do Exército. A apresentação de um projeto propondo a formação específica de uma “Guarda Nacional”, no entanto, apareceria unicamente em 1831. Monica Duarte Dantas. Op. Cit., 2017; p. 255, p. 260.

⁹¹ Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit., 1960; p. 168.

⁹² Marcello Basile. Op. cit., 2007; pp. 32-33. A descrição dos desdobramentos das revoltas de setembro e outubro de 1831 na corte do Rio de Janeiro adveio da tese de doutorado de Marcello Basile, especialmente de seus capítulos 9 e 10, pp. 277-320.

A despeito, portanto, das medidas preventivas tomadas sob o impacto dos movimentos de julho, desde o fim deste mês e ao longo de todo o mês de agosto, foram constantes os boatos propagados pela imprensa de que novas revoltas estavam sendo tramadas na cidade. A ameaça mais séria se deu no início de setembro, quando se divulgou que os “exaltados” preparavam uma “rebelião sangrenta” para o dia 7 de setembro, quando se comemoraria o aniversário da Independência⁹³. As comemorações, afinal, ocorreram sem quaisquer distúrbios, mas era bastante tenso o clima na cidade.

Na noite de 25 de setembro um grupo de cerca de 30 “amotinadores” arrombou a casa de um comandante da Guarda Municipal, tomou-lhe as armas e atacou duas rondas na cidade. Angariando adeptos, rumaram, já num grupo composto por entre 50 e 70 pessoas, para o Campo da Honra, assediando os soldados dos quartéis ali localizados para que se juntassem a eles. Contidos os soldados por seus oficiais, o bando teria desistido da investida “após dar ‘vivas à Constituinte, à República, morras aos chumbos, ao ministro da Justiça e soltado gritos de – abaixo a Regência, fora os Deputados, &c’.”⁹⁴.

Apenas três dias depois, aos 28 de setembro de 1831, novas agitações políticas tomaram corpo na capital do império, desta vez no teatro São Pedro de Alcântara. A irrupção e as proporções tomadas pelo movimento estavam provavelmente ligadas à libertação recente de indivíduos implicados na sublevação de julho. Há indícios ainda de que o levante do Corpo de Artilharia da Marinha aquartelado na Ilha das Cobras, transcorrido entre os dias 6 e 7 de outubro e que analisaremos na sequência, guardou relações com os acontecimentos do Teatro.

Ao reagir aos movimentos de finais de setembro e inícios de outubro, o ministro da Justiça não se limitou, como em julho, a insinuar suas intenções, pedindo abertamente ao Legislativo, desta vez, o recurso ao §35 do art. 179. Não o fez, contudo, sem antes entrar em nova briga com o Parlamento, dirigindo-se à Câmara com agressividade e sendo por ela também energicamente refreado em seus propósitos.

⁹³ Dando destaque à atuação da imprensa na propagação desta boataria, Basile chama a atenção ao modo como os periódicos exaltados inculparam os moderados pelas inverdades espalhadas, acusando-os de amedrontar a população para melhor manipulá-la e para justificar a perseguição aos exaltados, especialmente a seus periódicos, usados como “bode expiatório”. O autor sublinha, assim, as tentativas de fato empreendidas no período no sentido de coagir e silenciar periódicos comandados por indivíduos ou grupos ligados à facção política dos liberais exaltados. Marcello Basile. Op. cit., 2004; p. 278.

⁹⁴ Marcello Basile. Op. cit., 2004; p. 281.

Os distúrbios que tomaram corpo no Teatro São Pedro na noite de 28 de setembro aglutinaram uma série de descontentamentos. Iniciada com uma briga que fugiu ao controle das autoridades, a confusão generalizou-se quando um grupo de indivíduos inflamados se uniu, no interior do Teatro, em oposição a uma ordem de prisão passada pelo juiz de paz da freguesia do Sacramento⁹⁵. Conforme a temperatura subia no interior do Teatro, guardas municipais se reuniram ao seu redor, até que, num desentendimento transcorrido no saguão, um tiro foi disparado para fora do estabelecimento, dando lugar a uma reação desordenada dos guardas, que fizeram fogo de volta, a despeito dos pedidos das autoridades para que parassem.

Terminado o tiroteio, havia pelo menos três mortos e dois feridos no interior do teatro, bem como guardas municipais machucados do lado de fora. A multidão logo se dispersou, mas guardas municipais seguiram se reunindo na praça da Constituição e em pouco tempo eram mais de três mil, espalhados pela cidade.

Os distúrbios seguiram madrugada adentro e pelo dia seguinte, com tumultos e concentrações de revoltosos em diferentes pontos da cidade. Aos 29 de setembro registrou-se que amotinadores reunidos em frente ao quartel do 5º Batalhão aguardavam o desembarque de soldados do 3º Batalhão do Corpo de Artilharia da Marinha, então aquartelado na Ilha das Cobras, o que nunca aconteceu.

Na sessão da Câmara dos deputados de 4 de outubro de 1831, o deputado Antonio de *Castro Alves* (RJ) enviou à mesa da Casa requerimento demandando do governo informações sobre o ocorrido “em a noite de 28 de Setembro, e se os artigos 289 e 290 do código penal forão bem e litteralmente observados por aquelle juiz de paz”⁹⁶.

Em resposta a esta solicitação, Feijó ofereceu à consideração da Câmara, aos 6 de outubro, ofício em que narrava brevemente o sucedido no Teatro⁹⁷. Diferentemente do que cria o autor do requerimento, contudo, Feijó afirmava que o caso não fora compreendido nas disposições do art. 289 do Código Criminal (concernente ao crime de ajuntamento ilícito), mas antes naquelas do art. 118 do mesmo diploma que, tratando da repressão ao crime de resistência (definido, pelo art. 116, como a

⁹⁵ O juiz em questão era Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, irmão de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, forte aliado de Feijó e Evaristo que assumiria as pastas do Império e da Justiça no país em maio de 1833. Já Saturnino foi descrito por Paulo Pereira de Castro, como um dos mais ativos comandantes da Guarda Municipal, e depois da Guarda Nacional, na execução da repressão organizada por Feijó aos movimentos de contestação política no Rio de Janeiro. Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p. 47.

⁹⁶ APB-CD, sessão de 4 de outubro de 1831; p. 218.

⁹⁷ *Jornal do Commercio*; nº 34 – 12/10/1831; p. 1.

oposição, com uso de força, “à execução das ordens legaes das autoridades competentes”), estabelecia: “Os officiaes da diligencia, para effectual-a poderão repellir a força dos resistentes até tirar-lhes a vida, quando por outro meio não possam conseguil-o”.

Considerando esclarecido este ponto, Feijó prosseguiu em suas reflexões:

Approveito esta occasião para declarar, que a insufficiência das Leis Criminaes, e a falta dellas para muitos casos, he a causa dos males que sofre a Capital, e todo o Império: que a liberdade de injuriar, calumniar, e ameaçar desde o primeiro Cidadão até o ultimo: a difficuldade de procurar-se semelhantes delictos: a má organização dos Jurados, e da Lei, que pune os abusos de exprimir os pensamentos; e o apoio que os perversos tem encontrado em pessoas que mais os devião censurar em razão do cargo que occupão, vai introduzindo a imoralidade a ponto tal, que as Leis são inteiramente despresadas, e as Authoridades vilipendiadas; e vendo-se a massa dos Cidadãos probos como abandonados á seus próprios recursos, não os encontrando nem na Legislação, nem nas Authoridades, **não deve admirar que o desespero os conduza á excessos, que já vão aparecendo, e que ameaça a total dissolução do estado social.**⁹⁸

A mistura de pessimismo e ameaça presente no ofício reforçava mensagem enviada ao senado no dia anterior, por meio da qual Feijó definia o estado dos negócios públicos como “triste, e bem assustador aos olhos de quem ama a seu paiz”. Neste ofício, Feijó rogava aos senadores que o coadjuvassem na rápida aprovação do Código de Processo Criminal, em cujas disposições, segundo ele, encontravam-se “muitas providencias policiaes, que de algum modo poderão obstar, ou pelo menos retardar os males, que ameaça dilacerar o império”.

A fundar a urgência de seu pedido, estava, nas palavras de Feijó, a descrença na possibilidade de o governo “obter os recursos legaes, que a sabedoria do senado enviou à câmara dos deputados”. Fechando o ofício, declarava que, “Obrigado a permanecer no ministerio para ser mero expectador dos males da patria, confesso que nenhum sacrificio me seria mais penoso”⁹⁹.

Os “recursos legaes” propostos pela “sabedoria do senado” haviam se materializado em projeto de lei enviado pela Casa vitalícia à Câmara dos deputados em 1º de outubro de 1831, propondo, dentre outras coisas: que nos crimes de conspiração, rebelião, sedição e insurreição se procedesse *ex officio* à inquirição judicial, “sem tempo determinado, nem numero certo de testemunhas” (art. 1º); que fossem aumentadas as punições previstas pelo Código Criminal ao porte de certas armas proibidas, bem como ao crime de vadiagem (arts. 3º e 4º); que fossem julgadas

⁹⁸ Idem. Ibidem. Grifo meu.

⁹⁹ Dr. Mello Moraes. *Necrologia do Senador Diogo Antônio Feijó*. Rio de Janeiro: Typographia brasileira, 1861; p. 17.

como crimes policiais as ofensas físicas, calúnias e injúrias verbais dirigidas contra as autoridades públicas (art. 5º); que os cidadãos empregados na Guarda Municipal fossem encarados como agentes da autoridade pública em se tratando do julgamento de determinados crimes (arts. 7º e 8º); que fosse proibida a concessão de seguros ou fianças aos crimes policiais e aos que fossem processados policialmente em virtude desta lei (art. 11); e ainda que o governo fosse autorizado a suspender as posturas e deliberações tomadas pela Polícia das Câmaras Municipais, substituindo-as por aquelas que lhe parecessem mais convenientes (art. 12)¹⁰⁰.

Tratava-se, enfim, de projeto voltado a aumentar a gravidade dos crimes de resistência ou ofensa física e verbal cometidos contra juízes de paz e guardas municipais do império, ampliando ainda as prerrogativas do governo sobre as municipalidades no estabelecimento de medidas concernentes à tranquilidade pública e propondo verdadeiro arbítrio no julgamento dos crimes de conspiração, rebelião, sedição e insurreição.

Ao que tudo indica, o projeto agradava, e muito, a Feijó, que ansiava por sua pronta discussão na Câmara¹⁰¹. Não tendo tal discussão tomado corpo, contudo, ainda à altura do dia 5 de outubro (iniciando-se unicamente, como veremos, no dia 8), e intensificando-se, por estes mesmos dias, as desordens públicas na capital e em outras regiões do império, o ministro da Justiça decidiu-se a cobrar enfaticamente dos deputados a avaliação das medidas propostas, imputando ao seu imobilismo a culpa pela possível dissolução do estado social.

À mesma altura em que Feijó oficiava à Câmara, no entanto, nova revolta eclodia na cidade, desta vez protagonizada pelos soldados aquartelados na Ilha das Cobras, pretensamente mancomunados com os rebeldes do Teatro. Apesar de não plenamente esclarecido, o estopim desta revolta muito provavelmente residiu em medidas tomadas pelo ministro da Marinha na sequência aos acontecimentos do Teatro, tais como a retirada de 3 mil armas e amplo cartuchame depositados na ilha, bem como a destituição de oficiais daquele Corpo.

Em seu relato dos acontecimentos de 6 e 7 de outubro, a *Aurora Fluminense* conectou explicitamente os acontecimentos. Nas palavras de seu redator:

¹⁰⁰ Para a íntegra do projeto ver *Jornal do Commercio*, nº 28 – 05/10/1831; p. 1.

¹⁰¹ Tendo em vista a data de assinatura do projeto – 1º de outubro de 1831 – e de seu envio à Câmara, bem como as discussões registradas pelos *Anais do Senado* concernentes à sessão de 30 de setembro de 1831, pode-se supor que este documento resultara de sessão secreta do Senado, transcorrida em presença do ministro da Justiça.

Depois dos sucessos do Theatro, e quartel do batalhão 5º, a actividade do governo pelas repartições da marinha e guerra pareceo renascer, falou-se em tirar do Rio de Janeiro alguns officiaes díscolos, mal comportados, ou conhecidos como directores dos facciosos, alguns outros, culpados nas desordens de 28 e 29 forão presos; e bem que por ora o resultado não tenha correspondido á expectação publica; a esperança de que o escândalo de huma insultante impunidade para com os militares criminosos não feriria mais a dignidade dos cidadãos, nem ameaçaria o socego publico, fez entrar nos ânímos a confiança.¹⁰²

As motivações dos revoltosos, contudo, iam além destas medidas de última hora, remontando à desorganização e aos desfalques em que ficou o Corpo após o expurgo de oficiais considerados suspeitos à causa nacional – portugueses ou adeptos do antigo governo –, bem como à insatisfação dos artilheiros frente às condições de trabalho a que eram submetidos e aos castigos de chibatas e pranchadas que lhes eram impostos. Para além disso, descontentes com a promessa de baixas que não chegavam, alguns praças não economizaram energias para reivindicar seus direitos.

Foi neste clima de ebulição política que, na noite de 6 de outubro, cerca de 200 homens se reuniram na fortaleza da Ilha das Cobras e, de lá, iniciaram o fogo de artilharia sobre o centro da cidade do Rio de Janeiro, gerando pânico entre a população. A situação, contudo, não evoluiu para maiores desordens e, na manhã do dia 7, emissários do governo desembarcaram na fortaleza para negociar a rendição dos rebeldes. Ante a negativa destes em depor armas, o governo preparou a reação e, ainda na tarde do dia 7, retomou a ilha.

A ordem estava restaurada e, já no dia 8 de outubro, o ministro da Justiça, enviou à Câmara ofício com o seguinte teor:

Participo a V. E. para fazer sciente a Câmara dos Srs. Deputados, que a Ilha das Cobras foi hontem atacada, e a Fortaleza escalada á viva força, sendo presos todos os rebeldes, que receberão o castigo merecido, sendo morto hum só Guarda Municipal, cuja perda tem sido em extremo sensível: por que nada há, que pague a vida de hum verdadeiro Cidadão amigo das Leis, e da sua pátria; e dos rebeldes sabe-se de outro morto, não sabendo-se ao certo o numero dos feridos.

A Cidade parece tranquila: **resta que a Sabedoria da Câmara dos Srs. Deputados dê providências legaes, para que se corte pela raiz o mal, e cessem para o futuro scenas semelhantes.**¹⁰³

Feijó cobrava, então, dos representantes, “providências legais” que impedissem a repetição de cenas como as recentemente vividas pela cidade, reiterando seu posicionamento num embate travado havia já algum tempo com a Câmara dos deputados.

¹⁰² *Aurora Fluminense*, nº 541 – 10/10/1831; p. 1

¹⁰³ *Jornal do Commercio*; nº 34 – 12/10/1831; p. 1; grifo meu.

Ao longo do dia 7 de outubro, vários ofícios haviam sido encaminhados à Casa pelo ministro, comprovando seu destempero e hostilidade crescente aos deputados. No primeiro deles, enviado previamente à investida do governo contra os rebeldes, Feijó descreveu os desdobramentos e reivindicações do levante, concluindo ser inegável “o estado terrível da Capital” e o pavor de seus cidadãos, constantemente ameaçados “por meia duzia de intrigantes, e miseraveis individuos, que tem a demencia de querer dictar a Lei ao Imperio, mudar a fôrma do Governo, e colocar n’elle Entes, ou nullos, ou despresiveis”.¹⁰⁴

De acordo com Feijó, quatro periódicos pertencentes ao “partido anárquico” contribuíam diretamente às desordens, não cabendo, contudo, ao governo puni-los, pois que, de saída, sabia insuficientes os instrumentos legais de que dispunha para isso. Seguiu criticando, assim, a ineficiência da “Lei” e dos “Jurados”, a indiferença das prescrições do Código Criminal (“irrizorio pela leveza das penas”), e a tortuosidade do processo, atribuindo a estes fatores a impunidade vigente no país – “e quando a agitação tem chegado ao termo actual, não são medidas ordinárias, que podem salvar o Estado: o Governo já tem proposto algumas medidas, mais serão propostas, se esperança houvera de serem atendidas, e se já semelhantes não fossem desprezadas”.

Pelo restante do ofício, Feijó não apenas explicitava suas intenções como chegava mesmo a ameaçar a Câmara.

A Câmara dos Senhores Deputados deve saber, que seis mil Cidadãos armados, não da qualidade dos que em 15 de Julho derramarão a consternação na Capital, mas seis mil Proprietarios e industriosos, que representa cada hum família e bens, que constituem a massa da mais rica e populosa Cidade do Império, tem declarado não poder mais soffrer a inquietação, o sobresalto, os incommodos e prejuisos, que lhe causão os anarquistas, e que a indiferença da Assembléa Geral sobre as calamidades que se passão diante de seus olhos, lhe he mui sensivel e desagradavel.

O Governo sempre deveo ser franco, mas hoje deve se-lo ainda mais, e por isso certifico á Câmara dos Srs. Deputados que os Cidadãos abandonados aos seus proprios recursos, vão já tocando a desesperação; e que **será melhor que seus Representantes provão do remédio eficaz a seus males, do que deixar que a paixão obre, quando as Leis se calão.**

Até este momento a Guarda Municipal está em armas para defender-se de seus inimigos, sem dormir, e sem comer; **só remedios fortes e mui prontos, podem hoje salvar a Capital, e com ella o Imperio.**¹⁰⁵

Também no Senado foi lido, na mesma data, ofício do ministro da Justiça participando os acontecimentos transcorridos na Ilha das Cobras no dia anterior.

¹⁰⁴ A íntegra deste ofício foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, nº 7 – 10/10/1831; p. 1.

¹⁰⁵ Idem. Ibidem; grifos meus.

Ainda que os *Anais do Senado* não deem muitos indícios de seu conteúdo, os *Anais da Câmara* registraram que, por meio deste documento, o ministro pintou “o perigo iminente” que ameaçava a capital, “e de que não se pode livrar sem remédios fortes e mui prompts”¹⁰⁶. Ante aquelas informações, o Senado decidira declarar-se em sessão permanente, convidando os deputados a nomearem uma comissão de 5 membros que, juntamente a outra de igual número composta por senadores, “hajão de propor o que for mister para a salvação da pátria”¹⁰⁷.

Já na Câmara dos deputados, o ofício de Feijó desencadeou reação mais incisiva, com as comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal – formadas pelos deputados Vallasques, Rebouças, Ernesto, Antonio Joaquim de Moura, Almeida Torres e Paula Albuquerque – respondendo ao ministro que, “pondo agora de parte a analyse de quanto tem o mencionado officio de ofensivo á dignidade da representação nacional [...] e não lhe ocorrendo qual é a medida proposta pelo governo, tendente à segurança publica que tenha deixado de ser tomada em consideração”, eram de parecer que o próprio ministro propusesse a providência ou medida, “das muitas que diz que poderia propor”, para a reposição da ordem no país, “porque sendo fundada na constituição e conforme com os verdadeiros interesses nacionais” mereceria toda a atenção e desvelo da Câmara¹⁰⁸.

Vemos aqui repetido, portanto, um enredo já conhecido da Câmara e do governo, marcado por disputas em torno de suas responsabilidades e prerrogativas, mas que, desta vez, assumiria tom mais grave ante a efetiva perda de compostura por Feijó.

Iniciada a sessão de 8 de outubro, leu-se então novo ofício do ministro da Justiça, datado ainda do dia 7, redigido em resposta àquele enviado pela deputação. Nele, Feijó era explícito quanto às suas intenções, declarando que:

[...] nas circunstancias presentes, não tendo o Governo força alguma de confiança permanente, como á muito tempo requereo [sic]; não passando no Senado a proposta d’hum de seus Membros para serem considerados certos crimes como policiaes, e como tais processados; não tendo sido até agora approved o Projecto vindo do mesmo Senado sobre certas medidas urgentes: **persuade-se o Governo, que só a inteira concessão do que lembra o Art. 179**

¹⁰⁶ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1831; p. 222.

¹⁰⁷ No mesmo dia, as comissões reunidas de constituição e justiça criminal da Câmara dos deputados deram ciência do recebimento do ofício do Senado, aceitando o convite por ele feito. Ao final da sessão do dia 7, os deputados chegaram a nomear os 5 membros da comissão que deveria se reunir àquela do Senado, saindo eleitos Francisco de Sousa *Paraíso* (eleito pela Paraíba do Norte), Miranda Ribeiro, Araújo Lima, Cassiano Speridião de *Mello Matos* (BA) e *Aureliano* de Souza e Oliveira Coutinho (MG). Reposta a ordem ainda naquele dia, como sabemos, a reunião não chegou a acontecer. APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1831; p. 223.

¹⁰⁸ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1831; p. 222.

§35 da Constituição compreendendo-se a attribuição de lançar mão de todas as medidas de precaução, que a urgência das circunstancias exigir, poderá salvar o Estado. Eis o que a Regencia, em Nome do Imperador, me ordena leve ao conhecimento da Câmara dos Srs. Deputados para ser devidamente avaliado em sua sabedoria.¹⁰⁹

Feijó propunha abertamente, então, o recurso à suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos do Rio de Janeiro (ou seria de todo o país?), com vistas à reposição da ordem na cidade e consequente salvação do Estado nacional.

Quando da leitura do ofício na Câmara dos deputados, contudo, aos 8 de outubro, a ordem já se encontrava reposta na cidade e o levante da Ilha das Cobras subjugado. Nem por isso o pedido de Feijó ficaria sem resposta. Esta, contudo, viria unicamente na sessão de 11 de outubro de 1831, com a leitura do parecer das comissões de constituição e justiça criminal que, ante o pedido do governo pela “inteira concessão” do disposto no §35 do art. 179, afirmariam o que segue:

As comissões considerando que o citado paragrapho da constituição só permite que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades que garantem a liberdade individual pedindo-o a segurança do estado, e nos casos de rebelião e invasão do inimigo, observando que estes dous únicos casos em que estas medidas podem ter lugar, e com as clausulas expressas no dito paragrapho, felizmente não consta que existão entre nós; ponderando que a attribuição (de que também falla o ministro) de lançar mão de todas as medidas de precaução que a urgência das circunstâncias exigir em nenhuma parte da constituição é permitida: **não podendo enfim conceber como possa haver salvação do estado, sem que os poderes constitucionais observem muito religiosamente a constituição, em virtude da qual existem;** não pode deixar de estranhar que não vindo o ministro fazer curialmente a proposta de nenhuma das medidas que dissera poderia propor, ouse indicar providencias inconstitucionais e puramente arbitrarías: e são por isso de parecer que essas medidas que o ministro indica na conclusão de seu dito offício devem ser rejeitadas.¹¹⁰

O parecer foi aprovado pela Casa ainda naquela sessão e, aos 12 de outubro de 1831, um ofício enviado ao Ministro da Justiça comunicou a discordância dos deputados com as medidas por ele propostas, participando-o que informasse a Regência daquela decisão¹¹¹.

A enfática recusa da Câmara à proposta de Feijó reiterava o anteparo por diversas vezes imposto por aquele colegiado a medidas que ameaçassem as liberdades individuais dos cidadãos do país, ao mesmo tempo em que refletia a significativa

¹⁰⁹ *Jornal do Commercio*, nº 41 – 20/10/1831; p. 1; grifo meu

¹¹⁰ APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1831; p. 230. Grifo meu.

¹¹¹ *Jornal do Commercio*, nº 41 – 20/10/1831; p. 1.

perda de prestígio sofrida pelo ministro ante parcela importante dos representantes da nação¹¹².

Mais que isso, ao negarem o pedido em questão, os deputados sublinhavam o desacordo existente entre a medida proposta e as premissas da Carta de 1824, já que sua demanda pela aplicação do §35 do art. 179 não se fundava em qualquer dos pré-requisitos fixados pelo texto constitucional (“rebelião” ou “invasão de inimigos”).

Como veremos ao longo desta tese, os conflitos entre os pedidos ou o efetivo recurso à suspensão de garantias no país, e a adequação das circunstâncias que justificavam tal pedido/aplicação ao texto constitucional, permeariam a história do uso desse dispositivo no Império do Brasil, com os desajustes entre aplicação e lei superando, inclusive, as concordâncias entre ambos.

Voltando às questões prementes em 1831, o demérito em que caía a figura de Feijó pode ser verificado também nas discussões do referido projeto de 1º de outubro, iniciadas ainda na sessão do dia 8, por indicação das comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal.

Tal indicação fora dada pelas comissões em resposta ao primeiro ofício enviado por Feijó à Câmara, no dia 7 de outubro, no qual o ministro cobrava do colegiado “remédios fortes e mui prontos” para a salvação do Estado. Por meio de parecer, as comissões sugeriram, então, que se promovesse, o quanto antes, “a discussão das medidas do projecto do 1º de Outubro remetido do senado para a câmara dos deputados”, que as comissões diziam entender suficientes “para autorizar o governo a poder prover a tranquilidade publica na crise actual”, enquanto o mesmo governo não apresentava “alguma proposta na forma do convite feito pela camara dos deputados”¹¹³. Vê-se então que este parecer fora redigido posteriormente àquele em que as comissões indicaram a Feijó que propusesse as medidas que lhe pareciam cruciais à salvação do Estado.

Ao longo dessas discussões, transcorridas entre os dias 8 e 10 de outubro de 1831, o projeto apresentado pelo senado foi fortemente modificado pelo conjunto dos deputados, transformando-se na lei de 26 de outubro de 1831, que, a despeito de aumentar as punições previstas pelo Código de 1830 aos crimes de vadiagem e armas proibidas, impedir a concessão de cartas de seguro nos crimes policiais e prever punição de um a seis meses de prisão com trabalho para “qualquer tumulto, motim ou assuada, não especificados no Código criminal”, não concedeu ao governo parte

¹¹² Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit., 1960; p. 179.

¹¹³ APB-CD, sessão de 8 de outubro de 1831; p. 223.

significativa das prerrogativas repressivas previstas no projeto originalmente elaborado pelos representantes vitalícios¹¹⁴.

Para além de confirmarem o desacordo da maioria dos deputados com a austeridade das medidas de controle propostas por Feijó, os debates travados sobre este projeto reforçavam o modo como sua figura era cada vez mais aproximada, em especial pelos liberais mais radicais, à imagem de um ministro ávido pela suspensão das garantias constitucionais¹¹⁵.

Bastante ativo nesses debates, Castro Alvares se revoltou já quando da leitura do primeiro artigo do projeto. Em sua opinião, a conjuntura nacional era totalmente inadequada à discussão de leis penais no país, e o projeto parecia-lhe uma espécie de cavalo de Troia que, fingindo responder a demandas urgentes, traria, na verdade, o aniquilamento do sistema constitucional. Sua oposição ao art. 1º, por meio do qual, como vimos, propunha-se que nos crimes de conspiração, rebelião, sedição e insurreição se procedesse ex officio à inquirição judicial, sem tempo determinado, ou numero certo de testemunhas, foi enfática. Para ele, o artigo, tal como apresentado, conformava “lei de sangue”, pressupondo a escravidão do Brasil.

Saindo em defesa do projeto, deputados como Evaristo da Veiga e Xavier de Carvalho argumentaram, pelo contrário, que não só a ocasião era propícia para se avaliar as leis penais do país – haja vista ter-se detectado, num momento de crise, suas falhas e possíveis melhorias –, mas também que havia real necessidade de se aumentar as punições previstas no Código de 1830, uma vez que advinham da sua brandura uma série de atentados à ordem interna no país.

Opondo-se também ao projeto, Luiz Cavalcanti dirigiu sua crítica não ao conteúdo do artigo em discussão, mas ao artífice da proposição, o então ministro da Justiça Feijó. Indignado com o tom usado por Feijó nos ofícios encaminhados à representação, Luiz Cavalcanti criticava que, em finais de 1830, o ministro tivesse defendido a aprovação do Código Criminal – votando então “para que se fizessem leis brandas” –, para taxar agora de ruim a mesma lei “por ser muito doce”, almejando torná-la severa “afim de a aplicarem aos outros”. Censurava ainda o pedido de suspensão das garantias feito pelo ministro na sessão anterior, afirmando que, uma vez que não havia rebelião no país e que esta era condição constitucionalmente fixada

¹¹⁴ “Lei de 26 de outubro de 1831”. *CLIB de 1831. Parte Primeira*; pp. 162-163.

¹¹⁵ Foi este o tom em que os periódicos exaltados trataram o “medonho projeto do senado”, discutido no início de outubro na Câmara dos deputados, frisando a verdadeira suspensão de garantias por ele prevista – muito provavelmente em referência à proibição da fiança. Ver Marcello Basile, *Op. cit.*, 2004; pp. 303-304.

para a aplicação do §35, sua requisição soava como um desejo de “extorquir à câmara medidas que acabassem com a constituição”.

Já para Evaristo da Veiga, a defesa das liberdades constitucionais não era incompatível com o projeto em discussão, o qual, na sua opinião, armava o governo da força necessária para não se fazer tirânico, “porque tornar o governo fraco para não punir os crimes, é querer que seja arbitrário, porque a necessidade o levará a isso”. Em conclusão à sua fala, então, afirmava dever-se conservar “tudo o que fosse garantia de liberdade e de direitos, mas ao mesmo tempo que era necessário que uma legislação forte punisse os culpados” e que, por querer ver combatido o despotismo, forneceria ao governo os meios de destruir as facções anárquicas, que exercitavam o despotismo do terror.

Ante a fervorosa defesa da figura de Feijó empreendida por Evaristo da Veiga, para quem o ministro aparecia como verdadeiro “salvador da pátria”, homem responsável pelo controle da sanha revolucionária dos últimos tempos e a quem os cidadãos honestos do Rio de Janeiro devotavam “confiança sem limites”, Luiz Cavalcanti afirmaria que:

Em lugar de entender que o atual ministro da justiça era salvador da pátria, parecia-lhe que era ele quem tinha afogueado as paixões e as tinha suscitado, armando uma parte da população contra outra parte, espalhando a sizania para que uma parte fizesse guerra à outra, afim de se fazer necessário, pelo que tinha armado brasileiros contra brasileiros, soprando a discórdia e a divisão entre os diversos brasileiros.¹¹⁶

Os *Anais da Câmara* não registraram outras discussões sobre o conteúdo do projeto, limitando-se, na avaliação dos artigos subsequentes, a arrolar as emendas oferecidas pelos deputados e o resultado das deliberações finais em cada caso. No *Correio Mercantil* de 12 de outubro, no entanto, encontramos um resumo da sessão do dia 10 e das discussões travadas em torno do artigo 11 do projeto, que proibia, nos crimes policiais, e naqueles processados policialmente em virtude desta lei, a concessão de cartas de seguro e de fiança.

Ao combater este artigo, Castro Alvares revelava a íntima relação que via entre o texto do projeto e o desejo constante do governo pela suspensão de garantias no país:

[...] o que é que eu vejo Srs.? Até quando quererá o Governo tirar de nós medidas extraordinárias? Eu vejo desde o dia 7 de abril suspensão de garantias! E quem sabe se por isso se nos tem enredado! Os Ministros do Brasil não sabem governar aos Brasileiros, se não com suspensão de garantias? Para que decretar-

¹¹⁶ APB-CD, sessão de 8 de outubro de 1831; p. 227.

mos Leis Constitucionaes? Ainda fica a Constituição! Derroguemos por este Art. a Constituição... Voto contra o Art.¹¹⁷

Parecia inadmissível ao deputado, em razão da previsão constitucional de fianças no país, que o artigo em questão propusesse sua derrogação. A questão ganhava contornos dramáticos para Castro Alvares, que se dispunha a defender as leis do país com a própria vida, opondo-se abertamente às insinuações de Feijó de que, por seu imobilismo e indiferença, os deputados seriam os culpados pelas desgraças do país e acusando, antes, o Governo por tal situação.

Vale ressaltar que, quanto a este artigo específico, prevaleceu a emenda proposta por Henriques de Rezende nas discussões do dia 10 – sugerindo a supressão da palavra fiança do artigo –, mantendo-se unicamente a possibilidade de dispensa da emissão de cartas de seguro aos envolvidos em crimes policiais. Com estas e outras alterações impostas pelos deputados – como as que retiraram do projeto prescrições que enquadravam a desobediência ou resistência às ordens dos guardas municipais como crimes cometidos contra autoridades públicas do país e, por isso, passíveis de punições mais duras –, a lei acabou perdendo severidade¹¹⁸.

Em meio ao turbilhão de acontecimentos desses meses, os periódicos do país, particularmente os ditos “exaltados” e “caramurus”, não pouparam críticas a Feijó e ao governo como um todo. Cobrindo de perto os episódios de finais de setembro e inícios de outubro na cidade do Rio de Janeiro, títulos como *O Exaltado* (RJ) e o *Nova Luz Brasileira* (RJ) chamaram constantemente a atenção de seus leitores ao que lhes pareciam os excessos do governo e a uma atuação ante os conflitos que, em sua opinião, configurava verdadeiro atentado às liberdades individuais.

Diversos periódicos – principalmente fluminenses, mas também de outras províncias do país – fizeram questão de concentrar seus ataques, assim, às latentes contradições identificadas entre o papel de oposição desempenhado por parte dos políticos liberais previamente à Abdicação, e sua atuação à frente do governo da Regência. E dentre tais contradições, saltavam principalmente aos olhos os pedidos do

¹¹⁷ *Correio Mercantil*, nº 225 – 12/10/1831, vol. 2; p. 1

¹¹⁸ É preciso lembrar neste ponto que, à altura dos debates aqui descritos, o projeto de código de processo criminal elaborado pela “terceira comissão especial do Código de Processo”, e analisado, entre os meses de julho e setembro, na Câmara dos deputados, havia sido recém-enviado à avaliação dos senadores, o que pode ter levado os deputados a mexerem exclusivamente no direito penal material do país, eximindo o direito processual das modificações sugeridas no projeto de 1º de outubro, fator que certamente contribuiu a uma diminuição de sua severidade. Para o percurso de elaboração do Código de Processo Criminal do Império ver: Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2017; e Monica Duarte Dantas e Vivian Chieregati Costa. Op. cit., 2018.

ministro da Justiça pela aplicação do §35 do art. 179 no Rio de Janeiro. Periódicos como *O Ypiranga* e *Bandeira de Retalhos* (PE), situados respectivamente entre as vertentes “caramuru” e “exaltada” de oposição ao governo, sublinharam, assim, a abrupta mudança de opinião de Feijó ao encabeçar a pasta da Justiça nacional.

Tratando da forte crise instituída entre Feijó e o Parlamento em outubro de 1831, o redator d’*O Ypiranga* afirmava:

Até então tudo era humanidade, e Constituição; depois pede o padre Feijó suspensão de garantias, e autorização para fazer tudo o que bem lhe parecesse: ahi esta o officio impresso, e todo mundo o tem lido; declara logo que o Código he doce demais, cumpre azedal-o e exacerbar as penas; mas quaes penas? As que recahem sobre os crimes políticos: cumpre diminuir as formulas dos Processos, e fazer-se do Juiz de Paz hum pequeno Régulo: não se mostra a Câmara dócil; pois bem; ameça-se, faz-se correr o boato de dissolução, e diz o Padre Feijó, que tem 6 mil homens em armas em desesperação!¹¹⁹

Já em acordo com o *Bandeira de Retalhos*, os recentes pedidos de suspensão de garantias por Feijó, opunham-se abertamente ao discurso de “Lei e só lei; nada de medidas extraordinárias”, realizado no pós-abdicação, quando se tratava dos “Marcistas, e mais traidores, Brasileiros adoptivos, ingratos, e natos degenerados”. Nas palavras do redator:

Então era querer a *Dictadura* dirigir ao Governo quaesquer frases; hoje não é querer a *Dictadura* ameaçar um Ministro á Câmara dos Srs. Deputados com 6 mil homens em armas, descontentes de suas conducta, e prestes á tocarem a desesperação. Não é querer a *Dictadura* apoiado n’ellas, como mostra, pedir este Ministro suspensão de garantias; e não contente só com isso querer ainda a faculdade de usar de todas as medidas de precaução, isto é, prender sem culpa a quem quizer, desterrar, degradar, e matar, julgando conveniente. Não é enfim querer a *Dictadura* pedir á Câmara Poderes ilimitados, que ella lhe não podia conceder, com a ameaça d’esses 6 mil homens desgostosos da mesma Câmara, e quasi desesperados... E será assim que a Moderação nos promete levar ao porto, que desejamos pelo regime legal, e só com medidas ordinárias, como á pouco apregoava, quando se tractava daquelles, que havião interrado o punhal no coração da Patria?¹²⁰

Não menos ativa, também a imprensa dirigida pelos liberais alinhados ao governo atuou com energia nessa conjuntura. Saiu, assim, em defesa do ministério e

¹¹⁹ *O Ypiranga*, nº 11 - 14/01/1832. Recuperado via *O Carijó*, nº 7 - 31/01/1832; p. 4. Em longo artigo publicado em sua edição nº 21, de 18 de fevereiro de 1832, os redatores d’*O Ypiranga*, a certa altura, saíam com a seguinte afirmação: “Em todas as ocasiões importantes de uma Nação tem a experiência mostrado; que aquelles dos Stadistas, ou Homens Publicos que seguem opiniões contrarias aos Direitos, e Prerogativas do Povo, para abraçarem ou a causa de uma Classe, ou a de hum Homem, ou emfim a de uma Minoria qualquer, todo Poder achão pouco, toda a Autoridade fraca, e desarmada: em uma palavra, para elles a Força Publica é sempre insufficiente para manter a Tranquillidade, e proteger o Cidadão. “Cumprer reforçar as Leis: as que existem não prestão; não são para a occasião; o momento é critico; o Estado periga; e salva-o é nosso dever”. *O Ypiranga*, nº 21 - 18/02/1832; p. 87.

¹²⁰ *Bandeira de Retalhos*, nº VI - 23/02/1832.

das medidas por ele empreendidas, ao mesmo tempo em que contribuiu à identificação de seus adversários como “anarquistas” e opositores à causa nacional.

Tal atuação, contudo, não foi suficiente para construir consenso em torno do governo e das medidas por ele demandadas junto aos representantes nacionais. Vale relembrar, nesse ponto, que o grupo liberal à frente do poder no pós-Abdicação não era homogêneo, tratando-se fundamentalmente, como vimos acima, de indivíduos que haviam se unido em oposição a Pedro I no decorrer do Primeiro Reinado e que, após a saída do monarca, precisaram de tempo para realinharem suas demandas e identificarem seus correligionários e opositores. Nos primeiros anos da Regência, portanto, aproximaram-se ou afastaram-se um tanto desordenadamente a depender das pautas e proposições em debate, agindo de maneira considerada contraditória, *a posteriori*, por diversos pesquisadores.

Bastante múltiplo em sua composição interna, o grupo liberal alinhado ao poder no pós-Abdicação tinha, contudo, nos liberais de cariz abertamente radical – os ditos “exaltados” – bem como nos “caramurus”, inimigos declarados. No que tange ao grupo “exaltado”, ainda que o início de 1832 tenha marcado o termo de seus enfrentamentos ao poder na corte do Rio de Janeiro¹²¹, pelo restante do país, seguiram espocando movimentos de caráter radical e até mesmo federalista, tais como a sedição do Rio Negro, no Pará¹²², e os levantes federalistas na Bahia¹²³.

Já no tocante aos “caramurus”, os anos de 1832 a 1834 foram marcados não apenas pelo crescimento, na corte e pelo Império afora, da ameaça por eles representada – com uma série de revoltas, inclusive de cunho restaurador, aparecendo pelo país –, mas também por um aumento dos embates parlamentares travados entre grupos liberais e políticos tradicionalmente associados ao antigo governo de d. Pedro, presentes especialmente no Senado.

Ao iniciar-se o ano de 1832, portanto, o governo da Regência tinha um quadro bastante complexo sob os olhos, do qual saltavam diversas sublevações políticas – impondo risco à segurança e à ordem interna nacionais – e em meio ao qual a Câmara dos deputados e o Ministério tiveram de lidar com a crescente oposição dos

¹²¹ A perseguição empreendida contra os periódicos e militantes ditos “exaltados” do Rio de Janeiro em sequência à sedição da Ilha das Cobras, foi responsável por privar aquele grupo de alguns de seus mais importantes articuladores e publicistas na corte.

¹²² Mark Harris. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura no Norte do Brasil, 1798-1840*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

¹²³ João José Reis. Op. cit., 2003; pp. 57-67. F. W. O. MORTON. *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840*, Tese de doutorado apresentada à Universidade de Oxford, 1974.

senadores. E isto porque, em meio a um cenário de recrudescimento das tensões políticas no país, a Câmara alta do parlamento parece ter amplificado sua oposição ao grupo liberal no poder, capitalizando, de certa forma, os conflitos internos a este grupo e se aproveitando da situação confusa do país para impor verdadeira barreira a parte importante de seus projetos de reforma legal.

2.3. A manutenção dos apelos por “remédios fortes” e as alternativas para o §35 no interior de um novo arranjo institucional (1832-1834)

Entre os anos de 1832 e 1834, a temática da suspensão de garantias seguiu presente na pauta de políticos e periodistas do país. Neste período, os frequentes apelos do governo por “remédios fortes” ou “medidas extraordinárias” – usados como espécie de alerta aos representantes e à população em diferentes circunstâncias consideradas de risco nacional – foram quase sempre associados, dentro e fora da Assembleia, à medida de suspensão das garantias.

Ideias e comentários sobre o §35 do art. 179 ocuparam por diversas vezes, nesse processo, o Parlamento e a imprensa, fosse na boca dos defensores das medidas sugeridas, fosse na de seus opositores. Se, para os primeiros, em situações de desordem política, social e institucional como aquela em que se encontrava o Brasil, a adoção de medidas extraordinárias ou, até mesmo, o recurso a golpes de Estado parecia necessária, para os adversários de tais medidas, sua constante menção pelo ministério e por políticos associados ao poder configurava prova do despotismo de um governo que, diziam, comandava o país fundado na imposição do medo aos cidadãos.

Ao longo de 1832, Feijó seguiu com sua tônica intimidadora aos deputados e senadores do país, reclamando, ante situações consideradas emergenciais, da ausência de instrumentos legais à disposição do governo para a manutenção da ordem e tranquilidade internas. Em acordo com o ministro, tal situação forçava-o constantemente a considerar o recurso a medidas extraordinárias de proteção da ordem pública no país, levando ainda o grupo no poder, ao que tudo indica, a considerar um golpe de Estado em nome da conquista das medidas desejadas.

Já em 1833, ante o que consideravam a crescente ameaça restauradora a pairar sobre o Brasil, a menção à necessidade de remédios extraordinários partiu do ministro dos Negócios Estrangeiros e foi apoiada por ala considerável do parlamento nacional, materializando-se em projetos de lei que, por sua vez, foram fortemente criticados

pelos opositores do governo na esfera pública nacional. Prevendo ameaças à liberdade individual dos cidadãos do país, periodistas chegaram a acusar a Regência de armar uma falsa situação para arrancar da Assembleia medidas que sabia de difícil aprovação àquela altura.

Em 1834, por fim, a medida de suspensão das garantias foi explicitamente demandada para as províncias de Alagoas e Pernambuco, então às voltas com a Cabanada, acabando preterida, contudo, pelos parlamentares do país.

Com este cenário sob os olhos, não espanta que alternativas para o §35 tenham sido pensadas no interior da projeção de um novo quadro institucional para o Império, na conjuntura de reforma da Constituição. Haja vista as turbulências do período, os parlamentares parecem ter enxergado na suspensão de garantias um remédio necessário à reposição da ordem interna, preferindo-o a outros por sua previsão constitucional e por encontrar-se interditado, desde o início da Regência, ao poder Executivo. Representada no projeto final de reforma da Constituição, a extensão da prerrogativa de suspensão de garantias às assembleias legislativas provinciais tornar-se-ia tema de discussão nos debates que precederam a aprovação do Ato Adicional de 1834, compondo, por fim, o §8º do art. 11 da nova lei.

O Relatório do Ministério da Justiça

Tudo quanto tenho de expor he triste; e mais melancolico he ainda o futuro, que se me antolha, se a Providencia Divina não dirigir os importantissimos trabalhos da presente Sessão. Talvez que minha imaginação assombrada com tantos acontecimentos desastrosos, que rapidamente tem-se sucedido huns aos outros em todo o Império: que minhas forças estancadas na luta com tantas dificuldades: e que minha razão pouco fecunda em recursos, sejam a causa de prever males tão próximos, e que por ventura se achão á tão grande distancia; mas sou Brasileiro: interesse pela minha Patria: e antigos, e novos exemplos ma [sic] fazem estremecer á vista da marcha progressiva do espirito revolucionario no Brasil.¹²⁴

Aos 10 de maio de 1832, Feijó apresentou à Assembleia nacional o Relatório do Ministério da Justiça concernente ao ano anterior, abrindo-o com o trecho acima.

Por meio deste documento, transpareceu a crescente preocupação do governo com os “movimentos revolucionários” em curso ou recentemente controlados pelas forças da ordem em diferentes regiões e províncias do Império, como Pará, Maranhão,

¹²⁴ Ministério da Justiça. Diogo Antonio Feijó. “Relatorio do anno de 1831 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1832”. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/107#?c=0&m=2&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1%2C-133%2C3792%2C2675>; p. 1

Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Cuiabá e Goiás. Enquanto em vários desses locais, seguiam tomando corpo sublevações do tipo “povo e tropa” – frequentemente articuladas em torno de demandas como a deposição de autoridades político-administrativas ligadas ao governo do Primeiro Reinado e expulsão de portugueses do país –, em províncias como o Ceará e Pernambuco cresciam movimentos de cariz restaurador, com reivindicações que, a despeito de uma série de particularidades locais, opunham-se, no geral, à situação instituída no país no pós-7 de abril.

Enquanto a província do Ceará se via, então, às voltas com a Revolta de Pinto Madeira, transcorrida entre finais de 1831 e outubro de 1832 e motivada pelo desprestígio em que o coronel Pinto Madeira e outras autoridades regionais, ligadas ao governo de Pedro I e à repressão à Confederação do Equador, se viram no pós-Abdicação¹²⁵; em Pernambuco, acabara de ocorrer o movimento conhecido como Abrilada de 1832. Também neste caso, o gatilho dos rebeldes esteve diretamente relacionado ao que Marcus Carvalho denominou de “gangorra” do 7 de abril, em referência às trocas de cargos empreendidas pelos liberais que subiram ao poder no pós-Abdicação, afastando dos centros de decisão figuras largamente recompensadas, nos anos anteriores, pelo apoio ao governo de Pedro I¹²⁶.

Expondo com celeridade o quadro geral de sedições do Império, Feijó pintou em maiores detalhes os acontecimentos transcorridos no Rio de Janeiro nos dias 3 e 17 de abril de 1832, apresentando-os como parte do histórico de tumultos sentidos na cidade desde abril do ano anterior

¹²⁵ A revolução de 7 de abril implicou assim, no cariri cearense, como em diversas outras partes do país, na troca de importantes autoridades regionais, fato que, por sua vez, levou ao incremento de antigas rivalidades (particularmente entre as vilas de Jardim e do Crato) e perseguições. Sentindo-se fortemente prejudicado pelo novo governo, Pinto Madeira organizou um verdadeiro “exército de cabras” – movido por uma série de interesses próprios, lutando em defesa de direitos e de seus costumes e tradições – e partiu para o ataque, em batalhas sangrentas que misturaram conflitos antigos entre oligarquias agrárias regionais, pobreza rural, religiosidade e questões políticas candentes do período. Elogioso ao Primeiro Reinado e anunciando vingança à ilegal destituição do imperador Pedro I, o discurso a embasar a atuação dos rebeldes pautou-se pelo anseio de “regeneração política” nacional, falando diretamente aos brasileiros vilipendiados em seus direitos. Às forças da ordem, tal discurso assumiu prontamente a capa de restaurador e também a imprensa liberal o abordou unicamente sob esse prisma. Para a Revolta de Pinto Madeira ver: Sócrates Quintino da Fonseca e Brito. *A Rebelião de Joaquim Pinto Madeira. Fatores Políticos e Sociais*. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1979. Ana Sara R. P. Cortez Irffi. “Pinto Madeira e seu ‘exército de cabras’: conflitos políticos e sociais no Cariri Cearense no pós-independência”. In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica (Recife)*, n. 35, jan-jun 2017, pp. 200-224. Maria Jorge dos Santos Leite. “A influência das revoltas liberais no Cariri Cearense e a ‘Revolta de Pinto Madeira’”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, RN, julho de 2013. Marcus Carvalho. Op. cit., 2017.

¹²⁶ Marcus J. M. de Carvalho. Op. cit., 2017. Idem. “Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os ‘jacobinos’: a Cabanada, 1832-1835”. In: Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2011, pp.167-200; p. 180 e p. 186.

No dia 3 do passado sahio a campo o primeiro partido gerado no *club federal*; mas illudirão-se as suas esperanças, falharão seus calculos; e esse punhado de facciosos, que atreveo-se á afrontar a Capital, colheu os fructos de sua temeridade. A 17 do mesmo mez, com igual audácia appareceu a facção restauradora, annunciada pelo insolente *Caramuru*, e preparada no *conventiculo da Conservadora*: igual tambem foi o resultado.¹²⁷

Como pontuado pelo relatório, enquanto a sublevação de 3 de abril parece ter sido protagonizada por liberais de cariz mais radical, configurando o último movimento, na capital do Império, identificado a esse grupo – o qual, se já vinha sendo perseguido pelo governo desde fins de 1831, teve sua militância e muitos de seus jornais praticamente extintos em consequência da revolta –, o tumulto do dia 17 foi o primeiro de uma pequena série de movimentos apontados como encabeçados pelo grupo “caramuru” da corte; o qual, desde finais de 1832, vinha ganhando espaço na arena política fluminense.

Ainda que, nos dois casos, as movimentações contestatórias tenham de fato assustado o governo e apresentado algum risco à estabilidade política da capital, tratou-se de movimentos de pequeno alcance. Somados, contudo, ao panorama nacional de sublevações e revoltas que o ministro tinha sob os olhos, foram mobilizados em seu relatório como mais uma prova da vulnerabilidade do poder Executivo ante um quadro de “leis fracas” e “insuficientes” para lidar com a excepcionalidade da situação interna.

Nos dias que imediatamente se seguiram a cada uma das revoltas, Feijó se manifestou, em tom grave, por meio de documentos emitidos pelo Ministério. No Aviso exarado em sequência à sublevação de 3 de abril, datado do dia 5 daquele mês, o ministro insinuou a adoção, em breve tempo, de medidas fortes para impedir que situações como aquela se repetissem na cidade e no país. Apresentando o objetivo dos revoltosos como sendo o de “acabar com a Regência e o Governo actual para ser substituído por gente de sua seita”, Feijó creditou à providência divina – “que vela sobre a sorte do Brazil e que tem protegido um Governo destituído de todos os recursos legais para as circunstâncias extraordinárias em que desde 7 de Abril do anno passado nos achamos” – a descoberta antecipada dos planos dissidentes e o sucesso das medidas tomadas e da repressão empreendida. Ao finalizar o Aviso, afirmou:

Não é possível que haja tranquilidade nem segurança, à vista da impunidade que a fraqueza das leis, a negligencia e a prevaricação de alguns Magistrados

¹²⁷ “Relatorio do anno de 1831 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1832”; p. 2.

protegem. O Governo deve salvar a pátria, vão ser tomadas as medidas necessárias para este fim. A Assembléa Geral julgará da justiça ou injustiça dellas.¹²⁸

Se, uma vez mais, o governo reforçava estar de mãos atadas ante os acontecimentos, frisava contudo, nesta oportunidade, que estando a salvação da pátria sob sua responsabilidade, tomaria as medidas necessárias para vê-la efetivada, cabendo ao Legislativo julgar, posteriormente, seu acerto ou equívoco. Tratava-se novamente de declaração controversa, não apenas por colocar em xeque o substrato legal do país, mas também, e talvez especialmente, por sugerir uma ingerência exagerada do poder Executivo na busca pela resolução da questão.

Já na Circular emitida aos presidentes de província no dia 19 de abril, em consequência direta dos acontecimentos do dia 17 na corte, Feijó aconselhou aquelas autoridades a redobram a vigilância sobre os restauradores que, em sua opinião, estavam por trás da revolta: verdadeiros “inimigos das liberdades públicas”, “hipócritas políticos” que, como era bem sabido, já haviam posto em risco a prosperidade do país, submetendo-o “a seus caprichos e interesses”¹²⁹.

Por meio da Circular em questão, Feijó cobrou ainda dos presidentes de província que, identificando tais inimigos, “quando não possam ser processados, mas hajam somente suspeitas de sua conducta contraria aos interesses nacionais”, dessem “parte circumsunciada para tomarem-se sobre elles as medidas que a salvação publica exigir”¹³⁰. Ao fazê-lo, estimulou abertamente as autoridades provinciais a exacerbarem do círculo legal de suas atribuições, infringindo a segurança individual dos cidadãos sobre os quais recaísse unicamente a suspeita de advogarem a causa da restauração ou quaisquer outras ideias consideradas contrárias aos interesses nacionais.

¹²⁸ “Aviso N. 128 – Justiça – Em 5 de abril de 1832. Sobre os acontecimentos que tiveram lugar nesta cidade nos dias 3 e 4 deste mez”. *CLIB de 1832. Parte terceira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875; pp. 149-150.

¹²⁹ “Aviso N. 146 – Justiça – Em 19 de abril de 1832. Recommenda aos Presidentes de Província que redobrem a vigilância sobre os restauradores inimigos das liberdades publicas”. *CLIB de 1832. Parte terceira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875; pp. 166-167.

¹³⁰ Parece ter advindo desta demanda específica do governo, a absurda proposta de reforma ao artigo 36 do Código Criminal de 1830, que estabelecia que: “Nenhuma presumpção, por mais vehemente que seja, dará motivo para imposição de pena”. Avaliada, ao que tudo indica, pela comissão de justiça criminal da Câmara e por ela transformada em decreto, a proposta de reforma do art. 36 foi debatida pelos parlamentares na sessão de 12 de julho de 1832, acabando adiada. Dos debates travados nesta data, destaca-se a fala de Martim Francisco Ribeiro de Andrada em oposição à medida, em especial por reconhecer neste artigo uma das principais bases sobre as quais assentava a segurança individual dos cidadãos, não podendo convir, desta forma, ante o cenário de abusos e suspensão de direitos que afirmava ter sob os olhos, que também esta garantia fosse abandonada no país. APB-CD, sessão de 12 de julho de 1832, pp. 62-63.

Ao manifestar-se sobre estes mesmos acontecimentos, poucas semanas depois, no Relatório anual da pasta da Justiça – endereçado aos representantes da Assembleia nacional, mas cuja rápida publicidade entre diferentes autoridades e grupos da população do país era não apenas prevista, mas possivelmente desejada por Feijó –, o ministro recorria novamente a um discurso intimidatório, recuperando a ideia de que, de mãos atadas para impedir eclosões políticas como estas, esgotavam-se as alternativas legais ao alcance do governo para fazer frente à situação.

De acordo com Feijó, portanto, a despeito de os “esforços da classe interessada na manutenção da ordem pública”, terem-na “segurado” na capital do país em sequência aos acontecimentos de julho e outubro de 1831, “à sombra dessa aparente tranquilidade”, partidos haviam se formado e concertado seus planos, pondo-os em ação em abril de 1832. Enquanto isso, dizia o ministro, desprovido dos meios legais necessários para destruir os planos revolucionários tramados na cidade, o governo vira-se na “dura necessidade de aprontar-se somente para o combate”.

Todos estes partidos existem, e em grande numero: não cessão de tramar novas conspirações, que todas tem por fim deixar o Brasil acéfalo e sem Representação. Se a voz publica designa seus principais autores; se o Governo bem os conhece, os meios, que as Leis offerecem para os apprehender, e punir, são inefficazes. Ha homens, que julgão ter direito aos altos Empregos do Estado, e não duvidão arriscar tudo para saciar a ambição, que os devora. He incompatível a paz, e segurança interna com a presença de semelhantes homens.¹³¹

O texto do Relatório seguia, então, com fortes críticas à organização e aos contingentes das forças de segurança da capital e do Império, censurando ainda em termos fortes, dentre outros aspectos do quadro institucional do país, a administração da Justiça criminal e as leis penais previstas pelo Código de 1830. Instava, assim, os representantes nacionais a aprovarem o código de processo criminal para o país e a reformarem o diploma penal de 1830, “para por em melhor proporção as penas com os delictos”. Em meio a este quadro, sublinhava a reiterada “incapacidade” do governo em repor a ordem interna, questionando se os legisladores não consideravam estranho que o governo, “primeiro executor da lei”, tanto se queixasse de sua

¹³¹ Referindo-se, então, aos riscos impostos ao país por “exaltados” e “caramurus”, Feijó parecia falar especificamente a indivíduos que, em diferentes regiões do país, revoltavam-se contra o alijamento do poder que lhes fora imposto no pós-Abdicação, retirando-lhes particularmente cargos públicos e honoríficos. Analisando as motivações de algumas das revoltas que tomaram corpo em Pernambuco entre meados de 1831 e 1832, Marcus Carvalho chamou de “gangorra política” a esse processo em que antigos correligionários do monarca Pedro I foram substituídos, em cargos importantes da província, por indivíduos alinhados à “revolução de 7 de abril”, gerando inconformismo e sede de vingança entre os destituídos. “Relatorio do anno de 1831 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1832”; p. 3.

inexecução. Rogava-lhes, assim, que o auxiliassem nessa empreitada, provendo o poder Executivo dos meios necessários à aplicação das leis.

Ao criticar abertamente a magistratura togada do Império e atribuir à sua desordenada atuação uma série de problemas do país, Feijó descrevia o governo como impossibilitado de agir ante aquela situação. Em clara referência ao projeto de Código de Processo Criminal aprovado pela Câmara dos deputados no ano anterior e agora sob análise do Senado, o ministro dizia caber aos representantes adotar as medidas já reiteradamente defendidas pelo governo e que ele acreditava passíveis de proverem aguda melhora ao quadro nacional¹³².

Consoante o ministro, enfim, enquanto os conspiradores lançavam mão de todos os meios para conquistar seus fins, o Governo estava de mãos atadas para impedi-los, não podendo dar um só passo fora da Lei: “Circunstancias extraordinarias sobrevem; mas nem por isso as Leis se mudão”.

Preparado o terreno, vinha então, uma vez mais, o apelo por remédios fortes para a salvação da pátria:

Tal he Senhores, o Governo do Brasil: três são as tristes circunstancias em que nos achamos. Hum abismo horroroso está a hum só passo diante de nós. **Remedios fortes, e promptissimos podem ainda salvar a Patria.** Hum só movimento de demora talvez faça a desgraça inevitável. **Ou lançai mão d’elles com presteza, ou decidi-vos ja pela negativa.** O Governo está firmemente resolvido á ajudar vossos esforços em salvar o Brasil, quando queiraes marchar de acordo com elle; ou abandonar ja o lugar para ser substituído por quem se julgue com valor de arrostrar tantas difficuldades.¹³³

O tom do relatório, portanto, era pessimista e mesmo derrotista em alguns pontos. Afinal, o quadro nacional era de fato confuso e desafiador, ainda mais para um governo que via várias de suas iniciativas seguidamente barradas pelos deputados e senadores do país. Havia ainda, no documento, clara ameaça aos representantes nacionais. Desta vez, para além da dissolução da ordem social, Feijó ameaçava os parlamentares com sua renúncia em caso de negativa às demandas explicitadas no relatório.

¹³² Por meio do projeto então sob avaliação do Senado, e que seria por ele amplamente modificado ao longo de 1832, grande parte do poder então retido pela magistratura togada, à qual Feijó não cansava de criticar, passaria ao júri e a juizes eletivos, buscando concretizar no país um modelo de “justiça cidadã” em cuja direção os liberais vinham trabalhando havia anos no interior do Parlamento. Para o processo de elaboração do Código de Processo Criminal de 1832 ver: Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2017; e Monica Duarte Dantas e Vivian Chierigati Costa. Op.cit. 2018.

¹³³ “Relatorio do anno de 1831 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1832”; p. 15.

Na Câmara dos deputados, o relatório de Feijó alimentou ainda mais a crise política da qual, em verdade, era apenas mais um sintoma. Na sessão em que foi lido, tiveram início também as discussões da resposta à Fala do Trono, em meio às quais os deputados mantiveram acesas as polêmicas geradas pelo relatório e pelos últimos acontecimentos que haviam testemunhado na cidade¹³⁴. Nesses debates, uma série de acusações foi lançada, contrária e favoravelmente à Regência e ao gabinete, com parte significativa delas direcionadas à figura do ministro da Justiça. Parte dos deputados envolvidos nos debates relacionou, assim, a repressão aos movimentos de abril de 1832 a pretensas infrações à liberdade individual dos cidadãos, culpando diretamente Feijó por tal atuação. O ministro foi acusado, nessa conjuntura, de levantar, de fato, as garantias constitucionais na corte, agindo arbitrariamente pela reposição da ordem.

Além de Montezuma e Rebouças, também Martim Francisco Ribeiro de Andrada atacou duramente o ministro, saindo, em verdade, em defesa de seu irmão. E isto porque, tratando em seu relatório do movimento rebelde de 17 de abril na corte do Rio de Janeiro, Feijó foi explícito em atribuir a José Bonifácio responsabilidade pelo acontecimento, alertando os representantes do país quanto ao perigo de se manter, sob sua tutela, o monarca Pedro II. Sublinhando, assim, que a maioria dos “conspiradores” daquela data saíra diretamente da Quinta da Boavista, Feijó afirmava, a respeito do tutor: “Se elle não he conivente, he tão inepto, que nem soube o que a Capital ha muito presentia; ou se soube, não prevenio o mal, que nada menos importava, que a destronização do seu Augusto Pupilo”¹³⁵.

Feijó teve sua figura e sua administração defendidas, por outro lado, por nomes como Honório Hermeto Carneiro Leão e Evaristo da Veiga, para quem o ministro atuara legalmente nas conjunturas turbulentas vividas na corte e que não viam no relatório recém-apresentado à Assembleia nenhum ataque direto aos representantes nacionais.

Findas as discussões do voto de graças, a possibilidade de afastamento do mais velho dos Andrada das funções desempenhadas junto ao imperador menino foi formalmente avaliada na Câmara. Aos 30 de junho de 1832, as comissões de constituição e justiça criminal apresentaram parecer em que, fundando-se no art. 3º da lei que marcara as atribuições do tutor no país – em acordo com o qual cabia à Assembleia Geral remover o titular do cargo quando julgado conveniente –,

¹³⁴ APB-CD, sessão de 10 de maio de 1832.

¹³⁵ “Relatorio do anno de 1831 apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1832”; pp. 2-3.

declaravam que fosse dispensado o tutor em exercício e nomeado outro em seu lugar. Solicitavam ainda que se oficiasse ao Senado esta decisão, para que “sendo também essa a sua opinião”, se marcasse dia e hora para a reunião das duas Casas e escolha do novo nome. O parecer foi discutido entre os dias 5 e 10 de julho na Câmara baixa e saiu aprovado pelos deputados.

No Senado, ao que tudo indica, o relatório de Feijó foi inicialmente recebido com silêncio. Ao longo dos meses de julho e agosto, no entanto, acabou entrando na pauta dos senadores, especificamente pela via da indicação de remoção de Bonifácio. No dia 26 de julho de 1832, os representantes vitalícios avaliaram a recomendação de substituição do tutor vinda da Câmara baixa, mas acabaram por negá-la. Já nas sessões de agosto e setembro, o relatório voltou a povoar os debates da Câmara alta, avaliando-se, nesses meses, um projeto de reforma do Código Criminal de 1830, elaborado em resposta às demandas do ministro da Justiça por uma ala dissidente do Senado.

Se, no que tange à reforma do Código Criminal, portanto, como veremos à frente, uma ala do Senado pareceu anuir com as indicações presentes no relatório de Feijó, em outras questões legislativas centrais do período – como a aprovação do Código de Processo Criminal e a finalização da reforma constitucional –, a maior parte dos representantes vitalícios agiu de forma a obstaculizar os objetivos do governo. Também numa questão como a da tutoria imperial, sua recusa à remoção de Bonifácio impôs um duro golpe à cada vez mais fragilizada figura de Feijó.

Haja vista a premência do ministério como um todo, e não apenas de Feijó, em ver aprovado o novo código e a reforma constitucional, os obstáculos seguidamente impostos pelos senadores acabaram arrastando uma ala dos liberais ligados ao poder a uma tentativa de golpe de Estado. Nas palavras de um dos intérpretes do episódio, o grupo que o protagonizou teria recorrido a tal “medida extraordinária” com o fito de consolidar os “intuitos da revolução de Abril”¹³⁶, agindo, portanto, na contra mão do discurso anti-golpista que embasava sua própria oposição ao ministério em exercício. Ademais, o golpe intentado merece atenção por ter originado a proposição de um projeto de Constituição – a chamada Constituição de Pouso Alegre – em que a questão da suspensão de garantias foi regulamentada de forma bastante curiosa.

Finalmente, os principais lances deste malogrado golpe relacionam-se diretamente ao percurso da reforma constitucional no Parlamento, lançando luz sobre

¹³⁶ Antonio Pereira Pinto. “Golpe de Estado de 30 de Julho. Breve noticia historica”. In: APB-CD, 1832, Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1879; pp. 2-4.

a elaboração de uma lei, o Ato Adicional, que também viria a contar com prescrição especificamente concernente à aplicação do §35 no país.

O prosseguimento da reforma constitucional, o malogrado Golpe de Estado de julho de 1832 e a Constituição de Pouso Alegre

Algumas semanas antes de os senadores avaliarem o pedido de destituição de Bonifácio da tutoria imperial, foram retomadas, na Câmara alta do país, as discussões em torno da reforma constitucional. O projeto então avaliado pelos senadores adviera da pena de Miranda Ribeiro, que, após assinar juntamente a uma comissão especial o projeto de julho de 1831, apresentara, em outubro daquele mesmo ano, um projeto de sua autoria exclusiva, preferido pelos deputados para o prosseguimento dos trabalhos da reforma.

Levemente alterado em discussões travadas entre os representantes temporários em outubro de 1831, o “Projeto Miranda Ribeiro” – como ficaria conhecido – compunha-se de um único artigo, de seguinte teor: “Os eleitores dos deputados para a seguinte legislatura lhes conferirão nas procurações especial faculdade para reformarem os artigos da constituição que forem opostos às proposições, que se seguem”. A este artigo, seguiam-se, então, os pontos propostos para alteração, estabelecendo seu primeiro parágrafo que o governo do Império do Brasil seria uma monarquia federativa¹³⁷, e seus 11 parágrafos seguintes questões como a supressão do Poder Moderador e do Conselho de Estado, o fim da vitaliciedade do Senado, a redução do poder de veto do imperador, a criação das assembleias legislativas provinciais, a divisão das rendas entre o centro e as províncias (cuja leis deveriam ser, respectivamente, aprovadas pelo parlamento e pelas assembleias provinciais) e a transformação da Regência Trina em Regência Una, com regente e vice-regente eleitos pelas assembleias provinciais.

O texto nada dispunha acerca do artigo 179 da Carta de 1824, sequer citando o §35 e deixando, conseqüentemente, de mencionar qualquer alteração à medida de suspensão de garantias.

Como fica explícito por esta breve descrição, o “Projeto Miranda Ribeiro” infringia várias das previsões da Carta de 1824 concernentes à possibilidade de

¹³⁷ Este parágrafo, que não constava do projeto inicialmente apresentado por Miranda Ribeiro, foi fruto de emenda proposta por Manoel Maria do Amaral na sessão de 7 de outubro de 1831. Outra emenda apresentada nesta sessão e assinada por quatro deputados, dentre os quais Ernesto e Antonio Ferreira França, mas afinal não aprovada, propunha que “Cada província nomeará uma assembléa que faça a sua constituição particular”.

reforma constitucional no país. E isto porque, em acordo com os artigos 174 e 176 da Constituição, cabia à Câmara dos deputados, unicamente, indicar os artigos merecedores de reforma, deixando à seguinte legislatura, previamente autorizada pelos eleitores, a efetivação (ou não) das pretendidas alterações.

Ao indicar explicitamente, no entanto, as reformas a serem estabelecidas no texto constitucional, o projeto Miranda Ribeiro impunha claros limites à atuação da futura legislatura, direcionando as alterações a serem empreendidas e o resultado almejado, mas deixando de citar os artigos e parágrafos específicos do texto constitucional a que se referiam suas propostas¹³⁸.

Avaliado pela comissão de constituição da Câmara alta (composta pelos senadores Vergueiro, marquês de Santo Amaro e marquês de Caravelas) em maio de 1832, o “projeto Miranda Ribeiro” teve sua forma prontamente recusada pelos senadores. Na avaliação da comissão, em desacordo com os artigos 174 e 176 da Carta de 1824, o projeto feria a previsão constitucional de que a legislatura que deliberasse sobre a necessidade de reforma não fosse a mesma a efetivar o processo em si, não convindo “confundir esses dous actos distinctos na letra da constituição”. Reconhecendo, no entanto, a necessidade de reforma constitucional, a comissão era de parecer que o projeto fosse admitido e emendado com vistas a adequar-se aos preceitos da Carta vigente.

As emendas aprovadas pelos representantes vitalícios, a partir de 28 de maio, derrubaram, assim, quase por completo, o texto da reforma tal como elaborado pela Câmara baixa. Ao longo de junho e julho de 1832, as notícias dos trabalhos empreendidos pelos senadores sobre o “projeto Miranda Ribeiro” chegaram aos deputados como verdadeiras bombas. A despeito dos políticos e da imprensa liberal mais alinhada ao governo anteverem a possibilidade de a casa vitalícia propor

¹³⁸ Haja vista o quadro de oposições àquela altura existente entre a Câmara dos deputados (aliada, nesse ponto, ao governo da Regência) e o conjunto dos senadores do país – que não apenas vinha impondo limites a várias das iniciativas daqueles corpos, como tinha em vários de seus membros fiéis defensores do texto constitucional tal qual outorgado, opondo-se, na esfera pública nacional, a qualquer alteração no diploma – não espanta que o projeto Miranda Ribeiro tivesse assumido aquela faceta. Mais do que isso, não espanta que, a despeito de suas incongruências com o texto constitucional, tal projeto tivesse sido tão rapidamente votado e aprovado pelo conjunto dos representantes temporários. Tratava-se, ao que tudo indica, de verdadeira estratégia do deputado que, por meio daquele desenho de reforma, buscava amarrar o Senado às alterações desejadas pela maioria dos deputados, indicando-lhes explicitamente o sentido e o resultado final almejado. Sobre a aprovação do “projeto Miranda Ribeiro” na Câmara dos deputados ver: ¹³⁸ Carlos Eduardo França de Oliveira. “Em meio à reforma constitucional: a luta política às vésperas da aprovação da lei de 12 de outubro de 1832”. In: *Tempos Históricos*, vol. 19, 2º semestre de 2015, pp. 184-213; p. 186; e Andréia Slemian. Op. cit., 2009; pp. 242-243.

alterações ao projeto, as emendas seguidamente aprovadas pareciam-lhes verdadeiros empecilhos à execução da reforma almejada.

Foi nesta conjuntura de finalização dos trabalhos do Senado sobre o projeto de reforma constitucional e de recusa da Câmara alta à destituição de José Bonifácio da tutoria imperial (votada aos 26 de julho), que se configurou o golpe de Estado de julho de 1832¹³⁹. Em finais daquele mês, também já eram do conhecimento dos deputados as profundas alterações que os senadores vinham propondo ao projeto do Código de Processo Criminal recebido da Câmara baixa em 27 de setembro de 1831. Se, desde outubro do ano anterior, os senadores trabalhavam sobre aquele texto, foi a partir de maio de 1832 que passaram a discutir as emendas a ele propostas. Nesse sentido, a tentativa de golpe empreendida na Câmara se dava fundamentalmente contra o Senado e a barreira por ele representada havia tempos à conquista das medidas desejadas pelos liberais no poder¹⁴⁰.

Articulada por políticos como Feijó, José Custódio Dias, José Bento Ferreira de Melo, José Martiniano de Alencar, Evaristo da Veiga, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Antonio Pinto *Chichorro da Gama* (MG), Odorico Mendes e Paula Araújo, a tentativa de golpe previa, em sequência ao afastamento do ministério como um todo – cujos membros, dentre os quais Feijó, pediram demissão em 26 de julho –, o anúncio da exoneração da Regência (alegando incapacidade de constituir novo Gabinete) e a proposição, quando da necessária deliberação da Câmara sobre o assunto, de transformação daquela Casa em Assembleia Nacional Constituinte. Seus principais intuítos eram a aprovação de um novo projeto de Constituição para o país, a chamada Constituição de Pouso Alegre, e a instauração de uma nova Regência, desta vez Una, a ser entregue a Feijó.

A execução do golpe caminhou conforme o planejado até a proposta de conversão da Câmara dos deputados em Assembleia Nacional Constituinte, aos 30 de

¹³⁹ Miriam Dolhnikoff. Op. cit., 2005; p. 94

¹⁴⁰ Anterior à Abdicação, a crise entre a Câmara dos deputados e o Senado brasileiro fizera-se sentir ao longo de praticamente todo o Primeiro Reinado. Se àquela altura, no entanto, os deputados tiveram como principal opositor o imperador – concentrando contra ele seus esforços –, no pós-Abdicação, ausente o monarca, manteve-se o corpo de representantes vitalícios por ele escolhido, com pouquíssimas alterações. Para os revolucionários do 7 de abril, portanto, devia ser paradoxal que, paralelamente à eleição dos regentes e à elaboração de uma lei como a da Regência (que, como vimos, cercara poderes do Executivo e do Moderador), tivessem que seguir convivendo com um corpo de representantes escolhido por Pedro I e que seguidamente impunha obstáculos a seus projetos. Para a escolha dos senadores por Pedro I em 1826 ver: Monica Duarte Dantas e Marina Garcia de Oliveira. “A ‘mal-aventurada escolha’: D. Pedro I e a nomeação dos Senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do legislativo brasileiro”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177 (472); 77-116, jul./set. 2016.

julho de 1832. A partir deste momento, a demora dos deputados em deliberarem sobre o tema parece ter arrefecido os ânimos e tirado os planos revolucionários dos trilhos. Uma intervenção de Carneiro Leão, conclamando seus colegas a permanecerem na linha da legalidade que até então haviam trilhado, é frequentemente apontada como principal responsável pela recusa dos deputados àquela conversão e à consequente paralisação do golpe.

A proposta de Constituinte foi então derrubada na Casa, aprovando-se um pedido pela permanência dos regentes, que reassumiram seus postos. O ministério, no entanto, foi totalmente substituído, organizando-se agora sob a liderança de Holanda Cavalcanti¹⁴¹.

Por meio do golpe intentado em julho de 1832, os liberais ligados ao governo teriam buscado dar cabo, de uma só vez, daqueles que identificavam como os maiores redutos “caramurus” do país: o Paço imperial, sob a direção de José Bonifácio, e a Câmara dos senadores¹⁴², forçando a adoção de parte importante das reformas constitucionais previstas no “projeto Miranda Ribeiro”.

Os discursos pronunciados nos dias 30 e 31 por representantes que buscaram justificar ou, posteriormente, salvar o golpe do malogro, para além de aludirem seguidamente aos riscos de restauração no Império – ameaça fartamente utilizada pelos grupos no poder durante o ano de 1833 e até a morte de Pedro I, como veremos à frente –, mencionaram por diversas vezes a necessidade de recurso a “medidas enérgicas” para a salvação do país, “medidas salvadoras”, “medidas grandes”, “medidas extraordinárias”¹⁴³.

Em caso de sucesso do golpe, tudo indica que os liberais da “Chácara da Floresta” apresentariam à Assembleia Nacional Constituinte um projeto de Constituição que – rodado na mesma tipografia do periódico do padre Ferreira de

¹⁴¹ Encabeçado por Holanda Cavalcanti, nas pastas do Império e Fazenda, o novo ministério, instaurado aos 3 de agosto de 1832, contava ainda com Araújo Lima nas pastas da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, e Bento Barroso nas da Guerra e Marinha. O novo Gabinete, no entanto, vigorou unicamente por 40 dias, sendo substituído, aos 13 de setembro de 1832, por outro, contando com Vergueiro nas pastas do Império e Fazenda, Honório Hermeto Carneiro Leão na Justiça, Bento Lisboa no Estrangeiros e Antero de Brito na Guerra e Marinha. Este último Gabinete também cedeu em pouco tempo, haja vista a gravidade das tensões do período. Entre os últimos meses de 1832 e meados de 1834, todas as pastas tiveram seus titulares alterados, algumas por mais de uma vez. Em maio de 1833 a pasta do Império foi ocupada por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e em outubro do mesmo ano por Antonio Pinto Chichorro da Gama. Para um quadro geral dos Gabinetes de 1832 a 1834 ver: Barão de Javari. *Organizações e programmas ministeriais desde 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; pp. 45-46.

¹⁴² Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p. 38.

¹⁴³ Para um voo de pássaros sobre esses debates ver: Octavio Tarquinio de Souza. *Três Golpes de Estado. História dos Fundadores do Império do Brasil*, vol. VIII. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988; pp. 94-99.

Mello, o *Pregoeiro Constitucional*, localizada em Pouso Alegre – ficou conhecida como “Constituição de Pouso Alegre”¹⁴⁴.

No que tange às prescrições presentes neste texto, cuja organização geral assemelhava-se muito àquela da Carta vigente no país, interessa-nos ressaltar o modo como foi ali prevista a medida originalmente fixada pelo §35 do art. 179 da Constituição de 1824. Antes disso, contudo, vale sublinhar a presença, em seu texto, de alguns dos pontos do projeto de reforma constitucional recém votado na Câmara, tais como a supressão do Conselho de Estado, do Poder Moderador e da vitaliciedade do Senado, bem como a ausência de prescrições concernentes à transformação do regime em uma monarquia federativa, de autonomia municipal e da eleição dos presidentes de província e comandantes das armas¹⁴⁵.

Regulada pelos parágrafos 34 e 35 do artigo 171 da Constituição de Pouso Alegre – o qual, senão por pequenas alterações em um ou outro ponto, assemelhava-se em tudo ao artigo 179 da Carta de 1824 –, a medida conhecida como de “suspensão das garantias” recebeu aí definição bastante mais precisa que a do texto em vigência no país, sanando dúvidas que já haviam gerado – e seguiriam gerando pelos anos vindouros – infundáveis polêmicas entre a classe política nacional. E isto porque, diferentemente da Constituição de 1824, o texto constitucional impresso em Pouso Alegre definia precisamente o que compreendia como “formalidades que garantem a liberdade individual”.

Em acordo com o §34 de seu artigo 171:

Ninguém pode suspender artigo algum constitucional, excepto no que respeita a algumas formalidades, para effeito somente de poder alguém ser preso antes da culpa formada, ou ser removido de um para outro lugar dentro do Império; ou para dar buscas e entrar na casa do cidadão; e isto mesmo só nos casos, e circumstancias especificadas no § seguinte:

Caso esta constituição tivesse sido implantada no país, portanto, é possível supor que o recurso à medida de suspensão das formalidades tivesse adquirido características distintas daquelas que haviam marcado a história do Primeiro Reinado e, especialmente, daquelas que – como veremos à frente – viriam a marcar o percurso ulterior de aplicação deste dispositivo no Império.

¹⁴⁴ Francisco Iglésias. “Minas Gerais”. In: In: Fernando Henrique Cardoso... [et. al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira, t.2: O Brasil monárquico, vol.4, Dispersão e unidade*. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; pp. 416-470; p. 457.

¹⁴⁵ Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit.,1988; pp. 167-192. Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit., 2015; especialmente pp. 199-200.

Para além de esclarecer, então, por meio de seu §34, a que especificamente se referia o texto constitucional ao tratar de “formalidades que garantem a liberdade individual”, também seu parágrafo seguinte impunha uma mudança significativa à definição daquela medida. Da mesma forma que o §35 do art. 179 da Carta de 1824, portanto, o §35 do art. 171 da Constituição de Pouso Alegre admitia o recurso à suspensão de uma parcela das formalidades que garantiam a liberdade individual, por ato especial do poder Legislativo, nos casos de rebelião e invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado. Para além de admitir, no entanto, como a Constituição vigente no país, que nos casos de perigo iminente em que não se encontrasse reunida a Assembleia nacional, o Governo pudesse recorrer à medida em questão, o texto de Pouso Alegre previa que também os “presidentes das províncias” tivessem a prerrogativa de aplicação da suspensão de garantias, em suas localidades, “como medida provisória e indispensável”.

Ao fazê-lo, o texto demonstrava que a “provincialização” deste instituto havia se tornado uma demanda quase incontornável no Brasil – haja vista a crescente complexidade da situação política nacional e as frequentes sublevações surgidas país afora –, ao mesmo tempo em que se distanciava do projeto de reforma da comissão especial (apresentado à Câmara em 9 de julho de 1831). E isto porque, diferentemente do que fora proposto no projeto de 1831, no qual a iniciativa de recurso ao §35 nas províncias deveria partir das assembleias legislativas provinciais, na Constituição de Pouso Alegre tal prerrogativa cabia aos presidentes de província, ou seja, ao poder Executivo. É possível supor que, frente às recorrentes negativas do legislativo em prover o Executivo nacional das medidas insistentemente pedidas por Feijó, os fautores do golpe recuperassem a possibilidade de que não só o governo central (destituído de tal atribuição, como visto, pela Lei da Regência), como também os presidentes de província, por ele indicados, pudessem lançar mão da suspensão de garantias.

Malgrado o golpe de 30 de julho – e, conseqüentemente, a possibilidade de discussão da Constituição de Pouso Alegre –, chegaram à Câmara dos deputados, em agosto de 1832, as emendas propostas pelo Senado ao “projeto Miranda Ribeiro”, passando a ser ali avaliadas. Segundo Andréa Slemian, o envio de tais emendas à Câmara baixa, após longo intervalo de espera, é demonstrativo dos efeitos que a

articulação do golpe havia tido sobre a Câmara vitalícia, induzindo os senadores a se mobilizarem o quanto antes pelas reformas¹⁴⁶.

Na Câmara, à exceção da emenda que determinava a manutenção do poder Moderador no país, todas as demais propostas dos senadores foram recusadas. Como determinado pelo artigo 61 da Carta de 1824, nos casos em que a Câmara desaprovasse as emendas propostas pelo Senado, mas julgasse vantajoso o projeto, poderia requerer, por uma deputação de três membros, a reunião das duas casas e a votação conjunta da questão. Apresentada aos representantes vitalícios em 10 de setembro de 1832, a proposta dos deputados pela união das duas casas foi prontamente aceita pelos senadores que, em 11 de setembro, informaram que a reunião deveria acontecer no dia 17¹⁴⁷. Transcorridas entre os dias 17 e 28 de setembro, tais discussões conjuntas deram origem à lei de 12 de outubro de 1832, autorizando os eleitores a concederem à próxima legislatura (1834-1837) poderes especiais para a reforma de artigos ou parágrafos da Carta de 1824 expressamente declarados reformáveis¹⁴⁸.

Aprovada essa lei, ter-se-ia de aguardar, então, pela reunião da próxima legislatura para a continuidade do processo de reforma constitucional e para o reaparecimento das discussões sobre a “provincialização” do §35 do art. 179. Enquanto isso, saindo relativamente fortalecidos dos últimos embates travados na Câmara, o grupo político usualmente denominado “caramuru” – com alta expressão unicamente no Senado – fixou meta de ampliar sua representatividade entre os deputados, buscando conquistas efetivas nas eleições marcadas para março de 1833. Buscavam garantir, desta forma, o máximo de influência nas futuras discussões e votações da reforma constitucional.

¹⁴⁶ Andréa Slemian. Op. cit., 2009; p. 257.

¹⁴⁷ ASIB, sessão de 11 de setembro de 1839; p. 148.

¹⁴⁸ A lei de 12 de outubro declarou reformáveis os artigos 49, 72, 73, 74, 76, 77, 80, o §3º do art. 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, o §4º do art. 101, 123, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 170 e 171. Consoante o bom resumo de Paulo Pereira de Castro: “A lei não indicava as alterações propriamente ditas, mas o eixo de discussão a ser seguido pelos futuros parlamentares. Seus principais pontos marcavam as seguintes possibilidades de reforma: o Senado poderia vir a reunir-se independentemente dos deputados; criar-se-ia um Conselho Geral na capital do Império; os Conselhos Gerais poderiam ser transformados em Assembleias Legislativas Provinciais; a Regência poderia tornar-se unitária e eletiva e o Conselho de Estado suprimido. [...] A lei de 12 de outubro era, portanto, bem menos ousada que o projeto de 1831. As baixas no texto original resultaram do clima de incerteza e apreensão que se instaurou na Câmara após o 30 de julho, que só fez acentuar a hesitação dos moderados para com a reforma, certamente agora ainda mais divididos. Homens que ajudaram a compor a frente moderada no início da Regência – como Honório Hermeto, Araújo Viana e Miranda Ribeiro – foram alguns dos que recuaram e fecharam junto com oposição durante a fusão das duas Casas”. Op. cit.; p. 43.

Emendar o Código Criminal e reformar o crime de rebelião

Entre julho e outubro de 1832, num período de importantes discussões e acontecimentos no Parlamento nacional, os senadores avaliaram a proposta de reforma do Código Criminal elaborada, por comissão especial, em resposta às críticas do relatório de Feijó¹⁴⁹. A proposta trouxe à tona interessantes discussões acerca da definição de rebelião presente naquele documento, revelando, uma vez mais, a sensibilidade assumida pelo tema da suspensão de garantias no país.

Haja vista a incompletude dos registros dos *Anais*, não tivemos acesso ao projeto como um todo (composto por um total de seis artigos), identificando unicamente o conteúdo de seus dois primeiros artigos, especificamente concernentes a alterações na definição e nas punições previstas ao crime de rebelião.

O primeiro artigo do projeto propunha, assim, a revogação do artigo 110 do Código Criminal e uma nova definição ao crime de rebelião, a partir de então entendido como “conspiração reduzida a ato”. Como vimos anteriormente, tanto o crime de conspiração quanto o de rebelião faziam referência ao mesmo conjunto de delitos (regulados pelos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do Código de 1830), com a diferença de que por conspiração compreendia-se a reunião de 20 ou mais pessoas para concertarem ou cometerem aqueles crimes, não tendo, no entanto, começado a reduzir a ato suas intenções, enquanto a rebelião era definida como o concerto de uma ou mais povoações, que juntas compreendessem mais de 20 mil pessoas, para perpetrar os mesmos crimes.

O que a comissão especial do Senado propunha, portanto, era que o crime de rebelião fosse, a partir de então, definido como o concerto de 20 ou mais pessoas para levar a ato os crimes previstos pelos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do Código de 1830. Tratava-se, fundamentalmente, de eliminar a referência às 20 mil pessoas necessárias, até então, à qualificação de rebelião no país, substituindo-a pela referência a apenas 20 pessoas.

Nas discussões sobre esta proposição, travadas nos dias 17, 18 e 21 de agosto de 1832, os senadores se dividiram, em linhas gerais, entre aqueles que concordavam com a necessidade de reforma do artigo 110 do Código Criminal do Império – ainda

¹⁴⁹ A notícia de que se encontravam prontas as emendas ao Código Criminal de 1830 elaboradas pela Comissão Especial encarregada do exame do Relatório do Ministro da Justiça, foi dada no Senado na sessão de 30 de julho de 1832. Tendo-se sugerido, no dia seguinte, que entrassem então em discussão, venceu que fossem previamente discutidas na Casa as emendas apresentadas ao projeto do Código de Processo Criminal. As alterações propostas ao código penal foram debatidas, assim, unicamente a partir do final da sessão de 16 de agosto.

que nem todos anuíssem com a proposta especificamente apresentada pela Comissão especial – e aqueles para quem o texto do Código não necessitava de alterações neste ponto, recusando, assim, a utilidade do art. 1º do projeto em discussão e, mais que isso, sugerindo que sua proposição fora fruto do desejo de uma parcela dos senadores de facilitar o recurso à suspensão das garantias no país.

Dentre o primeiro grupo de senadores, destacamos os posicionamentos de José Inácio Borges e do marquês de Caravelas que, como outros representantes a se manifestar nesses debates, concordavam primordialmente quanto à impossibilidade de se verificar no país o crime de rebelião, tal como definido pelo Código de 1830. E isto em função da condição, imposta pelo artigo 110 daquele diploma, de que ao menos 20 mil pessoas tomassem parte no movimento para a qualificação do crime.

Ambos preconizavam, portanto, a retirada de tal delimitação numérica da definição do crime. Para José Inácio Borges, ademais, tornar “menos específica” a definição de rebelião no Brasil, retirando dela qualquer condicionante numérica, era contribuir à “providência de suspensão de garantias”. Consoante o senador, eliminando-se o “embaraço” até então existente à qualificação daquele crime no país, deixava de ser “ilusória” a disposição constitucional sobre a suspensão de garantias¹⁵⁰.

Relembrando que o projeto em discussão fora fruto de demanda externada pelo ministro da Justiça, a alteração proposta ao crime de rebelião, em seu art. 1º, parecia ter de fato em vista facilitar o recurso ao §35 no país. Se, como afirmado no Senado, a comissão responsável pelo projeto chegara ao texto apresentado após sérias reflexões sobre os melhores “meios de coadjuvar o governo”¹⁵¹, as alterações especificamente previstas ao crime de rebelião pareciam almejar uma mais efetiva repressão aos distúrbios vividos, àquela altura, em escala nacional¹⁵². É possível conjecturar, nesse sentido – tendo em vista também a reprovação final do projeto no Senado – que sua proposição resultara de um grupo minoritário na Câmara alta, alinhado à Regência, e cujos principais objetivos, àquela altura, voltavam-se a reprimir as sublevações de caráter “caramuru” em curso no país.

¹⁵⁰ ASIB, sessão de 17 de agosto de 1832, pp. 21-22.

¹⁵¹ ASIB, sessão de 18 de agosto de 1832, p. 32.

¹⁵² Vários deputados chegaram a afirmar que, sob a nova formulação prevista ao crime de rebelião, os movimentos transcorridos em abril de 1832 no Rio de Janeiro certamente teriam se enquadrado como tal, advogando as vantagens advindas da proposta. Para além do marquês de Caravelas, que trouxe à tona esta questão específica em três diferentes ocasiões, também Rodrigues de Carvalho (único membro da Comissão Especial a se identificar nos debates) e Carneiro de Campos defenderam ideia semelhante, com este último afirmando que “no sentido da emenda”, o movimento de 3 de abril configurara uma rebelião, “porque se apresentou uma porção de povo, que assustava o Governo” e, ademais, “porque queriam os que nela entravam a destruição do Governo existente proclamando Assembleia Constituinte, etc.”. ASIB, sessão de 21 de agosto de 1832; p. 48.

Ainda que os defensores da alteração bradassem sua total desvinculação de qualquer desejo de agradar o ministério, lembrando, para tanto, da proibição imposta pela Lei da Regência à aplicação do §35 pelo poder Executivo no país, para José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú, “tão absurda proposição” era inegavelmente fruto da “influência maléfica do Relatorio”. Ademais, dizia o senador, “acabada a Regência, fica a Lei Criminal, fica o Governo autorizado a suspender as garantias, logo que mais de 20 pessoas conspirarem! Isto é toleravel, Sr. Presidente?”¹⁵³.

Outro senador a opor-se vigorosamente às alterações propostas pela Comissão Especial foi Manuel Caetano de *Almeida e Albuquerque*, para quem definir o crime de rebelião como “conspiração reduzida a ato” implicava, contrariamente ao desejo da maioria dos representantes e do próprio governo, uma atenuação daquele crime e, portanto, um incremento da impunidade. E isto porque, consoante o senador, uma vez que a nova definição de rebelião pressupunha que os 20 mil indivíduos necessários à perpetração do crime fossem reduzidos a 20, o resultado efetivamente alcançado era que se passasse a qualificar e punir como rebelião os delitos já previstos isoladamente pelos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do Código de 1830. Acontece que, para a perpetração de tais crimes, o código já fixara uma série de punições que, sob a nova definição de rebelião (caso adotada), ficariam reduzidas unicamente aos cabeças do movimento, aumentando-se a impunidade no país¹⁵⁴.

Ao longo desses debates, as dúvidas a pairarem em torno da previsão numérica presente no artigo 110, vieram frequentemente à tona. Enquanto os 20 mil indivíduos alegados necessários à execução do crime de rebelião pareciam, a alguns dos senadores, necessariamente “indivíduos em armas”, para outros, remetiam unicamente ao tamanho das povoações envolvidas no conflito. Para senadores como Almeida e Albuquerque e José Martiniano de Alencar, por exemplo, a referência do art. 110 às ditas 20 mil pessoas não implicava que todas participassem ativamente da rebelião¹⁵⁵. Para Alencar, inclusive, compreendendo-se desta forma o crime de rebelião, tinha-se que concluir não ser tão proibitiva como se queria fazer crer, no

¹⁵³ ASIB, sessão de 18 de agosto de 1832, p. 33. Alinhado ao grupo político chamado “caramuru”, o visconde de Cairú parece ter prontamente identificado os objetivos do projeto em discussão, opondo-se frontalmente à sua aprovação.

¹⁵⁴ Em acordo com Almeida e Albuquerque, portanto, a alteração proposta pela Comissão Especial implicava, em última instância, uma simples mudança de nomenclatura para os crimes previstos pelos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do Código de 1830 – para a qual não via qualquer motivo, considerando-a, portanto, ociosa –, resultando ainda em uma diminuição das possibilidades do Estado de punir os criminosos envolvidos em sua execução – o que a tornava também prejudicial. ASIB, sessão de 17 de agosto de 1832, p. 19.

¹⁵⁵ ASIB, sessão de 21 de agosto de 1832; p. 51.

país, a aplicação da suspensão de garantias. Ademais, dizia o senador, a medida regulada pelo §35 não era tão ruim como sugerira seu uso abusivo por Pedro I ao longo do Primeiro Reinado; pelo contrário, tratava-se de medida potencialmente boa por permitir que se debelasse com maior rapidez uma rebelião¹⁵⁶.

Ao final da sessão de 21 de agosto, parte dos senadores passou a reivindicar que se passasse à discussão do próximo artigo do projeto, considerando por demais alongados os debates sobre seu artigo 1º. Defendendo, assim, o esgotamento do debate, Almeida e Albuquerque reivindicou a ociosidade da questão em discussão, justificando-a sob a alegação de que, uma vez que a aplicação do §35 configurava medida de atribuição exclusiva da Assembleia Geral – haja vista o impedimento de recurso à suspensão de garantias pelo Executivo, conforme estabelecido na Lei da Regência – tornava-se desnecessária qualquer reforma do Código Criminal com o fito de facilitar seu recurso. Afinal, dizia o senador, “o Corpo Legislativo pôde alterar as Leis todas as vezes que fôr conveniente á causa publica”. Nesse sentido, “Se o Corpo Legislativo entender que é necessário levantar as garantias, pôde o fazer por uma Lei”, independentemente do conteúdo específico dos diplomas do Império.

Em quanto ao mais o Codigo expendeu exatamente o systema que se deve seguir a respeito das garantias. O Corpo Legislativo pode suspender por uma Lei: porque a Constituição diz que se podem levantar as garantias no caso de rebelião; e que é que demonstra que ha rebelião? É a Lei. Não havendo pois inconveniente algum por isso que nestes 12 annos o Governo não pôde suspender garantia alguma, nem estando o Corpo Legislativo inhibido de as suspender, quando a causa publica o exigir, é excusado tratar da matéria.¹⁵⁷

O artigo acabou reencaminhado, ainda no dia 21 de agosto, à Comissão Especial, juntamente às emendas aprovadas até aquela altura.

Passou-se, na sequência, à discussão do art. 2º do projeto que, ao que tudo indica, previa que os cabeças de rebelião fossem considerados cúmplices dos crimes de homicídio perpetrados em “atos hostis” do mesmo movimento, e julgados, assim, também por este crime – juntamente, ou não, ao(s) perpetrador(s) da(s) morte(s) em questão. Tratava-se, portanto, de reinserir a pena de morte dentre as punições previstas aos crimes políticos no Império (uma vez que era esta a punição prevista ao crime de homicídio, em grau máximo, pelo Código Criminal),

¹⁵⁶ Idem. Ibidem. Lembremos, nesse ponto, que Alencar estivera alinhado à tentativa de golpe de julho de 1832, sendo possível conjecturar que sua defesa do §35 do art. 179, a essa altura dos debates, estivesse relacionada, como no caso de Caravelas, à sua proximidade com o governo regencial.

¹⁵⁷ ASIB, sessão de 21 de agosto de 1832; p. 53.

Os debates acerca desta proposição, no entanto, foram brevíssimos, resumidos às falas de três senadores: Almeida e Albuquerque, José Inácio Borges e Carneiro de Campos. Enquanto os dois primeiros puseram-se veementemente contra a medida, chegando o senador Borges a afirmar que, quando não fosse tirânica e absurda, era inútil a alteração recomendada, Carneiro de Campos saiu em sua defesa. Ao fazê-lo, reivindicou não apenas que o organizador de uma rebelião era o causador, por excelência, de todas as mortes que ali se fizessem, mas também que, ao eliminar a pena de morte dos crimes políticos do Código Criminal, os legisladores brasileiros não haviam impossibilitado que o chefe de uma revolta tivesse crime de pena de morte: “Logo, se a Assembleia Geral assentar que a pena marcada no código não é bastante, pôde impôr a de morte, e todos os que se mettem nisso sabem o peso da responsabilidade que sobre si tomam”¹⁵⁸.

Tendo dado a hora, contudo, ficou adiada a discussão sobre a matéria, retomada unicamente na sessão de 4 de setembro, em discussão não registrada pelos *Anais*. Dela, saíram aprovados tanto o art. 2º, quanto os artigos 4º, 5º e 6º do projeto de reforma do Código Criminal, ficando rejeitado o art. 3º. O projeto teve terceira discussão na sessão de 13 de setembro, remetendo-se a matéria, após “algumas observações”, à Comissão Especial, “para redigir as emendas e entrar depois tudo em discussão”. As emendas aprovadas em segunda discussão foram lidas na sessão de 10 de outubro de 1832 e, três dias depois, aos 13 de outubro, o projeto entrou em última discussão na casa vitalícia. Julgando-se discutida a matéria, pôs-se à votação e o projeto não passou.

A despeito de sua rejeição final, as modificações sugeridas pela Comissão Especial do Senado e os debates a que tais propostas deram azo na Câmara alta, são demonstrativos da sensibilidade assumida, àquela altura, pela temática da suspensão das garantias constitucionais. Mais que isso, analisadas juntamente à disposição do §6º do art. 19 da Lei da Regência e às propostas de alteração do §35 do art. 179 presentes em diferentes projetos de reforma constitucional, as modificações propostas no Senado ao crime de rebelião trazem à tona a recorrência com que se tentou modificar as prerrogativas de aplicação da suspensão de garantias no país. E isto tanto em função dos abusos a que tal medida fora submetida no Primeiro Reinado, quanto pela necessidade cada vez maior de contenção dos distúrbios políticos nacionais e do

¹⁵⁸ ASIB, sessão de 21 de agosto de 1832, p. 58.

desejo de prover o Império de um instrumento que, possibilitando tal contenção, estivesse protegido dos possíveis desmandos do poder.

O apelo do Ministro dos Negócios Estrangeiros por medidas extraordinárias em 1833

Frente aos inúmeros levantes que pareciam tornar mais palpável a ameaça de restauração no Brasil em finais de 1832 e, principalmente, pelo ano de 1833, o governo fez novos apelos pela adoção de medidas extraordinárias de proteção da ordem pública. Neste caso específico, a demanda partiu de Bento da Silva Lisboa, ministro dos Negócios Estrangeiros, que, em Mensagem apresentada à Câmara dos deputados em 7 de junho de 1833, afirmou que o país se encontrava na iminência de um golpe pela retomada do trono pelo duque de Bragança.

Àquela altura, vale ressaltar, era explícito o avanço dos grupos ligados a ideias restauradoras no país, que cada vez mais faziam sentir suas demandas na arena pública nacional, conquistando vitórias importantes, por exemplo, nos pleitos para o juizado de paz na província fluminense¹⁵⁹. Sentindo-se ainda fortalecidos pelas vitórias conquistadas na discussão da reforma constitucional e, mais que isso, ansiosos pela ampliação de sua representatividade junto à Câmara baixa do país, os antigos partidários de Pedro I investiram nas eleições marcadas para março de 1833, das quais saíam os deputados responsáveis pela redação final da reforma da Constituição.

Ainda que nessas eleições tenham afinal prevalecido os liberais, o grupo à direita do poder conquistou resultados surpreendentemente positivos, por exemplo, na capital do Império. Cientes, contudo, de que, sem formar maioria (e, na verdade, longe de fazê-lo), reduziam-se suas chances de obstaculizar, pelas vias legais, as alterações na Carta de 1824, os ditos “caramurus” teriam subido o tom das ameaças públicas – especialmente na imprensa –, protagonizando ainda movimentos na corte do Rio de Janeiro¹⁶⁰.

A parcial vitória eleitoral conquistada por este grupo, no entanto, representou inegável ameaça ao centro do poder, não se podendo ignorar ainda o fato de grandes

¹⁵⁹ Marcello Basile. Op. cit., 2004; p. 438. Relembremos nesse ponto que, em acordo com o art. 162 da Carta de 1824, os juízes de paz deveriam ser eleitos, no país, da mesma forma que os Vereadores das Câmaras, ou seja, por voto direito dos votantes, tal como previsto no regimento das Câmaras Municipais, estabelecido por lei de 1º de outubro de 1828. *CLIB de 1828. Parte II*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878; pp. 74-89.

¹⁶⁰ Marcello Basile. Op. cit., 2004; pp. 68-71, pp. 438-445.

revoltas então em curso, ou recentemente controladas – tais como a Revolta de Pinto Madeira, a Cabanada¹⁶¹ e a Sedição do Ano da Fumaça¹⁶² – possuírem, dentre o seu rol de reivindicações, algumas fatalmente associadas à restauração bragantina no país.

Na Mensagem que apresentou, assim, à Câmara baixa do país em 7 de junho de 1833, o Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que agentes diplomáticos em atuação na Europa haviam desvelado, por meio de uma série de participações enviadas ao governo, que a restauração bragantina era efetivamente planejada do exterior.

Os sucessos, que têm tido lugar no Brasil com as sedições, que têm rebentado em varias províncias, ousando mesmo insurgir nesta corte um partido que, com toda a audácia e sem disfarce prega a restauração, por meio de *periódicos*, que advogão despejadamente essa doutrina, e se esforçam com o maior afínco em desacreditar a regência em nome do Imperador, e o ministério, atribuindo-se-lhes, para melhor deslumbrar o povo brasileiro, o sinistro designio de querer mudar a fôrma monarchica constitucional neste império; tudo isto combinado com as participações recebidas dos nossos ministros diplomáticos, fez acreditar que se trata effectivamente da restauração.¹⁶³

O ministro listava, então, as evidências reveladas pelas participações ministeriais recebidas e declarava que, na opinião do governo, a vitória da restauração em qualquer ponto do Brasil seria o sinal de uma guerra civil, da qual resultaria a perda da monarquia constitucional. Clamava, assim, aos representantes, que

¹⁶¹ Na Cabanada, o gatilho dos rebeldes esteve diretamente relacionado ao que Marcus Carvalho denominou de “gangorra” do 7 de abril, em referências às trocas de cargos empreendidas pelos liberais que subiram ao poder no pós-Abdicação, afastando dos centros de decisão figuras largamente recompensadas, nos anos anteriores, pelo apoio despendido à causa imperial. Parte das reivindicações dos rebeldes passava, assim, pela ideia de retorno de Pedro I. Para além de seus intuitos restauradores, no entanto, o movimento tinha raízes bastante mais profundas nas histórias política e social da região, complexificadas pelo envolvimento de comunidades indígenas do vale do Jacuípe e da “gente das matas”, os “cabanos” que deram nome ao movimento, nas lutas então travadas. A identidade “restauradora” prontamente associada ao movimento justificou uma repressão exacerbada que, “invadindo casas, requisitando o que precisasse, recrutando, castigando e até matando quem bem quisesse”, e ainda fazendo uso de estratégias de terra arrasada (com “destruição sistemática de cabanas, roçados e casas de farinha”, agravando a fome e a miséria da população refugiada nas matas), conformou verdadeiro massacre. Marcus J. M. de Carvalho. “Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os ‘jacobinos’: a Cabanada, 1832-1835”. In: Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2011, pp.167-200. Idem. Op. cit., 2017.

¹⁶² Tradicionalmente identificada como revolta de cunho restaurador, e assim interpretada por diversos grupos à época em que ocorreu, a Revolta do Ano da Fumaça, ou Sedição de Ouro Preto, tem sido revisitada pela historiografia e seus gatilhos e objetivos quase sempre relidos, apontando-se, inclusive, à ausência de quaisquer reivindicações restauradoras nas proclamações oficiais dos revoltosos. Nas palavras de Alexandre Mansur Barata, “O que estava em jogo em 1833 era a disputa pelo poder provincial e sua capacidade de influir nos destinos dos mineiros”, em referência ao modo como o mote principal da revolta residiu na disputa por cargos de direção política local – reorganizados em função da recente aprovação do Código de Processo Criminal – e não em pretensos intentos de retorno do duque de Bragança. Alexandre Mansur Barata. “A Revolta do Ano da Fumaça”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. L, 2014; pp. 78-91. Wlamir Silva. “Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas”. *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 4, nº1, 1998; pp.105-118.

¹⁶³ APB-CD, sessão de 7 de junho de 1833, p. 229.

auxiliassem o governo a afastar esta possibilidade do horizonte, concedendo-lhe **“os meios extraordinários que serão necessários empregar para vingarmos os nossos direitos quando elles seão offendidos”**. Dizia, por fim, que os ministros e secretários das diferentes repartições do Estado apresentariam aos legisladores as propostas do governo a este respeito.

Na sessão de 10 de junho, o ministro do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, interinamente encarregado também da pasta da Justiça, apresentou à Câmara quatro propostas de lei que tinham por finalidade habilitar o governo a manter a segurança externa e interna do país, e salvar a nação da “ignominia e opróbrio de uma restauração, no caso, de que a demência humana chegue ao ponto della ser tentada, segundo parece projectar-se”, reforçando, assim, o comunicado feito poucos dias antes pelo ministro dos negócios estrangeiros.

O primeiro projeto versava sobre a Guarda Nacional do Império, modificando os procedimentos de nomeação e suspensão de seus comandantes, maiores e ajudantes de batalhão, aumentando o rol e a intensidade das punições previstas aos guardas que se insubordinassem, e expandindo abruptamente o recrutamento. O segundo dizia respeito à Guarda Municipal de Permanentes e autorizava o governo a recrutar homens para o serviço da guarda, até então voluntária, obrigando-os a prestarem o serviço por 3 anos. Previa ainda pagamento aos voluntários que se engajassem por dois anos em seu serviço e autorizava o governo a reformar suas instruções e regulamentos. Tais medidas claramente visavam dar ao ministério a maior força repressiva por ele reclamada.

Mais curiosas ainda, no entanto, eram as duas outras propostas, por meio das quais buscava-se modificar algumas das prescrições dos dois códigos então vigentes no país, o Criminal, de 1830, e o de Processo, sancionado em novembro de 1832.

Assim, o terceiro projeto visava a regulamentar – com prescrições em tudo dissonantes em relação aos dois códigos citados – os abusos da liberdade de imprensa no país. Previa, então, o pagamento de uma caução ou fiança ao governo, pelos impressores, previamente à impressão de qualquer material e a obrigatoriedade de que as publicações contivessem o nome de seus responsáveis sob pena de multa. Fixava, ademais, aos autores de escritos de cariz restaurador, as penas fixadas pelo art. 87 do código criminal¹⁶⁴, estipulando ainda que os acusados por provocar quaisquer dos

¹⁶⁴ Consoante o artigo 87 do Código de 1830: “Tentar directamente, e por factos, destronizar o Imperador; privar-o em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional; ou alterar a ordem legitima da successão. Penas - de prisão com trabalho por cinco a quinze annos. Se o crime se consummar.

crimes previstos nos arts. 89¹⁶⁵, 107¹⁶⁶, 110 (rebelião), 111¹⁶⁷ e 116¹⁶⁸ do Código Criminal fossem punidos com as penas adscritas, no diploma, aos referidos crimes. Por meio de tais medidas, o governo deixava claro seu entendimento das responsabilidades da imprensa nacional pelos tumultos em curso no país.

O último projeto, por fim, tratava dos crimes cometidos por escravos contra seus senhores, administradores e feitores, suas mulheres e filhos, aumentando as punições e modificando a ordem do processo prevista nestes casos¹⁶⁹. Em acordo com Ricardo Pirola, esta proposta ligava-se diretamente à insurreição escrava de Carrancas e a movimentos escravos de menor proporção transcorridos, à mesma altura, em São Paulo e Minas Gerais, desembocando, futuramente, na lei de 10 de junho de 1835¹⁷⁰.

Nos *Anais* da sessão de 19 de junho, após registro das discussões acerca da mensagem do ministro, em sessão secreta, foi transcrito o parecer elaborado pelas comissões reunidas de Constituição e Diplomacia da Câmara, em resposta à mensagem ministerial. Por meio deste parecer, as comissões diziam não ter encontrado objeto de grande preocupação nos documentos oficiais apresentados à Casa, afirmando, no entanto, não poderem descartar por completo a possibilidade de restauração no país. Ante tal ameaça, julgavam dever-se urgentemente procurar os

Penas - de prisão perpetua com trabalho no gráo maximo; prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez annos no minimo.”

¹⁶⁵ “Art. 89. Art. 89. Tentar directamente, e por factos, contra a Regencia, ou Regente, para prival-os em todo, ou em parte da sua autoridade constitucional. Penas - de prisão com trabalho por quatro a doze annos. Se o crime se consummar. Penas - de prisão com trabalho por vinte annos no gráo maximo; por doze no médio; e por seis no minimo.”

¹⁶⁶ O artigo 107 definia da seguinte maneira o crime de conspiração: “Art. 107. Concertarem-se vinte pessoas ou mais, para praticar qualquer dos crimes mencionados nos artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e um, e noventa e dous, não se tendo começado a reduzir a acto. Penas - de desterro para fóra do imperio por quatro a doze annos.”

¹⁶⁷ Crime de sedição: “Art. 111. Julgar-se-ha commettido este crime, ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas, ou parte dellas, para o fim de obstar á posse do empregado publico, nomeado competentemente, e munido de titulo legitimo; ou para o privar do exercicio do seu emprego; ou para obstar á execução, e cumprimento de qualquer acto, ou ordem legal de legitima autoridade. Penas - Aos cabeças - de prisão com trabalho por tres a doze annos”

¹⁶⁸ Crime de resistência: “Art. 116. Oppôr-se alguém de qualquer modo com força á execução das ordens leaes das autoridades competentes. Se em virtude da opposição se não effectuar a diligencia ordenada, ou, no caso de effectuar-se, se os officiaes encarregados da execução soffrerem alguma offensa physica da parte dos resistentes. Penas - de prisão com trabalho por um a quatro annos, além das em que incorrer pela offensa. Se a diligencia se effectuar sem alguma offensa physica, apesar da opposição. Penas - de prisão com trabalho por seis mezes a dous annos.”

¹⁶⁹ Enquanto a 1ª e 2ª propostas foram encaminhadas à comissão de justiça criminal, a 3ª e a 4ª o foram às comissões de justiça criminal e de guerra. Uma nova proposta, versando, dentre outras coisas, sobre o aumento da força do exército a 12 mil baionetas, “caso assim o exijão circunstancias extraordinárias”, foi ainda apresentada, desta vez pelo ministro da guerra, Antero José Ferreira de Brito, aos 11 de junho de 1833. APB-CD, sessão de 11 de junho de 1833; p. 260.

¹⁷⁰ Ricardo Figueiredo Pirola. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese de Doutorado; IFCH/UNICAMP; 2012. Para as questões apontadas aqui, ver especialmente o Capítulo 1, “A criação da lei de 10 de junho de 1835”; pp. 23-112.

meios de unir os povos, neutralizar os partidos, acalmar as paixões e conciliar os ânimos, evitando, desta forma, a exacerbação dos espíritos.

Que se responda ao ministro, que a câmara, julgando de seu dever, e da sua dignidade acautelar e reprimir qualquer atentado contra o sistema constitucional, e o trono do senhor D. Pedro II, que só podem fazer a felicidade do Brasil; coadjuvará o governo em tudo quanto for justo e constitucional, e a honra nacional exigir; e tomará em consideração as propostas do mesmo governo.¹⁷¹

O parecer vinha assinado por Miguel Calmon du Pin e Almeida, João Candido de *Deus e Silva* (PA), Pedro de Araújo Lima, Manoel *Alves Branco* (BA) e Ernesto Ferreira França. Também membro das comissões reunidas, Antonio Pedro da Costa Ferreira ofereceu voto em separado, no qual declarou de forma mais enfática sua concordância com os perigos em que se encontrava o Brasil e a disponibilidade da Câmara em levar em consideração as propostas do governo.

Responda-se ao ministro dos negócios estrangeiros que a câmara dos deputados, firme em sustentar a honra brasileira, o systema monarchico constitucional, o throno do Senhor Pedro II, e a revolução de 7 de Abril; coadjuvará eficazmente o governo, em tudo que for constitucional e justo, para se evitar o opprobrio de uma restauração, e que tomará em consideração as suas proposta.¹⁷²

Entre os dias 25 de junho e 8 de julho de 1833, o parecer e o voto em separado foram discutidos pelos representantes temporários. Nestas discussões, os posicionamentos a pouco e pouco se dividiram entre defensores e opositores do discurso do ministro e das medidas por ele propostas. Enquanto parte dos deputados reiterava, então, os altos riscos impostos ao Brasil, um segundo grupo negava que o país estivesse de fato sob ameaça iminente de restauração.

O primeiro grupo advogava, assim, por uma manifestação enfática da Câmara em oposição à restauração, defendendo, ademais, a proposta de banimento apresentada por Henriques de Rezende na sessão de 28 de junho, pedindo a proibição perpétua da entrada de Pedro I no território brasileiro¹⁷³. Já o segundo grupo cuidava para que o texto aprovado pela Casa não concedesse ao governo medidas extraordinárias com que pudesse abusar do poder e atropelar o sistema representativo.

Nesse sentido, os debates acabaram por explicitar a divisão existente entre deputados que defendiam a adoção de medidas extraordinárias como forma de

¹⁷¹ APB-CD, sessão de 19 de junho de 1833; pp. 295-296.

¹⁷² Idem; pp. 296-297.

¹⁷³ A proposta de Henriques de Rezende foi redigida nos seguintes termos: “O ex-imperador do Brazil, D. Pedro, fica para sempre inhibido de entrar no território do Brasil, e de residir em qualquer parte delle, ainda que seja como estrangeiro e indivíduos particular; e se o contrario fizer, de qualquer fôrma que seja, será tido e tratado como inimigo e aggressor da nação brasileira”. APB-CD, sessão de 28 de junho de 1833; p. 326.

proteger o país de uma possível restauração (ou que simplesmente defendiam a necessidade de o Executivo ter à sua disposição poderes extraordinários), daqueles que, ante o que lhes parecia uma remotíssima possibilidade de retomada do trono brasileiro pelo duque de Bragança, esforçavam-se por destacar os “verdadeiros” motivos subjacentes aos pedidos por medidas extraordinárias.

Em acordo com Antonio Pereira Ribeiro, eleito pela província do Rio Grande do Sul, “a probabilidade só da restauração”, conformava já motivo suficiente para a adoção de todas as necessárias precauções, “muito mais agora que temos certeza de existir essa criminosa tentativa”. Nas palavras do deputado:

[...] quando o tempo, ou a visinhança de um perigo extraordinário ameaça a causa publica, são indispensáveis também medidas extraordinárias; cumpre então tudo fazer, tudo arriscar para salva-la; e quem, em semelhante crise, não sente arder em seu peito o sagrado fogo do patriotismo, ou tem uma alma estéril e cadavérica ou pode dizer-se sem injustiça que trahe ou conspira.¹⁷⁴

Já conforme Montezuma, as afirmações de que o ex-imperador contava, no Brasil, com um grande partido, envolviam “contradição manifesta” e escondiam as reais intenções de um ministério que, agindo em desacordo com as leis, usava o medo como principal estratégia de controle do poder, “e como quem tem medo é fraco e quem é fraco quer medidas extraordinárias, medidas tirânicas, segue-se que é tirânico o governo de 7 de Abril”¹⁷⁵.

Ante os discursos persecutórios de parte dos deputados ligados à administração, nos quais o governo da Regência foi pintado como baluarte dos direitos e garantias dos cidadãos, agora ameaçados por planos restauradores, diversos representantes lembraram, como Montezuma, que se a Regência não havia criado comissões militares ou levantado garantias tal como fizera Pedro I, havia também cometido crimes graves contra as liberdades individuais, fosse na repressão aos movimentos políticos ocorridos no país entre 1831 e 1833, fosse na tentativa de golpe de julho de 1832.

¹⁷⁴ APB-CD, sessão de 1 de julho de 1833; p. 19.

¹⁷⁵ APB-CD, sessão de 4 de julho de 1833; p. 34. Nos discursos proferidos neste debate, Montezuma dizia querer chamar seus colegas à razão, lembrando-lhes que opor-se às reformas intentadas pela administração atual não implicava querer a restauração e que, a despeito do quadro que se vinha tentando pintar, a administração de 7 de Abril era responsável por deportações e derramamentos de sangue no país, dos quais se tinha notícias em Minas (em referência à repressão empreendida na Revolta do Ano da Fumaça), no Ceará (tratando-se de Pinto Madeira), em Panellas (repressão à Cabanada) e na própria corte (nos acontecimentos de 3 e 17 de abril de 1832). Demandava, assim, que “se peça à regência que acabe com semelhantes ministros; que já não é possível se fazer o 30 de Julho; e que antes é preciso sustentar com a lei na mão, que o Brazil não pode ser de maneira alguma governado nem por déspotas, nem por tyrannos”. APB-CD, sessão de 5 de julho de 1833; p. 40.

A batalha dos deputados em torno da mensagem ministerial ultrapassou o âmbito parlamentar e refletiu diretamente sobre os periódicos da corte. Neles, partidários dos dois lados da contenda expressaram seus pontos de vista a respeito da questão, abrindo mão do tom comedido com que, na maioria das vezes, se manifestavam os representantes no interior do Parlamento.

Os debates travados na imprensa não economizaram, assim, em ataques proferidos de lado a lado. Na edição n. 783 da *Aurora Fluminense*, publicada em 19 de junho de 1833, Evaristo da Veiga lembrou o golpe restaurador intentado na França em 1797, aproximando as histórias brasileira e francesa e chegando a sugerir que uma atuação irresponsável ante a recém descoberta conspiração no Brasil, poderia forçar o governo nacional, como na França, a desferir um golpe de Estado pela manutenção do *status quo*¹⁷⁶.

Já o *Verdadeiro Caramuru*, em edição de 27 de junho de 1833, analisou, no artigo intitulado “Força e mais força”, dois dos projetos apresentados à Câmara na sessão de 10 de junho, demonstrando o modo como, desprovido de “Direito e Justiça” – qualidades necessárias à manutenção da ordem interna – e impedido de recorrer à aplicação do §35 do art. 179, o governo liberal recorria à “Força” para manter-se no poder. O artigo iniciava, assim, mostrando como as constantes ameaças de Golpe de Estado pelo governo eram esperadas pelos cidadãos na forma da suspensão de garantias, “que se constituía como o *Tutú*, com que se metião medo aos Cidadãos pacíficos”. Vendo contudo, “os nossos Despotas”, que a aplicação de tal medida resultaria “ineficaz”, por faltarem as forças que a fizessem efetiva, e “contra-producente”, pois que poderia degradingolar em uma “insurreição”, e receosos, portanto, de que tais “Decretos” os tornassem ainda mais ridículos, “o que ja não he muito facil”, haviam tentado um meio que, dando-lhes “Força”, os pudessem manter por mais algum tempo “no pináculo, a que os elevou a traição, a perfídia, a sedução...”. Como não houvesse ocasião oportuna para a implementação do plano, no entanto, “visto não ter ocorrido qualquer movimento na Corte, que o fornecesse”, o governo havia recorrido ao “comico e mal dirigido” expediente da mensagem do ministro, à qual

¹⁷⁶ Nas palavras do redator: “Na França, as couzas chegarão a huma crise tal que se tornou preciso ou succumbir aos esforços dos restauradores, ou dár hum desses golpes d’Estado, sempre nocivos à Liberdade. Esta crise se houvera evitado, se os Conselhos vissem melhor as necessidades do paiz e os flagelos que o ameaçavão, se tivessem providenciado a tempo, armando o Directorio de huma força legal com que pudessem reprimir a ousadia dos realistas. Terá o Brazil de naufragar no mesmo escolho? As lições da experiência não aproveitarão aos cidadãos incumbidos de dirigir os negócios públicos, e de levar a porto de salvamento a Náu do Estado? O tempo o mostrará.”. *Aurora Fluminense*, nº 783 – 19/06/1833; pp. 3329-3331.

havia-se prontamente respondido com projetos de lei como o concernente à Guarda Nacional e o relativo à liberdade de imprensa, duramente criticados pelo periódico¹⁷⁷.

Tratando, então, de alguns dos artigos do projeto de lei relativo à Guarda Nacional, afirmava o redator:

De que serve, que se não suspendão as Garantias, de direito; se quando o Governo quizer perseguir aquelles Cidadãos que lhe forem oppostos, por Amantes das Liberdades Patrias, pode fazel-os alistar nas Guardas, fazer-lhes pezar o Serviço, sem embargo de suas moléstias, &c.; pode pol-os á disposição do Ministro da Guerra!! Em fim; tal medida não só equivale a huma *Suspensão de garantias*; mas também á criação de uma *Guarda do Governo* espantosa; e como tal pode ser considerada, pelo mais refinado acto despótico, e de reconhecida maldade, e intensão de assassinar as nossas Liberaes Instituições.¹⁷⁸

O voto em separado de Costa Ferreira acabou aprovado pelos deputados, juntamente à emenda de Henriques de Rezende propondo o banimento de Pedro I¹⁷⁹. A resposta final da Câmara à mensagem do ministro, apresentada na sessão de 12 de julho, reconhecia e sublinhava, com veemência, os riscos impostos ao país pelos planos de restauração orquestrados por seus “inimigos”, demarcando com clareza, no entanto, seu distanciamento de quaisquer medidas extraordinárias. Afirmava, nesse sentido, coadjuvar o governo unicamente naquilo que fosse “constitucional e justo, para evitar o opróbrio de uma restauração” e se comprometia a tomar em consideração suas propostas, adotando, dentre elas, as que julgasse convenientes ao impedimento do retorno do duque de Bragança¹⁸⁰.

As ameaças de restauração contaram com importante combustível nos últimos meses de 1833, haja vista a divulgação das notícias da viagem de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada a Europa, para pretensamente tratar do retorno do ex-imperador ao Brasil¹⁸¹. Foi nesse clima de desconfiança generalizada que a Regência concordou

¹⁷⁷ *O Verdadeiro Caramuru*, nº 11 – 27/06/1833; pp. 1-4.

¹⁷⁸ *Idem*; p. 3.

¹⁷⁹ Discutida e aprovada pela Câmara dos deputados unicamente em 1834, a proposta entrou em discussão no Senado em 18 de junho deste ano, sendo aí negada por diferença de 26 votos.

¹⁸⁰ Das propostas de lei apresentadas pelo governo na sessão de 10 de junho com o fito de manter a segurança interna e externa do país, evitando assim a possibilidade de restauração, somente aquela concernente aos crimes cometidos por escravos recebeu prosseguimento na Casa, materializando-se na lei de 10 de junho de 1835. Quanto às outras propostas, avaliadas pelas comissões de justiça criminal e de guerra e reapresentadas à Casa em 11 de julho de 1833, já amplamente modificadas e sem o “rigor” original que lhes havia dado o governo, acabaram não recebendo prosseguimento, ainda que parte das prescrições ali previstas voltasse depois a aparecer em projetos como o de reforma dos corpos da Guarda Nacional. Sobre a lei de 10 de junho de 1835 ver: Ricardo Figueiredo Pirola. Op. Cit.

¹⁸¹ Em acordo com Paulo Pereira de Castro: “Teve grande repercussão o registro da passagem do viajante pela Inglaterra, publicado a 12 de agosto no *Albion* de Liverpool. Antônio Carlos era referido como um *agente particular influente no Brasil* e dizia a nota que Palmerston [ministro dos negócios estrangeiros da Inglaterra] e Talleyrand [embaixador francês em Londres] conferenciavam a respeito da volta de D. Pedro”. Op. cit., p. 49. Em novembro de 1833, *O Verdadeiro Caramuru* dizia que o povo

em suspender José Bonifácio da tutoria imperial, dizendo fundar-se, para tanto, em suas ligações com o partido restaurador. Foi também neste clima conturbado que, em 1834, assumiu a nova legislatura nacional.

Claramente abalada pelo histórico recente de conflitos no país e com parte significativa de seus deputados ainda reticente quanto aos riscos de restauração, seria esta a legislatura responsável pela finalização da reforma constitucional. Nesta, como veremos, concretizar-se-ia a medida de “provincialização” da prerrogativa de suspensão das garantias constitucionais que, proposta em 1831 e “abandonada” em 1832, voltaria a aparecer no último projeto de reforma da Constituição. Para a retomada e aprovação desta proposta, seguramente contribuiu a complexa conjuntura política então vivida pelo país, frente à qual o governo central devia sentir-se cada vez mais de mãos atadas.

A materialização da reforma constitucional e as alternativas para o §35 no interior de um novo arranjo institucional

Abertos os trabalhos da terceira legislatura, o tema da reforma constitucional entrou imediatamente na pauta dos deputados, aprovando-se, ainda no dia 6 de maio, a formação de uma comissão especial encarregada de apresentar a “redação das reformas dos artigos da Constituição”, em conformidade com a lei de 12 de outubro de 1832. Composta pelos deputados Vasconcelos, Limpo de Abreu e Paula Araújo¹⁸², a comissão teve seu projeto de reforma lido pela primeira vez na Casa na sessão de 7 de junho¹⁸³.

Composto por 30 artigos, o projeto concentrou-se na definição da organização e das competências a serem assumidas pelas assembleias legislativas provinciais, regulamentando as normas para a sanção das leis pelos presidentes de província, definindo as atribuições específicas destas autoridades e instituindo, no país, uma Regência Una eletiva e temporária.

Previamente à apresentação e discussão deste projeto, duas questões polêmicas ocuparam a pauta dos representantes nacionais: a avaliação da proibição de que o ex-imperador entrasse novamente em território brasileiro – proposta por Henriques de Rezende, como vimos, em meio aos debates de junho de 1833 – e o decreto da

andava “alvorçado por lhe constar que o Decreto para suspensão das garantias está assignado, e vai por se em execução por espaço de 30 dias”. *O Verdadeiro Caramuru*, nº 42 – 04/11/1833; p.1.

¹⁸² APB-CD, sessão de 6 de maio de 1834, p. 54.

¹⁸³ APB-CD, sessão de 7 de junho de 1834, pp. 104-106.

Regência de destituição de José Bonifácio. Se, no primeiro caso, após aprovação pelos deputados, a medida acabou barrada pelo Senado, no segundo, os senadores terminaram por anuir com a remoção do tutor.

A atenção dedicada a essas questões demonstra não apenas a importância que, ainda em 1834, os deputados devotavam ao avanço das ideias restauradoras no país¹⁸⁴, mas também a barreira que, àquela altura, o Senado seguia representando a parte significativa das propostas dos representantes temporários. Não espanta assim que, antes mesmos de adentrarem pela discussão do projeto de reforma constitucional, os deputados tenham debatido e afinal deliberado pela exclusão dos senadores da sua votação¹⁸⁵.

Na sessão de 18 de junho de 1834, o projeto elaborado por Vasconcelos, Limpo de Abreu e Paula Araújo foi aprovado para passar à segunda discussão na Câmara, onde tramitou por cerca de um mês e meio até sua aprovação final, em agosto de 1834. Dentre os debates travados sobre seu texto, destacaram-se aqueles dedicados à definição das atribuições das assembleias provinciais, interessando-nos diretamente, aqui, analisar as discussões travadas em torno do §8º do art. 11 do projeto, que estabelecia como uma das competências das assembleias provinciais:

[...] exercer cumulativamente com o governo geral, nos casos e pela forma marcados no §35 do art. 179 da constituição, o direito que esta concede ao mesmo governo geral, o qual poderá também nos mencionados casos suspender a execução de alguma lei policial, municipal ou provincial, quando assim o julgue indispensável, fazendo cessar essa suspensão imediatamente que cesse a necessidade urgente que a motivou.¹⁸⁶

Transcorridos entre os dias 5 e 7 de julho de 1834, os debates em torno deste parágrafo mobilizaram uma série de questões prementes àquela altura, tais como a da situação vivida pelas províncias de Alagoas e Pernambuco, assoladas pela Cabanada, referindo-se por mais de uma vez, ainda, às sublevações recentemente ocorridas no Pará e à sedição mineira de Ouro Preto, de inícios do ano anterior. Explicitavam, assim, o modo como a complexa conjuntura política então vivida pelo país influenciara a configuração recebida pela medida de suspensão de garantias naquele projeto.

Afinal, como analisado acima, a lei de 12 de outubro de 1832 não previra qualquer alteração ao art. 179 da Constituição, com a inclusão desta questão no último

¹⁸⁴ Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit., 2014; p. 358.

¹⁸⁵ Para este assunto ver: Carlos Eduardo França de Oliveira. Op. cit, 2014; pp. 359-360. Andréa Slemian. Op. cit, 2009; pp. 262-265.

¹⁸⁶ APB-CD, sessão de 7 de junho de 1834, p. 105.

projeto de reforma constitucional devendo-se inteiramente à pena dos membros da comissão eleita em maio de 1834. Foram estes deputados, inclusive, os que mais arduamente saíram em defesa do parágrafo nas discussões de 5 e 7 de julho daquele ano.

Em acordo com Limpo de Abreu, a conveniência de se estender às províncias o direito de recorrer à suspensão das garantias residia, paradoxalmente, na odiosidade inerente àquela questão. Para o deputado, era a resistência dos representantes à medida que dificultava sua conquista na Câmara, uma vez que, ante o desconhecimento das realidades regionais e “da necessidade que haja da suspensão em alguma província”, a tendência natural dos deputados era a de negar às localidades a aplicação daquele dispositivo. Mencionava, assim, ocasiões em que se havia reclamado a aplicação da suspensão de garantias em “diferentes províncias” e em que a Casa havia respondido, pelo contrário, com a aprovação de leis de anistia.

No mais, afirmava que para o estabelecimento do §8º do art. 11, a comissão havia se guiado pelo exemplo norte-americano, citando a prerrogativa das legislaturas estaduais, naquele “paiz que se diz o modelo para o systema liberal”, de porem em execução leis e tribunais marciais¹⁸⁷.

Já consoante Paula Araújo, a “provincialização” da medida de suspensão de garantias fundava sua necessidade nos interesses coletivos que dela adviriam, a despeito de seus possíveis custos individuais. E isto porque, em sua opinião, era preferível que “legalmente se suspendessem algumas garantias do que os agentes do poder se vejam obrigados a calcar as leis”. Defendia então que, haja vista as grandes distâncias a separarem diversas províncias do país da capital do Império, bem com o tempo e riscos envolvidos em esperar por providências do governo central, fosse aprovado o direito de as localidades recorrerem à aplicação do §35 do art. 179¹⁸⁸.

Conforme Bernardo Pereira de Vasconcelos, por sua vez, o dispositivo constitucional de suspensão de garantias permaneceria incapaz de produzir os resultados para os quais fora previsto, caso não fosse provincializado. Além dos mais, ante os ataques que o parágrafo vinha sofrendo por sua suposta inconstitucionalidade, uma vez que alterações específicas ao artigo 179 não haviam sido previstas pela lei de 12 de outubro, Vasconcelos defendia que a medida proposta não era “contra a constituição” e interessava muito à “conservação da ordem e da liberdades publicas”.

¹⁸⁷ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1834; p. 39.

¹⁸⁸ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1834; p. 41.

Sr. Presidente, cumpre considerar que casos se offerecem, em que as leis ordinárias se calão; nas grandes crises de estado, é indispensável, como dizia Montesquieu, cobrir com um véo a estatua da liberdade; e fundada nestes princípios, a constituição permittio a suspensão de algumas formalidades que garantem a liberdade individual; mas a commissão observou que esta disposição constitucional não podia produzir os bons resultados que della se esperão, uma vez que não se concedesse ás assembleas legislativas provinciaes o usarem desta indispensável attribuição.¹⁸⁹

O deputado destacava, então, os “funestos resultados” que poderiam advir da falta de providências ante uma invasão ao norte do país – no Pará, por exemplo –, caso se esperasse “da assembleia geral as medidas que as circumstancias reclamarem”. Defendendo abertamente a “provincialização” da suspensão de garantias, o deputado se diria convicto de que a medida era salutar e de que sua proposição tinha como fim “evitar que nas províncias que tiverem necessidade della, seja posta em pratica contra a constituição, como se tem observado e está acontecendo em Pernambuco”. Abstendo-se de entrar no mérito da utilidade ou não da medida, haja vista, dizia, sua previsão constitucional, para o deputado mineiro, ao estendê-la às assembleias provinciais, a comissão não havia buscado senão atender à “nossa situação geographica e difficuldades de communicações, e por consequência á impossibilidade que em muitos casos haveria de esperar as providencias”¹⁹⁰.

Assim como Vasconcelos, também Limpo de Abreu e Paula Araújo haviam recorrido, em suas falas, ao exemplo da província de Pernambuco, aonde consideravam as garantias dos cidadãos suspensas de fato, ainda que não de direito. Latente àquela altura, o exemplo pernambucano veio constantemente à tona nesses debates em função da Cabanada – ainda em curso na província e, na leitura dos deputados, cada vez mais fora do controle das autoridades¹⁹¹ – e da recente apresentação, por Antonio *Joaquim de Mello* (representante eleito por Pernambuco), de um projeto demandando a suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos daquela província.

Apresentado por Joaquim de Mello na sessão de 30 de maio de 1834, o projeto em questão foi antecedido por uma série de referências à gravidade da situação pernambucana¹⁹². Estruturado em quatro artigos, seu texto previa a suspensão, por

¹⁸⁹ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1834; p. 42.

¹⁹⁰ Idem. Ibidem.

¹⁹¹ Para uma análise do acirramento dos conflitos da Cabanada a partir de 1832 e das dificuldades enfrentadas pelo governo na sua repressão ver Marcus Carvalho. Op. cit., 2011; pp. 182-196.

¹⁹² A questão foi abordada, por exemplo, nas sessões de 23 e 24 de maio, com pedidos de esclarecimentos acerca da situação vivida em Pernambuco e Alagoas, e denúncias da prática de todo tipo de arbitrariedade pelas autoridades daquelas províncias ao lidar com a revolta então em curso.

seis meses, de algumas das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos, previstas pelo artigo 179 da Constituição, bem como alterações à ordem do processo, fixada pelo Código de Processo Criminal de 1832, no julgamento dos rebeldes da Cabanada. Admitia ainda a possível prorrogação da medida por mais três ou seis meses, conforme julgado indispensável para a aniquilação da rebelião, em que “se tem proclamado a restauração de D. Pedro”¹⁹³.

Entrando em discussão na Câmara dos deputados unicamente aos 28 de julho de 1834, o projeto seria, no entanto, abandonado pelos representantes, sob a justificativa de que a recente diminuição dos conflitos nas províncias de Pernambuco e Alagoas, fizera cessar as hostilidades que justificariam sua adoção¹⁹⁴.

Para os deputados responsáveis pelo projeto de reforma constitucional, portanto, o ocorrido em Pernambuco e, mais que isso, o abandono a que a Câmara dos deputados relegara a proposta de aplicação do §35 àquela localidade, comprovavam a necessidade que se tinha de “provincializar” a suspensão das garantias no país.

Falando na sessão do dia 24, e reconhecendo a existência de uma suspensão de garantias “de fato” em Pernambuco, Costa Ferreira clamou para que os deputados daquela província, “pelo amor do Brasil”, fizessem uma indicação para que, se necessário fosse, se estabelecesse logo ali a suspensão das garantias, ou se fizesse cessar as arbitrariedades “que alli se praticão”. APB-CD, sessão de 12 de maio de 1834; p. 58; Idem, sessão de 24 de maio de 1834; p. 73. Ainda em outubro de 1833, uma centena de proprietários e moradores da região de Panelas (e outros lugares próximos ao teatro da devastação e horrores cometidos pelos facinorosos rebeldes, conhecidos pelo nome *cabanos*”) haviam apresentado representação à Câmara, incitando-lhe a auxiliarem na situação por eles vivida. Nas palavras dos signatários do documento: “Como, augustos e digníssimos senhores, com leis ordinárias, e estas tão doces e brandas, e assim mesmo raras vezes executadas, poderemos salvar-nos em circumstancias tão extraordinarias, e rigorosas? Nós não ousamos lembrar as medidas, que nos parecem indispensáveis [...]. Não permittaes que a desesperação á vista de tanta impunidade, leve os povos a tomarem vingança por suas mãos, o que nos arrojará ao misero estado de selvagens”. APB-CD, sessão de 2 de outubro de 1833; pp. 301-302.

¹⁹³Diferentemente da maioria dos projetos de suspensão de garantias apresentados no Brasil, o de Joaquim de Mello não listava especificamente qualquer parágrafo do artigo 179, elencando, ao invés disso, ao longo dos 7 parágrafos em que se dividia seu art. 1º, que nas províncias de Pernambuco e Alagoas, poder-se-ia proceder: dando busca e varejo em quaisquer lugares e casas suspeitas, a qualquer hora do dia e da noite (em referência à garantia de inviolabilidade do lar, prevista pelo §7º do art. 179); conservando presos os suspeitos e removendo-os para fora da província quando considerado necessário (aludindo tanto ao direito de ir e vir, previsto pelo §6º do art. 179, quanto à prisão sem culpa formada e ao direito de fianças, §§8º e 9º); alterando diversas normas do devido processo legal (em oposição, portanto, ao §11 do art. 179, em acordo com o qual ninguém seria sentenciado senão por autoridade competente e em virtude de leis anteriores); dentre outros. APB-CD, sessão de 30 de maio de 1834; p. 78.

¹⁹⁴APB-CD, sessão de 28 de julho de 1834; p. 155. Joaquim de Mello recuperou o conteúdo de seu projeto em discurso enunciado na Casa aos 5 de agosto de 1834. Defendendo o texto que havia apresentado – aparentemente sob ataque de alguns setores da Câmara – e a constitucionalidade da medida de suspensão de garantias, o deputado negou nesta fala que tal proposição lhe fosse desonrosa. Aludiu, assim, à necessidade premente da medida, fundada, dentre outros fatores, nos pedidos frequentes das autoridades pernambucanas e alagoanas pela suspensão de garantias em suas localidades. Em sua opinião, enfim, recusar a suspensão de formalidades “a taes criminosos e seus simulados sequazes e protectores” importava o mesmo que “diminuil-as ou acabar com todas as dos cidadãos pacíficos; e suspendel-as aos mesmos rebeldes, é procurar firmar a estabilidade dellas para aquelles”. Idem, sessão de 5 de agosto de 1834; pp. 196-197

Não à toa, um dos discursos mais contundentes em defesa da medida viera justamente de Joaquim de Mello, que lembrava esgotadas, em Pernambuco, as possibilidades legais de repressão à Cabanada, uma vez que os pedidos por “socorro” partidos das autoridades daquela província vinham sendo seguidamente ignorados pelos representantes. Para o deputado, portanto, parecia melhor “tornar honestas por meio das leis” ações indispensáveis que, mesmo polêmicas, visavam a salvar o estado “em situações extraordinárias”, do que deixar sucumbir a ordem ante os caprichos de criminosos, das autoridades e do povo, que seguidamente pisariam as leis positivas.

Exemplificando seu posicionamento favorável ao §8º do art. 11 do projeto em discussão, fazia uso da situação vivida em sua província:

Appareceu e existe ainda a rebellião na minha província, e na das Alagôas: a administração geral foi della informada por officios das principaes autoridades; a assembléa geral também a creio inteirada: e o que tem apparecido? Clamou-se de todas as partes que os meios e medidas ordinárias erão insufficientes para extinguir uma guerra civil tão desoladora e lastimosa, e o que foi que se fez? O que he que vemos? Calmoso silencio de indiferença e estupidez (*Apoiados*). As garantias estão suspensas de facto, as leis calcadas aos pés, violão-se até os fóros da humanidade; sabe-se de tudo isto, e com o mesmo silencio se continua dizer aos povos: nós somos os réos da vossa imoralidade; seja em taes casos o vosso capricho a lei; afazei-vos a despresal-a, não espereis nada de nós. Neste desengano pois eu quero dar ás províncias as faculdades que ellas já não devem esperar dos poderes centraes [...].¹⁹⁵

Não foram unicamente de apoio, contudo, os discursos pronunciados a respeito da medida. No polo oposto da disputa, os adversários da “provincialização” do §35 centraram seus argumentos em questões jurídicas. Contestaram, assim, que a lei de 12 de outubro de 1832 tivesse autorizado a reforma do art. 179 da Carta de 1824. Mais que isso, questionavam a própria constitucionalidade da medida prevista pelo §8º do art. 11 do projeto, já que, em sua opinião, a “inviolabilidade” das assembleias provinciais e a impossibilidade de que fossem responsabilizadas – como previa o §35 do art. 179 – pelos possíveis abusos cometidos quando da aplicação da medida de suspensão das garantias, era um empecilho legal à “provincialização” pretendida¹⁹⁶.

A estes argumentos, os deputados responsáveis pelo projeto responderam que a medida não apenas se adequava aos preceitos do art. 81 da Constituição, em acordo com o qual os Conselhos (agora Assembleias provinciais) tinham “por principal

¹⁹⁵ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1834; p. 38.

¹⁹⁶ Uma vez que também a Assembleia geral não poderia ser responsabilizada em casos de abuso na aplicação da suspensão de garantias por ela autorizada – incidindo tal responsabilização unicamente sobre os agentes do governo – era, no mínimo, falacioso o argumento utilizado por estes representantes.

objeto propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes da suas província”, como era condizente à reforma do §3º do art. 83 da Carta – prevista pela lei de 12 de outubro –, que estabelecia que os Conselhos (doravante Assembleia provinciais) não poderiam deliberar “sobre imposições, cuja iniciativa é da competência particular da Câmara dos deputados”.

Os autores do projeto acabaram, contudo, logrando seus objetivos, e o §8º do art. 11 acabou aprovado, em sua primeira parte, pelo conjunto da deputação¹⁹⁷. A medida conformaria, como no projeto final, o §8º do art. 11 do Ato Adicional, promulgado aos 12 de agosto de 1834.

A relativa brevidade dos debates em torno da medida, no entanto, acabou por esconder dissonâncias ou mal entendidos que, futuramente, viriam a marcar o recurso à suspensão de garantias nas províncias do país, em particular no que tangia à definição de “Governo Geral”, tal como referido no §8º do art. 11. E isto porque, em acordo com o parágrafo em questão, competia às assembleias legislativas provinciais: “Exercer cumulativamente com o **Governo Geral**, nos casos e pela forma marcados no §35 do art. 179 da Constituição, o direito que esta concede ao mesmo **Governo Geral**”. Acontece que, se para um deputado como Paula Araújo, “Governo Geral” queria dizer “Executivo nacional”, para Vasconcelos, estavam contemplados pela expressão tanto o Executivo quando o Legislativo nacionais, o que gerava diferentes compreensões sobre o alcance da medida adotada pelo Ato Adicional.

Falando na sessão de 5 de julho, Paula Araújo afirmou que o parágrafo em questão “não fazia mais que conceder às assembleas provinciales de eleição popular aquelle mesmo direito que a constituição concede ao poder executivo geral”, qual fosse, o direito de suspender algumas formalidades, “provisoriamente, quando não estiver reunida a assembléa geral”¹⁹⁸. Reforçando a necessidade da medida, na sessão de 7 de julho, e usando como exemplo uma possível invasão ao território do Pará em período em que não estivesse reunida a Assembleia Geral, Paula Araújo chegou, inclusive, a aventar as vantagens de se estender a medida para os períodos de reunião do parlamento: “talvez, disse o nobre senador, que se se examinassem bem a cousa, este direito se devesse dar, mesmo estando reunida a assembléa geral, em razão da grande distancia em que se achão algumas províncias da capital do império”¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Quanto à segunda parte do parágrafo originalmente proposto pela comissão, a oposição a seu conteúdo foi praticamente imediata e os próprios membros da comissão reconheceram que encontrava-se mal escrita, não se tendo dedicado muita atenção a ela nos debates.

¹⁹⁸ APB-CD, sessão de 5 de julho de 1834; p. 35.

¹⁹⁹ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1834; p. 41.

Discursando nesta mesma sessão, Vasconcelos defendeu abertamente, por sua vez, que a referência a “Governo Geral” presente no §8º estendia-se à Assembleia Geral. Recusava, nesse sentido, o argumento dos adversários da medida, para quem a regulamentação presente no projeto de reforma constitucional visava a devolver ao poder Executivo uma atribuição – de recorrer à suspensão das garantias constitucionais – que a Lei da Regência havia retirado dele. Nas palavras do deputado:

Um illustre deputado disse ou suspeitou que a comissão queria restituir ao governo geral a autoridade de suspender as garantias que lhe foi tirada pela lei da regência (governo geral também se estende a assembléa geral); mas se o illustre deputado suspeita que foi essa a mente da comissão, que mande uma emenda que exclue [sic] tal idéa de reintegração do poder de suspender as garantias.²⁰⁰

Tal fala dirigia-se a *Cornelio Ferreira França* (BA), para quem o parágrafo feria a Lei da Regência, que, segundo ele, havia retirado do poder Executivo a possibilidade de recorrer ao §35 do art. 179 em razão dos “abusos praticados por elle desde o juramento da constituição”²⁰¹.

Tais discordâncias, explicitadas nas falas dos próprios redatores do projeto, reverberariam pelos anos seguintes, nos quais, como veremos, diferentes províncias recorreram à atribuição garantida pelo §8 do art. 11 do Ato Adicional, originando debates e questionamentos posteriores acerca da constitucionalidade das medidas aplicadas e de sua adequação, ou não, às previsões do Ato Adicional.

Há que se frisar, de todo modo, que pelo texto do projeto e, finalmente, da lei de 12 de agosto de 1834, a expressão Governo Geral parecia, de fato, remeter exclusivamente ao Executivo nacional. Ou seja, ao que tudo indica, o §8º do art. 11 previa a possibilidade de recurso à suspensão de garantias, pelas assembleias provinciais, no único mesmo caso em que tal medida era permitida, no texto constitucional, ao poder Executivo central, qual fosse, o de perigo iminente da pátria não estando reunida a Assembleia geral. Tal interpretação advinha do fato de que em outros artigos e parágrafos do Ato Adicional, quando mencionados os poderes Legislativo e Executivo centrais, o texto fazia explícita menção a ambos, o que não era o caso no §8º do art. 11²⁰² que, como visto, mencionava apenas o “Governo

²⁰⁰ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1834; p. 42.

²⁰¹ APB-CD, sessão de 5 de julho de 1834; p. 36.

²⁰² Assim, por exemplo, em acordo com o §9º do mesmo art. 11 do Ato Adicional, competia às assembleias legislativas provinciais: “Velar na guarda da Constituição e das leis na sua Província, e representar à **Assembléa e ao Governo Geral** contra, as leis de outras Províncias que ofenderem os seus direitos.”; o mesmo aplicando-se, dentre outros, ao art. 20 da lei, segundo o qual: “O Presidente da

Geral”.

O projeto que deu origem ao Ato Adicional foi aprovado pela Câmara dos deputados na sessão de 29 de julho de 1834, com redação final datada de 6 de agosto do mesmo ano. O texto do diploma para além de “provincializar” o §35 do art. 179, substituiu a Regência Trina por uma Regência Una – cujo regente deveria ser eleito por voto secreto e direto dos eleitores de província, a cada quatro anos –, extinguiu o Conselho de Estado e criou as assembleias legislativas provinciais, unicamerais e a serem renovadas a cada dois anos. Tais assembleias ficaram responsáveis por legislar, dentre outros temas, sobre a fixação das despesas provinciais e municipais, impostos provinciais, nomeação de funcionários públicos, segurança, instrução e obras públicas, sendo que suas decisões deveriam ser submetidas ao presidente de província, que tinha direito a veto suspensivo e seguia sendo nomeado pelo governo central (arts. 13 a 19).

É consensual na historiografia a interpretação de que o desenho final do Ato Adicional ficou aquém das intenções de parte dos políticos envolvidos em sua elaboração, particularmente no que tangia ao fim da vitaliciedade do Senado e do Poder Moderador, a uma menor concentração de poderes em torno do presidente de província, ou ainda à manutenção e incremento das autonomias municipais. A despeito disso, sua importância no percurso formativo do Estado brasileiro é amplamente reconhecida, compondo, juntamente à Lei da Regência, ao Código de Processo Criminal, e à criação da Guarda Nacional – dentre outras medidas que, aprovadas nos primeiros anos da Regência, vinham sendo discutidas desde pelo menos a abertura dos trabalhos legislativos no Império, em 1826 –, um conjunto de iniciativas legais amplamente alinhado às linhas mestras do pensamento liberal predominante entre os políticos do período²⁰³.

No que tange especificamente à medida de “provincialização” do §35 do art. 179, poucos meses se passariam até que, no início de 1835, fosse aplicada, quase

Província enviará à **Assembléia e Governo Geral** cópias autênticas de todos os atos legislativos provinciais que tiverem sido promulgados, a fim de se examinar se ofendem à Constituição, os impostos gerais, os direitos de outras Províncias ou tratados, casos únicos em que o Poder Legislativo Geral os poderá revogar.”

²⁰³ Ainda que concordem quanto à importância desempenhada por estas leis no percurso formativo brasileiro, há sérias discordâncias historiográficas no que tange à profundidade e duração de tais transformações. Nesse sentido, enquanto para autores como Ilmar Mattos e José Murilo de Carvalho, as reformas liberais e o modelo político-institucional por elas proposto e experimentado no país, sucumbiriam por completo ante a hegemonia conservadora da segunda metade do século XIX, para uma autores como Barman, Basile, Flory, Slemian e Miriam Dohnnikoff (que discordam em muitos outros pontos), o impacto dessa legislação liberal foi bastante mais duradouro na história imperial brasileira.

simultaneamente, por duas Assembleias provinciais, respectivamente aquelas do Rio de Janeiro e da Bahia.

Conforme o ano de 1834 caminhou para o fim, arrefeceu a ameaça de restauração a pairar sobre o Brasil, até que, em novembro, com a chegada da notícia da morte de Pedro I (ocorrida em Portugal dois meses antes), acabou definitivamente abandonada no país. Afastado o “perigo iminente” de restauração, seguiriam vivos, no entanto, temores de diversas outras ordens; das reivindicações populares em províncias como Pernambuco, Alagoas e Pará, passando pelo temor da fragmentação territorial no sul do país, chegando ao pavor despertado pelo cada vez mais presente risco de “haitianização” ante as insurreições escravas que despontavam em diferentes províncias.

Capítulo 3

A retomada do recurso ao §35 do art. 179 no país (1835-1837)

Tal he o quadro, Senhores, do estado do Brasil em o curso do anno de 1834 a 1835; por elle vereis que se a segurança consiste na persuasão, em que se acha cada Cidadão, de que cumprindo os seus deveres, não ofendendo aos outros, nada tem que receiar, pode afirmar-se sem medo de errar, que ella não existe, pelo menos em grande parte do Brasil.

Manuel Alves Branco, Relatório do Ministério da Justiça

Foi com estas palavras que Manoel Alves Branco, Ministro da Justiça em atuação no país desde janeiro de 1835, fechou a seção denominada "Insurreição de Escravos, Tumultos, e Sedições" do Relatório apresentado por sua pasta à Assembleia Nacional em 14 de maio daquele ano¹.

Por meio desta seção, o ministro apresentou aos representantes brasileiros as principais revoltas e sublevações políticas ocorridas em 1834 e inícios de 1835 no Império, destacando que, de todo o território nacional, "a paz" reinava, "sem extraordinária alteração", unicamente nas províncias do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro – observando, contudo, que nesta última ainda apareciam com relativa frequência boatos alarmantes de novas movimentações.

O quadro apresentado por Alves Branco era verdadeiramente aterrador. De saída, o ministro tratou da grave insurreição escrava transcorrida na província da Bahia no início de 1835, o Levante dos Malês, trazendo à tona ainda as ameaças de insurreição vivenciadas, à mesma altura, na província do Rio de Janeiro, mais particularmente no distrito de Campos de Goytacazes. Passou então à descrição da Rusga mato-grossense de 1834 e dos primeiros episódios da Cabanagem, no Pará, suspendendo seu relato com a notícia das animosidades crescentes entre os chefes rebeldes Felix Clemente Malcher e Francisco Vinagre, cujos desdobramentos eram ainda desconhecidos na Corte. Em seguida, abordou as desordens havidas na província de Alagoas em função de manipulações eleitorais, o ilegal assassinato de Pinto Madeira na província do Ceará e a sublevação dos Soldados da Lagoa dos Gatos, em Pernambuco. Por fim, reconheceu que os cabanos de Alagoas ainda tinham

¹ APB-CD, sessão de 14 de maio de 1835; p. 70. "Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Alves Branco". Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1835.

força e falou da ameaça de um rompimento sedicioso na Paraíba e da “alguma inquietação” sofrida no Rio Grande do Sul.

Não era exagerado, portanto, o reconhecimento do ministro de que o Império não gozava de segurança. Em sua opinião, faltavam ao país várias das condições político-institucionais que, presentes nas “nações civilizadas”, impediam que, nelas, situações semelhantes se verificassem. Dentre tais condições o ministro incluía, principalmente, uma “forma regular” de governo, leis adequadas aos costumes, e autoridades suficientemente fortes para darem à soberana vontade da lei a força e o vigor necessários à sua efetivação.

Se, nos quatro primeiros anos da Regência, o Brasil sofrera abalos políticos praticamente ininterruptos – com as movimentações ditas do “Povo e Tropa”, ainda que espalhadas de norte a sul, debilitando particularmente a segurança na corte do Rio de Janeiro; revoltas de maior porte atribulando províncias importantes como o Ceará (Sedição de Pinto Madeira), Minas Gerais (Revolta do Ano da Fumaça), e Pernambuco (Cabanada); e ainda insurreições escravas irrompendo na Bahia e em Minas Gerais, com a revolta de Carrancas levando o pavor a proprietários de todo o país –, o quadro que se tinha sob os olhos quando da abertura dos trabalhos legislativos de 1835 não parecia em nada alentador.

Desde o início deste ano, no entanto, uma mudança se faria sentir na forma de o governo e os representantes nacionais lidarem com as ameaças apresentadas à ordem interna do país. Respectivamente aos 27 e 28 de março de 1835, foram aprovadas pelas assembleias legislativas do Rio de Janeiro e da Bahia, leis de suspensão de garantias a serem aplicadas naquelas províncias, enquanto aos 22 de setembro de 1835, foi aprovada pela Assembleia nacional a primeira lei geral (e não decreto do poder Executivo) de suspensão de garantias da história imperial, elaborada ao longo de três meses para vigor na província do Pará, então às voltas com a Cabanagem.

Diante de um quadro de agitações políticas que não parecia arrefecer, optava-se, então, pela retomada do dispositivo regulado pelo §35 do art. 179 da Carta de 1824, pondo fim a um intervalo de cinco anos em que, confrontada por sugestões ou efetivas proposições de recurso à medida por parte do governo, a classe política brasileira recusara reiteradamente sua aplicação.

Inaugurando a retomada do dispositivo de suspensão, as leis passadas pelas assembleias provinciais do Rio de Janeiro e da Bahia lançam luz aos usos da

“provincialização” do instituto, regulada, como vimos, pelo Ato Adicional de 1834. Para além disso, haja vista as conjunturas de insurreição escrava (Levante dos Malês) ou ameaça de insurreição (caso fluminense) em que foram aprovadas, assinalam a complexificação do horizonte de preocupações da classe política àquela altura. Simultaneamente, é impossível não se surpreender ante a explícita aplicação da suspensão de garantias a crimes de insurreição (intentado ou efetivado), uma vez que o recurso ao §35 encontrava-se constitucionalmente limitado aos casos de “rebelião” ou “invasão de inimigos” no país.

Já no que tange à lei nacional aprovada aos 22 de setembro de 1835 com vistas à repressão à Cabanagem, destacam-se as profundas modificações existentes entre o projeto originalmente apresentado pelo governo (ainda em junho de 1835) e seu texto final, bem como os acirrados debates a que deu azo entre os representantes do país. O percurso traçado por esta lei e o formato por ela finalmente assumido, revelam o modo como os limites de aplicação do §35 do art. 179, bem como os significados mais profundos da medida de suspensão em si, ainda não estavam resolvidos, ou apaziguados, entre parlamentares e governantes do país bastante avançado o ano de 1835.

Para além das leis provinciais de março de 1835 e da lei geral de 22 de setembro do mesmo ano, também a aprovação, pela Assembleia nacional brasileira, da lei de 11 de outubro de 1836, suspendendo uma parcela das garantias previstas pelo artigo 179 na província do Rio Grande do Sul (então à voltas com a Farroupilha), é reveladora do modo como a história desse dispositivo, de seus usos e recusas, entrecruzou-se com a história política imperial e, mais que isso, com o percurso de consolidação do Estado brasileiro.

Em 12 outubro de 1837, a promulgação do Decreto nº 129 marcaria a prorrogação, por mais um ano, das leis de suspensão de garantias para o Pará e o Rio Grande do Sul, anuindo, ainda, com a possibilidade de concessão de anistias, país afora, pelo governo regencial. A aprovação deste decreto, assim como a elaboração da lei de 11 de outubro de 1836, estiveram diretamente imiscuídas nas disputas políticas do período, travadas particularmente em torno da Regência Una de Feijó e dos Gabinetes nomeados pelo padre paulista, seguidamente atacados por políticos que, entre o final de 1837 e o início de 1838, estariam envolvidos com o movimento conhecido como Regresso conservador, fundado na defesa de uma revisão da política levada a cabo nos primeiros anos da Regência e, particularmente no que tangia ao

poder Judiciário, por um fortalecimento dos delegados do poder central em detrimento das prerrogativas conquistadas pelos poderes locais por meio do Ato Adicional e o Código de Processo Criminal de 1832.

Diante, enfim, das permanências e novidades impostas de 1835 em diante ao quadro político-institucional brasileiro, trata-se de investigar a retomada do dispositivo de suspensão das garantias e, mais que isso, questionar os principais fatores a determinarem tal recuperação. Afinal, cabe perguntar se tal recuperação deve ser creditada às vicissitudes dos acontecimentos que então tomaram corpo no país (intensificação da violência das revoltas, maior gravidade de suas demandas, crescente radicalização de seus agentes, temor de haitianização, ameaças à integridade imperial), ao posicionamento político daqueles responsáveis pela decisão sobre tal recurso, a mudanças no cenário político em geral, ou ainda à somatória de tais fatores.

3.1. As leis provinciais da Bahia e do Rio de Janeiro

A todos consta que as doutrinas haytianas são aqui pregadas com impunidade; que os escravos são aliciados com o engodo da liberdade, e concitados por espíritos vertiginosos, nacionais e estrangeiros, dentro e fora da província, para romper nas mesmas commoções de que estão os da Bahia dando funestíssimo exemplo.²

O trecho da Mensagem encaminhada pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro ao governo imperial, em 17 de março de 1835, é representativo dos temores a rondarem a sociedade fluminense – e brasileira como um todo – no início de 1835. Impactados, a esta altura, por ao menos quatro anos de agitações políticas na província e no país e pela constante boataria em torno de novas sublevações, a ameaça de uma insurreição escrava deve ter soado extremamente ameaçadora aos ouvidos da classe política e proprietária do Rio de Janeiro.

Para Flávio dos Santos Gomes, “O ano de 1835 e os que imediatamente se seguiram foram decisivos na trajetória de medos, não só no Rio de Janeiro, mas também em outras províncias”³. Em acordo com este autor, a “Revolta dos Malês” – transcorrida em janeiro de 1835, na Bahia – fora a grande responsável pela onda de pânico a se espalhar pelo país no período, tornando-se constantes, então, os temores de

² *Jornal do Commercio*, nº 64 – 21/03/1835; p. 2.

³ Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; p. 213.

insurreição: “Temia-se a repetição, em outras parte do Império, dos fatos ocorridos em Salvador”⁴.

Seguindo os rastros desta onda na província do Rio de Janeiro, Gomes demonstra o modo como, irradiados especialmente da Corte, os temores em questão justificaram um amplo leque de medidas preventivas e repressivas contra os negros da província, especialmente os africanos, mesmo que libertos. Junto à constante referência ao episódio dos malês em Salvador, renascia na província também o temor do “haitianismo”.

A troca de experiências insurrecionais e políticas possibilitada pela navegação comercial atlântica foi a grande responsável pela transmissão das notícias do levante negro de São Domingos. Espalhando-se por diferentes países, as notícias da revolução haitiana alcançaram o Brasil ainda no início do século e o levante ganhou admiradores no país. Consoante João José Reis, “Há evidências de que os negros do Brasil sabiam do Haiti e o consideravam um símbolo da resistência negra no Extremo Ocidente”⁵.

O temor de que algo semelhante à Revolução do Haiti se repetisse no Brasil, e a consciência de que os cativos que aqui habitavam conheciam o histórico de luta dos negros de São Domingos, deve ter contribuído à paranoia dos proprietários soteropolitanos e fluminenses na década de 1830.

Mais do que experiências internacionais, no entanto, os escravos residentes no Brasil tinham exemplos internos a influenciarem seus desejos de liberdade e estratégias de emancipação. A conturbada conjuntura sócio-política brasileira da década de 1830, com os constantes abalos vivenciados pelo país desde pelo menos a abdicação de Pedro I, bem como as cisões intra-elite que se foram explicitando a partir de 1831, parecem ter influenciado o crescimento da rebeldia escrava e contribuído ao aumento da desconfiança das classes política e proprietária do país. Para além disso, é possível conjecturar que os escravizados que habitavam o Brasil tenham sido influenciados pela batalha de impressos travada àquela altura no país – cujos conteúdos provavelmente circulavam em viva voz pelas ruas, largos e vendas –, apropriando-se, à sua maneira, dos ideais de liberdade e igualdade exarados por periódicos encabeçados por liberais de cariz mais radical.

Ao analisarem, respectivamente, as conjunturas baiana e fluminense do período, tanto João José Reis quanto Flávio Gomes relacionam explicitamente as

⁴ Idem; p. 215.

⁵ João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; p. 84.

revoltas ou ameaças de revolta escrava então ocorridas naquelas províncias, ao panorama político vivido pelo país. Ao contextualizar o Levante dos Malês, Reis relembra, assim, tanto as crises da agricultura de exportação e de consumo interno que abateram a cidade de Salvador nas décadas de 1820 e 1830 – afetando diretamente as condições de vida de escravos e libertos, e dos pobres em geral –, quanto o fato de, neste mesmo período, a Bahia ter sido abalada por revoltas de múltiplas dimensões sociais e raciais. Nas palavras do autor:

Nunca antes as classes livres estiveram tão divididas. Na Bahia, africanos viram a plebe livre caçar portugueses nas ruas, assaltar e saquear suas tavernas, destruir propriedades e assassinar autoridades civis e militares. Eles testemunharam soldados, os bastiões naturais da ordem, desobedecerem seus superiores hierárquicos e desafiar os governantes provinciais. Essa situação certamente inspirou os rebeldes de 1835. O campo adversário estava dividido e não podia haver melhor oportunidade para agir. Se os homens livres sabiam se aproveitar da divisão entre escravos, estes provaram que também sabiam se aproveitar da divisão entre aqueles.⁶

Já Flávio Gomes, ao analisar a onda de medo que se abateu sobre o Rio de Janeiro em meados dos anos 1830 ante a possibilidade de uma revolta escrava, é categórico ao afirmar que tais temores não eram unicamente “fruto de uma epidemia pânica”. Nas palavras do autor:

O primeiro quartel do século XIX foi marcado por lutas intestinas em todo o Império, envolvendo a Independência, a abdicação do imperador, além de diversas revoltas e motins militares em varias províncias. Tais momentos de crise, entre outros, podem ter sido avaliados – por parte dos escravos de determinadas regiões – como favoráveis ou não para a realização de insurreições.⁷

Analisando paralelamente, assim, os históricos de movimentação dos escravizados na década de 1830 em Salvador e no Rio de Janeiro, Gomes aponta o modo como a presença ou ausência de revoltas e insurreições resultou das leituras conjunturais e estratégicas dos cativos de cada local. Nesse sentido, a ausência de movimentos insurrecionais no Rio de Janeiro, por exemplo, não significava que os escravos daquela região tivessem se mantido indiferentes ao cenário que tinham sob os olhos. Para o autor, pelo contrário, tal ausência parece ter resultado justamente de sua avaliação das poucas chances de sucesso de uma insurreição, àquela altura, no

⁶ João José Reis. “O Levante dos Malês na Bahia: uma interpretação política”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17, nº Especial, 131-149, 1987; p. 146

⁷ Flávio dos Santos Gomes. Op. cit.; p. 220.

centro político do Império, onde havia vigilância crescente e consideráveis contingentes militares estacionados⁸.

A ausência de insurreições ou sublevações escravas no Rio de Janeiro em 1835-36 não levou, ainda, a que a classe proprietária e as autoridades recuassem em sua paranoia, verificando-se, pelo contrário, o modo como a boataria e a onda de pavor que acuou a província, serviu como justificativa para a imposição de “remédios” e respostas às ameaças apresentadas pelos escravos. Foram crescentes, portanto, nesse período, as medidas repressivas voltadas aos cativos, tanto na Bahia, quanto no Rio de Janeiro, com a aprovação, dentre outras, de medidas de suspensão de garantias diretamente relacionadas – ao menos em teoria – às movimentações escravas locais.

A despeito de a lei fluminense de suspensão de garantias curiosamente anteceder em um dia a lei baiana aprovada no mesmo sentido, optamos por analisar inicialmente o caso dos Malês e a lei nº1 da assembleia legislativa da Bahia, aprovada aos 28 de março de 1835, passando na sequência ao caso do Rio de Janeiro e à análise da lei de 27 de março de 1835. E isto porque o acentuado temor das autoridades fluminenses ante a ameaça de insurreição cativa em sua província, foi por elas próprias justificado, por mais de uma vez, como decorrente dos pretensos planos de aliança existentes entre os escravizados do Rio de Janeiro e os recém levantados na Bahia. Daí a luz lançada ao caso fluminense pela análise prévia do caso soteropolitano.

A lei nº 1 da Assembleia legislativa da Bahia, de suspensão da inviolabilidade do lar

Entre os dias 25 e 26 de janeiro de 1835, a cidade de Salvador foi surpreendida pelos planos de insurreição de parte de sua escravaria urbana. O conhecimento de tais planos, frustrados previamente à sua efetivação, foi suficiente para abalar a cidade, a província e o Império como um todo, envolvendo-os, nas palavras de João José Reis, em uma “atmosfera de medo” que fundamentou a violência então intensificada contra os escravizados do país. O movimento ficou conhecido como Levante dos Malês, uma

⁸ Idem; pp. 220-221. Em acordo com Flávio Gomes, o advento da insurreição de Vassouras, em 1838, no Rio de Janeiro, traria à tona, de forma surpreendente, a rede de articulações tecida pelos escravos da província ao longo das primeiras décadas do século XIX.

vez que era esta a denominação recebida pelos negros mulçumanos que organizaram e protagonizaram a insurreição⁹.

Programada para irromper nas primeiras horas da manhã do dia 25 de janeiro – último dia do Ramadã (data especial no calendário islâmico), mas também dia da festa cristã de Nossa Senhora da Guia, quando a vasta maioria da população da cidade estaria na Igreja do Bonfim, então localizada na periferia de Salvador – a insurreição foi denunciada às autoridades ainda na noite do dia 24, precipitando os acontecimentos e interferindo no sucesso do levante. Surpreendidos por autoridades policiais quando em reunião na casa do negro Manuel Calafate, os rebeldes saíram pelas ruas na madrugada do dia 25, entrando em conflito direto com as forças da ordem enquanto buscavam angariar adeptos pela cidade. Atacaram a cadeia municipal e alguns quartéis, travando lutas renhidas em pontos e bairros específicos de Salvador.

Ao desistirem da luta urbana e tentarem levar a revolta ao campo, dirigindo-se a Itapagipe, acabaram finalmente barrados e desbaratados na região de Água de Meninos, com um saldo de 70 mortos entre os malês, e cerca de 10 entre seus oponentes. Ao que tudo indica, mesmo com a antecipação forçada da revolta, os escravos tentaram seguir o roteiro originalmente planejado, agitando a cidade e dirigindo-se, na sequência, para o Recôncavo, onde pretendiam ocupar os engenhos localizados nos entornos de Salvador¹⁰.

O levante, vale frisar, foi protagonizado por escravos e libertos africanos, eminentemente nagôs (ainda que se tenha registrado também a participação de haussás e jejes) e de religião mulçumana. Não concorreram a esse movimento, portanto, escravos ou libertos nascidos no Brasil, os chamados crioulos. Para João José Reis, a origem comum dos cativos envolvidos no levante, embarcados, em sua maioria, dos portos do golfo do Benim e provenientes de uma região da África conflagrada por lutas políticas e religiosas relacionadas à expansão do islã, ajuda a explicar sua específica configuração¹¹.

Há que se atentar, ainda, à alta concentração de escravos nagôs na Bahia – traficados para o Brasil em índice nunca antes visto desde finais do século XVIII – no período de deflagração da revolta, fato que, ainda que não explique a insurreição em

⁹ Imalê era o termo iorubá para designar “mulçumano”. Cf. João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil*.

¹⁰ Para detalhes da revolta ver João José Reis. Op. cit., 2003; pp. 126-157.

¹¹ Os escravos que, consoante o autor, aterrorizaram a classe senhorial baiana nas três primeiras décadas do século XIX, eram “prisioneiros de guerra, guerreiros unidos por laços étnicos, aos quais em muitos casos se somava a comunhão do Islã. João José Reis. Op. cit., 2003; pp. 546-547.

si, ajuda a compreender o momento específico em que ocorreu¹². No que tange a seus objetivos, ainda que não se tenha grande número de detalhes, há fortes indícios de que, uma vez vitoriosos, os africanos envolvidos no levante intentavam matar os brancos livres e tomar como seus escravos os libertos e cativos crioulos.

Ainda que a rebeldia escrava fosse conhecida já de longa data pelos baianos – haja vista os consideráveis episódios de revolta escrava transcorridos na província entre 1807 e 1830¹³ –, em nenhuma das situações anteriores, o movimento parecia ter sido planejado com tamanho cuidado e rigor. Para além disso, desde a última revolta escrava da Bahia, ocorrida em 1830 em Salvador, as senzalas pareciam ter se tranquilizado¹⁴.

Uma série de fatores pode ser mobilizada, no entanto, para explicar o levante na cidade de Salvador, em 1835. Dentre eles, como vimos acima, a crise econômica sentida pela província da Bahia e especificamente por sua capital, àquela altura, bem como a crise e a “efervescência” políticas vivenciadas pelo país desde pelo menos o início da década de 1830¹⁵. Ademais, é fundamental atentar, como apontado acima, ao grande afluxo de africanos na cidade.

Em acordo com Reis, o Levante foi uma luta étnica (de maioria nagô), uma luta de classe (de escravos) e uma luta religiosa (de mulçumanos). Tal tripé explicativo é importante não apenas para uma melhor compreensão deste acontecimento específico, mas também para desconstruir ideias propagadas na sequência, como a de que os cativos rebeldes de Salvador tinham planos de se aliar à escravidão da província fluminense¹⁶, ou de outras regiões do país.

A despeito de ter durado poucas horas e não ter alcançado seus objetivos, o impacto da insurreição sobre a cidade de Salvador, a província da Bahia e diferentes regiões do Império, como o Rio de Janeiro, foi imenso. Pelos dias, meses e anos subsequentes, a província permaneceu em estado de alerta, lidando com frequentes

¹² Também consoante José Reis, havia uma esmagadora presença de escravos africanos na Bahia. Somente em Salvador, diz o autor, escravos e libertos africanos representavam 33% de uma população total de aproximadamente 65 mil habitantes. Para além disso, cerca de 63% dos escravos eram de origem africana. João José Reis. Op. cit., 1987; p. 103.

¹³ Analisados por João José Reis. Op. cit., 2003; pp. 68-121.

¹⁴ Nos anos que separaram esse acontecimento do levante de 1835, as medidas de segurança empreendidas pelo governo para fazer frente à ameaça escrava, uniram-se à redução na entrada de escravos na província e à opção da maioria dos cativos da região por meios de resistência que não a sublevação coletiva (tais como fugas, desobediência, ousadia individual e resistência cultural), contribuindo, assim, a um período de aparente quietude. João José Reis. Op. cit., 2003; pp.115-121.

¹⁵ João José Reis. Op. cit., 2003; p. 249.

¹⁶ Daniel Mandur Thomaz. *Sob a regência do medo: imprensa, poder e rebelião escrava na Corte Imperial, 1835*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2009; pp. 77-78.

boatos de novas insurreições e com uma verdadeira sede de vingança que tomou conta dos brasileiros.

Nos dias que imediatamente se seguiram ao levante, envolvidas na atmosfera de medo identificada por Reis, a soldadesca e a população livre da Bahia deram vazão a um espírito furioso de retaliação, desembocando no espancamento e perseguição de diversos africanos, muitos deles inocentes¹⁷. Vale à pena sublinhar aqui que os brasileiros – fossem eles proprietários de escravos, livres pobres ou mesmo cativos – se alinharam às forças da ordem contra os africanos no pós-insurreição. Conforme Reis, para além do interesse em manter a escravidão no país, tal união e solidariedade entre brasileiros ricos e pobres pode ser ainda melhor explicada a partir dos laços de cultura e nacionalidade que os conectavam e opunham aos africanos¹⁸.

Na empresa da repressão, o presidente da província, Francisco de Souza Martins, trabalhou em estreita colaboração com o chefe de polícia, Francisco Gonçalves Martins¹⁹. Recebendo ordens do presidente para agir rapidamente na coleta de provas e convocação de testemunhas que possibilitassem, o quanto antes, o julgamento dos insurretos, Gonçalves Martins instruiu os juízes de paz e inspetores de quarteirão a vasculharem as casas e lojas de africanos da cidade, buscando elementos que os ligassem à prática do islamismo e, conseqüentemente (em seu entendimento), à revolta.

As orientações passadas pelo chefe de polícia sugeriam o emprego de força caso os proprietários, moradores ou quem quer que estivesse nos locais a serem revistados, se recusasse a abrir as portas. Se, no que tangia aos escravos africanos, não parecia haver dúvidas de que não gozavam das garantias constitucionalmente previstas no tocante à inviolabilidade do lar, Gonçalves Martins reforçou em suas ordens que tampouco os libertos africanos desfrutavam dos direitos de cidadãos brasileiros ou de algum tipo de privilégio na qualidade estrangeiros, haja vista a inexistência de quaisquer tratados entre o Brasil e países africanos naquele sentido²⁰.

Residências, lojas, barbearias e até igrejas foram, assim, vasculhadas pelas forças policiais da cidade, a despeito do consentimento, ou não, de seus habitantes/proprietários. Nessas batidas, por vezes habilmente arquitetadas²¹,

¹⁷ Idem; pp. 423-424.

¹⁸ João José Reis. Op. cit., 2003; p. 546.

¹⁹ A despeito de seus sobrenomes, as duas autoridades não possuíam nenhum parentesco.

²⁰ João José Reis. Op. cit., 2003; pp. 427-428.

²¹ Cercando-se casas e, por vezes, ruas inteiras previamente à incursão das autoridades, com o intuito de evitar fugas. Idem; p. 430.

quaisquer objetos religiosos encontrados (fossem eles ligados a práticas religiosas muçulmanas, fossem objetos rituais típicos do candomblé) eram suficientes para motivar a prisão imediata de seus supostos donos. No que tange às casas de senhores e autoridades estrangeiras, parece ter havido algum respeito por parte das autoridades.

Consoante Reis, o desejo de auxiliar as forças da ordem prevaleceu entre os habitantes da cidade, não tendo havido, em acordo com o governo, queixas de abusos à Assembleia Provincial, por parte de brasileiros, até inícios de abril²². A repressão parece ter contado, assim, com amplo apoio da população de Salvador, mesmo de sua parcela mais pobre, que, ademais, prestou auxílios à reposição da ordem, denunciando conhecidos e ocupando o banco das testemunhas no julgamento dos réus. Alguns estrangeiros, contudo, sentiram-se desrespeitados pelas revistas empreendidas em suas residências – caso do cônsul francês Monsieur Harrache, e de alguns ingleses²³ –, podendo advir daí a iniciativa de suspender-se legalmente, na província, a inviolabilidade dos lares pelo período de um mês.

A lei aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia aos 28 de março de 1835, a primeira sancionada por aquele colegiado, estabeleceu assim que:

A garantia conferida pelo artigo 179, §7º da Constituição, fica suspensa por tempo de trinta dias, para o efeito de se darem as buscas em todas as casas, a fim de prevenir-se a **insurreição**, e **rebelião** dos Affricanos, e serem presos todos os suspeitos. Ficão revogadas todas as Leis em contrario.²⁴

Tratava-se, portanto, de “legalizar” as revistas e invasões de propriedade que as forças da ordem já vinham empreendendo em Salvador – e mesmo em outras regiões da província, aonde, nos dias que se seguiram ao 25 de janeiro de 1835, proliferaram boatos de insurreição –, possivelmente evitando, desta forma, entreveros diplomáticos. Para além disso, a medida abria literalmente as portas das casas e comércios de livres e libertos brasileiros, permitindo às forças policiais que devassassem locais suspeitos ao seu bel prazer. Tal parece ser a principal explicação para a aprovação da lei, uma vez que não faria sentido suspender a garantia de inviolabilidade do lar fixada pelo §7º do art. 179 da Carta de 1824, para escravos e libertos africanos desprovidos de direitos, como lembrado pelo chefe de polícia Gonçalves Martins.

A lei de 28 de março, no entanto, gera ainda interesse e dúvidas pela data de sua aprovação. E isto porque, nos últimos dias do mês de março, encontravam-se já

²² Idem; p. 431.

²³ Idem. Ibidem.

²⁴ *Echo do Norte* (MA), nº 78 – 03/06/1835, p. 315. Grifos meus.

em fase final ou mesmo finalizados, grande número dos julgamentos impetrados em razão da insurreição. Ou seja, já haviam sido empreendidas a esta altura, a maioria das batidas policiais das quais resultaram, como sabemos, a detenção de centenas de africanos, escravos e libertos, que, nos meses subsequentes, foram submetidos a procedimentos formais de acusação²⁵. Surpreende ainda a informação de João José Reis de que, a despeito de algumas irregularidades, os processos impetrados em consequência do Levante dos Malês mantiveram-se, no geral, dentro dos limites legais²⁶. Nas palavras do autor:

As reformas do Judiciário brasileiro inauguradas na década de 1830 foram detidamente testadas na repressão aos rebeldes e na definição, ou reiteração, de normas de comportamento e pensamento para os africanos que viviam na Bahia. O cônsul francês ficou intrigado que tanto trabalho e protocolo fossem empregados para julgar negros sem nenhum direito constitucional.²⁷

Ante o quadro de legalidade que, na medida do possível, parece ter prevalecido no que tange aos trâmites seguidos no julgamento dos rebeldes malês, é possível conjecturar se a lei de 28 de março não teria buscado justificar, ainda que *ex post facto*, as provas recolhidas por autoridades em circunstâncias de patente ilegalidade nos meses de fevereiro e março, tais como em revistas noturnas ou em consequência de invasão de propriedade privada.

Vale lembrar ainda, no que tange a uma avaliação da legalidade ou ilegalidade da medida regulada pela lei de 28 de março, seu desacordo com as normas constitucionais vigentes para a aplicação do §35 no país, uma vez que os réus processados em consequência do Levante dos Malês foram unanimemente acusados pelo crime de insurreição escrava – fixado pelos artigos 113, 114 e 115 do Código Criminal de 1830²⁸ – e não pelo crime de rebelião, único admitido (juntamente ao caso de “invasão de inimigos”) como justificativa à aplicação da medida no país. Ainda que seja possível conjecturar que a menção ao crime de “rebelião”, no próprio

²⁵ Seus julgamentos foram organizados, assim, em sua maioria, em acordo com as prescrições do Código de Processo Criminal de 1832, com parte significativa dos réus enfrentando o sistema de júri recentemente instaurado no país.

²⁶ Idem; pp. 449-450.

²⁷ Idem. Ibidem.

²⁸ Consoante o artigo 113 do Código Criminal de 1830, era crime de insurreição a reunião de 20 ou mais escravos para haverem sua liberdade, por meio da força. Aos “cabeças” deste delito, ficavam previstas as penas de morte, no grau máximo, galés perpétuas, no médio, e galés por quinze anos, no mínimo. E aos demais réus, a pena de açoites. O artigo 114, por sua vez, firmava que, sendo “pessoas livres” os cabeças da insurreição, incorreriam nas mesmas penas impostas, pelo art. 113, aos cabeças quando escravos. Por fim, o artigo 115 estabelecia punições àqueles que ajudassem, excitassem ou aconselhassem escravos a se insurgirem, fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim. “Código Criminal do Império do Brasil”. *CLIB de 1830*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876; pp. 142-200.

texto da lei de 28 de março (como destacado acima), tivesse em vista contornar, em alguma medida, a ilegalidade inerente à suspensão de garantias em caso de insurreição, é inegável ter havido aqui um uso despropositado – e, ao que tudo indica, conscientemente indevido – da medida regulada pelo §35 do art. 179 da Constituição e pelo §8º do art. 11 do Ato Adicional.

Seja como for, e ainda que desconheçamos os termos específicos de aprovação da lei nº 1 de suspensão de garantias pela assembleia provincial baiana, partindo de suas principais características é possível localizá-la no interior das medidas repressivas, ou de controle, aprovadas pelas autoridades da província no pós-Levante dos Malês, visando à amplificação do controle das forças policiais sobre a população de Salvador e áreas adjacentes.

No encalço desta lei, outras medidas de controle foram aprovadas à mesma altura na província, muitas delas arbitrárias. Nesse sentido, ainda que os escravos envolvidos no Levante não tenham sido maciçamente condenados à morte – como certamente ocorreria em outros países escravistas, como os Estados Unidos –, não só as penas de prisão e galés fixadas contaram com uma série de irregularidades²⁹, como centenas de libertos presos como suspeitos, mas contra quem as autoridades não conseguiram provas incriminadoras, foram arbitrariamente expulsos do país, recebendo penas sumárias de deportação.

Em seu trabalho, João José Reis demonstra o maciço apoio popular recebido pela medida de deportação dos (pretensos) rebeldes de 1835. Uma petição assinada por 320 cidadãos demandava, por exemplo, a expulsão dos libertos africanos do país, justificando tal medida com a alegação de que se tratava de pessoas sem direitos de cidadania no Brasil – mesma justificativa usada pelo chefe de polícia para a invasão indiscriminada dos domicílios –, e de que, ainda que possuísem direitos, seria sempre admissível a expulsão de estrangeiros nocivos à segurança interna nacional.

Aos 14 de fevereiro de 1835, o presidente da província, Souza Martins, oficiou ao ministro da Justiça requisitando ao governo a aprovação de “medidas extraordinárias que, sem offensa das Leis, dos Tratados, e principios geraes do Direito das Gentes, se podem e devem quanto antes tomar para dar a maior segurança á

²⁹ Conforme João José Reis, no estabelecimento das sentenças, o Código Criminal “não foi seguido à risca pela justiça e autoridades baianas” e, ainda que em alguns casos, “os desvios da lei” tenham beneficiado os réus, “em geral os prejudicaram, principalmente os libertos”. Descrevendo brevemente, então, o rol de punições recebido pelos réus, o autor demonstra as incongruências entre algumas dessas penas e o texto do Código de 1830. Em sua opinião, no entanto, “o maior desvio do Código foi sem dúvida a deportação, castigo mais comum infligido aos africanos libertos.” Op. cit., 2003; p. 453.

Província e socegar os espiritos receiosos da impunidade dos mesmos Africanos”. Pedia, assim, ao ministro, autorização para deportar os libertos que se encontravam presos na província, mas que acabassem não sentenciados por falta de provas ou por absolvição do juri, “visto que tendo sido commettido o crime nas trevas da noite, não era fácil achar contra todos os criminosos provas bastantes para a condenação”³⁰.

O pedido de Souza Martins acabou aprovado por Alves Branco e oficializado pelo governo em ofício datado de 4 de março de 1835. Por meio deste documento, a Regência autorizou o presidente da Bahia a fazer deportar ou desterrar para fora do Império os africanos libertos suspeitos de participação no Levante, “ainda quando [...] sejam absolvidos no Jury da Cidade, ou das Villas da Provincia por deficiencia de prova para a condenação”; ordenou ao presidente que não consentisse com a retirada, das prisões, de escravos suspeitos de envolvimento na insurreição sem que seus senhores assinassem termos de segurança afiançando sua futura conduta; e, finalmente, demandou que desse providências para impedir a saída de africanos envolvidos na revolta com destino ao Rio de Janeiro ou a outras províncias do império, ordenando, no que tangia aos escravos, que nenhum deles embarcasse sem guia ou licença do Chefe de polícia da Bahia³¹.

A nível local, a medida foi ainda reforçada pela lei provincial n. 9, de 13 de maio de 1835, que sugeria um programa de deportações em massa da província, começando pelos libertos suspeitos de insurreição, mas não se limitando a eles³². Para além desta, outras medidas legais e policiais de controle e perseguição foram instituídas na cidade em sequência ao Levante dos Malês. Em 21 de fevereiro, o chefe de polícia, Gonçalves Martins, lavrou edital obrigando os escravos encontrados na rua após às 20h a apresentarem um passe de seu senhor, contendo a justificativa para tal circulação. O documento previa uma série de punições em caso de descumprimento da medida, fixando, ainda limitações à circulação de libertos africanos no mesmo horário³³. Três meses depois, em 2 de junho, a Assembleia Provincial da Bahia sancionou a lei n. 14 que regulamentava a organização do trabalho dos negros de

³⁰ *Jornal do Commercio*, nº 60 – 16/03/1835; p. 4.

³¹ Buscava evitar, assim, que escapassem da justiça e pusessem em risco outras regiões do país. “Justiça – Em 4 de março de 1835. Dá providencias sobre a revolta de africanos que tivera lugar na Bahia” *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1835*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864; pp. 43-44.

³² *O Pão D’Assucar*, nº 48 – 23/06/1835; pp. 2-3. Para uma análise de sua aplicação na província, ver: João José Reis. Op. cit., 2003; pp. 498-503.

³³ João José Reis. Op. cit., 2003; pp. 495-498.

ganho em Salvador, buscando impedir, por meio de vigilância constante, que tais espaços fossem utilizados pelos cativos com fins de conspiração³⁴.

Se as leis de n. 9 e 14 foram de difícil cumprimento na província, haja vista a resistência dos escravizados e a própria contrariedade da maioria dos proprietários em relação ao conteúdo das normas (dado que não só interferiam no poder senhorial, como atrapalhavam as atividades de seus escravos), o edital de 21 de fevereiro funcionou como instrumento de controle de cativos e libertos em Salvador por muitos anos após a revolta. Em acordo com Reis, entre 1835 e 1837, todas as 143 pessoas detidas em conformidade com tal medida eram africanas, com tais prisões representando 21% do total de detenções do período, números em nada desprezíveis. À mesma época, consoante o autor, 40% das prisões totais vitimaram africanos, podendo-se cravar o ano de 1835 como divisor de águas no tocante à sua perseguição³⁵.

A lei provincial de 28 de março de 1835, portanto, a despeito de sua aparente incongruência cronológica – dado que, como visto, foi aprovada bem depois de ocorrido o movimento – e mesmo de sua questionável necessidade – haja vista a anuência dos habitantes da cidade em auxiliarem as autoridades na perseguição aos africanos envolvidos no Levante –, pode ser analisada, e melhor compreendida, junto a um rol mais amplo de medidas responsáveis pela vigilância e intimidação, por anos a fio, de setores específicos da população desta e de outras províncias do país.

O impacto da rebelião de 1835 no restante do Brasil, como dissemos acima, foi praticamente imediato. No Rio de Janeiro, as notícias do Levante dos Malês geraram uma onda de terror que deu vazão não apenas a boatos frequentes de insurreição, mas também à aprovação de medidas de vigilância e controle sobre a população escravizada e liberta e a uma lei de suspensão de garantias bastante mais abrangente que aquela aprovada pela assembleia da Bahia. Ainda que tais medidas fossem justificadas pelo medo gerado pela insurreição ocorrida em Salvador, refletindo os temores de haitianização de grande parte da população, há que se investigar também sua relação com a conjuntura política nacional, analisando se e como tal legislação esteve relacionada às disputas políticas então em curso no país e o modo como tais temores foram, ou não, aproveitados pela classe política com vistas à consecução de seus objetivos.

³⁴ Idem; pp. 503-508.

³⁵ Idem; p. 496.

A lei fluminense de 27 de março de 1835

No dia imediatamente anterior à aprovação da lei nº 1 da Assembleia Provincial da Bahia, foi aprovada pela Assembleia do Rio de Janeiro, uma lei de suspensão de garantias que, consoante seus artífices, resultara diretamente dos temores gerados na corte e na província fluminense pelo levante Malê.

Aos 14 de março de 1835, o deputado José Bernardino Batista Pereira, presidente da Assembleia do Rio de Janeiro, participou àquele colegiado o recebimento de um ofício de Joaquim José Rodrigues Torres, presidente da província, acompanhado de alguns papéis, cuja leitura, dizia, só poderia ser realizada em sessão secreta³⁶. Anuindo com o presidente, foram secretos os debates travados ao final das sessões dos dias 14 e 16 de março de 1835, iniciando-se também em segredo a sessão do dia 17. Desta, saiu aprovado, em 1ª discussão, um projeto de lei composto por oito artigos que, entre outras prescrições, fixava a suspensão das garantias previstas pelos parágrafos 7º, 8º e 9º do art. 179 da Constituição, em toda a província do Rio de Janeiro³⁷.

Elaborado por uma comissão especial composta pelos deputados provinciais José Clemente Pereira, Manuel José de Souza França e Joaquim José da Silva³⁸, o projeto resultou diretamente da análise do ofício e papéis apresentados pelo presidente da província. Para além deste projeto, a mesma comissão foi responsável pela elaboração de uma “Mensagem” ao governo imperial, encaminhada ainda no dia 17, em nome da Assembleia do Rio de Janeiro, “por intermédio do Presidente da Província”.

Por meio dela, os deputados fluminenses expunham seus receios de que “a paz e tranquilidade em que existia a província” e em que haviam se iniciado os trabalhos legislativos, fosse agora interrompida e perturbada pelos acontecimentos transcorridos em Salvador. Em acordo com o texto da mensagem, a insurreição Malê impusera riscos não apenas a Bahia, mas também ao restante do país e, particularmente, à província fluminense, haja vista a proximidade territorial de ambas, o grande número

³⁶ O regimento dos Conselhos Gerais de província, então vigente nas recém-instituídas Assembleias provinciais, proibia, no entanto, a realização de sessões secretas, propondo-se e aprovando-se na sequência a derrogação do artigo que fixava aquela proibição.

³⁷ *Jornal do Commercio*, nº 62 – 18/03/1835; p. 2.

³⁸ Atentemos ao fato de a composição da Assembleia provincial do Rio de Janeiro, bem como aquela da Bahia e de praticamente todas as províncias do Império, contar com representantes que eram também deputados gerais e mesmo senadores do país. Nesse sentido, suas decisões em âmbito provincial estiveram quase sempre vinculadas a seus posicionamentos na Assembleia Geral, revelando as intersecções políticas existentes Império afora e o modo como os projetos articulados no centro do poder espalhavam-se pelo território nacional.

de escravos empregado no Rio de Janeiro e a “impolítica mistura de Africanos livres que entre nós se conservão”³⁹.

Justificando seus temores, os deputados listavam uma série de fatores que diziam de público conhecimento, mas que pareciam ignorados pela administração policial da corte, a qual: “ou tudo ignora, ou estranhadamente [*sic*] descuidada dorme sobre a cratera do vulcão!! E entretanto o incêndio já lavra perto da porta!”. Dentre tais fatores estavam a impunidade com que eram pregadas na província as doutrinas haitianas; o aliciamento constante de cativos, “com o engodo da liberdade”, por indivíduos nacionais e estrangeiros, que tomavam como exemplo as recentes comoções da Bahia; e a existência de sociedades secretas trabalhando sistematicamente pela libertação dos escravos do Rio de Janeiro, financiadas por grande número de sócios de cor – livres e cativos –, que mantinham emissários encarregados de propagar doutrinas subversivas nas senzalas, onde se introduziam “a título de pombeiros ou mascates”.

Ainda conforme a “Mensagem”, havia poucos dias, o juiz de paz de um dos distritos da vila de S. Salvador dos Campos, “a mais opulente da província”, comunicara ao presidente Rodrigues Torres a existência de planos de insurreição entre os cativos daquela localidade. Conforme os papéis trocados entre as autoridades, tendo-se notado o uso de um tope no chapéu por alguns cativos, descobrira-se que, da Bahia, os escravos fluminenses haviam recebido ordens para “romper numa insurreição na quarta-feira de cinzas, devendo o primeiro golpe ferir seus próprios Senhores”. Preso e interrogado um cativo da localidade, descobrira-se que o tope era o sinal dos conspirados, devendo ser usado por todos no “dia fatal”. Nas palavras da comissão: “Estas deposições forão confirmadas pela unanimidade das confissões, sem coacção de todos os outros que elle fizera prender, e que usavão da predita senha”.

Consoante os deputados, de posse de tais documentos, apresentados pelo presidente da província na sessão de 14 de março, a Assembleia legislativa se dedicou a “tomar todas as medidas preventivas que cabião nas attribuições que lhe concedêo a Carta de lei de 12 de Agosto de 1834, afim de atalhar um mal cujo damno será irreparável, se o deixarmos caminhar sem estorvo e sem medo”. Na opinião dos representantes provinciais, contudo, seus esforços seriam vãos se a eles não se unisse o “Governo Geral”, despregando energia extra em medidas tendentes a combater o “espírito de insubordinação” e a “certeza de impunidade”. Lembravam seu

³⁹ *Jornal do Commercio*, nº 64 – 20/03/1835; p. 2

destinatário⁴⁰, então, de algumas medidas “oportunas e indispensáveis” a serem aplicadas na província, dentre as quais:

1º. Que sem demora seja enviada a Campos a força policial pedida pelos juizes de paz daquela Villa; 2º. Que se proíba desde já o impolítico desembarque de escravos ladinos vindos da Bahia, e mais portos do Norte, para serem aqui vendidos; 3º. Que seja vedada a entrada de Africanos libertos, de qualquer parte que elles venhão; 4º. Que sejam exportados para fora da província todos os Africanos apprehendidos pelas embarcações de guerra nacionais ou estrangeiras, que forão julgados boa prêsa, cessando de uma vez a prejudicial e impolítica pratica de os arrematar e distribuir pelos incautos moradores da mesma província”.⁴¹

Conforme os deputados, por fim, o “Brasil ameaçado” reclamava justiça e energia, cabendo ao governo esmagar o crime no país, sem se deixar levar por “acanhadas considerações de despesa ou de política”.

Se a “Mensagem” em questão foi aprovada e encaminhada ao “Governo Geral” ainda na sessão de 17 de março, o projeto de lei elaborado pela mesma comissão teve de passar, seguindo o Regimento interno, por mais duas discussões, uma aos 18 e outra aos 20 de março⁴². Aprovado, o projeto foi encaminhado, então, à comissão de redação⁴³.

Promulgada aos 27 de março de 1835, a lei de suspensão de garantias fluminense manteve todas as previsões presentes no projeto da comissão especial⁴⁴. Fixou, assim, em seu artigo 1º, a suspensão, em toda a província do Rio de Janeiro, “até a primeira reunião ordinária ou extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial”, das formalidades do art. 179, parágrafos 7º, 8º e 9º da Constituição do Império, a fim de que, sem as garantias por eles previstas (respectivamente concernentes à inviolabilidade do lar, à proibição de prisão sem culpa formada e ao direito de fiança), se procedesse “contra todos os individuos sobre quem recahirem

⁴⁰ Como veremos à frente, advertidos pelo ministro da Justiça pelos termos em que se dirigiram ao governo por meio da “Mensagem”, seus redatores afirmariam, em nome da Assembleia legislativa provincial do Rio de Janeiro, que o verdadeiro destinatário do documento era o “trono”, e não o governo.

⁴¹ Idem; p. 2

⁴² Da sessão de 20 de março consta não ter havido qualquer manifestação em relação ao projeto. Da sessão do dia 8, consta que um dos signatários do texto, o deputado Souza França, propôs emenda supressiva ao artigo 4º, a qual ficou rejeitada pela deputação. *Jornal do Commercio*, nº 63 – 20/03/1835; p. 2. Em acordo com o *Correio Official*, a emenda de Souza França propôs a supressão do art. 3º do projeto. *Correio Official*, nº 73 – 02/04/1835; p. 290.

⁴³ Após a votação do projeto, o deputado Santos Barreto “mandou á mesa huma declaração para se transcrever na acta que tinha votado contra a presente lei, isto he, contra a lei de suspensão de garantias”. *Jornal do Commercio*, nº 64 – 21/03/1835; p. 1.

⁴⁴ O projeto da comissão especial pode ser visto em: *Jornal do Commercio*, nº 63 – 20/03/1835; p. 2

indícios veementes de que tentão perpetrar o crime de insurreição, e por este crime sómente”⁴⁵.

Ainda em acordo com o art. 1º, os que escrevessem e publicassem proclamações, ou proferissem discursos, tendentes a promover insurreição seriam punidos como cúmplices daquele crime. Tratava-se, neste caso, de medida bastante polêmica, por meio da qual os redatores da lei de 27 de março praticamente criavam um novo tipo penal no país, inexistente no código criminal do império e previsto para vigor na província por período específico de tempo⁴⁶.

Os artigos 2º e 3º do diploma estabeleciam, por sua vez, que na ausência de cadeias seguras nos locais em que se fizessem as prisões por crime de insurreição, fossem os presos remetidos “à disposição do Presidente da Província” (art. 2º), e que o presidente e demais autoridades provinciais envolvidas na execução da lei, remetessem à Assembleia Geral Legislativa, “logo que reunida for”, a relação motivada das prisões e demais medidas de prevenção tomadas em virtude das disposições do art. 1º (art. 3º).

Ao longo de seus cinco artigos subsequentes, a lei autorizava o presidente da província a deportar os “Estrangeiros de cor de um e outro sexo; compreendendo-se nesta classe os Africanos libertos” e, dentre eles, especialmente aqueles que atuavam como mascates e pombeiros (art. 4º); previa punição aos membros de qualquer corpo de força armada que negassem auxílio às autoridades em caso de tentativa de insurreição (art. 5º); proibia reuniões noturnas às sociedades secretas cujo funcionamento era já autorizado na província (art. 6º); reputava criminosas todas as associações secretas em cujo seio fosse descoberto um africano liberto ou escravo, incriminando ainda seus participantes por tentativa de insurreição (art. 7º); e autorizava ao presidente todas as despesas necessárias ao cumprimento da lei e à vigilância das localidades suspeitas (art. 8º). Finalmente, o diploma terminava com a

⁴⁵ Para o texto final da lei, ver: *O Mensageiro da Praia-Grande, jornal curioso, instructivo, e liberal*, nº 21 – 24/04/1835; p. 2.

⁴⁶ Tal previsão pode ser também interpretada como uma tentativa de extensão do artigo 115 do Código de 1830, em acordo com o qual aqueles que ajudassem, excitassem ou aconselhassem escravos a insurgir-se, “fornecendo-lhes armas, munições, ou outros meios para o mesmo fim”, incorriam na pena de prisão com trabalho por vinte, doze ou oito anos. No caso específico do art. 1º da lei aprovada pela Assembleia fluminense, as publicações ou discursos favoráveis à insurreição seriam compreendidos como meios fornecidos aos escravos em apoio à insurreição, o que não é de todo impossível, ainda que seja razoável supor que, sendo este o seu intuito, os artífices da lei de 27 de março teriam se referido explicitamente ao texto do código criminal. A estratégia de estender a compreensão do art. 115 com vistas a incluir discursos impressos como meio de auxílio ou estímulo à insurreição foi formalmente intentada, na década de 1880, por escravocratas que, por esta via, buscavam impedir a publicação de artigos de teor abolicionista na imprensa nacional.

afirmação de que, doravante, ficavam suspensas todas as leis e disposições existentes em contrário⁴⁷.

Ainda que pouco saibamos sobre a aplicação da lei de suspensão de garantias na província do Rio de Janeiro, suas prescrições, bem como o texto da “Mensagem” enviada pela Assembleia fluminense ao governo, foram envoltos em controvérsias assim que se tornaram públicos. Para uma parcela das autoridades e representantes provinciais e centrais, bem como para vários dos publicistas do Rio de Janeiro, o conteúdo destes documentos levantou uma série de desconfianças, suspeitando-se principalmente dos interesses políticos que, sob a capa da ameaça de insurreição, estariam na base de tais proposições.

Aprovadas, assim, na segunda metade de março de 1835, ambas as medidas acabaram envolvidas nas disputas políticas então em curso na província do Rio de Janeiro e, mais que isso, diretamente relacionadas, por seus críticos, às disputas então travadas em torno às eleições para a Regência Una do Império, cujos principais candidatos eram Diogo Antonio Feijó e Holanda Cavalcanti.

Para os redatores de um periódico como *O Eleitor*, por exemplo – alinhado, ao que tudo indica, à candidatura de Holanda Cavalcanti –, os boatos de haitianismo e a consequente aprovação da lei de suspensão de garantias no Rio de Janeiro não passavam de “engodo” criado pelos “moderados” para forçarem os eleitores da província a, aterrorizados, votarem em Feijó. Já para os redatores da *Aurora Fluminense*, abertamente alinhados à candidatura do ex-ministro da Justiça do país, a acusação d’*O Eleitor* soava absurda e, mais que isso, resultante de “intriga mal armada”, especialmente tendo em vista a distância política que tinham, dos ditos “moderados”, políticos como Clemente Pereira, Souza França e José da Silva, responsáveis pelo texto da lei⁴⁸.

Partícipe direto das polêmicas levantadas em torno da lei de suspensão de garantias e da “Mensagem” da Assembleia fluminense ao governo, Bernardo Pereira de Vasconcelos, político por trás da redação de periódicos como *O Sete d’Abril* e *O Universal*, não se furtou a opinar sobre o assunto. Ironizou, assim, por mais de uma vez, a pretensa gravidade dos acontecimentos que haviam originado aquelas medidas, bem como a efetividade das ações empreendidas, a partir da aprovação da lei de 27 de março, para combater os perigos supostamente impostos à província. Ao fazê-lo, explicitou seu desacordo com a medida de suspensão aplicada ao Rio de Janeiro,

⁴⁷ Idem. Ibidem.

⁴⁸ *Aurora Fluminense*, nº 1032 – 25/03/1835; p. 3827.

desajustada, em sua opinião, às prescrições do texto constitucional e do Ato Adicional. Parte dos artigos publicados pelo *Sete d'Abril* nesta conjuntura foram abertamente críticos, ainda, ao presidente fluminense Rodrigues Torres, reiterando o desconforto gerado pelo que pareciam ser os interesses políticos individuais a ditar sua atuação.

Também a publicação, pelos periódicos supracitados, das provocações trocadas entre a Assembleia legislativa do Rio de Janeiro e o ministro da Justiça Alves Branco são sintomáticas do modo como seus redatores se posicionaram em torno da questão. Haja vista a péssima recepção das medidas adotadas pela Assembleia fluminense junto à Regência e ao Legislativo nacional (como veremos à frente), chama a atenção que, enquanto *O Sete d'Abril* publicou e, por vezes, reiterou o discurso presente em documentos produzidos pelas instâncias centrais de poder – fortemente críticos às medidas adotadas pela Assembleia do Rio de Janeiro –, a *Aurora Fluminense* tenha se preocupado em tornar público o ponto de vista dos deputados provinciais.

Antes mesmo da promulgação da lei de suspensão de garantias, Manoel Alves Branco respondeu à “Mensagem” encaminhada ao governo pela Assembleia provincial fluminense. Em tom absolutamente acre, a resposta do ministro, datada de 24 de março de 1835, impôs grave censura à atuação e às palavras dirigidas à Regência por aquele colegiado⁴⁹.

Antes de mais nada, Alves Branco dirigiu severas críticas ao formato do documento encaminhado pela Assembleia fluminense ao poder Executivo do país, negando àquele colegiado o direito de encaminhar “Mensagens” ao governo. Nas palavras do ministro, tal formato era consagrado exclusivamente “às comunicações entre autoridades de igual categoria e independentes, condições que de certo se não verificam entre a Assembléa Provincial e o Governo Central do Imperio”, cabendo às assembleias provinciais unicamente o envio de “Representações” ao governo⁵⁰.

Ademais, dizia o ministro, admirara sobremaneira ao governo que documento de tamanha importância, que merecera discussões secretas entre os representantes, tivesse sido publicado em folhas particulares da província antes mesmo de chegar à presença do Governo: “dando-se assim a entender aos maos intencionados que tivera mais em vista derramar inutilmente o terror e desacreditar as autoridades da Corte, do

⁴⁹ *O Sete d'Abril*, nº 236 – 11/04/1835; pp. 1-3.

⁵⁰ *Idem*; p.1.

que prevenir ou remover os males que a Assembléa mostra requear”⁵¹. Alves Branco provavelmente se referia, aqui, à publicação da “Mensagem” (datada de 17 de março), na edição de 21 de março do *Jornal do Commercio*⁵².

Prosseguindo em sua avaliação, o ministro afirmava que, apesar de terem chegado ao conhecimento do governo, “de certo tempo a esta parte”, boatos aterradores envolvendo a população escrava da província, jamais aquelas notícias haviam assumido o grau de coesão e consistência que lhes dava a Assembleia provincial, tratando-se unicamente de conjecturas e especulações. A despeito, portanto, de não poderem, nem terem sido, ignoradas pelo governo, muito menos podiam tais notícias, consoante Alves Branco, “sem muito grande imprudência”, elevar-se à categoria de fatos incontestáveis, como o fizera a Assembleia fluminense.

O ministro passava, então, a refutar as críticas de descaso dirigidas pelos representantes fluminenses às autoridades policiais da província, dizendo confiar que tais autoridades cumpriam seus deveres corretamente. Ironizando os deputados que diziam ser de público conhecimento os planos de insurreição tramados no Rio de Janeiro, o ministro os convocava a depor sobre tais planos perante as autoridades provinciais, esclarecendo fatos que, aparentemente tão óbvios, seguiam ignorados pela polícia.

Analizando, ainda, uma a uma, as medidas de segurança sugeridas pela Assembleia provincial à Regência, o ministro afirmava que, em alguns casos, as demandas dos representantes vinham já sendo cumpridas (caso do pedido de envio de forças policiais à vila de campos de Goytacazes e de impedimento do desembarque de escravos vindos da Bahia), enquanto em outros, o governo, ou fora além dos desejos dos deputados fluminenses (caso do impedimento da entrada, no país, de qualquer liberto que não fosse cidadão), ou encontrava-se impedido de cumprir com tais pedidos. Ao tratar desse último ponto, o ministro fazia referência à demanda dos representantes pela deportação, para fora da província, de “todos os Africanos apprehendidos pelas embarcações de guerra nacionais ou estrangeiras, que forão julgados boa preza”, com o fito de impedir, por este meio, “a prejudicial e impolítica pratica de os arrematar e distribuir pelos incautos moradores da mesma Província”. Lembremos, neste ponto, que desde 1831 o tráfico de escravos encontrava-se proibido no Império do Brasil e que, em conformidade não apenas à lei de 7 de novembro de

⁵¹ Idem; p. 1

⁵² *Jornal do Commercio*, nº 64 – 21/03/1835; p. 2.

1831, mas também a tratados anteriormente firmados entre Brasil, Portugal e Inglaterra, os africanos apreendidos em navios tumbeiros, ou bem deveriam ser retornados à África, ou permanecer no Brasil na condição de “africanos livres”, caso em que, a partir de outubro de 1834, ficavam sujeitos a serem arrematados para trabalharem para particulares.⁵³

Por fim, Alves Branco reforçou o compromisso do governo com o cumprimento das leis nacionais, censurando a soberba exibida pelos representantes fluminenses ao taxarem de impolítica tal conduta. Nas palavras do ministro:

[...] o Governo não recuará da marcha legal que tem encetado a despeito de todos os obstáculos que lhe hajão de suscitar. Não desprezando as aparências ou suspeitas de crimes capazes de trazer grandes males à Nação, também não se deixará arrastar pelas **massas de terroristas** de que abundão os tempos de crise: avesso ao systema de governar os povos pelo terror e pela divisão, o Governo procurará sempre cumprir os seus deveres para com todos, e se as autoridades seguirem seu exemplo como espera, o Brasil há-de ser salvo, e crescerá a despeito de todos os obstáculos que lhe queira oppôr o espirito de partido e de anarquia.⁵⁴

Do lado aparentemente oposto da contenda, a *Aurora Fluminense* publicou, por sua vez, a tréplica dirigida pela Assembleia do Rio de Janeiro à resposta do ministro. O longo documento, datado de 2 de abril de 1835 e redigido pela mesma comissão especial responsável pela “Mensagem” de 17 de março, principiou com palavras de claro enfrentamento ao ministério. Encarregada de dar seu parecer sobre o Aviso do Ministro da Justiça, a comissão dizia ter se visto na “desagradável necessidade de concluir”, a partir do exame da documentação trocada entre as autoridades:

[...] que o referido Aviso contém huma formal repreensão a esta Assembléa, á qual nega a qualidade de independente: e occupa-se no seu todo de argui-la de imprudente, terrorista e facciosa; de ter tido fins sinistros na sua conducta, e

⁵³ Nos casos em que os africanos apreendidos em tumbeiros permanecessem no Brasil, sob a tutela do Estado – realidade que acabou por se configurar na única possível a esses homens, já que o Brasil não logrou firmar acordos com países africanos dispostos a aceitar sua (re)entrada –, podiam ser destinados ou a trabalhos públicos em geral, ou à arrematação a particulares, a quem prestariam serviços sob algumas contrapartidas. A arrematação dos serviços dos africanos a particulares foi regulada pela primeira vez, no país, pela Decisão N. 367 do Ministério da Justiça, de 29 de outubro de 1834, e confirmada no ano seguinte, com algumas alterações e novas previsões, pelo Decreto de 19 de novembro de 1835. Para uma discussão detalhada da questão dos africanos livres no Brasil ver: Beatriz Gallotti Mamigonian. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. “Decisão N. 367 – Justiça – Em 29 de outubro de 1834. Dá instruções para a arrecadação dos serviços dos africanos”. *Collecção das Decisões do Imperio do Brasil de 1834*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866; pp. 278-281; e “Decreto de 19 de novembro de 1835. Mandando observar as instruções de 29 de Outubro de 1834 relativas á arrematação dos serviços dos Africanos livres, com as alterações annexas”. *CLIB de 1835*. Parte Segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864; pp. 125-130.

⁵⁴ *O Sete d’Abril*, nº 236 – 11/04/1835; p. 3. Grifos meus.

exigido do Governo Geral medidas anti-legaes: e como se tudo isto não bastara, convida com irônicas expressões todos os Membros da mesma Assembléa para irem depor perante as Autoridades Policiaes do Municipio da Côrte sobre o objecto da Mensagem.⁵⁵

Adentrando, então, pela avaliação dos diferentes tópicos em que se dividira a resposta do ministro, a tréplica da comissão dedicou-se a reiterar a prerrogativa dos deputados provinciais de enviar “Mensagens” ao trono (alegando, então, que a mensagem fora encaminhada ao monarca e não ao governo), reafirmando os riscos de insurreição apresentados à província, e condenando a atitude do ministro de chamar os representantes provinciais a depor. Dedicando-se, ainda, à análise dos comentários de Alves Branco sobre as medidas sugeridas ao governo, a comissão esclarecia tratar-se de sugestões, e não imposições, não cabendo ao ministro tamanho “enfadamento” ante as mesmas e muito menos a acusação por ele dirigida à Assembleia de “apresentar regras impolíticas ao Governo”.

Consoante os membros da comissão, portanto, a “Mensagem”, encaminhada após unânime aclamação pelos membros da Assembleia provincial, “sem animo algum hostil e com o único fim de prevenir males que parecem iminentes”, fora tomada em mau sentido pelo ministro. Alves Branco era acusado assim de, confundindo sua pessoa com aquela do monarca, usar de linguagem inadmissível para com a Assembleia, “fazendo inconstitucionalmente descer o mesmo Monarcha á arena de huma polemica de redarguições desagradáveis”, que não tinha outro fim senão o de fazê-la sentir o “desfavorável acolhimento” com que o trono recebeu a expressão de seu zelo pela segurança pública da província.

A comissão era então de parecer que, na ata daquela sessão, se declarasse que a Assembleia não tomava em consideração a resposta do ministro da Justiça, por considerá-la contrária aos princípios constitucionais das monarquias representativas, em razão especialmente do tom e expressões nela presentes, dirigidos a representantes do povo submissos ao trono.

A publicação deste parecer reforçava, portanto, o posicionamento da *Aurora Fluminense* ante a polêmica aprovação da lei de suspensão de garantias no Rio de Janeiro. Mais do que defender a atuação específica da Assembleia provincial do Rio de Janeiro, no entanto, os redatores do periódico pareciam efetivamente preocupados em desvincular a aprovação da lei de suspensão de garantias fluminense da campanha para a Regência Una imperial. Recusavam, nesse sentido, qualquer acusação de que a

⁵⁵ *Aurora Fluminense*, nº 1037 – 24/04/1835; pp. 3845-3848.

medida representasse um “engodo moderado”, adotada despropositadamente por políticos cuja única finalidade era a de influírem nas eleições do país. Em acordo com os redatores da *Aurora*, havia sim um risco de insurreição na província, que crescia diariamente com a expansão do “haitianismo” pelo país afora⁵⁶.

Também as instruções passadas por Rodrigues Torres ao juiz de paz da cabeça do termo da cidade de Campos para a execução da lei de suspensão, bem como a listagem das medidas empreendidas pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro com o fito de impedir que a insurreição baiana se alastrasse pela província fluminense, parecem, se não confirmar a crença das autoridades da província – e, consequentemente, dos proprietários da região – em uma efetiva ameaça de insurreição a pairar sobre o Rio de Janeiro, atestar seus interesses em controlar ao máximo os libertos e escravizados da província com vistas a evitar qualquer possibilidade de organização de sua parte.

Nas instruções passadas ao juiz de paz de Campos, o presidente da província afirmava, então, que, ao dispensar as “formalidades garantidoras da segurança dos cidadãos”, bem longe estivera a Assembleia provincial de querer “subministrar meios mais fáceis de vexar e opprimir a inocência”. Pelo contrário, dizia Rodrigues Torres, a medida parecera à Assembleia o melhor remédio possível para a prevenção dos perigos entrevistos, cabendo evitar ao máximo o abuso das suas disposições. Enfatizava, assim, ter expressamente proibido que se ultrapassasse as raias fixadas pela lei, limitando a aplicação de suas previsões – autorização para prisão sem culpa formada, permissão para dar buscas em propriedades particulares, ainda durante a noite, e interdição à concessão de fiança –, a indivíduos a quem explicitamente pudesse interessar o crime de insurreição.

Lembrava, nesse sentido, ao juiz de paz, que “tanto maior dificuldade convém ter em recorrer a ellas contra qualquer indivíduo, quanto menor for o interesse, que a este possa resultar da realização do crime”. Ainda em acordo com o presidente:

A qualidade de Proprietario, e Brasileiro ingenuo parece na maxima parte dos casos quasi incompativel com a disposição para o crime de insurreição, que a Lei de 27 de Março p.p. quiz acautelar. He pois sobre os Estrangeiros de côr, e sobre os libertos; he sobre os indivíduos, que com estas classes possão ter relações, e interesses communs, que V. M. mais deve exercer a sua vigilante inspeção, e usar com menos escrúpulo da disposição do artigo 1º, nos casos todavia n’ella prevenidos.⁵⁷

⁵⁶ *Aurora Fluminense*, nº 1032 – 25/03/1835; p. 5.

⁵⁷ *O Mensageiro da Praia-Grande, jornal curioso, instructivo, e liberal*, nº 21 – 24/04/1835; p. 2.

Já no que tange às medidas adotadas pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro – dentre as quais constava uma série de cuidados no que tangia ao desembarque de escravos e libertos nos portos fluminenses, exigindo-se a apresentação de documentos oficiais que os desvinculassem de qualquer participação nos acontecimentos baianos; bem como o impedimento, aos escravos da província, de circularem sem passe de seus senhores após as 20 horas⁵⁸ –, tratava-se, inquestionavelmente, de medidas voltadas a afastar os perigos de insurreição ou de qualquer tipo de associação entre os escravos, reforçando a crença dos proprietários na efetividade desse risco.

Para os redatores de vários periódicos, no entanto, seguia latente a ideia de que as medidas adotadas pela Assembleia fluminense haviam sido ditadas, antes de mais nada, por interesses políticos particulares, examinando-se sob este ponto de vista, inclusive, os desacordos existentes entre a lei de 27 de março e as previsões da Carta de 1824 e do Ato Adicional no tocante à aplicação do §35. Propondo-se a investigar, assim, a adequação, ou não, da lei de suspensão de garantias fluminense àquelas previsões legais, a maioria dos periódicos que analisamos acabou concluindo pela inconstitucionalidade e impropriedade da lei provincial.

Vários dos textos apontaram, assim, o fato de a lei ter se fundado em boatos e notícias sem comprovação, acusando a Assembleia de se precipitar na adoção de medida de tamanha gravidade⁵⁹. Censuraram os representantes, portanto, por terem recorrido à suspensão de garantias em um caso de tentativa de insurreição, descumprindo duplamente as disposições da Carta de 1824, que não contemplava o crime de insurreição dentre as possibilidades para tal recurso e que, ademais, não admitia em casos de suspeita ou ameaça, mas unicamente frente à concretização do crime.

⁵⁸ *Jornal do Commercio*, nº 66 – 24/03/1835, p. 3

⁵⁹ Em artigo publicado aos 13 de abril de 1835, os redatores de um periódico de fora da província, *O Universal*, de Minas Gerais – dentre os quais encontrava-se Bernardo Pereira de Vasconcelos –, afirmaram que, diferentemente do que lhes parecera à primeira vista, a lei fluminense de 27 de março de 1835 não fora ditada por circunstâncias de perigo iminente, mas unicamente “pela imprudência, ou precipitação de algum deputado”, que em matéria de tamanha gravidade, não entrara no “verdadeiro conhecimento dos factos”, agindo antes “por falsas ou infundadas notícias”. Mencionaram, então, a forte reprovação que a lei recebera da Regência, que a considerara “offensiva da Constituição”, condenando ainda o que lhes parecera o recurso leviano a medida de tamanha seriedade. Na opinião dos redatores, ainda que fossem gravíssimos os males e perigos advindos de uma insurreição – no que falavam os mineiros com conhecimento de causa, haja vista a recente insurreição de Carrancas – e ainda que, analisando-se a lei de 27 de março, nela descobrissem “não uma suspensão ampla de garantias, mas sim uma bem limitada, e somente para um caso”, sua aprovação precipitada pelos fluminenses, fundada ademais em falsas notícias, conformava crime gravíssimo. *O Universal*, nº 1169 – 13/04/1835, p. 2.

Também a vigência, de cerca de um ano, prevista para a medida – “até a próxima reunião da assembleia provincial” – era incompatível com as disposições do Ato Adicional e teve sua desconformidade apontada por publicistas do país. Cabe lembrar, neste ponto, que em acordo com o §8º do art. 11 do Ato Adicional, cabia às assembleias provinciais exercerem “cumulativamente com o Governo Geral, nos casos e pela forma marcados no §35 do art. 179 da Constituição, o direito que esta concede ao mesmo Governo Geral”. Compreendendo por “Governo Geral”, como vimos no capítulo anterior, unicamente o poder Executivo central, o §8º do art. 11 limitava a possibilidade de recurso ao §35, pelas assembleias provinciais, aos intervalos de reunião da Assembleia Geral (tal como previsto na Carta de 1824), obrigando ainda a instância legislativa provincial a prestar contas ao Parlamento, assim que reunido fosse, pela aplicação daquela medida. Nesse sentido, prever que a suspensão de garantias no Rio de Janeiro vigesse pelo intervalo de um ano, implicava que a medida adentrasse pelo período de reunião da Assembleia nacional e que prescindisse da avaliação de seus representantes, condição considerada incompatível, pelos periodistas do país, aos preceitos da Constituição.

Em edição de 7 de abril de 1835, por exemplo, o periódico *O Pão d’Assucar* condenou abertamente a Assembleia provincial fluminense pela aprovação da lei de 27 de março, refutando, em longo artigo, a concretude dos indícios de insurreição que haviam embasado sua aprovação. Ironizando o tom assumido pela Assembleia em justificativa à adoção da medida, especialmente por meio da “Mensagem” encaminhada ao governo, o periódico apontou várias de suas incongruências. Seus redatores alegaram-se espantados, assim, de que unicamente aos deputados provinciais fosse conhecida a ameaça de insurreição a pairar sobre o Rio de Janeiro. Criticaram, ademais, a franca publicidade dada pelos representantes à questão (que teve ampla divulgação nos jornais), impossibilitando, por exemplo, que o governo surpreendesse as sociedades secretas que diziam espalhadas pela província⁶⁰.

Ainda que se declarassem submissos, portanto, à Assembleia provincial, os redatores do artigo alegavam não poder ignorar os problemas da lei de 27 de março:

A suspensão de garantias só pôde ter lugar em occasião de risco iminente: ora, não existindo um só facto que o comprove, cremos não apropriada a suspensão de garantias publicas; por quanto, não podendo militar esta medida em questão com os escravos, por isso que elles não fruitivão os gozos de Cidadãos Brasileiros, segue-se que semelhante medida só pôde ser tomada para com os mesmos Cidadãos Brasileiros, a respeito dos quaes nenhum facto de haitianismo

⁶⁰ *O Pão d’Assucar*, nº 27 - 07/04/1835; pp. 1-3.

depõe contra elles [...]. Se pois existem factos; só podem ser aquelles dos Africanos na provincia da Bahia: e para africanos não releva a suspensão de garantias. Eis o que nos parece, salvo o melhor juízo.⁶¹

Atestando a inexistência, na província do Rio de Janeiro, de quaisquer dos pré-requisitos necessários à aplicação do §35, os redatores d'*O Pão d'Assucar* denunciavam os representantes fluminenses de terem atuado sobre a questão fundados unicamente nos interesses do grupo político dos “liberais moderados”, de quem seriam aliados diretos. Condenaram, assim, o “partido agonizante da Moderação” de tentar sobreviver na província e no país recorrendo a falsos boatos e a políticas de terror: “He já tempo de parar no vórtice obstinado das perseguições. Moderação insensata! Voltai a vossa razão. Dizei-nos moderados, pretendei debelar o haitianismo, e buscaes dilacerar os da vossa cor?”.

Questionamento parecido lançariam à medida os redatores d'*O Sete d'Abril*, perguntando ironicamente da utilidade de suspender-se, para escravos, garantias que eles nunca haviam tido. Analisando, em edição publicada aos 14 de abril, o conjunto dos trabalhos desempenhados pela Assembleia provincial do Rio de Janeiro ao longo de seu primeiro ano – encerrado aos 10 de abril de 1835 –, os redatores do periódico definiam a lei de 27 de março como verdadeira mácula na trajetória daquele colegiado. Taxando-a de “manifesta violação da Constituição Política do Império”, apontaram seus desacordos com o §35 do art. 179 e com as disposição do §8 do art. 11 do Ato Adicional.

Recuperando as condições legais necessárias à aplicação da suspensão de garantias por uma assembleia provincial – quais fossem, a existência de rebelião, ou invasão de inimigos, não se achando reunida a Assembleia Geral e correndo a pátria perigo iminente – os redatores do periódico sublinharam não apenas que o caso de insurreição não estava contemplado naquela legislação, mas também o fato de a lei de 27 de março possuir vigência indefinida, adentrando pelo período de reunião da Assembleia Geral e ferindo, portanto, em mais de uma frente, as disposições constitucionais do país⁶².

⁶¹Idem; p. 2

⁶²Nas palavras dos redatores: “Nós deixamos de examinar os grãos de probabilidade que ha ácerca da insurreição de Campos, e perguntaremos se insurreição é rebellião ou invasão de inimigos, únicos casos em que as garantias se podem suspender? Cremos que ninguém nos dará resposta affirmativa; e então o que se conclue é que a Assembléa da provincia suspendêo garantias em um caso (se caso é a mera desconfiança) em que, pela Constituição, não tinha semelhante attribuição, e por consequência tal lei é manifestamente offensiva da mesma Constituição”. *O Sete d'Abril*, nº 237 – 14/04/1835; p. 1.

Apontada a inconstitucionalidade da medida, o artigo ironizava ainda a atuação do presidente da província, afirmando que, ciente das incongruências da lei de suspensão fluminense, esperava de Rodrigues Torres que não consentisse em sua execução e na infração ao texto constitucional que dela resultaria. Provocando o presidente do Rio de Janeiro, o artigo satirizava ainda o posicionamento contrário às reformas constitucionais assumido, nos anos anteriores, por Rodrigues Torres e o uso licencioso que ele próprio fazia agora das previsões do Ato Adicional. Consoante o periódico, Rodrigues Torres teria votado “contra as reformas, só para, com seus talentos, coadjuvar aos patriotas e evitar a anarquia que resultaria, talvez, de tanta liberdade”. Afirmava, por fim, que era chegado o momento de o presidente provar que votara “contra as Reformas, porque estavam em Projecto, mas que hoje as cumpre, porque é cidadão obediente, que não as deseja *tornar odiosas*, consentindo que passe uma lei contra a Constituição”⁶³.

É necessário relembrar ainda, neste ponto, que, dentre as atribuições do presidente de província previstas pelo Ato Adicional, estava a de denegar sanção às leis que julgasse incompatíveis com os interesses provinciais, havendo clara alusão a tal prerrogativa na manifestação do periódico.

Criticando a lei de suspensão de garantias, portanto, por sua desconformidade constitucional, os artigos d’*O Pão d’Assucar* e d’*O Sete de Abril* denunciavam ainda, no primeiro caso, a iniciativa “moderada” a fundamentá-la – acusando seus artífices de buscarem incutir o medo entre os cidadãos da província fluminense com vistas a induzir seu voto em Feijó – e, no segundo, a atuação inconstitucional de Rodrigues Torres, sugerindo, em alguma medida, que o presidente possuía interesses particulares na aprovação daquela medida. Há menções esparsas e cifradas, assim, particularmente no periódico *O Sete d’Abril*, a um possível interesse de Rodrigues Torres em se aproveitar da suspensão de garantias na província com vistas a remover, sem precisar justificá-lo, algumas autoridades locais, preenchendo particularmente o cargo de juiz de direito de Campos com pessoa de sua preferência.

Em edição de 4 de abril de 1835, o jornal ironizou os pretensos efeitos da recém-aprovada lei de suspensão de garantias no Rio de Janeiro. Publicou, assim, trecho de correspondência privada (não assinada), em que se escarnecia das “grande providências” tomadas para coibir “a insurreição que motivou a suspensão de garantias”. Conforme o autor da missiva: “Já de Campos se transferio para Cantagallo

⁶³ Idem. Ibidem.

o Juiz de Direito daquela Villa, e com uma tal contradança espera-se o perfeito restabelecimento do sôcego público”⁶⁴. Tratava-se, portanto, de clara zombaria com as autoridades encarregadas da execução da lei de suspensão. Zombaria que, se por um lado, apontava a ausência de qualquer medida efetiva no sentido de constranger a pretensa insurreição tramada na província, sugeria, por outro, um uso enviesado e privatista da medida, pelo presidente da província.

A denúncia do *Sete d’Abril*, retirada de contexto pelo passar do tempo e por nosso desconhecimento dos pormenores da política provincial àquela altura, seria de muito difícil compreensão – e mesmo reconhecimento –, não fosse artigo publicado, em 1837, pelo periódico *O Parlamentar*, que, analisando a trajetória política de Joaquim José Rodrigues Torres, retomou a questão da transferência do juiz de direito de Campos, em 1835, no contexto de vigência da lei de suspensão de garantias, lançando luz, então, à referência presente n’*O Sete d’Abril*. Em acordo com *O Parlamentar*:

[Rodrigues Torres] Sanccionou por acinte ao governo geral, a *atrocíssima* lei de suspensão de garantias na província do Rio de Janeiro, lei, cuja necessidade ninguém até hoje reconheceu, cujos *benéficos* efeitos estão envolvidos no manto negro do mistério, e que sómente poderia servir para co-honestar a apaixonada remoção do juiz de direito da cidade de Campos, o doutor Diocleciano, cujo lugar era de mister prover-se em outro candidato que fosse *vassalo fiel*!⁶⁵

A despeito da existência, ou não, de interesses políticos a justificar a aprovação de uma lei de suspensão de garantias na província do Rio de Janeiro – pois, ainda que haja indícios nesse sentido, não se pode negar que o medo da haitianização, àquela altura, horrorizava os proprietários fluminenses –, fato inquestionável é a inconstitucionalidade da lei de 27 de março, com cuja aprovação, de fato, a Assembleia provincial do Rio de Janeiro exorbitou de suas prerrogativas, como bem demonstrado pelos periódicos do período.

A inconstitucionalidade da lei de 27 de março, aliada ao desacordo do governo e, possivelmente, também do legislativo central, acabou levada ao plenário da Câmara. Afinal, conforme a Constituição, em seu artigo 15 (§9º), e ao Ato Adicional, artigo 11 (§9º), cabia ao poder Legislativo o controle de constitucionalidade no país⁶⁶.

⁶⁴ *O Sete de Abril*, nº 234 – 04/04/1835; p. 4.

⁶⁵ *O Parlamentar*, nº 6 – 15/07/1837; p. 27. Frisemos, nesse ponto, que ainda que o presidente possuísse a prerrogativa de transferir os juizes de direito da província, de uma comarca para outra,, tratava-se de alterações complexas politicamente falando, daí a sugestão dos periódicos de que Rodrigues Torres teria usado a suspensão de garantias como espécie de desculpa para essa transferência, acusando-o ainda de fazê-lo com vistas a interesses eleitoreiros.

⁶⁶ Se, conforme o §9º do art. 15 da Carta de 1824, cabia à Assembleia Geral do Império “Velar na

Rodrigues Torres, portanto, na qualidade de presidente da província do Rio de Janeiro, foi cobrado por não ter vetado a lei em questão, haja vista sua patente desconformidade em relação ao texto constitucional, medida enfim tomada pela Assembleia nacional.

Em finais de maio de 1835, a comissão das assembleias legislativas provinciais da Câmara apresentou ao plenário parecer recomendando a revogação do decreto de suspensão de garantias aprovado pela Assembleia provincial do Rio de Janeiro. Em acordo com a comissão, composta pelos deputados Francisco *Gonçalves Martins* (BA)⁶⁷, Sebastião do *Rego Barros* (PE) e Antonio Joaquim de Mello tanto a Assembleia provincial quanto o presidente Rodrigues Torres, ao aprovarem a medida em questão, haviam ultrapassado – ainda que “de boa fé” e com vistas a “garantir a tranquilidade pública” na província – as raías de suas atribuições, “bem claramente marcadas nos artigos das reformas”, invadindo ainda o “círculo da assembleia geral” e enfraquecendo, quando não atacando, as garantias dos cidadãos brasileiros, “que sustentam suas liberdades, e a própria segurança”⁶⁸.

Para os membros da comissão, portanto, o Rio de Janeiro não se encontrava nos casos apontados pelo §35 do art. 179, “porque nem ao menos constou que a tranquilidade pública fosse alterada”, de maneira que tão extraordinária medida não podia ser justificada com base nos pretensos sustos e temores vividos na província. Admitindo-se, contudo, que tivesse havido ocasião propícia à aplicação do §35 no Rio de Janeiro, ainda assim a comissão considerava inconstitucional a lei de 27 de março, uma vez que “ordenou que as garantias fossem suspensas por um tempo indeterminado, que póde ser estendido a um anno, ou mais, tempo este muito além de uma necessidade urgente, e de um perigo iminente”. Ademais, dizia o parecer,

guarda da Constituição, e promover o bem geral do Nação”; o §9º do art. 11 do Ato Adicional definiu, por sua vez, como competência das Assembleias Legislativas provinciais, “Velar na guarda da Constituição e das leis na sua Província, e representar à Assembléa e ao Governo Geral contra, as leis de outras Províncias que ofenderem os seus direitos”.

⁶⁷ É no mínimo curioso que este parecer tenha sido assinado, dentre outros, por Francisco Gonçalves Martins, deputado pela província da Bahia que, como vimos, atuou como chefe de polícia na conjuntura da repressão ao Levante dos Malês, muito provavelmente se envolvendo na aplicação da lei nº1 de suspensão da inviolabilidade do lar, aprovada pela Assembleia baiana. Como veremos à frente, Gonçalves Martins se envolveria em mais um episódio de suspensão de garantias pela assembleia provincial da Bahia, desta vez em 1838, em consequência da Sabinada.

⁶⁸ APB-CD, sessão de 3 de junho de 1835, pp. 140-141. Relembremos, aqui, como já feito anteriormente, que os cargos dos legislativos provincial e geral eram ocupados, em muitos casos, pelos mesmos indivíduos, cujas articulações e posicionamentos políticos reverberavam, portanto, nas diferentes esferas de poder. Naquele ano, à altura das discussões da lei provincial de 27 de março de 1835, e, posteriormente, quando de sua revogação pela Câmara dos deputados, é possível entrever o modo como diferentes grupos políticos do Império se posicionaram em torno da questão. Para além, então, das notícias e análises publicadas em periódicos comandados por tal ou qual grupo, tais posicionamentos apareceram também na Assembleia geral.

concedendo-se às assembleias provinciais, em acordo com o §8 do art. 11 do Ato Adicional, o mesmo direito de recurso ao §35 do art. 179 concedido ao “governo geral”, espantava a comissão que até agora não se tivesse sequer encaminhado à Assembleia “uma relação motivada de todo o procedimento a respeito”⁶⁹.

Por fim, a comissão afirmava que, examinando o restante dos artigos da lei, identificara neles uma usurpação das atribuições da Assembleia geral, “fazendo disposições criminais, que ali se encontram nos subsequentes artigos, que de certo não são somente disposições policiais”. Advogava, assim, os riscos inerentes a uma desobediência tão explícita à Constituição, ainda mais por assembleia “tão ilustrada e próxima dos poderes políticos geraes”, clamando pela interrupção, o quanto antes, das suspensões de garantias, “que hoje estão em vigor, não obstante o estado pacífico da província”.

A comissão submeteu, então, à consideração da Câmara, a “resolução” de revogar a lei provincial em questão. Lido na sessão de 3 de junho de 1835, o parecer foi julgado objeto de deliberação e encaminhado à impressão, tendo-se perdido, no entanto, o percurso parlamentar seguido pela questão. Haja vista a inexistência de leis, decretos ou decisões do governo sobre o assunto nas coleções de leis do país, bem como o silenciamento dos periódicos sobre a questão nos meses subsequentes, presumimos que tenha de fato sido revogada a lei provincial de 27 de março de 1835.

Aprovadas, portanto, quase exatamente à mesma altura e justificadas, a princípio, por motivos bastante próximos, as leis de suspensão de garantias baiana e fluminense tiveram, no entanto, impactos e destinos completamente distintos. Se, no primeiro caso, a despeito das inconformidades legais da lei de 28 de março de 1835, a suspensão da inviolabilidade dos lares na Bahia, pelo curto período de um mês, não parece ter gerado qualquer comoção político-social na província ou no governo central do país, o caso fluminense foi bastante mais complexo. E isto não apenas porque a lei de 27 de março foi aprovada numa conjuntura em que, a despeito dos temores de haitianização a rondarem a província do Rio de Janeiro, não havia provas efetivas de crime de insurreição, mas também pela menor razoabilidade de seu texto (quando comparado ao caso baiano), que propunha a suspensão dos §§7º, 8º e 9º do art. 179 por período indeterminado de tempo (próximo de um ano), paralelamente a uma série de medidas preventivas bastante controversas, para dizer o mínimo.

⁶⁹ Idem. Ibidem.

Ademais, se a conjuntura de aprovação da lei de suspensão baiana permitiu-nos aventar que seus objetivos restringiam-se, em grande medida, à justificativa – ainda que *ex post facto* – da recolha arbitrária de provas utilizadas nos processos impetrados contra os envolvidos no levante dos Malês, são bastante mais nebulosos e confusos os motivos subjacentes à aprovação da lei fluminense de 27 de março de 1835. Ao examinarmos tal medida, portanto, deparamo-nos não apenas com os temores de insurreição então correntes na província do Rio de Janeiro, mas também com o modo como as discussões acerca dessa lei imiscuíram-se, tanto a nível provincial, quanto a nível nacional, aos debates políticos do período, extremamente polarizados em função das eleições para a Regência Una e, ao que tudo indica, reverberando com muito maior força na província do Rio de Janeiro do que na Bahia.

A comprovar as grandes diferenças existentes entre as duas medidas, vale relembrar também sua repercussão pelos meses subsequentes, destacando que, enquanto a lei fluminense de 27 de março acabaria contestada e, ao que tudo indica, anulada pela Assembleia nacional legislativa, a chancela conferida à (também inconstitucional) lei de suspensão baiana de 28 de março seguiu fundamentando a aprovação de medidas de controle da população escravizada na Bahia, influenciando também, ao que tudo indica, na promulgação da lei de 10 de junho de 1835 que, a despeito de originalmente proposta e elaborada em 1833, em resposta à revolta de Carrancas e a outros levantes escravos em São Paulo e Minas Gerais, teve na insurreição soteropolitana o gatilho final para sua aprovação⁷⁰.

Aos 14 de maio de 1835, como vimos, o então ministro da justiça Alves Branco apresentou o relatório anual de sua pasta à Assembleia nacional. Ao tratar dos acontecimentos transcorridos na província do Rio de Janeiro entre março e abril daquele ano, reiterou a inexistência de motivos para receio no tangente ao episódio de Campos. Lembrou, ademais, das medidas prontamente tomadas pelo governo quando da chegada das notícias de um possível “levantamento” de negros na província – “sem discutir a verdade, ou verossimilhança de huma tal participação” –, afirmando que, somadas às providências da Câmara Municipal, sem dúvida bastariam “para vedar qualquer tentativa funesta, quando algum plano existisse, e muito mais quando creio poder assegurar, que nada existe, que dê serio receio”.

⁷⁰ Para uma análise pormenorizada da lei de 10 de junho de 1835 ver: Ricardo Figueiredo Pirola. Op Cit. Para as questões apontadas aqui, ver especialmente o Capítulo 1, “A criação da lei de 10 de junho de 1835”; pp. 23-112.

Demandava, contudo, da Assembleia Geral, que não abandonasse a matéria, devotando a ela a “devida consideração”, afim de dotar o governo de meios capazes de “abortar no germen” ou “sufocar no rompimento” possíveis articulações realizadas por aquela parcela dos habitantes do país “cujas intenções são permanentemente hostis, e tendentes à desordem”.

Não só em relação aos escravizados, contudo, preocupava-se Alves Branco, apontando em seu relatório, como vimos, a amplitude dos desafios impostos, no início de 1835, à segurança interna nacional. Dentre as situações de perigo destacadas pelo ministro, salta aos olhos a descrição dos primeiros episódios da Cabanagem, da qual resultaria mais uma lei de suspensão de garantias no país.

3.2. A lei de 22 de setembro de 1835 de repressão à Cabanagem

Os primeiros episódios da Cabanagem foram noticiados com assombro no relatório do Ministério da Justiça, lido em maio de 1835 na Câmara dos Deputados e no Senado. Nas palavras de Alves Branco, a província do Grão-Pará, “que desde os primeiros dias da Independência tem soffrido as mais inauditas calamidades”, parecia ter chegado, então, “ao apogêo da desgraça”. Diferentemente de situações anteriores, no entanto, em que, ou bem o governo avocou a si o direito de suspender as garantias constitucionais dos cidadãos do país (particularmente entre 1824 e 1829) ou, limitado já pela Lei da Regência, propôs tal medida à Assembleia e viu-a recusada pelos representantes nacionais (cenário encontrado entre 1831 e 1834), desta vez, uma proposta de recurso ao §35 partida do poder Executivo foi acatada e reelaborada pelos parlamentares, resultando na lei nacional de 22 de setembro de 1835.

A lei de suspensão de garantias para o Pará, portanto, responsável, dentre outros pontos, pela dispensa dos §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da Constituição naquela província, pelo período de seis meses, materializou-se na primeira lei de suspensão de garantias aprovada pela Assembleia legislativa nacional desde a sua reunião, em 1826.

Resultante de proposta originalmente apresentada pelo governo em junho de 1835, o texto final da lei de 22 de setembro amenizou profundamente, como veremos, o projeto do poder Executivo, atenuando também o teor das emendas oferecidas pelas comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal da Câmara, que primeiro avaliaram a proposta. A despeito, portanto, de aprovarem o recurso ao §35 do art. 179 na província do Pará, os representantes brasileiros recusaram a instalação de tribunais

extraordinários para o julgamento dos rebeldes cabanos, pondo freios à suspensão do devido processo legal naquela província e às demais alterações que as propostas inicialmente apresentadas ao plenário propunham à legislação preexistente no país, fosse ao Código de Processo Criminal de 1832, ao Código Criminal de 1830, ou ainda a preceitos da Carta de 1824.

Mesmo que o diploma tivesse sido bastante atenuado em relação aos textos originalmente apresentados à casa temporária, ainda assim a lei de 22 de setembro não deixou de configurar medida controversa, como transparecem os debates travados antes e depois de sua aprovação. Promulgada na esteira das leis provinciais fluminense e baiana de março de 1835 – responsáveis por dar por findo o interregno de cinco anos em que não se recorreu ao §35 do art. 179 no país –, a lei de suspensão de garantias para o Pará confirmou o novo posicionamento assumido pelos representantes no tocante à repressão aos movimentos políticos que grassavam o Império, buscando responder à situação beligerante vivida ao norte do país.

À altura da abertura dos trabalhos legislativos de 1835, as notícias que se tinha da Cabanagem davam conta da tomada de Belém pelos rebeldes, em 7 de janeiro daquele ano, do feroz assassinato do presidente Bernardo Lobo de Sousa, do estabelecimento de um governo cabano encabeçado por Felix Malcher, e das brigas então travadas entre os próprios revoltosos em torno do poder. Foram estes os episódios narrados por Alves Branco em seu relatório e pelo próprio ministro confirmados, semanas depois, ante os deputados nacionais. Foi sobre eles ainda que se desenvolveram os primeiros trabalhos legislativos sobre a lei de suspensões para o Pará.

Respondendo a um longo histórico de exploração e abandono pelos governos portugueses e, posteriormente, brasileiro, os conflitos exacerbados em 1835 na província do Grão-Pará podem ter sua origem mais imediata remetida ao ano de 1831, quando políticos liberais da província (que há algum tempo vinham já organizando suas reivindicações e externando seus ressentimentos com a Corte do Rio de Janeiro⁷¹), radicalizaram seu discurso e suas exigências. Demandando da Regência uma maior atenção à região do Grão-Pará como um todo, incluíram entre suas demandas, para além da satisfação das reivindicações das elites provinciais – que se sentiam isoladas do poder decisório e viam a representatividade a que tinham direito no quadro político imperial ameaçada pela nomeação de presidentes indiferentes à

⁷¹ Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. “Cabanagem: percursos históricos e historiográficos”. In: Monica Duarte Dantas (org). Op. cit., 2011; pp. 201-231; p. 205

realidade local –, respostas à situação da população mais pobre da província, que sofria àquela altura com a carestia de gêneros e o recrutamento forçado.

As tensões geradas por tais disputas agravaram-se com o passar dos anos, até que, ao longo de 1834, o cônego João Batista Campos, antiga liderança na região da comarca do Rio Negro⁷², passou a conclamar o povo às armas, incentivando protestos populares e atraindo sobre si a fúria do então presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa, no cargo desde dezembro de 1833⁷³. Perseguido pelo governo, Batista Campos refugiou-se, em finais de 1834, na fazenda de um bem sucedido proprietário paraense, Felix Clemente Malcher, na região do rio Acará, cujos partidários políticos locais contavam com nomes como Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, futuros líderes da revolta⁷⁴.

A perseguição e ataque do governo provincial ao grupo de Batista Campos e Malcher, de que resultaram a prisão e destruição da propriedade deste último e a morte do cônego, desencadearam, em pouco tempo, a invasão e tomada de Belém pelos rebeldes. Efetuada aos 7 de janeiro de 1835, a invasão foi violenta, levando ao brutal assassinato do presidente Lobo de Sousa e do comandante das Armas da província, Joaquim José da Silva Santiago. Para além disso, as cadeias foram abertas, os presos libertados e Malcher declarado o novo presidente.

Desde seu discurso de posse, no entanto, o novo presidente explicitou a distância existente entre o projeto político da liderança branca dissidente da província, por ele representada – figuras de destaque na economia paraense –, e as reivindicações da população pobre que o auxiliara na conquista do poder. Na opinião de Peixoto Pinheiro, o “caráter conciliador” do grupo à frente do governo fragilizou sua representatividade junto aos segmentos populares, dificultando sua manutenção no poder⁷⁵.

Nesta conjuntura de fragilidade interna, desentendimentos levaram à rápida queda de Malcher e à tomada do poder por um grupo de antigos aliados seus, encabeçados por Francisco Vinagre, ainda em fevereiro de 1835. A esta altura, a província já se encontrava em franca rebelião. Desde a tomada de Belém, o espírito de revolta vinha se espalhando cada vez mais pelo Grão Pará, alastrando pela imensa

⁷² Magda Ricci. “Cabanos, patriotismo e identidade: outras historias de uma revolução”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017; pp. 185-231; p. 199.

⁷³ Para um breve resumo da trajetória de Lobo de Sousa na presidência do Grão-pará ver, Magda Ricci. *Op. cit.*, 2017; pp. 203-208.

⁷⁴ Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Op. cit.*; pp. 205-206.

⁷⁵ Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Op. cit.*; p. 207.

região amazônica uma justiça popular protagonizada por grupos armados de lavradores pobres, indígenas e até escravos que investiam com violência contra aqueles identificados como seus algozes (portugueses, comandantes militares, senhores de escravo, entre outros).

Relatando tais acontecimentos aos representantes nacionais, o ministro da Justiça Alves Branco revelava-se chocado com a violência e ousadia dos paraenses e, ante o quadro de crescente violência de que ouvia falar na Corte, declarava-se particularmente preocupado com o futuro da província:

[...] e a esta hora talvez tenha o pobre Pará nadado em novos rios de sangue, e nelle impere sempre sem contestação a ferocidade brutal, o fanatismo e todos os horrores, de que he capaz o coração do homem ignorante e sem educação, quando o espirito de partido, e da vingança o domina, e se acha livre de todo o obstáculo, e de toda a repressão das Leis.⁷⁶

Abertos os trabalhos da Câmara dos deputados, não demorou para que, confirmados os acontecimentos transcorridos no Grão Pará e os rumores da crescente violência dos cabanos – frisando-se principalmente as condições da morte do presidente Lobo de Sousa, cujo cadáver fora vandalizado por seus assassinos –, a ameaça paraense ganhasse tintas cada vez mais fortes, dando origem a pedidos por esclarecimentos e proposições legais.

A tramitação da lei de suspensão para o Pará

A primeira menção aos acontecimentos do Grão-Pará na Câmara partiu do deputado Henriques de Rezende que, aos 23 de maio de 1835, demandou do governo informações sobre o estado da província e das medidas tomadas ante a revolta. Revelando-se preocupado com o assassinato do presidente do Pará e, especialmente, com o silêncio dos representantes ante os crimes que se diziam ali cometidos, Rezende questionava a força e autoridade que os deputados brasileiros tinham, ou não, para punir os criminosos do país: “se podemos com effeito punir, e temos força, é preciso empregal-a nas circumstancias necessárias, e se acaso não podemos punir os criminosos, melhor será tirarmo-nos da tarefa de governar”⁷⁷.

Em resposta ao requerimento de Rezende, aprovado pela deputação, o Ministro da Justiça enviou à Câmara, aos 10 de junho de 1835, “esclarecimentos

⁷⁶ Em sua breve narrativa, o ministro anunciava já a ampla gama de preconceitos que, por muito tempo, seguiriam associados à descrição dos envolvidos na Cabanagem, dificultando a própria compreensão historiográfica da revolta.

⁷⁷ APB-CD, sessão em 23 de maio de 1835, p. 102.

acerca dos últimos acontecimentos” ao norte do país (não transcritos nos *Anais*)⁷⁸, dirigindo-se ainda pessoalmente ao plenário da Casa, no dia 17, para a apresentação de proposta do poder Executivo demandando a “suspensão das garantias para a província do Pará”⁷⁹.

Previamente à leitura da proposta, o ministro apresentou os últimos acontecimentos vivenciados ao norte do país – confirmando os embates travados entre os partidários de Malcher e Vinagre, nos dias 19 e 20 de fevereiro, em Belém e a vitória do segundo em meio a “novas scenas de sangue e de horror” – e direcionou seu discurso a justificar o amplo pacote de medidas de exceção requisitadas.

Atestando, assim, que a reposição da ordem interna conformava dever do governo, duvidada, contudo, dos meios à sua disposição para a tarefa.

Mas poderá o governo conseguir um objecto tão justo e tão honroso com os meios a seu alcance, com os meios ordinários? É licito duvidar de tanta felicidade. Os factos e as mui peculiares circumstancias em que se acha aquella província infeliz, parecem relevar agora a necessidade urgente de medidas extraordinarias.⁸⁰

Em acordo com o ministro, a província não contava com um dos mais importantes elementos à reposição da paz e justa punição dos envolvidos: autoridades imparciais e desapaixonadas. Para Alves Branco, em uma província aonde todos eram “mais ou menos vítima ou algoz”, encontrar juízes isentos tornava-se tarefa custosa, da qual derivava a primeira providência requisitada pelo governo: “juízes e agentes extraordinários”.

Já em justificativa à segunda “providência necessária”, qual fosse, “poderes e faculdades extraordinárias”, Alves Branco recorria ao perigo que alegava pairar sobre a sociedade em conjunturas de rebelião, nas quais os envolvidos, vendo-se perseguidos, dispunham-se quase sempre à execução de novos crimes. Conforme o ministro, desejando salvar-se e portando armas, tais indivíduos tornavam-se adversários aos quais somente era possível opor força e ação igualmente prontas e enérgicas.

Convencido da excepcionalidade das medidas necessárias à reposição da ordem, o governo reconhecia-se, no entanto, desprovido dos meios necessários à aprovação e aplicação de uma lei de suspensão de garantias no país (haja vista o

⁷⁸ APB-CD, sessão em 10 de junho de 1835, p. 156.

⁷⁹ APB-CD, sessão em 17 de junho de 1835, pp. 180-181. A despeito de sua apresentação na sessão de 17 de junho, a proposta em questão só foi transcrita nos *Anais* dentre os registros da sessão de 23 de junho. Ver: APB-CD, sessão em 23 de junho de 1835, pp. 191-192.

⁸⁰ APB-CD, sessão em 23 de junho de 1835, p. 191.

impedimento a que o legara, neste quesito, a Lei da Regência), recorrendo, assim, aos representantes nacionais para sua adoção.

Na qualidade de porta voz do Executivo, Alves Branco apresentava, então, aos deputados a proposta que, dividida em nove artigos, demandava a suspensão de diversos parágrafos do artigo 179 (com destaque à proposta de criação de comissões especiais para o julgamento dos rebeldes cabanos), propunha alterações à definição do crime de rebelião, declarava ilícitas todas as associações secretas na província do Pará, e autorizava o governo a reorganizar a guarda nacional da província.

O projeto apresentado pelo poder Executivo propunha, assim, já no §1º de seu art. 1º, a suspensão dos §§11, 12 e 17 do art. 179 da Constituição, para que se pudesse “mandar formar culpa e sentenciar por juízes de segunda instância, todos os implicados nos atos de rebelião e sedição” cometidos na província⁸¹. Sugerindo abertamente, assim, a criação de comissões especiais para o julgamento dos rebeldes cabanos, a proposta governamental retomava, já em seu primeiro artigo, antigas polêmicas parlamentares, recuperando a discussão sobre os limites do §35 do art. 179 e a admissibilidade, ou não, quando de sua aplicação, da formação de tribunais extraordinários no país.

Em acordo com o segundo artigo da proposta, os processos a serem estabelecidos perante os ditos juízes de segunda instância, deveriam ser regulados pelo que o Código de Processo Criminal estabeleceria para o júri, “menos nas recusas peremptórias”, firmando-se ainda que os réus submetidos a tais comissões não poderiam usar de outro recurso que não o de perdão para o poder Moderador.

Tratava-se, portanto, de submeter os réus de crimes de rebelião e sedição, não mais ao julgamento por jurados, como determinado pelo Código de Processo Criminal de 1832, mas sim a um processo que, a despeito de seguir os trâmites gerais previstos à atuação do júri no diploma de 1832, seria presidido por juízes de segunda instância, ou seja, desembargadores, cuja nomeação às causas não poderia jamais ser recusada pelas partes, a despeito das possíveis ligações de amizade, inimizade ou parentesco destes juízes com os réus, ou ainda de seus prováveis interesses particulares em tais julgamentos. Nesse sentido, ainda que alegasse manter as fórmulas processuais

⁸¹ Os parágrafos 11, 12 e 17 do artigo 179 estabeleciam, respectivamente: que ninguém seria sentenciado, senão por autoridade competente, em virtude de lei anterior e na forma por ela prescrita (§11); que seria mantida a independência do poder judiciário e que nenhuma autoridade poderia avocar causas pendentes, sustá-las ou fazer reviver processos findos (§12); e, por fim, que, à exceção das causas que por sua natureza pertencessem a juízos particulares, na conformidade das leis, não haveria foro privilegiado, nem comissões especiais nas causas cíveis ou crimes no país (§17).

previstas pelo Código de 1832 para o júri, ao substituir os juízes de fato por desembargadores não passíveis de recusa e de, conseqüentemente, extinguir a divisão do processo entre os dois conselhos de jurados (júris de acusação e de sentença), o projeto do governo eliminava tais fórmulas quase por completo, prevendo todo um novo trâmite processual para as causas em questão.

Ademais, ao recusar aos réus qualquer possibilidade de recurso que não o perdão pelo poder Moderador, a proposta do governo retirava-lhes a garantia fundamental de apelar à Relação do distrito nos casos de nulidade manifesta ou injustiça notória – que, conforme a ordem do processo então em vigência, levavam à formação de novo processo, com outros jurados⁸² –, tornando, assim, as decisões da comissão especial praticamente incontornáveis aos condenados.

Para além da suspensão dos parágrafos 11, 12 e 17 do artigo 179, com todas as conseqüências daí advindas, o art. 1º da proposta do governo demandava também a dispensa das garantias previstas pelos §§7º, 8º, 9º e 10 do mesmo artigo constitucional, possibilitando, assim, as buscas em casas de suspeitos, ainda que durante a noite (suspensão a inviolabilidade do lar garantida pelo §7); a prisão sem culpa formada (§8); a suspensão do direito à fiança de todos os que conspirassem para novas desordens (§ 9º⁸³); e autorizando, ademais, qualquer pessoa a prender “criminosos”, ainda na ausência de ordem por escrito e flagrante delito (haja vista a dispensa do §10 do art. 179)⁸⁴.

Não bastasse a suspensão de tais parágrafos, em seu artigo terceiro, o projeto do Executivo previa também, ainda que indiretamente (uma vez que não fazia menção explícita ao texto da Carta), a suspensão do §6º do art. 179, concernente ao direito de ir e vir dos cidadãos do país. Afinal, o governo desejava que o presidente do Pará fosse autorizado a fazer sair para outras províncias os réus condenados cuja presença lhe parecesse perigosa, e também aqueles contra quem houvesse indícios veementes

⁸² Vide artigos 301 e 302 do Código de Processo Criminal de 1832.

⁸³ Em acordo com o §8º do art. 179, portanto: “Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações próximas aos logares da residência do Juiz; e nos lugares remotos dentro de um prazo razoável, que a Lei marcará, atenta a extensão do território, o Juiz por uma Nota, por elle assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testemunhas, havendo-as.” Já em acordo com §9º do mesmo artigo: “Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido à prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idônea, nos casos, que a Lei a admite: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fora da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto”.

⁸⁴ Em acordo com o §10 do artigo 179 da Carta de 1824: “À excepção de flagrante delicto, a prisão não póde ser executada, senão por ordem escripta da Autoridade legitima. Se esta fôr arbitraria, o Juiz que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar.”

de terem tido parte no crime, ainda que absolvidos “por falta de sufficiente prova para condemnação”⁸⁵.

A proposta, contudo, ia ainda mais longe. Por meio de seu art. 6º, o governo previa uma redefinição do crime de “rebelião”, qualificado doravante como todo ajuntamento armado de cinco ou mais pessoas “contra as autoridades, seus agentes, e execução de seus actos legaes”, autorizando ainda qualquer comandante de tropas a dissolver tal ajuntamento, “pelo uso das armas”, se os seus fautores não se dispersassem após a primeira intimação. No mesmo artigo da proposta, tencionava declarar ilícitas, ainda, todas as sociedades secretas no Pará. Tais previsões traziam em seu seio alterações profundas ao Código Criminal do Império do Brasil. E isso não apenas ao legislar sobre as sociedades secretas, interferindo em matéria já contemplada por aquele diploma, mas também, e talvez especialmente, ao transformar o crime de rebelião em um delito completamente novo.

No que tange, assim, às sociedades secretas, cabe sublinhar que o Código de 1830 já regulara sua admissibilidade no país, qualificando como criminosas unicamente as reuniões de cujos associados fosse exigido segredo, e ainda assim, apenas nos casos em que os fins gerais da reunião não fossem legalmente declarados ao juiz de paz do distrito de sua realização (arts. 282, 283 e 284). Ao declarar ilícitas, portanto, todas as sociedades secretas no Pará, o projeto anulava as previsões do Código de 1830, suspendendo, ainda que temporariamente, as disposições de uma lei regulamentar cuja dispensa não estava autorizada pela aplicação do §35 do art. 179.

Já no caso da qualificação de rebelião, se no referido diploma de 1830, como vimos, tal delito era definido como a reunião de uma, ou mais povoações, que juntas compreendessem mais de 20 mil pessoas, para perpetrar um ou mais dos crimes políticos previstos pelos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do mesmo código criminal, a requalificação proposta pelo poder Executivo transformava-a em um delito completamente novo, propondo uma espécie de combinação entre as definições de sedição e resistência armada presentes no diploma penal de 1830⁸⁶, reduzindo-se

⁸⁵ Diferentemente, portanto, das medidas aprovadas na Bahia, em inícios de 1835, com vistas à repressão ao Levante dos Malês – em que, lidando com escravos e libertos africanos desprovidos de direitos de cidadania, o governo arrogou-se o direito de deportá-los sem qualquer prestação de contas –, no caso da Cabanagem, a medida prevista pelo governo previa infração direta ao direito de ir e vir de cidadãos brasileiros.

⁸⁶ Consoante o art. 111 do Código Criminal de 1830, era crime de sedição o ajuntamento armado de 20 ou mais pessoas, com o fim de obstar a posse do empregado público competentemente nomeado e munido de título legítimo, privá-lo do exercício do seu emprego, ou obstar a execução e cumprimento de qualquer ato ou ordem legal de legítima autoridade. Já em acordo com o art. 116 do mesmo diploma, era crime de resistência a oposição, pela força, à execução das ordens das autoridades

consideravelmente o número de envolvidos necessários à qualificação do crime. Por meio de tal previsão parecia intentar-se, assim, uma modificação no código criminal já previamente sugerida, via aplicação do §35, infringindo-se, uma vez mais, o trâmite regular para tais alterações.

Ademais, consoante o projeto, o governo ficava autorizado a reorganizar a Guarda Nacional do Pará, “como em tempo de guerra”, e a dispendar até duzentos contos de réis para mandar estacionar naquela província um corpo de voluntários que não excedesse 400 praças (art. 7º). Por fim, estabelecia-se que os efeitos da lei vigeriam pelo intervalo de seis meses, contados do dia em que fosse instalado o juízo para o julgamento dos réus, prevendo-se a possível extensão deste prazo por outros seis meses em caso de necessidade reconhecida pelo presidente da província e pelos magistrados responsáveis pelos processos (art. 8º).

O projeto do governo foi rapidamente avaliado pelas comissões de Constituição e Justiça Criminal da Câmara – então compostas pelos deputados Honório Hermeto Carneiro Leão, Francisco de Paula Araújo e Almeida (BA), Francisco de Paula *Cerqueira Leite* (MG), Francisco Gonçalves Martins, Luiz Cavalcanti e José Antonio Pereira *Ibiapina* (CE) – que, aos 23 de junho, apresentaram parecer sobre a questão.

Julgando que o estado em que se encontrava a província do Grão-Pará exigia, de fato, a adoção das medidas extraordinárias apresentadas pelo governo, “e outras ainda mais enérgicas que possam produzir o restabelecimento e conservação da paz e boa ordem na província”, as comissões concordavam que a proposta fosse convertida em projeto de lei, oferecendo ainda emendas para entrarem conjuntamente em discussão⁸⁷.

Por meio das emendas apresentadas, as comissões propuseram, antes de mais nada, que em substituição ao art. 1º, §1º do projeto do governo, fossem adicionados sete novos artigos ao texto, concernentes à criação de uma Relação temporária e extraordinária no Grão-Pará (autorizada a julgar os crimes pertencentes à sua alçada cometidos na província desde o dia 1º de janeiro de 1835) e à redefinição das atribuições dos magistrados da província (particularmente juizes de direito, juizes municipais e juizes de paz) pelo período de vigência da lei.

competentes, prevendo ainda o art. 118 do mesmo código que os oficiais de diligência, para efetuá-la poderiam repelir a força dos resistentes até tirar-lhes a vida, quando por outro meio o não conseguissem.

⁸⁷ APB-CD, sessão em 23 de junho de 1835, p. 191-194.

Em acordo com os três primeiros artigos sugeridos pelas comissões, a Relação paraense seria composta por sete desembargadores (incluído, nesse número, seu presidente), os quais poderiam ser tirados dentre os desembargadores de outras Relações do país ou dentre os juízes de direito (art. 1º). O tribunal teria por distrito toda a província, contando com regimento próprio passado pelo governo (art. 2º⁸⁸). Dentre as atribuições deste tribunal, para além daquelas já previamente fixadas às demais Relações do Império, competiria julgar em primeira e última instância os crimes em que não tivesse lugar a fiança (art. 3º, §1º) e, em segunda instância, os crimes que, em virtude desta mesma lei, fossem sentenciados em primeira instância pelos juízes de direito (art. 3º, §2º).

Modificando, portanto, as atribuições recentemente estabelecidas pelo Regulamento de 3 de janeiro de 1833 às Relações do país⁸⁹, os artigos das emendas concernentes à nova Relação do Pará previam uma diminuição de 14 para 7 no número de desembargadores deste tribunal especial, bem como um aumento considerável dos processos sob sua alçada. Conforme o art. 9º do referido Regimento de 1833, cabia às Relações, dentre outras atribuições, julgar os crimes de responsabilidade dos comandantes militares e juízes de direito (§1º)⁹⁰, conhecer, cumulativamente com qualquer juiz de direito, juiz municipal ou tribunal de justiça, dentro dos limites de sua jurisdição, os casos em que poderiam ter lugar as ordens de *habeas corpus*⁹¹ (§2º), bem como julgar recursos e apelações, fosse das sentenças proferidas pelo júri, fosse das denegações ou concessões de fiança realizadas pelos juízes de direito (§3º). Pela proposta das comissões, contudo, à Relação do Pará competiria também julgar em primeira e última instância (em contrariedade ao que determinara o Código de Processo de 1832) vários dos crimes particulares – como os de redução de pessoa livre à escravidão, homicídio, infanticídio, aborto, ofensas físicas graves, estupro, rapto, bancarrota fraudulenta, estelionato e roubo, e ainda o

⁸⁸ Ainda em acordo com o art. 2º das emendas das comissões reunidas, o regimento passado pelo governo se responsabilizaria pela alteração do número de juízes necessários à pronúncia e julgamento dos crimes de responsabilidade dos juízes de direito e comandantes militares, de maneira que os 7 desembargadores previstos pelo artigo anterior fossem suficientes a tais casos. Ademais, o mesmo art. 2º previa que o governo marcaria o ordenado dos desembargadores. APB-CD, sessão em 23 de junho de 1835; p. 193.

⁸⁹ “Decreto de 3 de janeiro de 1833 – Dá Regulamento para as Relações do Império”. *CLIB de 1833*. Parte Segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873; pp. 2-19.

⁹⁰ No que tangia aos juízes de direito, o Regimento das Relações admitia as previsões do §2º do art. 155 do Código de Processo, o que implicava que, nas províncias em que não houvesse Relação, os juízes de direito seriam julgados pelo júri, tal como determinado no art. 171 do mesmo diploma de 1832.

⁹¹ Em conformidade com o arts. 340 a 355 do Código de Processo de 1832.

crime policial de ajuntamentos ilícitos –, além de todos os outros ilícitos cujas penas máximas fossem a morte natural, as galés, seis annos de prisão com trabalho, oito annos de prisão simples ou vinte annos de degredo (o que abarcava parte significativa dos crimes políticos previstos pelo Código Criminal de 1830). Além disso, mais uma vez contrariamente ao Código de 1832, caberia à referida Relação julgar em segunda instância quaisquer dos crimes, cometidos em seu distrito, em que tivesse lugar a fiança (cuja pena, portanto, fosse menor que seis meses de prisão ou que o desterro para fora da comarca⁹²), os quais (como veremos à frente, ao analisarmos o art. 5º das emendas) seriam julgados, em primeira instância, não mais por juízes de paz, como previsto pelo diploma de 1832, mas sim por juízes de direito, alterando-se, consequentemente, também suas instâncias recursais, que das Juntas de Paz ou juízes de direito (como previsto nos arts. 293 e 294 do Código de 1832) passavam, então, à nova Relação do Pará.

Já os artigos 4º, 5º, 6º e 7º das emendas das comissões reunidas dedicavam-se a definir a forma de nomeação e as atribuições que caberiam, durante a vigência da lei, aos juízes de direito, juízes municipais e juízes de paz da província, alterando significativamente as atribuições fixadas pelo Código de Processo Criminal de 1832. Em grande medida, os artigos em questão retiravam dos juízes de paz a atribuição de formação de culpa (art. 12, §4º) e a autoridade de julgar, por processo sumário, as contravenções às posturas das Câmaras Municipais e os crimes a que não estivesse imposta multa acima de cem mil réis, pena superior à prisão, degredo ou desterro até seis meses – com multa correspondente à metade do tempo, ou sem ela – e até três meses de detenção na Casa de correção, ou oficinas públicas, onde elas existissem (art. 12, §7º). Não mais cabendo aos juízes de paz, tais atribuições eram, então, transferidas aos juízes municipais (doravante nomeados pelos presidentes da província, independentemente das propostas das câmaras municipais, como previsto no diploma de 1832) ou aos juízes de direito (que seguiam de indicação do Executivo).

Consoante o art. 5º das emendas, portanto, durante a vigência da lei, caberia aos juízes de direito (para além das demais atribuições que lhe competiam pelo código de processo): formar culpa cumulativamente com os juízes municipais em todos os

⁹² Caso de crimes políticos menos graves como, dentre outros, os de excitar desordem durante sessão de um tribunal de justiça, impedir cidadãos qualificados de exercerem seu direito de voto e desobedecer autoridades, bem como de parte dos crimes dos empregados públicos, e ainda dos crimes particulares contra a liberdade individual, ameaça, entrada em casa alheia, abertura de cartas, calúnia e dano, e, por fim, crimes policiais de ofensa à religião, moral e bons costumes.

crimes cometidos em sua comarca (art. 5º, §1º), julgar em segunda e última instância os crimes até então de competência das juntas de paz (art. 5º, §2º) e julgar em primeira instância, de fato e de direito, com apelação para a Relação, todos os crimes cometidos na sua comarca em que tivesse lugar a fiança, à exceção somente dos que deveriam ser julgados pelos juízes municipais, consoante o estabelecido no art. 6º (art. 5º, §3º).

Em acordo com o art. 6º, portanto, caberia aos juízes municipais, para além das outras atribuições definidas no código de processo: formar a culpa cumulativamente com os juízes de direito em todos os crimes cometidos nos seus termos (art. 6º, §1º), julgar em primeira instância, com apelação para os juízes de direito, todos os crimes que pelo código eram de atribuição dos juízes de paz (art. 6º, §2º) e “exercitar”, nos respectivos termos, “com subordinação aos juízes de direito”, todas as atribuições policiais que, pelo Código de Processo, competiam anteriormente aos magistrados eletivos (art. 6º, §3º).

O art. 7º, por sua vez, estabelecia que, pelo período de vigência da lei, estavam vedadas aos juízes de paz todas as atribuições que pelos artigos antecedentes fossem conferidas aos juízes de direitos e municipais, ficando os magistrados eletivos, por esse período, “limitados a fazerem as reconciliações, e outros actos de jurisdição civil e voluntaria que lhes possão competir”. Tratava-se, como dissemos, de esvaziar as atribuições dos juízes de paz, depositando-as nas mãos de magistrados togados devidamente nomeados pelo Executivo.

Consoante o art. 9º das emendas das comissões, caberia ainda ao governo prescrever a forma dos processos a serem observados pelos juízes municipais e de direito, bem como pela nova Relação do Pará, no julgamento dos crimes que por esta lei ficavam sob sua competência, garantindo o tempo necessário “para a defesa e prova della”, e conservando a publicidade dos processos e julgamentos, à exceção do ato de votação. Uma vez que, em acordo com o Código de Processo de 1832, não cabia a juízes municipais e de direito – mas unicamente aos juízes de paz e jurados – formar a culpa, decidir sobre a existência de matéria para a pronúncia e, finalmente, julgar os réus em primeira instância, fazia-se necessário prescrever novas formas a todos esse atos processuais, não surpreendendo delegar-se ao governo tal tarefa, haja vista a centralização jurídica operada, de um modo geral, pelas prescrições da proposta das comissões reunidas.

Para além das alterações supracitadas, as demais emendas das comissões mantiveram a maioria das prescrições do projeto apresentado por Alves Branco. Admitiram, assim, a suspensão dos parágrafos 7º, 8º, 9º, 10⁹³, 11 e 17 do artigo 179⁹⁴ (quase exatamente os mesmos elencados pelo governo⁹⁵) e conservaram a proibição de sociedades secretas no Pará. Alteraram, no entanto, de “rebelião” para “sedição”, o entendimento proposto pelo governo ao crime de ajuntamento armado de cinco pessoas contra as autoridades provinciais (art. 12 das emendas), deixando de admitir também que, para além dos indivíduos condenados por crimes cometidos na Cabanagem, o presidente do Pará pudesse autorizar a deportação dos suspeitos inocentados (art. 10).

Foram mantidas ainda, com pequenas alterações, as proposições do projeto anterior no tocante à reorganização da Guarda Nacional e das forças armadas da província (artigos 13 e 14), admitindo-se ainda a vigência da lei por um período de seis meses (artigo 15). Por fim, o artigo aditivo de número 16 apresentado pelas comissões previa que o governo desse à Assembleia geral, no princípio de suas sessões, “uma conta especial e circunstanciada da execução que tiver dado a esta lei, e do estado da província do Pará”, ajuizando ainda sobre a necessidade, ou não, de manutenção das medidas adotadas.

As emendas e o parecer da comissão foram encaminhados, ainda no dia 23 de junho, à impressão, entrando em discussão na Câmara aos 3 de julho de 1835, com a presença do ministro Alves Branco.

⁹³ Ainda que o §10º do art. 179 não tenha aparecido na transcrição dos *Anais* ao texto do artigo 8º das emendas das comissões, o §4º deste mesmo artigo, transcrito na sequência, deixa explícita a intenção de permitir a prisão fora de flagrante delito e sem ordem por escrito, dos suspeitos de participação nos crimes da Cabanagem (garantia regulada justamente pelo §10º do artigo 179, cuja suspensão fora também prevista no projeto originalmente apresentado pelo governo imperial).

⁹⁴ “§1º. Para que os juizes municipaes e de direito possam formar culpa em todos os crimes commettidos na dita província, desde o 1º de Janeiro do corrente anno em diante. §2º. Para que os juizes de direito, e a relação ora creada, possam julgar de facto e de direitos os crimes anteriores á data da presente lei, e que não estiverem prescriptos ou amnistiados. §3º. Para que o presidente da província, os juizes de direito e municipaes, possam mandar entrar e dar busca, de dia e de noite, em casa de qualquer pessoa indiciada de receptar algum dos indiciados nos crimes de rebelião, sedição, conspiração, morte e roubo; ou de ter em seu poder papeis, armas ou outros instrumentos comprobatórios de taes crimes. §4º. Para que se possa, ainda mesmo sem ordem por escripto, prender fora de flagrante delicto os criminosos e indiciados, de que trata o paragrapho antecedente, levando-os immediatamente á presença das autoridades encarregadas de os processar. §5º. Para que as pessoas que tratarem de conspirar para novas desordens possam ser presas sem culpa formada, e seus crimes se reputem inafiançaveis.”

⁹⁵ No art. 10º proposto pelas comissões reunidas já não estava contemplada a possibilidade de que, para além dos condenados por crimes cometidos na Cabanagem, o presidente do Pará autorizasse também a deportação dos suspeitos inocentados. Nesse sentido, pode-se concluir que as emendas das comissões reunidas não contemplavam, de fato, a suspensão do §6º do art. 179.

Uma breve análise das propostas do governo e das comissões reunidas para lidar com a situação no Pará, revela a excepcionalidade das medidas oferecidas à avaliação dos deputados, e o modo como, a despeito de elaboradas na vigência dos novos códigos penal e processual penal, propunham abertamente a suspensão de parcela significativa das previsões desses diplomas, em especial do Código de 1832. Mesmo se comparadas às leis de suspensão aprovadas ao longo do Primeiro Reinado, salta aos olhos a excentricidade das medidas propostas em 1835, ainda mais no caso das emendas das comissões reunidas, assinadas por uma série de deputados de cariz liberal, de quem surpreende ter partido proposição com tamanho desdém à ordem do processo e administração da justiça recentemente estabelecidas no país, após anos de iniciativas parlamentares visando à regulamentação de tais questões.

A excepcionalidade das medidas apresentadas não passou em branco a todos os deputados. Nesse sentido, ainda que a primeira discussão sobre a matéria, iniciada aos 3 de julho, devesse versar unicamente sobre a utilidade ou desvantagem geral do projeto e emendas apresentadas, sem que, de fato, conforme o regulamento, fosse previsto que os parlamentares adentrassem no debate de seus artigos e prescrições específicas – e ainda que os primeiros deputados a se manifestar tenham sido cobrados pelo presidente a abreviarem a discussão –, Antonio Ferreira França fez intervenção demandando que, “à discussão da utilidade” da proposta apresentada pelo governo, precedesse uma discussão sobre a constitucionalidade do projeto em si. Parecia-lhe, afinal, completamente inútil que se discutisse na Casa qualquer projeto que, como aquele, pudesse ser considerado, antes de mais nada, contrário à Carta de 1824⁹⁶.

Em concordância à demanda de Ferreira França, Francisco *Ramiro* de Assis Coelho (BA) propôs, então, que as discussões ficassem adiadas até que uma comissão da Casa interpusesse seu juízo sobre “o que é a formalidade que garante a liberdade individual”. Dizendo extrair do texto constitucional a impossibilidade de se suspender direitos, mas unicamente “formalidades”, o deputado afirmava que, “enquanto se não

⁹⁶ Cabe frisar aqui que o envio do projeto apresentado pelo governo às comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal antes mesmo de sua admissão em primeira discussão, configura percurso anômalo ao regimentalmente previsto no país, em acordo com o qual a avaliação de qualquer projeto pelas comissões da Casa, bem como a proposição de emendas, deveriam suceder sua aprovação em primeira discussão. O caso da lei de suspensão para o Pará, contudo, não foi único, identificando-se uma série de outras circunstâncias em que textos ainda não aprovados em primeira discussão, foram avaliados e emendados por comissões da Casa. Para uma interessante apresentação da ordem a ser seguida na avaliação das leis ordinárias no interior do parlamento imperial e discussão dos significados e polêmicas a cercar o percurso dos debates legislativos na Câmara dos deputados ver: Monica Duarte Dantas e Júlio Cesar de Oliveira Vellozo. Op. cit., 2018; especialmente pp. 55-59.

estabelecerem as raías do que são formalidades e do que são direitos, não sabe como se há de regular nesta discussão”⁹⁷.

Apoiado pelo plenário, o adiamento proposto por Ramiro entrou imediatamente em discussão. Já na sessão de 4 de julho, o deputado pela Bahia argumentou que, a despeito de concordar com os termos gerais da proposta do governo, não considerava possível encontrar-se, na Constituição, “claramente extremados os direitos essenciais e as formalidades que os garantem” e que, nesse sentido, não considerava a matéria “como uma estrada plana e tão suave, em que lhe fosse lícito correr, sem o risco de precipitar-se”. Para bem desempenhar, assim, a atribuição de suspensão, considerava necessário que a Câmara fixasse um juízo acerca do que eram formalidade e direitos.

Manifestando-se após Ramiro e opondo-se ao adiamento por ele proposto, os deputados João José de *Moura Magalhães* (SE), Evaristo Ferreira da Veiga e Bernardo Pereira Vasconcelos, cada uma à sua maneira, só fizeram confirmar as confusões existentes, ainda em 1835, em torno da definição das “formalidades” que garantiam a liberdade individual, referidas pelo §35 do artigo 179. Para Moura Magalhães, a Constituição era clara ao diferenciar “garantias e formalidades” de “direitos”, permitindo que fossem suspensos, no país, unicamente os §§7º e 8º do artigo 179 (concernentes à inviolabilidade do lar e à possibilidade de prisão sem culpa formada), e nada mais. Evaristo da Veiga, por sua vez, foi assertivo ao declarar que, em acordo com o texto constitucional, formalidades e direitos eram sinônimos, opinião que, como veremos à frente, embasava seu entendimento de que qualquer das garantias previstas pelo artigo 179 da Carta de 1824 era passível de suspensão pela Assembleia legislativa nacional em circunstâncias excepcionais. Já Vasconcelos, a despeito de reconhecer a necessidade que se tinha de esclarecer as confusões ainda existentes no tocante a tal questão, afirmava não se dispor, àquela altura, do tempo necessário a tal discussão, urgindo solucionar-se os problemas do Pará⁹⁸.

Recusado afinal o adiamento, teve continuidade na Casa, no mesmo 4 de julho, a primeira discussão sobre as propostas então apresentadas para a repressão à Cabanagem. Nos breves debates transcorridos nesta data, enquanto um deputado como Cornelio França posicionou-se, consoante os *Anais*, “altamente contra” o projeto do Executivo e as emendas das comissões, Gonçalves Martins e Souza Martins – respectivamente presidente e chefe de polícia da Bahia quando da

⁹⁷ APB-CD, sessão em 3 de julho de 1835; p. 21.

⁹⁸ APB-CD, sessão em 4 de julho de 1835; pp. 24-25.

aprovação da lei provincial de suspensão de garantias de 28 de março de 1835 para a repressão ao Levante dos Malês – sustentaram sua utilidade, com o primeiro defendendo abertamente a Relação extraordinária proposta pelas comissões à província do Pará, e o segundo advogando a vantajosa previsão do §35 do artigo 179 no país⁹⁹.

Julgando-se a matéria suficientemente discutida, a proposta foi aprovada em primeira discussão, pela larga vantagem de 65 votos favoráveis a 18 contrários. Terminada a votação, o deputado Vasconcelos propôs urgência no debate da matéria, decidindo-se que sua segunda discussão se desse já no dia 6 de julho de 1835.

Transcorridas entre os meses de julho e agosto de 1835, a segunda e terceira discussões do projeto e das emendas, tenderam a se concentrar mais efetivamente nas alterações propostas pelas comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal.

Vale ressaltar, de saída, que a acachapante vitória conquistada, em primeira discussão, pela proposta de suspensão de garantias para o Pará remetia, antes, a uma admissão da pertinência e importância da questão pelos deputados brasileiros, do que, de fato, a uma concordância dos representantes em relação às prescrições específicas até então apresentadas¹⁰⁰.

Os debates referentes à 2ª discussão – que ocuparam as sessões dos dias 6 a 17 de julho de 1835 – foram marcados, antes de mais nada, por uma bipartição fundamental no posicionamento dos representantes ante os limites admitidos ao §35 do art. 179. Nesse sentido, enquanto parte dos deputados reivindicou que, em caso de recurso a esse dispositivo, o poder Legislativo estava autorizado a suspender unicamente as formalidades concernentes à mais pronta captura e prisão dos suspeitos (admitidas pelos §§7º, 8º, 9º e 10 do artigo 179), devendo deixar seu julgamento, no entanto, a cargo dos tribunais ordinários do país, outro grupo defendeu que a legislatura estava habilitada a suspender também o devido processo legal, objeto

⁹⁹ Nas palavras de Souza Martins: “[...] o artigo que manda suspender as garantias, é o mais necessário e indispensável, porque nem sempre se pôde governar um paiz por leis ordinárias, as quaes são muito boas e applicáveis a um estado pacifico; e se a constituição não marcasse taes medidas para os casos extraordinários, ella seria viciosa; e que estando pois o Pará nas circumstancias para que são applicadas as referidas medidas, conclue votando a favor da proposta”. Idem; pp. 25-26.

¹⁰⁰ Como demonstrado por Dantas e Vellozo, o procedimento parlamentar em acordo com o qual os representantes votavam, primeiramente, pela admissibilidade de um projeto, fixando-se na legalidade e pertinência da questão e abstendo-se, nesse primeiro momento, de qualquer avaliação sobre o seu mérito, não era necessariamente ponto pacífico entre os deputados. Para exemplificar as polêmicas a que tal procedimento deu azo na Câmara dos deputados, remetem a uma fala de Holanda Cavalcanti por meio da qual o representante sublinhava justamente as desvantagens advindas de se aprovar, para segunda discussão, projetos cuja matéria era reconhecidamente digna de avaliação, mas que se encontravam mal formulados, examinando as más consequências advindas de tal procedimento. Ver: Monica Duarte Dantas e Júlio Cesar de Oliveira Vellozo. Op. cit., 2018; pp. 57-58.

recente do Código de Processo Criminal de 1ª instância e do Regulamento das Relações, de 3 de janeiro de 1833.

Em artigo publicado aos 10 de julho de 1835, em meio à segunda discussão da lei de suspensões para o Pará, assim se manifestou a *Aurora Fluminense* acerca da divisão fundamental a marcar o posicionamento dos representantes:

Os primeiros limitão toda a suspensão de garantias á autorização para se prender sem culpa formada e para se dar busca nas cazas durante a noite; ampliando alguns essa faculdade excepcional, até poder-se remover da localidade respectiva a indiciados de crime. Entendem os segundos que, nos casos em que podem as garantias ser suspensas, podem igualmente crear-se Tribunaes Especiaes, compostos de Magistrados, ou dar aos tribunais existentes formulas, regulamentos e attribuições diversas, afim de se obter a mais certa punição dos culpados.¹⁰¹

Dentre os partidários do primeiro grupo estavam deputados como Cornelio Ferreira França, Moura Magalhães, Estevão *Raphael de Carvalho* (MA) e, ainda, Henriques de Rezende (PE) que, após apoio inicial à proposta das comissões reunidas, defendeu, na sessão de 10 de julho, emenda admitindo unicamente a suspensão dos §§7º, 8º, 9º e 10 do artigo 179 e a possibilidade de que os presos cuja presença fosse considerada perigosa no Pará, pudessem ser mandados para outra província para aí “serem julgados conforme o código de processo criminal”¹⁰².

Protagonizando algumas das primeiras falas da segunda discussão sobre o projeto, Cornélio França e Moura Magalhães defenderam resolutamente as limitações do §35 do art. 179 no país, recusando qualquer possibilidade de dispensa de garantias que não as estritamente relacionadas a medidas de prevenção. Reivindicando, assim, a expressa proibição constitucional de qualquer tribunal extraordinário no país, independentemente da circunstância, enfatizaram ainda o absurdo de que a tais tribunais, uma vez formados (fosse a comissão especial proposta pelo governo ou a nova Relação do Pará sugerida pelas emendas das comissões reunidas), se desse a prerrogativa de julgar crimes cometidos previamente à sua formação, ferindo o princípio da irretroatividade das leis.

Nas palavras de Cornélio França:

Sr. presidente, eu não quero que façamos leis sem necessidade, e que autoridades incompetentes e posteriormente creadas vão julgar factos anteriores e por fôrmas estabelecidas posteriormente. Se é necessário fazer-se alguma lei especial para o julgamento de certos crimes, faça-se para ter lugar de ora em diante, mas não para os crimes já commettidos.¹⁰³

¹⁰¹ *Aurora Fluminense*, nº1067 – 10/07/1835; p. 3973.

¹⁰² APB-CD, sessão em 10 de julho de 1835; p. 66.

¹⁰³ APB-CD, sessão em 6 de julho de 1835; p. 40.

Consoante o deputado baiano, no entanto, a inconstitucionalidade do projeto sob análise residia não apenas em suas ilegais proposições no tocante à ordem do processo e organização da justiça no Pará, mas também na avaliação de que a província não se encontrava, então, às voltas com uma rebelião, pré-requisito para a aplicação do §35 do art. 179 no país. Ante tal avaliação, Cornélio França criticava abertamente representantes que, ávidos pela suspensão das garantias constitucionais dos cidadãos paraenses, mas cientes do desacordo da situação vivida naquela província com a definição de rebelião presente no Código Criminal de 1830, advogavam a admissão, pelos legisladores brasileiros, de um “sentido” de rebelião distinto daquele fixado pelo artigo 110 do diploma penal do Império. Consoante tais representantes, os redatores da Constituição, ao elaborarem o §35 do art. 179 da Carta de 1824, haviam tido em mente uma ideia de rebelião distinta daquela posteriormente fixada no Código de 1830, cabendo aos legisladores considerar, então, a noção “original” da Carta de 1824 ao propor, agora, a execução do dito parágrafo constitucional. Expondo a seus colegas a existência, na Casa, de quem esposasse tal interpretação, Cornélio França taxava-a de absolutamente inadmissível, em especial tendo em conta a vigência do diploma criminal de 1830.

Já na opinião de Moura Magalhães, para quem era inegável que uma rebelião grassava, àquela altura, a província do Pará, havia-se que empreender uma leitura não viciada do §35 do art. 179 no país, reconhecendo suas limitações e recusando, assim, “a terrível theoria da onnipotencia parlamentar”. Na opinião do representante pelo Sergipe, o poder legislativo encontrava-se tão legalmente limitado quanto qualquer outro dos poderes constitutivos do estado, podendo ser tão tirânico quanto “o déspota” ao levantar “a mão attentatoria sobre objectos que não estão debaixo da sua relação”. Enfim, dizia Moura Magalhães, “ha actos que se não podem revestir do character de lei”. E para ele, tanto o “tribunal especial” proposto pelo governo, quanto a “relação revestida de poderes extraordinários” sugerida nas emendas das comissões, tendiam à criação de tribunais “que a constituição reprova e condemna”, tribunais que, segundo ele, nada mais eram do que comissões militares “de juizes de espada à cinta”¹⁰⁴.

Na contramão das propostas sob análise da Câmara, Cornélio França e Moura Magalhães defendiam, então, que os réus da Cabanagem fossem julgados em conformidade ao Código de Processo de 1832, recusando o descrédito a que os

¹⁰⁴ APB-CD, sessão em 7 de julho de 1835; p. 54.

autores e defensores das propostas sob análise haviam relegado tanto as autoridades eletivas da província, quanto a capacidade dos jurados de julgar de forma sensata e imparcial os crimes perpetrados pelos rebeldes.

Para além de Cornélio França e Moura Magalhães foram poucos os representantes a se colocarem resolutamente contrários às propostas do governo e das comissões, podendo-se identificar tal recusa extrema, ao longo da 2ª discussão, unicamente nas falas de Holanda Cavalcanti, e Antonio *Pinto de Mendonça* (CE). Manifestando-se respectivamente nas sessões de 11 e 13 de julho, ambos recusaram, assim, a possível suspensão de quaisquer das garantias constitucionais dos cidadãos paraenses – relacionadas, ou não, ao julgamento dos rebeldes cabanos –, sustentando, pelo contrário, que medidas há muito necessárias como a melhoria das comunicações entre o Pará e o Rio de Janeiro, ou ainda o envio de dinheiro e tropas, eram suficientes para por fim à situação vivida naquela província¹⁰⁵.

Consoante a divisão identificada pelo artigo da *Aurora Fluminense* e reconhecível no decorrer dos debates de julho de 1835, os partidários do segundo grupo a se manifestar nesta 2ª discussão admitiam que, aplicado o §35 do art. 179, ficava autorizada, no país, a criação de tribunais especiais ou ainda a modificação das “fórmulas, regulamentos e atribuições” dos tribunais e autoridades preexistentes. Dentre os membros deste segundo grupo, pudemos identificar deputados como Evaristo Ferreira da Veiga, Francisco de Paula Araújo e Almeida, Francisco *Álvares Machado* de Vasconcellos (SP), Joaquim José *Rodrigues Torres* (RJ), Bernardo Pereira de Vasconcelos, Jerônimo Martiniano *Figueira de Mello* (CE), Honorato José de Barros *Paim* (BA), Luiz Cavalcanti, Carneiro Leão e Ibiapina.

Conformando a maioria dos pronunciamentos, reivindicaram, cada um à sua maneira, condições especiais ao julgamento dos rebeldes da Cabanagem, propondo grande número de novas emendas à matéria em discussão, ou mesmo novos projetos, nas sessões que foram de 6 a 17 de julho¹⁰⁶. Por meio destas emendas, novas possibilidades de organização foram sugeridas tanto à comissão especial proposta

¹⁰⁵ APB-CD, sessão em 11 de julho de 1835; p. 68; e Idem, sessão em 13 de julho de 1835; pp. 71-72.

¹⁰⁶ Com uma ou outra exceção, os discursos pronunciados entre os dias 6 e 17 de julho na Câmara dos deputados foram bastante mal registrados pelos *Anais*, acabando esvaziados da complexidade teórico-dogmática possivelmente imprimida a eles por seus locutores. Ainda que os registros dos *Anais* apontem, assim, a vários pronunciamentos longos e elaborados sobre a questão, tivemos acesso a pouquíssimos desses discursos. As emendas apresentadas na discussão, no entanto, foram integralmente registradas, permitindo-nos avaliar o posicionamento de parte dos representantes favoráveis à instalação de tribunais especiais na província do Pará por meio de suas propostas concretas à matéria.

pelo governo¹⁰⁷, quanto à Relação especial recomendada pelas comissões reunidas¹⁰⁸, aventando-se ainda alternativas à nomeação e atribuição dos magistrados responsáveis pela administração da justiça na província nos dois cenários sob análise¹⁰⁹.

Ao se manifestarem nesses debates, fosse defendendo uma das alternativas apresentadas à deputação (projeto do governo ou emendas das comissões reunidas), fosse propondo novas possibilidades de julgamento aos réus cabanos por meio de emendas e projetos, vários dos partidários deste segundo grupo justificaram seus posicionamentos abordando, de um ponto de vista dogmático, a possibilidade de dispensa dos §§11 e 17 do art. 179 – concernentes, respectivamente, à garantia de um julgamento fundado em leis anteriores e sob a ordem das autoridades competentes, e à proibição de formação de comissões especiais nas causas cíveis ou crime no país – quando do recurso ao §35. Ainda que todos tenham defendido, assim, a constitucionalidade de tal suspensão, seu ímpeto por justificar tal visão aponta que a matéria ainda não configurava ponto pacífico entre os representantes, remetendo-nos aos debates travados no parlamento nacional sobre esta questão desde pelo menos o ano de 1826.

Na opinião de um deputado como Evaristo da Veiga, por exemplo, defensor da comissão especial proposta pelo governo, nas circunstâncias excepcionais prescritas pelo §35 do art. 179, os legisladores do país – mas nunca o poder Executivo – ficavam plenamente autorizados a suspender as garantias previstas pelos §§11 e 17 do art. 179

¹⁰⁷ Por meio de emenda apresentada na sessão de 6 de julho de 1835, o deputado Antonio Joaquim de Mello propunha, por exemplo, que o tribunal aventado pelo governo julgasse, para além dos crimes de rebelião e sedição, também os assassinatos, roubos e demais crimes cometidos no decurso da revolta. APB-CD, sessão em 6 de julho de 1835; p. 37.

¹⁰⁸ Diversas propostas alternativas foram realizadas no tocante à formação e organização da nova Relação do Pará, sugerindo-se, dentre outras possibilidades, que tal Relação se configurasse em um tribunal permanente (proposta realizada por Luiz Cavalcanti na sessão de 10 de julho), que se concretizasse na transferência da Relação maranhense para o Pará (emenda apresentada por Álvares Machado em 6 de julho de 1835), ou ainda que tal Relação, a despeito de temporária, não configurasse um tribunal excepcional com regimento próprio, seguindo, antes, as atribuições já pré-fixadas às demais Relações do país (Proposta presente no art. 2º do projeto apresentado pelo visconde de Goiana na sessão de 6 de julho de 1835). Ver: APB-CD, sessão em 6 de julho de 1835; p. 36 e Idem, sessão em 10 de julho de 1835; p. 66.

¹⁰⁹ Emendas apresentadas por Henriques de Rezende e Figueira de Mello na sessão de 6 de julho. APB-CD, sessão em 6 de julho de 1835; p. 37. Era justamente neste tipo de regulamentação, ausente da proposta do governo, que Carneiro Leão identificava a superioridade da proposta das comissões sobre aquela do governo. Na opinião do deputado, portanto, ao abarcar as atribuições de juízes municipais e de direito (passando-lhes várias das prerrogativas policiais e judiciárias até então concentradas nas figuras do juiz de paz), o projeto das comissões permitia que se prevenisse uma maior gama de crimes na província, particularmente em seu interior, cuja pacificação ele não acreditava contemplada pela proposta governamental. Já para Paula Araújo, defensor da proposta governamental, a instalação de uma Relação nos moldes propostos pelas comissões, ao configurar um teste de destino incerto, justamente por modificar, em diversos âmbitos, o funcionamento da justiça regular do país, não era medida indicada em meio a uma rebelião, devendo-se, antes, optar por uma alçada rígida e pré-definida como a prevista pelo governo. APB-CD, sessão de 6 de julho de 1835; p. 37.

e a criar, em consequência de tal ato, comissões especiais organizadas de forma alternativa à legislação preexistente no Império. Contrapondo a proposta do governo àquela das comissões reunidas, por sua vez, considerava a Relação extraordinária ali prevista como “uma comissão especial encapotada com o nome de relação” que, em sua opinião, “ia muito mais de encontro aos princípios estabelecidos, do que a comissão especial apresentada na proposta, a qual está conforme o paragrapho 35 do artigo 179 da constituição do império”¹¹⁰.

Também deputados como o *visconde de Goiana* (eleito pela província do Pará), Francisco Ramiro de Assis Coelho e José Rodrigues Barbosa (RJ) defenderiam, em suas falas, a legalidade da suspensão dos §§11 e 17 do art. 179 da Constituição nacional. Mais do que isso, advogariam, cada uma à sua maneira, que a lei de suspensões para o Pará admitisse unicamente a dispensa desses dois parágrafos. Para os dois primeiros, tal conformação legal possuía a vantagem de autorizar a criação de tribunais especiais para o julgamento dos réus da Cabanagem, ao mesmo tempo em que impedia qualquer outra infração aos direitos individuais dos cidadãos paraenses. Rodrigues Barbosa, por sua vez, considerava tal alternativa mais vantajosa que as propostas sob análise na Casa por deixar ao governo a iniciativa de fixar os detalhes dos tribunais a serem estabelecidos na província e as atribuições dos magistrados a eles adscritos, isentando, assim, os legisladores de pré-definir tais questões no texto da lei de suspensão¹¹¹.

Falando na sessão de 6 de julho, o visconde Goiana rejeitou as propostas sobre a mesa por considerá-las “acres”, “vingativas” e “não pacificadoras”, como acreditava necessitar o Pará. Defendeu, no entanto, a absoluta necessidade de uma Relação naquela província, projetando-a para atuar, como dissemos, com vistas à manutenção do bem “mais precioso que tem o cidadão, que são as garantias que afiançam a liberdade”. Não previa, assim, paralelamente à sua criação, a suspensão de quaisquer outras garantias dos cidadãos paraenses que não as previstas pelos §§11 e 17 do art. 179. Composto por 16 artigos, o projeto apresentado por Goiana na sessão de 6 de julho revelava preocupação profunda com a situação da justiça no Pará, haja vista o abandono a que reconhecia legada a província tanto pelo antigo governo português quanto pelo governo constitucional brasileiro¹¹².

¹¹⁰ APB-CD, sessão de 7 de julho de 1835; p. 52. Para mais detalhes da interpretação de Evaristo da Veiga sobre o §35 do art. 179 ver *Aurora Fluminense*, nº1067 – 10/07/1835; p. 3973-3974.

¹¹¹ Vide projeto de lei substitutivo apresentado por Rodrigues Barbosa na sessão de 9 de julho. APB-CD, sessão em 9 de julho de 1835; p. 60.

¹¹² APB-CD, sessão em 6 de julho de 1835; pp. 36-37.

Também o deputado Ramiro, em fala pronunciada na sessão de 9 de julho, se concentrou na problemática do julgamento dos rebeldes, admitindo que, ao propor medida de suspensão para o Pará, o governo havia redespertado na Casa a necessidade de se consagrar alternativas ao julgamento dos crimes cometidos em circunstâncias extraordinárias no país. Recorrendo a todo um arsenal legal estrangeiro, Ramiro confirmava a inexistência de legislação nacional que assegurasse um julgamento imparcial a criminosos em casos de tamanha gravidade, como o vivido ao norte do Brasil. Declarando-se contrário aos dois projetos sob análise, por reconhecer, em ambos, a criação de comissões especiais proibidas pela Constituição, admitia, no entanto, que uma Relação permanente e regular fosse instalada no Grão-Pará. Ao explicitar seu posicionamento, defendia a constitucionalidade da suspensão dos §§11 e 17 do art. 179 para o estabelecimento de juízes “particulares” e modificações na ordem do processo em casos extraordinários.

É interessante observar, nesse sentido, o modo como Ramiro recuperou o posicionamento por ele próprio exarado na primeira discussão sobre as propostas, ao demandar da Casa, como vimos, a avaliação do que seriam as “formalidades” citadas pelo §35. Rememorando, assim, a recusa dos legisladores ao seu pedido inicial, o deputado afirmava ter se visto na “posição forçada” de fazer por si mesmo a distinção entre formalidades e direito. Afirmando não poder convir com os representantes que davam às formalidades o “mesmo peso” que aos direitos individuais, exarava a sua opinião sobre o assunto, baseando nela a sua defesa da constitucionalidade da suspensão das fórmulas previamente marcadas aos processos judiciais quando do recurso ao §35 do art. 179.

Nas palavras do deputado:

[...] penso que todas as formalidades constituem direitos para os cidadãos, mas não direitos tão preciosos, como são aqueles que essas formalidades têm de garantir; há no regime representativo direitos tão essencialmente ligados ao cidadão, que a constituição não permite que se suspendam; há porém outros de uma importância secundária, quais são as formalidades, alguns dos quais, não todos, podem por algum tempo ser suspensos; sendo assim, pode sustentar-se sem absurdo, que a forma de um processo marcado para o cidadão, constitui-lhe um direito, mas um direito inferior que lhe garante um outro, que vem a ser, o de ser julgado com justiça, com imparcialidade, a abrigo da opressão, seja do poder, seja de inimigos que lhe preparem perdições; e daí resulta que o artigo da constituição que confere ao cidadão o direito de ser julgado na forma de uma lei anterior, confere-lhe uma garantia de julgamento, uma formalidade que garante a sua liberdade, etc.; e se a constituição permite ao poder legislativo suspender por algum tempo uma ou outra de tais formalidades, não será talvez um paradoxo concluir que a garantia do art. 179, §11 possa ser suspensa. Isto digo, Sr. presidente, por ser o que me parece menos mau, e porque urge providenciar de alguma forma, não porque julgue que essa medida não seria um pouco dolorosa,

mas que temo que se tomem outras que tenho por violentas, ou que se deixe a sorte dos infelizes paraenses entregue aos furores da anarquia.

Direcionando suas falas, então, a justificar a constitucionalidade inerente à suspensão dos parágrafos do artigo 179 concernentes ao devido processo legal, os membros deste segundo grupo privilegiavam, antes de mais nada, a criação de tribunais especiais na província do Grão-Pará, abdicando, de certa forma, da defesa contundente de uma ou outra das propostas específicas sob análise. Tal posicionamento pode ser identificado também nos discursos de deputados como Álvares Machado e Vasconcelos, ou ainda na manifestação do ministro da justiça Alves Branco, que falando nas sessões de 8 e 9 de julho, admitiram sua disposição em aceitar propostas que não exatamente aquelas de sua preferência, desde que aprovada a criação de tribunais especiais para o julgamento dos réus cabanos, esta sim considerada medida fundamental à pacificação da província¹¹³.

Na sessão de 13 de julho, interessantes projetos foram ainda apresentados por deputados como Ibiapina e Antonio Joaquim de Mello que, inicialmente defensores da proposta concretizada nas emendas das comissões reunidas, buscaram tornar legais ou diversificar as possibilidades de julgamento dos rebeldes cabanos por uma Relação instalada no Pará. Enquanto o projeto de Ibiapina sugeria, assim, por meio de nove artigos, que as atribuições deste tribunal fossem as mesmas que as de outras Relações do Império e que os julgamentos por ela perpetrados se cercassem das legalidades previstas pelo código de processo criminal¹¹⁴, o longo projeto apresentado por Mello

¹¹³ Para a fala de Álvares Machado ver: APB-CD, sessão em 8 de julho de 1835; p. 57. São bastante curiosos de serem confrontados os posicionamentos assumidos por Vasconcelos e Alves Branco na 9 de julho, pois enquanto o primeiro declarou, após discorrer longamente sobre a matéria e declarar-se favorável ao parecer das comissões reunidas, que se ele não passasse, “não se julga inibido de votar pelo proposta do governo”, quase imediatamente na sequência, Alves Branco sustentou a proposta do governo, defendendo-a das objeções dos deputados, para então afirmar “que se a câmara entende que as medidas nella apresentadas são mui fortes, o orador não duvidara votar pelo estabelecimento de uma relação para o Pará”. APB-CD, sessão de 9 de julho de 1835; p. 61.

¹¹⁴ APB-CD, sessão de 13 de julho de 1835; pp. 69-70. A despeito de prever, portanto, em seu art. 1º, que a Relação criada no Pará tivesse os mesmos poderes e atribuições das demais do Império e, em seu art. 4º, que o processo seria público e cercado de todas as garantias previstas nas “regras de direito”, o projeto de Ibiapina previa alterações substantivas às previsões do Código de Processo Criminal de 1832. Sugeria assim, em seu art. 4º, que os juízes de direito julgassem todos “os feitos crimes em 1ª instância” (art. 4), eliminando por completo o juízo por jurados pelo período de vigência da Relação no Pará. Já no art. 6º do projeto, tratando do recurso ao §35 do art. 179, o deputado pelo Ceará optava por regulamentação em que admitia que o governo pudesse usar unicamente “das medidas de prevenção de que falla o §35 do art. 179”, sem citar parágrafos específicos deste artigo cuja dispensa ficava admitida, obrigando o Executivo, ainda, a cumprir “o restante do paragrapho citado”, logo que terminada a “operação” em questão. Por fim, o art. 7º do referido projeto previa o envio de tropa regular ao Pará (“que não só sirva para sufocar a rebelião, mas ainda para permanecer, e sustentar a paz”), enquanto o art. 8º estabelecia a vigência de 6 meses às medidas previstas, contados a partir da instalação da Relação sugerida, e o art. 9º suspendia as leis em contrário.

defendia, dentre diversos outros pontos, a transferência da Relação maranhense para o Pará, pelo período julgado conveniente, “enquanto a assembléa geral não resolver em contrario”, admitindo ainda diferentes possibilidades de julgamento aos réus, a serem escolhidas por eles próprios¹¹⁵.

Apenas na sessão de 13 de julho os deputados deram início à votação do projeto, concentrando-se, como dissemos, no formato proposto pelas comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal. Votando, então, sobre os dois primeiros artigos das emendas das comissões, decidiram favoravelmente pelo estabelecimento de uma Relação na província do Grão-Pará, composta por 7 desembargadores (com o presidente), que tivesse por jurisdição toda a província e cujo regimento fosse oferecido pelo governo. Aprovados tais pontos, diversos deputados enviaram à mesa declarações em que afirmavam terem votado unicamente pela criação de uma Relação com poderes ordinários, tal como as demais do Império¹¹⁶.

Da sessão de 14 de julho saiu aprovado ainda o art. 3º das emendas das comissões, concernente às atribuições da Relação paraense, admitindo-se, então, uma significativa extensão das atribuições do novo tribunal em relação ao Regulamento das Relações de 3 de janeiro de 1833, como descrevemos acima – passando a Relação do Pará a julgar, em primeira instância, de fato e de direito, os crimes cometidos em seu distrito em que não tivessem lugar a fiança, e, em segunda instância, os crimes

¹¹⁵ Idem; pp. 70-71. Consoante o art. 2º do projeto apresentado por Antonio Joaquim de Mello, os réus das rebeliões, sedições, assassinatos e demais crimes cometidos na província do Pará desde janeiro de 1835, e que teriam de ser julgados pelo juízo comum, teriam a opção “entre o mesmo juízo, a relação ahi existente, e o juízo por jurados especiaes na capital da província do Maranhão”. Em acordo com o art. 3º, nos casos em que os réus escolhessem o juízo da Relação ou o juízo por jurados especiais, ficava suspenso o §11 do art. 179 da Carta de 1824 pelo tempo dos julgamentos. Já pelo art. 4º, estabelecia que o governo expediria os regulamentos necessários aos julgamentos pela Relação – “depois de formada a culpa pelos juizes territoriais do Pará nos termos das leis em vigor” – adotando-se o máximo possível as fórmulas do juízo comum. Os arts. 5º e 6º, por sua vez, dedicavam-se à regulamentação dos “jurados especiaes” previstos no projeto, prevendo, dentre outros pontos, que fossem tirados dentre 60 nomes das listas de jurados do termo, “dos mais qualificados por sua propriedade e instrução”. Ademais, os artigos em questão fixavam que, no juízo por tais jurados especiais, ficasse suprimido o júri de acusação e a possibilidade de recurso com formação de novo júri, tal como previsto pelo art. 308 do Código de processo criminal. Os artigos subsequentes do projeto previam, ainda, a suspensão dos §§7º e 8º do art. 179 por um período de entre seis meses e dois anos, a depender de detalhes fixados pelo art. 9º, proibiam as associações secretas na província e negavam a possibilidade de fiança aos crimes de sedição, resistência e tirada de presos do poder da justiça, a partir da publicação da lei proposta. Enquanto o art. 11 do projeto regulamentava pontos específicos da organização da justiça na província pelo período de vigência da lei, os arts. 12 e 13 tratavam da possibilidade de reorganização da guarda nacional e envio de forças armadas ao Pará. Por fim, o art. 14 fixava que o governo prestasse contas à assembleia geral, no início de suas sessões, da execução da lei, suspendendo-se na província do Pará, em acordo com o art. 15, pelo período de vigência desta lei, todas as disposições legislativas a ela contrárias.

¹¹⁶ Curioso observar que todos os signatários de tais declarações votariam futuramente contra a lei de 22 de setembro de 1835, ainda que ela nada estabelecesse no tocante à criação de tribunais extraordinários naquela província.

que em primeira instância estivessem sob a alçada dos juízes de direito. Por meio deste artigo, portanto, admitia-se não apenas a completa exclusão dos jurados dos julgamentos a serem realizados na província em decorrência da Cabanagem, mas também toda uma reorganização da justiça local.

Adentrando-se pela discussão do art. 4º das emendas, concernente à alteração na forma de nomeação dos juízes municipais da província, acabou suprimido o artigo. Mesmo destino tiveram os artigos 5º e 6º da proposta que, dedicados à definição das atribuições dos magistrados provinciais quando da vigência da Relação, acabaram rejeitados pela deputação. Já o artigo 7º, responsável por confirmar que as atribuições dos juízes de paz, transferidas pelos artigos antecedentes aos juízes de direito e municipais, não poderiam ser exercidas pelos magistrados eletivos no período de vigência da Relação, acabou obviamente prejudicado.

Votando-se o artigo 8º da proposta das comissões, em acordo com o qual ficava admitida, na província, a suspensão dos §§7º, 8º, 9º, 10º, 11, 12 e 17 do artigo 179, foi aprovada unicamente a suspensão dos §§7º, 8º e 9º, ficando rejeitados os restantes. Também o artigo 9º foi rejeitado, recusando-se, então, a proposta de que ao governo caberia prescrever a forma dos processos a serem observados pelos juízes municipais, de direito e pela nova Relação da província. Foram aprovados, por sua vez, os artigos 10, 11 e 12 da proposta das comissões reunidas, concernentes à autorização para saída de réus suspeitos da província, proibição das sociedades secretas e admissão, como crime de sedição, da reunião armada de 5 ou mais indivíduos, passíveis de serem dispersados pela força das armas após descumprimento da primeira admoestação.

Na sessão de 17 de julho, por fim, foram aprovados os artigos 13, 14 e 15 das emendas das comissões, concernentes à reorganização das guardas nacionais no Pará, à formação de um corpo de voluntários de até 400 praças na província – para a qual o governo poderia dispendar até 220 contos de reis – e à vigência de seis meses das medidas previstas pela lei. Ficou rejeitado, por fim, o artigo aditivo de número 16 proposto pelas comissões, que previa a necessidade de que o governo prestasse contas das medidas empreendidas em virtude desta lei, à Assembleia geral, no princípio de suas sessões.

Finda a 2ª discussão, Cornélio França requereu que fosse nominal a votação que se tinha de proceder para a passagem do projeto à 3ª discussão. Os deputados, no entanto, recusaram o pedido de Cornélio, sendo o projeto de suspensão de garantias

aprovado para passar à 3ª discussão ainda na sessão de 17 de julho, sem que se tenha registrado, nominalmente, os votos dos representantes. Demorou cerca de um mês, no entanto, para que tal discussão fosse recuperada na Casa, podendo-se aventar algumas hipóteses para tal demora, bem como para a mudança de posicionamentos identificada entre os representantes temporários ao longo desta 3ª discussão, iniciada aos 14 de agosto de 1835.

Antes de mais nada, vale registrar então que, ao longo da 3ª discussão, o posicionamento dos deputados tomou rumo bastante distinto do seguido até aqui. Os resultados da segunda votação haviam apontado já a um desejo dos representantes temporários pela criação de uma Relação com poderes ordinários no Pará, bem como a uma indisposição de sua parte ante alterações na organização da justiça pelo período de vigência daquele tribunal. A partir de agosto, tal posicionamento dissonante em relação às propostas inicialmente debatidas na Casa, materializou-se em novos projetos, chegando-se inclusive a questionar a necessidade de formação de qualquer tipo de tribunal especial no Pará.

É possível conjecturar que, a esta altura, os deputados já soubessem dos novos rumos tomados pela Cabanagem, particularmente, da efetiva e pacífica entrega da presidência da província, por Francisco Vinagre, a Manuel Jorge Rodrigues (nomeado pelo Executivo central), em junho de 1835. Também é possível supor que, a despeito das diversas falas locucionadas em defesa dos projetos de exceção propostos à província do Pará, a maior parte dos representantes temporários não se dispusesse a aprovar medidas tão controversas e excepcionais como as apresentadas à Casa em finais do mês de junho.

Ainda assim, salta aos olhos que, especialmente preocupados, ao longo da primeira e segunda discussões do projeto da lei de suspensão para o Pará, com a previsão de alternativas legais ao julgamento dos réus da Cabanagem, os representantes tenham acabado por aprovar um projeto em que não foram previstas quaisquer alterações à ordem do processo ou à organização da justiça naquela província, abdicando-se por completo de ponto aparentemente crucial para parte dos deputados quando do início dos debates. E ainda que não possamos asseverar os motivos subjacentes a essa mudança ou ao intervalo que separou a 2ª da 3ª discussão do projeto, é possível conjecturar que a finalização do processo de escolha do regente uno do país tenha influenciado o redirecionamento dos debates.

Vale ressaltar, nesse sentido, que, a despeito de oficializada unicamente aos 9 de outubro de 1835, a vitória de Feijó à vaga de regente foi reconhecida no país entre julho e agosto deste ano¹¹⁷, correspondendo justamente ao intervalo transcorrido entre as duas últimas discussões da lei de suspensões de garantias pelos deputados. No início de agosto, portanto, ainda que sem acesso ao total das atas do pleito realizado em abril, os representantes brasileiros apontavam já a impossibilidade de uma virada de Holanda Cavalcanti sobre Feijó. Em acordo com as apurações realizadas até aquele momento, a contabilização dos cerca de 360 votos restantes já não poderia superar a vantagem de 428 votos que o padre paulista abria sobre seu adversário¹¹⁸. Note-se, no entanto, que era baixíssima a margem de votos sobre a qual se baseava o reconhecimento desta vitória – confirmando-se tal conquista, em outubro, por uma diferença total de apenas 575 votos num universo de seis mil eleitores – e que, ainda em meados de junho, o resultado das eleições era dado como incerto no país¹¹⁹.

Haja vista o histórico de excessos de Feijó – com mais de uma iniciativa no sentido da aplicação do §35 do art. 179 no país e uma autêntica tentativa de golpe de Estado em menos de um ano à frente da pasta da Justiça –, é possível supor que, cientes de sua vitória à Regência Una, os representantes temporários tenham reavaliado as possibilidades de infração à ordem do processo e à administração da justiça aventadas à província do Pará, passando a considerar seriamente os riscos envolvidos em conceder aval legislativo a medidas de exceção num país que tinha à frente do poder Executivo um político do cariz de Feijó.

Talvez seja possível creditar ao reconhecimento desta vitória, portanto, tanto o intervalo de um mês transcorrido entre a 2ª e a 3ª discussões de uma lei que se dizia

¹¹⁷ Em acordo com Paulo Pereira de Castro: “Em junho os resultados começaram a indicar francamente a vantagem de Feijó e em julho já se tinha como certa sua vitória. Mas a apuração oficial só será realizada em outubro, encerrando-se a 9 deste mês”. Op. cit.; pp. 54-55.

¹¹⁸ Era essa a conclusão a que chegavam os membros da comissão de Constituição da Câmara dos deputados (Luiz Cavalcanti e Araújo Viana) em parecer apresentado à Casa em 14 de agosto de 1835, em resposta a ofício do presidente do Senado, de 11 de agosto, questionando a casa temporária justamente sobre o modo de se proceder ante a falta de parte das atas para a finalização da contagem dos votos. Reconhecendo, assim, a impossibilidade de viragem nos resultados eleitorais, a comissão de Constituição era de parecer que se convidasse o Senado a marcar o dia da reunião das duas Câmaras em Assembleia Geral, a fim de que se procedesse à apuração final dos votos sobre as atas dos colégios eleitorais já recebidas. O processo de apuração dos votos e confirmação da vitória de Feijó, no entanto, ainda se arrastaria por alguns meses, seguindo caminho mais tortuoso que o idealizado pelos membros da comissão.

¹¹⁹ Em edição de 16 de junho de 1835, o periódico *O Sete d’Abril* afirmava: “Não é hoje objecto de duvida que a Regência do Império vai ser commettida ao Sr. Feijó, ou ao Sr. Hollanda Cavalcanti; o que, porém, se não póde ainda asseverar é a qual d’estes dois Srs. caberá tão gloriosa tarefa. Antes da chegada da ultima embarcação do Norte inclinavamo-nos a crêr que a sorte se decidia a favor do Sr. Feijó; mas, pelas notícias recebidas do Ceará (onde, assoalhavam alguns Feijoistas que o Sr. H. Cavalcanti não seria votado, obteve elle, nos collegios de que havia conhecimento, tantos votos como o Sr. Feijó) é possível que o Sr. Hollanda triunfe”. *O Sete d’Abril*, N. 254 - 16/06/1835; p.1.

urgente e emergencial – e a análise dos debates travados na Câmara entre 18 de julho e 13 de agosto de 1835 vem apenas confirmar a ausência de qualquer outro objeto de urgência que pudesse ter obliterado a retomada da análise da lei para o Pará – quanto, ainda mais significativamente, a mudança de rumos identificável nas discussões finais do projeto e o formato finalmente assumido pela lei de suspensão de garantias prevista à província do Grão-Pará.

Iniciada, então, a 3ª discussão deste projeto, Moura Magalhães e José Thomaz *Nabuco de Araújo* (PA) enviariam, na própria sessão de 14 de agosto, proposta alternativa à mesa, recusando o projeto em discussão por sua alegada inconstitucionalidade e prevendo, para a província do Pará, unicamente a suspensão dos §§7º, 8º e 10 do art. 179 e a criação de uma Relação com atribuições praticamente idênticas às das demais Relações do Império. Se o teor de tal emenda, no entanto, não surpreende muito, uma vez que saída da pena de um deputado que, como Moura Magalhães, colocara-se prontamente contrário às propostas inicialmente apresentadas à Câmara, é emblemática da mudança de posicionamento dos deputados entre a segunda e a terceira discussões, a emenda proposta, aos 17 de agosto de 1835, por Carneiro Leão.

Por meio de sua proposta, o deputado por Minas Gerais, sugeria a substituição dos primeiros artigos das emendas das comissões (concernentes à criação da Relação no Pará), das quais fora signatário, pela admissão exclusiva de suspensão das garantias previstas pelos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179. Propunha, em outras palavras, que se abdicasse por completo da formação de um tribunal especial naquela província, mantendo, no entanto, as prescrições concernentes à proibição de sociedades secretas, reorganização da guarda nacional e envio de forças armadas ao palco da revolta¹²⁰.

Ainda na sessão do dia 17, também Raphael de Carvalho se manifestou contrário ao projeto em discussão, opondo-se à formação de uma Relação e à suspensão de quaisquer das garantias dos cidadãos daquela província. Adicionando à sua fala – não transcrita nos *Anais*, mas identificada na edição de 20 de agosto do periódico *Correio Oficial* – uma série de dados concernentes à situação então vivida no Grão-Pará, o discurso de Raphael de Carvalho parece ter atuado como verdadeiro divisor de águas no posicionamento dos parlamentares. E isso especialmente porque, ao informar parte dos representantes, e possivelmente confirmar a outros, que a

¹²⁰ APB-CD, sessão de 17 de agosto de 1835; p. 174.

presidência do Pará encontrava-se, àquela altura, pacificamente transferida das mãos de Francisco Vinagre para as de Manuel Jorge Rodrigues, o deputado pelo Maranhão rogava a seus colegas que não atissem, com as medidas de exceção propostas àquela província, o ânimo rebelde dos cabanos.

Afirmava, nesse sentido, que ainda que considerasse sempre proveitosa a criação de uma nova Relação no Império – ao menos teoricamente – não podia convir que nas atuais circunstâncias do Pará ela fosse um bem. “Como reputarão os paraenses esse tribunal, que ali chega revestido de poderes extraordinários, precedido de bayonetas, sustentado por canhões?”, perguntava-se o deputado. Ademais, na contramão da maioria dos posicionamentos exarados ao longo da 2ª discussão do projeto, para Raphael de Carvalho, a manutenção dos jurados na província parecia saída superior à criação de uma Relação, poupando, em sua leitura, maior número de “vítimas” dos desmandos de juizes e testemunhas necessariamente partidários¹²¹.

Tratando da situação política da província e da atuação de Vinagre, questionava, então, a medida de exceção como melhor resposta ao apaziguamento empreendido por aquele líder rebelde:

[...] Malcher separou a província do Império, negou obediência aos Poderes Nacionaes, e constituiu-se pela força: Vinagre porem debella o rebelde, integra o Império, presta obediência ao Governo Geral, reintegra todos os Empregados demettidos pelo rebelde Malcher, e desde então até hoje o Pará não tem fermentado mais: assim nos dizem as noticias que aqui temos. E, debaixo deste ponto de vista não será elle hum benemerito? Não merecerá os agradecimentos do Brasil? [...] Se tal serviço não tem consideração, e merece huma suspensão de garantias, Vinagre, senhor das forças da Província, não resistirá até o ultimo apuro contra huma tal medida? Não será este o meio de incendiar as chamas no Pará?¹²²

Na sessão de 18 de agosto, seria a vez de o visconde de Goiana se manifestar contrariamente ao projeto em discussão, recuperando o histórico da revolução paraense e identificando justamente nos desmandos do presidente Lobo de Sousa e, dentre outras coisas, nas invasões dos domicílios de seus adversários, por ele ordenadas, os males que se abateram sobre a província. Recusava-se, assim, a admitir o que considerava uma “odiosa suspensão de garantias” para o Pará, por meio da qual

¹²¹ Nas palavras de Raphael de Carvalho: “Comparemos agora o julgamento feito por essa Relação com o feito pelos Jurados. Aquelles Juizes, não gozando da *philanthropica consciência*, tem de decidir das causas pelas provas juridicas. Ora estando o Pará dividido em dous partidos encarniçados, qual será o réo levado perante taes Juizes, a quem as testemunhas não fação carga? Qual será por consequente aquelle que juridicamente deixe de ser sentenciado? Diversamente acontece nos Jurados; compondo-se estes de todos os partidos, elles não terão remédio senão contemporizar, e muitas victimas serão poupadas: ha de haver injustiças sim, mas sempre serão em menor numero do que no primeiro caso. O julgamento por Jurados pois deve ser preferido”. *Correio Official*, nº42 – 20/081835; p. 175.

¹²² *Correio Official*, nº42 – 20/081835; p. 176.

permitir-se-ia, uma vez mais, e inconstitucionalmente – uma vez que decretada em desacordo com os preceitos do §35 –, que se entrasse, por exemplo, pela noite adentro, no interior das casas dos cidadãos.

Para Goiana, o governo da Corte, a despeito de querer lavar as mãos ante a situação vivida pelo Pará, tinha sua parcela de responsabilidade na contenda, haja vista o descaso a que tantas vezes legara aquela província e, acima de tudo, as diferenças de tratamento dispensadas a ela e a outras províncias rebeldes do país. Na opinião do deputado, com sua atuação, a Corte acabara mesmo por incentivar a revolta, “acolhendo”, “protegendo” e “premiando” os rebeldes, diferentemente do que fizera ante diversas outras revoltas do país, prontamente condenadas e reprimidas¹²³.

Oposto ao formato que o projeto de suspensão de garantias então em discussão vinha tomando, o deputado paraense seguia defendendo, contudo, o estabelecimento de uma Relação naquela província, considerando que, composta por magistrados probos, julgaria com imparcialidade e contribuiria à pacificação local.

Posto a votos, a título de urgência, ainda na sessão de 18 de agosto, o projeto em discussão acabou surpreendentemente substituído pelas emendas apresentadas por Carneiro Leão no dia anterior, ficando rejeitadas ou prejudicadas todas as demais emendas enviadas¹²⁴. A nova proposta, fundada na emenda de Carneiro Leão, foi

¹²³ Comparando, assim, as reações da corte do Rio de Janeiro às revoltas mineira de 1833 e paraense de finais de 1834, inícios de 1835, o visconde de Goiana afirmava: “E não devemos atribuir ao Governo da Côrte toda a carnagem que se tem seguido da sua detestável politica? Se quer ainda mais provas, comparemos com a revolução de Minas, que foi de igual natureza. Os sediciosos de Minas mandarão emissários, que o Governo da Côrte não quis ouvir; mas este mesmo Governo acolheu os emissários e cabeças já pronunciados da sedição do Pará. Pela revolução de Minas, o Governo da Côrte nunca reconheceu o Presidente intruso; mas este mesmo Governo reconheceu o intruso Presidente do Pará, e comunicava-se com elle diretamente, como para animar á novas desordens. Pela revolução de Minas, o Governo da Côrte fez desapiedada guerra até restituir o Presidente debilhado; mas este mesmo Governo longe de fazer guerra aos sediciosos Agostenses do Pará, correspondia-se com elles, premiando-os ao mesmo tempo, que abandonava o Presidente esbulhado, como se não fora seo delegado. Ora Srs., a vista desta palpável contradicção, ainda diz o Sr. Deputado, que as desgraças do Pará senão devem atribuir ao Governo Central!”. O discurso do visconde de Goiana foi publicado quase na integra pelo periódico *O Novo Caramuru. Jornal da Opposição*, nº 5 – 03/09/1835; pp. 1-4; pp.2-3.

¹²⁴ Ante a requisição de Cornelio França pela votação nominal desta questão, os *Anais* registraram a lista de deputados favoráveis e contrários à proposta vencedora, tendo votado favoravelmente ao projeto “os Srs. Vasconcellos, Mello, Costa Miranda, Alvarenga Rangel, Quadros Aranha, Bhering, Alcibiades, Mendes dos Santos, Cerqueira Leite, Souza Martins, Maria de Moura, Castro e Silva, Vianna, Marcondes, Dias de Toledo, Alvares Machado, Ferreira da Veiga, Alvarenga Ferreira, Floriano de Toledo, Corrêa Pacheco, Gurgel, Rodrigues Barbosa, Chichorro da Gama, Paula Araujo, Rodrigues Torres, Carneiro Leão, Baptista Caetano, Carvalho, Fernandes Torres, Lessa, Mello e Souza, Limpo, Santa Barbara, Araujo Vianna, Pinto Peixoto, Belisario, Odorico, Paranhos, Brito Guerra, Araujo Ribeiro, Souza e Oliveira, Ramiro, Souto, Albuquerque Cavalcanti, Muniz Barreto, Ignacio Joaquim da Costa, Oliveira Braga, Duarte e Silva, Gomes da Fonseca, Ferreira de Castro, Galvão, Rezende e Paim”; e contrariamente a ela “os Srs. Hollanda, Monte, Raphael de Carvalho, Gonçalves Martins, bispo de Cuyabá, Messias de Leão, Ferreira França, Azevedo e Brito, Ernesto França, visconde de Goyanna, Seara, Peixoto de Albuquerque, Luiz Cavalcanti, Albuquerque Maranhão, Moura Magalhães,

aprovada na Casa por 53 votos a 30. Dois dias depois, na sessão de 20 de agosto, foi lida e aprovada em plenário a redação do novo projeto, assinado pela comissão de redação, composta pelos deputados José *Corrêa Pacheco* e Silva (SP), Antonio Paulino Limpo de Abreu e Rodrigues Torres.

Reduzido a cinco artigos, o novo projeto autorizava, em seu artigo 1º, a suspensão, na província do Pará, pelo período de seis meses, dos §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da Constituição, permitindo que, em sua ausência, o governo pudesse autorizar o presidente da referida província:

§1º. Para mandar prender sem culpa formada, e poder conservar em prisão, sem sujeitar a processo durante o dito espaço de seis mezes, os indiciados em qualquer dos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião e homicídio.¹²⁵

§2º. Para fazer sahir para fora da província, e mesmo assignar lugar certo para sua residência, áquelles dos indiciados nos referidos crimes, que a segurança publica exigir, que se não conservem na dita província.¹²⁶

O art. 2º do novo projeto seguia declarando ilícitas todas as sociedade secretas no Pará pelo período de vigência da lei e definindo como crime de sedição o ajuntamento armado de mais de cinco pessoas “contra as autoridades, seus agentes e execução de seus atos legais”, autorizando qualquer comandante de tropas a dissolver tal ajuntamento pelo uso de armas, não se dispersando seus “fautores” à primeira intimação.

Admitia ainda, por meio de seu art. 3º, a possível dissolução das guardas nacionais do Pará, pelo período de três anos, ficando o presidente autorizado a armar, por este período, até 600 cidadãos das referidas guardas, dar-lhes a organização que

Fortuna, Raphael de Macedo, Sebastião do Rego, Pontes, Veiga Pessoa, Vasconcellos Pessoa, Barbosa Cordeiro, Costa Machado, Ibiapina, Figueira de Mello, Paula Albuquerque, Maciel Monteiro, Figueiredo Rocha, Cornelio França e Pinto de Mendonça.” APB-CD, sessão em 18 de agosto de 1835; pp. 179-180.

¹²⁵ No ano seguinte à aprovação da lei de suspensões para o Pará, discutindo-se, na Câmara dos deputados, projeto de lei voltado à aplicação do §35 do art. 179 na província do Rio Grande do Sul, Cornélio França mencionaria seu desacordo com o conteúdo do art. 1º do projeto em discussão (em tudo semelhante ao art. 1º da lei aprovada em 1835 para o Pará), por considerar que exorbitava dos casos em que era permitida a suspensão de garantias. Nas palavras do representante: “[...] a Constituição não fala em que se suspendam as garantias nos casos de resistência, conspiração, homicídio, etc, como diz o §1º da proposta”. Manifestando-se na sequência, Limpo de Abreu (até pouco tempo antes ministro da Justiça do país, mas, à altura desta fala, ministro dos Negócios Estrangeiros) afirmaria, em defesa do artigo que “a constituição não diz que se suspendem as garantias para somente se processar os criminosos de rebelião ou os que houverem no caso de invasão de inimigos, mas determinando que nos dois casos de rebelião ou invasão de inimigos se suspendam as garantias.”. APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836; pp. 200-202.

¹²⁶ Ainda que este §2º do art. 1º previsse que pudessem ser retirados da província unicamente os réus indiciados nos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião e homicídio, cabe conjecturar se a admissão de suspensão do §6º do art. 179 pelo §1º do mesmo artigo não possibilitaria, em caso de necessidade, que qualquer cidadão suspeito fosse forçosamente desterrado ou degredado do Pará pelo presidente da província.

mais conveniente fosse, nomear oficiais e sujeitar tal força “à disciplina dos corpos destacados”. Já o art. 4º do novo projeto autorizava o governo a dispender até 220 contos de reis para mandar estacionar o quanto antes naquela província um corpo de voluntários que não excedesse o número de 400 praças. Seu último artigo (de número 5) previa enfim a suspensão de todas as leis em contrário.

Chegando ao Senado em 5 de setembro de 1835, o projeto seria rapidamente aprovado pelos representantes vitalícios, sem nenhuma emenda; sancionado, enfim, pela Regência, aos 22 do mesmo mês, assinado por Francisco de Lima e Silva.

À altura da avaliação final deste projeto pelos representantes nacionais, é possível conjecturar serem desconhecidos, na Corte do Rio de Janeiro, os últimos desdobramentos da revolta paraense, particularmente a fuga de Jorge Rodrigues da capital da província e a tomada de Belém pelo novo presidente rebelde, Eduardo Angelim. Se o temporário apaziguamento dos rebeldes paraenses – materializado na tranquila transição de poder operada entre os presidentes Vinagre e Jorge Rodrigues em junho daquele ano –, parece ter atuado positivamente, assim, na adoção de um projeto de suspensão de garantias bastante mais ameno em relação ao inicialmente proposto pelo governo, os futuros desdobramentos da revolta parecem ter contribuído diretamente, por sua vez, para que a lei não fosse aplicada na província. E isto porque, como veremos à frente, na avaliação do novo presidente e comandante das armas nomeado pelo governo central, o general Francisco José de Souza Soares de Andréa, as prescrições da lei de 22 de setembro de 1835 não configuravam suporte suficiente à pronta repressão e pacificação local.

Desenhada para auxiliar as autoridades da província a por fim à revolta, a lei de suspensão de garantias para o Pará, ao ser anormalmente utilizada pelo general Andréa, acabou não contribuindo em nada a uma maior legalidade na repressão à Cabanagem. Chegando à província em abril de 1836, Andréa levaria consigo, para além de instruções concernentes à aplicação da lei de 22 de setembro de 1835, um decreto de 4 de novembro do mesmo ano (determinando que as sentenças de morte proferidas a crimes cometidos depois de 6 de janeiro de 1835, fossem ali executadas sem necessidade de subirem à presença do Poder Moderador¹²⁷) e uma série de outras

¹²⁷ Como já vimos anteriormente nesta tese, mais especificamente em seu Cap. 1 (ao tratarmos dos decretos de suspensão para a província de Pernambuco baixados em fevereiro de 1829), tal determinação feria a previsão do art.1º da lei de 11 de setembro de 1826, em acordo com o qual todas as sentenças proferidas “em qualquer parte do Império”, que impusessem pena de morte, só poderiam ser executadas após subirem à presença do imperador, “para poder perdoar, ou moderar a pena,

determinações mais especificamente voltadas à dissolução da guarda nacional e reorganização das forças armadas na província¹²⁸.

As notícias da atuação de Andréa só chegariam à Casa, no entanto, em 1837, após um longo intervalo no qual as questões paraenses, deixadas a cargo do presidente daquela província, praticamente não ocuparam os trabalhos dos representantes nacionais, absorvidos, desde o início do ano legislativo de 1836, com as disputas políticas então latentes no governo e com a situação conflituosa em andamento ao sul do país.

3.3. A lei de 11 de outubro de 1836 e a primeira prorrogação das leis de suspensão, em 1837

Promulgada aos 11 de outubro de 1836, a lei responsável pela suspensão de uma parcela das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos da província do Rio Grande do Sul foi discutida no Parlamento brasileiro entre os meses de junho e setembro daquele ano. Apresentado pelo governo, na figura do então ministro da justiça Antonio Paulino Limpo de Abreu, em 1º de junho, o projeto que deu origem à lei de repressão à Farroupilha tinha formato bastante semelhante àquele assumido pela lei de 22 de setembro de 1835, tendo sido muito pouco modificado ao longo dos meses que antecederam sua aprovação.

Aliás, comparativamente ao que ocorrera com a lei de suspensões para o Pará, o conteúdo específico do projeto proposto em 1836 foi pouco debatido pelos parlamentares nacionais que, desde a abertura dos trabalhos legislativos, pareciam mais preocupados em atacar a Regência de Feijó e a administração em exercício, do que em avaliar medidas concretas de auxílio à pacificação do país.

Diferentemente do caso paraense, portanto, em que as discussões sobre artigos e parágrafos específicos das propostas de suspensão de garantias mobilizaram diferentes interpretações sobre o §35 do art. 179, o projeto que deu origem à lei de suspensões sul rio-grandense foi analisado por deputados e senadores a partir de uma chave bastante distinta. Privilegiou-se, neste caso, um exame da atuação do governo frente aos primeiros episódios da Farroupilha – particularmente a sedição de 20 de

conforme o art. 101 § 8.º da Constituição do Império”. *CLIB de 1826. Parte I*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880; p. 11-13.

¹²⁸ “Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu”. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836; pp. 15-16. Ver também *CLIB de 1835. Parte Segunda*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864; p. 124 e p. 142.

setembro de 1835, com a subsequente troca do presidente da província e a anistia prometida aos rebeldes –, em lugar das medidas especificamente presentes no projeto.

É razoável supor, inclusive, que os debates do ano anterior tenham contribuído para que a lei de suspensões de 1836 fosse discutida sob novos pontos de vista. Afinal, a aplicação do §35 agora sugerida pelo governo adequava-se quase por completo àquela arquitetada pelos representantes em 1835, dispensando-os, em certa medida, de discuti-la novamente na Casa. Mais do que isso, no entanto, também o agitado clima político então vivido pelo país e o descrédito contra o qual teve que se haver o governo de Feijó, praticamente desde sua instalação, devem ser considerados aos analisarmos os rumos tomados pelas discussões da lei a ser aplicada ao caso sul-rio-grandense.

Nesse sentido, ainda que questões recorrentes ao tratar-se da suspensão de garantias tenham marcado presença também nesses debates – com os representantes se perguntando, por exemplo, quantas e quais dentre as garantias reguladas pelo art. 179 da Carta de 1824 eram passíveis de dispensa, se havia ou não uma rebelião ao sul do país, tal como definida no Código Criminal e referida no §35, ou ainda, se dispensadas as garantias dos cidadãos, ficava admitida a formação de juízos extraordinários no país –, foram outros os pontos privilegiadamente abordados por deputados e senadores em 1836. Seu foco, ao tratar da lei de suspensão de garantias para o Rio Grande do Sul, girou, assim, em torno de matérias como a falta de informações de que dispunham sobre a situação na província austral, a insuficiência das medidas até então propostas pelo governo para a pacificação daquela região e a inadequação da suspensão de garantias àquela altura dos conflitos, com uma série de ataques desferidos ao governo por sua pretensa conivência com os rebeldes e dúvidas quanto a seus reais intuitos de repressão aos farrapos.

A despeito disso tudo, a lei acabou aprovada pelos representantes, quase exatamente nos mesmos termos em que fora proposta, indicando um consenso em torno da medida de suspensão de garantias como resposta adequada ao grave quadro vivenciado ao sul do país. Consenso que acabou por prevalecer inclusive à crise política instaurada no seio do governo nacional, da qual decorreria, no ano seguinte, a renúncia de Feijó e a ascensão do chamado Regresso, consoante a qual foram conduzidas revisões em medidas e políticas adotadas nos primeiros anos da Regência.

Antes de adentrarmos pela análise dos debates sobre a lei de suspensão de garantias, portanto, vale a pena examinarmos brevemente a situação instaurada no Rio

Grande do Sul quando do início dos trabalhos legislativos de 1836, observando ainda as primeiras reações dos deputados à atuação do governo frente ao movimento farroupilha, expressas nas discussões da resposta à Fala do Trono travadas em maio de 1836.

A deflagração do movimento farroupilha e o quinto “período” da resposta à Fala do Trono de 1836

A escolha de Feijó para regente uno do país, oficializada em 12 de outubro de 1835, resultou de longo e complexo processo eleitoral, marcado por verdadeira polarização de forças. Afinal, num universo de cerca de 6 mil eleitores, as candidaturas de Feijó e Holanda Cavalcanti concentraram algo em torno de 5 mil votos, com a vitória do primeiro se dando por diferença de apenas 575 votos sobre o segundo. Para além disso, a apuração eleitoral indicou uma preferência pelo candidato vencedor no interior do país, com Holanda Cavalcanti vencendo, por sua vez, em Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e por praticamente toda a facha atlântica, desde a Bahia até a Paraíba (à exceção do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo)¹²⁹.

Tudo parecia apontar, portanto, a um governo que, para manter a iniciativa das propostas e o controle sobre as decisões para o país, necessitaria de aliados e alianças. Acontece que, entre o encerramento dos trabalhos legislativos de 1835, em 25 de outubro¹³⁰, e o início do ano parlamentar de 1836, Feijó abdicou quase por completo de investir em acordos políticos que garantissem apoio a seu governo, inviabilizando-o de saída¹³¹. São vários os autores a sublinharem, por exemplo, a opacidade de seu primeiro Gabinete e a ausência entre os ministros, à exceção de Limpo de Abreu, de nomes capazes de neutralizarem ou atenuarem os intuitos bélicos da oposição que, na Câmara dos deputados, se formara contra o seu governo¹³².

¹²⁹ Paulo Pereira de Castro, “A experiência republicana, 1831-1840”. Op. cit.; p. 58.

¹³⁰ A sessão legislativa de 1835 teve de ser prorrogada por três vezes a fim de que se apurasse a eleição do novo regente, ficando adiado seu encerramento, inicialmente, de 7 a 20 de setembro, depois de 20 de setembro a 4 de outubro e, por fim, de 4 a 20 de outubro de 1835.

¹³¹ Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p. 55.

¹³² O primeiro Gabinete de Feijó contava com Antonio Paulino Limpo de Abreu nas pastas do Império e da Justiça, Manoel Alves Branco nos Negócios Estrangeiros, Manoel do Nascimento Castro e Silva na Fazenda e Manoel da Fonseca Lima e Silva na Marinha e na Guerra. Consoante Pereira de Castro, à exceção de Limpo de Abreu e Alves Branco, Feijó não teve “senão mediocridades no governo”. nas palavras do autor: “Até fins de 1836, experimentou três diferentes Gabinetes, jogando apenas com oito nomes que se substituíam e revezavam”. Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p. 61. Ver também: Octavio Tarquinio de Souza. Op. cit., 1960; pp. 251-252.

Para piorar a situação, foi exatamente neste meio tempo que tiveram lugar, no Rio Grande do Sul, os primeiros episódios do movimento que ficaria conhecido Farroupilha, respondendo a descontentamentos das elites sulinas com o governo central do Império e, particularmente, com o que chamavam de “autoritarismo do centro contra o sul”, intensificado desde a abdicação de Pedro I¹³³. Inicialmente, no entanto, o governo respondeu com cautela à sublevação sul rio-grandense, privilegiando uma possível conciliação com os rebeldes, num movimento que acabou por atrair ainda mais a fúria e a desconfiança dos parlamentares frente aos “reais intuitos” do governo quanto à manutenção da integridade imperial.

Narrando o percurso de ocupação do território que hoje conforma o Rio Grande do Sul, Sandra Jatahy Pesavento destaca o modo como os chamados “estancieiros soldados” da região, que nada mais eram que a elite sulina, composta por senhores de terra e de gado, acumularam poder e prestígio ao longo do século XVIII, gozando de relativa autonomia no exercício do poder¹³⁴. Reconhecidos pela coroa por seu valor militar – particularmente importante à defesa da fronteira, quando das diversas invasões castelhanas ali ocorridas, e verdadeiramente glorificado por ocasião da incorporação da província Cisplatina, em 1820 –, os estancieiros sulinos haviam angariado grande poder com o desenvolvimento da produção do charque, no final do século XVIII, responsável por alimentar grande contingente de escravizados do país.

Não espanta, assim, que com a Independência e o recuo das autonomias regionais frente à centralização político-administrativa na corte do Rio de Janeiro, as elites sulinas tenham se sentido desprestigiadas e desconsideradas. Sentimento que aumentou com a perda da província Cisplatina, em 1828, e a consequente desvalorização político-militar dos gaúchos, culpados pela Coroa pelo ocorrido, enquanto, a seu ver, fora justamente o governo do Rio de Janeiro o responsável pela perda da Banda Oriental.

Se a Abdicação parecia anunciar novos augúrios, com a instalação da Regência, em 1831, a situação só tendeu a piorar, aumentando o sentimento de obliteração dos sul rio-grandenses em relação ao centro do poder, que lhes indicava presidentes de província estranhos aos interesses locais e ameaçava sua inserção, por

¹³³ Sandra Jatahy Pesavento. “Uma certa revolução Farroupilha”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, pp. 233-267; pp. 239-240

¹³⁴ A breve narrativa que se segue dos motivos subjacentes à explosão da Farroupilha advieram do artigo supracitado de Sandra Jatahy Pesavento.

meio do charque, no mercado interno. O governo imperial cobrava, assim, altos impostos sobre os insumos da produção do charque nacional, ao mesmo tempo em que reduzia a taxaço sobre o charque estrangeiro. Sentindo-se ameaçadas e prejudicadas, as empresas pecuaristas do sul demandaram do governo uma política protecionista para seu produto, que não lhes foi, no entanto, concedida. Ademais, permanecia o problema da fronteira, questão estratégica, para ambas partes – governo, de um lado, e estancieiros, de outro – e profundamente marcada, naquela região, pela falta de definição geográfica dos limites entre os países¹³⁵. O Rio Grande do Sul esteve, assim, por muito tempo, envolvido em questões políticas e comerciais “que extrapolavam os limites das fronteiras”, com suas ações diplomáticas e militares diretamente ligadas às questões mais amplas da região do Prata¹³⁶.

Nem a instalação da assembleia provincial, em 1835, foi suficiente para frear os descontentamentos ao sul do país. Imiscuídos nas complexas disputas platinas do período e travando relações ambíguas com os caudilhos castelhanos, alguns estancieiros sulinos foram chamados a prestar contas ao governo brasileiro, ainda em 1834, por sua proximidade com homens como Juan Lavalleja. Insatisfeito com os esclarecimentos prestados e mantendo firmes suspeitas quanto à lealdade de figuras como Bento Gonçalves da Silva e Bento Manuel Ribeiro à causa nacional, o presidente do Rio Grande do Sul, Antonio Rodrigues Fernandes Braga, acusou-os de tramarem contra o Império em sua fala de abertura aos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, em abril de 1835.

A acusação do presidente foi o estopim da crise no sul, que estourou na própria sessão de instalação da assembleia, espalhando-se rapidamente por Porto Alegre e pelo interior do Rio Grande. Organizando-se para o combate nos meses subsequentes, os rebeldes cercaram e ocuparam a capital da província aos 20 de setembro de 1835, na “sedição” (assim classificada pelo governo) de que resultou a fuga e o consequente afastamento do presidente Braga. Em seu lugar, a presidência foi assumida por Marciano Pereira Ribeiro – um dos vice-presidentes de Braga, cuja posse foi legitimada pelos rebeldes –, que se manteve à frente do governo provincial até a chegada de José de Araújo Ribeiro. Nomeado pelo governo central, Araújo Ribeiro logo entrou em atrito com os rebeldes, tendo sua presidência recusada pela

¹³⁵ Leonardo dos Reis Gandia. *A política ao fio da espada. Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2015; p. 21.

¹³⁶ Idem. Ibidem.

assembleia provincial. Acabou tomando posse junto à Câmara municipal da cidade de Rio Grande, despertando a revolta dos líderes políticos farrapos.

Nesta “primeira fase” da revolta¹³⁷, transcorrida entre setembro de 1835 e novembro de 1836 (quando foi proclamada a República de Piratini), o separatismo não compunha o programa político dos rebeldes. Em acordo com Leonardo dos Reis Gandia, em seu início, o movimento se fundava principalmente num questionamento à forte ingerência das autoridades centrais na província, especialmente no que tangia às limitações impostas ao poder de ação dos comandantes de fronteira e de suas atividades autônomas frente aos orientais e às propriedades da região¹³⁸. Nos últimos meses de 1835, portanto, as proclamações dos rebeldes e do então presidente Marciano Ribeiro aos habitantes da província davam mostras de seu respeito à integridade nacional e ao imperador constitucional, buscando afastar suspeitas de separatismo ou republicanismo¹³⁹.

Respondendo ao que dizia identificar como uma sedição, da qual não pareciam derivar graves riscos à integridade nacional, o governo investiu em medidas para apaziguar os ânimos. O novo presidente enviado ao Rio Grande, José de Araújo Ribeiro, primo de Bento Gonçalves, assumiu postura pacificadora, dizendo acreditar que apenas os meios da reconciliação e esquecimento completo do ocorrido poderiam restituir a ordem e o sossego à província¹⁴⁰. Enquanto isso, Feijó nomeou Manuel da Fonseca Lima e Silva, do qual se dizia que mantinha relações próximas com os rebeldes farrapos, ao ministério da guerra do país¹⁴¹. Coroando a linha apaziguadora assumida ante o movimento, no início de dezembro, o ministro da Justiça Limpo de Abreu prometeu anistiar os insurgentes que, envolvidos na sedição de 20 setembro, tivessem passado posteriormente às fileiras da legalidade.

No início de 1836, ficava cada vez mais evidente ao governo, no entanto, que a estratégia pacificadora não vinha gerando bons resultados. As batalhas travadas entre as forças da ordem e os insurgentes tornavam-se cada vez mais numerosas, forçando a Regência a apoiar a organização da resistência e a reconquista dos

¹³⁷ Moacyr Flores. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; p. 43.

¹³⁸ Leonardo dos Reis Gandia. Op. cit.; p. 21.

¹³⁹ Sandra Jatahy Pesavento. Op. cit., 2017; pp. 245-246. Moacyr Flores. Op. cit.; pp. 48-49; José Plínio Guimarães Fachel. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUFPEL, 2002; p. 49.

¹⁴⁰ “Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu”. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1836; p. 17.

¹⁴¹ Manuel da Fonseca Lima e Silva era irmão do ex-regente do Império, Francisco de Lima e Silva (de quem se dizia ter trocado correspondências com Bento Gonçalves previamente à eclosão da revolta), e também de João Manuel de Lima e Silva, rebelde gaúcho. Ver: Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p. 66.

territórios tomados pelos rebeldes, com o envio de reforços em homens e armas ao Rio Grande. As atitudes do governo, contudo, seguiram sendo acusadas de dubiedade e falta de firmeza, em especial ante a dinâmica dos conflitos então em curso na região, levantando suspeitas quanto a seus reais intuitos e atraindo grande número de críticas dos representantes brasileiros quando da abertura dos trabalhos legislativos de 1836.

Já no início da sessão deste ano, discutindo-se na Câmara baixa a tradicional resposta à Fala do Trono, parte significativa dos representantes temporários deixou claro seu descontentamento com a atuação do governo frente aos conflitos do sul, aproveitando-se da discussão da matéria para se opor abertamente ao regente Feijó e ao ministério por ele nomeado.

Ao abrir a sessão parlamentar de 1836, Feijó se referiu em termos bastante distintos aos acontecimentos do Pará e do Rio Grande, sublinhando, no primeiro caso, os esforços do governo para recuperar, “às feras que a dominam”, a cidade de Belém, ao passo que, tratando da situação ao sul, defendeu que “o bem do Estado” aconselhara a adoção de “medidas conciliadoras” para lidar com a “sedição de Porto Alegre”. Ainda que a Fala do Trono seguisse alertando os rebeldes farroupilhas de que, em caso de “contumácia”, o governo poria em movimento todos os recursos de que dispunha com o fito de sujeitá-los à obediência, deixava claro que a parcimônia fora sua primeira opção. Para além disso, em suas *Declarações para aceitar a Regência*, Feijó revelara acreditar na inevitável bipartição do Brasil em um futuro próximo, afirmando que, em “caso de separação das províncias do Norte”, caberia segurar as do Sul e “dispor os ânimos para aceitarem esse momento para as reformas que as necessidade de então reclamarem”¹⁴². Escrevendo, em dezembro de 1835, ao marquês de Barbacena, declarara ainda que ia lhe “parecendo inevitável a separação” do Rio Grande do Sul do restante do país, admitindo contudo que, com o tempo, a província tenderia a retornar à unidade nacional¹⁴³.

No projeto do chamado voto de graças, ou resposta à Fala do Trono, elaborado pelos deputados Miguel Calmon du Pin e Almeida, Francisco de *Souza Martins* (PI) e Rodrigues Torres, o quinto “período” – na denominação utilizada pelos próprios representantes para se referirem aos parágrafos do texto – foi especificamente

¹⁴² Paulo Pereira de Castro. Op. cit., p. 66.

¹⁴³ Idem, pp. 66-67. Na mesma correspondência com Barbacena, revelaria ainda a existência de notícias dando conta de planos concernentes à separação de Pernambuco do restante do país, com os quais pareciam fazer coro as províncias de Sergipe, Alagoas, e Paraíba. Diante desta possibilidade, Feijó se declarou nos seguintes termos: “Lá se avênham; Deus as ajude. Como eu não tenho nem nunca tive parte nas desordens, tendo pelo contrário querido remediá-las, tudo correrá por conta e risco dos que tiverem parte na desordem”. APUD: Octavio Tarquinio de Sousa. Op. cit., 1960; pp. 258-259.

dedicado a responder à avaliação do governo sobre a situação das províncias do Pará e do Rio Grande. Declarando, de saída, lastimar o estado em que ambas se encontravam, a resposta indicava ao governo, no entanto, que a finalização dos conflitos estava em suas mãos. Bastava, para isso, que desse as providências “que couberem no círculo de suas atribuições”, propondo à assembleia as medidas “mais adaptadas às nossas circunstâncias” e firmando-se na “pontual execução das leis”. Afirmava, por fim, que “Do accôrdo e mutuo auxilio e franca cooperação dos poderes legislativo e executivo deve provir na presente conjuntura o remedio, de que havemos mister”.

Como o restante do voto de graças, também este “período” guardava, sob a capa de uma declaração de interesses comuns entre os poderes, ataques bastante diretos ao Executivo nacional. Imputava-lhe, assim, alta dose de responsabilidade sobre o rumo dos acontecimentos, colocando sobre seus ombros o peso da proposição de alternativas às desordens internas. Nas entrelinhas da resposta, os deputados acusavam ainda o governo de não se ater aos preceitos da Carta de 1824 nas medidas empreendidas no Rio Grande do Sul, em referência direta à anistia entabulada pelo ministério da Justiça no final de 1835.

Lembremos nesse ponto que, em acordo com os preceitos da Lei da Regência, o Executivo não possuía prerrogativa para conceder anistias no país, cabendo tal atribuição exclusivamente ao poder legislativo nacional. Nesse sentido, mesmo não oficializada pelo governo, a anistia prometida aos rebeldes do sul no final de 1835 foi bastante criticada pelos deputados, pois que, sem a prévia concordância dos legisladores, não cabia ao Executivo sequer uma promessa como aquela¹⁴⁴.

Transcorridas entre os dias 13 e 17 de maio de 1836, as discussões sobre o quinto “período” do voto de graças acabaram forçando o ministro da justiça a justificar e fundamentar sua atuação ao sul do país. Configuraram, assim, ocasião propícia para a oposição, permitindo-lhe apontar os erros da Regência, e da administração vigente, e lançar-lhes uma série de censuras.

¹⁴⁴ No que tange à anistia concedida pelo governo aos sediciosos de 20 de setembro, vale esclarecer que, quando de seu anúncio pelo ministro da Justiça, ainda em dezembro de 1835, os termos específicos de sua aplicação haviam ficado a cargo do presidente do Rio Grande do Sul, Araújo Ribeiro. Acontece que, como revelado posteriormente por Limpo de Abreu – em fala enunciada na sessão de 19 de julho de 1836 –, após anunciar a concessão de anistia, o governo não recebera quaisquer notícias de Araújo Ribeiro dando conta de resoluções tomadas para a aplicação da medida. A anistia aos sediciosos de setembro, portanto, acabou ficando apenas na promessa, prescindindo de oficialização com o passar dos meses. Ver: APB-CD, sessão de 19 de julho de 1836, p. 97.

Dentre os questionamentos colocados ao governo, saltam aos olhos aqueles concernentes à natureza da sublevação sul rio-grandense, com diversos representantes acuando o ministro da Justiça a responder se o governo identificara aquele movimento prontamente como uma sedição, uma conspiração ou uma rebelião¹⁴⁵. Respondendo a essas indagações, Limpo de Abreu acabou por revelar que, tendo inicialmente interpretado o movimento como uma sedição (voltada à substituição do presidente da província), com o passar dos meses, o governo identificara a maior latitude e ameaça das reivindicações rebeldes, amplificando também suas demandas com vistas à repressão do movimento. Referindo-se, assim, ao relatório anual de sua pasta, lido alguns dias antes aos deputados e senadores do país, o ministro da Justiça reforçava aos representantes temporários que, naquele documento, o governo reconheceria já a necessidade de uma “Lei especial” para o Rio Grande, que compreendesse “medidas de prevenção” a serem empreendidas contra os rebeldes. Em acordo com o ministro, tal demanda respondia, por si só, à questão que lhe fora colocada, revelando que o ministério passara a compreender o movimento como uma rebelião.

Ao tratar das primeiras impressões oficiais sobre a revolta, Limpo de Abreu admitiu também que a administração sabia da existência de facções separatistas na província do Rio Grande, aumentando a indignação de deputados para quem, ante tal conhecimento, não se poderia jamais ter insistido, como fizera o ministério, em medidas conciliatórias para com os rebeldes. O governo foi seguidamente acusado, assim, de conivência com os objetivos farroupilhas, questionando-se também a escolha, naquela conjuntura, de autoridades como o presidente Araújo Ribeiro e o ministro da guerra (Manuel da Fonseca Lima e Silva) que, por suas pretensas ligações com os rebeldes, conformavam mais uma prova da transigência do governo central com os líderes da revolta.

¹⁴⁵ Em acordo com o Código Criminal de 1830, era crime de conspiração a reunião de 20 ou mais pessoas para praticarem quaisquer dos crimes políticos mencionados nos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do mesmo código, não se tendo, contudo, começado a reduzir a ato. Já o crime de rebelião fora entendido pelo diploma penal do Império como a reunião de uma ou mais povoações, que, juntas, compreendessem mais de 20 mil pessoas, para a prática de algum ou alguns dos crimes regulados pelos mesmos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92. Por fim, o crime de sedição foi definido como o ajuntamento de 20 ou mais pessoas, armadas total ou parcialmente, com o fim de impedir a posse de um empregado público nomeado “competentemente” e munido de título legítimo, privá-lo de seu emprego, ou impedir a execução ou cumprimento de qualquer ato, ou ordem legal, de legítima autoridade. Para uma análise mais detalhada da previsão de rebelião do Código de 1830 ver: Vivian Chieragati Costa. Op. cit., 2013; especialmente pp. 284-292. “Código Criminal do Império do Brasil”. *CLIB de 1830*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876; pp. 142-200.

Também a anistia oferecida aos insurgentes de 20 de setembro foi abordada como testemunho da cumplicidade do governo com os farroupilhas. A questão da anistia, no entanto, serviu para que os opositores da Regência apontassem os rompantes autoritários do governo e seu descompromisso com os limites legais impostos à sua atuação. Recuperou-se, assim, em mais de uma ocasião, a impossibilidade em que o Executivo se encontrava, pela Lei da Regência, de conceder anistias. Já o ministro Limpo de Abreu foi arduamente censurado por justificar semelhante medida como resultado de sua coragem patriótica frente aos riscos impostos ao país e ainda por ter assumido a “inteira responsabilidade” por tal escolha frente a seus opositores¹⁴⁶.

A colocação de Limpo de Abreu rendeu um aguerrido debate em torno da existência, ou não, de circunstâncias legitimadoras da violação das leis nacionais. Enquanto para um deputado como Cornélio Ferreira França, tais ocasiões simplesmente inexistiam, sendo completamente vedada aos membros do governo qualquer infração legal (a despeito da frequência com que vinham ocorrendo no país, pretextando-se sempre, nas palavras do deputado, o “*salus populi*”¹⁴⁷), Rodrigues Torres e Vasconcelos defendiam que, em raríssimas e bem precisas ocasiões, a salvação pública podia exigir dos ministros imperiais que franqueassem os limites legais (com o possível sacrifício de suas próprias vidas), sendo tais agentes do governo obrigados, contudo, nesses casos, a “não errarem na aplicação dessa medida”¹⁴⁸. A despeito de tal interpretação, tanto Vasconcelos quanto Rodrigues Torres consideravam que, ao anistiar os rebeldes do sul, o governo havia errado, e muito, desviando-se por completo da rota da legalidade. Nas palavras do deputado mineiro, as leis pareciam verdadeiros obstáculos ao ministério no poder, que constantemente as infringia, revelando o grande desequilíbrio que, em sua opinião, marcava o funcionamento do Estado nacional¹⁴⁹.

Para além de tais censuras, a controversa anistia aos rebeldes do sul rendeu ao governo a acusação de que, disposto a ferir a Lei da Regência quando conveniente,

¹⁴⁶ Nas palavras de Limpo de Abreu: “Finalmente, o Sr. ministro responde que o governo sujeitou-se à responsabilidade que lhe poderia cahir no caso de duvida, se podia ou não conceder a amnistia; assim, pois, aquellos Srs. deputados que julgão que o governo não estava autorizado a lançar mão desta medida, podem accusar o governo; que elle ministro tem a coragem patriotica de sujeitar-se por isso á responsabilidade”. APB-CD, sessão de 13 de maio de 1836; p. 48.

¹⁴⁷ APB-CD, sessão de 16 de maio de 1836; p. 58.

¹⁴⁸ APB-CD, sessão de 17 de maio de 1836; p. 67.

¹⁴⁹ Já na ocasião da discussão do voto de graças, Vasconcelos deu vazão a severas críticas ao governo, dizendo que o desequilíbrio que identificava no funcionamento do Estado brasileiro repousava sobre o “pecado original” de confundir-se, no país, as vontades responsável e irresponsável. APB-CD, sessão em 13 de maio de 1836, pp. 49-50.

ficava a apenas um passo de infrações ainda mais graves, como a de recorrer à dissolução da Câmara dos deputados quando julgasse necessário¹⁵⁰. Manifestando-se na sessão de 16 de maio de 1836, Figueira de Mello foi explícito ao afirmar que, se o trono se queixava de que as instituições nacionais vacilavam, “é porque hoje não governa a lei no Brasil”, recusando, portanto, seu apoio a um “ministério infractor das leis, e que só se dirige por seus caprichos”¹⁵¹.

Mais do que debaterem os termos precisos da resposta à Fala do Trono, afinal aprovada quase exatamente como em sua versão original, as discussões de maio de 1836 serviram para que os deputados marcassem posição frente à atuação do governo ao sul do país¹⁵². E seu posicionamento foi bastante desfavorável ao ministério em exercício, acusado de angariar unicamente as desconfianças da nação e de cair cada vez mais em descrédito por sua atuação desrespeitosa às leis e aos direitos individuais¹⁵³.

A tramitação da lei de suspensão de garantias para o Rio Grande do Sul

A constituição reconhece a emergência de circunstâncias deploráveis, em que se torna preciso que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades que garantem a liberdade individual. É este um dos sacrifícios mais dolorosos que pôde ter lugar em um governo constitucional, mas que a segurança do estado pôde reclamar nos casos de rebelião ou de invasão de inimigos. Avaliar estas circunstâncias com discernimento e circumspecção, decretar sómente aquellas medidas que forem absolutamente necessárias para conseguir-se o fim de restabelecer e consolidar a liberdade que, afugentada pela anarquia, pôde ter desaparecido em algum ponto do império, eis-aqui senhores, o que em verdade cumpre fazer. Não nos é desconhecido o estado calamitoso da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Uma facção ousada e turbulenta tem nella levantado o estandarte da rebelião.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Fala do deputado Figueira de Mello. APB-CD, sessão de 13 de maio de 1836; p. 48. Também Cornélio Ferreira França se manifestou nesse sentido na sessão do dia 16. APB-CD, sessão de 16 de maio de 1836; p. 58.

¹⁵¹ APB-CD, sessão de 16 de maio de 1836; pp. 59-60.

¹⁵² Posicionaram-se favoravelmente ao governo, nessas discussões, os deputados Evaristo Ferreira da Veiga, Henriques de Rezende, Gonçalves Martins e, obviamente, Limpo de Abreu. Já em aberta oposição ao Executivo falaram Figueira de Mello, Saturnino de Souza e Oliveira, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Miguel Calmon du Pin, Joaquim Francisco Vianna, Cornélio Ferreira França, Rodrigues Torres e Holanda Cavalcanti. Valendo reforçar que, dentre este último grupo havia tanto deputados favoráveis como contrários ao período específico em discussão.

¹⁵³ Falando na sessão de 17 de maio de 1836, assim se manifestou Holanda Cavalcanti sobre o ministério em exercício: “Diz que leu no principio da nova administração um manifesto pelo qual persuadia-se haver um ministério novo, um ministério de paz; mas que desgraçadamente se enganára, porque o ministério é de paz e guerra, segundo lhe apraz. Julga que não é exacto dizer-se, como ouvira na câmara, que o ministério tem mostrado habilidade, etc., pois elle não vê habilidade senão em achincalhar a representação nacional. Observa que alguns senhores têm entendido que os ministros podem transpor as leis; mas pergunta como, e em que casos?”. APB-CD, sessão de 17 de maio de 1836; p. 67.

¹⁵⁴ APB-CD, sessão de 1º de junho de 1836; p. 122.

Foi com essas palavras que o ministro da Justiça, Limpo de Abreu, iniciou a apresentação, na Câmara dos deputados, da medida de iniciativa do governo, de suspender uma parcela das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos sul rio-grandenses. Se, como vimos acima, o governo admitira ter inicialmente identificado como sedição o movimento travado ao Sul, ficava claro agora que passara a tratar aqueles acontecimentos como uma rebelião, reivindicando as medidas cabíveis ante a ameaça que representavam ao país.

Prosseguindo em sua fala, Limpo de Abreu recuperou as providências apaziguadoras inicialmente intentadas pela administração, lembrando a anistia anunciada aos insurgentes e afirmando que, em decorrência de tal compromisso, parcela significativa dos “iludidos” colaboradores da sedição de 20 de setembro havia se reunido ao “partido da legalidade”. Consoante o ministro, no entanto, a promessa de anistia havia sido improficua para com os interessados na separação “daquella bela província da comunhão brasileira”, a quem cabia opor “a força e a energia de uma lei especial”.

Dividido em 5 artigos, o projeto então apresentado propunha, em seu artigo 1º, a suspensão, pelo período de um ano, dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da Carta de 1824 na província do Rio Grande do Sul. Seu presidente ficava então autorizado a: prender sem culpa formada e conservar na prisão, sem processo, pelo período de um ano, os indiciados nos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião, insurreição e homicídio (§1º); fazer sair da província, e mesmo assinar local certo para residência, aos indiciados nos supra referidos crimes que a segurança pública exigisse que se conservassem fora da província (§2º); e mandar dar busca de dia ou de noite, em qualquer casa, com vistas a prender criminosos, apreender armas e munições e descobrir objetos necessários à comprovação de crimes (§3º).

Consoante seu art. 2º, ficavam proibidas todas as sociedades secretas na província do Rio Grande, bem como as associações públicas não autorizadas por seu presidente. O mesmo artigo (re)definia ainda como crime de sedição todo ajuntamento armado de mais de 5 pessoas contra as autoridades, seus agentes e execução de seus atos legais, ficando qualquer comandante de força autorizado a dissolvê-lo pelo uso das armas, caso seus autores não se dispersassem após a primeira intimação.

Já o art. 3º do projeto previa que os “officiaes do exercito de primeira e segunda linha¹⁵⁵, e os da armada”, que sendo chamados pelo presidente da província, não se reunissem às forças da legalidade no prazo estipulado, perdessem suas patentes e todos os vencimentos advindos da fazenda pública de que fossem tributários. Ademais, em acordo com seu art. 4º, os guardas nacionais que, chamados ao serviço, deixassem de comparecer no tempo designado, ficariam sujeitos ao recrutamento, para servirem como obrigados nos corpos de primeira linha.

Por fim, o art. 5º do projeto autorizava o governo a dispender até 250 contos de reis para mandar estacionar na província, o quanto antes, um destacamento de guardas nacionais que não excedesse o número de 600 praças.

No tocante à suspensão das garantias dos cidadãos sul rio-grandenses, o projeto mantinha, portanto, quase exatamente o mesmo texto da lei de 22 de setembro de 1835, alterando unicamente a vigência proposta à medida – que de seis meses passara a um ano – e introduzindo, ao art. 1º, na forma de seu §3º, um maior detalhamento à suspensão da inviolabilidade dos lares. Ademais, também no que tangia a seus artigos 2º e 5º, o projeto guardava muitas semelhanças com a lei de suspensão de garantias aprovada para o Pará no ano anterior, proibindo sociedades secretas, alterando a definição do crime de sedição presente no Código Criminal de 1830 e regulando a reorganização das forças armadas da província.

Em seus artigos 3º e 4º, no entanto, trazia novidades que não passariam incólumes pelos representantes nacionais, recebendo atenção especial nas discussões que antecederam a aprovação da lei de 11 de outubro de 1836. Afinal, para além de o restante do projeto aproximar-se muito da lei de suspensões para o Pará (bastante discutida na Câmara baixa no ano anterior, o que pode ter servido de freio para que os deputados não repetissem os argumentos expostos alguns meses antes), em 1836, os representantes pareciam mais interessados em atacar o governo e sua atuação ao Sul do que em regular os termos específicos das medidas previstas para a província do

¹⁵⁵ É curiosa a menção, neste artigo, aos oficiais de segunda linha do exército nacional, uma vez que a dita “segunda linha”, formada pelas forças auxiliares do Exército, havia sido extinta, no país, quando da criação da Guarda Nacional, em 1831. Em acordo com o art. 140 da lei de 18 de agosto de 1831, portanto, responsável pela criação da Guarda Nacional, ficaram extintos, no país, todos os corpos de milícia, guardas municipais e ordenanças, a serem dispersados à medida que fosse sendo organizada a guarda nacional nos municípios de seu pertencimento. Uma vez que o artigo 141, da mesma lei de 18 de agosto de 1831, regulava o destino dos oficiais de 2ª linha do país, mantendo os soldos recebidos por alguns deles, ainda quando de seu deslocamento a outras funções, dentro ou mesmo fora do Exército, é possível conjecturar que fosse a tais indivíduos que o projeto (e a lei final de 11 de outubro de 1836) fizesse referência ao mencionar os oficiais de segunda linha e, mais especificamente, a previsão de perda do soldo por eles recebido da fazenda pública.

Rio Grande, aproveitando-se das prescrições dos artigos 3º e 4º para apontarem, em mais uma frente, o que lhes parecia o despotismo da administração.

Passando pela análise conjunta das comissões de Constituição e Justiça Criminal da Câmara dos deputados – compostas por Rodrigues Torres, Carneiro Leão, Araújo Viana, Mello e Souza, Cerqueira Leite e Gonçalves Martins –, o projeto foi admitido à discussão ainda na sessão de 6 de junho de 1836 e encaminhado, com urgência, à impressão. Sua primeira discussão teve lugar aos 20 de junho de 1836 e contou com as presenças de Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, ministro da Justiça então em exercício no país, e Limpo de Abreu, titular daquela pasta quando da proposição do projeto, agora à frente dos ministérios do Império e dos Negócios Estrangeiros¹⁵⁶.

Ao longo do dia 20, os representantes temporários abordaram alguns dos principais tópicos que norteariam todos os debates sobre a lei de suspensões. Ao fazê-lo, explicitaram o modo como a análise da medida inicialmente proposta para combater a Farroupilha confundiu-se, entre parcela significativa dos deputados, com os antagonismos então latentes à administração em exercício.

Desde esta primeira discussão, portanto, os representantes dedicaram-se a interrogar o governo sobre três pontos principais, quais fossem: a ausência de notícias concretas sobre a situação ao sul do país e o modo como tal vazio os impedia de votar conscientemente sobre as melhores medidas a serem adotadas na região; a insuficiência das propostas de repressão presentes no projeto, seu “anacronismo” ante o estado turbulento da rebelião ao sul e o modo como a negligência implícita em tal atitude apontava para a convivência do governo com os rebeldes; e, por fim, a anistia prometida aos insurgentes em finais de 1835, também ela relacionada, pelos representantes, a uma série de problemáticas legais (como a ausência de prerrogativa do governo para concedê-la) e políticas (alegando-se, nesse caso, que o perdão aos rebelados do sul era mais uma comprovação da convivência da administração com o que se passava naquela região do país).

Protagonizando as primeiras falas nesses debates, Henriques de Rezende e Cornélio Ferreira França demandaram do governo, antes de mais nada, informações

¹⁵⁶ Pantoja foi nomeado à pasta da Justiça em 3 de junho de 1836, mesma data em que Limpo de Abreu assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros. Aos 6 de junho de 1836, Limpo de Abreu assumiria ainda o ministério do Império, substituindo José Inácio Borges na função e desempenhando-a até 29 de setembro de 1836, quando o cargo passou, por sua vez, a Aguilar Pantoja.

sobre “o estado do Rio Grande do Sul”. Bastante preciso em suas colocações, Cornélio França elencou didaticamente seus pontos de interesse primordiais:

[...] primo, qual o estado do Rio Grande do Sul pelas ultimas noticias que de lá têm vindo? Secundo, em que crime capitula o governo esse movimento do Rio Grande, se em sedição ou rebelião? Tercio, qual o resultado que tem havido em consequência da suspensão de garantias para o Pará, concedida o anno passado?¹⁵⁷

Dando início a uma fórmula que se faria presente ao longo de toda a discussão do projeto, as colocações dos deputados foram prontamente respondidas pelo ministro da Justiça, que se referiu, contudo, de maneira extremamente lacônica ao estado da província do Rio Grande. Vale destacar que, em vários momentos, quem saiu em defesa da proposta do governo foi Limpo de Abreu, à frente da pasta da Justiça quando da apresentação do projeto e, àquela altura, responsável, como mencionado, por dois outros gabinetes. Os ministros recuperaram, ademais, a já batida narrativa de que, de sedição, o movimento sul rio-grandense degradingolara em uma rebelião, afirmando, no tocante ao Pará, desconhecer o efeito da aplicação da suspensão de garantias naquela província, haja vista a falta de notícias dali advindas e a ausência de comunicações com seu presidente¹⁵⁸.

Parecendo conhecer de antemão a ausência de concretude das informações de que dispunha o governo, Cornélio aproveitou o caráter lacônico da resposta de Aguilar Pantoja para reforçar a necessidade que tinham os deputados de conhecerem positivamente a situação vivida no Rio Grande antes de aprovarem ou recusarem as medidas propostas pelo governo. Recuperou, assim, os casos constitucionalmente previstos para a aplicação da suspensão de garantias, dizendo que, sem a confirmação de que a província passava por uma rebelião, os representantes ficavam impedidos de agir. Ademais, enfatizou que os escrúpulos envolvidos na aprovação de uma medida excepcional impediam-no de assentir a uma nova lei de suspensão de garantias no país, sem saber dos resultados que a anterior tivera na província do Pará¹⁵⁹.

Falando na sequência, Bernardo Pereira de Vasconcelos declarou, de saída, sua oposição ao projeto. Em acordo com o deputado, a aplicação da suspensão de garantias devia repousar sobre duas certezas de que considerava desprovidos os representantes nacionais: a da existência do mal que tal medida viria combater, e a de que este seria o único meio de se alcançar os fins desejados. Consoante Vasconcelos,

¹⁵⁷ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, p. 200.

¹⁵⁸ Idem. Ibidem.

¹⁵⁹ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, pp. 200-201.

portanto, a lei não podia passar à segunda discussão sem que o governo justificasse seu pedido ao corpo legislativo, esclarecendo principalmente, “que sua convicção, a convicção geral, é que só por medidas tais é que se pode restabelecer a ordem e a tranquilidade no Rio Grande”¹⁶⁰. Perguntava, portanto, à administração, sobre os efeitos específicos esperados daquelas medidas e sobre o modo como contribuiriam ao malogro dos farrapos.

Carneiro Leão dedicou-se, por sua vez, a questionar o ministro da Justiça quanto aos termos da anistia prometida aos revoltosos de 20 de setembro, ainda não oficializada no país. Ante a curiosa declaração de Aguilar Pantoja de “não estar resolvido a fazer essa proposta, nem declarar os termos em que queria que ella fosse feita”, o deputado por Minas Gerais exigiu então do governo um posicionamento minimamente contundente sobre o assunto. Disse, assim, que perguntara da anistia com o fito de perscrutar as intenções da administração, uma vez que não cabia ao Executivo, e sim ao Legislativo, a iniciativa sobre tal matéria. Diante, contudo, da evasiva do governo e do fato de que até agora não aparecera na Câmara o pedido pela aprovação da anistia prometida aos rebeldes, suspeitava de que, ou o governo a concederia ilegalmente, ou não a concederia de todo, caso em que ele, deputado, votaria contra a lei de suspensões. Carneiro Leão revelava, assim, seus temores de que, na ausência de uma anistia, os efeitos da lei de suspensão recaíssem também sobre aqueles que sustentavam a causa da legalidade no Rio Grande do Sul¹⁶¹.

Às falas pronunciadas em oposição ao projeto ou ao governo, quase sempre acompanhadas de interpelações à administração em exercício, seguiram-se respostas evasivas e protocolares dos ministros (Pantoja e Limpo de Abreu) que, recuperando seguidamente o histórico da Farroupilha e sublinhando a mudança de rumos sentida no movimento, insistiram na “evidente utilidade da proposta” de suspensão e defenderam a administração do país das censuras e desconfiças a ela dirigidas. Ao longo de suas respostas acabaram, contudo, por admitir que as medidas contempladas pelo projeto não configuravam todo o necessário à pacificação do Sul, avaliando porém que, ante o risco de que as próprias autoridades da província se vissem forçadas a praticar atos “ilegais” com vistas à manutenção da ordem, forçoso era autorizar tal atuação excepcional por uma lei de suspensão, cuidando na escolha dos funcionários responsáveis por sua aplicação e fiscalizando-a de perto¹⁶².

¹⁶⁰ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, pp. 202-203.

¹⁶¹ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, pp. 204-205.

¹⁶² APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, pp. 201-202.

No que tangia, assim, à insuficiência das propostas do governo, os ministros diziam que, a despeito de reconhecerem a necessidade de medidas voltadas ao posterior julgamento dos réus, acreditavam que prescrições sobre esse assunto não podiam estar presentes em leis extraordinárias, como aquela em discussão na Casa, mas unicamente em leis regulamentares ou ordinárias que, defendiam, fossem analisadas em seguida àquelas de caráter mais urgente e imediato¹⁶³.

Último representante a se manifestar na primeira discussão, Martim Francisco também se posicionou contrário à proposta do ministério, afirmando que “em todas as fôrmas de governo, onde ha leis excepcionaes, ellas têm sido os germens da ruina desses mesmos governos”¹⁶⁴. Consoante o deputado, ainda que a medida de suspensão pudesse ser útil previamente ao aparecimento dos conflitos, uma vez deflagrada a rebelião e iniciados os combates entre rebeldes e homens da lei, ela não possuía serventia, cabendo antes o emprego da força e a nomeação de boas autoridades, do que a dispensa de uma parcela das formalidades que garantiam a liberdade individual.

Posto em votação, o projeto saiu aprovado, em primeira discussão, por 47 votos a 36¹⁶⁵, admitindo-se, portanto, a importância da matéria e a legalidade de seu texto. A segunda discussão foi travada entre os dias 3 e 9 de julho de 1836 e a terceira, entre os dias 18 e 20 do mesmo mês. Ao longo desses debates, os representantes a se manifestar seguiram mobilizando argumentos semelhantes àqueles da discussão de 20 de junho para confrontarem a atuação do governo e a “sinceridade” de seus desejos de manutenção da ordem e da integridade nacional.

Nem todos os adversários do governo se opuseram, contudo, à medida de suspensão em si. Sem deixar de criticar pungentemente a administração em exercício no país ou mesmo atacar as insuficiências do projeto sob análise, representantes como Carneiro Leão, *Saturnino* de Souza e Oliveira (RJ), Rodrigues Torres e Calmon du Pin votaram, no entanto, favoravelmente à dispensa de uma parcela das garantias previstas pelo art. 179 na província do Rio Grande do Sul.

¹⁶³ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, p. 204. Falando já na segunda discussão sobre o projeto, em 5 de julho de 1836, Limpo de Abreu afirmaria que medidas concernentes ao julgamento dos réus dos crimes de rebelião e sedição não compunham as providências então propostas pelo governo, por pressuporem um efeito retroativo da lei que não considerava autorizado pelo recurso ao §35. Nas palavras do ministro: “Entre as garantias que se não podem suspender, ha a de ser julgado na fôrma, e por leis anteriormente determinadas. Ninguém pode receber uma pena senão a que está determinada n’uma lei anterior, na fôrma por ella prescripta; mas dar buscas de noite, tirar de um lugar para o outro, são formalidades que se podem suspender”. APB-CD, sessão de 5 de julho de 1836; p. 32.

¹⁶⁴ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, p. 205.

¹⁶⁵ APB-CD, sessão de 20 de junho de 1836, p. 206.

Não faltaram, por sua vez, ferrenhos opositores da proposta, como Cornélio Ferreira França, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Peregrino *Maciel Monteiro* (PE), Holanda Cavalcanti, Figueira de Mello e Raphael de Carvalho, que, ao se pronunciarem, antagonizaram não apenas com o projeto em discussão, mas também com o *modus operandi* de um governo, que, em sua opinião, parecia não saber manter a ordem senão com medidas despóticas.

Por fim, houve ainda deputados como Manuel *Paranhos* da Silva Velloso (RS), Evaristo da Veiga e Souza Martins que, favoráveis à proposta como um todo, saíram em defesa de sua utilidade e conveniência ante a “rebelião” em curso ao sul do país, prescindindo, no exame desta questão, de ataques ou defesas do governo. A despeito de terem protagonizado o menor número de discursos nesses debates, tal grupo parece ter configurado maioria na Casa, haja vista a aprovação do projeto quase exatamente nos mesmos termos de sua proposição original.

Tais posicionamentos ficaram explícitos já nas discussões do art. 1º, travadas entre os dias 4 e 7 de julho de 1836. Como apontamos acima, identificamos um primeiro grupo de representantes que, contrário ao governo, defendeu, contudo, a suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 no sul do país. Marcados por tal posicionamento, os discursos de Carneiro Leão, Saturnino de Souza e Oliveira e Rodrigues Torres fundaram-se em verdadeiras interpelações ao governo quanto às demais medidas necessárias à pacificação do sul do país e aos motivos da ausência de sua proposição à Casa juntamente com o projeto de suspensão de garantias. Para estes deputados, a inexistência de tais propostas comprovava que a administração não vinha empregando todos os meios ao seu alcance para a reposição da ordem, sendo mais que natural, portanto, que desconfiassem dos reais intuitos do governo.

Nas falas enunciadas por esses representantes, a discussão das medidas propostas configurou quase uma desculpa para a exposição de dúvidas bastante mais graves acerca da “sinceridade” da administração em repor a ordem na província do Rio Grande, ou mesmo em manter a monarquia constitucional no país¹⁶⁶. Acusações

¹⁶⁶ Ao longo desses debates, a administração em exercício foi acusada, por mais de uma vez, de possuir “tendências democráticas”, reconhecíveis, dentre outras coisas, em sua falta de empenho em garantir a preservação da monarquia ao sul do Brasil, mantendo-se em atitude vacilante frente aos riscos de perda da província. Em duas ocasiões distintas, por exemplo, o ministro da Justiça foi acusado de encarar com displicência uma possível separação do Rio Grande do Sul do restante do país, lembrando, de certa forma, as declarações de Feijó acerca dessa possibilidade. Em discursos pronunciados, respectivamente aos 5 e 18 de julho de 1836, os deputados Maciel Monteiro e Raphael de Carvalho fizeram menção a uma fala de Pantoja (ou seria de Limpo de Abreu quando ministro da Justiça?) em que o desmembramento do Rio Grande teria sido admitido como possibilidade ante a qual não haveria muito o que fazer. Em acordo com Maciel Monteiro: “(...) o nobre Ministro da Justiça, cheio de

pungentes foram dirigidas ainda à falta de legitimidade do ministério, que Rodrigues Torres definiu como “não parlamentarmente organizado”¹⁶⁷ e Carneiro Leão afirmou impopular e desprovido de moral, chegando a sugerir que, ou propusesse todo o necessário ao restabelecimento da ordem pública, ou se retirasse do poder¹⁶⁸. A despeito, contudo, de cobrarem do governo a proposição de medidas complementares à resolução dos conflitos no sul, recusaram-se a apresentá-las eles próprios, parecendo mais interessados em acuar o ministério do que em auxiliá-lo na empreitada de pacificação do país.

Já dentre os representantes do segundo grupo descrito acima, resolutamente contrários ao projeto em discussão, deputados como Vasconcelos, Maciel Monteiro, Figueira de Mello e Martim Francisco justificaram sua recusa ao art. 1º fundados na falta de conhecimento positivo da situação vivida ao sul do país, na “inutilidade” e “anacronismo” de medidas como o “poder dar buscas, prender sem culpa formada e deportar”¹⁶⁹ ante o estágio avançado em que se encontravam os conflitos no Rio Grande e, particularmente, em razão das graves desconfianças que nutriam em relação ao governo e a suas tendências despóticas.

Consideravam a medida, portanto, inútil e perigosa. Inútil, pois chegara tarde demais¹⁷⁰ e, uma vez deflagrada a revolta, seria absolutamente insuficiente para

resignação evangélica, nos comunicou que – o Governo estava decidido a sofrer com paciência a perda d’aquella província, ou o seu desmembramento do Império, se acaso a força das circunstancias a isso o constrangesse. Mas, Srs., não devo eu testemunhar toda a minha surpresa, ouvindo semelhante linguagem da boca de um Ministro do Regente em nome do Imperador? (...) O Ministro do Regente é quem já deplora de antemão a separação das províncias?! É elle quem nos incute esse terror, ao mesmo passo que reclama providencias para manter a Integridade do Império?!”. Já em acordo com Raphael de Carvalho: “O Sr. Ministro da Justiça aqui nos disse com toda a *frescatura*, que, se o Rio Grande se separasse, a ninguém devia admirar! Óra, se esta província é fronteira e fronteiras são coisas insignificantes, para que se pede *Força, Dinheiro e Arbitrio?*”. As falas supracitadas foram publicadas pelo periódico *O Sete de Abril*, respectivamente nos nº. 363 – 20/07/1836, p. 2 e nº 368 – 06/08/1836, p. 3.

¹⁶⁷ APB-CD, sessão de 4 de julho de 1836, p. 25.

¹⁶⁸ Idem, p. 26.

¹⁶⁹ Fala de Maciel Monteiro na sessão de 5 de julho de 1836. APUD: *O Sete de Abril*, nº 363 – 20/07/1836, p. 1. Nas palavras de Maciel Monteiro: “E pensa o mesmo Governo que com esta meia folha de papel ha-de intimidar, ha-de desalentar os atrevidos caudilhos do Partido insurgente? Ou suppõe que, não devendo derrotar os rebeldes que empunhão as armas contra a Integridade do Império, cumpre todavia ferir os inermes e pacíficos cidadãos d’aquella província, a quem só esta medida comprehende? Se o acredita sinceramente, é por extremo desavisado e inepto; se o não acredita, não só falta ao mais sagrado de todos os seus deveres, fingindo combater aquillo que favorece, como escarnece do bom senso do Paiz, como atraíçoa a Nação”.

¹⁷⁰ Mais de um dos deputados contrários ao projeto reivindicou, assim, que o recurso à suspensão de garantias poderia ser justificado unicamente como medida preventiva, mas jamais no decurso de acontecimentos como os ocorridos no Rio Grande. Em resposta a tais leituras, Limpo de Abreu destacou, por sua vez, que a Constituição não permitia a aplicação preventiva do §35 no país, admitindo-a unicamente nos casos concretizados de rebelião ou invasão de inimigos externos. APB-CD, sessão de 6 de julho de 1836, p. 37.

conter os insurgentes, servindo apenas para perpetuar o movimento¹⁷¹. Perigosa porque iria dar origem a um arsenal de abusos e vinganças pessoais, sacrificando, ainda, a despeito de se propor unicamente a suspensão de uma parcela das garantias previstas pelo art. 179, todo o edifício dos direitos individuais dos cidadãos.

Consoante Martim Francisco, ainda que o projeto do governo previsse unicamente a suspensão dos §§6º ao 10 do art. 179, sua aprovação redundaria na dispensa de diversos outros parágrafos do mesmo artigo constitucional, uma vez que a abdicação de um direito levava necessariamente à anulação de outro, e assim sucessivamente, acabando-se por violar gravemente a lei fundamental do país.

Em uma palavra, Srs., por essa proposta é deitado em terra e calcado aos pés o edifício quase inteiro de nossas garantias e, o que é ainda mais incrível, dá-se profundo golpe na divisão de poderes, princípio criador e conservador das nossas liberdades, consagrado pela nossa constituição, para cuja ruína estou inteiramente convencido que não estamos autorizados.¹⁷²

Na opinião desses deputados, o governo revelara-se incapaz de identificar a natureza dos conflitos do sul, alternando a proposição de medidas dóceis e coniventes, como a anistia aos sediciosos de setembro, a propostas “frívolas e insuficientes”¹⁷³, como a de suspensão de garantias. Já no que tangia às graves desconfianças nutridas em relação à administração em exercício, para além de recuperarem o que consideravam a letárgica e ineficaz atuação do ministério como prova de seu descaso e negligência ante os acontecimentos do sul, questionaram a ausência de qualquer proposição oficial voltada ao posterior julgamento dos rebeldes, considerada por vários deles a medida por excelência para a pacificação do Rio Grande.

Já dentre os deputados do terceiro grupo acima mencionado, defensores convictos do art. 1º e da utilidade do projeto como um todo, prevaleceu o argumento de que, ainda ante a impossibilidade de que a medida de suspensão de garantias, por si só, repusesse a ordem no Rio Grande, o estado de rebelião em que se encontrava a província interditava qualquer atuação pela via das leis ordinárias. Afinal, dizia

¹⁷¹ Para Figueira de Mello, por sua vez, a medida de suspensão de garantias só faria sentido estando o partido rebelde vencido, porém não completamente derrotado, “porque então essa suspensão tem de acabar a obra, que as armas começaram, sentenciando de um modo rápido e justo os chefes dos rebeldes, dispersando-os por lugares onde o seu aspecto não excita simpatias, onde sua influencia é nenhuma; e punindo a todos os rebeldes na conformidade das leis. Estão a suspensão de garantias, por seu natural efeito sobre imaginações abatidas, e sobre corações desanimados, previne desordens, que poderiam aparecer; quando porém os rebeldes tem as armas nas mãos, e atacam a segurança do Estado, só por meio das armas pode esta ser defendida.” A fala de Figueira de Mello, pronunciada na sessão de 7 de julho de 1836, não foi registrada pelos *Anais*. APUD: *O Atlante*, nº 20 – 19/07/1836; p. 2.

¹⁷² Esse discurso de Martim Francisco, pronunciado na sessão de 5 de julho de 1836, não foi registrado pelos *Anais*. APUD: *O Sete de Abril*, nº 398 – 16/11/1836, p. 2.

¹⁷³ APUD: *O Sete de Abril*, nº 363 – 20/07/1836, p. 2.

Calmon, as leis ordinárias não serviam à repressão de “facciosos armados” e, em tal estado, a manutenção das garantias servia, antes, “para escudar os perversos”. Consoante o deputado, tendo em vista a admissão constitucional da suspensão de garantias em casos como o então vivido pelo Brasil, não podia deixar de considerá-la oportuna¹⁷⁴.

Declarando “iguais” as circunstâncias por que passava agora o Rio Grande do Sul e aquelas vividas pelo Pará no ano anterior, Evaristo da Veiga afirmou que, assim como votara pela lei de suspensão de 22 de setembro de 1835, votava, agora, também por essa: “Posto que, inimigo de leis excepcionaes, julga que, em circumstancias extraordinárias, nada mais excepcional que a lei commum; pois é por ser inimigo de leis excepcionaes que vota por esta lei”¹⁷⁵.

A polêmica colocação de Evaristo lhe rendeu respostas enfáticas na Câmara, valendo a pena atentar particularmente àquela proferida por Figueira de Mello na sessão de 7 de julho. Referindo-se explicitamente à fala de Evaristo, o deputado pelo Ceará afirmou o seguinte:

Tendo-se aqui dito que esta lei de suspensão era excepcional, e que o Governo somente queria força, dinheiro e arbítrio, disse elle [Evaristo da Veiga] que não nos assustássemos, pois que elle por ser inimigo das leis de excepção he que votava pela proposta do Governo, e que quanto ao arbítrio era elle regulado por lei. Ora, eu sempre entendi que as suspensões erão uma excepção da Constituição, e que arbítrio era determinação sem lei ou contra a lei. Ora, a contradicção dos termos, e a falsidade da asserção he por este motivo manifesta, apesar da roupagem das palavras, com que o illustre Deputado a quiz disfarçar.¹⁷⁶

O primeiro artigo do projeto acabou aprovado na sessão de 7 de julho por 46 votos a 35, passando-se, na sequência, à avaliação de seu art. 2º, aprovado sem debates. Entre os dias 7 e 9 de julho foram analisados os artigos 3º e 4º do projeto que, como vimos acima, versavam sobre o endurecimento das punições aos “oficiais de primeira e segunda linha” (art. 3º) ou guardas nacionais (art. 4º) que, chamados ao serviço, não comparecessem no prazo determinado, impondo, aos primeiros – “para além de outras penas em que possam incorrer” –, a perda de suas patentes e de quaisquer vencimentos advindos da fazenda pública, e prevendo a sujeição dos segundos ao recrutamento, “para servirem como obrigados nos corpos de primeira linha”.

¹⁷⁴ APB-CD, sessão de 6 de julho de 1836, p. 36.

¹⁷⁵ Idem, p. 38.

¹⁷⁶ APUD: *O Atlante*, nº 20 – 19/07/1836; p. 4

A despeito de os debates sobre esses artigos versarem sobre uma série de questões que não nos interessam diretamente aqui, vale recuperar o posicionamento assumido por Vasconcelos nas sessões de 7 e 9 de julho, destacando sua interpretação de tais artigos como verdadeiras extensões da suspensão de garantias, do Rio Grande do Sul, para o Império como um todo. Na opinião do deputado mineiro, as medidas propostas pelos artigos 3º e 4º confirmavam o arbítrio inerente à administração vigente, pois serviam unicamente à intensificação das punições aos desertores, já previstas em outras leis nacionais, sem resolverem, contudo, nenhum dos principais problemas da rebelião ao sul. Ademais, da maneira como estavam formulados os artigos, a maior rigidez prevista contra oficiais e guardas nacionais tendia a recair sobre o conjunto dos cidadãos do país, exorbitando, portanto, o limite das medidas previstas ao Rio Grande.

Reforçando sua posição de que o projeto como um todo era insuficiente e ineficaz à pacificação daquela província, Vasconcelos destacava ainda a ironia de que os rebeldes da região recebessem uma série de regalias do governo, enquanto o restante dos brasileiros, passíveis de recrutamento, sofriam com a sua tirania. Nas palavras do deputado:

Para os rebeldes do Rio Grande do Sul é o Governo nimamente moderado, mas sobre os brasileiros em geral quer exercer o mais lato arbítrio, tirania real, quando pede a faculdade de recrutar para a primeira linha os guardas nacionais que não forem voluntariamente servir no RS. Qual é o brasileiro que não é posto ao arbítrio e disposição do governo? [...] A suspensão das garantias vai pesar não sobre os rebeldes... ah! Essas dos rebeldes do Rio Grande merecem a afeição do Governo: feras, feras são só os paraenses!¹⁷⁷

Ambos os artigos saíram aprovados da Casa. O terceiro, na sessão de 8 de julho, por 42 votos a 35¹⁷⁸, e o quarto, na sessão do dia 9, por 46 votos¹⁷⁹, admitindo-se, no entanto, emenda a seu texto, em acordo com a qual a medida regulada ficava limitada aos guardas nacionais que, “na província do Rio Grande do Sul”, fossem chamados ao serviço.

¹⁷⁷ Reforçando, nesta ocasião, suas críticas ao projeto como um todo, Vasconcelos afirmaria também que de nada adiantaria prender, deportar e buscar nas casas os insurgentes, se o julgamento pertencesse à justiça ordinária. Em sua opinião, portanto, a medida de suspensão proposta pelo governo era ainda mais ineficaz se analisada sob o ponto de vista da justiça a ser aplicada na província, a qual, composta por vencedores e vencidos, inimigos e amigos, iria invariavelmente absolver os mais atrozes réus e punir com severidade até os indiferentes à rebelião. Urgia, assim, em sua opinião, a criação de um juízo especial, estranho aos partidos. APUD: *O Sete d'Abril*, nº 366 – 30/07/1836, p. 2.

¹⁷⁸ APB-CD, sessão de 8 de julho de 1836, p. 49.

¹⁷⁹ APB-CD, sessão de 9 de julho de 1836, p. 59.

Por fim, da mesma sessão de 9 de julho saiu aprovado o art. 5º do projeto, concernente à garantia de verba para o envio de um destacamento de guardas nacionais ao Rio Grande, acatando-se ainda, por 41 votos a 37, a adição de uma emenda em acordo com a qual fixava-se a faculdade de o governo mandar, ou não, este destacamento, “conforme as circunstâncias”. Sufragados cada um de seus artigos, propôs-se, uma vez mais, que houvesse “votação nominal no acto de passar o projecto a terceira discussão”. Mesmo recusada esta proposta, o projeto acabou aprovado em 2ª discussão por um total de 47 votos¹⁸⁰, entrando-se na terceira e última fase de sua avaliação pela Câmara.

Transcorrida entre os dias 18 e 20 de julho de 1836, a 3ª discussão acabou se concentrando sobre a questão da anistia aos rebeldes. Ainda na sessão do dia 18, após interpelar o ministro da justiça sobre os planos do governo no tocante à concessão de anistia, Henriques de Rezende enviou uma emenda que, dividida em 3 artigos, buscava oficializar a anistia prometida, em dezembro passado (1835), aos sediciosos de 20 de setembro, estendendo-a, ademais, a quaisquer pessoas que, no prazo de um mês – contado da publicação da lei na província do Rio Grande –, depusessem as “armas rebeldes” e se submetessem à obediência das autoridades legais. A emenda previa ainda que a suspensão das garantias no Rio Grande do Sul tivesse lugar unicamente se, findo o prazo de um mês marcado para a rendição, os “sediciosos” da província não tivessem, todos, deposto suas armas¹⁸¹.

Ainda que a maioria dos representantes a se manifestar tenha saído em defesa da primeira parte da emenda de Rezende¹⁸², a matéria acabou rejeitada pelo conjunto da deputação. Já o projeto de suspensão de garantias saiu aprovado da mesma sessão, por 45 votos a 37, sendo enviado, junto às emendas propostas aos artigos 4º e 5º, à avaliação do Senado, que acusou recepção do material já aos 26 de julho de 1836.

Os lacunares *Anais do Senado* registram que o projeto e as emendas passaram em 1ª discussão e entraram em 2ª já na sessão de 2 de agosto. Nesta ocasião, José Saturnino da Costa Pereira (representante vitalício pelo Mato Grosso) parece ter sido

¹⁸⁰ Idem; p. 60.

¹⁸¹ APB-CD, sessão de 18 de julho de 1836, pp. 91-92.

¹⁸² Para deputados como Carneiro Leão e Evaristo da Veiga, a importância da primeira parte da emenda residia no fato de honrar uma promessa do governo ainda não cumprida junto àqueles que haviam assumido o lado da legalidade na província do Rio Grande. Já para Cornélio, a vantagem da anistia residia em suavizar a medida de suspensão de garantias – “a fim de que este grande poder que o governo vai ter não possa servir de grande mal à província do Rio Grande do Sul”. Para Vasconcelos, por fim, haja vista as inúmeras lacunas a cercarem a declaração oficial de anistia exarada pelo governo em dezembro de 1835, havia-se que discutir em maiores detalhes a questão, destacando-se a emenda do projeto de suspensões e avaliando-a em outra ocasião.

o único senador a se manifestar contra o projeto, alegando, para tanto, que as boas notícias chegadas do sul tornavam uma tal lei não só desnecessária, como até mesmo perigosa. Ele se referia, aqui, ao episódio conhecido como “contra revolução de Porto Alegre”, transcorrido em 15 junho de 1836 (mas noticiado na corte do Rio de Janeiro, ao que tudo indica, apenas no início de julho daquele ano), e que implicara na retomada da cidade pelas forças da legalidade¹⁸³. Em acordo com o senador, diante de tal reviravolta, a aprovação de uma lei de exceção poderia acabar forçando os legalistas, ao se verem ameaçados pelos farroupilhas e abandonados pelo governo, a bandearem para o lado dos rebeldes¹⁸⁴.

Prevaleceu, no entanto, entre o restante dos representantes vitalícios, a defesa de que o governo ficasse autorizado não apenas à suspensão de garantias, mas também à concessão de anistia, “como entendesse conveniente”¹⁸⁵, no sul do país. Manifestaram-se nesse sentido os senadores conde de Lages, Vergueiro, Albuquerque, marquês de Caravelas, Borges, e Ferreira de Mello¹⁸⁶.

Da sessão de 2 de agosto saíram aprovados aos artigos 1º, 2º e 3º do projeto vindo da Câmara. Já aos 3 de agosto foram aprovados os artigos 4º e 5º, tais como emendados pelos deputados. Finda a discussão do projeto, o senador Borges enviou à mesa um artigo aditivo ao texto, prevendo, primeiramente, que fossem anistiados todos os habitantes da província do Rio Grande que, tomando parte na sedição de 20 de setembro, tivessem se reunido posteriormente às “fileiras das forças da legalidade” e, ademais, que o governo ficasse autorizado a conceder anistia a todos que “depois da publicação desta lei” continuassem a se unir “às bandeiras” da legalidade, “modificando esta anistia conforme entender e julgar conveniente”¹⁸⁷.

Tratava-se, em certa medida, de uma releitura da emenda de Henriques de Rezende, previamente rejeitada pelos deputados, com a adição, no entanto, de amplos poderes ao governo no tocante à concessão de anistias futuras na província. A

¹⁸³ Ainda na sessão da Câmara dos deputados de 9 de julho de 1836, ante a divulgação de tais notícias, Cornélio Ferreira França chegou a demandar a interrupção das discussões sobre as medidas propostas ao Rio Grande, alegando já não serem necessárias no país. O pedido de Cornélio foi duramente combatido por Aguilar Pantoja e Limpo de Abreu, para quem, por animadoras que fossem as novidades vindas do Sul, não se devia, por sua causa, voltar atrás no caminho da reposição da ordem e tranquilidade naquela província, que seguia ameaçada por uma série de fatores.

¹⁸⁴ ASIB, sessão de 2 de agosto de 1836; pp. 234-235.

¹⁸⁵ Idem; p. 235.

¹⁸⁶ Idem. Ibidem.

¹⁸⁷ ASIB, sessão de 3 de agosto de 1836, p. 238.

proposta de Borges, redigida na forma de dois artigos aditivos¹⁸⁸, acabou aprovada pelos senadores, retornando à apreciação da Câmara baixa.

Analisados entre os dias 15 e 16 de setembro, os artigos aditivos vindos do Senado foram, uma vez mais, recusados pelos representantes temporários. A despeito, portanto, de uma série de falas anteriormente pronunciadas em defesa da anistia como forma de o governo honrar sua palavra junto aos sediciosos que haviam aderido à causa da legalidade, não anuíram com a anistia tal como proposta pelo Senado, recusando veementemente ainda a possibilidade de que o governo recuperasse – como sugeria o artigo aditivo de número 7– a prerrogativa de concessão de anistias que lhe fora retirada pela Lei da Regência.

É curioso observar, contudo, o modo como, nesses debates, alguns dos representantes parecem ter mudado de lado no tocante à questão. Henrique de Rezende, por exemplo, responsável pela proposição de uma anistia em termos bastante semelhantes àquela prevista no artigo aditivo de nº 6, votou contrariamente a ele. Já Limpo de Abreu, que havia se oposto à emenda de Rezende na 3ª discussão do projeto, votou favoravelmente à mesma medida, quando vinda do Senado. Tais mudanças de posicionamento foram identificadas e questionadas pelos próprios parlamentares à altura dos debates, demonstrando, uma vez mais, o modo como as disputas políticas do período influenciaram diretamente as discussões da lei de suspensão de garantias.

Rejeitados ambos os artigos aditivos, os representantes temporários solicitaram aos senadores, seguindo as disposições do art. 61 da Carta de 1824¹⁸⁹, a reunião das duas Câmaras para a discussão conjunta da matéria por eles contemplada. Tal reunião teve lugar aos 22 de setembro de 1836 e, iniciando-se pela discussão do art. 6º, ficou o mesmo aprovado por 61 votos a 20. Manifestando-se na ocasião, o autor da proposta, senador Borges, afirmou que, especialmente em razão da tramitação da lei de suspensões para o Rio Grande do Sul, a não confirmação da anistia prometida no ano anterior seria um ato de “perfídia” que sua emenda buscava

¹⁸⁸ “Art. 6º aditivo. Ficão amnistiados todos os que tiveram parte na sedição de 20 de Setembro de 1835, e se submeterão depois á ordem legal, e cooperarão para que esta prevalecesse. Art. 7º aditivo. Fica autorizado o governo, dentro do praso marcado no art. 1º, para amnistiar por crimes políticos cometidos na dita província, como, e quando julgar conveniente”. APB-CD, sessão de 15 de setembro de 1836, p. 310.

¹⁸⁹ Consoante o qual, em caso de rejeição, por uma das Câmaras da Assembleia, das adições ou emendas advindas da outra Casa e considerando a “Câmara recusante”, as vantagens do projeto em questão, cabia requerer “por uma deputação de três membros”, a reunião das duas Casas, que se faria sempre no Senado, seguindo-se o resultado deliberado nas discussões.

reparar. Já o art. 7º, discutido na sequência, seguiu rejeitado pelos representantes, angariando apenas 19 votos favoráveis.

A proposta de suspensão de garantias para o Rio Grande do Sul foi encaminhada pelo secretário do Senado à Câmara dos deputados em 24 de setembro de 1836, junto à ata da sessão conjunta e às emendas de uma e outra casa. Seguiu, então, à comissão de redação. Lido na Câmara dos deputados aos 6 de outubro de 1836, o decreto final de suspensão de garantias subiu à sanção imperial naquela mesma data, sendo promulgado aos 11 de outubro daquele ano. Nele, para além dos 5 artigos originalmente propostos pelo governo, constava ainda a presença do art. 6º, formulado nos seguintes termos: “Ficam anistiados todos os que tiveram parte na sedição de 20 de setembro de 1835, e se submeteram depois à ordem legal, e cooperaram para que esta prevalecesse”.

Não apenas o conteúdo das falas pronunciadas entre junho e setembro de 1836 em torno à suspensão de garantias no sul do país, mas o próprio percurso traçado pela lei de 11 de outubro no interior do Parlamento, portanto, apontam ao modo como sua elaboração esteve vinculada às disputas políticas do período.

Os oscilantes posicionamentos em torno à suspensão de garantias no Rio Grande

Em edição publicada aos 16 de julho de 1836, exatamente entre a 2ª e a 3ª discussões do projeto de suspensão de garantias para o Rio Grande do Sul na Câmara dos deputados, o periódico *O Indicador da Utilidade Pública* apontou ao modo como a responsabilização do governo por todos os males enfrentados pelo país dava o tom a esses debates¹⁹⁰.

Propondo-se, assim, à publicação de um “Resumo Curioso das arguições feitas pela oposição ao Governo na questão da suspensão de garantias para o Rio Grande” os redatores do periódico sublinharam o “ridículo” em que incorriam os legisladores da oposição ao literalmente culparem o governo “por tudo quanto se faz, e por tudo, quanto se deixa de fazer” no país, jogando sobre suas costas o peso de “todas as calamidades e males públicos do Brasil”¹⁹¹. Consoante o periódico, ademais, parecia

¹⁹⁰ *O Indicador da Utilidade Publica. Folha Politica, Scientifica, e Litteraria*, nº 12 – 16/07/1836.

¹⁹¹ Nas palavras do periódico: “[...] se as ambições individuaes, favorecidas pela debilidade das leis repressivas da licença e do crime, trazem hum rompimento, e transtorno da ordem publica, *a culpa he do Governo*; se o excesso de garantias concedidas ao accusado no Código do Processo, e a péssima classificação dos crimes mais graves no Código Penal; a impropriedade do systema judiciário para as circumstancias do paiz, e a ignorância, ou a relaxação dos Juizes, trazem a impunidade [...]; se estes males não podem ser emendados se não por meio de promptas, e apropriadas medidas legislativas, que ponhão a Legislação em harmonia com o estado do Paiz, e que fação reprimir a anarchia, que a mesma

absurdo que os representantes temporários imputassem ao governo, no final das contas, a responsabilidade por sua recusa às medidas de urgência e salvação pública propostas. Ao fazer esta censura, a publicação se referia não apenas à medida de suspensão de garantias, contra a qual vinham se posicionando vários dos deputados (a despeito de sua recente aprovação em 2ª discussão), mas também à recente recusa da comissão de orçamento da Câmara em fornecer ao governo a quantia demandada para cobrir as despesas “feitas e por fazer” para sufocar as rebeliões ao Sul e ao Norte do país.

Os redatores do periódico clamavam, assim, a que os deputados nacionais desempenhassem seu papel de fiscais da administração, insistindo, contudo, que o exercessem bem, e não consumindo o tempo da Câmara com o que lhes pareciam bobagens e falsidades:

[...] saí desse miserável ofício das injúrias, e dos convícios, para o desempenho da grave, e alta missão de uma oposição nacional, e do representante do povo; censurai, acusai o Governo, mas não o embarceis no desempenho de seus deveres; e concorrei antes com ele e de boa fé para a salvação da pátria, tão grave, e eminentemente comprometida. O Brasil não se há de iludir sobre as verdadeiras causas dos males, que padece, nem sobre os que verdadeiramente querem remedia-los ou perpetua-los.¹⁹²

Ainda que as conclusões do periódico sobre o posicionamento dos legisladores brasileiros estivessem claramente alinhadas a um determinado posicionamento político – neste caso, ao que tudo indica, de apoio à administração em exercício no país –, não se pode negar a validade de sua leitura e a perspicácia de seu diagnóstico. Afinal, entre junho e setembro de 1836, a discussão da suspensão de garantias no Rio Grande deu vazão a posicionamentos bastante contraditórios dos membros da oposição e do próprio governo.

Já vimos acima o modo como ambos os lados se posicionaram sobre a questão da anistia aos sediciosos de setembro de 1835, alterando opiniões e votos em acordo com o proponente da medida. Nesta mesma chave de leitura, é interessante observar também a indiferença com que os representantes temporários receberam duas

Legislação tem creado, *he o Governo o que tem a culpa de tudo isso*: se nas Câmaras Legislativas os Representantes do Povo consomem o tempo em longos discursos sem proveito, e em recriminações, e imputações ao Governo, arbitrárias, e falsas; se assim os Representantes da Nação se esquecem dos negócios de interesse publico, e do seu mais rigoroso dever, *he o Governo que tem a culpa*: se o Governo não acode promptamente a rebelião com a força armadas, e medidas legislativas de exceção, e de vigor, que as Câmaras lhe tem recusado, ou demorado, e dificultado, *he o Governo que tem a culpa* [...]

¹⁹² Idem, p. 2. Ver também a edição seguinte do mesmo periódico. *O Indicador da Utilidade Publica. Folha Politica, Scientifica, e Litteraria*, nº 13 – 27/07/1836.

importantes propostas apresentadas pelo governo em 9 agosto de 1836, concernentes, a primeira, a alterações no julgamento dos réus dos crimes de rebelião, sedição e conspiração no país, e, a segunda, a mudanças na definição desses mesmos crimes.

A leitura da primeira proposta foi antecipada por uma fala do ministro da Justiça, Aguilar Pantoja, iniciada com a nada aleatória afirmação de que “circunstâncias extraordinárias” demandavam “medidas extraordinárias”¹⁹³. Discorrendo aos representantes, assim, sobre a necessidade de que crimes extraordinários fossem regulados por leis especiais no país, o ministro criticou severamente a legislação criminal brasileira por ter se mantido impassível ante tal questão e por não ter previsto, por exemplo, alternativas aos julgamentos decorrentes de rebeliões ou sedições, das quais tendia a resultar a total divisão de uma província e a inviabilidade, portanto, de que a justiça fosse realizada mediante as fórmulas processuais regulares.

Recuperou, assim, argumentos bastante parecidos àqueles elencados, em 1835, quando da discussão das propostas de criação de tribunais especiais na província do Pará. Ocasão em que, por mais de uma vez, alegou-se que, nas circunstâncias em que todos os habitantes de uma província acabavam se constituindo em juízes ou réus – diretamente imiscuídos em vinganças pessoais –, a justiça ficava impossibilitada de ser feita, tanto aos culpados, quanto aos inocentes.

Em acordo com o ministro, não havia, em abstrato, leis boas e leis más, “as circunstancias são as que determinão aquella bondade ou maldade relativa”. Ao avaliar as leis criminais do país, Aguilar Pantoja considerava necessário observar se, ainda em casos excepcionais, tais leis davam conta de castigar os culpados e salvar os inocentes, ainda que não desconsiderasse medidas excepcionais em casos que fugiam à normalidade. Atestando, por fim, o estado de “ferocidade inaudita” em que se encontravam as províncias do Rio Grande e do Pará, revelava que o governo havia analisado as dificuldades presentes nesses locais e concluído pela necessidade de substituir um juízo dominado por paixões, por outro “mais razoável, recto e imparcial”.

A proposta, dividida em 18 artigos, visava então a regular, sobre bases bastante distintas daquelas previstas pelo Código de Processo de 1832 e pelo Regimento das Relações de 1833, as fórmulas dos processos e julgamentos a serem aplicadas aos réus dos crimes de rebelião, sedição e conspiração, “e em todos os

¹⁹³ APB-CD, sessão em 9 de agosto de 1836; p. 159.

outros praticados antes, para o fim de commetterem aquelles crimes, ou depois, e por occasião delles”¹⁹⁴. Aproximando-se, em vários pontos específicos, das propostas apresentadas à Casa pelo governo e pelas comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal em 1835, por ocasião da Cabanagem, a medida fazia menção explícita à inclusão, em suas disposições, dos réus das correntes rebeliões do Pará e do Rio Grande do Sul.

A proposta apresentada nesta ocasião, vale frisar, fora anunciada pelo mesmo Aguilar Pantoja ao presidente da província do Pará, o general Andréa, em ofício datado do dia anterior, 8 de agosto de 1836. Por meio deste documento, o ministro dizia ter levado à Regência as dúvidas e reclamações elencadas pelo presidente – em ofício datado de 28 de maio daquele ano¹⁹⁵ – sobre a maneira como tinham de ser processados e julgados os réus da Cabanagem, “com cuja impunidade V. Ex. contava á vista dos Juizes de Paz que tinham de formar-lhes os respectivos processos”, acusados por Andréa de serem, em sua maior parte, cúmplices ou coniventes com a rebelião, “devendo o mesmo pensar-se acerca dos Jurados”. Em resposta a tais preocupações, dizia ter o governo mandado apresentar ao corpo legislativo, “propostas radicaes para o melhoramento do processo e Juizes”, com o fito de por fim à impunidade e injustiças que se seguiam a situações conflituosas nas províncias¹⁹⁶.

¹⁹⁴ Consoante a proposta, caberia ao juiz de direito, a partir de então, a formação de culpa, instrução dos processos e pronúncia dos réus nos crimes de rebelião, sedição e conspiração (arts. 2º e 3º), seguindo os processos e o delinquente, assim que findo o sumário e a pronuncia, à Relação do distrito, responsável por seu julgamento de fato e de direito (art. 4º). Recebido o processo, cabia ao presidente da Relação encaminhá-lo ao promotor para que no prazo de 5 dias formasse o libelo, concedendo-se ao réu tempo semelhante para, uma vez exibido o libelo em juízo, contrariá-lo e preparar sua defesa (art. 5º). Fixando os trâmites específicos do julgamento (art. 6º), a proposta admitia, em seu art. 7º, condições específicas para a recusação de juízes pelo réu, promotor ou acusador, impedindo, ainda, por meio de seu art. 9º, qualquer possibilidade de recurso das sentenças que não o de revista, no único caso de pena capital. Ficava ainda proibida a concessão de fiança aos crimes “prevenidos nesta lei” (art. 10) e fixadas uma série de detalhes e exceções aos seus processos e julgamentos, como a autorização para o deslocamento temporário das Relações, de seus distritos, para o local dos delitos (art. 15). Em acordo com seu art. 16, ficavam incursos nessa lei os réus das “atuais” rebeliões do Pará e do RS, com seu art. 17 declarando, por fim, extintos no país, para os crimes de que trata a presente lei, os juízos comuns. APB-CD, sessão em 9 de agosto de 1836; pp. 160-161.

¹⁹⁵ O ofício em questão é muito provavelmente o mesmo a que se refere Leandro Mahalem de Lima como datado de 27 de maio de 1836. Consoante o autor, por meio deste documento, Andréa teria afirmando a necessidade de se dar início à realização dos sumários de culpa dos cabanos e, diante do que via como a monstruosidade desses homens, teria afirmado que “ou esses códigos criminal e do processo hão de illiminar-se e ser substituídos por Leis uteis, e em que todos vejamos garantidas as nossas honras, nossas vidas, e nossos bens; ou esta Província hade pertencer a Tapuios, e o resto do Brazil a negros”. APUD Leandro Mahalem de Lima. *Rios Vermelhos. Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. FFLCH-USP, 2008; p. 176.

¹⁹⁶ “Decisão N. 483, de 8 de agosto de 1836. Ao Presidente do Pará, dando providencias a bem da Ordem publica, e participando que se vão fazer propostas para o melhoramento do processo”. *CLIB de 1836. Parte Terceira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861; pp. 263-264. Por meio desta decisão, o governo sugeria ainda ao general Andréa que buscasse, junto à Assembleia legislativa da

Já a segunda proposta, apresentada na mesma sessão por Aguilar Pantoja, previa alterações às definições recebida pelos crimes de conspiração, rebelião e sedição no Código Criminal de 1830 (regulados pelos artigos 107, 110 e 111 do diploma), seguindo, neste caso, a linha já previamente intentada de facilitar sua qualificação, retirando, para tanto, de suas definições, qualquer menção a um número preciso de envolvidos¹⁹⁷. Para além disso, nos casos específicos dos crimes de rebelião e sedição, previa-se um incremento das punições prescritas àqueles que, sem serem cabeças, cooperassem diretamente para sua execução, bem como aos demais participantes. Buscava-se, dessa forma, responder às constantes críticas dirigidas ao fato de as punições no código de 1830 concentrarem-se todas, nesses casos, sobre os chamados “cabeças” dos crimes.

Ao introduzir a proposta, o ministro atestara a incompatibilidade identificada pelo governo entre as definições e penas recebidas pelos crimes de conspiração, rebelião e sedição no país, “a natureza de tais crimes, e os princípios de razão jurídica, e política”. Julgava necessária, assim, uma maior clareza e precisão em suas definições, uma vez que não era “o numero dos delinquentes, mas a qualidade do delito, o seu fim e danos que occasiona á sociedade”, que deviam determinar sua natureza e gravidade. Tratando especificamente das punições previstas a tais delitos, dizia ainda que sua limitação, nos casos de sedição e rebelião, aos ditos “cabeças” dos crimes, incitava sua prática na sociedade, havendo-se, portanto, de reformar as leis criminais, com vistas a que “todos achem nella razão sufficiente para respeitar a ordem publica, e a tranquillidade geral”¹⁹⁸.

Tratava-se, portanto, como dissemos acima, de propostas que recuperavam parcialmente as medidas previstas pelo governo no projeto de lei de suspensão apresentado em 1835 para a repressão à Cabanagem. Desta vez, no entanto, não conformavam uma lei especial, voltada a uma província específica e com período preciso de vigência, mas sim medidas gerais de alteração aos códigos legais do país. Não à toa, em seu artigo 17, a proposta concernente ao processo e julgamento dos

província, a prorrogação da medida de suspensão de garantias prevista pela lei de 22 de setembro de 1835, e que recorresse à previsão de seu art. 1º, §2º, de fazer sair da província aos suspeitos de envolvimento nos crimes de rebelião, sedição ou conspiração, enviando-os à Corte para que, ali, fossem “alistados nas tropas de mar ou de terra, como melhor convier”.

¹⁹⁷ A medida propunha, portanto, que fossem considerados conspiração, rebelião e sedição, doravante, a reunião de qualquer número de pessoas, concertadas para a prática dos crimes regulados, respectivamente, pelos artigos 107, 110 e 111 do código criminal. APB-CD, sessão em 9 de agosto de 1836; p. 161.

¹⁹⁸ APB-CD, sessão em 9 de agosto de 1836; p. 161.

réus de conspiração, rebelião e sedição, declarava extintos, para aqueles crimes, os juízos ordinários do país.

Respondiam, nesse sentido, às demandas externalizadas por vários deputados da oposição nos debates de 1836 – bem como por diversos representantes a se manifestar na primeira parte dos debates de 1835 –, que haviam requerido do governo, em mais de uma ocasião, a apresentação de propostas especificamente voltadas ao julgamento dos réus, denunciando por diversas vezes, inclusive, o modo como a ausência de tais propostas depunha contra os alegados objetivos da administração de apaziguar os conflitos do país.

Ainda na sessão de 9 de agosto, a primeira proposta seguiu para a avaliação da Comissão de Justiça Criminal e, a segunda, à Comissão de Constituição da Câmara, as quais, respectivamente nas sessões de 16 e 17 do mesmo mês, sugeriram que as propostas fossem convertidas em projeto de lei e entrassem em discussão. Acontece que, posteriormente a esta data e ao longo de todo o ano de 1837, não se voltou a abordar o assunto na Câmara dos deputados, relegando ao esquecimento as propostas do governo¹⁹⁹.

A atitude contraditória dos parlamentares parece confirmar, assim, em mais uma frente, seu posicionamento enviesado em torno das temáticas concernentes à suspensão de garantias e julgamento dos réus da Farroupilha, instrumentalizadas por eles em meio a uma disputa política direcionada ao regente Feijó e à administração em exercício no país. Para além disso, é possível conjecturar até que ponto os legisladores estariam de fato dispostos a alterar, nesse momento, os códigos criminais do país, particularmente o Código de Processo de 1832, abrindo mão de garantias que, à altura de sua elaboração, lhes pareceram essenciais ao exercício da Justiça no Império do Brasil. Ademais, também podemos nos perguntar se não seria de seu interesse que tais proposições aparecessem em leis extraordinárias saídas exclusivamente da pena do governo e com vigência temporária, com a qual pudessem anuir, ou não, tal como em 1835, mas que não pressupusessem, de toda forma, alterações definitivas na legislação nacional.

Outros dos posicionamentos assumidos pelos deputados nesses debates apontam, também, para uma instrumentalização de suas demandas em meio à disputa que travavam com o governo, particularmente no que tange a argumentos que,

¹⁹⁹ Nova tentativa de deslanchar as discussões sobre esse tema ocorreria, como veremos à frente, em agosto de 1838. APB-CD, sessão de 2 de agosto de 1838; pp. 253-256; e sessão de 16 de agosto de 1838.

mobilizados em oposição à suspensão de garantias para o Rio Grande do Sul, encontravam-se muitas vezes, como veremos, em desacordo com os preceitos da Constituição do país.

Na mesma edição de 16 de julho citada acima, *O Observador da Utilidade Pública* fez interessante comentário sobre os posicionamentos defendidos, por exemplo, por Vasconcelos e Carneiro Leão que, consoante o periódico,

[...] recusa a medida de suspensão de garantias para aquela Província, *porque já estão de facto suspensas*, e a lei he desnecessária em semelhantes casos; isto he, increpão o Governo, porque quer fazer cessar o escândalo de violações da Constituição, e das leis, usando do meio legal, que faculta a Constituição do Estado; porque o Governo não julga legitima a suspensão de garantias sem leis precedentes, que as autorize; e não quer que direitos individuaes sejam violados pelo arbítrio dos agentes do Poder Publico.

Ainda que, uma vez mais, não possamos deixar de considerar o alinhamento político e os jogos argumentativos do próprio periódico – abdicando de analisar tal manifestação como espécie de posição imparcial sobre o assunto –, salta aos olhos a inversão de papéis a que os discursos dos opositores do governo deram azo nos debates de 1836. Afinal, recuperando o histórico de debates sobre a aplicação do §35 no país, fosse nos casos de recurso a esta medida pelo governo, ainda no Primeiro Reinado, fosse nas tentativas de Feijó nos primeiros anos da Regência, ou ainda nas discussões da própria lei de 22 de setembro de 1835, eram quase sempre os proponentes da medida os acusados, pelos representantes nacionais, de desacordos com o texto constitucional.

Desta vez, contudo, manifestações como a de Martim Francisco, para quem o recurso ao §35 deveria ter precedido o estouro da rebelião no sul, perdendo, posteriormente a este fato, a sua utilidade, ou ainda falas como as de Vasconcelos e Carneiro Leão, que, fazendo eco à de Martim Francisco, privilegiavam o recurso à força contra os rebelados, demandando ainda que, em lugar de poder prender sem culpa formada, dar buscas em propriedades particulares ou fazer sair da província os cidadãos suspeitos, o governo preferisse a criação de tribunais especiais para o julgamento dos rebeldes, revelavam-se em tudo opostas às previsões da Carta de 1824 e à defesa dos direitos individuais dos cidadãos até então empreendida pelos representantes do país. Lembremos, ainda, que tanto Vasconcelos, quanto Carneiro Leão, haviam defendido o projeto de suspensão de garantias apresentado em 1835 para o Pará, devendo-se à pena do segundo, inclusive, o formato final assumido pela

lei de 22 de setembro, em tudo semelhante à proposta de 1836 para o Rio Grande do Sul.

O fato de uma série de representantes ter se declarado oposto à aplicação do §35 do art. 179 no Rio Grande do Sul pela pretensa fraqueza e debilidade dessa medida ante a situação vivida na província demonstra, por si só, uma inversão de papéis que só pode ser melhor compreendida quando confrontada aos jogos de oposições então articulado entre o governo e o Parlamento nacional e comparada a posicionamentos posteriores assumidos por estes mesmos representantes.

Uma fala como a enunciada por Holanda Cavalcanti na sessão de 6 de julho de 1836 – quando da 2ª discussão do projeto de suspensão de garantias – vem apenas confirmar o que apontamos até aqui. Manifestando-se na ocasião, o representante por Pernambuco, que, lembremos, opôs-se a todas as propostas de suspensão das garantias no país, desde 1829, deu início a seu discurso reconhecendo as semelhanças existentes entre a situação agora vivida no Rio Grande do Sul e aquela por que passara sua província, em 1824. Vaticinou assim que, da mesma forma que ocorrera em Pernambuco à altura da Confederação do Equador, a suspensão de garantias seria não apenas inútil contra a Farroupilha, mas, pior que isso, “prejudicialíssima” à província. Até aí, portanto, Holanda Cavalcanti expunha, uma vez mais, posicionamento contrário à aplicação do §35 do art. 179 no país. É o prosseguimento de suas reflexões que merece atenção .

Questionando, então, a quem se destinava a suspensão de garantias prevista para o Rio Grande do Sul, o representante por Pernambuco concluía que, se para os “leais” da província, era a medida bastante injusta, pois que estes mereciam toda a proteção do Estado, e, se aos “rebeldes”, havia-se que indagar se o território por eles ocupado encontrava-se, ou não, sob a proteção das leis civis do país. O que Holanda Cavalcanti sugeria aqui, era que, na qualidade de “inimigos do Brasil”, os rebeldes fossem combatidos, pelo presidente da província, “puramente com a lei militar”, abdicando-se por completo das leis civis no tratamento a eles dispensado. Na opinião do deputado, tal tratamento encontrava-se dentre as prerrogativas do presidente que, em circunstâncias ordinárias, era, por excelência, o executor da lei civil na província, enquanto, em tempos de guerra, assumia as funções de um comandante militar.

Discursando na sequência, Evaristo da Veiga ironizou as colocações do deputado pernambucano, afirmando que, se como Holanda Cavalcanti, considerasse o governo investido da lei marcial e, portanto, no direito de tratar militarmente o “paiz

rebelde”, julgaria, como aquele ilustre deputado, que a lei em discussão era desnecessária e mesmo prejudicial. Porém, convencido como afirmava estar, de que as instituições brasileiras estavam em desacordo com a doutrina previamente enunciada, acreditava que se deveria lançar mão unicamente dos meios constitucionalmente previstos para lidar com a situação em curso no Rio Grande.

Propondo, então, as mais estranhas alternativas em oposição ao projeto do governo, os deputados envolvidos nessas discussões acabaram revelando o quão longe estavam dispostos a ir em seu confronto com a administração.

Vale a pena atentarmos, assim, não apenas ao percurso traçado, em 1837, pelas leis de suspensão de garantias para o Pará e para o Rio Grande do Sul, mas também ao modo como o posicionamento dos representantes nacionais se alterou, e em que direção o fez, ante a renúncia de Feijó e a completa reorganização do governo e do Parlamento (particularmente por conta da ascensão do Regresso) naquele ano.

A primeira prorrogação das leis de suspensão para o Pará e o Rio Grande do Sul em 1837

No dia 12 de outubro de 1837, foi aprovado pela Regência nacional o Decreto 129 do poder Legislativo, cujo primeiro artigo estabelecia a prorrogação, pelo período de um ano, nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul, da “suspensão de garantias decretada pelas leis de 22 de setembro de 1835 e 11 de outubro de 1836”. O segundo artigo do decreto autorizava ainda o governo a conceder, pelo mesmo intervalo de um ano, “anistia geral, ou particular às pessoas envolvidas em crime de sedição e de rebelião naquelas duas Províncias, e bem assim às pessoas envolvidas em crimes de sedição nas outras Províncias do Império, caso a humanidade e a conveniência do Estado assim o aconselhem”²⁰⁰.

O Decreto 129 resultou de discussões bastante breves nas duas casas do Parlamento nacional. A apresentação do projeto que lhe deu origem, realizada pelo governo aos 22 de setembro de 1837, configurou uma das primeiras medidas do Gabinete de 19 de setembro, alçado à administração do país em consequência da renúncia do regente Feijó e das articulações políticas rapidamente empreendidas por seu sucessor, Pedro de Araújo Lima.

O ano legislativo de 1837 foi inaugurado com o acirramento das já conflituosas relações entre o governo e a oposição parlamentar, desembocando

²⁰⁰ *CLIB de 1837*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861, p. 94.

rapidamente em novos e ainda mais pungentes ataques à atuação do ministério no Rio Grande do Sul. Para além disso, no que tange especificamente ao Pará, o ano teve início com a divulgação de notícias curiosas, para dizer o mínimo, acerca da aplicação da lei de suspensão de garantias pelo presidente daquela província.

As notícias sobre o Pará, como dissemos acima, foram escassas por praticamente todo o ano de 1836. Menções à situação vivida ao norte do país apareceram, àquela altura, de forma quase sempre evasiva e vinculada à discussão da lei de suspensões para o Rio Grande do Sul. Nesses debates, parte dos deputados cobrou do governo esclarecimentos sobre a aplicação da lei de 22 de setembro de 1835, considerando tal conhecimento fundamental à análise das vantagens de uma lei de conteúdo semelhante para o sul.

O exemplo paraense foi mobilizado, assim, pelos opositores da aplicação do §35 na repressão aos rebeldes farrapos, como espécie de comprovação da inutilidade da medida de suspensão de garantias. Nesse contexto, destacou-se com frequência a não pacificação do Norte do país como comprovação da ineficácia da medida, recusando-se, ainda, suas pretensas vantagens edificadoras e exemplares, uma vez que sua aplicação no Pará não contribuíra em nada à dissuasão dos rebeldes do Sul. Para além disso, em mais de uma ocasião, o tratamento complacente dispensado pelo governo aos rebeldes sulinos foi comparado à ferocidade com que, diziam os deputados, eram tratados os cabanos paraenses.

A todas essas interpelações, os membros do ministério responderam de forma lacunar e evasiva, revelando não apenas desconhecerem detalhes da situação vivida no Pará, mas, mais do que isso, terem delegado a resolução daqueles conflitos quase integralmente ao novo presidente da província, o general Andréa.

É curioso, portanto, ainda que não exatamente surpreendente, que no Relatório Anual do Ministério da Justiça concernente ao ano de 1836 (lido na sessão da Câmara dos deputados de 12 maio de 1837), Aguilar Pantoja tenha considerado o Pará “restaurado” – dando breve notícia dos acontecimentos transcorridos no último ano – e noticiado, sem maiores delongas, ao tratar das medidas “indispensáveis” à pacificação total da província, a não aplicação da lei de 22 de setembro de 1835 pelo presidente Andréa.

No que tange às notícias do ano anterior no Pará, Pantoja foi econômico ao relatar aos deputados a chegada de Andréa à província e as tratativas estabelecidas entre ele e o presidente rebelde, Eduardo Angelim, em torno à evacuação de Belém

pelos cabanos. Mencionou, ainda, a manutenção dos conflitos com Angelim e diferentes chefes rebeldes, pelo interior do território paraense, após a reocupação de Belém pelas forças da ordem, atestando que da prisão de parte desses líderes, em 30 de outubro de 1836, resultara a sujeição de quase toda a província aos preceitos legais. “Quase toda a província”, no entanto, não incluía, “alguns lugares desde Cametá ao Rio Negro, que ainda estão infestados pelos rebeldes”, destacando-se, dentre essas paragens, a região de Breves (localizada na Ilha de Marajó), “onde consta estarem reunidos todos os Chefes delles”. Quanto a estas, no entanto, o ministro declarava ter “fundadas esperanças de que, a esta hora, estejam limpas”²⁰¹.

Adentrando pela indicação das providências “indispensáveis” à pacificação da província, referiu-se à necessidade urgente de medidas “para se levar a effeito a punição dos revoltosos”, recuperando, uma vez mais, a ideia de que, em conjunturas como a paraense, em que não havia mais que dois partidos, “o vencido e o vencedor, e ambos inimigos”, da aplicação das leis criminais ordinárias só podia resultar impunidade. Retomava, portanto, ideia já compartilhada com Andréa e com os representantes temporários entre os dias 8 e 9 de agosto de 1836, e diretamente relacionada, como vimos, à apresentação, à Câmara dos deputados, de um projeto propondo alterações aos processos e julgamentos dos réus dos crimes de sedição, rebelião e conspiração no país.

Referindo-se, por fim, ao destino dado a lei de 22 de setembro de 1835, saiu-se com a seguinte afirmação: “O Presidente do Pará, receando todos os males que dahi devem provir, julgou que convinha, em quanto está em **estado de guerra**, não publicar a Lei de suspensão de garantias naquela Província, reservando-se para fazê-la [sic] quando as cousas estivessem inteiramente acalmadas”²⁰². Admitiu, assim, um tanto evasivamente, não apenas a opção do general Andréa de não publicar no Pará a

²⁰¹ As informações sobre o Pará expostas pelo ministro da Justiça em seu relatório, foram a ele submetidas pelo próprio general Andréa, por meio de uma série de ofícios enviados desde sua chegada à província, em abril de 1836. Os dados especificamente apresentados por Pantoja, no início de 1837, no entanto, devem-se muito provavelmente a ofício de Andréa de finais de novembro de 1836, por meio do qual o general expôs em pormenores as operações que vinha empreendendo na província. O teor deste documento é analisado por Leandro Mahalem de Lima entre as páginas 182 e 187 de sua tese. Também a estratégia militar adotada por Andréa no Pará, particularmente após a retomada de Belém, foi analisada por Mahalem de Lima, bem como por Thailana de Jesus Cordeiro Pereira, em sua dissertação de mestrado. Ver: Leandro Mahalem de Lima. Op. cit.; especialmente capítulos IV e V. Thailana de Jesus Cordeiro Pereira. *A Suspensão Constitucional no Pará com a lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos Cabanos (1835-1840)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. IFCH-UFPA, 2018. Ver capítulo 3.

²⁰² Grifo meu.

lei nacional de 22 de setembro de 1835²⁰³, mas também o reconhecimento, pelo governo, de um genericamente referido “estado de guerra” na província.

Acontece que, até onde nos é possível afirmar – tendo em vista a Constituição do país, o Ato Adicional de 1834 e o regimento dos presidentes de província – a decisão acerca da publicação e consequente aplicação de uma lei promulgada pela Assembleia nacional à província a que se destinava, não cabia a seu presidente. Da mesma forma, como já referido por Evaristo da Veiga ao responder a Holanda Cavalcanti na sessão de 6 de julho de 1836, a admissão de um pretense “estado de guerra” nas províncias do país, pressupunha a admissão de uma “lei marcial” inexistente na legislação. O direito de tratar militarmente uma província rebelde, portanto, e, mais que isso, o direito de que tal decisão coubesse ao seu presidente, parecem-nos, para dizer o mínimo, controversos, cabendo atentar, assim, à menção aparentemente desprezível realizada pelo ministro da Justiça a tal situação.

A despeito da polêmica inerente a tais afirmações, a recusa do presidente Andréa em aplicar a lei de 22 de setembro de 1835 no Pará, revelada por Aguilar Pantoja, não parece ter despertado especialmente a atenção dos representantes nacionais, bastante envolvidos, à altura da apresentação do relatório, nas atribuladas discussões da Resposta à Fala do Trono de 1837, longamente debatidas por todo o mês de maio.

Nesses debates, mais do que nunca, o posicionamento dos deputados foi marcado por duríssimos ataques à Regência de Feijó, apontada como grande responsável pelas dificuldades por que passava o Império e pela continuidade e mesmo exacerbação dos conflitos travados ao norte e, particularmente, ao sul do país.

²⁰³ A informação passada por Pantoja, quanto à não publicação da lei de 22 de setembro de 1835 no Pará, foi posteriormente confirmada pelo próprio general Andréa, na abertura da sessão legislativa da Assembleia provincial de 1838. Em sua tese de doutorado, no entanto, Leandro Mahalem de Lima afirma, a certa altura, que em ofício enviado ao ministério da Justiça, em 17 de junho de 1836, Andréa teria dado conta da publicação da lei de 22 de setembro no Pará. Uma vez que o documento não foi transcrito, mas apenas parcialmente parafraseado pelo autor, desconhecemos o conteúdo preciso das afirmações de Andréa, mas tudo leva a crer que a suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 não foi mesmo aplicada na província previamente a março de 1838. Acontece que, como vimos acima, a lei de 22 de setembro de 1835 regulava mais que a dispensa de alguns parágrafos do artigo 179 da Constituição, prevendo também a proibição das sociedades secretas e públicas na província, além de uma alteração provisória na definição do crime de sedição, bem como a possível dissolução, por até três anos, da Guarda Nacional no Pará, autorizando seu presidente a armar até 600 cidadãos e dar-lhes a organização que mais conveniente fosse, nomeando oficiais e sujeitando tal força à disciplina dos corpos destacados. Por fim, previa ainda a possibilidade de que o governo dispendesse 220 contos de reis para mandar estacionar na província um corpo de voluntários que não excedesse 400 praças. É razoável supor, portanto, tendo em vista o documento citado por Mahalem de Lima, que Andréa tenha feito uso dessas previsões da lei de 22 de setembro de 1835 sem recorrer, no entanto, à suspensão regulada por seu primeiro artigo. Ver: Leandro Mahalem de Lima. Op. cit.; pp. 177-178.

O projeto de resposta apresentado aos 9 de maio de 1837, assinado por Rodrigues Torres, Souza Martins e Araújo Ribeiro, era, assim, extremamente crítico ao governo. Por meio dele, a Câmara se negava abertamente a cooperar com a administração em exercício, acusando-a de não gozar da confiança nacional²⁰⁴. Replicava, também, com profunda aspereza, as breves colocações do governo acerca do Pará e do Rio Grande do Sul²⁰⁵, dizendo quanto a este ponto que:

A câmara dos deputados, porém, deplora que o estado interior do paiz não apresente ainda um aspecto satisfatório; pois se de um lado lhe é grato saber, que o Pará reconhece hoje o governo legal; por outra parte lamenta que, não obstante ter a assembléa geral dado ao ministério todos os meios e faculdades que lhe foram pedidos para a pacificação da província do Rio Grande do Sul, continue ella a soffrer as calamidades da guerra civil, que a desola.

As notícias de que os deputados dispunham, a esta altura, sobre o Rio Grande do Sul, sistematizadas no Relatório apresentado por Pantoja três dias depois e confirmadas pelas falas de diversos deputados ao longo do mês de maio, davam conta, dentre inúmeros detalhes, de algumas questões principais. Dentre elas, a declaração da República de Piratini, pelo general Antonio Neto, aos 11 de setembro de 1836; as confusas trocas de presidente empreendidas na província, com a nomeação de Antero José Ferreira de Brito no lugar de Araújo Ribeiro, que pedira demissão, e a posterior substituição deste por Feliciano Nunes Pires; e as numerosas frentes de batalha abertas por toda a região, nas quais as forças rebeldes e o governo alternavam vitórias e derrotas, dificultando a antevisão de um fim à situação²⁰⁶.

Discutindo o projeto de resposta à Fala do Trono, diversos deputados culpavam exclusivamente o governo pelas dificuldades encontradas ao Sul, elegendo justamente a Farroupilha e os “erros” administrativos no seu trato, como símbolo por excelência da incapacidade da Regência em manter-se à frente do país. Alegaram,

²⁰⁴ Consoante o segundo “período” do projeto de resposta à fala do trono: “Se a época, senhor, da reunião do corpo legislativo é sempre esperançosa para a nação, é porque reconhece ella, que só da mutua e leal cooperação dos poderes políticos póde provir efficaz remédio aos males, que a affligem; mas esta cooperação, a câmara dos deputados faltarão a seus mais sagrados deveres se a prestar a uma administração, que não goze da confiança nacional. No nosso século, e com as instituições que possuímos o primeiro dever dos ministros é governar conforme aos interesses e necessidades do paiz; e aquelles, que o desconhecem, ou menosprezam, mal podem dirigir os negócios públicos”.

²⁰⁵ Quanto ao Pará, dizia o regente que, a despeito do reconhecimento do governo legal e da incipiente retomada da agricultura e do comércio, ainda se fariam necessárias “grandes forças” naquela província, “que exigem consideráveis despesas”. Já no que tangia ao Rio Grande do Sul, a Fala do trono alegava unicamente que a província não se encontrava pacificada, e que o governo continuaria a empregar “na sua pacificação, os meios de que pode dispor”.

²⁰⁶ No que tangia à aplicação da lei de 11 de outubro de 1836 na província, Pantoja dava conta, em seu relatório, dos “benefícios” advindos da anistia concedida aos comprometidos na sedição de 20 de setembro, mencionando ainda o recurso que fazia o presidente à deportação “dos comprometidos, que julga mais perigosos, muitos dos quaes se achão nas prisões dessa Capital”.

para tanto, a gravidade dos riscos impostos pela rebelião, que diziam atentar contra a integridade nacional e a própria monarquia constitucional²⁰⁷.

Em meio aos debates da resposta à Fala do Trono, que, como dito, ocuparam todo o mês de maio, Feijó nomeou um novo Gabinete, que assumiu a administração do país aos 16 de maio de 1837. Diferentemente das trocas ministeriais que empreendera até então, nas quais apenas oito nomes haviam revezado a titularidade das pastas, o regente optou, nesse caso, por uma renovação total, com Alves Branco assumindo as pastas do Império e da Fazenda; Montezuma, o ministério da Justiça e o dos Negócios Estrangeiros; e José Saturnino da Costa Pereira e Tristão Pio dos Santos encabeçando, respectivamente, as pastas da Guerra e da Marinha²⁰⁸.

Alguns representantes e, especialmente, membros da administração anterior recém destituída, saíram, contudo, em defesa de sua atuação²⁰⁹, creditando, por vezes, à própria Câmara dos deputados, os maus rumos assumidos na repressão à Farroupilha e vários dos fracassos da empreitada. Ao final de muitos dias, acabou-se aprovando uma segunda versão da resposta, redigida pela mesma comissão, mas em termos um pouco mais comedidos.

Desses debates, pode-se extrair o clima de intensa animosidade instalado no Parlamento, ainda mais radicalizado que no ano anterior. Chama a atenção, assim, que mesmo opositores ferrenhos da administração e das medidas de suspensão para o Pará e o Rio Grande, como Antonio Ferreira França e Raphael de Carvalho, tenham se declarado incomodados com o teor da resposta proposta em inícios de maio. Raphael de Carvalho chegou mesmo a criticar abertamente a falta de comedimento com que a oposição vinha pressionando o governo, atitude que, em sua opinião, acabava depondo contra o conjunto dos representantes do país.

A oposição em uma câmara legislativa é o mesmo que acontece com os demagogos; apresentam-se dispostos a enganar uns aos outros; conseguem deslocar do trono a quem estava nele colocado; vencem; vão ocupar os bancos daqueles a quem antes chamaram infames, e o partido deslocado muda-se para agressor.

²⁰⁷ Manifestaram-se nesse sentido deputados como Rodrigues Torres, Carneiro Leão, Saturnino de Souza e Oliveira, Maciel Monteiro, Calmon du Pin e Souza Martins.

²⁰⁸ Destes, apenas Alves Branco havia ocupado a pasta de Estrangeiros do primeiro Gabinete composto por Feijó.

²⁰⁹ Opuseram-se, assim, à formulação da resposta à fala do trono, os deputados Raphael de Carvalho e José Alcibiades Carneiro (MG), e ainda Antonio Paulino Limpo de Abreu e Manuel do Nascimento Castro e Silva, que haviam ocupado, respectivamente as Pastas do Império e Estrangeiro, e a Pasta da Fazenda no ministério destituído aos 16 de maio.

Para parte dos representantes nacionais, portanto, ficava cada vez mais evidente que os ataques direcionados pela oposição ao governo, particularmente no tocante à sua atuação ao sul, respondiam menos à realidade dos acontecimentos transcorridos naquela província, do que a intuições bastante precisas de minar a administração em exercício.

Ainda que apresentada em termos mais comedidos, parte da resposta à Fala do Trono não foi aceita por Feijó, que se disse em desacordo com os princípios expressos em seu segundo “período”; no qual os deputados afirmavam que prestariam seu apoio à administração unicamente se, guiada “pelos interesses e necessidades do paiz”, procurasse manter “a harmonia e confiança entre os diferentes poderes do Estado, condição essencial da marcha regular dos governos representativos”. A resposta do regente foi considerada uma verdadeira “declaração de guerra” por parte dos representantes²¹⁰, marcando, consoante Paulo Pereira de Castro, “o início da liquidação final da situação”²¹¹.

Os ataques à Regência não diminuíram, portanto, nos meses subsequentes e Feijó acabou por renunciar ao cargo. Em acordo com Pereira de Castro, ao decidir-se pela renúncia, teria chamado os principais chefes políticos de seu “partido” – Limpo de Abreu, Costa Ferreira, Aureliano de Souza Coutinho, Alves Branco e Paula Sousa – para propor-lhes que assumissem a pasta do Império, já que caberia ao titular deste ministério a sucessão legal da Regência. Ante a recusa de todos eles, nomeou Pedro de Araújo Lima ministro do Império, aos 18 de setembro, oficializando sua saída do governo no dia seguinte²¹².

Na qualidade de regente interino, Araújo Lima teria, a princípio, unicamente a responsabilidade de presidir as eleições para regente uno efetivo. Entre os apoiadores de Feijó, parece ter prevalecido, inclusive, a crença de que, em seu período à frente do Executivo, Araújo Lima pudesse atuar a favor do grupo que, até então, vinha comandando o governo. O ministério por ele nomeado, no entanto, ao conformar-se com a maioria parlamentar, como vinham, há tempos, exigindo os representantes da casa temporária, acabou consolidando a oposição que, desde o ano anterior, galgava espaços no Parlamento, angariando adeptos com seus profundos e constantes ataques à administração.

²¹⁰ Menção à manifestação do deputado Raphael de Carvalho à resposta de Feijó na sessão de 6 de junho de 1837. APB-CD, sessão de 6 de junho de 1837; pp. 197-198.

²¹¹ Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; p. 64

²¹² Idem; p. 68.

Não surpreende, assim, que ao final dos meses extremamente atribulados que viemos analisando até aqui, imediatamente após a subida do chamado “Gabinete de 19 de setembro”, ou “Gabinete Ministerial”, encabeçado por ninguém menos que Bernardo Pereira de Vasconcelos²¹³, o novo governo tenha apresentado à Câmara, já aos 22 de setembro, uma proposta de renovação das medidas de suspensão das garantias para o Pará e o Rio Grande do Sul, bem como a extensão da concessão de anistias nessas mesmas províncias, inovando muito pouco, ou quase nada, no trato dispensado às principais sublevações políticas nacionais²¹⁴.

Solicitou, na mesma data, como “pronto e eficaz socorro” aos brasileiros que combatiam sem reforços ao sul do país, o envio de tropas de primeira linha, de todo o Império, para o Rio Grande do Sul, e o destacamento de 4 mil guardas nacionais para substituírem as tropas no cumprimento dos serviços das praças, costas e fronteiras do país, punindo com o recrutamento aqueles que não obedecessem ao chamado do governo.

Aos 23 de setembro de 1837, a comissão de Constituição da Câmara, composta por Carneiro Leão, Gonçalves Martins e Manuel Paranhos, sugeriu a pronta conversão das propostas do governo em projetos de lei a serem discutidos na Casa, apresentando, no tocante à suspensão de garantias, o seguinte texto:

A assembléa geral legislativa decreta:

Art. 1º. Fica prorogada por mais um anno nas províncias do Pará e do Rio Grande de S. Pedro do Sul, a suspensão de garantias, decretada pelas leis de 22 de setembro de 1835 e 11 de outubro de 1836.

Art. 2º. O governo fica autorizado a conceder amnistia geral, ou particular, ás pessoas envolvidas nos crimes de sedição, ou rebelião, commettidas nas mesmas províncias, caso a humanidade e conveniência do estado assim aconselhem.²¹⁵

A prorrogação das leis de suspensão entrou em discussão na sessão de 30 de setembro de 1837 e o primeiro a se manifestar a seu favor foi justamente Vasconcelos, agora na qualidade de proponente da medida. Em seu discurso, o então ministro da Justiça defendeu a utilidade da prorrogação, por mais um ano, das leis de suspensão de 1835 e 1836, afirmando que, a despeito dos possíveis abusos advindos de sua aplicação (que cabia ao governo conter), havia grande “conveniência” na dispensa das garantias previstas pelos §§6º, 7º, 8º 9º e 10 do art. 179, “para o

²¹³ Para além de Vasconcelos, nas pastas do Império e da Justiça, o Gabinete de 19 de setembro contava com Antonio Peregrino Maciel Monteiro como ministro dos negócios Estrangeiros, Miguel Calmon du Pin e Almeida na pasta da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres na Marinha, e Sebastião do Rego Barros na Guerra.

²¹⁴ APB-CD, sessão de 22 de setembro de 1837; p. 561.

²¹⁵ APB-CD, sessão de 23 de setembro de 1837; p. 563.

reestabelecimento do socego” e prevenção à “continuação das calamidades da guerra”. Mais que isso, no entanto, Vasconcelos foi enfático ao asseverar que a prorrogação agora demandada pelo ministério contribuiria para acelerar o fim das calamidades que pesavam sobre as duas províncias, defendendo a efetividade das medidas previstas pelas leis de 1835 e 1836²¹⁶.

Consoante o deputado, se as circunstâncias encontradas nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul eram, ao final de 1837, as mesmas, “ou ainda mais graves do que erão quando decretadas” as leis em questão, parecia razoável a manutenção do recurso ao §35. Ademais, dizia Vasconcelos, o governo faria acompanhar tais medidas de força de uma extensão na concessão de anistias, de modo a compensar, por meios de conciliação, a violência e o poder que se fazia necessário impor aos rebeldes.

Todos os que depuserem as armas serão amnistiados, e todos mesmo que já têm deposto as armas podem ser amnistiados, porque todas as vezes que os partidos estão vencidos, estão fatigados, e pedem clemencia, a humanidade e a politica aconselhaõ que sejam benignamente acolhidos. É nossa profunda convicção que não ha outro meio de extinguir os partidos senão o da clemencia.²¹⁷

Era gritante, portanto, a diferença nos posicionamentos assumidos por Vasconcelos, na qualidade ministro do governo, em 1837, daqueles expressos, como deputado da oposição, em 1836. Nos debates do ano anterior, não só a suspensão de garantias fora por ele acusada de absolutamente inútil ante o estágio dos conflitos ao sul, como as medidas de apaziguamento adotadas pela administração definidas como sinal de fraqueza e objeto de enorme desconfiança e dúvidas quanto aos reais intuitos do governo. Em 1837, no entanto, ambas as medidas assumiam o potencial de salvar as províncias rebeladas e repor a ordem interna nacional²¹⁸.

Referindo-se, ainda na sessão de 30 de setembro, ao estado de perturbação da ordem pública em que se encontrava o Pará, Vasconcelos lembrou que, ante tal cenário, seu presidente não havia se “animado a pôr em execução a lei que suspendeu

²¹⁶ APB-CD, sessão de 30 de setembro de 1837; pp. 603-605.

²¹⁷ Idem; p. 604.

²¹⁸ Alguns dias antes, ao defender também o destacamento de 4 mil guardas nacionais para o cumprimento dos serviços abertos pelas tropas de primeira linha deslocadas de todo o Império para o Rio Grande do Sul, Vasconcelos demonstrara já as diferenças a marcar seu posicionamento como ministro, daquele exposto na qualidade de representante nacional em 1836, quando recusara pungentemente a possibilidade, por exemplo, de se punir com o recrutamento os guardas nacionais que se recusassem a servir no sul do país. Àquela altura, a medida lhe parecera fruto de puro arbítrio do governo e, mais que isso, uma extensão da suspensão das garantias constitucionais, que se deveriam restringir aos rebeldes do sul, a todos os cidadãos do país, possivelmente incursos na medida.

algumas das formalidades que garantem a liberdade individual”²¹⁹. Uma vez mais, portanto, vinha à tona a informação de que o general Andréa optara pela não publicação da lei de 22 de setembro de 1835, ao menos no que tangia à suspensão de garantias, regulada por seus dois primeiros artigos, tratada com estranha naturalidade por um membro do governo.

Na sessão de 2 de outubro, a questão voltou ao plenário, numa fala de Henriques de Rezende em que, opondo-se à prorrogação das leis de suspensão, defendeu que as autoridades provinciais tivessem a liberdade de atuar da forma que lhes parecesse melhor para a pacificação de suas províncias. Na opinião do deputado, a aprovação de uma lei nacional fixando a dispensa de determinados parágrafos do artigo 179 poderia antes atrapalhar do que auxiliar tais autoridades na conquista de seus objetivos, já que as deixaria de “mãos atadas”²²⁰. Ademais, dizia Rezende, manifestações recentes do governo acerca da não publicação da lei de suspensões no Pará, davam a entender a anuência da administração com a atitude do general Andréa, confirmando, assim, a desnecessidade do recurso ao §35 àquela altura dos conflitos paraenses e a concordância de que coubesse ao presidente da província a decisão sobre a questão.

Respondendo de forma confusa ao deputado Rezende, Vasconcelos negou que o governo tivesse aprovado o expediente adotado pelo presidente do Pará, afirmando, pelo contrário, que, tendo em vistas as previsões constitucionais a impossibilitar a suspensão da constituição do Estado salvo nos casos declarados pelo §35, não houvera – até onde ele tinha conhecimento – concordância com a atuação de Andréa (em acordo com a qual, como vimos, fora declarada uma espécie de lei marcial na província, inexistente na legislação do país)²²¹.

Posteriormente a esta fala de Vasconcelos, contudo, as questões concernentes ao Pará e à atuação do general Andréa ficaram novamente no ar, concluindo-se os debates sobre o art. 1º e passando-se à sua votação.

Ainda na sessão de 2 de outubro, o art. 1º saiu aprovado, tal como redigido, por 38 votos contra 19. Da mesma sessão saiu aprovado o art. 2º, estendendo-se, contudo, a possibilidade de concessão de anistias pelo governo, via incorporação de

²¹⁹ APB-CD, sessão de 30 de setembro de 1837; p. 604.

²²⁰ Falando nesta ocasião, Rezende julgava útil e necessária, no entanto, uma suspensão do *habeas corpus* em todo o Império, “para as pessoas implicadas nos negócios do Pará e Rio Grande”, deixando que, de resto, seus presidentes agissem como lhes parecesse melhor. APB-CD, sessão de 2 de outubro de 1837, p. 612.

²²¹ APB-CD, sessão de 2 de outubro de 1837, p. 612.

emendas. Da autorização inicialmente proposta de anistiar os envolvidos nos crimes de sedição e rebelião nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul, a Regência passou a contar, assim, com a prerrogativa de anistiar os rebeldes e sediciosos de quaisquer províncias do Império, como lhe parecesse melhor, pelo período de um ano²²².

As disposições do art. 2º, aprovadas por representantes que, alguns meses antes, haviam acusado a administração nacional de arrogar para si prerrogativas de que não dispunha, implicavam explicitamente em uma revogação temporária do §3º do art. 19 da Lei da Regência, que vetava ao Executivo nacional a decisão sobre concessões de anistia no país.

Concluídas as discussões na Câmara dos deputados, o projeto passou à análise do Senado, de onde saiu aprovado, aos 9 de outubro de 1837, exatamente nos mesmos termos propostos pelos representantes temporários, dando origem ao Decreto 129 de 12 de outubro daquele ano.

A promulgação da lei de 12 de outubro de 1837 foi seguida pela emissão de dois decretos da Regência fixando a compreensão de seu art. 1º, haja vista a indefinição aberta por seu texto ao prever uma genérica prorrogação da “suspensão de garantias” decretada pelas leis de 1835 e 1836, sem estabelecer precisamente a que pontos de tais leis se referia a prorrogação. O que os decretos de 20 de outubro de 1837 fixaram, portanto, foi a autorização para que os presidentes das províncias do Pará e do Rio Grande do Sul pusessem em execução os §§1º a 3º das leis de suspensão de 1835 e 36, limitando a tais pontos a prorrogação prevista pela lei de 12 de outubro²²³.

Poucos dias após a aprovação do Decreto 129, o periódico *O Parlamentar* publicou artigo bastante interessante intitulado “Descei, que nós queremos subir”, censurando o novo ministério por demandar e realizar, uma vez no poder, exatamente as mesmas medidas que seus membros, na qualidade de oposição, haviam negado às últimas administrações. Acusava, assim, os membros da oposição em 1836 e 1837 – agora situação –, de empreenderem uma refutação pessoal, e não de princípios, ao

²²² No bojo das discussões sobre o art. 2º, o deputado Castro e Silva chegou a propor emenda sugerindo a revogação dos §§3º e 9º do art. 19 da Lei da Regência, concernentes, respectivamente, à concessão de anistia e à possibilidade de recurso ao §35 do art. 179, visando a autorizar o regente a voltar a exercer as atribuições “que por eles se inibição”. Idem. Ibidem.

²²³ O decreto concernente ao Pará possuía, nesse ponto, um pequeno equívoco, uma vez que, diferentemente da lei de 11 de outubro de 1836, o artigo 1º da lei de 22 de setembro de 1835 não possuía três, mas unicamente dois parágrafos. *CLIB de 1837*. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861; p. 51.

regente Feijó, abrindo mão, na qualidade de adversários do governo, de “todos os dictames da razão e da justiça” e não se embaraçando com “a legitimidade dos meios, comtanto que conseguissem o seu fim – *Descei, que nós queremos subir*”²²⁴.

Buscando demonstrar algumas das mudanças de atitude a que se referiam, os redatores do artigo recorreram a dois exemplos concretos de medidas publicamente taxadas de inúteis e prejudiciais em 1836 e 1837, sugeridas agora pelo novo Gabinete: o pedido por um crédito complementar para as despesas extraordinárias do país, especificamente, as despesas com as rebeliões do Pará e do Rio Grande do Sul, e a suspensão de garantias.

Mostraram, assim, no tocante ao crédito, o modo como, recusando ao governo, respectivamente no início das sessões de 1836 e 1837, a verba suplementar de 2000 e 2400 contos por ele demandada, o atual ministro da Fazenda, Miguel Calmon du Pin e Almeida, viera agora solicitar ao Parlamento nada menos que 4.558 contos²²⁵.

Já no que tangia à suspensão de garantias e outras medidas de força discutidas nos anos anteriores, os redatores afirmavam:

Suspender as formalidades que garantem a liberdade é por os cidadãos fora da lei, abrir a porta a todas as vinganças; numa palavra, é estabelecer a opressão, a tirania! Negue-se tudo ao governo! Um governo quando quer arbítrio, força e dinheiro, é um *governo monstro, um governo demônio*. Fé e mais fé em nossas instituições, e o país será salvo! Sobem ao poder os *verdadeiros crentes*: e quando se esperava o *fides tua te salvam fecit* – o nobre ministro da justiça, o Sr. deputado B. P. de Vasconcelos, propõe ao corpo legislativo a suspensão de garantias para o Rio Grande e o Pará, os destacamentos da guarda nacional até 4.000 homens, e o que mais é, com a barbara pena de serem recrutados para a primeira linha os que faltarem ao destacamento sem outra exceção que a da impossibilidade física! Com quanto mais razão não se poderia dizer que se pretende *militarizar* ao paiz? [...] Se isto não é *força, arbítrio e dinheiro*, e dinheiro não só para as pretendidas necessidades públicas, como *para o aumento do ordenado dos próprios ministros*, não sabemos o que seja.²²⁶

Se os ministros e apoiadores do Gabinete de 19 de setembro foram acusados, assim, de mudanças abruptas de opinião em função de alterações no centro do poder, também os membros das administrações anteriores parecem ter alterado seu

²²⁴ *O Parlamentar*, nº 19 – 14/10/1837; p. 82.

²²⁵ Em acordo com o periódico: “Dir-se-ha talvez que o ministro, quando deputado, não conhecia a necessidade do thesouro, e só depois que entrou para a administração foi que pôde conhecer do seu estado. Mas de duas huma: ou o deputado falava sem conhecimento de causa, fazia discursos aéreos e sem fundamento algum; ou obrava de má fé, ocultando a verdade pelo prazer de censurar e desacreditar os ministros da côroa. A primeira destas hyphoteses parece inadmissível, não só porque não compadece os conhecimentos financeiros de que tanto faz alarde o nobre ministro, como porque todos os documentos que justificavão a medida forão fornecidos pelo thesouro, e se achavão na câmara de que era membro. Resta a segunda, que não podendo deixar de ser admitida, prova o que havemos dito: - *Descei, que nós queremos subir*.”. *O Parlamentar*, nº 19 – 14/10/1837, p. 82.

²²⁶ *Idem*; pp. 82-83.

posicionamento, uma vez na oposição. Em edição de 4 de outubro de 1837, o periódico *O Sete d'Abril* já havia se dedicado a destacar a mudança de posicionamento de Álvares Machado e Limpo de Abreu ante as votações da suspensão de garantias. Em acordo com o periódico:

O Sr. Álvares Machado e o Sr. Limpo de Abreu pediam suspensão de garantias para as províncias do Rio Grande do Sul e do Pará, e entretanto votam contra a que lhes pediu a Câmara dos Deputados!! E não quererão esses Srs. que o *Sete d'Abril* os denomine anarquistas inimigos do Brasil? Decidam eles, julgamos que não deixarão de aceitar o título que lhes oferecemos, pois que com ele distinguem aos seus adversários.²²⁷

Abdicando de apontar a um dos lados da disputa como exclusivamente ou predominantemente envolvido em tais mudanças de opinião, há que se atentar ao modo como, nos anos de 1836 e 1837, a questão da suspensão de garantias esteve intimamente relacionada aos jogos de poder articulados e disputados no país, aparecendo, por vezes, como ponto nevrálgico das acusações proferidas de lado a lado.

Ainda que de um modo distinto dos analisados até aqui, tal configuração aponta, uma vez mais, o modo como o recurso ao §35 do art. 179 esteve enredado à história política nacional.

²²⁷ *O Sete d'Abril*, nº 489 – 04/10/1837; p. 4

Capítulo 4

O desgaste parlamentar da medida de suspensão de garantias: revoltas, rearranjos políticos e reformas legislativas (1838-1841)

Nas últimas sessões legislativas de 1839, discutindo-se a conveniência de mais uma prorrogação da suspensão de garantias no Rio Grande do Sul, bem como a possível aplicação do §35 a outras províncias que passavam por agitações político-sociais à mesma altura, Francisco Ramiro de Assis Coelho (ministro da Justiça do gabinete nomeado em 1º de setembro de 1839) chamou a atenção dos representantes temporários aos perigos muitas vezes existentes na manutenção, durante as comoções políticas, das “formalidades que garantem a liberdade individual durante a paz”¹.

Consoante o ministro, era em razão desse perigo que “legisladores amestrados” reconheciam a necessidade de se “velar algumas vezes a estatua da liberdade, como em sacrifício à ordem pública”. Uma vez que, em sua opinião, o Brasil se encontrava justamente “naquelas tristes circunstâncias em que tais sacrifícios aproveitam”, era razoável supor justificado o recurso a leis de suspensão de garantias, cabendo esperar que tais medidas trouxessem, ao país, “os mesmos benéficos resultados” que vinham apresentando entre outros povos.

Manifestando-se algumas sessões mais tarde acerca da mesma problemática, Teófilo Benedito Ottoni (representante eleito pela província de Minas Gerais) recusou, por sua vez, qualquer possível vantagem advinda da aplicação de leis excepcionais no país. Mobilizando as críticas realizadas por Benjamin Constant ao dispositivo de suspensão de garantias, o deputado mineiro reforçou o “stigma forte e indelével contra as leis excepcionaes” que dizia formalizado por aquele pensador, afirmando que a conservação dos governos dependia antes “da execução constante da constituição e das leis, do que do desvio das normas ordinárias”, ainda em circunstâncias ou períodos “que estejam um pouco além do ordinário”².

Assumindo lados opostos na disputa que, uma vez mais, se estabelecia em torno do recurso ao §35 do art. 179 no país, Ramiro Coelho e Teófilo Ottoni pareciam, no entanto, igualmente cientes dos limites da medida de suspensão de garantias e, mais que isso, do fato de que, por si só, o dispositivo regulado pelo §35

¹ APB-CD, sessão de 18 de setembro de 1839; p. 210.

² APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 484.

não dava conta de lidar com as circunstâncias extraordinárias seguidamente enfrentadas pelo país.

Nesse sentido, ainda defendendo as medidas de suspensão sob análise dos deputados, eram explícitas as hesitações de Ramiro Coelho quanto à real efetividade de se “velar a estátua da justiça” em nome da ordem interna. Mesmo reconhecendo ser este o entendimento de legisladores experientes e admitindo os bons resultados advindos de tal iniciativa em outros países, para o caso brasileiro, o ministro parecia poder unicamente supor a efetividade da medida, admitindo-a quase como resultado natural do recurso à suspensão de garantias, sem conseguir, contudo, elencar precisamente seus benefícios aos representantes do país.

Já para Teófilo Otoni, era de público conhecimento o destino reservado aos governos em que as medidas excepcionais acabavam por se transformar em regra: estavam fadados a desaparecer. Ainda reconhecendo a existência de circunstâncias extraordinárias no país, defendia, portanto – como vários dos parlamentares que, entre 1838 e 1841, se opuseram ao recurso ao §35 –, que o governo buscasse na própria Constituição, e no exato cumprimento das leis, a resposta aos problemas seguidamente sentidos em escala nacional.

Se os posicionamentos de Ramiro Coelho e Ottoni pareciam se aproximar, portanto, no que tangia ao reconhecimento das insuficiências apresentadas pela medida de suspensão de garantias ante o quadro convulsivo então vivido pelo Brasil, sua localização em campos opostos da batalha travada em torno da aplicação desse dispositivo no país, fundava-se em antagonismos de mais longa data e na defesa de projetos políticos bastante divergentes para o país.

Como pudemos analisar nos dois capítulos anteriores, a abdicação de Pedro I e a subsequente instalação de uma Regência no Brasil, tiveram como efeito quase imediato uma espécie de embaralhamento político que marcaria profundamente os anos seguintes da história nacional. Tal situação acabou levando a classe política a buscar novos alinhamentos, ou investir em filiações transitórias em torno dos projetos almejados (processo que, iniciado já em 1831, intensificou-se no pós-1834 e, particularmente, ao longo do governo de Feijó³), podendo-se reconhecer no ano de 1837 e, particularmente, na renúncia de Feijó e formação do Gabinete de 19 de

³ Sobre os primeiros anos do pós-Abdicação e as reconfigurações políticas iniciadas quando da Regência Una de Feijó ver: Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; pp. 24-68. Para uma análise mais condensada da questão, porém extremamente esclarecedora, ver Erik Hörner. *Em defesa da Constituição. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de Doutorado, PPGHS/FFLCH-USP. São Paulo, 2010; pp. 80-84.

setembro por Araújo Lima, um momento chave das articulações que acabaram por selar o fim da Regência.

O início de 1838 foi marcado, assim, pela apresentação do programa de cariz regressista do novo governo, formalizado na Fala do Trono apresentada aos parlamentares em 3 de maio daquele ano. Demandando dos representantes a aprovação de medidas “que hão de para sempre consolidar o throno, a integridade do Império e suas instituições politicas”, a Fala sugeria empenho na resolução de um problema fundamental, “alliar a maior somma de liberdade com a maior e mais perfeita segurança”. Propunha, assim, como questões essenciais à análise dos representantes, a revisão do Ato Adicional e das leis criminais do país.

Ainda que uma reforma de pontos específicos do Código Criminal de 1830 fosse há muito desejada, dando origem, como já tivemos a oportunidade de analisar, a diferentes projetos sugerindo alterações na definição de crimes específicos e na economia geral das punições previstas naquele diploma, era sobre a reforma do Código de Processo Criminal de 1832 que repousava o verdadeiro interesse do Gabinete regressista.

Responsável por alterar a configuração judicial herdada do Império português, o Código de 1832 dotara o país de um edifício jurídico alicerçado em figuras eleitas ou escolhidas localmente (caso dos juízes de paz, juízes municipais, promotores e jurados), cabendo à magistratura togada e nomeada pelo centro (juízes de direito, por exemplo) unicamente a aplicação das penas em matérias criminais⁴. Consoante Monica Duarte Dantas, no processo ordinário, tal como previsto por aquele diploma, “do corpo de delicto, passando pela instrução do processo, pela decisão de pronúncia e daí até a declaração da sentença”, tudo era essencialmente resolvido pelo juiz de paz e pelos jurados. Nas palavras da autora: “Tratava-se então de uma justiça cidadã, em que brasileiros eram julgados por seus pares, cabendo em essência à magistratura

⁴ Monica Duarte Dantas. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-Nacional brasileiro”. In: *Rumos da Cidadania*. Instituto Prometheus (Brasil); p. 43. Dentre os magistrados cujas atribuições foram reguladas por este diploma, cabia aos juízes de paz eleitos a maior amplitude de atribuições, responsabilizados que foram, conforme o art. 12 do Código de 1832, pela assinatura de termos de bem viver e concessão de passaportes; pela realização do corpo de delito e formação de culpa; por proceder à prisão dos culpados em qualquer juízo; pela concessão de fiança aos declarados culpados no juízo de paz; e pelo julgamento das contravenções às posturas das câmaras municipais e dos crimes cujas penas não ultrapassassem multa de até 100 mil réis, prisão, degredo ou desterro por até seis meses, ou três meses de prisão com trabalho nas casas de correção.

togada apenas a aplicação da pena ou a decisão em nível recursal (fosse por meio de apelação para a Relação, ou recurso de Revista para o Supremo Tribunal de Justiça)”⁵.

Mal aprovado o Código, no entanto, tiveram início as propostas de revisão de suas prescrições. Para vários políticos do país, ao colocar grande parte da justiça nas mãos de juízes eleitos e jurados, o diploma havia instaurado uma era de impunidade, assentada sobre uma judicatura dificilmente controlável e extremamente suscetível a influências e manipulações dos potentados locais. Daí a crescente reivindicação por reformas nesse código, encampada pelos políticos do Regresso⁶.

A embasar as aspirações do novo gabinete, tinha-se um quadro de agitações sócio-políticas internas que, a despeito de bastante amenizado no discurso da Fala do Trono de 1838, encontrava-se ainda marcado pelos desdobramentos finais da Cabanagem, no Pará, pela guerra continuada no Rio Grande do Sul, pelos reflexos da Sabinada – que, como veremos em seguida, estourara em Salvador em novembro de 1837 e fora controlada unicamente em março de 1838 –, bem como por uma série de outras movimentações, ou ameaças de revolta, que mantinham em constante alerta a classe política nacional⁷.

⁵ Monica Duarte Dantas. “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito- Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade*. São Paulo: Faculdade de Direito/USP, 2009; pp. 4-6.

⁶ Vale ressaltar, nesse ponto, que o formato final do Código de Processo Criminal de 1832 resultara também das profundas modificações impostas pelos senadores ao projeto vindo da Câmara dos deputados, ao qual os representantes vitalícios apresentaram mais de duas centenas de emendas. Nesse sentido, vários dos problemas de sistematicidade do diploma, e mesmo pontos altamente criticáveis nos anos subsequentes, como a composição do Júri de Acusação, ou 1º Juri, por 23 pessoas, que se dizia impossível de reunir em algumas localidades, acabando por impedir os julgamentos pelo júri, resultaram das alterações impostas pelo Senado (no projeto proposto pela Câmara, o 1º júri deveria ser composto unicamente por 12 indivíduos). No momento da aprovação do Código de 1832, tais alterações foram vistas com muitas ressalvas pelos deputados mais diretamente envolvidos em sua elaboração, prevendo-se, já àquela altura, a necessidade de reformas em vários dos pontos modificados pelos senadores. Propostas de reforma ao Código de Processo partiram, assim, desde sua promulgação, tanto de políticos liberais mais diretamente envolvidos em sua composição, quanto de políticos futuramente ligados ao Regresso. Importa considerar, no entanto, que tais propostas partiram de lugares e interpretações distintas acerca deste documento. Para essa discussão ver: Monica Duarte Dantas. *Op. cit.*; 2017.

⁷ Ao tratar da necessidade de reforma das leis criminais do país, no relatório que apresentou à Assembleia no início de 1841, foi com estas palavras que Paulino José Soares de Souza se manifestou acerca do Código de 1832: “Elaborada em tempos de inexperiencia não pôde a nossa Legislação aproveitar as tristes lições que nos derão depois as calamidades por que temos passado, não consultou quanto devera as variadas circunstancias das diversas Províncias, e ainda das diferentes porções de territorio em que são divididas. Sahidos ha pouco do regimen colonial; em demasia desconfiados e receosos do arbitrario, abraçamos com avidéz doutrinas vagas e declamatorias de huma liberdade exagerada, pondo de lado o positivo e os factos, cuja observação, analyse e estudo, derrama huma luz immensa na aplicação das questões Moraes, politicas e de Legislação a hum paiz”. “Relatorio da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1841, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa”. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841; pp. 18-19.

Em consequência desses acontecimentos, seguia-se recorrendo, em diferentes regiões e províncias, a medidas de suspensão de garantias, valendo destacar aqui a aprovação de mais uma lei provincial de suspensão na Bahia, em 30 de abril de 1838, e as constantes menções, nos primeiros meses dos trabalhos legislativos desse ano, à prorrogação do §35 aprovada para o Pará e o Rio Grande do Sul em outubro de 1837.

Ao longo de 1838, é possível entrever o modo como a agenda de reformas encampada pelo ministério de 19 de setembro, bem como os procedimentos defendidos por esse gabinete para o enfrentamento das agitações políticas do país, acabou por unir, em oposição a ele, nomes que, consoante Erik Hörner, haviam se antagonizado abertamente em situações anteriores, tais como “Holanda Cavalcanti, os Andradas, Alencar, Álvares Machado, Limpo de Abreu, Marinho e Otoni”. Homens, portanto, cuja reunião seria impensável pouco tempo antes⁸. Conforme Hörner, ainda que a “unidade de ocasião” deste grupo não implicasse a existência de uma proposta de ação coordenada de sua parte, representava, contudo, o entendimento de que os homens que chegaram ao poder com Araújo Lima colocavam em risco os ganhos das regências anteriores, dentre os quais, principalmente, o Ato Adicional e o Código de Processo de 1832⁹.

As iniciativas de revisão do Ato Adicional e reforma do Código de Processo, apesar de antigas, demoraram a tomar corpo no Parlamento nacional. O modo como tramitaram ambas as medidas foi, reconhecidamente, fruto de uma série de cálculos dos representantes, que avaliaram as melhores conjunturas para a proposição e discussão de cada uma das reformas, possibilitando, apenas a partir de fins de 1839, o encaminhamento das matérias com vistas à sua aprovação.

Ao passo em que tais cálculos iam sendo realizados e a atuação dos regressistas e de seus opositores arquitetada, o país seguia agitado de norte a sul e, em resposta a tais agitações, a classe política seguia mobilizando a suspensão de garantias. Fazia-o, inclusive, de modo quase automático, recorrendo ao expediente de prorrogação de decretos previamente aprovados, como em finais de 1837. Uma nova prorrogação da suspensão de garantias no Pará e no Rio Grande do Sul foi proposta, assim, em finais de 1838, com o mesmo se repetindo ao final de 1839.

Nessas duas conjunturas, no entanto, e particularmente em 1839, como veremos à frente, o dispositivo já não era encarado com a mesma expectativa anterior, cercando-se, pelo contrário, de um maior número de ressalvas, inclusive da parte de

⁸ Erik Hörner. Op. cit., 2010; pp. 85-86.

⁹ Idem. Ibidem.

seus defensores. Aos olhos da classe política, tornava-se cada mais difícil a defesa de uma medida que se mostrava muito pouco eficaz na repressão aos revoltosos e na reposição da ordem interna, ao passo que impunha um alto custo político a seus proponentes e executores, implacavelmente cobrados por tais ações no seio do Parlamento e na imprensa nacional. Ademais, a revelação pública das medidas extra legais empreendidas pelo general Andréa, desde 1836, na repressão à Cabanagem, e o rasgado elogio a tal atuação por uma parte dos representantes do país, contribuiu a uma leitura do §35 como ferramenta pouco eficiente e cuja aplicação deveria ser revista.

Nesse sentido, ainda ante a complexificação das desordens internas entre o final de 1838 e inícios de 1839, com a deflagração da Balaiada, no Maranhão, a extensão dos conflitos farroupilhas pela província de Santa Catarina, e a manutenção de um quadro bastante preocupante tanto no Rio Grande do Sul, como em alguns pontos do Pará, a medida foi cada vez mais desprovida de sentido pelos parlamentares, que, ao final de 1839, anuíram unicamente com a prorrogação da suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 no Rio Grande do Sul, recusando todas as demais propostas realizadas nesse sentido pelo ministério então em exercício no país.

Se o histórico de aplicações da suspensão de garantias, particularmente ao longo da Regência, revelava à classe política nacional, cada vez mais, a parca eficácia da medida na repressão aos conflitos, suas vantagens pareciam ainda mais duvidosas no que tangia à reposição da ordem e da normalidade uma vez controladas as sublevações. E isto porque, segundo eles, na ausência de leis especificamente concernentes à ordem do processo e ao julgamento dos réus dos crimes de rebelião, sedição, conspiração e afins, a prisão sem culpa formada de um sem número de indivíduos ou, ainda, a deportação de vários outros para fora das províncias sublevadas, gerava, ao final dos movimentos rebeldes, uma massa de indivíduos sem destino. Enquanto a pura e simples reposição destes homens na sociedade, sem qualquer julgamento, não interessava a quase ninguém, seu julgamento em conformidade com o devido processo legal, nos moldes previstos pelo Código de Processo de 1832, parecia, para muitos, não apenas custoso, como pouco vantajoso, pois fadado a manipulações e absolvições que manteriam abertas as feridas sociais. Já a submissão desses indivíduos ao recrutamento, particularmente para as tropas de 1ª linha em atividade no Sul, prevista por algumas vezes no país, vinha gerando grande insatisfação em relação ao governo, tornando-se insustentável a longo prazo.

Daí a aposta cada vez maior, tanto dos senadores do país, quanto de representantes que, na Câmara baixa, se alinhavam politicamente ao movimento do Regresso, por revisões legais que, ou bem circundassem a medida de suspensão de garantias das ferramentas necessárias à sua efetivação, ou que, ainda abdicando do §35 do art. 179, provessem o Império dos instrumentos que consideravam necessários à segurança pública nacional. Foi imbuída desse espírito que uma comissão especial do Senado apresentou, em setembro de 1839, um projeto de “salvação pública”, propondo alterações e novidades às leis criminais brasileiras, particularmente no que tangia à definição, repressão e julgamento dos crimes políticos. Proposto à mesma altura, também o projeto de reforma do Código de Processo Criminal apresentado por Vasconcelos tinha, entre seus objetivos, uma revisão das fórmulas garantidoras dos direitos dos cidadãos mediante a qual, acreditava-se, o país sairia beneficiado em circunstâncias extraordinárias e de urgente necessidade de reposição da ordem.

Para os opositores desta agenda, no entanto, as revisões e novidades legais propostas seguramente não configuravam a melhor resolução para os problemas e, nesse sentido, buscaram combater, ao máximo de suas capacidades, tal pauta de reformas, fosse recusando as investidas do Senado para a proposição de um projeto de salvação pública, fosse articulando a antecipação da maioria de Pedro II.

A vitória dos articuladores do golpe da Maioridade (indivíduos de dentro e de fora do Parlamento nacional), a despeito de seguida da conformação de um Gabinete de perfil anti-regressista, não renderia, contudo, muitos frutos, durando unicamente oito meses. Nesse intervalo, as eleições de 1840 – cujos opositores do gabinete maiorista acusaram de fraude – e os conflitos internos ao próprio ministério, teriam enfraquecido o governo e facilitado sua queda. Em março de 1841, o segundo Gabinete maiorista, de perfil regressista, subiria ao poder, ultimando, dentre outras medidas, a reforma do Código de Processo Criminal.

A antecipação da maioria teve ainda outro efeito sobre a questão que diretamente nos interessa, a restituição, ao poder Executivo, da prerrogativa de recurso ao §35 do art. 179 no intervalo das reuniões da Assembleia. Se o primeiro Gabinete maiorista chegou a recusar, como veremos à frente, investidas no sentido da aprovação da suspensão de garantias no país, não demorou para que o novo ministério lançasse mão da medida, em março de 1841 (prorrogando por mais um ano a suspensão de garantias na província do Rio Grande do Sul) e, novamente, em 1842

(com a última prorrogação da suspensão no Sul e os decretos voltados à repressão da chamada Revolta Liberal de São Paulo e Minas Gerais).

4.1. A Sabinada e a lei provincial de 30 de abril de 1838

Entre os dias 6 e 7 de novembro de 1837, o corpo de Artilharia de Salvador, aquartelado no Forte de São Pedro, se amotinou, auxiliado por civis ligados a *clubs* e jornais “revolucionários” que, há alguns meses, vinham incendiando a Bahia. Dentre os indivíduos envolvidos no episódio estava Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, médico, professor e publicista baiano com larga influência na província e que daria nome ao movimento.

A Sabinada (como ficaria posteriormente conhecida a revolta) revelou ao país uma articulação de interesses entre militares e civis liberais profundamente afetados pela crise econômica que abalava a Bahia desde, pelo menos, o início da década de 1830¹⁰. No caso dos militares, os descontentamentos se estendiam ainda às reformas empreendidas no início na década, quando, por exemplo, da criação da Guarda Nacional e da diminuição dos efetivos do Exército¹¹.

Politicamente ativos havia tempos na província, esses grupos parecem ter identificado na queda do regente Feijó, em setembro de 1837, o gatilho ideal para um levante, cuja deflagração vinham articulando nos *clubs* políticos da cidade e anunciando na imprensa provincial¹². A estes liberais, a queda forçada do regente e a subida do Gabinete de 19 de setembro apareceram como verdadeira traição, rompendo por completo as cada vez mais escassas possibilidades de diálogo com o centro do poder do país.

A despeito da preocupação das autoridades ante a efervescência política de Salvador e do conhecimento que tinham das conspirações revolucionárias então em curso, a revolta não pode ser evitada, restando a algumas das principais autoridades da

¹⁰ Juliana Serzedello Crespim Lopes. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838)*. Dissertação de Mestrado, PPGHS-FFLCH-USP, São Paulo, 2008; p. 9.

¹¹ Hendrik Kraay. “Tão assustadora quanto inesperada”: a Sabinada baiana, 1837-1838”. In: Monica Duarte Dantas (org.). Op cit., 2011; pp. 262-294; p. 272.

¹² Em acordo com Douglas Leite, a deflagração da Sabinada resultara de acúmulos políticos de longa data, até então não resolvidos na província. Do lado dos rebeldes, afirma o autor, tal acúmulo pode ser identificado “numa série de acontecimentos que remontam à campanha da independência”, dentre os quais jogaram importante papel a “intensificação dos *clubs* revolucionários e a viva produção da imprensa militante, ambos responsáveis por uma sociabilidade política que muito aproveitou às ações desestabilizadoras do período em questão”. Douglas Guimarães Leite. *Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Dissertação de Mestrado, PPGHS-UFBA, Salvador, 2006; p. 14.

província, dentre as quais o chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins, cruzarem a Baía de Todos os Santos em direção ao Recôncavo no próprio dia 7.

À mesma altura em que as autoridades fugiam da capital, os rebeldes propunham, em reunião extraordinária na Câmara Municipal de Salvador, o desligamento da província do governo central do Rio de Janeiro. Tratava-se de plano bastante ambicioso e de difícil efetivação, “separar a província a partir da cidade”¹³.

Para além da independência da Bahia, a ata do movimento, assinada na ocasião, previa a realização de novas eleições e a instauração de uma Assembleia Constituinte, bem como uma série de melhorias especificamente voltadas à classe militar, dentre as quais reajustes salariais, promoções de carreira e o restabelecimento das antigas milícias da cidade (abolidas quando da criação da Guarda Nacional, em 1831)¹⁴.

O vencedor das eleições presidenciais foi ninguém menos que Inocêncio da Rocha Galvão, célebre líder da Revolta dos Periquitos, de 1824. Haja vista sua ausência do país, no entanto, quem assumiu o governo da província rebelada, na condição de vice-presidente, sob indicação de Sabino, foi João Carneiro da Silva Rego, “deputado eleito para a Assembleia Provincial, proprietário de terras e escravos, uma figura de quem se esperava poder representar com dignidade o novo Estado em fundação”¹⁵.

Nos dias que imediatamente se seguiram à deflagração da revolta, teve início, no Recôncavo baiano, uma mobilização pela reposição da ordem na cidade, articulada pelos governos provincial e central, bem como por uma série de senhores de engenho da região. A eles, uniram-se, pouco a pouco, funcionários públicos, negociantes portugueses e homens ricos fugidos da capital¹⁶. A estratégia articulada pelas forças da legalidade foi aquela de cercar a capital por terra e mar (estratégia já utilizada em 1822), impedindo seu abastecimento e a realização de trocas comerciais, buscando-se, dessa forma, minar a subsistência de seus habitantes e conter a expansão da revolta para outras partes da província¹⁷.

Para os líderes rebeldes, o êxodo da população de Salvador para o Recôncavo representava ameaça quase tão grave quanto o cerco que dali se articulava à cidade. Ademais, preocupava-os a crescente euforia com que a revolta vinha sendo celebrada

¹³ Douglas Guimarães Leite. Op. cit.; p. 23.

¹⁴ Hendrik Kraay. Op. cit.; pp. 271-273.

¹⁵ Juliana Serzedello Crespim Lopes. Op. cit.; p. 13

¹⁶ Idem; p. 58.

¹⁷ Juliana Serzedello Crespim Lopes. Op. cit.; p. 14.

pela população mais pobre da cidade, particularmente sua população de cor, severamente castigada pela crise da década de 1830 e brutalmente discriminada havia anos. Se, como afirmou Hendrik Kraay, “o declínio econômico exacerbava a instabilidade social e racial” numa cidade composta por uma maioria impressionante de escravizados, libertos e livres de cor em relação aos brancos brasileiros e portugueses¹⁸, o maciço apoio dessa população à Sabinada não era visto com bons olhos por grande parte dos líderes rebeldes.

A tomada de consciência dos riscos representados por esta situação teria configurado o principal motor da iniciativa dos rebeldes de reconsiderarem o item mais radical de sua ata. Aos 11 de novembro de 1837, o vice-presidente rebelde, João Carneiro da Silva, requereu, então, uma alteração na declaração de independência da província, passando a limitá-la ao período de vigência da menoridade de Pedro II (prevista para terminar em 1843).

A mudança de rumo empreendida pela nova declaração de 11 de novembro comprova, consoante a historiografia mais recente, o quanto a Sabinada foi marcada, desde seu início, por diferentes componentes sociais, que os líderes da revolta buscaram controlar e homogeneizar com vistas à consecução de seus objetivos. Para Hendrik Kraay, a alteração da ata rebelde foi fruto do “conservadorismo cauteloso” de seus líderes que, mantendo discursos seminais no tocante à deflagração da revolta, como aquele contrário ao domínio político-econômico exercido pelo Rio de Janeiro sobre a Bahia, ou as falas de incitamento de ódio aos portugueses que controlavam o mercado varejista, rapidamente incorporaram à pauta rebelde as promessas de preservação da propriedade privada, da escravidão, da lei e do regime monárquico na província¹⁹.

Vitimados, nos meses subsequentes, por um duro cerco, os revolucionários, e todos aqueles que permaneceram em Salvador, tiveram poucas oportunidades de enfrentar as forças regenciais. Incapaz de administrar os conflitos e as inúmeras carências da cidade, o governo de João Carneiro perdeu cada vez mais o parco controle que mantinha sobre os rebeldes.

Quanto à população escrava crioula de Salvador, impedida de deixar a cidade, parte dela se juntou à revolta e chegou a se alistar no exército. Sua presença, no entanto, não foi aceita por parte considerável das tropas, que se recusaram a servir ao lado de escravos. Em consequência desse impasse, foi criado o batalhão dos “Libertos

¹⁸ Hendrik Kraay. Op. cit.; p. 267.

¹⁹ Hendrik Kraay. Op. cit.; p. 270.

da Pátria”, aberto ao alistamento dos escravizados crioulos. Com a continuada adesão dessa população às tropas rebeldes, Carneiro se viu forçado a decretar a liberdade de todos os cativos nascidos no Brasil, mantendo excluídos, contudo, de tal medida, quase dois terços dos escravizados da cidade, nascidos na África²⁰.

Em meados de fevereiro de 1838, o fracasso da iniciativa dos sabinos em romper o cerco imposto a Salvador teria quebrado por completo a disciplina nas fileiras rebeldes, levando o presidente Carneiro a admitir que não tinha mais controle sobre os soldados e a “multidão”²¹. Com a completa derrota da linha rebelde em março de 1838, as forças do governo adentraram a cidade, impondo violenta repressão aos revoltosos entre os dias 13 e 16 de março.

Em carta dirigida ao presidente Antonio Pereira Barreto Pedroso²², ainda em novembro de 1837, o chefe de polícia Gonçalves Martins e o senhor de engenho Antonio Gomes Ferrão teriam-no aconselhado a não ter “considerações mais ou menos legais, porque a lei primeira é salvar o Trono, a Nação e as vidas e propriedades dos súditos”²³. Consoante Hendrik Kraay, a repressão que se seguiu ao Levante dos Malês, em 1835, abriu um importante precedente à violência imposta aos rebeldes sabinos²⁴.

Para além, então, dos mais de mil rebeldes mortos, com registros de fuzilamentos sumários, tanto nos campos de batalha (por vezes, após deporem suas armas), como no interior das prisões, houve aprisionamentos em massa não só nos dias que se seguiram à retomada da cidade, como nos meses subsequentes; contando-se 2.989 indivíduos encarcerados, nas 14 prisões da cidade, no final do mês de março²⁵. Cerca de 1.500 rebeldes foram ainda forçados ao exílio pela via do recrutamento às tropas de primeira linha que, àquela altura, combatiam no Rio Grande do Sul, enquanto os libertos africanos envolvidos na revolta foram degredados com base na lei provincial nº. 9, de 13 de maio de 1835, aprovada, como vimos, em sequência à insurreição dos Malês.

²⁰ Hendrik Kraay. Op. cit.; pp. 275-277

²¹ Idem; p. 277.

²² No momento de deflagração da revolta, o presidente em exercício na Bahia era Francisco de Souza Paraíso. À altura de 7 de novembro de 1837, no entanto, Barreto Pedroso já havia sido nomeado, pelo governo central, para substituir Paraíso na província, chegando à nova sede do governo legal cerca de uma semana após espocar o movimento.

²³ Publicações do Arquivo do Estado da Bahia. *A Revolução de 7 de novembro de 1837: Sabinada*. Bahia: Escola Typographica Salesiana: 1937-1945, 5 vols. (doravante *PAEB*); vol.4, p. 327. APUD, Hendrik Kraay. Op. cit.; p. 278.

²⁴ Vide nota 83 do artigo aqui citado.

²⁵ Idem; p. 279.

Hendrik Kraay definiu a Sabinada como um movimento que, apesar de ter se iniciado como uma revolta política nos quartéis, “terminou num terrível massacre racial”²⁶. Consoante o autor, ao envolver os mais distintos grupos sociais da Bahia, com suas diferentes reivindicações políticas e estratégias de luta, a sublevação acabou tomando rumos completamente distintos dos esperados por seus líderes de primeira hora, que, socialmente conservadores, “perderam o controle do que haviam liberado”²⁷. Na opinião de Kraay, o protagonismo assumido, ao final dos quase quatro meses de duração da revolta, pelos escravos e “classes inferiores de Salvador” explica, em grande medida, a brutalidade da repressão imposta ao movimento.

Dentre as implacáveis medidas dispensadas aos rebeldes sabinos, destaca-se a lei provincial de 30 de abril de 1838, cujo artigo 1º previa a suspensão, pelo espaço de dois meses, das garantias reguladas pelos §§ 6º, 7º e 8º do art. 179 da Constituição:

[...] para o fim de serem removidos, d’esta para qualquer outra Província, os indivíduos suspeitos à segurança pública; bem como para que a respectiva autoridade possa, dia ou noite, entrar na casa, que lhe for suspeita, sem lhe obstem as formalidades das Leis, e mesmo prender, sem culpa formada, os comprometidos na Revolução de 7 de novembro de 1837, podendo formar-lhes a culpa, quando possível seja.²⁸

Enquanto o artigo 2º da mesma lei de 30 de abril previa que o governo comunicasse à Assembleia Legislativa provincial o resultado da execução da medida, seu artigo 3º declarava sem efeito quaisquer disposições contrárias àquelas reguladas pela lei.

Ainda que pouco saibamos sobre a aplicação da lei provincial de 30 de abril de 1838, especialmente no que tange às buscas dadas em propriedades particulares soteropolitanas, é famosa a medida de deportação de 200 indivíduos pretensamente ligados à revolta para a ilha de Fernando de Noronha, em finais de junho de 1838, fundada justamente nas previsões de tal diploma. A medida foi bastante controversa, não apenas por sua gravidade, mas também pelas dúvidas levantadas quanto ao real envolvimento de parte dos degredados na revolta, bem como pelo estado lastimável em que chegaram e permaneceram em Fernando de Noronha²⁹.

²⁶ Idem; p. 278.

²⁷ Idem; p. 284.

²⁸ “Lei de 30 de abril de 1838, nº 65”. In: PAEB, vol. 4; p. 481.

²⁹ A questão dos degredados a Fernando de Noronha em consequência da Sabinada voltou a ocupar os parlamentares em 1840, como veremos à frente. Nesta ocasião, recuperando-se a informação de que o governo ainda não havia providenciado o retorno dos deportados a Salvador, uma série de deputados saiu em defesa da responsabilização dos envolvidos no episódio.

Aprovada unicamente aos 30 de abril de 1838, seis semanas, portanto, após a retomada de Salvador, a demanda pela aplicação do §35 na cidade vinha já de meses anteriores, cabendo supor que se aventasse tal possibilidade com certa frequência nos círculos políticos da província e na corte do Rio de Janeiro.

Em edição de 2 de fevereiro de 1838, por exemplo, o periódico *O Sete d'Abril*, impresso no Rio de Janeiro, publicou pequeno artigo denominado “Suspensão de garantias”, em que clamava pela aplicação da medida na Bahia, creditando, contudo, à Assembleia geral, e não provincial, a iniciativa de sua proposição.

O artigo começava afirmando que “amigos da Bahia” haviam escrito ao jornal e destacado a necessidade de serem suspensas as formalidades que garantiam a liberdade individual, uma vez que a província se encontrava sublevada e que os rebeldes tramavam escancaradamente, “confiados em que não serão presos antes de culpa formada e que, enquanto esta se forma, tempo lhes fica para desempenharem sua missão e se retirarem sem perigo”. Em acordo com os redatores, diante deste quadro, cabia ao “Governo Geral” acudir eficaz e prontamente a província na contenção dos amotinadores. Afirmavam não demandar, contudo, que ele saltasse “por cima das leis” ou praticasse “atos arbitrários e vexatórios dos cidadãos” com vistas a cumprir com tal tarefa, advertindo-o, pelo contrário, que em circunstâncias extraordinárias como as vividas pela Bahia, nas quais a observância das leis interessava apenas aos facinorosos e subversores, não era “livre ao governo”, mas sim “o seu mais imperioso e sagrado dever”, recorrer ao §35, “só tendo por diante a salvação da Pátria e de suas leis e foros e liberdades”³⁰.

Por fim, o artigo relembra que esta compreensão da suspensão de garantias fora exposta, num passado recente, pelo próprio ministro da Justiça do país (Bernardo Pereira de Vasconcelos), estando seus redatores convictos de que ele agora agiria em acordo com os princípios previamente emitidos. Terminava, então, com a seguinte afirmação: “Não recue o governo ante a consideração da responsabilidade em que incorrerá pela medida da suspensão de garantias para a Bahia: incumbe-lhe empregar todos os meios convenientes para esmagar os rebeldes; esmague-os”³¹.

Ainda que desconheçamos a data precisa de proposição da medida à Assembleia Legislativa da Bahia, tratou-se, ao que tudo indica, do primeiro projeto apresentado à casa no ano de 1838, de autoria de ninguém menos que o chefe de polícia e deputado provincial, Francisco Gonçalves Martins, diretamente envolvido

³⁰ *O Sete d'Abril*, nº 523 – 07/02/1838, p. 4.

³¹ Idem. Ibidem.

também na repressão ao levante Malê de 1835. Em acordo com a edição de 9 de abril do *Correio Mercantil da Bahia*, “o projeto nº 1 desse anno” teve sua primeira discussão aos 6 de abril, na qual manifestaram-se contrários às medidas nele propostas os deputados Antonio Pereira Rebouças, Dr. Gomes, Maria da Silva, e Tosta, e, favoravelmente a ele, Gonçalves Martins, Junqueira, Pessoa Filho, Innocencio Góes, Dr. Aprigio e Dr. Neto. Julgando-se suficientemente discutida a matéria, realizou-se na mesma data a votação, saindo aprovado o projeto para a segunda discussão³².

Ainda em acordo com o *Correio Mercantil*, a segunda discussão teve início aos 11 de abril. Deste episódio, no entanto, o periódico destacou não o conteúdo dos debates travados na sessão, mas sim os desentendimentos havidos entre os deputados Rebouças e Gonçalves Martins, diante de cuja exasperação teria o presidente da Assembleia optado por suspender a sessão. Consoante o periódico, “pessoas imparciais affianção que o Sr. Gonçalves Martins fora altamente invectivado pelo Sr. Rebouças, e que, de parte á parte, se mimosearão com reciprocas diatribes”³³.

Em edição de 21 de abril de 1838, o mesmo periódico publicou, por fim, correspondência de desagravo escrita por Antonio Pereira Rebouças, na qual o deputado buscou esclarecer algumas das controvérsias havidas entre ele e Gonçalves Martins quando da 2ª discussão do projeto, condenando o modo como o periódico optara por noticiá-las em sua edição de número 443. Por meio desta carta, ao defender-se das acusações de que ele e Gonçalves Martins teriam se perdido em ofensas pessoais, Rebouças recuperou os argumentos de que fez uso para se opor ao projeto em discussão. Buscou destacar, dessa forma, o modo como seu enfrentamento àquele deputado se dera, até onde fora possível, sobre o conteúdo da proposta sob análise, e não sobre ofensas pessoais, o mesmo não se podendo afirmar de seu adversário³⁴.

Ao elencar ao periódico os motivos de sua oposição à suspensão de garantias na Bahia, Rebouças retomou pontos ainda nebulosos da “provincialização” do §35 prevista pelo Ato Adicional, mobilizando também argumentos concernentes aos

³² *Correio Mercantil: jornal politico, comercial e litterario*, nº 440 – 09/04/1838; pp. 2-3.

³³ *Correio Mercantil: jornal politico, comercial e litterario*, nº 443 – 14/04/1838; p. 3.

³⁴ *Correio Mercantil: jornal politico, comercial e litterario*, nº 447 – 21/04/1838; pp. 1-4. A despeito de uma longa explanação sobre seus posicionamentos nas discussões do projeto, afinal, Rebouças admitiu ter adentrado em uma discussão pessoal com Gonçalves Martins, afirmando, contudo, que ao fazê-lo, respondeu unicamente às provocações e à falta de decoro demonstrada por aquele representante que, ao invés de se pronunciar nos debates na qualidade de deputado da Assembleia, assumira exclusivamente o lugar de chefe de polícia da província, trazendo à tona questões e posicionamentos que não cabiam naquele contexto.

limites de aplicação daquele dispositivo constitucional e à existência, ou não, na Bahia, àquela altura, dos critérios necessários à sua execução.

Declarou-se, nesse sentido, contrário ao projeto por identificá-lo, primeiramente, em desacordo com os preceitos do §8º do art. 11 do Ato Adicional³⁵. Afirmou acreditar, assim, que, uma vez que as assembleias provinciais possuíam a prerrogativa de recurso ao §35 nos exatos mesmos casos em que o possuía o “Governo Geral”, ficavam impedidas de recorrer àquela medida enquanto vigesse a Regência no país, pois que o §6º do art. 19 da Lei de 14 de junho de 1831 (também conhecida como Lei da Regência), retirara do Executivo a prerrogativa de dispensar as formalidades que garantiam a liberdade individual durante a menoridade de Pedro II.

Ao mobilizar tal argumento, o deputado tocava em ponto não plenamente esclarecido da “provincialização” do §35, utilizando-se (como outros antes dele já haviam feito) da imprecisão dos textos legais concernentes à suspensão de garantias, como arma de oposição à aplicação da medida no país.

Ademais, dizia Rebouças, ainda que as Assembleias provinciais pudessem “exercer a faculdade de *suspender algumas das formalidades que garantem a liberdade individual*”, seria “indispensável” que se verificasse o caso do §35 do art. 179, “isto he: *Rebelião, correndo a Patria perigo imminente*”³⁶. Acontece que, para Rebouças, o estado de rebelião na província da Bahia durara unicamente entre os dias 7 de novembro de 1837 e 16 de março de 1838 (quando da retomada de Salvador), não se podendo alegar, à altura do mês de abril, a vigência de semelhante condição com vistas à aprovação da medida. Retomando, assim, argumentos fartamente mobilizados na Câmara dos deputados nas sessões de 1836 e 1837, Rebouças afirmou que a medida prevista pelo §35 do art. 179 só poderia ser eficaz nos casos em que pudesse prevenir que uma rebelião se alastrasse e que crimes se perpetrassem. Uma vez transcorrida e controlada a rebelião, contudo, tal medida parecia-lhe não só inútil, como ineficaz.

Diferentemente do uso feito deste argumento em conjunturas anteriores (particularmente em 1836), à altura da fala de Rebouças e pelos meses e anos subsequentes, como veremos à frente, a ideia da ineficácia ou inutilidade da medida

³⁵ Em acordo com o qual, lembremos, competia às Assembleias Legislativas provinciais, “Exercer, cumulativamente com o Governo Geral, nos casos e pela, forma marcados no § 35 do art. 179 da Constituição, o direito que esta concede ao mesmo Governo Geral”.

³⁶ Idem; p. 2.

de suspensão de garantias, mobilizada tanto em âmbito provincial, quanto na Assembleia nacional, começou a parecer cada vez menos um artifício político e mais uma crença de fato compartilhada pelos representantes. Afinal, a aplicação do §35 em diferentes contextos desde a instalação da Regência no país, não auxiliou diretamente a repressão aos movimentos em que se aplicou, não contribuiu à sua posterior pacificação e não agiu como um limitador a outros movimentos rebeldes do país. Nesse sentido, o recurso a esse dispositivo revelava-se cada vez mais insuficiente, em termos práticos, à causa da legalidade, trazendo, por outro lado, sérios e duradouros prejuízos políticos a seus proponentes e executores, uma vez que sua aprovação fornecia farto combustível a acusações de toda ordem.

Para Rebouças, a medida parecia ainda mais “desnecessária, prejudicial, absurda e subversiva” tendo em vista as declarações públicas de Gonçalves Martins de que, por meio delas, buscava-se legalizar “*ex post facto*”, as prisões e buscas realizadas desde o dia 16 de março na cidade de Salvador³⁷:

De maneira que, a não estarem as Authoridades convencidas, como devem estar, de que todas as prisões feitas, e buscas respectivamente dadas de dia, são determinadas pelas Disposições de Direito positivo, que tenho citado, terão de soltar os presos, ao menos por ordens de *Habeas Corpus*: vindo, entre a apresentação do Projecto favorito e o final de sua discussão, a ficarem, talvez, limpas as prisões, e o Paiz mais do que escandalosamente infestado dos mais atroces [*sic*] e cruéis facinorosos.

É certo que semelhante Projeto de *suspensão de garantias* [...] só se pode compadecer com as indicadas vistas do seu condigno Author: pois tanto vale curar com *suspensão de garantias* os males de uma *Rebellião* já extinta pelas armas legaes victoriosas, como entender que uma lei *ex post facto* he que deverá autenticar o que preexiste feito e authorisado pelas Leis vigentes.

Observe-se, neste ponto, que a oposição de Rebouças à suspensão de garantias na Bahia não residia em uma tradicional defesa dos direitos dos cidadãos e da constitucionalidade no país. Tratava-se, antes de mais nada, de oposição bastante pragmática, fundada na ideia de que o recurso ao §35, ao invés de fornecer bons instrumentos à repressão e reposição da ordem na província, impunha amarras à livre atuação de suas autoridades, configurando, antes, um empecilho à efetiva resolução dos problemas, do que uma arma privilegiada e excepcional para se alcançar o fim almejado.

³⁷ A concordar-se com os argumentos de Rebouças, a estratégia de atuação de Gonçalves Martins ante a Sabinada parece confirmar a hipótese que levantamos acerca do descompasso existente entre a aprovação da lei de 28 de março de 1835 pela Assembleia provincial da Bahia no contexto pós-Levante dos Malês, e as medidas de busca empreendidas na província nos dias e semanas que se seguiram ao levante. Ver capítulo 4 desta tese, subcapítulo 4.1.

Ademais, é curioso examinar a referência de Rebouças a um genérico “direito positivo” que garantiria ao governo a legitimidade de sua atuação contra os rebeldes e suspeitos, pois que não havia, na legislação positivada do Império, qualquer previsão legal que autorizasse a dispensa das formalidades que garantiam a liberdade individual dos cidadãos em nome da reposição da ordem.

Os argumentos de Rebouças contra o projeto, contudo, não paravam por aí e o deputado passou então a discutir os desacordos legais, ou mesmo a inutilidade, que lhe pareciam inerentes à suspensão dos parágrafos 6º, 7º e 8º do art. 179 na província da Bahia. Criticou ainda o art. 2º da proposta de Gonçalves Martins, particularmente por prever que o governo prestasse contas, à assembleia provincial, “do resultado da execução da lei”, contrariando, assim, a hierarquia legal do país, em acordo com a qual caberia ao governo ou à Assembleia provincial prestar contas à Assembleia nacional das medidas de prevenção empreendida no período de vigência da suspensão de garantias.

Consoante Rebouças, enfim:

Em suma: muitos com o condigno Sr. Gonçalves Martins tem provado por seus discursos que confundem *direitos* com *garantias* e esses com *formalidades*, dando suspensão de garantias ou, mais exatamente, *suspensão de algumas formalidades que garantem a liberdade individual*, por equivalente de proscrição do indivíduo, ou redução do homem a ficar alheio a toda a proteção das leis civis, e talvez pior do que no estado natural.

Rebouças fez ainda referência, em sua carta, à inutilidade da lei de suspensões aprovada por aquele mesmo colegiado na sessão de 1835, também ela proposta por Gonçalves Martins, lembrando seus colegas do nenhum serviço prestado por aquela medida e do modo como sua aprovação maculara o trabalho dos representantes provinciais em sua primeira reunião.

A despeito da oposição convicta de Rebouças e de outros deputados provinciais, o projeto de Gonçalves Martins foi aprovado pela Assembleia baiana aos 30 de abril de 1838, constituindo sua lei nº 65 e fornecendo fundamento, como dissemos acima, à deportação, para a ilha de Fernando de Noronha, de 200 homens acusados de participação na Sabinada.

À altura da promulgação da lei provincial baiana, os representantes temporários já se encontravam reunidos no Rio de Janeiro, em sessões preparatórias para a abertura dos trabalhos legislativos daquele ano. Ao longo de 1838, o episódio da Sabinada foi mobilizado por diversas vezes na Assembleia nacional, particularmente pelos opositores do governo, que se referiram aos acontecimentos

baianos como motivados pela subida do Gabinete de 19 de setembro e pelo descontentamento popular gerado por tal ministério, demonstrando, ainda, o modo como o tratamento dispensado aos rebeldes sabinos conformava apenas mais um aspecto da “política de sangue” da administração em exercício.

Em uma das primeiras discussões travadas na Casa, dedicada à resposta à Fala do Trono, a questão da Sabinada veio rapidamente à tona, misturando-se às disputas políticas então encetadas. Particularmente entre os dias 11 e 18 de maio de 1838, representantes nacionais favoráveis e contrários à administração em exercício – dentre os quais alguns dos deputados provinciais baianos, bem como Antonio Pereira Barreto Pedroso, presidente da província à altura da Sabinada –, atacaram-se mutuamente pelo ocorrido na Bahia, procurando apontar culpados pela irrupção da revolta, pelas pretensas falhas no combate aos rebeldes e pelo tratamento a eles dispensado na retomada de Salvador. Cobrou-se, ainda, do governo, notícias atualizadas do estado daquela província, com parte dos representantes alegando que, na ausência de um panorama da província restaurada, ficavam prejudicadas suas opiniões sobre o governo.

Falando na sessão de 15 de maio, Francisco Álvares Machado de Vasconcellos (deputado pela província de São Paulo e opositor do Gabinete de 19 de setembro) enfatizou a falta de informações de que se dispunha, no Rio de Janeiro, sobre a província da Bahia. Revelou que, se até pouco tempo antes da retomada de Salvador, as notícias que chegavam à corte davam conta unicamente das dificuldades enfrentadas pelo governo baiano e do nenhum progresso que faziam na reposição da ordem, foram absolutamente repentinas as informações sobre a retomada da cidade pelas forças da legalidade. Junto a tais informações, contudo, dizia o deputado, haviam chegado aos ouvidos dos representantes notícias de inúmeras ilegalidades cometidas pelas tropas do governo em Salvador e, mais que isso, relatos de arbitrariedades e atos desumanos praticados contra os rebeldes “nossos irmãos”. Consoante Álvares Machado, não bastava “saber-se que se venceu a rebelião”, devendo-se também conhecer “se o sangue brasileiro foi poupado o mais possível”, se os rancores e as vinganças pessoais que comumente aparecem após uma rebelião haviam sido acalmados, para somente então “poder-se dar ao governo o merecimento que se merece”.

Recuperando, então, algumas das dúvidas lançadas pelos representantes da oposição (desde pelo menos o dia 10 de maio) ao ministro da justiça, Bernardo

Pereira de Vasconcelos, e ao ex-presidente da Bahia, Barreto Pedroso, e por eles ainda não respondidas, Álvares Machado fez menção a uma série de arbítrios que se diziam praticados contra os rebeldes sabinos, pressionando o governo a atestar a falsidade ou veracidade daquelas informações e a precisar as medidas de prevenção de que fizera uso na repressão ao movimento. Falando diretamente ao ex-presidente da Bahia, o deputado afirmou:

Assevera-se que horrores e atrocidades forão commettidos; que os prisioneiros se amontoarão no porão das embarcações, que passarão três dias sem comer mais do que um bocado de carne salgada, não havendo, porém, agua para beber. Quisera que S. Ex. dissesse que esses boatos que circulão são falsos, e que os meios por elle empregados forão todos a bem da humanidade; mas, longe disso, S. Ex. o deixou na mesma duvida, e o Sr. Ministro da Justiça, sobre o qual depositava toda a sua esperança, disse que nada sabia inteiramente a este respeito: o que não era de esperar de um ministro da corôa que sabe das coisas as mais particulares que se passam no império. Gravíssimas accusações pesão, pois, sobre a conducta de S. Ex., o Sr. ex-presidente da Bahia.³⁸

Por diversas vezes no decorrer de sua longa fala, Álvares Machado fez insinuações e afirmações como essas sobre o tratamento dispensado pelo governo aos rebeldes da Sabinada, incitando as autoridades envolvidas no episódio a prestarem contas à Assembleia e, mais do que isso, a comprovarem suas afirmações. Narrando a seus colegas os questionamentos que lançara ao ministro da Justiça sobre as medidas tomadas pelo governo para evitar vinganças particulares e o excessivo derramamento de sangue que se costumava seguir a revoltas como aquela, revelou que, em sua resposta, Vasconcelos afirmara que “o governo desejava economisar o mais possível o derramamento de sangue, mas *na província do Rio Grande do Sul*”³⁹, quando a pergunta havia sido claramente dirigida aos acontecimentos baianos.

Tratando, então, da resposta de Vasconcelos sobre o Rio Grande do Sul, fez observações bastante argutas sobre as diferenças existentes no tratamento dos rebeldes farroupilhas e dos rebeldes sabinos, concordando que o recurso às armas custava muito sangue ao país e que a adoção de meios brandos e pacíficos era quase sempre a melhor saída para situações conflituosas. Ademais, dizia Álvares Machado, “Os desordeiros da província do Rio Grande do Sul não são certamente aquelles, nos

³⁸ APB-CD, sessão de 15 de maio de 1838; p. 113.

³⁹ Falando na sessão de 12 de maio sobre a Sabinada, e respondendo a questionamentos a ele dirigidos por Álvares Machado, Vasconcelos se prontificou a esclarecer alguns pontos sobre tratamento que o governo acreditava dever dispensar aos rebeldes. Nas palavras do ministro: “Esta politica observará o illustre deputado, não em palavras, mas em factos na província do Rio Grande do Sul. Um dos primeiros cuidados do governo é poupar o sangue brasileiro (*numerosos apoiados*), é esse o seu maior desvelo”. Seguiu, então, descrevendo a política adotada pelo governo, não na Bahia, mas sim no tratamento aos rebeldes do sul.

quaes se possa fazer uma carnificina”, já que compostos pela mocidade “mais interessante, mais forte, mais corajosa, mais rica do paiz”, infelizmente “ilaqueada pelas ideias exageradas do republicanismo”⁴⁰.

Com esta fala, ao mesmo tempo em que provocava o governo pelas diferenças de tratamento dispensadas aos rebeldes das duas províncias, incitando-o a esclarecer os meios de que fizera uso na repressão empreendida contra rebeldes negros, pobres e/ou escravizados que não compunham as famílias mais importantes da província, o deputado por São Paulo aprofundava ainda mais o abismo existente entre farroupilhas e sabinos. E isto porque, o que a princípio podia parecer pura ironia do deputado, revelava o modo como, para Álvares Machado e muitos outros à mesma época, as duas rebeliões não configuravam situações equivalentes, e o que se aplicava aos “desordeiros do sul” não cabia necessariamente aos rebeldes sabinos, de extrato social completamente diverso.

As disputas políticas em torno dos acontecimentos da Bahia e do modo de atuação do governo frente aos mesmos, seguiram ativas ao longo de todo o debate da Fala do Trono e, para sermos exatos, por grande parte do ano de 1838, como veremos à frente. Nos meses de agosto e setembro, encontramos ainda acirradas discussões sobre os acontecimentos baianos nos periódicos da corte, com publicistas favoráveis e contrários ao governo utilizando os eventos da Sabinada e, principalmente, a atuação do governo na repressão àquela revolta como munição para seus enfrentamentos políticos cotidianos.

Em sua edição de 1º de setembro de 1838, o periódico *O Chronista* publicou artigo em que dizia querer averiguar as afirmações de alguns membros da oposição de que muitos crimes haviam sido praticados na entrada das forças da legalidade em Salvador, e de que muitas arbitrariedades seguiam sendo cometidas contra os rebeldes da Sabinada, fosse pelas condições em que estes se encontravam presos, fosse pelos julgamentos que vinham recebendo⁴¹.

Clamando, no entanto, logo de cara, pela ordem como “primeira necessidade de uma nação” e “indispensável condição de sua existência”, à cuja manutenção cabia “sacrificar todas as considerações”, o periódico dava mostras do lado que assumiria na contenda. Reconhecia, assim, que nem sempre o triunfo da lei era pacífico e que se havia de ter calma e prudência até que arrefecessem as paixões que se seguiam a

⁴⁰ APB-CD, sessão de 15 de maio de 1838; p. 114.

⁴¹ *O Chronista: Há no mundo quem tenha mais juízo que Voltaire, mais força que Napoleão, é o povo*, nº 225 – 01/09/1838; pp. 898-899.

grandes comoções sociais, cuidando para não exacerbar os efeitos incontornáveis de situações como a vivida na Bahia. Admitia e naturalizava, portanto, os efeitos nocivos da vingança muitas vezes imposta pelas forças da legalidade aos rebeldes, ao mesmo tempo em que dizia querer analisar os “escarcéos” que vinha realizando a oposição ao exigir esclarecimentos sobre os acontecimentos da província, atestando de saída que, ao invés de auxiliarem no apaziguamento das paixões, os “oposicionistas de virulenta declamação” vinham agravando ainda mais o lamentável quadro que se tinha sob os olhos na Bahia.

Passando, então, à análise das graves censuras dirigidas pela oposição ao governo, os redatores do periódico disseram poder dividi-las em três capítulos principais: “1º, barbaridades commettidas pelas tropas da legalidade na entrada da cidade; 2º, barbaridades subsequentes no tratamento dos rebeldes presos; 3º, ilegalidades praticadas pelos juizes e legisladores da província”. Ao analisarem cada um desses pontos, negaram, por um lado, a existência das mais sérias arbitrariedades alegadas pela oposição – tal como o lançamento de rebeldes às chamas na entrada da força imperial em Salvador –, ao passo que admitiram a prática de alguns excessos pelas tropas do governo, pretextando as muitas dificuldades em fazer frente a todos eles.

Ao mesmo tempo em que alegavam, assim, o quanto era difícil impedir que os indivíduos envolvidos na retomada da cidade cometessem um ou outro ato de vingança e violência⁴², naturalizavam a necessidade de algumas “severidades” no tratamento dispensado aos rebeldes. Tratando, então, das péssimas condições a que se encontravam submetidos os rebeldes encarcerados e da existência, entre eles, de indivíduos inocentes, afirmavam lamentar que “a segurança social” exigisse tal “severidade”, concluindo, no entanto, que, “antes sofram os Sabinos alguns rigores, do que se reproduzam por obra d’elles as scenas da Bahia”. O artigo absolvía totalmente o governo, portanto, de qualquer culpa pelos desmandos eventualmente cometidos na província, sugerindo que se passasse uma borracha sobre as acusações de abuso a ele dirigidas.

⁴² Nas palavras do periódico: “Ao demais, quando mesmo tivessem havido alguns excessos, quem poderia por elles ser responsável? Quem poderá com forças de homem oppôr-se aos desvarios das massas que uma longa resistência tem allucinado e que vingam instantaneamente sobre o vencido os soffrimentos que lhes impoz? Quem poderia, á vista d’esses incendios que ameaçavam devorar uma cidade inteira, quem na presença d’esse frenético atentado da demagogia, poderia fallar, pensar e obrar com o sangue-frio do philosopho que medita em seu gabinete?”. Idem; pp. 898-899.

O tipo específico de ataque ao governo que o artigo do *Chronista* visava a combater, pode ser identificado na missiva anônima publicada, entre o final de agosto e o início de setembro de 1838, por três periódicos do Império – respectivamente *O Parlamentar*, *Aurora Fluminense* e *O Universal* –, a pedido de Teófilo Otoni. Por meio desta carta, datada de 4 de agosto de 1838, para além da descrição do “terrível e medonho” estado da província, “opressa e comprimida pelo mais horrendo despotismo”, ficamos sabendo também da fracassada tentativa de seu novo presidente, Tomás Xavier Garcia de Almeida⁴³, junto à Assembleia provincial baiana, de renovar, por mais seis meses, a suspensão de garantias originalmente promulgada em 30 de abril.

Propôz-se na assembleia provincial mais seis meses de suspensão de garantias; (Thomaz Xavier pretende [*sic*] despovoar esta bela província!); felizmente não passou o projecto infernal; mas Thomaz Xavier com isso pouco se importou; elle tem continuado a encher embarcações de victimas de seu rancor às formas livres, mandando-as para Fernando de Noronha, deixando a prantear pelas ruas em terrível desespero mães, filhos, esposas, parentes e amigos.⁴⁴

Descrevendo, na sequência, o terrível e letal estado dos presos no porão da corveta “Sete d’Abril”, o missivista aludia aos diversos pedidos de transferência apresentados pelos prisioneiros – e seguidamente negados pelas autoridades da província –, demandando sua remoção a prisões comuns, nas quais pudessem cumprir legalmente suas sentenças ou curar-se de doenças como o escorbuto. Consoante o autor da carta, as negativas a tais pedidos seguiam à risca os planos de vingança arquitetados pelo presidente Tomas Xavier e por proprietários de casas incendiadas na cidade quando da rebelião. Até o ministro da fazenda, Miguel Calmon du Pin e Almeida, entrou na história, acusado pelo missivista de comandar os negócios da vila de São Francisco, para onde se havia transferido o júri responsável pelo julgamento dos rebeldes, cujos membros e testemunhas eram comprados ou ameaçados por “empavesados aristocratas, respirando hoje vingança e sangue”. “Até quando gererá a Bahia debaixo de tão horrorosas scenas?” perguntava-se o autor da carta, clamando à oposição para que salvasse a província.

Em curiosa referência à batalha racial empreendida contra os rebeldes sabinos, o missivista afirmava que o novo presidente, seguindo os passos de Barreto Pedroso, dava prosseguimento aos planos de “extinguir da Bahia a chamada raça de côr”,

⁴³ Antigo conhecido nosso, presidente de Pernambuco quando da aprovação do decreto imperial de suspensão de garantias para aquela província, em fevereiro de 1829. Ver Capítulos 1 e 2 dessa tese.

⁴⁴ *O Parlamentar*, nº 89 – 25/08/1838; p. 368. Ver também *Aurora Fluminense*, nº 45 – 29/08/1838; pp. 5-6; e *O Universal*, nº119 – 05/09/1838; pp. 3-4.

antecipando as graves reações que necessariamente adviriam de tal atuação. Terminava, então, o texto, com grave acusação e profundo clamor: “Srs. da nobre oposição! Soccorão a miserável Bahia! A constituição aqui está sepultada: Thomaz Xavier planeja o governo de facto; reuniões, convites se tem feito, o ministro Calmon favorece estes planos”⁴⁵.

Questões relativas à Sabinada e, particularmente, à repressão empreendida pelo governo quando da retomada de Salvador, mobilizadas por diversas vezes, como dissemos, nos debates parlamentares travados em 1838, voltariam com força à Câmara dos deputados, em 1840, após a divulgação de graves notícias concernentes à manutenção dos rebeldes deportados para Fernando de Noronha, até aquela altura, na insalubre ilha. Nesta ocasião, o episódio da Sabinada seria uma vez mais recuperado pelos opositores do governo.

Antes de adentrarmos pelos debates travados em 1840 e 1841 em torno à suspensão de garantias no país, contudo, vale observar o modo como as situações vividas pelo Pará e pelo Rio Grande do Sul foram também mobilizadas, na Câmara dos deputados, ao longo de 1838, examinando os debates a que deram azo e o modo como se elaborou e aprovou o Decreto nº 61, de 24 de outubro daquele ano, prevendo, dentre outras medidas, a prorrogação, por mais doze meses, da suspensão de garantias na província do Rio Grande do Sul.

4.2. O Pará e o Rio Grande do Sul em 1838 e o decreto nº 61, de 24 de outubro

Por todo o ano de 1838, a suspensão de garantias foi tema de debates na Assembleia Nacional, fosse recuperando a situação vivida na Bahia, como vimos acima, fosse discutindo os rumos tomados pelos casos paraense e sul rio-grandense e projetando medidas futuras a essas províncias.

Iniciados nas sessões de maio de 1838 na Câmara dos deputados, tais debates foram marcados, assim como em 1836 e 1837, por uma polarização política entre os partidários da atuação do Gabinete de 19 de setembro, sob a chefia de Vasconcelos, e seus opositores, dentre os quais, membros da administração anterior, como Limpo de Abreu e Costa Ferreira, e figuras importantes da vida política nacional, como os irmãos Antonio Carlos de Andrada Machado e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, e Henriques de Rezende. Nesses debates, mais do que discutir a eficácia ou ineficácia das medidas de suspensão de garantias aplicadas no território nacional, os

⁴⁵ Idem. Ibidem.

representantes inculparam-se mutuamente pelos rumos tomados pela aplicação de tais medidas no país, cobrando uns aos outros por toda sorte de desinformação e maus efeitos delas advindos.

Como era de praxe, os primeiros ataques desferidos de lado a lado tiveram início com a discussão do Voto de Graças, ou resposta à Fala do Trono, ocasião em que, para além da situação baiana, também as conjunturas paraense e sul rio-grandense foram mobilizadas por membros do governo, e por seus opositores, em suas tentativas de dar conta do quadro interno nacional.

No discurso proferido na abertura dos trabalhos legislativos daquele ano, o regente interino Araújo Lima fez menção bastante evasiva às “dissensões domésticas” sentidas no país, afirmando unicamente, sem citar quaisquer casos específicos, que a autoridade legal vinha “recobrando o seu império por toda a parte em que o havia perdido”, esperando-se, em breve, o fim de todos os conflitos internos ao Brasil⁴⁶. Em resposta a tal colocação, a comissão responsável pela elaboração do Voto de Graças (composta pelos deputados Antonio Carlos de Andrada Machado, Carlos *Carneiro de Campos*, ambos eleitos por São Paulo, e José Clemente Pereira) propôs que se afirmasse que, a despeito de lamentar ainda a existência de dissensões internas ao país, alegrava-se com a paulatina retomada da ordem, não podendo deixar de mencionar especificamente o caso baiano e o sucesso do governo – “pela eficácia dos meios que apressou, e levou a efeito” – na restauração daquela província⁴⁷.

Já no início das discussões da resposta, antes mesmo de adentrarem pela análise específica deste “período”⁴⁸, parte dos representantes chegou a sugerir o adiamento dos debates até que a apresentação integral dos relatórios dos ministros da Coroa os possibilitasse conhecer o real estado do país⁴⁹. Alegavam, para tanto, a falta de informações de que dispunham sobre a realidade das províncias, particularmente daquelas rebeladas, cobrando do governo as prestações de contas devidas, dentre outros pontos, acerca da aplicação das medidas de suspensão de garantias e anistia nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul⁵⁰.

Lido na Câmara baixa aos 15 de maio de 1838, o Relatório do Ministério da Justiça foi breve nas informações dispensadas acerca das províncias do Pará e do Rio

⁴⁶ APB-CD, sessão de 3 de maio de 1838; p. 44.

⁴⁷ APB-CD, sessão de 8 de maio de 1838; pp. 52-53.

⁴⁸ Denominação dada pelos próprios representantes, como vimos no capítulo anterior, aos parágrafos em que se dividia o texto do Voto de Graças.

⁴⁹ APB-CD, sessão de 10 de maio de 1838; p. 69.

⁵⁰ Idem; p. 71.

Grande⁵¹. Particularmente no primeiro caso, limitou-se a atestar que, a despeito da manutenção de alguns bandos de “facciosos salteadores” pelo interior da província, tais bandos seguiam sendo “batidos por toda a parte” pelas forças da legalidade, podendo-se esperar a breve restituição da paz e da tranquilidade naquela província, “principalmente recebendo os auxílios que a rendição da Capital da Bahia permite ao Governo enviar-lhe”⁵².

Já no caso do Rio Grande do Sul, o ministro apenas confirmou que, em meio aos “inesperados embarços” gerados pela Sabinada, o governo mantivera o envio, ao sul, de auxílios “compatíveis com as circunstancias”, descrevendo brevemente, na sequência, as mais recentes conquistas de seu presidente, Antonio Elzeário de Miranda e Brito. Elogiou, assim, a destruição do cerco que, havia meses, os rebeldes haviam imposto a Porto Alegre, e descreveu as últimas conquistas territoriais das forças da legalidade, marcadas por baixíssimo derramamento de sangue. Tratando da descoordenada fuga farroupilha que teria se seguido à queda do cerco à capital, noticiou as incursões rebeldes transcorridas em Santa Catarina, particularmente na Vila de Lages, e referiu-se aos possíveis riscos apresentados também à província de São Paulo, destacando a tomada de providências para impedir tal cenário⁵³.

Asseverou ainda que, apesar das dificuldades que tivera no envio de apoio ao sul entre finais de 1837 e inícios de 1838 – particularmente por conta da situação vivida na Bahia – era possível afirmar, à altura da escrita de seu relatório, que a situação melhorara consideravelmente na província naquele intervalo de tempo e que o Rio Grande continuaria pertencendo à “União Brasileira”.

Cabe aqui, Senhores, informar-vos de que os Presidentes das duas Províncias do Pará, e do Rio Grande do Sul, forão autorisados em virtude da lei de 12 de Outubro do anno passado a suspender algumas das formalidades, que garantem a Liberdade individual. Não consta, porém, que o do Rio Grande do Sul tenha usado d’esses poderes extraordinários: o do Pará sim tem lançado mão d’elles, e insta por providencias para o julgamento dos rebeldes, que se achão presos. Sente o Governo ter de declarar-vos não se haver dado ainda a ocasião oportuna, e própria de exercer o direito de amnistiar, de que fora investido na Sessão passada; espera porém que em breve a clemencia poderá ser ouvida sem quebra da justiça.⁵⁴

⁵¹ O número de detalhes fornecido pelo Relatório do ministério da Justiça foi maior no que tangia à Bahia. Tratava-se, afinal, de uma significativa vitória da administração em exercício, que cabia ser enfatizada, principalmente tendo em vista as indefinições que seguiam predominantes no Pará e no Rio Grande do Sul, com revoltas que se arrastavam havia anos e cuja irresolução vinha fornecendo largo instrumental de crítica à oposição. “Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça apresentado á Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838 pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Bernardo Pereira de Vasconcelos”. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838; pp. 3-6.

⁵² Idem; pp. 7-8.

⁵³ Idem; pp. 6-7.

⁵⁴ Idem; p. 8.

Terminava, assim, a sessão “Commoções nas Províncias” do Relatório apresentado por Vasconcelos, fornecendo aos deputados informações ainda bastante evasivas sobre a aplicação da lei de suspensão de garantias e do direito de anistia no país. Se, como veremos à frente, a execução da lei suspensão havia se iniciado havia muito pouco tempo no Pará, província cuja administração vinha sendo marcada por inúmeros abusos da parte de seu presidente, a genérica afirmação do ministro quanto à não aplicação da medida no Sul forneceu argumentos a uma série de representantes para os quais a não execução da lei era prova cabal de sua inutilidade.

Para um deputado como Limpo de Abreu, as afirmações fornecidas pelo governo eram não apenas desconstruídas – pois que, se por um lado, davam conta da não execução da lei de suspensões no sul, por outro, confirmavam as remessas de presos feitas dali para a corte do Rio de Janeiro –, como manipuladas, buscando esconder uma realidade de abusos e arbítrios nas províncias, submetidas à “política deplorável e terrível” do ministério e seus agentes⁵⁵.

Entre os meses de junho e agosto de 1838, Limpo de Abreu e Vasconcelos estiveram envolvidos em uma acirrada disputa na Câmara dos deputados, acusando-se mutuamente pela aplicação, ou não, da lei de suspensão de garantias no Rio Grande do Sul⁵⁶ e pela responsabilidade dos supostos abusos praticados neste percurso. Neste mesmo período, Limpo de Abreu protagonizou uma campanha pela cobrança de esclarecimentos ao governo quanto à execução de medidas de prevenção (como prisões sem culpa formada, deportações e buscas noturnas) nas províncias em que se encontravam suspensas as formalidades que garantiam a liberdade individual⁵⁷, condenando frequentemente, em suas falas, os “arbítrios” e a “política de terror” executados pelo Gabinete de 19 de setembro. Em acordo com o ex-ministro, a prorrogação das leis de suspensões empreendida em 1837 constituía um dos principais motivos da não pacificação do país.

As demandas por esclarecimento de Limpo de Abreu foram oficializadas por meio de requerimento apresentado à Câmara em 28 de julho de 1838⁵⁸. A este pedido,

⁵⁵ APB-CD, sessão de 27 de junho de 1838; pp. 441-442

⁵⁶ Lembremos, nesse ponto, que a lei de suspensão para o Rio Grande do Sul fora aprovada pela primeira vez quando era justamente Limpo de Abreu o ministro da Justiça do país. Ver discursos pronunciados por Limpo de Abreu e Vasconcelos, por exemplo, nas sessões de 16 e 27 de junho, e de 16 e 18 de julho de 1838.

⁵⁷ APB-CD, sessão de 18 de julho de 1838; pp. 149-156.

⁵⁸ “Requeiro se peça ao governo a relação motivada das prisões e de outras quaisquer medidas de prevenção que se tem tomado nas províncias, em que se achão suspensas algumas das formalidades que

Vasconcelos respondeu dizendo que a não prestação de contas advinha da necessidade de manter em segredo algumas das medidas tomadas pelo governo em consequência das leis de suspensão, alegando ainda que, ao não compartilhar com a Câmara as informações de que dispunha sobre prisões e deportações realizadas, não fizera mais do que manter o silêncio adotado pelo próprio Limpo de Abreu quando à frente do ministério da Justiça.

Tergiversando, então, sobre a questão, Vasconcelos alegou que a publicação da relação motivada das prisões e demais medidas de prevenção tomadas quando da aplicação das leis de suspensão de garantias, só deveriam ter lugar “depois que tivessem cessado os motivos que justificaram ou obrigaram” sua aplicação⁵⁹. Ademais, o ministro dizia acreditar que parte significativa de tais medidas demandava segredo de Estado e que sua publicidade poderia prejudicar os fins que se propunham a conseguir.

Ainda em resposta a Limpo de Abreu e aos deputados que exigiam esclarecimentos do governo, apresentou informações genéricas acerca das prisões e deportações empreendidas no Pará, no Rio Grande do Sul e na Bahia, revelando, especialmente quanto aos dois primeiros casos, um quase total desconhecimento das realidades provinciais. Já no tocante à Bahia, revelou não ter tido acesso, até aquele momento, ao conteúdo da lei de suspensão de 30 de abril de 1838, em consequência da qual sabia terem sido degredados alguns indivíduos para Fernando de Noronha, mas que, no seu entendimento, fora ilegalmente aprovada na província⁶⁰.

Por fim, Vasconcelos afirmou que, se a Câmara entendesse que o requerimento em questão devesse ser aprovado e que não havia perigo na publicação da relação motivada das prisões e demais medidas tomadas, mandaria à casa tais informações. Pelos registros dos *Anais* da sessão de 1º de setembro, ficamos sabendo que Vasconcelos efetivamente submeteu à Câmara, por meio de Aviso datado de 8 de

garantem a liberdade individual. Paço da Câmara dos deputados, em 28 de julho de 1838. Limpo de Abreu”. APB-CD, sessão de 28 de julho de 1838; p. 215.

⁵⁹ APB-CD, sessão de 31 de julho de 1838; pp. 233-234.

⁶⁰ Nas palavras do ministro: “Em minha opinião particular (...), me parece que a assembleia provincial da Bahia não tinha autoridade para decretar suspensão de garantias, reunida a assembleia geral; porquanto o artigo do ato adicional que autoriza as assembleias provinciais a suspender garantias nos casos determinados na constituição, lhes confere a mesma autoridade que a constituição confere ao governo geral; e a autoridade que a constituição confere ao governo geral, é de suspender as garantias na ausência de assembleia geral. Ora, a assembleia provincial da Bahia entendeu o contrario, julgou-se autorizada a suspender as garantias, apesar de saber ou ter certeza que estava reunida à assembleia geral. Mas não posso emitir um juízo a respeito desta lei, porque ainda não me foi presente. Quanto a deportações já tenho mandado proceder às precisas averiguações.”. Idem; p. 234.

agosto de 1838, algumas das informações demandadas pelos deputados, ainda que, ao que tudo indica, de maneira um tanto lacunar⁶¹.

Tratando, nesta sessão de 1º de setembro, da prestação de contas empreendida por Vasconcelos, Limpo de Abreu apresentou novo requerimento à avaliação dos deputados, prontamente aprovado em todas as suas partes. Solicitava não apenas a impressão e distribuição do Aviso de 8 de agosto de 1838 e das relações de indivíduos deportados das províncias do Pará e do Rio Grande do Sul, mas também que tal prestação de contas incluísse as medidas empreendidas em consequência da lei de suspensão de garantias aprovada na Bahia. Ademais, constava do requerimento a demanda de que, para além da lista dos deportados, única fornecida por Vasconcelos, o governo disponibilizasse também “a relação motivada das prisões, e designação de lugar para residir” realizadas dentro das próprias províncias, ou seja, “sem que os indivíduos que têm sofrido o efeito destas medidas tenham sido mandados para fóra” delas. Por fim, Limpo de Abreu requeria a relação motivada das buscas empreendidas no Rio Grande do Sul em virtude da aplicação do §3º do art. 1º da lei de 11 de outubro de 1836, “pois que ellas constituem também uma medida de prevenção”⁶².

Ainda que desconheçamos os desdobramentos oficiais do requerimento de Limpo de Abreu na Câmara, é possível afirmar que, até o final de setembro de 1838, a impressão do Aviso de 8 de agosto não havia sido realizada⁶³. Seguiam ignoradas pelos representantes temporários, portanto, ao final de 1838 – numa altura em que já

⁶¹ APB-CD, sessão de 1º de setembro de 1838; pp. 437-438. O laconismo de tal prestação de contas é confirmado por artigo publicado n’*O Parlamentar* aos 12 de setembro de 1838, que dá conta, ademais, do que lhe pareciam os abusos implícitos às deportações de indivíduos do Pará e do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, oficialmente reconhecidas pelo governo em seu Aviso.

⁶² APB-CD, sessão de 1º de setembro de 1838; pp. 437-438.

⁶³ Tal informação adveio das edições de nº 93 e 98 do periódico *O Parlamentar*, nas quais se lamentou não apenas o recurso ao §35 do art. 179 no país, mas, mais que isso, a ausência de prestação de contas, pelo governo, da execução de tais medidas. Em sua edição de número 93, o periódico veiculou artigo extremamente crítico à suspensão das garantias e indignado ante a falta de informações sobre as medidas aplicadas nas províncias do Rio Grande do Sul, Pará e Bahia nos anos e meses anteriores. Censurou, ademais, que nem mesmo a “improvável” aprovação do requerimento de Limpo de Abreu – exigindo a relação das medidas de prevenção empreendidas pelo governo naquelas províncias –, tivesse garantido que os desmandos do ministério se fizessem públicos no país, uma vez que não se havia imprimido e distribuído aquele documento pelos parlamentares. Afirmando ter tido acesso à prestação de contas do governo, no entanto, os redatores compartilharam as informações nela presentes, reforçando as afirmações de Limpo de Abreu de que se restringiam a listar os indivíduos ilegalmente deportados do Pará e do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, ignorando informações importantíssimas sobre as demais medidas de prevenção tomadas nessas províncias, bem como sobre aquelas empreendidas na Bahia. Ao examinar especificamente os casos dos presos deportados para o Rio de Janeiro, o periódico destacou ainda as muitas ilegalidades que reconheceu na aplicação daquela medida. A partir de tais informações, os redatores do artigo concluíram pelo desprezo com que se vinha tratando a Constituição do país, as violações feitas às leis e as ofensas dirigidas aos mais preciosos direitos dos cidadãos, criticando o governo por não se opor a quaisquer dessas violações. *O Parlamentar*, nº93 – 12/09/1838; pp. 1-2, nº 98 – 29/09/1838; pp. 1-2.

se discutia na Assembleia uma nova prorrogação da suspensão de garantias na província do Rio Grande do Sul –, grande parte das medidas empreendidas no país em consequência das leis de suspensão, cabendo questionar o quanto a própria administração sabia, de fato, acerca da execução dessas leis.

Se, a priori, o governo parecia não possuir o controle da aplicação do §35 do art. 179 no país, em verdade, uma leitura mais atenta da situação parece apontar, isso sim, para a convivência do Executivo central com o arbítrio dos presidentes de província no tangente à aplicação de tais medidas – desde que gerando os resultados esperados. Tal hipótese pode ser melhor compreendida à luz do caso paraense, em que, como mencionado, seu presidente optou pela não aplicação da lei de suspensão de garantias até março de 1838.

Passemos, então, à análise da trajetória do recurso ao §35 do art. 179 no Pará, retornando brevemente aos primeiros meses de 1838, para examinarmos em seguida o pedido de prorrogação da lei de suspensão de garantias apresentado pelo governo em setembro deste ano, as novidades presentes em tal projeto e a ausência, nele, de menção ao Pará no tangente à renovação do §35.

Pará

Pouco comentada na Fala do Trono e no Relatório do Ministério da Justiça daquele ano, a situação vivida na província do Pará era bastante complexa no início de 1838. Aos 2 de março, os trabalhos de sua Assembleia legislativa provincial foram abertos com um polêmico discurso de seu presidente, o general Francisco José de Souza Soares de Andréa⁶⁴.

Nesse discurso, o general Andréa abordou, antes de mais nada, a “furiosa anarquia” reinante na província e em outras regiões do Império, como o Rio Grande do Sul e a Bahia, elencando o que lhe pareciam algumas de suas causas. Dentre elas, mencionou a licenciosidade com que atuava a imprensa nacional, a impunidade nos crimes, a insubordinação dos empregados militares e civis do país, o desprezo às autoridades e o desempenho do poder local por “homens ignorantes”. Afirmou, assim, à Assembleia, que a destruição do “germen de tantos males” demandava a aprovação de medidas que lhes fossem “diametralmente opostas”.

⁶⁴ “Discurso com que o presidente da província do Pará fez a abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838”. Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor. Rua d’Alfama, nº 39.

Lembrando aos representantes ter sido nomeado para a presidência do Pará com a finalidade de repor ali a obediência e a ordem, afirmou ter lutado desde seu primeiro dia com a deficiência de meios para “tão grande obra”, destacando a necessidade que tinha de recursos materiais e humanos em muito superiores àqueles de que dispusera até o momento.

Entrando no item especificamente concernente à Segurança Pública da província, afirmou ter por objetivo demonstrar aos representantes como havia conquistado a tranquilidade e a paz de que gozavam tanto a capital do Pará, como várias de suas vilas, freguesias e rios. E, em acordo com Andréa, o que havia permitido tais conquistas, fora o recurso a um dispositivo por ele denominado “estado de guerra”, que autorizava o ataque ao inimigo “por todos os modos, até lhe aniquilar a força”, prescindindo, para tanto, “das formalidades com a que a Lei escuda os criminosos”.

Consoante o presidente, a certeza da punição que, em tal “estado de guerra”, ele fizera prevalecer na província, prendendo a todo homem acusado de crimes, “sem lhe dar tempo a evadir-se”, fora fator preponderante na correção de muitas desordens.

A prisão de quâtos [sic] revolucionários tem aparecido, feita **a despeito das Leys existentes**, e continuada **contra todas as regras da segurança individual**, não tem concorrido pouco para o estado de paz em que nos achamos. Nada disto se poderia fazer a não se ter tomado por norma chegar sempre a justos fins pelos meios seguros.⁶⁵

Ademais, dizia Andréa, também as revistas domiciliárias, “hoje tão odiosas pela ofensa feita ao azilo sagrado do Cidadão”, realizadas, sob o dito “estado de guerra”, todas as vezes que havia necessidade, vinham pondo “em susto todos os malvados, ficando por este modo mais hum escudo do crime quebrado a favor da razão e da justiça”.

Ainda que, nas palavras do presidente, grande parte das medidas de que fizera uso tivessem sido autorizadas pela lei de suspensão de garantias de 22 de setembro de 1835, a curta vigência de seis meses prevista a esta lei convencera-o a não publicá-la e, conseqüentemente, não aplicá-la na província⁶⁶. Conforme Andréa, haja vista a

⁶⁵ Idem; p. 17.

⁶⁶ Aos presidentes de província cabia “publicar”, em suas localidades, as leis aprovadas pela Assembleia nacional, tornando-as de conhecimento público e, conseqüentemente, oficiais. A vigência de uma lei elaborada para determinada província passava a contar, quase sempre, da data de sua publicação na respectiva província, e não daquela de sua aprovação pelo Legislativo central, daí a importância de sua pronta publicação pelo respectivo presidente. A esta autoridade, portanto, não cabia questionar tal publicação ou optar por uma melhor data para sua realização, mas unicamente efetivar essa função.

impossibilidade de que, em tão curto período de tempo, fossem processados e julgados todos os afetados pela lei (particularmente os presos sem culpa formada e os degredados para fora da província⁶⁷), caberia, ao final de sua vigência, ou bem uma autorização para sua prorrogação, ou a libertação dos presos e retorno dos degredados, o que lhe parecia um convite aos criminosos, “que animados pelo bom resultado do seu ultimo crime não deixariam de insetar [*sic*]novos, para saciar suas almas nunca fartas de maldade”.

Ademais, a opção pela execução da lei de suspensões teria vetado a ele a possibilidade de recurso posterior ao “estado de guerra”, cabendo então recorrer primeiramente a este instituto e, uma vez tranquilizada a província, aplicar a lei de suspensões. Nas palavras do presidente, enfim, “A publicação desta lei para tão curto espaço equivalia a uma anistia geral; ou por outra, ao ultimo garrote dado à civilização nesta província e à segurança e união de todo o Império”.

Afirmando ter chegado ao seu conhecimento, no entanto, a autorização, por decreto de 20 de outubro de 1837, de prorrogação por mais um ano “dos §§ 1 a 3 do art. 1º da lei” de suspensão de garantias de 22 de setembro de 1835⁶⁸, dizia que, agora sim, considerava útil a sua aplicação na província, pois que “teremos anno e meio para fazer uzo della nos lugares conquistados, e quando as coizas venhão a tomar huma face tal que exijão a prorrogação desta medida, tãobem ha tempo para representar e pedi-la”. Por esta afirmação, infere-se o interesse de Andréa em publicar em 1838, tanto a lei de 22 de setembro de 1835, quanto o decreto de outubro de 1837, conquistando, assim, com a somatória de tempo das duas medidas, um ano e meio de suspensão de garantias no Pará. Uma vez mais, tratava-se de procedimento absolutamente anômalo, fundado unicamente na opinião pessoal do general.

Andréa, contudo, ainda a esta altura, se dizia interessado em limitar a aplicação da lei de suspensões a um espaço específico do território paraense, defendendo que “de Gurupá para cima” se mantivesse o “estado de guerra” enquanto durassem as hostilidades. Em sua opinião, naquela parte da província a publicação da

⁶⁷ Em acordo com uma série de ofícios enviados por Andréa para o ministro da Justiça do Império, era constante, desde pelo menos abril de 1836, a remessa de rebeldes paraenses presos para a corte do Rio de Janeiro, sob a alegação de “crime geral de rebelião” ou, unicamente, de serem “cabanos”. Por meio destes documentos, o general demandava ainda que tais indivíduos não fossem autorizados nunca mais a regressar à província, sugerindo ainda por mais de uma vez a insuficiência das leis criminais do país para fazer frente a homens que, em sua opinião, não passavam de “encarniçados bebedores de sangue”. Ver uma descrição de alguns desses ofícios ver Leandro Mahalem de Lima. Op. cit.; pp. 176-182.

⁶⁸ Lembremos, neste ponto, que o decreto de 20 de outubro de 1837 possuía um erro, pois que o art. 1º da lei de 22 de setembro de 1835 era formado unicamente por dois parágrafos.

lei seria benéfica unicamente “depois de tudo estar reduzido à obediência”; pedindo, então, o voto da assembleia àquele respeito.

A exposição franca que venho de fazer-vos pode dar lugar a que sejam taxadas de despoticas muitas destas medidas; mas só quem está no meio dos negócios pode ajuizar d’elles. Eu chamo a vós, e a todo o Povo sensato do Pará que digão, se taes medidas são ou não justas; se tem sido ou não precisas; e se eu as tenho levado tão longe quanto a mesma Ley me tinha autorizado, se eu a tivesse publicado.

Prosseguindo em seu discurso, Andréa ainda discorreu sobre uma série de matérias. Tratou, assim, das condições das forças armadas na província e da nova organização militar por ele instituída, descrevendo os corpos criados em substituição à Guarda Nacional (extinta, no Pará, por decreto de 7 de novembro de 1835), denominados, respectivamente, “Força Provincial do Pará” e “Guardas Policiaes”. Abordou também aspectos da administração interna, destacando os problemas que reconhecia advindos da atuação dos juizes de paz, e revelou a substituição que empreendera de tais magistrados pelos chamados “comandantes militares”, a quem havia delegado a administração dos nove grandes distritos em que havia dividido a província.

Também nestes quesitos, Andréa revelava agir a seu bel prazer, revogando cargos previstos na Constituição e regulados por lei imperial, e substituindo a magistratura eletiva da província por militares que respondiam diretamente aos seus comandos.

No que tange à reorganização empreendida por Andréa nas forças armadas, vale atentar ao fato de que a lei de 22 de setembro de 1835 autorizava, para além da suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da Carta de 1824 (prevista em seu art. 1º); a dissolução, por até três anos, da Guarda Nacional do Pará, autorizando seu presidente a armar até 600 cidadãos provenientes dessa Guarda e dar-lhes a organização que mais conveniente fosse, nomeando oficiais e sujeitando tal força à disciplina dos corpos destacados; além de lhe facultar o dispêndio de até 220 contos de réis para mandar estacionar na província um corpo de voluntários que não excedesse 400 praças. Tratava-se, portanto, de medidas a que, a despeito da não “publicação” da lei de 22 de setembro, Andréa parece ter recorrido, particularmente no tangente à dissolução da Guarda Nacional, autorizada por decreto de 7 de

novembro de 1835 que expressamente citava a lei de 22 de setembro⁶⁹. Também neste caso, contudo, Andréa não parece ter se atido ao texto da lei, fazendo de suas disposições o uso que considerou necessário, aparentemente sem qualquer apego à legalidade ou ilegalidade das medidas empreendidas.

Ainda que seja possível supor que as desconfianças frente aos desmandos de Andréa, especialmente na região norte do Brasil, viessem já de algum tempo, seu discurso na abertura da Assembleia provincial gerou rápida reação na imprensa local e repercutiu pelos meses subsequentes em publicações na Corte e nos discursos dos representantes brasileiros na Assembleia nacional, aberta, como vimos, em maio de 1838. Tratava-se, afinal, de uma verdadeira confissão dos desmandos de que já se devia desconfiar havia algum tempo no país.

Em edição datada de 5 de abril de 1838, o periódico *Chronica Maranhense* publicou artigo de três páginas integralmente dedicado à análise do discurso do presidente do Pará⁷⁰. De saída, os redatores explicitaram seu tom crítico à atuação de Andréa, refutando os motivos elencados em seu relatório para justificar o estado de desordem da província. Combateram assim, com particular afinco, a culpa por ele atribuída aos empregados civis e militares e à suposta irreligião e ateísmo de muitos paraenses. Criticaram, ademais, a “ vaidade ” com o que presidente expusera a retomada de algumas porções do território aos rebeldes, relembrando os muitos outros responsáveis por aquelas vitórias (particularmente membros da administração anterior) e condenando enfaticamente o “ termo odioso de *conquista* que elle emprega quando se refere á pacificação de uma porção do território brasileiro ”.

Consoante os autores do artigo, chamar de “ conquista ” tais ações implicava um ultraje aos “ infelizes Brasileiros do Pará ”, ao mesmo tempo em que representava um jeito de o presidente justificar as “ extorsões odiosas ” que vinha fazendo na província, “ como se fora um paiz *conquistado* ao inimigo estrangeiro ”. Como vimos acima, a justificativa de Andréa para recorrer ao “ estado de guerra ” na província fundava-se, de fato, em uma compreensão dos rebeldes cabanos como espécie de inimigos à irmandade brasileira, frente aos quais, portanto, poder-se-ia atuar como frente a invasores do país.

⁶⁹ “Decreto de 7 de novembro de 1835. Dissolvendo a Guarda Nacional na Província do Pará, e organisando uma outra força interinamente”. *CLIB de 1835*. Parte Segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864; p. 124.

⁷⁰ *Chronica Maranhense*, nº 26 – 05/04/1838; pp. 105-107.

Passando à análise da não execução, pelo presidente, da lei de suspensão de garantias no território da província e do recurso por ele feito a um indefinido “estado de guerra” para lidar com a situação, foi também com grande assombro que os redatores do periódico se exprimiram.

Transcrevendo as afirmações de Andréa no tocante às prisões injustificadas e invasões de domicílio que se vinha praticando na província, os redatores declararam custar a crer que o delegado de um governo representativo, em presença de uma “assembleia popular”, proferisse “tantas e tão escandalosas blasphemias” contra a constituição, as leis, a razão, a moral e a humanidade. Na opinião dos redatores, Andréa parecia decidido a justificar “por uma confissão solemne e audaz, quantas imputações lhe haviam feito todos os que não amam o seu systema de governo!”.

Indagavam, então, o que o presidente entendia por “estado de guerra”. Afinal, uma vez que tal dispositivo não era reconhecido pelas leis do país, questionavam as bases legais sobre que Andréa teria fundado sua aplicação, indagando ainda os motivos da preferência de tal dispositivo sobre a lei de suspensão de garantias aprovada pela Assembleia nacional. Conforme o periódico:

S. Ex. o prefere a uma lei de suspensão de garantias, tão somente por ser parte da sua imaginação, e pelo amor que tem do arbitrario, pelo odio que consagra a todas as leis, **ainda que de excepção sejam?** O sr. Andrea é altamente criminoso por quantas prepotencias praticou a despeito das leis e contra todas as regras da segurança individual, visto que no Pará não foi promulgada a lei que o auctorisava a prender sem culpa formada, e a deportar sem sentença; e é da mesma forma criminoso por haver deixado de publicar essa lei em todos os lugares onde chegou, não a *conquista*, mas o regimen legal.⁷¹

Era grande, portanto, o espanto gerado pelas revelações feitas por Andréa em seu discurso.

Prosseguindo em seu artigo, os redatores recuperaram mais uma série de polêmicas afirmações do presidente, dizendo-se atônics ante o absurdo da maioria delas e destacando, dentre várias, a afirmação de Andréa de que praticamente todas as prisões efetuadas na província vinham recaindo sobre militares, pois que a maioria dos rebeldes podia ser reputada como tal. Na opinião dos redatores, tratava-se de postura absolutamente abusiva e arbitrária, aplicando o que era relativo unicamente à 1ª linha, às milícias extintas e membros das guardas nacionais.

Destacaram ainda, em seu artigo, o despropósito de o presidente Andréa querer definir os trechos do território sobre os quais se applicaria, ou não, a lei de

⁷¹ Idem; p. 107. Grifo meu.

suspensão de garantias a partir de 1838, perguntando-se se acaso uma lei decretada para uma província inteira poderia ser executada apenas parcialmente, “a bel prazer do presidente”. A afirmação de Andréa de que, de “Gurupá para cima”, a aplicação da medida de suspensão só seria empreendida após a redução daquela porção do território “à obediência”, foi ainda questionada pelos redatores com base no texto do §35 do art. 179. Apontou-se, assim, ao general Andréa, que o recurso ao §35 era admitido, no país, unicamente em circunstâncias extraordinárias de rebelião interna e invasão externa, “e não quando tudo está sossegado e obediente”.

Criticaram, por fim, que o presidente tivesse submetido à deliberação dos representantes provinciais a decisão sobre tal aplicação da lei de suspensão. “É impossível decidir”, diziam as últimas linhas do artigo, “o que é maior no snr. Andrea, se a sua rara impudência, ou se a sua crassa ignorância da legislação brasileira”.

Tratava-se, enfim, de artigo extremamente crítico ao presidente do Pará e à posição por ele assumida de fazer o que bem entendesse com leis gerais promulgadas pelos representantes do país, ironizando os direitos dos cidadãos e as garantias formais da Constituição, sob a alegação de que não contribuíam em nada à reposição da ordem interna nacional.

A despeito de, na opinião dos redatores do periódico, Andréa arrogar para si uma posição que não lhe fora legalmente atribuída, fato é que a atuação do presidente não vinha sendo abertamente questionada pelas autoridades centrais do país. Afinal, mesmo parecendo atuar em relativo isolamento, o general prestava contas regulares de suas ações ao governo central, o que pode ser comprovado, dentre outros documentos, pelos numerosos ofícios enviados ao ministério da Justiça nos anos de 1836 e 1837. Neles, o presidente expôs abertamente ao ministério as estratégias adotadas na repressão aos cabanos, deixando sempre muito claras as suas interpretações sobre a rebelião e os rebeldes, bem como sobre o tratamento que lhes deveria dispensar⁷².

Por meio destes ofícios, Andréa revelou, portanto, algumas das polêmicas opções tomadas na província, tornadas de conhecimento público quando de sua fala aos deputados provinciais. Desde pelo menos abril de 1836, por exemplo, remeteu ao Rio de Janeiro uma série de navios repletos de presos sem culpa formada, dando conta de tais remessas ao ministro da justiça. A este, falou abertamente da insignificância dos criminosos, a quem sequer cria ser possível julgar e que, ademais, pedia fossem impedidos, para sempre, de retornar ao Grão-Pará. Já no que tangia aos presos

⁷² Para uma análise mais pormenorizada desses ofícios ver: Leandro Mahalem de Lima. Op. cit.; pp. 176-187.

mantidos na província, discorreu abertamente sobre o formato excepcional que idealizava para seu julgamento – tribunais extraordinários e céleres, que prescindissem de quaisquer “formalidades inúteis”, podendo-se recorrer à pronta execução da pena capital –, demandando do governo que atuasse no sentido de lhe permitir realizar tal desejo, ou seja, que fossem feitas alterações nas leis criminais e processuais penais do país.

Comunicando-se com o ministério da Justiça em agosto de 1836, tratou do grande número de presos mantidos nos porões da corveta Defensora, ancorada na província. A estes, dizia Andréa, aguardava a morte certa, haja vista a extrema precariedade de suas condições. Criticava, assim, o modo como as leis criminais do país, por sua ineficácia e brandura, acabavam destinando à morte homens sem nenhuma importância, como os presos amontoados no Pará, livrando, no entanto, os principais líderes da revolta⁷³.

Huma Comissão Militar procedida de hum Processo feito por algum Magistrado hábil teria feito fuzilar talvez vinte ou trinta dos mais criminosos e teria dado distino a todos os outros. Seria isto huma coiza muito repugnante, e opposta à brandura das nossas Leis, ou nos seria menos bárbara, menos atroz do que ter por annos e mezes tantas victimas em hum flagelo continuo, e menos bárbara e menos atroz do que ter já conduzido a sepultura alguns trezentos destes infelizes que tem acabado os seus dias n'aquella Corveta sem terem culpas correspondentes ao tempo que tiverão de prisão.⁷⁴

Ao longo de 1837, Andréa parece ter mantido ativa sua comunicação com o governo, informando-o diretamente de seus planos de reorganização militar da província e da formação, ali, de seus famosos “Comandos Militares”. Oficializada por meio de documento datado de 4 de abril, a formação de tais comandos prescindia das instruções de organização das forças armadas passadas a Andréa pelo governo

⁷³ Idem, p. 181. É de fins de novembro de 1836 um ofício enviado por Andréa ao ministério da Justiça, cujo teor ficaria famoso entre a historiografia, por conter abertos elogios ao comandante Greenfell que, em 1823, protagonizara uma verdadeira chacina no Grão-Pará, matando por asfixia 256 homens presos nos porões do brigue Palhaço. Tratando, assim, dos primeiros episódios da Cabanagem no Pará, Andréa afirmava o que segue: “Qualquer que fosse a verdadeira causa do assassinio das Authoridades desta Província, em que talvez entrarão pessoas hoje soltas e até livres de accusação, he certo que há muitos tempos está esta gente no uzo e posse de fazer todos os annos huma ou duas revoltas, sem receber por isto o mais piqueno castigo, excepto em 1823 que o Commandante Greenfell fez fuzilar sem processo (como muitas vezes se precisa) ao mais criminozo de cada hum dos cinco Corpos que havia, e com isto ficarão quietos por alguns annos; e se não fosse a oppozição que estes mesmos Paraenses fizeram ao justo suplicio do Cônego Baptista, autor de quasi todos os crimes que se tem cometido no Pará, aquem Greenfell queria fuzilar com a mesma sem cerimonia, o Pará estaria talvez ainda hoje sem nos ter dado tantos exemplos de ferocidade. [...] Em todas estas dezordens nunca houve outro fim político que o roubo, o assassino, ou a satisfação de Ódios particulares [...]”. APUD: Leandro Mahalem de Lima. Op. cit.; pp. 182-183.

⁷⁴ APEP, 1039, D. 13. APUD: Leandro Mahalem de Lima. Op. cit.; p. 181.

central⁷⁵, alterando por completo a organização judiciária na província, com a destituição de juízes de paz, substituídos por comandantes militares na administração e supervisão dos novos distritos⁷⁶.

Ainda que não seja possível identificar respostas específicas do governo a cada um dos ofícios de Andréa⁷⁷, é razoável supor a não interferência da Regência nos planos e ações do presidente, podendo-se inferir, pelo contrário, sua anuência em relação a tais medidas – haja vista a efetiva implementação, no Pará, das estratégias seguidamente expostas ao governo por Andréa –, futuramente chanceladas por meio de elogios públicos de membros do governo à atuação do general⁷⁸.

Frente a este quadro, cabe-nos destacar e questionar, então, a convivência da Regência com a arbitrária atuação de Andréa no Pará, elucubrando se os desmandos daquele presidente e sua autonomia de ação não teriam se fundado, em grande medida, na relativa indiferença dos governantes do país quanto ao destino dos rebeldes cabanos, a quem não parecia incomodar, como diria Álvares Machado, “que se fizesse uma carnificina”.

⁷⁵ Em acordo com Thailana de Jesus Cordeiro Pereira, o governo imperial teria ordenado a Andrea que criasse na província do Pará, “três batalhões de caçadores, cada um com 638 praças no seu estado completo, um de artilharia com 565 praças e um esquadrão de cavalaria com 207 praças”. Thailana de Jesus Cordeiro Pereira. O. cit.; p. 68.

⁷⁶ Para um quadro geral dos 9 comandos militares em que foi dividida a província do Pará ver: Thailana de Jesus Cordeiro Pereira. Op. cit.; pp.72-75.

⁷⁷ Um ofício de 28 de maio de 1836 enviado por Andréa ao ministro da Justiça, foi por este respondido em 8 de agosto do mesmo ano e publicado na Coleção de Decisões do Império. Por meio deste documento, Aguilar Pantoja respondeu, primeiramente, às dúvidas apresentadas pelo presidente do Pará quanto ao modo de se proceder, na província, aos processos e julgamentos dos réus cabanos, tendo em vista a morosidade das leis criminais brasileiras e a parcialidade dos juízes de paz que deveriam formar tais processos. Quanto a este ponto, o ministro afirmou que o governo em breve apresentaria ao “Corpo Legislativo, propostas radicais para o melhoramento dos processos. Como vimos acima, de fato, aos 9 de agosto de 1836, o governo apresentou ao parlamento uma primeira proposta de alterações nos processos criminais previstos aos crimes de conspiração, rebelião e sedição no país. Seguindo em sua resposta, Pantoja estimulou Andréa a fazer uso das disposições presentes no §2º do art. 1º da lei de 22 de setembro de 1835 (em acordo com o qual ficava admitida, no Pará, a suspensão do §6º do art. 179 com o fim de se poder fazer sair da província aos suspeitos de participação na Cabanagem), sugerindo, ainda, que Andréa convocasse a Assembleia legislativa provincial e demandasse, junto à mesma, a prorrogação da lei de suspensões. Estimulou ainda o envio dos indivíduos suspeitos, mas contra quem não houvesse provas cabais de crime, à corte do Rio de Janeiro, para que fossem alistados nas tropas de mar e terra, como melhor conviesse. Determinou, por fim, que Andréa desse “por si todas aquellas providencias que achar indispensaveis para o restabelecimento da ordem e segurança da província confiada á sua administração”. “Decisão N. 483, de 8 de agosto de 1836. Ao Presidente do Pará, dando providencias a bem da Ordem publica, e participando que se vão fazer propostas para o melhoramento do processo”. *CLIB de 1836. Parte Terceira*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861; pp. 263-264.

⁷⁸ Como veremos à frente, em agosto de 1839, Bernardo Pereira de Vasconcelos apoiaria um voto público de agradecimento ao general Andréa por sua atuação no Pará, afirmando julgá-lo credor do reconhecimento do país pela coragem com que havia tomado sobre si toda a responsabilidade na pacificação do Pará.

Especialmente interessado, ao que tudo indica, na pacificação da província, na garantia da integridade territorial brasileira e na defesa das fronteiras ao norte do país, o governo não parece ter interferido na atuação de Andréa no Pará, deixando-o (e mesmo incentivando-o a ⁷⁹) prender e deportar homens sem culpa formada, reorganizar militarmente a província, e aplicar, ali, um indefinido “estado de guerra” que o autorizava a atuar como entendesse necessário⁸⁰.

Em 26 de junho de 1838, o periódico *O Chronista*, impresso e distribuído no Rio de Janeiro, publicou também análise do discurso proferido por Andréa na abertura dos trabalhos legislativos do Pará (o artigo em questão, ao que tudo indica, saiu originalmente no *Investigador Maranhense*). De saída, seus autores definiram a fala de Andréa como o “melhor corpo de delicto que se podia organizar contra s. exc.”, uma vez que, por meio dele, o presidente confessava toda sorte de infrações legais e “despotismos” cometidos em seu governo, em um texto de estilo “o mais indecente” e “o mais insolentemente irônico” possível.

Consoante o artigo, em tal fala de abertura, Andréa “confessava impudentemente”:

1º. Que aboliu os juízes de paz e os substituiu por uns chamados comandantes militares; 2º. Que só tem prendido militares, porque no Pará todos os cidadãos podem considerar-se taes; 3º. Que tem feito as prisões a despeito das leis existentes, e contra todas as garantias de segurança individual; 4º. Que tem violado quasi sempre o asylo do cidadão, que por escarneo [*sic*] chama sagrado; 5º. Que não tem querido publicar a lei de suspensão de garantias por não precisar della, e porque as garantias estão de facto suspensas, em razão do *estado de*

⁷⁹ Ver nota 77 desse capítulo.

⁸⁰ Não espanta assim que, em agosto de 1838, o governo tenha tentado impor uma vez mais à avaliação dos deputados sua proposta de alteração nos julgamentos dos réus dos crimes de conspiração, rebelião e sedição, originalmente apresentada, como vimos, em 1836, como projeto de n. 128. Na sessão de 2 de agosto, quando da apresentação da questão, manifestaram-se a seu respeito os deputados Henriques de Rezende, Carneiro Leão e Moura Magalhães – o primeiro, contrário ao projeto, e os dois últimos favoráveis a que passasse à segunda discussão –, sem que se tenha dado prosseguimento, no entanto, a essas discussões. Ainda se tentou retomar os debates sobre este projeto na sessão de 16 de agosto de 1838, terminando-se por adiá-la, no entanto, indefinidamente. Discursando na sessão de 2 de agosto, Henriques de Rezende taxou o projeto de anticonstitucional, desvantajoso, inútil, destruidor de uma das principais garantias do governo representativo – a divisão de poderes – e dos direitos individuais que davam aos cidadãos a segurança de serem julgados por tribunais não excepcionais. Disse ainda que já havia algum tempo que se vinha tentando minar o juízo por jurados no país, não vendo vantagem alguma nisso, em especial tratando-se do crime de rebelião. Já Carneiro Leão defendeu a discussão do projeto sob a alegação de que tinha dúvidas quanto às vantagens de se julgar crimes políticos por meio de jurados, uma vez que estes encontravam-se invariavelmente envolvidos nas paixões sociais. Em sua opinião, portanto, tribunais excepcionais, passíveis de serem desfeitos após os julgamentos, conformavam os instrumentos mais apropriados para tais situações, defendendo ainda que, em caso de aprovação do projeto, tais tribunais ficassem autorizados a julgar, ainda que retroativamente, os crimes cometidos no Pará e no Rio Grande do Sul desde 1835. APB-CD, sessão de 2 de agosto de 1838; pp. 253-256; e sessão de 16 de agosto de 1838; p. 322. Ver também, sobre as breves discussões desse projeto em 1838, a edição nº 37 da *Aurora Fluminense*, em que os redatores reconhecem nessa medida “o passo mais largo do Gabinete de 19 de setembro na carreira do systema regressivo”. *Aurora Fluminense*, nº 37 – 06/08/1838; pp. 1-3.

guerra, que as nossas leis não definem, mas que o snr. Andrea inventou para poder usar mais absolutamente de sua vontade; 6º. Finalmente que todos os rebeldes aprisionados se acham a bom recado nas presigangas, ou tem morrido nos hospitais, o que é uma grande fortuna, pois se estivessem vivos, nos andariam fazendo mal! Em summa, o snr. Andrea quer ser investido da ditadura militar por todo o tempo que durar a guerra, e teve logo o cuidado de declarar que a guerra ainda se não acabaria nestes dois annos.⁸¹

Cientes da enormidade dos arbítrios cometidos no Pará, os redatores perguntavam aos ministros do país por quanto tempo ainda manteriam Andréa à frente da província. Cobravam, portanto, do governo central, que se posicionasse contra aquela figura coberta de crimes, agora públicos, e que, com sua atuação descabida, desmoralizava as instituições e a Constituição nacional.

À altura da publicação deste artigo, já se encontrava aberta a sessão legislativa nacional de 1838, e não demoraria para que, também na Assembleia, o discurso de Andréa fosse abordado. Após menções genéricas à situação vivida pelo Pará nos debates da resposta à Fala do Trono, o deputado Teófilo Ottoni se manifestou sobre o assunto na sessão de 7 de julho de 1838. Na ocasião, discutindo-se na Casa o projeto de lei de fixação das forças de terra para o ano de 1839 a 1840, Ottoni opôs-se à proposta do governo e, a certa altura de sua fala, interpelou os membros da administração acerca dos acontecimentos em algumas províncias, sugerindo que as atuações arbitrárias de que se tinha notícias na Bahia e no Pará confirmavam “o dito de um Sr. deputado, que a politica do actual governo é a politica de sangue”.

Pressionou, assim, o ministro da guerra, a dar explicações sobre os “conselhos de guerra feitos aos rebeldes presos na Bahia”⁸², revelando-se, quanto ao Pará, indignado com a manutenção de Andréa na presidência da província:

Lêa-se o discurso com que aquelle presidente acaba de abrir a assembléa provincial, e ver-se-ha que achou um novo direito publico; discurso que o governo, nessa folha semi-official, nessa guilhotina politica, em que não me importa se continue a assassinar-me, immediatamente transcreveu. Neste discurso, acha aquelle general um novo direito publico que a constituição não reconhece. Elle diz que não tem usado da suspensão de garantias porque não

⁸¹ *O Chronista: Há no mundo quem tenha mais juízo que Voltaire, mais força que Napoleão, é o povo*, nº 195 – 23/06/1838; p. 3.

⁸² Quanto a este ponto, Ottoni perguntou ao ministro se, entendendo ele que os membros daqueles conselhos transcendiam os limites de suas atribuições, não julgava ser o caso de processá-los. Em sua opinião, os rumos duvidosos tomados pelos processos ministrados por aqueles conselhos e a falta de atuação do governo frente a eles, vinham confirmando os desmandos dessa administração e sua aprovação a todos os “horrores e assassinatos jurídicos” que vinham sendo praticados na Bahia. Em acordo com os registros dos *Anais da Câmara*, falando na sessão de 7 de julho, Ottoni afirmou enxergar na conduta do governo “alguns visos até de não estar muito longe da politica das commissões militares, não só pela nomeação que fez do presidente actual para a província da Bahia, como pela conservação de outros”. Referia-se, nesse ponto, à conservação do general Andrea na presidência da província do Pará. APB-CD, sessão de 7 de junho de 1838; p. 67.

precisa dellas, porque continua a considerar a província em estado de guerra: diz elle que todos os indivíduos que se achão presos, ou são militares, ou podem ser considerados como taes, e, continuando-se a julgar a província em estado de guerra, vão sendo tratados militarmente.⁸³

Aos 3 de setembro de 1838, pouco tempo antes de se iniciarem, na Câmara baixa, as discussões sobre a prorrogação da lei de suspensões de garantias, o deputado D. Romualdo de Seixas, arcebispo da Bahia, eleito pela província do Pará, fez também um importante discurso tratando da situação de opressão em que viviam os paraenses e da necessidade de que o general Andréa fosse imediatamente removido da presidência da província. Em acordo com o arcebispo, Andréa já havia cumprido o papel de pacificação do Pará para que fora nomeado, cabendo, agora, seu afastamento do cargo em nome da dignidade dos cidadãos da província⁸⁴. Consoante André Roberto de Arruda Machado, o discurso foi ainda mais importante por partir de um deputado de “perfil conservador” como d. Romualdo, pois apontava que a situação de Andréa era insustentável não apenas para os opositores do gabinete⁸⁵.

No projeto de lei apresentado à Câmara dos deputados em 15 de setembro de 1838, como veremos à frente, o pedido de prorrogação do decreto de 12 de outubro de 1837 continha a especificação de que, no tocante à suspensão de garantias, a vigência da medida fosse estendida unicamente na província do Rio Grande do Sul, excluindo, portanto, o Pará, de tal prorrogação.

Tendo em vista o quadro da província acima apresentado, é possível conjecturar o quanto tal decisão esteve ligada a um reconhecimento, pelo governo, da inutilidade da suspensão de garantias diante das medidas já empreendidas pelo presidente Andréa. Afinal, conforme acreditava parte dos deputados, a autorização para a dispensa de parágrafos específicos do art. 179 nas províncias rebeladas poderia

⁸³ Idem. Ibidem.

⁸⁴ APB-CD, sessão de 3 de setembro de 1838; pp. 449-450. Em novembro de 1838, o periódico *Chronica Maranhense* abordou uma vez mais o “vergonhoso” discurso de Andréa na abertura dos trabalhos legislativos provinciais, mostrando, desta feita, toda sua indignação ante o imobilismo da Regência. Acusava-a, assim, de não tomar nenhuma providência legal após o reconhecimento público, por aquele presidente, de todas as ilegalidades que havia praticado, limitando-se a constatar pacificada a província do Pará, sem parecer preocupar-se com os termos em que se dera tal pacificação. Consoante os redatores do periódico, a despeito da indiferença, ou mesmo do apoio do governo àquele déspota, cabia à imprensa não parar de clamar contra os crimes e desrespeitos por ele praticados, na esperança de que tal publicidade servisse de auxílio à sua extinção. *Chronica Maranhense*, nº 79 – 10/11/1838; pp. 321-322.

⁸⁵ André Roberto de Arruda Machado. “Quando o Estado suspende os direitos do cidadão: os debates no Parlamento em torno das garantias constitucionais durante a repressão à Cabanagem (1835-1840). In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH, 2011, São Paulo-SP; pp. 1-17; p. 13.

oferecer, antes, amarras à atuação das autoridades, do que ferramentas efetivas de controle social⁸⁶.

Os acontecimentos recém-transcorridos no Pará, portanto, parecem ter incentivado o governo a investir em medidas de proteção da ordem pública menos dependentes da suspensão das garantias – cada vez mais vista como ineficaz, sob determinadas circunstâncias, no auxílio à pacificação dos conflitos e reposição da ordem interna – e mais próximas daquelas de que fizera uso o general Andréa. Nesse sentido, o artigo 2º do projeto de lei apresentado em 15 de setembro de 1838 propunha que, nos casos de rebelião, o governo pudesse ordenar que se observassem, no exército, as “leis militares em tempo de guerra”. Apesar das muitas indefinições inerentes ao texto, como analisaremos em detalhes na sequência, a medida proposta pelo artigo parecia inspirada no recurso a um indefinido “estado de guerra” pelo general Andréa no Pará, ao qual se creditava, em grande medida, a pacificação da província.

Apesar, contudo, da possível influência do dispositivo de reposição da ordem utilizado por Andréa, os membros da administração em exercício mobilizaram pouco o exemplo paraense nos debates da lei de prorrogação de 1838, prescindindo de elogiar ou criticar pontos específicos da campanha empreendida pelo general. Referindo-se aos conflitos paraenses como praticamente encerrados àquela altura, o ministro Vasconcelos não entrou em detalhes sobre a conjuntura vivida na província e sequer elogiou abertamente a atuação do general Andréa ou as escolhas por ele empreendidas para pacificar o norte do país, parecendo não querer chamar a atenção para a situação vivida no Pará.

Cerca de um ano mais tarde, no entanto, Vasconcelos (que, a esta altura, já não era ministro do país) elogiaria efusivamente a atuação de Andréa, enaltecendo a “coragem” e “braveza” de um general que, em sua opinião, privilegiara a salvação do Estado ante toda sorte de “empecilhos legais”, até mesmo da Constituição. Declarando-se favorável, assim, na sessão do Senado de 7 de agosto de 1839, a um voto de agradecimento a Andréa por “seu brioso e patriótico procedimento na Província do Pará”, Vasconcelos definiu aquele general como “credor do reconhecimento do país pela coragem com que tomou sobre si toda a responsabilidade na pacificação do Pará”. Nas palavras do então senador:

⁸⁶ Ver, por exemplo, fala de Henriques de Rezende na sessão de 2 de outubro de 1837. APB-CD, sessão de 2 de outubro de 1837; p. 612

[...] porquanto eu sou de opinião que, ainda que seja dever do homem obedecer á lei, casos ha em que elle deve considerar que a primeira lei é a salvação do Estado. (*Apoiados*). A mesma severidade a este respeito chega ao ponto de me persuadir que o homem que foge diante desta responsabilidade é criminoso; eu nunca louvarei a quem disser: – A Constituição está salva, mas a pátria está perdida. (*Muitos apoiados*) – Eu pois não duvido dar o meu voto de agradecimento ao General Andréa; e parece-me que o Corpo Legislativo o deve decretar até por aclamação.”⁸⁷

A briosa atuação de Andrea, como dito, parece ter servido de base, em 1838, para a opção de Vasconcelos de excluir o Pará do pedido de prorrogação da medida de suspensão de garantias apresentado e para a proposição do art. 2º do projeto apresentado à Câmara na sessão de 15 de setembro de 1838.

O Decreto nº 61, de 24 de outubro de 1838

Em 15 de setembro de 1838, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Sebastião do Rego Barros, ministros da Justiça e da Guerra do país, propuseram à avaliação da Câmara – na qualidade de deputados, e não de ministros – o projeto que segue:

Art. 1º. Ficção prorrogados, por mais um anno, os decretos de 9 de Outubro de 1837 n. 79 e de 12 de Outubro do mesmo anno n. 129, com a declaração de que a suspensão de garantias só poderá ter lugar na província do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Art. 2º. No caso de rebelião poderá o governo ordenar, que se observem no exercito as leis militares em tempo de guerra.

Art. 3º. Ficção revogadas as outras leis em contrario.⁸⁸

Fruto de matéria considerada urgente pela Casa, o projeto foi julgado objeto de deliberação imediatamente após sua leitura, entrando em discussão na sessão de 22 de setembro do mesmo ano e tramitando rapidamente, haja vista sua apresentação à Câmara na forma de uma resolução⁸⁹.

Antes de adentrarmos pela análise desses debates, vale recuperar algumas informações acerca dos diplomas mencionados: o Decreto nº 79, de 9 de outubro de 1837, autorizava o governo a destacar 4 mil homens das Guardas Nacionais de todo o Império, pelo período de um ano, para o serviço e defesa das praças, costas e

⁸⁷ ASIB, sessão de 7 de agosto de 1839; pp. 113-114.

⁸⁸ APB-CD, sessão de 15 de setembro de 1838; p. 515.

⁸⁹ A opção por tal apresentação, no entanto, não passou em branco pela Casa e, ao longo dos debates, alguns deputados chamaram a atenção ao fato de que, por criar direito novo, o projeto deveria ter sido apresentado na forma de um decreto e não de uma resolução. Ver, por exemplo, a fala de Henriques de Rezende na própria ocasião de apresentação do projeto. APB-CD, sessão de 22 de setembro de 1838; p. 541. Para uma análise das discussões travadas entre os representantes, alguns anos antes, acerca da legalidade ou ilegalidade de criação de direito novo por meio de resoluções ver: Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2017, pp. 103-125.

fronteiras das províncias a que pertencessem⁹⁰; enquanto o Decreto nº 129, de 12 de outubro de 1837, admitia, em seu art. 1º, a prorrogação por mais um ano da suspensão de garantias prevista pelas leis de 22 de setembro de 1835 e 11 de outubro de 1836, autorizando ainda o Governo, por meio de seu art. 2º, a anistiar, pelo mesmo período de tempo, as pessoas envolvidas em crimes de rebelião e sedição nas províncias do Pará e do Rio Grande, bem como os envolvidos em crimes de sedição em outras províncias do Império⁹¹.

A despeito da novidade materializada na proposta de exclusão do Pará da suspensão de garantias, o artigo 1º do projeto passou rapidamente pela análise dos representantes, saindo aprovado ainda na sessão de 22 de setembro, após a manifestação de apenas três deputados e do ministro da Justiça. Nos breves debates gerados pelo artigo, no entanto, o governo foi seguidamente atacado e cobrado pelas ilegalidades com que se vinham aplicando as medidas de suspensão de garantias em vigor no país.

Pronunciando-se nesta sessão, o deputado Jeronimo Francisco *Coelho* (eleito pela província de Santa Catarina) apresentou longa emenda ao artigo 1º, cobrando do ministro da Justiça que se manifestasse sobre ela. Por meio desta emenda, Coelho sugeria a divisão do art. 1º em quatro parágrafos que esclarecessem por completo seu conteúdo e forma de aplicação. À previsão, então, de prorrogação por mais um ano dos decretos 79 e 129 de 1837, propôs a inclusão das seguintes especificações: que a suspensão de garantias só pudesse ter lugar na província do Rio Grande do Sul (§1º); que o presidente da província ficasse impedido de delegar a qualquer outra autoridade a faculdade que lhe era conferida por meio desta lei (§2º); que o ano de prorrogação da medida fosse contado da data desta lei em diante, e não, portanto, da data de sua publicação nas províncias (§3º); e que, enquanto durasse a suspensão de garantias, o governo desse conta à assembleia geral de sua execução, “todos os annos, e no principio da sessão legislativa”, nos termos regulados pelo §35 do art. 179.

Ao cobrar de Vasconcelos um posicionamento sobre tais propostas, Coelho provocava abertamente o ministro da Justiça. Instava-o, assim, a declarar se achava “boa a parte da emenda” que ordenava a prestação de contas anuais pelo governo ao legislativo nacional, afirmando ainda, quanto à necessidade do §2º, constar-lhe que o presidente do Rio Grande do Sul delegara a autoridades militares da província o direito de deportar e prender a quem bem entendessem, cabendo regular essa questão.

⁹⁰ *CLIB de 1837*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861; pp. 50-51.

⁹¹ *Idem*; p. 94.

Por fim, questionava o ministro sobre o início da contagem da vigência da lei, “pois que lhe consta que a este respeito ha divergencia”. Tratava-se, portanto, de clara afronta a Vasconcelos, apontando-lhe várias das irregularidades identificadas na execução das leis de suspensão de garantias sob seu governo e instando-o a manifestar-se sobre o assunto.

Às interpelações de Coelho, Vasconcelos respondeu de forma bastante evasiva, garantindo-lhe que o atual presidente do Rio Grande não havia delegado a nenhuma outra autoridade os poderes de que dispunha em função da lei de suspensão de garantias; afirmando que o ano da lei era contado de sua publicação na província; e asseverando, por fim, não encontrar “inconveniente algum em comunicar-se ao corpo legislativo as medidas que se tiverem tomado em virtude dessa lei, como se tem comunicado até o presente”⁹².

Falando na sequência, Henriques de Rezende levantou uma série de questões à exclusão do Pará da renovação da suspensão de garantias. Consoante o deputado, constando-lhe que no Pará não se encontravam publicadas as anteriores leis de suspensão de garantias, cabia ao ministro esclarecer se a não prorrogação de prazo naquela província significava que ainda se poderiam publicar ali as leis anteriores (caso em que a extensão da vigência tornava-se desnecessária), ou se, pelo contrário, impunha uma interdição a que se recorresse, a partir de então, ao §35 no Pará.

Parece-lhe, pelo que colhe dos documentos públicos, que o presidente do Pará entende desnecessária alli a suspensão de garantias, por encontrar nas leis militares poderes mais amplos; sendo assim a lei é desnecessária, ou mesmo nociva, porque coarcta ás autoridades legaes poderes que as leis existentes lhes dão.⁹³

Tratava-se, uma vez mais, de clara provocação ao ministério e à licenciosidade com que o governo permitia ao general Andréa agir naquela província. Rezende pedia, então, que Vasconcelos o esclarecesse sobre o futuro da suspensão de garantias no Pará, afirmando que, no caso de reconhecer completamente extinta ali a medida, caberia ao governo a tomada de novas providências, como a devolução, às autoridades judiciais da província, de suas atribuições (usurpadas pelos comandantes militares de Andréa, como visto), bem como a proibição de novas deportações de indivíduos do Pará para o Rio de Janeiro.

⁹² APB-CD, sessão de 22 de setembro de 1838; p. 542.

⁹³ Idem. Ibidem.

Em resposta a Rezende, Vasconcelos esclareceu que a lei de suspensão de garantias havia sido publicada pelo general Andréa, no Pará, em março de 1838, mas afirmou que o governo projetava dar fim àquela medida antes mesmo que ela completasse um ano. Dependia, contudo, para a fixação do momento preciso de tal extinção, de informações que lhe passasse o próprio presidente Andréa. Ante a explicação de Vasconcelos, Rezende declarou então votar contra o artigo, pois que lhe parecia que a dependência em que ficava o ministério das informações passadas pelo general, dava espaço a que se mantivessem as declarações de que o Pará se encontrava “n’um estado convulsivo”, definição usada desde algum tempo pelo governo “para encampar os actos do presidente, contra os quaes tanto se tem clamado”.

Replicando Henriques de Rezende, o ministro da Justiça reafirmou o compromisso do governo “em dar por acabada a autoridade que competia ao presidente” em função da execução da lei de suspensão, (calando, no entanto, quanto à autoridade que aquele presidente se auferia pela implantação de um “estado de guerra” na província), dizendo esperar, no entanto, as informações de Andréa para o caso de se fazerem ainda necessárias disposições como “ter distante da província algumas pessoas que della se mandarão sahir”⁹⁴.

O último deputado a se manifestar previamente à votação do artigo, foi Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, que se declarou contrário à prorrogação da medida no Rio Grande do Sul, alegando que sua extensão iria ferir o “resto da legalidade sem destruir a rebelião”, ocasionando muitos abusos, como os de se delegar a outras autoridades, que não o presidente da província, o direito de deportar cidadãos, fato comprovadamente praticado no Rio Grande do Sul. Negando, uma vez mais, aquela prática, Vasconcelos ainda informou a Antonio Carlos que o governo havia exigido a soltura, na corte do Rio de Janeiro, de todos os “presos das províncias” que não tivessem culpa formada, eximindo-se, portanto, da acusação de que a medida vinha dando espaço a abusos de toda ordem.

Dado por discutido, o artigo foi posto a votos e aprovado, exatamente como redigido no projeto, por 48 votos contra 21, ficando rejeitada a emenda de Coelho.

Os debates travados sobre o artigo 2º do projeto – “No caso de rebelião poderá o governo ordenar, que se observem no exercito as leis militares em tempo de guerra” –, foram não apenas bem mais longos, como acalorados, com um claro

⁹⁴ Idem. Ibidem.

enfrentamento entre governo e oposição. Neste caso, as polêmicas giraram em torno de duas questões principais: se o recurso às leis militares previstas pelo artigo implicava o reconhecimento de um “estado de guerra” no Rio Grande do Sul, o que tornaria indistintas, no país, as situações de “rebelião” e de “estado de guerra”; e a que definição de “exército” se referia especificamente o artigo. Particularmente para os críticos do projeto, a formulação do art. 2º deixava dúvidas quanto à concepção de exército que o embasava, cabendo ao governo esclarecer se o texto do artigo se referia exclusivamente às tropas de primeira linha em campanha no Rio Grande do Sul, ou se, para além dessas, incluía também os membros do exército estacionados em quaisquer outras províncias do país, bem como os guardas nacionais destacados para o sul, e se, finalmente, poderia aplicar-se, ainda, aos rebeldes que tivessem pertencido ao exército previamente à revolta.

Haja vista as indefinições presentes no artigo, as questões propostas pelos deputados buscavam, antes de mais nada, estabelecer limites precisos à atuação do governo. Questionando continuamente o alcance de seu texto, os representantes buscavam evitar que as latitudes da medida dessem lugar a arbítrios como os praticados pelo general Andréa no Pará, onde a instalação de uma indefinida lei marcial permitira ao presidente agir a seu bel-prazer, incontestado, inclusive, pelo governo central.

Para um deputado como Henriques de Rezende, por exemplo, os principais riscos advindos da aprovação do artigo 2º residiam no fato de, por meio dele, querer-se fazer “desaparecer a diferença que ha entre guerra estrangeira, e rebelião e sedição, o que não constitue estado de guerra”. Na opinião do deputado, portanto, o texto do artigo, tal como redigido, abria no país a possibilidade de “declaração da lei marcial”, a qual, por não estar contemplada no substrato legal do Império, demandava, no mínimo, uma proposição legislativa que seguisse caminhos parlamentares distintos daqueles da lei especial que se vinha discutindo⁹⁵.

Elencando, por sua vez, uma série de questões à real extensão do artigo, Jeronymo Francisco Coelho dizia estar provendo aos seus autores a oportunidade de explicarem o “pensamento honesto” pelo qual quiseram se exprimir, “o qual infelizmente não se acha explícito no artigo, mas envolvido com doutrinas aparentemente odiosas”⁹⁶.

⁹⁵ APB-CD, sessão de 22 de setembro de 1838; p. 541.

⁹⁶ Idem; p. 543.

Primeiramente cumpre definir o que se quer entender por leis militares em tempo de guerra. Por leis militares em tempo de guerra podem-se entender tanto as disposições escriptas, as determinações imperiosas feitas pelo poder legislativo, como as praticas e estylos da guerra que não estão exaradas nas leis militares; neste caso, de que espécie são as leis militares de que trata o artigo? Será promiscuamente de uma e de outra? Está persuadido que não foi o pensamento dos nobres ministros incluir a segunda espécie, mas pôde se dar esta intelligencia ás palavras - leis militares em tempo de guerra – e então teremos de considerar os rebeldes como membros de uma nação a quem combatemos [...] ⁹⁷.

Para o deputado, portanto, tratava-se de esclarecer, antes de mais de nada, se a expressão “leis militares em estado de guerra” referia-se à aplicação de medidas de exceção legalmente previstas no país e autorizadas pelo poder legislativo, ou se dizia respeito, pelo contrário, a uma atuação indiscriminada, pautada unicamente pelas “praticas e estilos de guerra”, tendo como horizonte unicamente a salvação do Estado.

As demais dúvidas elencadas por Coelho, que era brigadeiro do Exército, voltavam-se, por sua vez, a esclarecer o entendimento de “exército” implícito ao artigo. Consoante o deputado, a referência evasiva do art. 2º dava lugar a que, em caso de rebelião em uma província específica do país, as leis de guerra fossem aplicadas ao conjunto do exército nacional, uma vez que este conformava um único corpo, ainda que “derramado” por diferentes regiões. Criticava, portanto, a possibilidade de que, por meio da aprovação deste artigo, “leis que determinam que o sentinela que dormir no seu posto, seja punido de morte” fossem aplicadas ao conjunto das tropas nacionais.

Ademais, dizia o deputado, cabia esclarecer se também os guardas nacionais destacados para combater a rebelião estariam sujeitos às penas impostas ao exército. Para tal definição, no entanto, era fundamental compreender se a província do Rio Grande do Sul ficava declarada, ou não, em “estado de guerra”, uma vez que a lei de criação da Guarda Nacional previa que os corpos destacados “em serviço de guerra” no país, ficassem sujeitos ao mesmo regulamento e disciplina do Exército de linha. “Ora”, dizia Coelho, ficando o exército sujeito, por meio deste artigo, “a leis que podem se chamar de morte”, ficariam os 4 mil guardas nacionais que o governo estava autorizado a destacar para os pontos de rebelião, sujeitos a essas mesmas leis? “Não haverá outro meio de conservar em torno de nossas bandeiras, os defensores da lei, senão com o freio da morte?”, perguntava-se o deputado.

Respondendo às primeiras colocações de Coelho, Sebastião do Rego Barros, ministro da Guerra do Império, buscou esclarecer, antes de mais nada, que o artigo

⁹⁷ Idem. Ibidem.

não implicava a declaração do território sul rio-grandense, ou de qualquer outro território do país, em “estado de guerra”. Consoante o ministro, tal disposição não se encontrava em absoluto na redação do artigo que tinha por finalidade única “pôr em execução a legislação militar para o exercito, no caso de rebelião”. Advinha daí também, a inexistência do “inconveniente ponderado pelo nobre deputado, de se tratar os rebeldes como inimigos externos, como de uma nação independente”.

Em acordo com o ministro da Guerra, portanto, o artigo previa unicamente que, nos casos de rebelião, fossem aplicadas, aos membros do exército, as leis militares previstas para o tempo de guerra, diferente da legislação militar regular somente no que tangia às penas, mais árduas que as previstas para os tempos de paz.

Já em relação aos indivíduos incursos no artigo, Rego Barros declarava que, para além das tropas estacionadas nas províncias rebeladas, também os militares de outras localidades, “por exemplo, do Rio de Janeiro, Bahia ou Pernambuco”, que desertassem para os rebeldes, deveriam ser punidos em acordo com tal lei, bem como os guardas nacionais destacados, mas não todo o contingente do exército nacional.

Tratando especificamente das guardas destacadas, o ministro afirmaria que, se os guardas nacionais que estivessem “no **theatro da guerra**” gozavam das mesmas regalias e vantagens dos militares, “também como elles se devem sujeitar às leis militares”⁹⁸. O que a afirmação de Rego Barros dava a entender, portanto, é que as províncias rebeladas no país estavam sendo consideradas em “estado de guerra”, o que contradizia diretamente suas afirmações anteriores.

Daí o inconformismo de Coelho com as respostas fornecidas pelo ministro, que, para além de incorrerem em manifestas contradições, apenas esclareciam, em sua opinião, as “intenções” que tivera o governo na proposição daquele artigo. Consoante o deputado, contudo, devendo a lei ser executada “não segundo as intenções de quem a propôz, mas segundo a sua disposição litteral”, de nenhum peso eram as razões fundadas nas intenções do governo. Para além disso, o representante pela Bahia chamava a atenção ao fato de o projeto em discussão ter sido apresentado por Vasconcelos e Rego Barros na condição de deputados, e não de ministros do governo, fazendo ainda menos sentido, nesse caso, que a compreensão desejada pelo governo fosse levada em conta. Coelho reivindicava, assim, que o artigo limitasse explicitamente sua aplicação ao exército em operação nos locais em rebelião, devendo

⁹⁸ Idem; p. 544. Grifo meu.

ser reformulado de maneira que não desse a entender o reconhecimento de um “estado de guerra” nas províncias rebeladas⁹⁹.

Várias das contradições apontadas por Coelho seguiriam presentes nos discursos pronunciados em defesa do artigo, particularmente no tocante à incursão dos guardas nacionais destacados nas mesmas punições previstas aos militares da 1ª linha, reivindicada nas falas de deputados como Manuel Ignacio de *Carvalho de Mendonça* (militar, eleito por Pernambuco) e Carneiro Leão.

Para estes representantes, havia uma série de desvantagens e perigos em estabelecer-se uma disciplina diferenciada aos soldados da guarda nacional chamados para coadjuvar a 1ª linha, cabendo preservar o país de tais riscos. Consoante Carneiro Leão, por exemplo, o estabelecimento de penas mais rigorosas “em tempo de guerra”, ou quando “o paiz está em circumstancia de debellar uma rebelião”, era de suma utilidade e conveniência, lembrando ainda ao plenário que também os rebeldes aplicavam severas punições aos crimes militares praticados em suas fileiras, punições estas que, ademais, não se encontravam cercadas “das formalidades e delongas, a que dão lugar os nossos tribunaes”. Nas palavras deste representante:

Se a estas delongas se ajuntasse o estabelecimento de penas menos severas, tornar-se-hião completamente inúteis, e baldados seriam os esforços da nação para debellar uma **guerra**, que por ser civil, não deixa de ser mais assoladora, do que talvez fosse uma guerra com alguma nação estrangeira que não estivesse em circumstancias de nos incomodar muito.¹⁰⁰

Ademais, para Carneiro Leão, a distinção reivindicada por parte dos deputados, entre os soldados estacionados no Rio Grande e os que estivessem em outras províncias, parecia-lhe desvantajosa e desaconselhável. Na opinião do deputado, o exército que deveria combater os rebeldes era não apenas aquele em operação, mas todo aquele disponível a acudir os pontos rebelados do país, “e para este fim é necessário que conserve a mesma disciplina rigorosa; do contrario não poderá preencher os seus deveres”.

Falando na sessão de 24 de setembro, Martim Francisco declarou-se resolutamente contrário ao projeto, articulando seu discurso de modo a destacar as inúmeras contradições presentes em suas disposições. Afirmou, assim, ter votado

⁹⁹ Foi redigida nesse sentido a emenda proposta pelo deputado e por Antonio Carlos de Andrada Machado e apresentada na sessão de 22 de setembro, em acordo com a qual: “No caso de rebelião, nos delictos militares cometidos no lugar della, se applicará aos indivíduos da 1ª linha do exercito a respectiva legislação criminal, como se o delicto fora praticado em tempo de guerra. – *Andrada Machado. – Coelho.*”. APB-CD, sessão de 22 de setembro de 1838; p. 545.

¹⁰⁰ Idem; p. 546. Grifo meu.

contra seu artigo 1º, do mesmo modo que se opusera às leis de suspensão aprovadas em 1836 e 1837 no país, pois que, em sua opinião, “a posteriori esta suspensão não tem servido senão para aumentar as desgraças do Brazil”. Ademais, dizia o deputado, não lhe parecia que a autorização que aquele artigo fornecia à imposição indiscriminada da pena de degredo por autoridades incompetentes, conformasse a suspensão de uma formalidade.

Tratando especificamente da exclusão do Pará da renovação da suspensão de garantias, afirmou considerá-la benéfica, ironizando, contudo, a necessidade que havia de sua aprovação, ou desaprovação, pelo governo e Assembleia, enquanto durasse a presidência de Andréa.

Achei judiciosa a exclusão do Pará; e seria bom que se dissesse – desta suspensão de garantias fica excluído o Pará, enquanto durar o presidente Andréas [*sic*]: – porque de certo, para este homem não ha necessidade de suspensão de garantias; para o homem que mata os prisioneiros, que os entulha no porão de um navio, e vem depois dizer á assembléa provincial – livre de facinorosos o território do Pará – , para este homem não ha precisão de suspender as garantias; conserve-se o homem, que as garantias estão suspensas.¹⁰¹

Adentrando pela análise do art. 2º, recusou, já de início, o argumento de que “em tempo de guerra” todas as nações recorriam à execução de leis militares. Afinal, dizia o deputado, ainda que fosse esse o procedimento padrão em tempos de guerra, o Brasil não havia declarado guerra em porção alguma de seu território, cabendo cuidar em distinguir a legislação existente para as rebeliões, daquela existente para a guerra¹⁰². Para Martim Francisco, portanto, o recurso às disposições previstas pelo art. 2º presumiam necessariamente uma declaração de guerra inexistente no país, ficando desautorizadas, portanto, a sujeição dos guardas nacionais à disciplina do exército ou, ainda, a imposição das “leis militares” aos rebeldes capturados. Consoante o deputado, aplicando-se aos rebeldes que eram militares punições como o fuzilamento, resultaria daí que também os prisioneiros dos rebeldes seriam prontamente fuzilados, levando o país a um verdadeiro estado de “canibalismo”.

Vê-se, então, o modo como as indefinições desse artigo davam espaço a elucubrações de todo tipo, com os opositores da administração apontando, a todo momento, a uma espécie de desejo velado do governo pela admissão de um “estado

¹⁰¹ APB-CD, sessão de 24 de setembro de 1838; p. 554.

¹⁰² Reafirmando seus pontos de vista na sessão do dia seguinte, Martim Francisco afirmaria que, para ele, era novidade aplicar-se as “leis militares do tempo de guerra ao estado de rebelião”, declarando-se persuadido de que o artigo, “pelo menos” estava mal pensado ou mal redigido, pois que eram latentes as suas contradições. APB-CD, sessão de 25 de setembro de 1838; p. 563.

de guerra” nas províncias rebeladas, que lhe permitisse agir independentemente das amarras legais, situação que, ademais, não parecia tão distante assim da realidade. Vale a pena destacar, nesse sentido, que, ao longo dos debates do art. 2º do projeto, Rego Barros informou à Câmara que a doutrina nele reivindicada já havia sido aplicada no país anteriormente, afirmando, nesse sentido, que “um governo menos escrupuloso poderia tê-la executado” sem sequer recorrer à opinião dos legisladores nacionais¹⁰³.

Ainda pela sessão de 25 de setembro, Antonio Carlos, Martim Francisco e Clemente Pereira discursaram em oposição ao art. 2º, defendido, por sua vez, por Joaquim Nunes Machado (eleito por Pernambuco) e Antonio Navarro de Abreu (representante pela província de Mato Grosso)¹⁰⁴. O artigo acabou aprovado nesta mesma sessão, rejeitando-se as emendas apresentadas à Casa e adotando-se, afinal, o projeto como um todo¹⁰⁵, cuja redação final (mantida idêntica à originalmente apresentada) foi lida e aprovada para passar à análise do Senado na sessão de 27 de setembro de 1838¹⁰⁶.

Entre a aprovação deste projeto pelos deputados nacionais e o início de suas discussões no Senado, o periódico *O Parlamentar* dedicou os artigos de capa de três

¹⁰³ Nas palavras do ministro, portanto, o reconhecimento desta doutrina em nada alterava “a legislação existente, ella não faz com que os paisanos se sujeitem á legislação militar em tempo de guerra, quando o território é declarado neste estado, mas unicamente os militares”. APB-CD, sessão de 24 de setembro de 1838; p. 556. Também Carneiro Leão comentaria o precedente apontado pelo ministro da Guerra, afirmando que, ainda que houvesse alguma divergência entre os militares sobre esse assunto, “ao conselho supremo militar não pareceu necessária medida legislativa que declarasse serem as circunstancias actuaes precisas para se applicarem aos delictos militares, as leis estabelecidas para o tempo de guerra”. Consoante o deputado, no entanto, o ministro da guerra, “por escrupuloso”, havia julgado necessária tal consulta no caso atual. Idem; p. 557.

¹⁰⁴ Falando nessa ocasião, Clemente Pereira parece ter se oposto com veemência à aprovação daquele artigo, despertando, com suas interpelações ao ministério, a fúria de Vasconcelos. Em nota publicada na edição de 28 de setembro de 1838, os redatores da *Aurora Fluminense* comentariam os diálogos travados entre os deputados. Consoante o periódico: “o paiz folgará de saber, que o Sr. Clemente Pereira protestou com energia contra aquella medida de terror, e ainda mais, que perguntou ao Sr. Ministro da Justiça, si por ventura pretendia generalizar as leis de sangue por todas as provincias. A esta interrogação o Sr. Ministro mostrou-se inflamado de uma cólera tal, que jamais mostrara em todo o longo decurso da sua vida parlamentar; e interrompeo o orador dizendo-lhe, que semelhante linguagem era digna do autor do *código sem penas*, alusão esta feita a um projecto de código criminal outr’ora offerecido pelo orador, e notável pela doçura de suas penas”. Ainda em acordo com os redatores, o belicoso enfrentamento entre Clemente Pereira e Vasconcelos testemunhado no plenário da Câmara era mais um prova de quão longe Vasconcelos parecia disposto a ir na execução de sua política de sangue, reconhecível também nas províncias da Bahia e do Pará.

¹⁰⁵ APB-CD, sessão de 25 de setembro de 1838; p. 564. Na sessão de 26 de setembro, quase duas dezenas de deputados pediram a inserção de suas declarações de voto nas atas da sessão, manifestando-se contrários, ou bem ao projeto como um todo, ou especificamente a seu art. 2º. Votaram contra ambos os artigos os deputados “Montezuma, Ribeiro de Andrada, Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, Limpo de Abreu, Andrada Machado, T. B. Ottoni, P. de Alcantara, Carvalho, Baptista Caetano de Almeida, A. da Costa Pinto, Álvares Machado, Castro e Silva, Ferreira de Castro e Pontes Vergueiro”. Contra o art. 2º, por sua vez, manifestaram-se Gomes Ribeiro e Ferreira Penna.

¹⁰⁶ APB-CD, sessão de 27 de setembro de 1838; p. 580.

edições seguidas à sua análise¹⁰⁷. Neles, examinou a forma de apresentação e as diferentes prescrições do projeto, identificadas como verdadeiras provas do despotismo do ministério de 19 de setembro, condenando a Câmara por sua aprovação e rogando aos senadores que o rejeitassem.

O primeiro dos artigos, publicado na edição de 29 de setembro, dedicou toda sua primeira parte à análise da apresentação do projeto por Vasconcelos e Rego Barros, na qualidade de deputados, e não ministros. Apontou, assim, ao fato de que as previsões do texto pressupunham o domínio de informações de que apenas o governo poderia dispor, tais como o conhecimento das circunstâncias específicas vividas no Rio Grande do Sul, os detalhes da aplicação anterior do §35 naquele território e, conseqüentemente, a avaliação quanto à necessidade de se manter, ou não, ali, a suspensão de garantias. Consoante os redatores, tais informações eram indispensáveis à prorrogação proposta pelo art. 1º do projeto e prescindir delas, como havia prescindido a Câmara dos deputados, “além de dever tirar toda a força moral da lei, he mais um testemunho do pouco apreço, com que se tratão os negocios de maior transcendencia, e com que se zêla a liberdade, e segurança individual dos cidadãos brasileiros”¹⁰⁸.

Os redatores ressaltavam, ademais, o fato de o projeto recém-aprovado na Câmara dos deputados configurar o primeiro exemplo, na história brasileira, de uma lei de suspensão que não havia sido iniciada pelo poder Executivo, lamentando então que tal mácula recaísse sobre o legislativo nacional. Reconhecendo, em tal procedimento, mais uma das contradições em que vinha caindo o ministério de 19 de setembro, os redatores lembravam que, quando na oposição, os membros do gabinete agora em exercício haviam enfatizado, em diversas oportunidades, que o governo deveria tomar para si a iniciativa dos negócios mais graves, agindo agora em total desacordo com tal premissa.

Tratando da gravidade inerente à matéria do projeto, lembravam seus leitores dos arbítrios e abusos praticados na execução da lei de suspensão de garantias no Rio Grande do Sul (abordadas em edição anterior do próprio *O Parlamentar*), desautorizando sua eficácia no controle da rebelião ao sul do país: “Quem não sabe que essas leis tem servido mais de instrumento de perseguição, e de vingança, do que de meio de segurança, e pacificação?”. Para os redatores do artigo, a ausência de

¹⁰⁷ *O Parlamentar*, nºs 98, 99 e 100, respectivamente publicados em 29/09/1838, 03/10/1838 e 06/10/1838.

¹⁰⁸ *O Parlamentar*, nº 98 – 29/09/1838; p. 401.

transparência do governo no que tangia à sua atuação no sul, configurava mais uma maneira de manter na ignorância os parlamentares, “enquanto se lhes arranca um voto cego”.

Se a doutrina do art. 1º do projeto parecia, portanto, “monstruosa”, do art. 2º, os redatores diziam reunir “ferocidade e inépcia”.

A ferocidade, porque só a triste necessidade da guerra, póde desculpar a barbaridade da legislação militar, que prevalece em taes tempos, e não estando nós actualmente em guerra, não ha motivo algum plausível, para declarar em vigor contra o exercito a legislação militar; que regula para a guerra. A ferocidade, porque o artigo sujeita a guarda nacional á mesma legislação. [...] E note-se mais que a doutrina do artigo comprehende não só as praças de primeira linha, e da guarda nacional, que estiverem na província rebelada, como também aquellas que se acharem em serviço em qualquer outro ponto do império. O – *será fuzilado* – dos artigos de guerra hirá procurar, e dar cabo de todos sem distincção do lugar, onde elles possão existir!¹⁰⁹

Por meio de tais denúncias, o ministério de 19 de setembro era taxado, portanto, de não saber governar o país senão por meio do terror, tornando ainda pior a já difícil situação vivida no sul.

Nos artigos subsequentes, por sua vez, publicados respectivamente a 3 e 6 de outubro de 1838, os redatores d’*O Parlamentar* se dirigiram diretamente aos senadores nacionais, buscando convencê-los a não votar pelo projeto tendo em vista seus inúmeros desacordos legais. Num apelo bastante curioso aos representantes vitalícios, para dizer o mínimo, afirmaram que, recusando tal projeto, os senadores teriam a chance de mostrar ao Brasil que não conformavam “humana excrescência inútil, ou prejudicial no nosso sistema social”.

No que tange, assim, ao artigo 1º do projeto sob análise, procuraram demonstrar a ilegalidade inerente às muitas prorrogações porque vinha passando a lei de suspensão de garantias prevista ao Rio Grande do Sul, bem como o desacordo legal de que, já por duas vezes, se tivesse findado o prazo da suspensão de garantias sem que tivessem sido processados os indivíduos contra os quais se havia procedido na província. Já no que tangia ao artigo 2º, taxavam-no de inconstitucional por pressupor a suspensão, não de formalidades que garantiam a liberdade individual, mas sim das penas decretadas pela legislação geral contra o exército, ultrapassando, portanto, os limites do §35 do art. 179. Ademais, consideravam que o artigo feria a Lei da Regência por restituir ao poder Executivo a “atribuição de exercer as faculdades concedidas pelo art. 179 §35 da constituição”, e mais ainda, por conceder àquele

¹⁰⁹ Idem; pp. 401-402.

poder uma atribuição que sequer Assembleia legislativa possuía, qual fosse, o de alterar excepcionalmente a legislação militar. Por fim, diziam os redatores:

[...] violou-se ainda a constituição pelo facto de investir-se o governo de huma tal faculdade, não como medida provisória, e indispensavel, nos termos do já mencionado artigo da constituição, mas como attribuição permamente. E tudo isto foi feito e decidido por huma resolução!! Seja-nos licito agora perguntar, quaes serão os effeitos prováveis de hum tal projecto, se desgraçadamente elle fôr adoptado pelo senado, aonde ainda devem repousar algumas esperanças? Ha quem diga que a lei revestida de certas formulas, he isenta de tyrannia, e que lei e tyrannia são idéas que se excluem, e destróem. Nós não compartimos esta opinião, e antes cremos que o *arbitrário* se acoberta muitas vezes com hum véo legal, sendo a lei neste caso muito mais tyrannica que o *arbitrário*, por isso mesmo que ella o sanciona, e consagra.¹¹⁰

A despeito da campanha de seus opositores na imprensa, o projeto rapidamente passou por 1ª e 2ª discussões na Câmara alta, aos 8 de outubro de 1838, sendo aprovado, em 3ª discussão, no dia 11 do mesmo mês. Nesta ocasião, a abordagem do assunto por parte dos senadores e, particularmente, pelo ministro Vasconcelos, revelou, uma vez mais, pontos de interesse à elucidação do modo como a medida de suspensão de garantias e, neste caso, a possível adoção de “leis militares para o estado de guerra”, foram, então, entendidas por membros do Parlamento e do governo nacional¹¹¹.

Nos debates travados sobre o art. 1º, diferentemente do que ocorrera na Câmara, as objeções dos representantes vitalícios voltaram-se menos à questão da suspensão de garantias em si, e mais à renovação da medida de anistia, que senadores como o visconde de S. Leopoldo e José Saturnino da Costa Pereira afirmaram considerar contraproducente, por passar aos rebeldes uma mensagem de conivência que não era do interesse do país.

Algumas dúvidas, no entanto, foram lançadas pelos senadores à exclusão do Pará da prorrogação da suspensão de garantias, levando Vasconcelos a se pronunciar sobre a situação daquela província. Respondendo a tais perguntas, ministro esclareceu que, na opinião do governo, a província se encontrava já pacificada, cabendo proceder-se, no ano que corria, unicamente ao julgamento de seus presos. Ao longo deste ano, enfatizava Vasconcelos, seguiria vigente no Pará a lei de suspensão de garantias publicada em março pelo presidente Andréa, parecendo-lhe desnecessária a previsão de extensão de sua vigência por ainda outro ano.

¹¹⁰ *O Parlamentar*, nº 100 – 06/10/1838; p. 410.

¹¹¹ Ausentes dos lacunares *Anais do Senado*, as discussões travadas na Câmara alta na sessão de 11 de outubro de 1838 foram publicadas pelo periódico *O Sete d'Abril* e acompanhadas por nós por meio desta publicação. *O Sete d'Abril*, nº629 – 02/11/1838; pp. 1-2

Consoante o ministro, os julgamentos dos rebeldes da Cabanagem seriam realizados por tribunais ordinários, uma vez que não se tivera tempo de discutir, nas últimas sessões parlamentares, a medida de criação de tribunais especiais para os réus pronunciados pelos crimes de “sedição, rebelião, resistencia e homicídio nas províncias rebeladas”. Como vimos anteriormente, a proposição de tal medida, pelo governo, em agosto de 1836, respondera diretamente às demandas de Andréa por alterações na legislação concernente ao julgamento dos crimes políticos no país, sem que, contudo, a discussão tenha avançado no legislativo, seja em 1836, seja em agosto de 1838, quando o governo mais uma vez tentou levar adiante a mudança¹¹².

Seguindo em seu discurso, Vasconcelos afirmou então que, reconhecendo o presidente Andréa “a dificuldade de obter a satisfação da justiça em casos taes pelos Tribunaes ordinários, tem recusado, **como lhe permite a lei da suspensão das garantias**, submeter ao Jury os réos pronunciados por taes crimes”¹¹³. Era, no mínimo, curiosa a afirmação do ministro, uma vez que nenhuma das disposições da lei de 22 de setembro de 1835, ou do decreto de 12 de outubro de 1837, admitia que o presidente da província recusasse aos réus um julgamento na conformidade do Código de Processo Criminal. É possível conjecturar, no entanto, que, ao citar a “lei de suspensão de garantias” vigente no Pará, Vasconcelos estivesse se referindo, em verdade, ao “estado de guerra” decretado na província por Andréa, o qual, ao admitir a imposição de um julgamento militar aos rebeldes (considerados militares pelo presidente, como vimos), justificava que os réus não fossem submetidos a um julgamento por jurados.

Respondendo, na sequência, a uma objeção de Holanda Cavalcanti (que não consta dos *Anais* do Senado nem dos periódicos da época), o ministro da Justiça voltou a se manifestar sobre o Pará, afirmando:

O atual Gabinete, desde que tomou conta da Administração, tem observado pontualmente a Lei sobre a suspensão das garantias. No Pará não foi esquecida a execução da lei sobre a suspensão de garantias; mas estando em continuados combates as forças ali destacadas, entendeu-se que o estado do Pará era o estado de guerra (devendo contudo notar-se que este acontecimento é anterior à atual Administração); **e que, não se podendo, em tal estado, executar as Leis ordinárias, deixava também de ter exercício a lei que autorizava a suspensão das garantias**; porém daí não se segue que não estivessem de fato ali suspendidas algumas garantias. Mas devo declarar que não estando habilitado para interpor o meu juízo a respeito dos acontecimentos anteriores à minha administração só respondo pelo que tenho praticado.¹¹⁴

¹¹² Ver nota 77 deste subcapítulo 4.2.

¹¹³ *O Sete d'Abril*, nº629 – 02/11/1838; pp. 1-2; p. 1. Grifo meu.

¹¹⁴ Idem. Ibidem.

É possível inferir que Holanda Cavalcanti, que se declarou contrário a ambos os artigos do projeto, questionasse a própria utilidade da medida de suspensão de garantias, destacando, para tanto, sua não aplicação na província do Pará nos anos antecedentes, bem como suas indefinições legais. Tal inferência advém também da fala seguinte de Vasconcelos, que se dedicou não apenas a descrever ao senador pernambucano as determinações do §35 do art. 179, afirmando considerá-las bastante claras e evidentes, mas também a defender que a simples declaração de tal medida, ainda que não executada, era suficiente para inibir algumas atitudes.

Da fala de Vasconcelos, no entanto, salta aos olhos, uma vez mais, a naturalidade com que o ministro da Justiça se pronunciava acerca do “estado de guerra” proclamado por Andréa no Pará, chancelando tal atitude a despeito da ausência de qualquer base legal que a justificasse. Por meio de seu discurso, portanto, não apenas anuía com a declaração de um “estado de guerra” no Pará, como atribuía significados jurídicos àquela decisão, dando conta de um pretenso impedimento, pelo período de sua vigência, da execução das leis ordinárias e extraordinárias no país, incluída aquela de suspensão de garantias.

As polêmicas afirmações de Vasconcelos não impediram que o artigo 1º fosse prontamente aprovado pelos senadores, passando-se, então, às discussões sobre o art. 2º do projeto. Destas, vale destacar, uma vez mais, os enfrentamentos travados entre Vasconcelos e Holanda Cavalcanti, em meio aos quais o ministro da Justiça acabou por admitir o quão nebulosa era, inclusive para os altos escalões militares do país, a discussão sobre o estado de guerra e a aplicação, ou não, das leis militares

Respondendo, assim, a questionamentos de Holanda Cavalcanti quanto aos significados atribuídos pelo governo às tais “leis militares em tempo de guerra” e seus efeitos e exceções, Vasconcelos elencou as dúvidas formuladas em altos tribunais do país no tangente à questão. Revelou, assim, que o Supremo Tribunal de Justiça hesitava quanto à legalidade da aplicação das leis militares para o tempo de guerra nas províncias rebeladas, e que, no Conselho Supremo Militar, havia dois entendimentos distintos sobre a questão:

O Conselho Supremo Militar entende que todas as vezes que é necessário empregar força para ser a autoridade respeitada, dá-se o estado de guerra, mas alguns votos no mesmo Conselho Supremo Militar limitam o estado de guerra à província em que tem sido suspensas as garantias.¹¹⁵

¹¹⁵Idem. Ibidem.

Consoante Vasconcelos, o Governo não teria encontrado disposição legal alguma que regulasse a aplicação da legislação militar para uma situação de rebelião como a que se encontrava o Rio Grande do Sul, a qual, se não configurava “estado de paz”, tampouco podia ser definida como “estado de guerra”. Assim, deixava-se ao Legislativo nacional a decisão sobre a questão, propondo a formulação estabelecida no artigo 2º do projeto; isto é, de que nos casos de rebelião (tal como definida no Código Criminal) se pudesse mandar observar as leis militares para o tempo de guerra no Exército do Brasil.

Nas palavras do ministro:

A diferença de uma a outra legislação é somente nas penas; porque estas em tempo de paz são mais brandas do que em tempo de guerra: as **Autoridades militares** tem reconhecido a necessidade de se por em vigor a legislação militar do tempo de guerra nas províncias rebeladas; e tem pedido aos Presidentes de Províncias que ela se aplique durante a **guerra civil**. Tem-se reconhecido que a medida é indispensável para manter a disciplina nos corpos militares, e para chamar à obediência os sediciosos e rebeldes: para esse fim o Governo propôs na Câmara dos deputados a providencia do artigo 2º. Pode acontecer que não seja necessário executar esta disposição, mas convém sem duvida que o Governo esteja autorizado para os casos em que essa medida seja indispensável.¹¹⁶

Para Holanda Cavalcanti, a resposta de Vasconcelos não fizera mais do que elencar as dúvidas existentes sobre a questão, não contribuindo em nada ao esclarecimento do problema. Na opinião do senador pernambucano, inclusive, eram justamente tais hesitações que deveriam afastar o Governo e o Legislativo de anuírem com a aplicação daquela medida, uma vez que dela poderiam resultar graves “embaraços” ao país.

Vasconcelos e Holanda Cavalcanti ainda seguiram discutindo questões concernentes à aplicação dessa medida, perpassando pontos como o das autoridades responsáveis pela imposição das penas dos artigos de guerra e sobre como deveriam ser os julgamentos em tais casos. Em meio a essas discussões, a medida prevista pelo artigo 2º foi mobilizada em oposição e em defesa da administração em exercício, com Vasconcelos defendendo-se prontamente das acusações de que as leis sob análise eram leis de exceção¹¹⁷.

Julgado suficientemente discutido, o artigo 2º foi aprovado, assim como o art. 3º do projeto (“Ficção revogadas todas as leis &c.”), originando, após promulgação regencial, o Decreto nº 61 de 24 de outubro de 1838. Neste decreto, os três artigos

¹¹⁶ Idem. Ibidem.

¹¹⁷ Idem; p. 2.

aprovados pelo Parlamento apareceram exatamente como originalmente propostos na Câmara, ao passo que, no tocante ao artigo 2º, um “Regulamento” publicado na mesma data declarou os casos específicos em que teria lugar “a legislação militar **vigente em tempo de guerra**”¹¹⁸. O próprio título do Regulamento, portanto, revelava que, se este documento tinha por finalidade circunscrever com maior precisão o problema, pouco contribuiria às recentes polêmicas parlamentares, levantadas justamente em torno da admissão, ou não, pelo art. 2º do agora Decreto nº 61, de um estado de guerra ao sul do Brasil.

Em acordo com o Regulamento, enfim, a aplicação das leis militares, “que regulam em tempo de guerra”, ficava limitada:

- 1º. Àquela parte do Exército estacionada nas Províncias, que se acham, ou se houverem de achar em estado de rebelião.
- 2º. Àquela parte de Exército, que se achar em Províncias, que forem invadidas por forças rebeldes.
- 3º. Àquela parte do Exército, que tiver ordem de marchar para algum dos pontos acima designados.¹¹⁹

É razoável supor que a opção do poder Executivo por publicar este Regulamento estivesse diretamente relacionada às polêmicas que a proposta do artigo 2º gerara na Assembleia, bem como à campanha de oposição empreendida por alguns setores da imprensa nacional, fatores que teriam empurrado o governo, em certa medida, a circunscrever, ou ao menos tentar circunscrever, os limites expressos do recurso às leis militares, fora de tempo de guerra, no país.

O crescimento das críticas à atuação do ministério de 19 de setembro nas províncias rebeladas se dava paralelamente a uma oposição cada vez maior a diversos outros pontos de sua administração. Ao longo do mês de outubro de 1838, a confirmação da vitória de Araújo Lima para o cargo de regente parece ter iniciado um atrito sem volta entre o ministério e o regente, resultando na troca do gabinete, em abril de 1839¹²⁰. Na nova configuração ministerial, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque assumiu as pastas do Império e da Justiça, Cândido Batista de Oliveira a Fazenda e os Negócios Estrangeiros, e Jacinto Roque de Senna Pereira a Marinha e a Guerra.

Pelos últimos meses de 1838, as vozes opostas à “política de sangue” ou “política de terror” do Ministério de 19 de setembro, particularmente no que tangia à

¹¹⁸ “Regulamento nº 23 – de 24 de outubro de 1838. Declarando os casos em que tem lugar a Legislação Militar vigente em tempo de Guerra”. *CLIB de 1838*. Tomo I. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839; p. 154.

¹¹⁹ Idem. Ibidem.

¹²⁰ Paulo Pereira de Castro. Op. cit; p. 75.

sua atuação nas províncias rebeladas, ainda se fez ouvir na imprensa nacional. Artigos publicados n' *O Parlamentar*, de 27 de outubro, e na *Chronica Maranhense*, de 10 de novembro deste ano, conectaram diretamente o recurso ao §35 aos arbítrios desse gabinete, reforçando o argumento de que, ante a patente inutilidade da medida, a insistência do ministério em sua aplicação só poderia estar ligada a objetivos que não residiam na pacificação das províncias.

Consoante *O Parlamentar*:

Qual será o brasileiro tão destituído de senso commum que se persuade que taes medidas podem justificar-se unicamente pelo motivo da rebelião na província do Rio Grande do Sul? Se para pacificar huma provincia fossem indispensáveis meios, e sacrificios tão penosos, não podia offerecer-se hum testemunho mais publico e solemne de que os brasileiros não sympathisão com as instituições politicas do seu paiz, nem revelar com menos rebuço a aproximação de huma crise, cujo desfecho não seria licito calcular.¹²¹

Já o *Chronica Maranhense* retomaria o estado deplorável da província do Pará sob a administração de Andréa, expondo fatos como a lotação dos navios-prisão ancorados nas proximidades de Belém e o grande número de indivíduos que, falecidos em consequência das péssimas condições dessas prisões, tinham seus corpos lançados ao mar. Seus redatores se declaravam indignados, assim, de que, cientes da situação vigente na província, haja vista (dentre outras comprovações) a própria confissão pública que Andréa fizera de seus crimes, o ministério não tivessem sequer advertido o general, publicando, pelo contrário, seu discurso na abertura da assembleia provincial e elogiando-o abertamente.

Mas não cessemos nós de clamar contra taes crimes, contra taes criminosos, em uma palavra, contra o systema de governo que parece ter-se adoptado; os nossos clamores por fim conseguirão alguma cousa. Se os ministros se não emendarem, esperemos ao menos que a opinião publica mais esclarecida os faça substituir por homens mais dignos, e que achem outros meios administrativos que não sejam o medo e as transacções, tam preconizados pelo actual ministro da justiça.¹²²

Considerando os poucos resultados efetivos da suspensão de garantias e os altos custos políticos cobrados por sua execução, não admira que tal medida caísse cada vez mais no conceito da classe política nacional¹²³. Ante este quadro,

¹²¹ *O Parlamentar*, nº 106 – 27/10/1838; p. 433.

¹²² *Chronica Maranhense*, nº 79 – 10/11/1838; pp. 319-320.

¹²³ Em artigo publicado aos 3 de outubro de 1838, assim se refeririam os redatores d' *O Parlamentar* à manutenção do recurso ao §35 do art. 179 no país: “A suspensão de garantias tem sido huma medida empregada constantemente em diversas rebeliões que tem havido no Brasil, e a experiência tem feito vêr que, longe de produzir bens, ella tem servido unicamente para agravar os males das rebeliões, entretanto que não póde ocultar-se que as rebeliões que foram mais promptamente sufocadas forão as que tiveram lugar no Ouro-Preto em 1833, e ultimamente na Bahia, sendo certo que no primeiro caso

compreende-se melhor o recurso, no país, a uma previsão como a regulada pelo art. 2º do Decreto 61 de 24 de outubro, espécie de teste para a substituição da suspensão de garantias por mecanismos mais efetivos derivados da legislação militar.

No ano seguinte, os deputados rejeitaram duas propostas de suspensão de garantias apresentadas à Casa, legando ao esquecimento também, como veremos, mais um projeto de alteração na legislação processual penal concernente aos crimes de rebelião no país. Ao longo de 1839, os representantes dariam sequência a um discurso que parte dos deputados havia iniciado já em 1838, qual fosse, o de culpar a política do Gabinete de 19 de setembro pela piora da situação no Rio Grande do Sul, inculcando particularmente a medida de suspensão de garantias e as vinganças e arbítrios dela resultantes por tal situação.

Ainda que, ao final de 1839, a prorrogação do §35 na província do Rio Grande do Sul lograsse ser aprovada uma vez mais pelos legisladores nacionais, tratar-se-ia da última ocasião em que uma medida de suspensão de garantias seria chancelada pela Assembleia nacional. Os casos subsequentes de aplicação do dispositivo, os últimos a serem utilizados no país, resultariam, assim, ou bem de decretos do poder Executivo – que, em consequência da maioria de Pedro II, retomou a prerrogativa de recurso ao §35 no país – ou de uma Assembleia legislativa provincial, no caso, como veremos, a Assembleia do Ceará.

4.3. A suspensão de garantias em xeque: o último decreto do Legislativo nacional

O ano de 1839 foi novamente marcado por acirradas disputas políticas em torno da aplicação do §35 do art. 179 no Império do Brasil. Aos 28 de outubro, o país viu aprovada, pela terceira vez consecutiva, a prorrogação da suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 na província do Rio Grande do Sul. Diferentemente dos anos anteriores, no entanto, a extensão dessa medida, em 1839, não parece ter sido encarada como intrinsecamente vantajosa sequer por seus defensores. Afinal, como viemos demonstrando até aqui, os poucos resultados da suspensão de garantias, nas diferentes províncias em que se recorreu a ela, atrelados aos altos custos políticos de sua aplicação, faziam com que a medida fosse cada vez mais desacreditada pela classe política nacional.

não houve suspensão de garantias, e no segundo sómente a houve, depois de extincta a rebelião, por actos da assembléa legislativa provincia. Porque espécie pois de cegueira ha-de ainda o governo insistir pela repetição de huma medida, que tem sido tão prejudicial?!”. *O Parlamentar*, nº 99 – 03/10/1838; p. 405.

Assim, a aprovação do decreto de 28 de outubro de 1839 não deve obliterar o fato de que, paralelamente à prorrogação do §35 no sul do país, outras três propostas de suspensão de garantias (previstas para serem aplicadas nas províncias do Pará, Santa Catarina e Maranhão) foram recusadas, à mesma altura, pelos parlamentares. Ademais, é importante destacar, de saída, que este decreto configurou a última ocasião em que o recurso à suspensão de garantias foi aprovado pelo poder Legislativo na história do Império brasileiro. Em 1841 e 1842, nas duas últimas ocasiões em que se recorreu a esta medida no país, sua aprovação partiu, como dissemos, da pena do poder Executivo que, em decorrência da Maioridade, em 1840, havia recuperado a prerrogativa de sua aplicação nos intervalos de reunião do Legislativo nacional.

A despeito da apaziguadora mensagem emanada do Trono no início dos trabalhos legislativos de 1839 – na qual, admitindo-se a manutenção dos conflitos no Rio Grande do Sul, destacava-se, contudo, o espírito de ordem a reinar no restante do território nacional –, em maio, a conjuntura nacional era já bastante atribulada, com conflitos mais ou menos graves em curso, ou na iminência de estourarem, nas províncias de Santa Catarina, Maranhão, São Paulo, Bahia, Pará e Ceará. Comprovado no Relatório do Ministério da Justiça apresentado neste ano, o incremento das convulsões sociais no país parece ter acendido um alerta nas Câmaras alta e baixa do parlamento nacional, apontando o esgotamento do modelo até então adotado com vistas à pacificação dos conflitos e reposição da ordem interna.

Politicamente falando, o ano legislativo de 1839 também começou bastante atribulado, haja vista as iniciativas de Interpretação do Ato Adicional e de reforma das leis criminais do país, advogados há muito e agora efetivamente sob discussão, no primeiro caso¹²⁴, ou, no caso da reforma do Código de Processo Criminal, prestes a ter seu projeto apresentado para debate (por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, na sessão do Senado de 17 de junho de 1839). Enquanto a Interpretação do Ato Adicional foi discutida, na Câmara alta, em várias sessões de 1839 e 1840, saindo aprovada em maio deste ano, a análise da reforma do Código de Processo foi

¹²⁴ Em julho de 1837, um projeto de Interpretação do Ato Adicional foi apresentado à Câmara dos deputados por Paulino Soares de Souza, Miguel Calmon du Pin e Carneiro Leão. Entrando em discussão apenas no ano seguinte, o projeto foi aprovado pelos representantes temporários, em 3ª discussão, em novembro de 1838, ficando a aprovação final de sua redação, no entanto, para 1839. Os senadores receberam o projeto, por sua vez, unicamente em julho deste ano, analisando seu 1º artigo ao longo de 28 sessões e deixando o restante de seu conteúdo para análise em 1840, mais especificamente, nas sessões de 6 e 7 de maio deste ano. Foi finalmente aprovado em 12 de maio de 1840, como a Lei de Interpretação do Ato Adicional, após reunião conjunta da Assembleia Geral. Erik Hörner. Op. cit., 2010; pp. 86-87.

estrategicamente postergada no país, de modo a não oferecer riscos à aprovação da Interpretação, concretizando-se unicamente em dezembro de 1841, após a queda do Gabinete Maiorista, de que trataremos à frente.

Em meio a tudo isso, a renovação da suspensão de garantias para o Rio Grande do Sul, proposta ao plenário aos 31 de julho de 1839 – sob a chancela do Gabinete que, em meados de abril deste ano, havia substituído o ministério de 19 de setembro de 1837¹²⁵ –, foi efetivamente discutida entre setembro e outubro, já sob uma nova administração¹²⁶. Da mesma forma que nos anos anteriores, também em 1839 as discussões sobre esse tema se imiscuíram nos debates políticos do período, com defensores e opositores da medida articulados a campos opostos da arena política nacional.

Desta vez, no entanto, os debates seriam consideravelmente mais complexos, já que, mesmo para os recentes defensores do §35, a medida já não parecia capaz de trazer melhorias efetivas ao quadro interno nacional. A renovação da suspensão de garantias no Rio Grande do Sul parecia se justificar, assim, quando muito, pela ideia de não se retirar ao governo uma medida de que dispusera até o momento, evitando alterações bruscas pelas quais os deputados pudessem ser futuramente responsabilizados. A despeito disso, era voz corrente na Câmara a ausência de melhorias provenientes da medida, ou mesmo sua nenhuma eficácia na repressão aos revoltosos sulinos.

Já no que tangia às demais províncias, ainda que as novas demandas por suspensão de garantias no Pará, em Santa Catarina e no Maranhão pudessem imprimir a ideia de que bons resultados eram esperados da medida, tratava-se, antes de mais nada, da tentativa de brear a propagação dos movimentos que grassavam esses locais às províncias vizinhas (São Paulo, no caso catarinense, e Ceará e Piauí, no caso do Maranhão), agindo antes como medida de contenção do que como instrumento de repressão. Ademais, como veremos na sequência, tais propostas também podem ser encaradas como espécie de cortina de fumaça do governo, visando a polemizar ao

¹²⁵ O ministério de 16 de abril de 1839 era composto pelos seguintes nomes: Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, à frente das pastas do Império e da Justiça; Candido Batista de Oliveira, titular das pastas da Fazenda e Estrangeiros; e Jacinto Roque de Senna Pereira, ministro da Marinha e da Guerra.

¹²⁶ O chamado Gabinete de 1º de setembro, que substituiu o de 16 de abril, tinha, à frente da pasta do Império, Manuel Antonio Galvão; na pasta da Justiça, Francisco Ramiro de Assis Coelho; como ministro dos Negócios Estrangeiros, Caetano Maria Lopes Gama; na pasta da Fazenda, Manoel Alves Branco; na Marinha, Jacinto Roque de Senna Pereira; e na Guerra o marquês de Lages.

máximo os debates, enquanto se lograva renovar a suspensão das garantias no Rio Grande do Sul.

Passando por severa revisão desde pelo menos o ano anterior, a medida de suspensão de garantias mostrava-se cada vez mais, a seus opositores e, curiosamente, também a seus defensores, como um recurso exaurido e de possibilidades bastante limitadas. Se, entre os primeiros, no entanto, tal constatação implicava unicamente um reforço na resistência à aplicação da medida, entre os segundos parece ter levado à conclusão de que, ou bem a suspensão de garantias se revestia de novos significados e de uma nova roupagem legal, ou bem a classe política se conformava com seus parcos efeitos e seus altos custos políticos, calculando as vantagens ou desvantagens de sua futura aplicação no país.

Ainda que se tenha mantido, assim, a demanda pela aplicação do §35, outros projetos propostos ao longo deste ano deixariam claro que o modelo realmente privilegiado pelos políticos ligados ao Regresso – mas não apenas por eles, como veremos –, passava pela necessária alteração de pontos importantes dos códigos criminal e de processo criminal do país, sem a qual, acreditava-se, o ônus do recurso à suspensão de garantias seguiria superior a seus benefícios.

As propostas e debates parlamentares de julho, agosto e setembro de 1839

Na sessão de 31 de julho de 1839, o então ministro da justiça do país, Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, apresentou à análise da Câmara dos deputados duas importantes propostas, diretamente relacionadas à questão da suspensão de garantias no país. Enquanto a primeira delas previa uma forma específica de julgamento aos presos indiciados nos crimes de “rebelião, sedição e quaesquer outros não afiançáveis”, cometidos por ocasião das revoltas transcorridas nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul, a segunda tratava da renovação, por mais um ano, dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837.

No primeiro caso, a proposta foi justificada pelo governo em razão da necessidade de dar prosseguimento aos processos de “inúmeros presos” implicados nas ditas rebeliões, a fim de que fossem retirados do estado anômalo em que se encontravam – “soffrendo cada um a punição correspondente aos seus crimes, ou sendo restituído ao gozo dos seus direitos, quando justificado, ou innocente” –, sem que se corresse o risco, no entanto, de que fossem julgados por indivíduos diretamente

envolvidos nas revoltas em questão¹²⁷.

Dividido em cinco artigos, o projeto em questão previa que os indiciados nos crimes de rebelião e sedição naquelas províncias fossem julgados pelos juízes de direito das capitais do Pará e do Rio Grande (art. 1º), em processos sumários, “à vista da prova dos autos, com uma só audiência dos réos” (art. 2º). Das sentenças proferidas, “quer absolutórias, quer condenatorias”, deveriam os juízes apelar, *ex-officio* para a relação dos distritos em que se achassem os réus, sendo tais recursos decididos “pela verdade sabida e constante dos autos, concedidos aos condenados unicamente uns sós embargos e os recursos de revista e de graça”. Aos réus que quisessem acompanhar seus processos para a relação dos distritos, garantia-se transporte em segurança e tempo oportuno (art. 4º).

Em seu último artigo, o projeto estabelecia uma norma completamente ao arrepio da lei vigente, consoante a qual os indivíduos absolvidos por falta de provas ou irregularidades dos processos, ficariam sujeitos “à vigilância imediata da polícia”, assinando termo de bem-viver perante o juiz de direito competente, sob pena de prisão de até um ano (art. 5º)¹²⁸. Para além, portanto, de prever toda uma nova configuração ao julgamento dos indiciados em crime de rebelião, com a eliminação do júri e a exclusão do direito ao contraditório e às oitivas, ainda em casos de absolvição, o suspeito seguia vigiado pelo Estado e sujeito à assinatura de termo de bem viver.

Já o segundo projeto apresentado naquela sessão, bastante mais conciso em

¹²⁷ Nas sessões de 15 e 17 de maio de 1839 os deputados já haviam se debruçado sobre o requerimento de 97 indivíduos que, presos no Rio Grande do Sul em 1836, haviam sido enviados a diferentes fortalezas da corte do Rio de Janeiro (após passarem por prisões de terra e porões de navios na própria província do Rio Grande), aonde esperavam, havia já bastante tempo, por uma resolução de sua situação, já que, em sua maioria, não possuíam sequer culpa formada. Reconhecendo como principal impeditivo de seu julgamento a previsão legal de que o mesmo fosse realizado “pelo jury do seu domicílio”, os requerentes afirmavam renunciar daquela garantia, suplicando para que pudessem ser julgados por tribunais e jurados da própria corte ou por qualquer outro juízo, em acordo com as regras que os legisladores houvessem por bem estabelecer. Considerando a matéria digna de apreciação pelos representantes, os membros da comissão de justiça criminal a analisarem o requerimento afirmaram, contudo, que quaisquer deliberações sobre aquele assunto esbarrariam no projeto n. 128 de 1836, cuja discussão, como vimos anteriormente, fora intentada na Casa temporária, sem sucesso, em mais de uma ocasião – vale relembrar, nesse ponto, que para além da iniciativa de emplacar o projeto após sua apresentação e aceitação pelos deputados, respectivamente em 9 e 17 de agosto de 1836, intentou-se colocá-lo novamente na pauta da Câmara nas sessões de 2 e 16 de agosto de 1838. Nas discussões que se seguiram à leitura do parecer da comissão de justiça criminal, que adentraram pela sessão de 17 de maio de 1839, os deputados revelaram as dificuldades inerentes ao pedido dos suplicantes, uma vez, que em suas palavras, aceitá-lo implicaria admitir exceções aos procedimentos legalmente previstos aos julgamentos no país. Daí a orientação de retorno à avaliação da matéria posteriormente à análise do projeto propondo alterações ao julgamento dos crimes políticos, para a qual se pediu urgência. Ainda que o projeto apresentado em 31 de julho de 1839 já não fosse aquele de 1836, ou o de 1838, pode ser considerado uma espécie de reelaboração daquela proposta.

¹²⁸ APB-CD, sessão de 31 de julho de 1839; p. 423.

suas proposições, foi justificado pelo ministro nos seguintes termos:

Constando ao regente, em nome do imperador, que ainda convém dar às províncias do Pará e Rio Grande do Sul alguns dos meios extraordinarios que as anteriores leis têm facultado, para conservar na primeira das sobreditas províncias a manutenção da ordem, e continuar na segunda o empenho de supplantar a rebelião; meios esses aliás que não só a segurança das sobreditas províncias, mas o sossego geral das outras, reclamão como medidas auxiliares do completo estabelecimento da tranquillidade publica, me envia a apresentar-vos a seguinte proposta:

Art. 1º. Ficão em vigor por mais um ano os decretos de 9 de Outubro de 1839, n. 79, e de 12 de Outubro do mesmo anno, n. 129.¹²⁹

Cabe lembrar, uma vez mais, que enquanto a primeira dessas medidas autorizava o governo a destacar 4 mil homens das Guardas Nacionais de todo o Império, pelo período de um ano, para o serviço e defesa das praças, costas e fronteiras das províncias a que pertencessem¹³⁰; a segunda admitia a prorrogação, por mais um ano, da suspensão de garantias prevista pelas leis de 22 de setembro de 1835 e 11 de outubro de 1836, autorizando ainda o Governo a anistiar, pelo mesmo período de tempo, as pessoas envolvidas em crimes de rebelião e sedição nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul, bem como os envolvidos em crimes de sedição em outras províncias do Império¹³¹.

Aos 9 de agosto de 1839, foi à impressão na Câmara dos deputados o parecer das comissões de Constituição e Justiça Criminal (compostas pelos deputados Carneiro Leão, Gonçalves Martins, Clemente Pereira, Francisco *Gomes de Campos* e Antonio Pereira *Barreto Pedroso*, os dois últimos, representantes pelo Rio de Janeiro) acerca desta segunda proposta, afirmando que, apesar de seus membros concordarem com a manutenção do emprego das medidas extraordinárias nela previstas, não consideravam que o estado do Pará reclamasse a suspensão de garantias. Ofereciam, nesse sentido, como emenda aditiva, a mesma cláusula que passara na resolução de 24 de outubro de 1838, qual fosse, “a declaração de que a suspensão de garantias só poderá ter lugar na província do Rio Grande do Sul”¹³².

A proposta entrou em discussão na Câmara unicamente aos 18 de setembro de 1839, apoiando-se, de saída, a emenda das comissões de Constituição e Justiça Criminal limitando a suspensão de garantias ao Rio Grande. Antes de adentrarmos na análise dos longos debates travados sobre ela, no entanto, vale a pena destacar que, à

¹²⁹ APB-CD, sessão de 31 de julho de 1839; p. 423.

¹³⁰ *CLIB de 1837*. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861; pp. 50-51.

¹³¹ *Idem*; p. 94.

¹³² APB-CD, sessão de 9 de agosto de 1839; p. 562.

mesma altura em que as comissões supracitadas apresentavam ao plenário sua avaliação, tanto os deputados, quanto os senadores do país pareciam cada vez mais preocupados com o crescimento dos conflitos no Império, amplamente divulgados pela imprensa e alardeados por alguns representantes nacionais.

Chamavam sua atenção, a esta altura, principalmente os recentes acontecimentos transcorridos no Maranhão (Balaiada) e em Santa Catarina (tomada das vilas de Lages e de Laguna pelos rebeldes farroupilhas), bem como as ameaças por eles impostas a uma série de outras províncias do país – como o Piauí e o Ceará, no primeiro caso, e a província de São Paulo, no segundo.

Diante desses acontecimentos, deputados e senadores debateram, no interior de suas respectivas Câmaras, a possibilidade de o poder Legislativo tomar a frente do governo na proposição de medidas mais efetivas de segurança pública e combate à “anarchia” que afligia o Brasil. Na opinião dos representantes partidários de tal atuação, ainda que, de certa forma, tal iniciativa pudesse parecer uma usurpação das prerrogativas e deveres do poder Executivo (a quem cabia efetivamente oferecer os meios capazes de tranquilizar o país), tratava-se de desempenhar uma função que, não empreendida até o momento pelo ministério – sendo que as justificativas para tal abstenção, ou demora em tomar as medidas necessárias, variavam muito de representante para representante –, era, contudo, urgente.

A primeira iniciativa nessa direção tomou corpo no Senado, na sessão de 9 de agosto de 1839, saída da pena de Caetano Maria *Lopes Gama*, senador eleito pela província do Rio de Janeiro. Tratando das desordens em curso na província do Maranhão e classificando-as como passíveis de serem resolvidas por medidas legais, o senador reivindicou que o corpo legislativo demonstrasse o vivo interesse que tinha pela pátria, propondo que a Câmara alta se reunisse em sessão secreta e aplicasse os meios necessários para a salvação pública “que é o que o Brasil espera de nós”. Consoante o representante, a despeito da radicalidade de sua proposta, “meias medidas nunca salvaram país algum em tal estado”, cabendo, portanto, “ousar” em um momento de urgência¹³³.

Por meio de requerimento apresentado nessa data, Lopes Gama demandou, então, a nomeação de uma comissão que, ouvindo os ministros da Justiça e da Guerra, oferecesse as medidas necessárias ao “restabelecimento da paz e tranquillidade nos

¹³³ ASIB, sessão de 9 de agosto de 1839; pp. 146-148.

diversos pontos do Imperio que se acham em anarchia, medidas que ao mesmo tempo preservem as Provincias ainda tranquilas”¹³⁴.

Entrando imediatamente em discussão na Câmara alta, o requerimento deu lugar a uma série de discursos em que, ou bem se enfatizou a responsabilidade constitucional do poder Executivo pela proposição e execução de medidas de salvação pública no país, recusando-se, assim, qualquer possível benefício advindo de uma iniciativa do Legislativo, ou, pelo contrário, saiu-se em defesa das vantagens de um compromisso conjunto de legisladores e ministros com vistas à consecução das medidas de segurança e pacificação.

A despeito das polêmicas a que deu origem, a proposta de Lopes Gama saiu aprovada ao final da própria sessão de 9 de agosto, elegendo-se, para a comissão nela prevista, os senadores marquês de Paranaguá, Lopes Gama e Mello Mattos¹³⁵. Duas sessões depois, aos 13 de agosto de 1839, esta comissão proporia que a Câmara dos deputados fosse convidada a nomear três membros que se reunissem a ela em seus trabalhos¹³⁶.

Uma vez mais, o pedido deu origem a acirrados debates na Casa, nos quais, a despeito de sua aprovação final – na própria sessão de 13 de agosto¹³⁷ – manifestaram-se principalmente senadores contrários à realização do convite. Consoante tais representantes, era inadmissível que o governo se abstivesse de apresentar as medidas necessárias à salvação do país e que o poder Legislativo respondesse por tal responsabilidade. Ademais, incomodava-os o fato de os legisladores não terem acesso às informações privilegiadas em que deviam se fundar medidas de tamanha gravidade – não podendo fazê-lo a partir unicamente das notícias impressas – , bem como o entendimento de que os representantes responderiam no futuro pelas consequências possivelmente advindas de tal inversão de atribuições entre os poderes. Ou seja, questionavam os senadores, no tangente a esse último ponto, sobre como poderiam, por exemplo, acusar e julgar os membros do governo em caso de execução imprópria das medidas que eles mesmos tivessem proposto¹³⁸.

¹³⁴ Idem; pp. 147-148.

¹³⁵ Idem; p. 165.

¹³⁶ ASIB, sessão de 13 de agosto de 1839; p. 178.

¹³⁷ ASIB, sessão de 13 de agosto de 1839; p. 189.

¹³⁸ Nas palavras de Holanda Cavalcanti: “Os Ministros, senhores, têm também suas conferencias e discussões, e seu regimento interno; a elles compete tomar conhecimento dos negócios públicos, discutir e votar as medidas que entenderem mais adequadas ás necessidades do Paiz. Se as Camaras quizerem ir invadir suas funcções e attribuições, intromettendo-se na marcha regular dos negocios pblicos que lhes cumpre dirigir, o resultado será mui fatal. Importa notar-se que a uma das Camaras pertence accusar o Governo actos menos regulares e pelos abusos que elle pratica, e a outra tem de ser

Da mesma opinião partilhavam, em sua maioria, os representantes da Câmara baixa, que não apenas recusaram o convite dos representantes vitalícios para participarem da comissão que deveria propor medidas de segurança pública¹³⁹, como rejeitaram proposta quase paralela do deputado Nunes Machado de que o senado fosse convidado a juntar-se à Câmara para tratar dos “males que afligem o paiz”¹⁴⁰.

Para parte significativa dos deputados, para além de implicar uma nefasta inversão de atribuição dos poderes, o convite do Senado pressupunha a formação de “comissões de salvação pública” no país¹⁴¹, comprometidas unicamente em legitimar medidas extraordinárias e arbitrárias. Negavam-se fervorosamente, assim, a anuir com tais medidas e a participar de tais comissões, preferindo o caminho da legalidade e a espera pela tramitação regular das reformas “mais exigidas pelas circunstancias”¹⁴².

Tanto no Senado, quanto na Câmara, as propostas discutidas deram origem a diferentes, e interessantes, avaliações sobre o governo e a situação interna nacional. A despeito de sua diversidade, tais avaliações evidenciaram, de um modo geral, a preocupação dos representantes com o estado convulsivo em que se encontrava o país – particularmente nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Maranhão – e o modo como, cada vez mais, as possibilidades de resolução do quadro interno pareciam atreladas a reformas na legislação criminal aprovada no início da década de 1830.

seu juiz; e assim, quando as Camaras se intrometterem nas attribuições do Governo e os Ministros forem julgados e accusados, dirão estes: - Vós, Camaras tomastes a iniciativa sobre este e aquelle objecto, forçaste-nos a obrar desta e daquella fórma; nós portanto não somos os culpados do resultado, sobre vós é que deve cahir a responsabilidade”. ASIB, sessão de 13 de agosto de 1839; p. 184.

¹³⁹ O convite do senado foi avaliado pelos deputados entre as sessões de 16 e 20 de agosto de 1839. APB-CD, sessão de 16 de agosto de 1839; p. 641; sessão de 20 de agosto de 1839; p.

¹⁴⁰ APB-CD, sessão de 12 de agosto de 1839; p. 584.

¹⁴¹ Tratando especificamente desta questão na sessão de 16 de agosto, Martim Francisco Ribeiro de Andrada sairia com a seguinte afirmação: “Senhores, temos nós algum mandato especial de nossos committentes para nos convertermos em convenção nacional? Para de legislação ordinária passarmos a extraordinária e constituinte? Para annullarmos o poder executivo? Para...? E não vos iludais, dado o primeiro passo, ou salto, os outros são necessários corollarios. Se estas commissões forem nomeadas, bem depressa os ministros serão tirados ou do seu seio, ou dos do seu partido; o poder judiciário passará também a ser uma companhia de clientes seus que cifrá todo o seu juízo, e não consentirá outra defeza aos réos mais do que a identidade de pessoa, a idade e naturalidade dos réos”. APB-CD, sessão de 16 de agosto de 1839; pp. 642-643. Ver também os discursos de Martim Francisco na sessão de 17 de agosto de 1839, especialmente na p. 662, e de Montezuma na sessão do dia 19, pp. 677-678.

¹⁴² APB-CD, sessão de 20 de agosto de 1839; p. 696. Ver proposta de emenda apresentada pelo deputado Gonçalves Martins. Tais acusações geraram reações na Câmara vitalícia, particularmente em Lopes Gama, autor do requerimento que propusera a formação da comissão responsável pela apresentação de medidas de segurança pública tendentes a pacificar o país. Consoante o senador, as comparações empreendidas pelos deputados entre a comissão com cuja formação a Câmara alta anuía e a comissão de salvação pública francesa, configuravam verdadeira ofensa à dignidade dos senadores nacionais. ASIB, sessões de 19 e 22 de agosto de 1839; pp. 233-234, pp. 265-266.

Justificando, por exemplo, na sessão de 13 de agosto de 1839, seu voto contrário à indicação de que os ministros da coroa fossem convidados a expor à Câmara baixa “a causa das desordens que apparecem em varios pontos do imperio”, José Clemente Pereira e Barreto Pedroso, integrantes da comissão de Constituição da Casa, assinaram parecer em que, a certa altura, reputaram os males do país justamente às falhas de seus códigos criminais. Conforme os representantes:

Julga a commissão desnecessário o convite proposto aos ministros, porque se as desordens existentes têm causa especial por elles conhecida, e oculta ás câmaras, é do seu dever informar dellas o corpo legislativo, mas a commissão entende que a causa é geral e de todos conhecida. Taes desordens são sempre a partilha das nações, que como o Brazil, passam por uma crise revolucionaria. [...] Accresce que a nossa experiencia e outras circumstancias inseparaveis da mesma crise, fizeram adoptar leis, que tendo em vista cimentar o imperio da liberdade, por mal calculadas rompêrão os diques da anarchia, e deixarão o poder sem acção; obrigarão por consequencia a impunidade, esta alentou o crime; e eis porque elle se tem manifestado tão audaz com as armas na mão em tantas partes do imperio! Mas se a causa é conhecida, o unico remedio eficaz será fazel-a desaparecer, cortando-se o mal pela raiz; e como? Reformando-se adequadamente a legislação sobre que está montada a administração judiciaria. E esta reforma póde o corpo legislativo emprehender sem que os ministros venhão aqui expôr as causas dos nossos males: e se medidas extraordinárias são necessárias, desejára a commissão que os ministros antes as propuzessem que as aceitassem; e elles algumas propuzerão já, e não deixarão de vir propôr outras.¹⁴³

Se concordavam com a necessidade de reformas legais no país, deputados e senadores pareciam discordar profundamente, portanto, quanto ao modo de atuar ante as desordens internas até que a proposição e aprovação de tais reformas se oficializasse, divergindo também no que tangia à sua tramitação, amplitude e detalhes específicos. Assentiam, no entanto, quanto ao fato de que cabia tomar providências de caráter imediato frente ao incremento dos conflitos nacionais.

Enfaticamente opostos ao convite dos senadores, os representantes temporários optaram, então, por um exame das propostas de alteração no julgamento dos crimes políticos e prorrogação dos decretos de 1837, já apresentadas pelo governo na sessão de 31 de julho de 1839. Não deixaram, contudo, de complementá-las no sentido de suas preferências e das novas demandas do país. Como analisaremos na sequência, avaliaram, então, na sessão de 22 de agosto, o projeto concernente ao julgamento dos indiciados nos crimes de rebelião e sedição no Pará e Rio Grande do Sul, colocando em discussão, por sua vez, a partir do dia 18 de setembro, a prorrogação da suspensão de garantias no Rio Grande.

¹⁴³ APB-CD, sessão de 13 de agosto de 1839; p. 603.

Já os representantes vitalícios, tendo anuído com a formação de uma comissão responsável pela proposição das medidas de segurança pública mais urgentes ao país, receberam de seus membros, aos 14 de setembro de 1839, um projeto extremamente radical, propondo alterações profundas na legislação penal e processual penal do país, cuja discussão adentrou pelos anos de 1840 e 1841. Neste projeto, para além de grandes modificações na definição e nas penas previstas aos crimes de rebelião, sedição e conspiração, foram incorporadas uma série de medidas de que se vinha fazendo uso, no país, em paralelo à aplicação do §35, tais como o recurso às leis militares em tempo de guerra, ou ainda a divisão das províncias rebeladas em “distritos militares”. Como se não bastassem tais proposições, o projeto apresentava ainda novos formatos para o julgamento dos crimes de rebelião, conspiração e sedição, abolindo, para tanto, trechos inteiros do Código de Processo Criminal de 1832. Passando por cima da Constituição, o projeto previa também que, sob determinadas circunstâncias, a suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do artigo 179 se desse de forma automática no país, prescindindo do trâmite legal previsto pelo §35 da Carta¹⁴⁴.

Tratava-se, portanto, de proposta bastante radical, em meio a cuja discussão, os senadores acabaram por revelar sua disposição em admitir uma série de arbítrios, sob a justificativa da ineficácia dos dispositivos extraordinários de proteção da ordem pública de que se dispunha no país até então. Para além do projeto apresentado pela comissão especial na sessão de 14 de setembro, a avaliação dos senadores sobre medidas de segurança pública fundou-se também em um projeto apresentado, na sessão de 22 de agosto de 1839, por ninguém menos que Diogo Antonio Feijó. Manifestando-se nessa ocasião – logo após a confirmação da recusa dos deputados em participar da comissão especial proposta por Lopes Gama –, Feijó recuperou posicionamentos exarados ainda em 1831, quando, à frente do Ministério da Justiça, alertara os representantes acerca da fraqueza da legislação criminal do país e urgência de sua revisão. Nas palavras do senador:

Então se dizia que os males que eu previa era [*sic*] exageração; entretanto, note o Senado que depois dessa época é que teve lugar a fatal sedição em Minas, as commoções em Pernambuco, as desordens de Sergipe por causa de eleições, as agitações do Ceará, a revolução do Pará, a rebelião do Rio Grande e da Bahia, e presentemente as sedições do Maranhão. Logo, parece que as minhas previsões não foram exageradas, e que ellas se vão realizando. Nenhuma providencia se deram; em 36 repeti quasi o mesmo, reclamei medidas; mas, foi tudo em vão; e como hoje me acho na Camara, para ser coherente, devo propôr aquellas medidas

¹⁴⁴ ASIB, sessão de 14 de setembro de 1839; pp. 61-63.

que então me pareciam necessárias.¹⁴⁵

Feijó revelou, então, que desde a proposição de Lopes Gama, vinha meditando sobre as medidas de segurança pública necessárias ao país, apresentando-as, agora, à avaliação dos senadores, a despeito da certeza de que não passariam naquela Casa, e muito menos na Câmara baixa. Perpassando, dentre outras, questões concernentes às possibilidades de deportação de suspeitos em casos de rebelião e sedição, bem como alterações no tocante ao julgamento desses crimes, o projeto, composto por 24 artigos, entrou em discussão – ao menos oficiosamente – junto ao projeto da comissão especial apresentado em 14 de setembro¹⁴⁶.

Voltando à Câmara baixa, vale lembrar que, se aos 9 de agosto – mesma data em que o senador Lopes Gama apresentou seu requerimento ao plenário da casa vitalícia –, as comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal apresentaram parecer sobre a medida de prorrogação da suspensão de garantias no Rio Grande do Sul, no dia 22 do mesmo mês foi a vez de os representantes temporários se manifestarem¹⁴⁷ sobre a proposta apresentada pelo governo (em 31 de julho) para o julgamento dos crimes de rebelião e sedição.

Por meio de parecer lido nessa data, as comissões explicitaram seu desconforto ante a proposta do ministério, particularmente por prever nova forma de julgamento a crimes cometidos (nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul) previamente à sua aprovação. O que a comissão dizia recluir, portanto, era que uma tal medida pudesse “merecer a qualificação de lei *ex post factum*, e contraria á garantia que se acha consagrada no §11 do art. 179 da constituição do império”.

No entanto as comissões não se recusam a coadjuvar o poder executivo no louvável empenho de proporcionar aos presos, que houverem mister, um julgamento, em que se evitem alguns dos vícios expendidos no preambulo da proposta do governo, **uma vez que a medida não seja obrigatória; mas unicamente permissiva, e dependente da escolha dos mesmos réos.** E convencidas de que o restabelecimento da ordem na província do Pará permite o julgamento por jurados [...] são, todavia, as comissões levadas a pensar diversamente ácerca dos indiciados na rebelião da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul [...], devendo-se-lhes portanto conceder a faculdade de escolher

¹⁴⁵ ASIB, sessão de 22 de agosto de 1839; pp. 261-262.

¹⁴⁶ No parecer que apresentou à Casa junto a seu projeto, a comissão afirmava ter analisado o projeto de Feijó, dispondo que, “como alguns de seus artigos já estejam compreendidos nas disposições do da Comissão e outros apresentem materia importante, é a Comissão de parecer que o referido projecto deve igualmente entrar em discussão”. ASIB, sessão de 14 de setembro de 1839, vol. 4; p. 61.

¹⁴⁷ Para além dos deputados que assinaram o parecer apresentado na sessão de 9 de agosto, respectivamente, Carneiro Leão, Gonçalves Martins, Clemente Pereira, Gomes de Campos e Barreto Pedroso, o parecer de 22 de agosto foi assinado também pelo deputado Ramiro Coelho. APB-CD, sessão de 22 de agosto de 1839; pp. 734-736.

entre o jury competente, quando legalmente possa reunir-se, e o meio de julgamento que fôr adoptado para os crimes que houverem de ser perpetrados, ou ultimados na província.¹⁴⁸

Declarando-se cientes, portanto, da necessidade de “urgentíssimas reformas” no código de processo criminal vigente, com vistas a contemplar os julgamentos dos indiciados nos crimes “que mais affectão a associação politica”, os membros da comissão apresentavam à avaliação da Câmara um novo projeto, “regulador do futuro” e melhor adaptado às necessidade do país, além de mais abrangente que a proposta originalmente apresentada pelo governo, que se restringia aos casos do Pará e do Rio Grande do Sul. Nele, para além do abandono dos jurados, diziam ter procurado evitar também o juízo das relações locais e permanentes, “conciliando a independência, pericia e imparcialidade de juizes vitalícios, profissionais e estranhos a influencias locais”, e garantindo, desta forma, simultaneamente, ordem pública e direitos individuais.

Dividido em 12 artigos, o longo projeto apresentado pela comissão previa todo um novo trâmite ao julgamento dos crimes previstos pelos artigos 68, 69, 88, 89, 91 e 92 do Código criminal de 1830¹⁴⁹, bem como aos crimes de rebelião, sedição, “morte, ou tentativa de morte” contra o imperador ou regente, e crimes não afiançáveis cometidos por ocasião dos anteriores. A estes casos, a formação de culpa até a pronúncia dos indiciados ficava pertencendo aos juizes de direito, que deveriam seguir as disposições presentes no capítulo 4º, titulo 3º do Código de Processo Criminal. Já o julgamento propriamente dito seria realizado por um tribunal composto por sete magistrados sorteados dentre os membros de duas ou mais Relações do império, à exceção das existentes nas províncias em que fossem cometidos os crimes. Formados tais tribunais, caberia aos juizes de direito enviarem os processos por eles formados ao seu presidente, que os distribuiria pelos seis outros juizes. Sustentada a pronúncia perante o tribunal, todos os demais atos a ela posteriores, até a decisão final, deveriam seguir o disposto na lei de 18 de setembro de 1828 (responsável pela criação do Supremo Tribunal de Justiça do país) para os crimes de responsabilidade.

¹⁴⁸ APB-CD, sessão de 22 de agosto de 1839; p. 734. Grifo meu.

¹⁴⁹ Tais artigos tratavam, respectivamente, dos crimes de tentativa de destruição da independência e integridade do Império (art. 68); provocar uma nação estrangeira a declarar guerra ao Império (art. 69); tentar diretamente, e por fatos, uma falsa justificação de impossibilidade moral e física do imperador (art. 88); tentar diretamente, e por fatos, contra a Regência, ou regente, para privá-los em todo, ou em parte de sua autoridade constitucional (art. 89); opor-se alguém diretamente, e por fatos, à pronta execução dos decretos ou cartas de convocação da Assembleia nacional (art. 91); e opor-se alguém diretamente, e por fatos, à reunião da Assembleia nacional, em sessão ordinária ou extraordinária, ou às reuniões extraordinárias do Senado, constitucionalmente previstas.

Findo o julgamento, o tribunal enviaria ao governo, pelo ministério da justiça, um relatório de sua atuação, cessando na sequência as suas funções e dissolvendo-se imediatamente o tribunal. Os pedidos de recurso, a serem interpostos perante os juízes de direitos após a dissolução do tribunal, seriam julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça que, nestes casos, agiria novamente como em relação aos processos de responsabilidade (conforme a lei de 1828). Em seu último artigo, o projeto previa ainda que os indiciados nos crimes de rebelião, sedição e afins cometidos nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul poderiam ser julgados pelo tribunal de que tratava a lei, se assim o requeressem.

Este projeto, no entanto, não parece ter voltado à avaliação dos deputados por toda a sessão de 1839 e tampouco pelos anos subsequentes. Proposto à ordem do dia de 5 de outubro, juntamente à continuação das discussões sobre a prorrogação da suspensão de garantias¹⁵⁰, acabou obliterado, neste ano, pelos longos e polêmicos debates travados em torno da aplicação do §35 do art. 179 no país e, nos anos seguintes, pela tramitação das propostas de reforma do Ato Adicional e do Código de 1832.

Aos 18 de setembro, por sua vez, teve lugar na Câmara dos deputados, a primeira discussão da proposta de prorrogação dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837, materializada no projeto nº 85 de 1839. Nesta ocasião, a administração em exercício já não era a mesma responsável pela proposição da medida, tendo-se alterado completamente o ministério em 1º de setembro daquele ano¹⁵¹. Isso não impediu, contudo, que o primeiro discurso em defesa da proposta partisse do novo ministro da justiça, Francisco Ramiro de Assis Coelho.

Preocupado em afirmar, antes de mais, que nunca fora intenção do governo admitir a prorrogação da suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 na província do Pará, defendeu que se declarasse explicitamente a limitação de tal medida ao Rio Grande do Sul, creditando a ausência de tal especificação na proposta original a um descuido do governo. Suas observações seguintes, no entanto, colocam em dúvida a sinceridade desta afirmação, uma vez que o ministro dedicou o restante de seu

¹⁵⁰ APB-CD, sessão de 4 de outubro de 1839; pp. 451-452.

¹⁵¹ No chamado Gabinete de 1º de setembro, que substituiu o de 16 de abril de 1839, as pastas do Império e da Justiça, anteriormente encabeçadas por Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, foram ocupadas, respectivamente, por Manuel Antonio Galvão e Francisco Ramiro de Assis Coelho. Já os ministérios da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, comandados, até setembro, por Candido Batista de Oliveira, foram ocupados, nesta ordem, por Manoel Alves Branco e Caetano Maria Lopes Gama. Por fim, Jacinto Roque de Senna Pereira, ministro da Marinha e da Guerra do Gabinete de abril, foi mantido, em setembro, na pasta da Marinha, enquanto a da Guerra foi ocupada pelo marquês de Lages.

discurso a propor uma série de novas previsões de suspensão de garantias no país, inclusive para o Pará.

Tratando da situação dessa província, o ministro afirmou então que, a despeito de encontrar-se pacificada, considerava necessária a manutenção – tal como previsto pela lei de 22 de setembro de 1835 – da proibição das sociedades secretas e públicas não autorizadas por seu presidente. Em acordo com o ministro, o governo entendia “que isto é mais conveniente do que dar lugar a que no futuro algum partido possa germinar á sombra de taes sociedades, apesar de publicas”¹⁵².

Prosseguindo em sua fala, salientou que, se à época da proposição original da medida agora sob análise dos deputados, “não havia conhecimento official dos últimos sucessos relativos ás províncias do Maranhão e Santa Catharina”, conhecendo-se agora o estado tumultuado daquelas províncias e o aprofundamento da crise que sobre elas se abatia, parecia-lhe desejável que alguma medida preventiva decretada pelo poder legislativo também lhes abrangesse. Nas palavras do ministro, não se tratava de recorrer à suspensão de “muitas das formalidades que garantem a liberdade individual”, parecendo-lhe indispensável, contudo, que ao menos uma delas fosse suspensa, mais especificamente aquela que permitisse ao governo “fazer sair de tais províncias as pessoas que forem reconhecidamente perigosas à ordem e paz pública”¹⁵³.

Findo o discurso do ministro, Carneiro Leão propôs que Ramiro Coelho pusesse por escrito suas propostas, para que ele, na qualidade de deputado da Casa, as oferecesse como emendas ao projeto em discussão. Imediatamente apresentadas ao plenário pelo representante de Minas Gerais, tais emendas marcaram profundamente o desenrolar dos debates.

Fica o governo autorizado a tomar a medida de fazer sahir das províncias de Santa Catharina e Maranhão as pessoas perigosas á paz publica, durando a autorização pelo tempo de um anno
São declaradas ilícitas na província do Pará todas as sociedades secretas, e as publicas não sendo autorisadas pelo presidente da província, durante o tempo do mesmo anno.¹⁵⁴

Após alguma discussão travada ainda na sessão de 18 de setembro, a análise do projeto n. 85 e das emendas supracitadas foi interrompida por cerca de 15 dias – num intervalo em que a Câmara se dedicou prioritariamente à discussão do orçamento imperial –, voltando a ocupar os trabalhos dos representantes unicamente a partir de 5

¹⁵² APB-CD, sessão de 18 de setembro de 1839; p. 206.

¹⁵³ Idem. Ibidem.

¹⁵⁴ Idem. Ibidem.

de outubro e, daí, até o dia 12 do mesmo mês. Haja vista a multiplicidade de temáticas abordadas pelos deputados ao longo desses debates e a complexidade inerente a cada uma delas, optamos por dividir sua exposição em torno das quatro principais propostas analisadas ao longo dessas sessões: prorrogação dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837; proibição das sociedades secretas e públicas na província do Pará; autorização para deportação de suspeitos na província de Santa Catarina; e autorização para deportação de suspeitos da província do Maranhão.

A prorrogação dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837

O primeiro ponto de nossa análise recai sobre a proposta originalmente apresentada à Câmara dos deputados, aos 31 de julho de 1839, pelo então ministro da justiça, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, transformada no projeto n. 85 de 1839: “Ficão em vigor por mais um anno os decretos de 9 de Outubro de 1837, numero setenta e nove, e de 12 de Outubro do mesmo anno, numero cento e vinte e nove”.

Como relembramos acima, ao demandar a prorrogação, por mais um ano, dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837, este projeto previa que o governo seguisse autorizado a destacar 4 mil homens da guarda nacional de todo o Império para o serviço e defesa das praças, costas e fronteiras das províncias a que pertencessem, bem como que se mantivesse vigente, pelos 12 meses seguintes, a suspensão de garantias decretadas pelas leis de 22 de setembro de 1835 e 11 de outubro de 1836. Ademais, seguia em vigor a autorização para que o governo anistiasse os envolvidos em crimes de rebelião nas províncias do Pará e do Rio Grande, bem como os envolvidos em crimes de sedição nestas e em outras províncias do Império.

Haja vista a aceitação, ainda na sessão de 18 de setembro, da emenda aditiva das comissões de Constituição e Justiça Criminal da Câmara restringindo a suspensão de garantias prevista na proposta ao Rio Grande do Sul¹⁵⁵, caía a renovação do art. 1º da lei de 22 de setembro de 1835, relativo ao Pará, mantendo-se vigente, por sua vez, o art. 1º da lei de 11 de outubro de 1836, de seguinte conteúdo:

Art. 1º. Ficam suspensas na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, por espaço de um ano, contado da publicação da presente Lei na dita Província, os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da Constituição, para que o Governo possa autorizar o Presidente da referida Província:

§ 1º. Para mandar prender sem culpa formada, e poder conservar em prisão sem sujeitar a processo, durante o dito espaço de um ano, os iniciados em quaisquer

¹⁵⁵ APB-CD, sessão de 9 de agosto de 1839; p. 562.

dos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião, insurreição e homicídio.

§2º. Para fazer sair para fora da Província, e mesmo assinar lugar certo para residência, àqueles dos indiciados nos referidos crimes, que a segurança publica exigir que se não conservem na dita Província.¹⁵⁶

Ainda que se tratasse da quarta ocasião em que os deputados discutiam este artigo na Câmara dos deputados (pois que, para além dos debates que antecederam a aprovação da lei em 1836, sua prorrogação já havia sido debatida em 1837 e 1838), seguia a polêmica em torno à sua aplicação. Um deputado como Limpo de Abreu, por exemplo, responsável, na qualidade de ministro da Justiça, pela proposição do projeto que desembocou na lei de 11 de outubro de 1836, manifestara-se contrariamente à renovação desta medida nos debates de 1837 e 1838, reiterando sua oposição em 1839. Para além dele, deputados como Montezuma, Antonio Carlos de Andrada Machado, Teófilo Ottoni, Nunes Machado e Moura Magalhães também explicitaram seu descontentamento com o pedido de renovação da suspensão de garantias no Rio Grande do Sul, aliando a avaliações de caráter mais doutrinário sobre a medida, diferentes leituras sobre sua aplicação nos últimos anos e severas críticas aos rumos assumidos pela política nacional.

Seu principal desacordo com a renovação da suspensão de garantias no Sul residia, portanto, na pouca, ou nenhuma, efetividade que reconheciam na aplicação dessa medida e, conseqüentemente, na impressão de que a insistência em sua proposição no Império – já que explicitamente inócua à resolução dos conflitos e reposição da ordem interna – servia unicamente à manutenção de abusos, arbítrios e vinganças pessoais da parte dos governantes.

Mais do que recusar a eficácia da medida, portanto, parte desses deputados creditou a progressiva piora do quadro nacional às seguidas aprovações da suspensão de garantias no país. Para Teófilo Ottoni, por exemplo, não era por falta de “arbitrio” e “leis excepcionaes” que o governo não conquistara ainda a pacificação interna, mas antes por conta dessas mesmas leis, motivo por excelência da manutenção do “estado de commoção” nacional¹⁵⁷. Nunes Machado, por sua vez, dizia não reconhecer nas leis de suspensão senão um “instrumento terrível para animar os partidos” e atizar as

¹⁵⁶ “Lei de 11 de outubro de 1836. Mandando suspender na Província de S. Pedro do Sul, por espaço de um anno, os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do artigo 179 da Constituição”. *CLIB de 1836. Parte I*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional [ano ilegível]; pp. 23-25.

¹⁵⁷ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 484.

facções, agravando ainda mais os males do país¹⁵⁸. Já Antonio Carlos concentrou-se nos inúmeros riscos que dizia envolvidos na normalização do sistema excepcional no Brasil e no fato de se acostumar a nação a viver em uma “atmosfera de arbítrio”¹⁵⁹ e a ver “calcadas aos pés as garantias dos cidadãos”¹⁶⁰.

Consoante Limpo de Abreu, para além de desnecessária e mal explicada, a prorrogação da suspensão de garantias no Rio Grande era ainda inconstitucional, como vinham sendo, aliás, em sua opinião, as seguidas renovações dessa medida no país:

A constituição diz que só por tempo determinado se possa suspender algumas das formalidades que garantem a liberdade e segurança individual; ora, pelo modo porque estas leis têm sido todos os annos reproduzidas, eu não sei qual é o termo para taes medidas [...] desde 1836 estão suspensas as garantias na província do Rio Grande, e o Sr. ministro da Justiça este anno ainda deseja que esta medida seja prorrogada por mais um anno, nós violamos pois a constituição, porque de anno em anno vamos fazendo esta concessão ao governo.¹⁶¹

Ademais, na opinião do ex-ministro, seria sempre “ridículo” recorrer-se à suspensão de garantias, enquanto esta medida não fosse acompanhada de outras capazes de a tornarem profícua, tais como um tribunal capaz de julgar com prontidão os indivíduos contra quem fosse aplicada e “sem faltar aos meios de defesa a que elles possão ter direito”¹⁶². Na ausência destas “leis auxiliares”, dizia Limpo de Abreu, restava reconhecer que a medida de suspensão de garantias servia apenas à satisfação

¹⁵⁸ Idem; p. 213.

¹⁵⁹ APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1839; p. 551.

¹⁶⁰ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 477. Seguindo linha semelhante de raciocínio, Teófilo Ottoni chamava a atenção aos riscos envolvidos na constante aprovação de medidas de suspensão de garantias pela Assembleia nacional, pois que, por meio de tal atitude, dava-se um péssimo exemplo às assembleias provinciais que, de posse da prerrogativa de aplicação do §35, poderiam recorrer a ele de forma imprudente, como acreditava ter sido o caso no Rio de Janeiro, em 1835. Nas palavras do deputado: “Sendo a assembléa geral facil em suspender por qualquer cousa as garantias dos cidadãos, e de armar o governo com leis excepcionaes; as assembléas provinciaes, que pelo acto adicional têm tambem esta autorisação, serão igualmente menos escrupulosas; temo mesmo que em algumas provincias as respectivas assembléas legislativas transcendão ainda esta interpretação já muito lata, que se tem dado á medida de terror, de suspender formalidades que garantem a liberdade do cidadão. Eu poderia apresentar exemplos dos perigos dessa leviandade em algumas assembléas provinciaes, no Rio de Janeiro, por exemplo. Em 1833 creou-se aqui o castello de uma insurreição geral de africanos, suspenderão-se as garantias, incutio-se terror na classe de agricultores, pôz-se tudo em susto e receio tal, que se communicou ás provincias circumvisinhas. Isto deu lugar a que a assembléa provincial do Rio de Janeiro lançasse mão da medida de suspensão de garantias: e quem combinasse esta medida com as mensagens pomposas e assustadoras que esta assembléa provincial dirigia ao governo geral, não podia deixar de entender que a provincia esta muito proxima de uma crise. Entretanto poucos mezes depois eu li nas folhas publicas que estes sustos assim espalhados tinham sido qualificados como uma tactica eleitoral, e até se disse que a assembléa provincial tinha sido illudida em sua boa fé, procedendo-se a um aleive eleitoral!!!”. APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 488

¹⁶¹ APB-CD, sessão de 18 de setembro de 1839; p. 207.

¹⁶² APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 506 e 508.

de vinganças pessoais, a manejos eleitorais e à manutenção de uma política de imposição de medo e terror aos cidadãos, iniciada pelo Gabinete de 19 de setembro.

Assim como Limpo de Abreu, também Montezuma, Antonio Carlos e Ottoni creditavam à “política de sangue” implementada pelo Gabinete de 19 de setembro não apenas a piora dos conflitos internos nacionais – particularmente o agravamento da situação ao sul do país –, mas também uma espécie de aprisionamento da classe política ao *modus operandi* daquele ministério, pautado por medidas excepcionais e pela imposição constante de medo aos cidadãos. Acusando os titulares daquele gabinete, portanto, de toda sorte de arbítrios, posicionavam-se com um misto de esperança e desconfiança ante o mais recente ministério em exercício no país. Rogavam, assim, aos membros do recém instituído Gabinete de 1º de setembro, que abandonassem de vez a “política de terror” até então empreendida, recusando a manutenção do recurso a medidas excepcionais no país.

Respondendo brevemente a algumas dessas provocações, o ministro da Justiça, Francisco Ramiro de Assis Coelho, admitiu que os resultados do §35 do art. 179 no país haviam se dado mais no sentido de impedirem a extensão do mal, do que de fazerem um bem sensível e patente nas regiões em que se recorrera à medida. Amparando-se, como vimos no início deste capítulo, no reconhecimento de “legisladores amestrados” de que, sob fortes comoções políticas, tornava-se por vezes necessário “velar a estátua da liberdade em sacrifício à ordem pública”, o ministro defendia o recurso à suspensão de garantias, advogando que, ainda que muitas vezes não facilmente reconhecíveis, tal medida deveria estar produzindo, no Brasil, os bons resultados que vinha rendendo dentre outros povos¹⁶³.

Ramiro recusou ainda as acusações dirigidas ao Gabinete de 1º de setembro pelos parlamentares, destacando o pouquíssimo tempo daquele ministério à frente do país. Afirmou, ademais, que a despeito da importância das medidas em discussão na Casa, não considerava que, em caso de o projeto do governo ser voto vencido, o gabinete devesse se retirar, pois que tal atuação justificava-se apenas em algumas “matérias de grande monta”, escolhidas pelos ministros, e não quando não prevalecia “qualquer pensamento ministerial”¹⁶⁴.

Desejou-se saber se o governo considerava a questão que nos ocupa como de gabinete. Devo responder com franqueza que o governo entende que a administração antecedente, que fez a proposta que ora se discute, concebeu bem as necessidades do país, consultou os interesses da nação, e pediu o que convinha

¹⁶³ APB-CD, sessão de 18 de outubro de 1839; p. 210.

¹⁶⁴ APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 540.

pedir a uma administração honesta e patriótica, para não carregar com a responsabilidade de desastres futuros. O governo entende que é igualmente conveniente que o corpo legislativo vote por esta proposta; mas se o corpo legislativo entender que, rejeitando-a, a nação não pode sofrer detrimento, a administração nem por isso se há de retirar. O governo quis desonerar-se da responsabilidade que teria se não requeresse ao corpo legislativo essa medida, que as necessidades públicas reclamam.¹⁶⁵

Ao mobilizarem a herança funesta do Gabinete de 19 de setembro e desafiarem os membros do ministério em exercício, a preocupação de uma parcela dos representantes relacionava-se, contudo, menos com a prorrogação do decreto de 12 de outubro de 1837 no Rio Grande do Sul, do que com a aprovação do restante das medidas de exceção propostas na sessão de 18 de setembro de 1839 por meio das emendas de Carneiro Leão.

Ao recusarem, assim, a manutenção da suspensão de garantias no país, enfatizaram que seu desacordo se dirigia, privilegiadamente, à extensão das medidas originalmente demandadas para o Rio Grande do Sul a quaisquer outras províncias do país, fazendo particular oposição à medida de deportação de indivíduos suspeitos de uma região para outra do território nacional.

Consoante deputados como Montezuma e Antonio Carlos, por exemplo, longe de representar uma simples formalidade, a deportação configurava verdadeira punição, não lhes parecendo justo, ou sequer legal, que os legisladores concedessem ao poder Executivo a prerrogativa de sua imposição¹⁶⁶. Já representantes como Limpo de Abreu e Nunes Machado, dedicaram longos trechos de suas falas a relembrar a péssima aplicação e o nenhum efeito que vinham tendo no país as medidas de deportação, acusando-as de recaírem unicamente sobre pessoas miseráveis e de nenhuma influência (ou importância) política, cuja exclusão das províncias rebeladas

¹⁶⁵ APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 517.

¹⁶⁶ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 461. Nas palavras de Montezuma: “Uma unica formalidade, Sr. presidente, não pretendo dar ao governo, vem a ser o direito de deportar; eu creio que se acaso bem se avaliar o que seja deportação, se conhecerá que isto, bem longe de ser uma simples formalidade, é verdadeiramente uma pena; não creio que seja justo, que seja de modo algum permitido ao poder legislativo dar uma tal autoridade ao poder executivo; é necessario extremar bem o que seja formalidade daquillo que é verdadeiramente imposição de pena. Nós, senhores, não podemos fazer mais do que aquillo que o §35 do art. 179 da constituição nos permite; por este artigo a autorização que póde dar o corpo legislativo ao poder executivo é para dispensar formalidades que garantem a liberdade individual da cidade e nunca para que o poder executivo, se ache com direito de impôr penas. Demais, Sr. presidente, attenda-se ao uso que ordinariamente se tem feito dessa autorização: ella tem sido empregada pela autoridade publica, mas para satisfazer á paixões particulares, a caprichos insupportaveis e despoticos, do que para tranquilisar o paiz.” APB-CDA, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 477. Consoante Antonio Carlos: “O direito de deportar não posso eu dar ao governo de nenhum modo: é uma pena perfeita, pena que nunca se pode impor sem processo, sem sentença, é uma suspensão de direito, não de fórmula que garanta o direito”.

poderia ser mais facilmente resolvida pela via do recrutamento¹⁶⁷. Reclamavam, assim, que da péssima forma como vinha sendo executada, tal medida servia unicamente à satisfação dos caprichos e vinganças pessoais daqueles que as aplicavam¹⁶⁸.

Parte desses deputados chegou mesmo a considerar anuir com a prorrogação da suspensão de algumas garantias no Rio Grande do Sul, desde que o restante das medidas propostas pelo governo não fosse aprovado. Caminhou mais ou menos nessa direção, por exemplo, a emenda apresentada por Montezuma, ainda na sessão de 18 de setembro, autorizando o governo a dispensar, por mais um ano, na província do Rio Grande do Sul, os §§7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da Constituição¹⁶⁹, excluindo, portanto, das “formalidades” cuja dispensa ficava admitida, o §6º do art. 179, especificamente concernente ao direito de ir e vir dos cidadãos.

Defendendo sua própria emenda na sessão de 5 de outubro, o deputado afirmou que, por meio dela, ficava garantida ao governo a “autorização extraordinária” por ele demandada para lidar com a situação sul-rio-grandense, “armando-o” para satisfazer os fins a que se propunha. Para além dessas medidas, no entanto, Montezuma declarava que não disponibilizaria ao governo qualquer outra medida de exceção, votando contra todas as emendas¹⁷⁰. Já Antonio Carlos, para quem o país não se encontrava, em absoluto, nas condições raríssimas e extraordinárias em que se poderia admitir a dispensa de algumas formalidades, afirmou que, quando muito, votaria pela emenda de Montezuma, mas nunca pela proposta do governo tal como apresentada¹⁷¹. Também Ottoni e Moura Magalhães se declararam favoráveis à renovação da suspensão de garantias no Rio Grande do Sul, ainda que nenhum deles tenha propriamente defendido a medida, mas antes admitido, pragmaticamente, sua conformidade constitucional (haja vista a inegável existência de uma rebelião no sul)¹⁷². Afirmaram, ademais, não querer privar o governo de uma medida por ele demandada para a repressão às “facções”, ainda que fosse plenamente reconhecível seu nenhum efeito até o momento, chegando-se mesmo a insinuar que vinha sendo “mais prejudicial que útil” à província do Rio Grande e ao país¹⁷³.

¹⁶⁷ APB-CD, sessão de 18 de setembro de 1839; p. e p.

¹⁶⁸ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 461.

¹⁶⁹ APB-CD, sessão de 18 de setembro de 1839; p. 210.

¹⁷⁰ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p.

¹⁷¹ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 461.

¹⁷² APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 487. Fala de Teófilo Ottoni.

¹⁷³ APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 529. Fala de Moura Magalhães.

O que o posicionamento transigente desses deputados – abertamente avessos ao sistema de suspensão de garantias – com a prorrogação do §35 no Rio Grande do Sul nos leva a conjecturar, é o quanto o governo, ao sugerir as emendas apresentadas na sessão de 18 de setembro, não teve por objetivo concentrar naquelas medidas a atenção, e oposição, de uma parcela importante dos deputados nacionais, facilitando, dessa forma, a renovação do decreto de 12 de outubro para o sul, como de fato aconteceu. Se a proposta originalmente apresentada pelo governo recebeu, assim, considerável atenção dos representantes ao longo de todo o debate, as medidas de exceção sugeridas ao Pará, Santa Catarina e Maranhão concentraram, como veremos na sequência, grande parte da energia e da combatividade dos deputados.

Antes de passarmos à sua análise, no entanto, vale a pena examinarmos brevemente as discussões travadas sobre outro ponto da proposta originalmente apresentada em 31 de julho de 1839, qual fosse, o da renovação, por mais um ano, do decreto de 9 de outubro de 1837 no país.

A despeito de, no geral, os representantes não parecerem possuir grandes discordâncias em relação a esta medida, a proposição e avaliação de duas emendas modificando aspectos do destacamento de 4 mil guardas nacionais no Império, inseriu a questão nas disputas políticas do período.

A primeira destas emendas – apresentada na sessão de 5 de outubro pelos deputados José Ignacio *Vaz Vieira* (RJ), Barreto Pedroso e Carneiro Leão –, propunha uma redução no número de praças dos corpos destacados da Guarda Nacional de 4 para 3 mil homens, sugerindo ainda que sua área de atuação ficasse limitada às províncias onde houvesse “commoção ou fundado receio della”¹⁷⁴. Tratando desta emenda, Montezuma considerou-a uma demonstração de boas intenções e de moderação “de deputados que tanto sustentarão a política do terror na sessão passada”, já que, ao reduzir o número de homens destacados e restringir sua área de atuação, desejavam diminuir a “influencia desastrosa” do “horroroso” decreto de 9 de outubro¹⁷⁵.

A estas colocações de Montezuma, no entanto, Carneiro Leão (um dos proponentes da emenda) e Rodrigues Torres – políticos diretamente associados ao

¹⁷⁴ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 459. Na sessão de 9 de outubro, André Bastos de Oliveira (referido, pelos *Anais*, por Oliveira Bastos, eleito pela província do Ceará) mandaria emenda em tudo semelhante a esta, modificando, no entanto, a expressão “comoção ou fundado receio della”, por “rebellião ou sedição”. APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 504.

¹⁷⁵ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 463.

Gabinete de 19 de setembro e ao governo do chamado Regresso – responderam prontamente, negando que tivesse sido este o objetivo da emenda.

Carneiro Leão dedicou-se a defender, primeiramente, a herança do ministério de 19 de setembro, recusando que se tratasse de uma administração “terrorista” e afirmando que, pelo contrário, fora muito mais moderada no tratamento dado às desordens que assolavam o país (em referência explícita à ampliação da admissão de anistias), que todas as administrações que o haviam antecedido. Tratando especificamente da emenda apresentada à Casa, afirmou que, diferentemente do que o discurso de Montezuma fizera crer, sua proposição não se deveria a um desejo de afastamento do pretenso “systema de terror” seguido no país até então, fundando-se, antes, no aumento das tropas do Exército entre 1837 e 1839 e na consequente desnecessidade atual de que 4 mil homens fossem substituir, nas diferentes províncias do Império, a força de primeira linha dali saída para completar o Exército nos locais rebeldes¹⁷⁶.

Já a segunda emenda à proposta de prorrogação do decreto de 9 de outubro de 1837 saiu da pena de Teófilo Ottoni, que se declarou, antes de mais nada, oposto à medida, reivindicando, contudo, que, em caso de anuência da Casa, fosse tal prorrogação cercada de alguns “correctivos”. Consoante o deputado, haja vista o crescimento das tropas de linha do Exército nacional, a medida se tornara absolutamente desnecessária no país. Ademais, dizia Ottoni, havia muitos riscos envolvidos na admissão das providências anexas ao decreto de 9 de outubro de 1837, dentre as quais a possibilidade de se recrutar para a tropa de primeira linha o guarda nacional que se recusasse ao serviço do destacamento (vide art. 3º do decreto em questão)¹⁷⁷. Tratando, assim, dos “perigos e inconvenientes” resultantes de tal autorização – exemplificados com situações em que motivos “fortes e plausíveis” de recusa de um guarda nacional ao serviço do destacamento poderiam ser facilmente ignorados por seus chefes e oficiais –, o representante se recusava a anuir com uma

¹⁷⁶ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 469. Nas palavras de Carneiro Leão: “Quando a administração de 19 de Setembro entrou para o poder, não havia talvez 7 mil homens de tropa de primeira linha; depois tem-se recrutado, e o exercito de primeira linha se acha hoje com força muito superior á que tinha; e por consequencia, se tem já uma maior força e os destacamentos da guarda nacional, mesmo pelos motivos da proposta, e pelas razões expostas no seu preambulo, não têm por fim senão substituir nas provincias, onde fosse necessario tirar tropa de linha para restabelecer a ordem onde ella estava perturbada, a força de primeira linha no serviço que ella fazia, é claro que já não é necessario tão grande força de guardas nacionaes para completar o exercito de primeira linha. Esta razão é simplissima.”

¹⁷⁷ *CLIB de 1837*. Parte Primeira. Op. Cit.; pp. 50-51. “Art. 3º. Os Guardas Nacionaes designados, que recusarem marchar nos corpos destacados, sendo das ditas três classes, e não tendo impossibilidade physica, poderão ser recrutados para tropa de primeira linha, onde servirão até dous annos”.

medida que, em suas palavras, implicava que “um pai de família” ou “um homem de estabelecimento considerável” ficasse sujeito a ser recrutado para a tropa de primeira linha, sofrendo então com a aplicação de uma pena totalmente “desproporcionada” com os delitos, “pena horrível posta á disposição do governo, sendo o governo convertido em poder judiciário”¹⁷⁸.

Mais que isso, Ottoni chamava a atenção aos riscos envolvidos na aprovação dessa medida para o ano de 1840, no qual deveriam ser realizadas, no país, as eleições para a quinta legislatura. Ante tal cenário, perguntava-se o deputado, “será justo, será politico confiar ainda ao governo autorização para recrutar indistinctamente os guardas nacionais, sob pretexto que não se tenham prestado ao serviço do destacamento em um anno de eleições?”¹⁷⁹. Ottoni discorria, assim, sobre as manipulações eleitorais empreendidas já no Ceará sob a desculpa do destacamento, alertando seus colegas aos perigos envolvidos na aceitação dessa medida.

Apresentada ao final de sessão de 7 de outubro, sua emenda propunha, então, que, passando a autorização para destacar-se a guarda nacional, na conformidade do decreto de 9 de outubro de 1837, fosse acrescentada a disposição de que tal autorização teria lugar unicamente nas províncias onde, “por motivo de sedição ou rebelião”, não fosse possível proceder-se à eleição dos deputados para a quinta legislatura. Ademais, a emenda de Ottoni previa também a revogação do art. 3º do decreto de 1837, responsável, como vimos, por submeter às tropas de primeira linha os guardas nacionais que se recusassem a marchar nos corpos destacados¹⁸⁰.

Posicionando-se sobre esta matéria na sessão de 9 de outubro, Limpo de Abreu declarou-se, de saída, contrário à emenda de Vaz Vieira, Barreto Pedroso e Carneiro Leão, justificando tal oposição por considerar que as limitações previstas na medida indicavam desconfiança de seus proponentes ao ministério, retirando, portanto, força do governo e colocando-o em dificuldades ainda maiores para a reposição da ordem no país, especialmente na província do Rio Grande do Sul¹⁸¹. Da mesma opinião deve ter sido o Gabinete em exercício, uma vez que o ministro da Justiça declarou publicamente, na mesma sessão do dia 9, a oposição do governo àquela emenda¹⁸².

¹⁷⁸ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; pp. 488-489.

¹⁷⁹ Idem. Ibidem.

¹⁸⁰ APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 504.

¹⁸¹ APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; pp. 509-511.

¹⁸² APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 522. Consoante Ramiro Coelho: “Qualquer pois que seja o resultado da declaração que faz o governo, elle não póde aceitar esta emenda. Lamenta não poder

Já no que tangia à emenda de Ottoni, Limpo de Abreu defendeu que fosse ao menos considerada pelo ministério e pela Câmara, destacando que seu envio à avaliação do plenário devia-se ao desejo de seu proponente de evitar os “horrores que têm praticado alguns delegados do governo geral em algumas províncias do império por ocasião das eleições”. Alertava seus colegas, assim, dos riscos impostos por tal tipo de atuação, principalmente na província do Ceará, “onde um presidente desatinado tem procurado, segundo consta das folhas, dominar por meio da força a intelligencia publica, e vencer nas eleições por meio das armas”¹⁸³.

Como já anunciamos acima, o decreto aprovado pelo poder legislativo aos 28 de outubro de 1839 determinou a prorrogação, por mais um ano, dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837, admitindo ainda, em complemento ao texto original, que a suspensão de garantias tivesse lugar unicamente na província do Rio Grande do Sul (conforme emenda aditiva apresentada pelas comissões de Constituição e Justiça Criminal), e que a faculdade de concessão de anistia aos envolvidos em crime de rebelião, que até então vigia unicamente no Pará e no Rio Grande, se estendesse às demais províncias do Império, acatando, nesse ponto, emenda apresentada por Montezuma no início da sessão de 10 de outubro. Para além de tais emendas, no entanto, todas as demais foram rejeitadas, ou julgadas prejudicadas, pela deputação nas votações de 12 de outubro de 1839, quando se decidiu o formato final da lei. Uma vez que os debates travados sobre elas apresentam, no entanto, uma série de pontos de grande interesse à compreensão do *status* da medida de suspensão de garantias no país em finais de 1839, passemos à sua análise.

Proibição das sociedades secretas e públicas na província do Pará

Como pontuado acima, a proposta de prorrogação dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837 foi apresentada pelo ministro Paula Albuquerque, aos 31 de julho de 1839, sob a justificativa de prover às províncias do Pará e do Rio Grande do Sul alguns dos “meios extraordinários” facultados por aquelas leis, bem como de conservar, no caso específico do Pará, a manutenção da ordem recentemente conquistada. Ainda que, ante a aprovação da emenda proposta pelas comissões reunidas de Constituição e Justiça Criminal da Câmara aos 9 de agosto de 1839, o Pará tenha sido explicitamente excluído da renovação da suspensão de garantias,

nesta parte estar de accordo com seus amigos; mas é melhor que o governo diga a verdade clara, do que ir arriscar a sorte da nação.”.

¹⁸³ Idem; p. 511.

voltou a integrar, em setembro de 1839, o pacote de medidas extraordinárias sugerido pela nova administração.

Reforçando, assim, as reivindicações do ministério anterior, Francisco Ramiro de Assis Coelho – titular da pasta da Justiça do gabinete de 1º de setembro – advogou, na sessão do dia 18, que, a despeito de aquela província se encontrar pacificada, o governo considerava necessária a proibição de todas as sociedades secretas e públicas não autorizadas por seu presidente pelo período de um ano. Na mesma sessão, Carneiro Leão apresentou emenda exatamente com este conteúdo, que, apoiada, passou imediatamente a ocupar as discussões travadas sobre o projeto n. 85 na Câmara baixa.

Na avaliação de tal emenda, como não poderia deixar de ser, os representantes temporários acabaram se debruçando sobre a situação então vivida no Pará, opondo-se à proibição das sociedades secretas e públicas na província, principalmente sob a justificativa de que atuaria na contramão da paulatina pacificação ali vivenciada. Na opinião desses representantes, portanto, a medida traria ainda mais problemas e dificuldades a uma província que, nas circunstâncias em que se encontrava, demandava unicamente um tratamento conciliador, capaz de cicatrizar as feridas abertas pelos rebeldes e, mais que tudo, pela repressão imposta à Cabanagem pelo presidente Andréa¹⁸⁴.

Mobilizando uma série de avaliações sobre o Pará, o posicionamento dos parlamentares partiu de uma base de conhecimentos construída desde mais ou menos julho de 1837, quando tiveram início na Câmara as denúncias contra a atuação de Andréa, dando conta do estado deplorável em que se encontrava a província e dos arbítrios impostos a seus habitantes¹⁸⁵. Desde o início da sessão legislativa de 1839, por sua vez, ao menos três ocasiões haviam dado azo à troca de informações sobre o Pará e, mais que isso, a avaliações – e críticas ferozes – sobre a atuação do presidente Andréa na província.

Entre as sessões de 10 de maio e 6 de junho de 1839, por exemplo, parte dos representantes tentou impedir Andréa de tomar posse na Câmara dos deputados (já que, na qualidade de suplente, ele deveria assumir a vaga deixada por Bernardo de Sousa Franco, novo presidente nomeado para o Pará), alegando a impropriedade de sua manutenção entre os representantes da nação, haja vista seu passado de arbítrios e

¹⁸⁴ (Montezuma, 5/10 e Ottoni em 07/10).

¹⁸⁵ André Roberto de Arruda Machado. Op. cit., 2011; pp. 12-13.

abusos¹⁸⁶. Falhando em tal iniciativa, parte dos deputados voltou a atacar impetuosamente o ex-presidente do Pará quando dos debates sobre a lei de fixação de forças de terra, travada particularmente entre finais de junho e inícios de julho de 1839.

Nesta ocasião, opondo-se frontalmente à proposta de Andréa de que um mínimo de 3 mil soldados de primeira linha fosse enviado ao Pará, diversos representantes acusaram-no de querer pintar um falso quadro de tumultos na província, buscando justificar assim a manutenção de abusos há muito impostos a seus habitantes. Em acordo com estes deputados, a província ainda sofria com a herança nefasta deixada por aquele general, cabendo privilegiar medidas conciliadoras a medidas de força como aquelas então reivindicadas por Andréa¹⁸⁷.

Manifestando-se na sessão de 27 de junho, por exemplo, *Ângelo Custódio Corrêa* (representante pela província do Pará) questionou a proposta de Andréa e buscou enfatizar o histórico de “tirantias” por ele praticadas no Pará, discordando do estado de agitação que se dizia viger na província e afirmando que seus habitantes não queriam senão a paz. Nas palavras deste representante, o desejo dos paraenses por sossego ficava comprovado por tudo aquilo que haviam suportado de seu ex-presidente em nome da pacificação¹⁸⁸. Já consoante Nunes Machado, a demanda de 3 mil homens para o Pará tinha por real finalidade “sufocar” ali “os gritos da humanidade oprimida”, ou ainda, “intimidar aqueles que tiverem de reclamar contra a mais flagrante violação de seus direitos”, praticada pelo ex-presidente Andréa¹⁸⁹.

Diversos deputados a se pronunciar nesse debate enfatizaram, ainda, o quanto Andréa se arvorava de ter pacificado a província com o fito de se declarar acima do bem e do mal quando, na verdade, os desmandos por ele praticados – inclusive contra os “legais”, ou seja, os não rebeldes da província – eram cada vez mais conhecidos

¹⁸⁶ Idem; pp. 13-14.

¹⁸⁷ APB-CD, sessão de 27 de junho de 1839; p. Fala do deputado Ângelo Custódio. Trecho dele em que fala de tudo que os habitantes haviam suportado pela pacificação.

¹⁸⁸ APB-CD, sessão de 27 de junho de 1839; p. 570. Nas palavras de Ângelo Custódio: “[...] supponho que 1,500 a 2 mil homens serão suficientes para manter a provincia na maior tranquillidade, porque o espirito dos paraenses é todo de ordem; elles só querem paz e socego: isto se prova pela mansidão com que supportarão o sceptro, por assim dizer, do despotismo do nobre deputado, ex-presidente do Pará (*Apoiados*). O nobre deputado não quiz entrar, sem duvida, na exposição exacta de sua administração para não excitar a animosidade e odio da camara, porque realmente o Pará soffreu a maior tyrannia que se pôde dar. (*Apoiados*). O nobre deputado no seu discurso ufana-se dos bellos resultados do systema por elle inventado a par de sua nova legislação. Eu sinto realmente que o nobre deputado fizesse tanto alarde de manifestar factos, que eu desejára que não sahissem do estreito circulo em que hoje se achão, porque tenho em muito a gloria militar, e não desejára ouvil-o ufanar-se, se não dos louros que colheu, mas da coragem com que impôz silencio ás leis.”

¹⁸⁹ APB-CD, sessão de 27 de junho de 1839; p. 571.

por todos, sendo de atribuição do governo responsabilizar o general. Reivindicavam, assim, que ao invés de sempre recorrer a medidas de força, o governo privilegiasse a escolha de bons administradores, recusando aqueles “ávidos de sangue” ou dispostos a substituírem as leis do país “á sua despeitosa vontade”¹⁹⁰.

Respondendo, assim, a manifestações do próprio Andréa de que fora sob sua presidência que os paraenses haviam conhecido a paz depois de um logo período em que sequer um ano se passara sem que estourasse ali uma revolta¹⁹¹, rebatiam a ideia de que pudesse haver paz num local em que a constituição estava “calcada aos pés” e em que não havia direitos dos cidadãos ou estabilidade de princípios¹⁹². No bojo dessas discussões, chegaram a interpelar o ministério em exercício acerca da legalidade do “estado de guerra” declarado pelo ex-presidente no Pará, cobrando um posicionamento do governo sobre os abusos praticados pelo general¹⁹³.

Discursando na sessão de 6 de julho, Montezuma defendeu que, ainda quando o governo optasse pela aplicação de medidas de força para lidar com as rebeliões em curso no país, o fizesse com respeito às leis e à Constituição. Consoante o deputado, uma efetiva política de moderação, persuasão e convicção ia muito além da concessão de anistias, fundando-se antes na escolha de bons presidentes de província, no gasto econômico das rendas públicas, na proteção à indústria e estímulo à prosperidade do país, honrando e fazendo respeitar seu nome dentro e fora do território nacional¹⁹⁴. Consoante o deputado, enfim:

A causa dos rebeldes só se póde sustentar pelas arbitrariedades do governo geral, a causa dos rebeldes só póde merecer a sympathia e arrastar para o seu seio incautos e illudidos, quando se lhes fizer crer que o governo do paiz conspira contra as instituições, que não quer a constituição, que procura solapar, contaminar os alicerces magestosos de nossas garantias e direitos (*apoiados*);

¹⁹⁰ APB-CD, sessão de 27 de junho de 1839; p. 573. Fala de André Bastos de Oliveira (deputado pela província do Ceará)

¹⁹¹ APB-CD, sessão de 2 de julho de 1839; pp. 39-40. Nas diferentes ocasiões em que respondeu a seus acusadores, Andréa fez uso do argumento de que pacificara o Pará, tendo tratado ainda das péssimas condições da província e dos escassos recursos de que dispunha quando ali chegou, com vistas a justificar parte de suas ações. Falando na própria sessão de 2 de julho descreveu, assim, as diferentes circunstâncias em que solicitou apoio do governo central para facilitar o julgamento dos presos em decorrência da rebelião, afirmando não ter recebido, no entanto, tal auxílio. Defendeu, ademais, a divisão por ele empreendida da província em comandos militares, tratando ainda da péssima soldadesca de que dispunha e da necessidade que teve de recrutar todo indivíduo capaz de pegar em armas, disciplinando, contudo, tal força com vistas à manutenção da ordem. Manifestando-se na sessão de 11 de julho, Andréa chegou a afirmar que, se poderia ser imputado criminoso por sua conduta no Pará, também o deveriam ser os excelentíssimos ministros de Estado em atuação no país de inícios de 1836 até sua saída da presidência daquela província, pois que não haviam estranhado seus atos, tendo muitos dele, inclusive, elogiado sua conduta. APB-CD, sessão de 11 de julho de 1839; p. 151.

¹⁹² APB-CD, sessão de 28 de junho de 1839; p. 583. Fala de Ângelo Custódio

¹⁹³ APB-CD, sessão de 28 de junho de 1839; pp. 589-591. Fala de Teófilo Ottoni.

¹⁹⁴ APB-CD, sessão de 6 de junho de 1839; pp. 107-108.

uma vez que se prove o contrario, estou intimamente convencido de que a causa da legalidade obterá o triumpho.¹⁹⁵

Para além das tentativas de impugnação do diploma de Andréa (entre maio e junho de 1839) e dos debates em torno da lei de fixação das forças de terra no país (travadas entre junho e julho), também em agosto de 1839 os deputados se debruçaram sobre a trajetória do ex-presidente do Pará, tratando, desta vez, de sua indicação à presidência de Santa Catarina. Deste ponto, no entanto, trataremos no próximo item, valendo recuperar, por ora, o modo como o rol de arbítrios praticados por Andréa no Pará e, em ultima instância, permitidos pelo governo central, estava bastante vivo no imaginário dos representantes temporários, aparecendo novamente quando dos debates travados entre setembro e outubro deste ano no tocante à proibição das associações secretas e públicas no Pará.

Nesta conjuntura, mantendo a tônica do quão nocivos à ordem interna poderiam ser os arbítrios do governo, vários dos opositores da medida enfatizaram as ilegalidades de que se cercava a proposição daquela emenda. Para Teófilo Ottoni, por exemplo, o Pará não se encontrava em circunstâncias de rebelião, invasão de inimigos ou perigo iminente que justificassem a aplicação do §35, considerando inconstitucional, portanto, que se demandasse ali a suspensão de uma garantia. Ademais, na opinião do deputado, haja vista a fragilidade da situação paraense, particularmente no que tocava à invasão francesa no Oiapoque, era necessário animar entre seus habitantes o espírito de pertencimento à nação brasileira, sob o risco de ver quebrada a integridade territorial do Império. E isto, dizia Ottoni, não se conquistaria aprovando medidas que aprofundavam ainda mais as cicatrizes abertas naquela sociedade¹⁹⁶.

Também Limpo de Abreu questionou o governo sobre as bases legais em que se assentava seu pedido, destacando que, na ausência das condições previstas no §35 do art. 179, não havia embasamento jurídico para que os cidadãos paraenses fossem privados “do exercício de um direito que lhes compete em virtude da constituição e das leis”¹⁹⁷. Já para Moura Magalhães, a ilegalidade da medida assentava, antes de

¹⁹⁵ Idem; p. 108.

¹⁹⁶ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 484. Tratando das desvantagens do recurso a medidas de exceção pelos governos, Ottoni recorrerá ao pensamento de Benjamin Constant, que, segundo o deputado, havia estabelecido um “stigma forte e indelevel contra as leis excepcionaes, demonstrando que a conservação dos governos depende antes da execução constante da constituição e das leis, do que do desvio das normas ordinárias da constituição e das leis, mesmo em tempos que estejam um pouco além do ordinário”.

¹⁹⁷ APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 507.

mais nada, na interdição à Assembleia de legislar sobre o direito de associação, do qual nenhum cidadão poderia ser despojado¹⁹⁸. Ademais, dizia o deputado, ainda que tal medida estivesse “na alçada do corpo legislativo e na letra da constituição”, não havia, no Pará, rebelião ou invasão de inimigos que justificassem a exigência. Mais que isso, lembrava que, contra os abusos das sociedades secretas havia já o Código Criminal, cujos artigos 283 e 284 dispunham justamente sobre esta questão. Consoante o representante, enfim, nas leis ordinárias do país havia já remédio para prevenir possíveis conspirações contra a ordem pública tramadas nessas associações, não havendo qualquer necessidade – ou utilidade pública – de medidas excepcionais nesse sentido¹⁹⁹.

Nas palavras de Moura Magalhães:

Quando o governo quer governar mais do que aquillo que permite a constituição do império e do que reclamão as necessidades publicas, dahi não podem resultar senão funestos effeitos para o mesmo governo. [...] Portanto, nada de governar demais, mas governar dentro dos limites reclamados pelas necessidades publicas e na conformidade das leis. O corpo legislativo não póde tudo também. É um poder limitado como os outros.²⁰⁰

Para vários dos representantes temporários, portanto, a aprovação dessa medida não traria qualquer benefício ao Pará, lançando, pelo contrário, “um pomo de discórdia entre o povo e o presidente”, pois que faria acreditar “que elle não é mais do que o herdeiro do systema oppressivo de seu antecessor”²⁰¹. Em mais de uma ocasião, o governo foi interpelado sobre as origens daquela proposta, pois que, para os deputados que a ela se opunham e que conheciam minimamente o estado do Pará e os intuitos de seu novo presidente, ela não podia ter resultado de um pedido de Sousa Franco²⁰².

Para Limpo de Abreu, havia muitos motivos para se desconfiar das justificativas apresentadas pelo governo ao demandar a suspensão das sociedades

¹⁹⁸ Também Ângelo Custódio e Antonio Carlos de Andrada Machado recorreriam a esse argumento ao se oporem à emenda, enfatizando, o primeiro, que ao restringir esse direito, a medida comprimia o “espírito de associação, a cuja sombra a indústria, as artes e o commercio principião a florescer”. É interessante observar ainda que, na opinião desse representante, um dos piores aspectos da medida em discussão era o fato de recair “sobre as pessoas mais gradas e mais illustradas da província”, quando, para o deputado, “homens de tal categoria” não mereciam ser tratados com tamanha severidade. APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; pp. 457-458. Para a fala de Andrada Machado sobre o assunto ver: APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1839; p. 553.

¹⁹⁹ APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 533. Da mesma opinião era o deputado Montezuma: APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 465.

²⁰⁰ APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 534.

²⁰¹ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 457. Fala de Ângelo Custódio.

²⁰² Ver, por exemplo, APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839, p. 516 e sessão de 11 de outubro de 1839; pp. 548-549. Falas de Ângelo Custodio.

secretas e públicas no Pará e todo o restante do pacote de medidas extraordinárias cuja discussão se iniciara em 18 de setembro. Na opinião deste representante, os receios do governo não eram fiáveis e a situação não era tão grave quanto o ministério queria fazer crer²⁰³.

Em resposta a este turbilhão de acusações contra a emenda e o governo, pronunciaram-se unicamente o ministro da justiça, Ramiro Coelho, e Carneiro Leão que, saindo em defesa da medida, advogaram os bons frutos que se poderia colher de tal proibição em situações como a vivida no Pará. Para Carneiro Leão, por exemplo, em uma província em que a população se encontrava recém saída de uma rebelião, as sociedades políticas podiam se tornar perigosas, pois que a “mocidade inexperiente e ainda demasiado entusiasta” que ali se reunia para discutir “systemas políticos” podia apresentar graves riscos ao “socego publico”. Ademais, dizia o deputado, uma vez que o Pará já contava com uma assembleia provincial convocada, “pouca utilidade se póde tirar das associações politicas”, não lhe parecendo grave que seus cidadãos fossem privados daquele direito²⁰⁴.

Já para o ministro Ramiro, a proibição das sociedades secretas e públicas possuía a vantagem de evitar que tais associações acobertassem partidarismos, contribuindo, portanto, a que a ordem se firmasse na província do Pará que, a despeito de pacificada, se ressentia ainda “dos males que experimentou”. Buscando rebater, assim, os diferentes argumentos elencados pelos opositores da emenda, o ministro lembrou os representantes que medida semelhante vigia no Rio Grande do Sul desde 1836, não havendo motivos para tamanho alarde por conta de sua proposição, agora, para o Pará. Recusando o argumento de que, por tratar-se de um direito natural, “próprio do homem e filho de suas necessidades”, o direito de associação estaria fora da alçada do legislativo, Ramiro afirmava que, em sua opinião, não havia direito algum “a que a sociedade politica não possa pôr restricções para maior beneficio da mesma sociedade”²⁰⁵. Respondendo ainda aos clamores dos deputados pela aprovação de medidas conciliadoras na província, pedia que não se esquecessem de que o projeto em discussão demandava também a prorrogação da faculdade de conceder anistias aos envolvidos em crime de rebelião.

Tratando, por fim, das denúncias de que a situação paraense não cumpria as exigências necessárias à aplicação do §35 do art. 179 – já que não haveria, ali,

²⁰³ APB-CD, sessão de 18 de setembro de 1839; p. 207.

²⁰⁴ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 476.

²⁰⁵ APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 539.

rebelião ou invasão de inimigos que justificasse a dispensa das garantias constitucionais dos cidadãos – Ramiro assim respondeu:

Se não ha rebelião no Pará, disse o nobre deputado, porque pede o governo a medida relativa ás associações? A medida relativa ás associações não póde ser comprehendida no numero das garantias declaradas no art. 179 da constituição: não é nenhuma das garantias qualificadas na lei do estado, portanto a sua suspensão não depende da existência da rebelião, como depende a suspensão das outras garantias.²⁰⁶

A medida, como vimos, acabou rejeitada pela deputação, mas não deixa de ser interessante analisar o modo como a situação paraense esteve no horizonte de preocupações dos parlamentares brasileiros por todo o ano de 1839. Chama a atenção, ainda, a forma com que a atuação do ex-presidente Andréa seguiu diretamente atrelada à história daquela província e o modo como marcou, sob diferentes aspectos, a classe política nacional. Tratando, por exemplo, do “sistema de terror” de que considerava ter feito uso o Gabinete de 19 de setembro no país, Teófilo Ottoni utilizaria, como prova de suas afirmações, a chancela dada por aquele ministério à atuação de Andréa no Pará. Relembraria ainda seus colegas de que a causa da demissão daquele presidente não residira, como se quisesse fazer crer, na descoberta das atrocidades por ele praticadas ao norte do país, mas antes no desejo daquele Gabinete de nomeá-lo para a presidência do Rio Grande do Sul²⁰⁷.

Se tal nomeação acabou não acontecendo nos primeiros meses de 1839, concretizou-se, no entanto, pouco depois (em agosto daquele ano), a indicação e aprovação de Andréa para a presidência de Santa Catarina, levando preocupação, uma vez mais, aos representantes nacionais.

A história recente de Santa Catarina inquietava já os parlamentares, pois nos primeiros meses deste ano, antes mesmo da abertura da Assembleia, a província passara por momentos bastante difíceis em decorrência da adesão da vila de Lages à revolta farroupilha, com sua consequente incorporação à república Rio-Grandense; dos planos de ocupação da vila de Laguna; e das tentativas de seu presidente, João Carlos Pardal, de aplicar, ali, o §35 do art. 179.

Não espanta, assim, que todas essas questões tenham se misturado quando da discussão da emenda apresentada por Carneiro Leão, em 18 de setembro de 1839,

²⁰⁶ Idem. Ibidem.

²⁰⁷ APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1839; p. 557. O próprio Andréa já havia sugerido que sua saída do Pará não fora devida a uma pretensa “má administração”, mas antes ao fato de o governo considerá-lo “necessário em outra parte”. APB-CD, sessão de 11 de julho de 1839; p. 151.

propondo que o governo ficasse autorizado, pelo período de um ano, a “fazer sair” de Santa Catarina “as pessoas perigosas á paz publica”.

O direito de deportar suspeitos da província de Santa Catarina.

Quando, em 18 de setembro de 1839, o ministro da Justiça Ramiro Coelho sugeriu que, em virtude da piora na situação de Santa Catarina (desde a apresentação do projeto de 31 de julho), a suspensão de “alguma garantia constitucional” fosse aprovada também naquela província, retomou uma discussão travada pelos representantes da assembleia catarinense desde março de 1839, quando o presidente Pardal propusera ao legislativo provincial o recurso ao §35 do art. 179. Ao retomar a necessidade da medida, portanto, o governo ignorava ou, ao menos, fingia ignorar, que já por duas vezes ela fora recusada pelos deputados da assembleia provincial, parecendo desconsiderar ainda o inflamado debate público que a insistência de Pardal gerara dentro e fora da província.

Em edição de 13 de abril de 1839, o *Jornal do Commercio* publicou três documentos de grande importância à compreensão dos acontecimentos de Santa Catarina no início de 1839²⁰⁸. No primeiro deles, uma “carta particular” não assinada, datada de 26 de março, o missivista descrevia os últimos “desmandos” do presidente Pardal e as polêmicas que sua atuação vinha gerando na província. Dentre tais desmandos estava, consoante o documento, o “disparatado e anarchico” pedido de suspensão das garantias dos cidadãos da província, justificado pela confirmação da invasão de Lages e da adesão dos habitantes daquela vila à revolta. Em acordo com o autor da carta, o pedido conformava mais uma prova do péssimo sistema de governo adotado por Pardal que, constantemente desconfiado das simpatias dos catarinenses pelos rebeldes do Sul, se concentrara em desenvolver todo “um aparato militar aos olhos do pacifico povo”, aumentando e dando vulto a qualquer “ligeira desavença” que encontrava, ao invés de atuar por seu apaziguamento. O documento listava, assim, uma série de medidas despropositadas, e “de terror”, tomadas pelo presidente, alegando que “o máo systema de tantas vezes se pôr em attitude hostile para com o povo, como simples medida de prevenção, he o meio mais facil e prompto de provocar terribes conflictos”²⁰⁹.

Nas palavras do missivista, os ânimos se tornavam cada vez mais “azedos” na província, havendo uma indignação geral contra o presidente, “em consequência de

²⁰⁸ *Jornal do Commercio*, nº 83 – 13/04/1839; pp. 1-2.

²⁰⁹ *Idem*; p. 1.

sua inexperiencia e imbecillidade, que tem lhe alienado as affeições do povo, pelas imprudências que tem commettido”. Em sua opinião, o governo deveria providenciar, sem demora, a substituição do presidente Pardal por um outro nome, pois que o mantendo por mais 2 ou 3 meses à frente da província, havia muito o que temer.

Em nova missiva, datada do dia 27 de março de 1839 e publicada em sequência à do dia 26, seu autor dizia ter pouca coisa a acrescentar às notícias do dia anterior, cabendo descrever, contudo, os acontecimentos da última sessão da assembleia provincial, do próprio dia 27. Tratava, assim, de uma “nova mensagem” dirigida pelo presidente àquele colegiado, “repetindo o pedido que em outra ocasião fizera, sobre a suspensão de garantias”. Para o autor da carta, o motivo em que se fundava a retomada do pedido, principalmente, o avanço dos rebeldes sobre o território catarinense e sua aproximação da região de Laguna, não passava de uma “ridícula urdidura”, por meio da qual o juiz de paz da vila de Laguna e o comandante das forças da região buscavam iludir o “crédulo e imbecil Pardal”, a fim de que não fossem enviados para o sul do país, os 400 homens da coluna de Laguna cuja partida fora exigida pelo ministro da guerra. Em suas palavras, por fim, “o governo, se estivesse bem informado, deveria mandar, quanto antes, hum presidente com mais tino, e menos accessivel á intriga e ao medo”²¹⁰.

Em sequência a este documento, o *Jornal do Commercio* publicou, então, a mensagem encaminhada pelo presidente à assembleia provincial – intermediada pelo secretário da presidência – datada de 27 de março. Apresentando aos deputados “noticias officiais” que davam conta da aproximação dos rebeldes da vila de Laguna – cujo porto pretendiam tomar – e dos “planos concertados” que havia entre “anarchistas internos [de Laguna e Lages] com os rebeldes de Piratinim”, a mensagem reiterava pedido previamente apresentado pelo presidente, “sobre medidas legislativas, quaes as que impetrou quando foi comunicado á assembléa o successo de Lages”.

E posto que as circumstancias actuaes não apresentem aspecto agradável, S. Ex. me ordena, comtudo, assegurar de sua parte á assembléa, que empregará todos os meios a seu alcance para conservar a província que lhe foi confiada, que talvez os anarchistas tenham de arrepender-se de marchar na vereda do crime; que serão baldados seus esforços por abysmar a patria na destruição e anarchia; e que na ultima extremidade, S. Ex. saberá lembrar-se que – *salus populi suprema lex est.*²¹¹

²¹⁰ Idem; pp. 1-2.

²¹¹ Idem; p. 2.

Por meio de edição do *Diário do Rio de Janeiro* de 17 de abril de 1839, por sua vez, ficamos sabendo que a mensagem do presidente fora encaminhada a uma comissão especial da assembleia provincial, que novamente recusou aquele pedido²¹². Consoante o periódico, tal recusa, unanimemente aprovada pela assembleia, fundar-se no reconhecimento dos deputados de que a província não se encontrava em perigo tal que justificasse o emprego de meios extraordinários. Ademais, dizia o artigo do *Diário*, a assembleia não se considerava autorizada a aprovar essa medida, ainda que a salvação da província a exigisse, uma vez que – repetindo, neste ponto, argumentos já apresentados no país –, considerava-se impedida de recorrer ao §35 do art. 179 enquanto vigesse a Regência no Brasil²¹³.

Conforme o periódico, a comissão ponderava ainda que, estando próxima a data de abertura da Assembleia geral, o presidente Pardal poderia a ela recorrer, no caso de seguir considerando indispensável a medida solicitada. Por fim, afirmava que:

Quanto aos sentimentos que o presidente enuncia de que, na ultima extremidade, saberá lembrar-se que *a salvação pública é a lei suprema*, pondera a assembleia que o primeiro dever da autoridade publica é dar o exemplo de respeito e obediência às instituições do país: que no caso de S. Exc. lançar mão do recurso extraordinário de que se lembra, carregue ele só com a responsabilidade; entretanto que a assembleia provincial, fiel ao seu juramento, recorrerá somente ao meio constitucional, que lhe dá o §9 do art. 11 da lei das reformas – em cujo desempenho saberá cumprir o sagrado preceito de velar na guarda da constituição e das leis.

Também o *Aurora Fluminense* comentou, em edição de 16 de abril de 1839, a situação vivida em Santa Catarina, atribuindo à inépcia de seu presidente, e do Ministério que o mantinha no poder, os futuros males que certamente abateriam a província²¹⁴. Consoante o periódico, “Pede-se o terror para curar os males provenientes do mesmo terror!”, caindo Pardal e o Gabinete em um “circulo vicioso” que levaria necessariamente à conflagração da província. Tratando da “espécie de ameaça” com que o presidente arrematara a mensagem encaminhada à assembleia

²¹² *Diário do Rio de Janeiro*, nº 86 – 17/04/1839; p. 2.

²¹³ Idem. Ibidem. “A assembléa diz mesmo não considerar-se autorizada, para tanto, apesar de existir já um precedente (o da assembléa provincial da Bahia); porquanto, diz o parecer da comissão especial, que foi unanimemente aprovado, ‘as assembléas legislativas provinciaes, pelo §8º do art. 11 do acto adicional, exercem sobre suspensão de garantias attribuições cumulativas com o governo geral, nos mesmos casos, e pela mesma forma, em que elle o póde fazer: e como, em virtude do artigo 19 §6º da lei das attribuições da regência, de 14 de junho de 1831, se acha o governo geral temporariamente privado de semelhante attribuição, si não é claro, fica ao menos muito duvidoso que as assembléas provinciaes, durante a menoridade de S. M. o Imperador, possam legalmente suspender as formalidades que garantem a liberdade individual, pois, si o governo o não póde actualmente fazer, também a assembléa provincial não póde exercer cumulativamente aquella attribuição’.”.

²¹⁴ *Aurora Fluminense*, nº 130 – 16/04/1839; pp. 1-2

provincial aos 27 de março, os redatores do *Aurora* recusavam a ideia de recurso a “leis de salvação pública”.

A lei suprema no Brasil é a constituição, fora d’ella não ha salvação possível: o *salus populi* é a palavra das revoluções e o sofisma do poder arbitrário. E quem o invoca é o mesmo Presidente incumbido de guardar a constituição, e de plantar o respeito d’ella no coração dos povos.²¹⁵

Apesar da forte crítica direcionada ao presidente Pardal e da recusa à invocação do *salus populi*, os redatores do artigo reconheciam, no entanto, a gravidade da situação catarinense, admitindo que, ainda supondo as informações apresentadas pelo presidente um tanto exageradas, tratava-se de conjuntura bastante delicada. Atribuíam, então, a responsabilidade por tal cenário à política do ministério de 19 de setembro que, longe de trazer tranquilidade ao país, aumentara ainda mais a rebeldia pela via dos “meios extraordinários extorquidos” do Legislativo nacional “a título de pacificação”, afugentando “a ordem e a paz de toda parte”²¹⁶.

Abertos os trabalhos legislativos de 1839, notícias sobre a situação vivida em Santa Catarina entre março e abril, bem como a exposição do pedido de suspensão de garantias por seu presidente, foram apresentadas ao plenário pelo deputado eleito por aquela província, Jeronymo Francisco Coelho, aos 10 de junho. Anunciando, de saída, suas discordâncias com a atuação do presidente Pardal, afirmou querer comprovar o quanto sua administração recorria à violência, desprezava a lei e ofendia as garantias dos cidadãos.

Acusava aquele presidente, assim, de ter solicitado a suspensão de garantias despoído de quaisquer provas efetivas das alegadas invasões a Lages e Laguna, recusando à assembleia provincial os documentos comprobatórios por ela solicitados e colocando desnecessariamente em alerta os habitantes da província. Nas palavras do deputado:

Ha quem tenha clamado muito que a assembléa fez mal em negar a suspensão de garantias no momento em que as forças rebeldes ião estender a rebellião á província de Santa Catharina; mas além de que tal invasão foi toda figurada, eu digo que a assembléa tendo a coragem de negar esta medida, salvou a provincia de Santa Catharina; digo isto, porque com effeito conheceu-se que a suspensão de garantias não era para combater rebeldes, era uma medida de terror, era um meio efficaz para serem opprimidos aquelles que tinham o grande crime de não serem affeioados á administração do Sr. Pardal.²¹⁷

²¹⁵ Idem; p. 1

²¹⁶ O artigo foi publicado, contudo, no dia mesmo da demissão do Gabinete de 19 de setembro, apregoando, ao fim, “O ministério está a morrer, deixando-nos o triplicado legado da anarchia nas províncias, a crise nas finanças, e a desmoralização no paiz”. Idem; p. 2.

²¹⁷ APB-CD, sessão de 10 de junho de 1839; p. 347.

Por mais de uma vez, então, Coelho reiterou que a suspensão de garantias desejada pelo presidente não mirava os habitantes de Lages, mas sim os do restante da província, que Pardal não acreditava poder governar senão com recurso a medidas de exceção. Relembrando, ainda, as ameaças do presidente de que recorreria à máxima do *salus populi* em caso de recusa da assembleia às medidas demandadas, o deputado destacava o modo como Pardal tencionava colocar-se acima das leis e da constituição²¹⁸.

Por este breve resumo da situação catarinense nos primeiros meses de 1839 vê-se, portanto, que a questão da suspensão de garantias configurava temática conhecida de seus representantes, gerando polêmicas e desconfianças dentro e fora da província. Acontece que, por mais que o presidente Pardal tivesse sido bastante atacado nos meses de março, abril e junho de 1839 por pretensamente manipular informações sobre a província com vistas à consecução de seus objetivos pessoais, fato é que, em julho deste ano confirmou-se a tomada da vila de Laguna pelos rebeldes farroupilhas. Em março, como dissemos, já havia se confirmado a adesão da população de Lages à revolta e a incorporação daquela vila à República Rio-Grandense, conformando-se, doravante, com a tomada de Laguna, a República Catarinense, ou República Juliana, que, ao longo de seus quatro meses de duração, configurou um estado federado à República Rio-Grandense²¹⁹.

Foi nesta conjuntura que, admitindo a insuficiência da atuação de Pardal à frente da província, o governo decidiu por sua substituição e pela indicação de Francisco Soares d'Andréa ao cargo. Ao ser anunciada na Câmara dos deputados – haja vista a necessidade de que aquele colegiado anuísse com a dispensa de Andréa²²⁰ – a medida provocou perplexidade em alguns representantes, que não se

²¹⁸ A questão seria abordada ainda nas sessões de 12 e 17 de junho de 1839, respectivamente pelo ministro da guerra à época dos acontecimento em Santa Catarina, Sebastião do Rego Barros, e novamente por Coelho, que rebateria a defesa de Pardal realizada por Rego Barros. APB-CD, sessão de 12 de junho de 1839; pp. 385-393; e sessão de 17 de junho de 1839; pp. 447-453.

²¹⁹ Gustavo Marangoni Costa. *Entre contrabando e ambiguidades: outros aspectos da República Juliana. Laguna/SC – 1836-1845*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis-UFSC, 2011; pp. 39-40.

²²⁰ Na sessão de 8 de agosto de 1839 foi lido na Casa um ofício do ministro do Império solicitando que, em virtude da necessidade do emprego do marechal Andréa na presidência da província de Santa Catarina, a Assembleia passasse determinação nesse sentido, afastando-o de sua atual cadeira de deputado para tomar posse daquele cargo. APB-CD, sessão de 8 de agosto de 1839; pp. 545-546. O parecer autorizando a dispensa de Andréa e chamando, para tomar assento na Casa, em seu lugar, a João Candido de Deus e Silva, datou da sessão de 14 de agosto de 1839. APB-CD, sessão de 14 de agosto de 1839; p. 623.

conformavam que o governo mandasse substituir, naquela província, um presidente arbitrário por outro com passado ainda pior²²¹.

Ante a demanda de deputados como Teófilo Ottoni e Limpo de Abreu, contudo, para que o governo prestasse esclarecimentos sobre as circunstâncias específicas que haviam levado à demissão de Pardal e à escolha de Andréa, parte dos representantes se manifestou em defesa da proposta, abdicando de polemizar sobre uma medida de segurança pública que viam como bastante sensível àquela altura dos acontecimentos²²².

Dos breves debates travados, ainda na sessão de 8 de agosto, sobre essa questão, saltam aos olhos posicionamentos como o de Carneiro Leão, de ampla defesa da atuação de Andréa no Pará, e os de Limpo de Abreu e Montezuma, que enfatizaram o passado de desmandos daquela figura, discordando de seu afastamento da Câmara para assumir a presidência de Santa Catarina. Enquanto para Carneiro Leão, portanto, a pacificação do Pará devia-se totalmente a Andréa, cujo único “pecado” era ser excessivamente sincero, pois que, recusando meias palavras, tinha a coragem de admitir o recurso a medidas controversas²²³, para Limpo de Abreu e Montezuma, eram altos os riscos envolvidos no envio, à presidência de Santa Catarina, de um homem cujos arbítrios cometidos no Pará ainda não estavam

²²¹ Fala de Teófilo Ottoni na própria sessão de 8 de agosto. APB-CD, sessão de 8 de agosto de 1839; p. 546.

²²² Manifestaram-se nesse sentido os deputados Herculano Ferreira Penna (MG), Carneiro Leão, Nunes Machado, Joaquim José Rodrigues Torres, José Antonio Marinho (MG) e Henriques de Rezende. Pela amplitude e diferenças de posicionamento político desses homens, vê-se que a questão foi efetivamente vista como de grande gravidade no país. Também defenderam a substituição de Pardal por Andréa na presidência de Santa Catarina os ministros da fazenda, Candido Batista, e do Império, Paula Albuquerque.

²²³ A eloquente defesa de Andréa realizada, à mesma altura, pelo senador Bernardo Pereira de Vasconcelos, parece-nos diretamente relacionada aos debates então travados na Câmara baixa, em que a figura do ex-presidente do Pará foi seguidamente atacada. Como vimos acima, nessa ocasião, Vasconcelos defendeu um voto de agradecimento público a Andréa por sua atuação no Pará, atribuindo-lhe a pacificação da província e reconhecendo que, ainda que fosse dever do homem obedecer às leis, havia casos em que a lei primeira era a salvação do Estado. Respondendo à manifestação de Vasconcelos, Ferreira de Mello afirmaria, por sua vez, que ainda que a salvação do país fosse a primeira lei do Estado, não se deduzia daí que o Governo tivesse autoridade para fazer calar a Constituição. Nas palavras do senador: “[...]o Governo que isto fizer ha de ser esmagado (*apoiado*); e estas proposições me parecem anarchicas, principalmente pela fonte donde emanaram. Dentro da Constituição estão todos os meios de se salvar o Paiz, ella autorisa a suspensão de garantias, os meios de se habilitar o Governo com forças; podem-se fazer leis apropriadas, sem que se ataque a Constituição com o pretexto de salvar o Paiz, pois tal proposição torna-se tanto mais suspeitosa, quanto é proferida por um nobre Senador que pouca consideração tem tido para com a Constituição; seus actos como Ministro, e suas opiniões emitidas na tribuna; assim o mostram de sobejo: é, pois, minha convicção que o nobre Senador, quando quer ir a um fim, importa-se pouco com a Constituição; ella lhe merece pouco respeito. Eu entendo o contrario, julgo que dentro da Constituição estão todos os meios para a salvação do Estado, e quem o contrario entender ha de se achar enganado.” ASIB, sessões de 7 e 8 de agosto de 1839; pp. 113-114 e p. 136.

“acertados”²²⁴, devendo-se questionar ainda os duvidosos fundamentos dessa indicação por parte do governo.

Para Teófilo Ottoni, enfim, as lacunares notícias disponibilizadas pelo governo acerca das províncias revoltosas, analisadas paralelamente a pedidos como esse, de troca do presidente de Santa Catarina, faziam-no “desconfiar, e recear que o ministério pretenda seguir a política de quase todos os governos em circunstâncias melindrosas, que é aproveitarem os males públicos para pedirem mais arbítrio e neutralizar aquelas leis que eles julgam perigosas, ou pouco consentâneas com a continuação de seu domínio”²²⁵.

As desconfianças de Ottoni não nos parecem desprovidas de fundamento. Pelo contrário, há que se pensar na conjuntura específica em que Andréa foi designado à presidência de Santa Catarina e nas possíveis expectativas do governo com aquela indicação. Afinal, se a presença de Andréa na Câmara dos deputados vinha gerando “comoção” suficiente para que o governo cogitasse retirá-lo dali com vistas a minimizar esses conflitos²²⁶, não nos parece casual que, ante os desafios enfrentados em Santa Catarina, seu nome tenha aparecido com força ao ministério. Diferentemente de Pardal, por exemplo, que falhara ao demandar dos representantes provinciais as medidas extraordinárias que lhe pareciam necessárias ao restabelecimento da ordem na província, a trajetória de Andréa indicava que, em situações semelhantes, ele saberia dispor da legislação do país com vistas à consecução de seus intuitos, fazendo as coisas acontecerem da maneira planejada, a despeito dos trâmites legais e mesmo ao arrepio da Constituição.

Fosse como fosse, o pedido do governo acabou aprovado pelos representantes e Andréa assumiu, de fato, a presidência de Santa Catarina. Foi, inclusive, em razão de sua nomeação que parte dos representantes recusou, entre setembro e outubro de 1839, a emenda proposta por Carneiro Leão prevendo que o governo pudesse deportar os indivíduos suspeitos daquela província.

Para além de reforçarem, assim, o argumento de que o §6º do art. 179 (concernente ao direito de ir e vir) não configurava mera formalidade, mas sim um direito dos cidadãos, o que impossibilitava sua dispensa no país, parte dos representantes contrários à emenda alegou que sua oposição àquela medida fundava-se, acima de tudo, no fato de que seria Andréa o responsável pela sua execução.

²²⁴ APB-CD, sessão de 8 de agosto de 1839; pp. 558-560.

²²⁵ APB-CD, sessão de 13 de agosto de 1839; p. 609.

²²⁶ É dessa opinião André Roberto de Arruda Machado. Op. cit., 2011; p. 14.

Assim se manifestou sobre esse ponto, na sessão de 5 de outubro, o deputado Ângelo Custodio:

Voto também contra a [emenda] que se refere á Santa Catharina, porque o actual presidente não me merece confiança. Temo muito entregar nas suas mãos uma arma tão terrível, e da qual necessariamente elle ha de abusar. E demais, para deportar elle não necessita de autorisação, porque elle não obedece senão á lei do seu capricho. A constituição é para elle um fantasma que não mette medo nem inspira confiança; elle zomba de tudo quanto é lei, elle só conhece o império de sua vontade.²²⁷

Já consoante Teófilo Ottoni, ainda quando não considerasse inconstitucional que presidentes de província pudessem deportar indivíduos considerados perigosos, dizia não poder concordar com tal emenda fundamentalmente por ser Andréa o presidente da província de Santa Catarina e por estarem ainda frescas em sua memória as atrocidades por ele cometidas no Pará. “Poderei eu dar a este homem uma medida de confiança desta natureza?”, perguntava-se o deputado. “Eu não: por meu voto não”, respondia ele na sequência²²⁸.

Saindo em defesa de Andréa na sessão de 9 de outubro, o ministro da Justiça, Ramiro Coelho, rebateu os argumentos de que a medida era ainda mais perigosa por ser executada por aquele indivíduo específico. Em sua opinião, ainda que coubesse lamentar o sangue brasileiro vertido no Pará – e ainda que coubesse admitir o recurso, por Andréa, de “uma ou outra medida mais violenta, reclamada pelas difficilimas circumstancias em que se achou collocado” –, não se lhe poderia tirar a glória de ter pacificado aquela província e os muitos bens que tal ação trouxera ao país.

Em explícita provocação aos deputados, o ministro evocava, então, a ideia de que a concordância dos representantes, algumas sessões mais cedo, com a dispensa de Andréa, configurara uma “espécie de justificação” à conduta anterior daquela figura, uma admissão, portanto, pelos deputados, de que não desapreciavam aquele “official general” e que, pelo contrario, possuíam “bem fundadas esperanças de que elle vá prestar relevantes serviços ao paiz”²²⁹. A este argumento responderiam, imediatamente na sequência, Ottoni e Nunes Machado, negando que sobre a Câmara recaísse a responsabilidade por aquela escolha. Também Andrada Machado recusaria,

²²⁷ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; pp. 458-459.

²²⁸ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 486.

²²⁹ APB-CSD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 515.

na sessão de 11 de outubro, a proposição de Ramiro Coelho, negando qualquer responsabilidade pela nomeação de Andréa à presidência de Santa Catarina²³⁰.

Antes de seguirmos com a análise das reações parlamentares à proposta de deportação de indivíduos também da província do Maranhão, vale a pena recuperarmos os argumentos mobilizados a favor e contrariamente à medida de deportação, em si, nas sessões de 9 e 10 de outubro de 1839, respectivamente pelo ministro da Justiça do país, Ramiro Coelho, e pelo deputado pela província da Bahia, Moura Magalhães.

Falando na sessão de 9 de outubro, Ramiro Coelho se oporia a uma série de argumentos mobilizados na Casa em oposição às medidas de deportação, fundados, por um lado, na ideia de que, longe de se tratar de uma medida preventiva, a deportação configurava verdadeira pena imposta aos suspeitos, e, por outro, no fato de a suspensão do direito de ir e vir encontrar-se constitucionalmente interdita no país, uma vez que se tratava da anulação temporária de um direito e não de mera formalidade.

Rebatendo a ideia de que a prática da deportação configurava uma pena, o ministro justificava seu ponto de vista apontando as diferenças existentes entre uma e outra medida, “quer eu a considere no modo por que começa, que no modo por que acaba, quer mesmo eu a considere em seus efeitos”²³¹. Consoante Ramiro Coelho, então, se a imposição de uma pena começava com um processo e uma sentença que imprimia ao delinquente o “stigma da deshonra”, a “remoção” de um indivíduo da província podia realizar-se sem desonra e, pelo contrário, com utilidade pública. Já no que tangia ao modo como acabava cada uma das medidas em questão, o ministro dizia que as penas não expiravam senão quando findo o prazo previsto a sua duração, ou quando o delinquente recebia perdão, enquanto, nos casos de deportação, a “remoção do indivíduo” não durava senão o tempo imposto pela necessidade pública, podendo o próprio corpo legislativo fazer cessar essa medida ante a alteração das circunstâncias. Tratando, por fim, dos efeitos dessas medidas, afirmava que se o efeito de uma pena

²³⁰ APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1839; pp. 553-554. Lembremos que este ponto fora debatido pelos deputados ainda em agosto de 1839, quando das discussões sobre a dispensa de Andréa, ocasião em que o ministro da fazenda, Candido Batista, eximira integralmente os representantes de qualquer responsabilidade por aquela escolha. Nas palavras do ministro: “Se a câmara deposita confiança no governo, e crê na sua palavra, deve dar a concessão, do contrario a nega; mas entrar no exame da conduta do ex-presidente não compete á câmara; assim como da concessão da dispensa não lhe resulta responsabilidade alguma, que toda recahe sobre o governo”. APB-CD, sessão de 8 de agosto de 1839; p. 557.

²³¹ APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 514.

era a suspensão dos direitos políticos do incurso, a medida de deportação não tinha a mesma implicação, pois que o deportado podia ser eleitor, votar e ser eleito.

Analisando, por sua vez, se a medida de deportação implicava a suspensão de um direito, e não de uma formalidade, Ramiro Coelho chamou a atenção ao fato de todos os parágrafos do artigo 179 regularem, em sua opinião, direitos dos cidadãos, inexistindo, portanto, as diferenças que se queria fazer crer entre direitos e formalidades.

A estes argumentos Moura Magalhães responderia na sessão de 10 de outubro, recusando, de saída, qualquer previsão da Carta de 1824 passível de legitimar a deportação de um indivíduo ou de permitir que o Legislativo facultasse ao governo tal medida. Analisando o conteúdo mesmo do §35 do art. 179, o deputado afirmou que o direito de permanecer ou sair da província não estava dentre as formalidades que, consoante aquele parágrafo, poderiam ser dispensadas nos casos de rebelião ou invasão de inimigos externos. Conforme sua interpretação da Constituição, a medida prevista pelo §35 restringia-se à prisão sem culpa formada e às buscas domiciliares, ainda durante a noite, aproximando-se, nesse sentido, da medida inglesa conhecida como “suspensão do *habeas corpus*”²³².

Em acordo com o representante, portanto, quando na Inglaterra se dizia “suspensão do *habeas corpus*”, dizia-se suspensão das formalidades com que o cidadão inglês poderia ser preso, o mesmo aplicando-se para o Brasil, o que permitia a suspensão, em tempos tumultuados, de formalidades como “culpa formada, mandato do juiz, ordem por escrito, legalidade do executor”, todas concernentes à prisão dos delinquentes. “Já se vê pois que a constituição bem entendida não leva a ponto de se poder suspender a arbítrio tudo aquilo que o governo inventa”, afirmou ainda o deputado.

Para além do exemplo inglês, Moura Magalhães recorreu ainda ao jurista português Silvestre Pinheiro Ferreira com vistas a reforçar seu argumento, mobilizando a leitura daquele jurisconsulto sobre o §34 do art. 145 da Carta portuguesa de 1826 – considerada por Magalhães uma “copia da nossa” – em tudo semelhante ao §35 do art. 179 da Carta brasileira. Mostrava assim o modo como, consoante Silvestre Pinheiro, as formalidades passíveis de dispensa no texto português reduziam-se explicitamente aos casos de buscas domiciliares e prisão sem culpa formada, afirmando, com o jurista português, que “todas as demais garantias

²³² APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 531.

dos direitos naturaes, mencionadas na carta, são actos essenciaes, e não meras formalidades”²³³. Para Moura Magalhães, enfim, era inegável a interdição existente, também na Carta brasileira, a que se exercesse “o direito de deportar”, que, além de tudo, constituía “verdadeira pena”.

Conforme esse representante, enfim:

O art. 179 da constituição, quando diz que os direitos dos cidadãos têm por base a liberdade, segurança e propriedade, estabelece a tese geral, e entrando-se no espirito filosófico da constituição, conhece-se que estabeleceu garantias para assegurar esses mesmos direitos, que é tudo o mais que a constituição desenvolve. Cumpre que o Sr. ministro não confunda direitos com garantias. Direito não dá a sociedade: a sociedade não dá o direito de propriedade, o direito de liberdade; quem dá ao cidadãos estes é a natureza, é o seu trabalho, são seus esforços; a sociedade só garante estes direitos pela maneira exarada na constituição. Mas quais são as formalidades que a constituição manda suspender? Eu já disse como entendia isso: é somente quanto a prisões e visitas domiciliarias, e nada mais. É quanto é suficiente para manter a ordem pública em qualquer província agitada.²³⁴

Discursando imediatamente na sequência, Ramiro Coelho se oporia novamente a esta interpretação do §35, recusando que, em conformidade ao texto constitucional, as garantias passíveis de suspensão estivessem limitadas aos casos elencados por aquele deputado. Recuperando, assim, a oposição de Magalhães às deportações e a quaisquer outras medidas preventivas que não a prisão sem culpa formada e as visitas domiciliares, o ministro afirmou:

Aonde está isto na constituição? Peço ao nobre deputado que o mostre. Devo eu antepor a opinião do nobre deputado, que só enxerga na constituição como medidas preventivas, as visitas domiciliarias e prisões sem culpa formada, à interpretação do corpo legislativo. **Que por tantas vezes tem resolvido que outras medidas preventivas podem ser empregadas relativas ao Rio Grande do Sul?** Eu quero a **interpretação autentica** que o corpo legislativo tem dado à constituição; não hei de antepôr a minha visão á interpretação autentica do corpo legislativo: um vez que está dada, eu devo obedecer. Disse o nobre deputado que podia produzir em abono de sua opinião o Sr. Silvestre Pinheiro. Respeito muito a este senhor, como político e como jurisconsulto; mas respeito mais ao corpo legislativo do Brazil: a interpretação do corpo legislativo do Brazil é mais que a opinião de um publicista.²³⁵

Para além de referir-se, então, à amplitude de garantias ou formalidades previstas pelo art. 179 cuja dispensa havia sido anteriormente autorizada pelos deputados nacionais, a fala de Ramiro Coelho remetia ainda a uma discussão que corria paralela a esta (à qual voltaremos no próximo item), relativa às diferentes

²³³ Idem; p. 532.

²³⁴ Idem; pp. 532-533.

²³⁵ Idem; p. 539.

circunstâncias em que, desde 1835, o §35 fora executado no país, sob a chancela dos legisladores, sem que estivesse de fato em causa o crime de rebelião tal como definido pelo Código Criminal de 1830.

Para os partidários dessa leitura, portanto, dentre os quais o próprio Ramiro, a aplicação da suspensão de garantias nos últimos anos, a despeito de envolta em uma série de irregularidades, criara jurisprudência, justificando, a cada nova conjuntura de conflitos, que o §35 do art. 179 fosse uma vez mais mobilizado no país, mesmo em desconformidade aos preceitos constitucionais.

Respondendo, em certa medida, aos partidários desta visão, Antonio Carlos de Andrada Machado afirmou, na sessão de 11 de outubro, que o fato de os deputados virem fazendo uso da suspensão de garantias e de medidas de deportação nos últimos anos não eliminava o fato de que o faziam erroneamente. Consoante o deputado paulista, “não ha poder que faça que seja justo o que é injusto”. Dizendo respeitar em demasia a Câmara, Andrada Machado disse também que sempre que ela praticasse uma injustiça, caberia a ele dizer que se tratava então de injustiça²³⁶. Rebatendo, enfim, o argumento do ministro de que, ao atuar repetidas vezes em determinado sentido, os legisladores haviam imprimido uma “interpretação authentica” à medida de suspensão de garantias, Andrada Machado afirmou:

Disse ainda o Sr. ministro que no sentido de sua definição, tinha havido interpretação do corpo legislativo. Eu não entendo que haja interpretação authentica senão por lei própria, e não que se possa considerar assim uma resolução em que se não fallou de interpretar a constituição, e na qual apenas se concedeu o que se não podia conceder. Sei que algum doutor póde haver nesta casa que queira sacrificar a liberdade á ordem; mas eu lhe direi: - Sr. doutor, muito obrigado; cuidai que o sacrificio da liberdade é meio de conservar a ordem, quando a ordem é um simples meio de segurar a liberdade? Quando, se liberdade não existir, ordem é inútil, como um meio ocioso, quando o fim de sua criação desapareceu?²³⁷

Tais discussões tocavam, como facilmente se pode ver, em ponto fundamental dos debates travados, desde pelo menos 1826, em torno do §35 do art. 179: o da inexistência de uma interpretação única ou essencialista deste parágrafo da Constituição brasileira, em acordo com a qual se pudesse precisar os limites de sua aplicação. Nesse sentido, o que a retomada dos debates traz à tona é o modo como, a não regulamentação, com o passar dos anos, das possibilidades de interpretação do texto do §35 do art. 179, deixando de impor limites precisos à aplicação da suspensão

²³⁶ APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1839; p. 552.

²³⁷ Idem; p. 553.

de garantias, possibilitou, de fato, que o recurso a esta medida se desse das formas as mais variadas, em diferentes conjunturas políticas da história nacional.

Passados, então, mais de 10 anos desde que as primeiras discussões sobre a questão haviam tomado corpo na Câmara dos deputados, os representantes voltavam a disputar pontos bastante parecidos com aqueles pleiteados entre 1826 e 1829, mas com uma distinção fundamental, a de que, diferentemente dos debates travados no Primeiro Reinado, a medida estava agora sob a alçada exclusiva do poder Legislativo, cujos representantes, em fins da década de 1830, contavam já com um histórico bastante amplo do recurso ao §35

Diferentes interpretações sobre o §35 do art. 179 e complexas discussões sobre os limites desta medida seriam mobilizadas ainda em meio às análises da proposta do governo para a província do Maranhão, admitindo-se neste caso, como para Santa Catarina, a possível deportação de pessoas “perigosas á paz publica”.

A emenda de deportação proposta para o Maranhão

Apresentada, em setembro de 1839, juntamente à emenda que tratava de Santa Catarina, a proposta de deportação de indivíduos suspeitos do Maranhão fundava-se, em acordo com o governo, nos últimos acontecimentos transcorridos naquela província, mais especificamente, na deflagração e expansão, desde o final de 1838, da revolta conhecida como Balaiada.

Movimento de caráter rural, popular e liberal, a Balaiada teve início em dezembro de 1838, com o episódio conhecido como “assalto à prisão da Manga”, liderado por Raymundo Gomes Vieira Jutahy. Raimundo Gomes era vaqueiro e trabalhava na comarca de Viana, na região da baixada maranhense. Em 13 de dezembro de 1838, “tangia o gado” para seu patrão quando viu o subprefeito da vila de Manga prender uma série de homens com o fito de recrutá-los. Ante tal acontecimento, e estando seu irmão entre os presos, arrombou a porta da prisão e liberou seu irmão e demais companheiros, contando com a adesão de guardas nacionais estacionados no local. Consoante Matthias Assunção, cinco dias depois deste episódio, já estava à frente de cem homens²³⁸.

A designação “Balaiada”, com que ficou conhecida a revolta, foi dada em razão da participação de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o “Balaio”, artesão que

²³⁸ Mathias Röhrig Assunção. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador”. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão”. In: Monica Duarte Dantas (org.). Op. cit., 2011; pp. 295-327; p. 298.

produzia e vendia cestos. Ainda que não tenha sido uma forte liderança no movimento, a generalização da expressão “Balaio” foi usada de forma pejorativa em referência aos indivíduos livres pobres envolvidos no conflito: artesãos, trabalhadores manuais, fazedores de balaio²³⁹.

De acordo com um dos manifestos atribuídos a Raymundo Gomes, as demandas dos revoltosos giravam em torno de quatro pontos principais: que fossem sustentadas a Constituição e as garantias dos cidadãos; que fosse demitido o presidente da província, Vicente Figueiredo de Camargo (indicado pelo Gabinete de 19 de setembro), e entregue o governo ao vice-presidente; que fosse abolida a lei dos prefeitos aprovada na província, ficando em vigor unicamente as leis gerais e provinciais que não fossem de encontro à Constituição do Império; e, por fim, que fossem expulsos de seus empregos os portugueses residentes no Maranhão, que deveriam deixar a província dentro de 15 dias (à exceção dos casados com famílias brasileiras e dos maiores de 61 anos)²⁴⁰.

Ainda que Raimundo Gomes fosse referido como comandante em chefe das forças “Bem-te-vis”, clara referência ao jornal publicado pelos liberais da província maranhense, tirados do poder com o Regresso, a historiografia tende a concordar que não se tratava de uma simples oposição entre partidários e opositores do ministério alçado ao poder em 1837.

Ainda que não se trate aqui de recuperar os detalhes da Balaiada, que, afinal, manteve a província em turbulência até 1841, vale reforçar que, socialmente heterogênea e bastante descentralizada, a revolta manteve as demandas listadas acima – com exceção da demissão do presidente, abandonada pelos rebeldes quando da substituição de Vicente Camargo por Manuel Felizardo de Melo e Sousa, em março de 1839 – como suas principais reivindicações até pelo menos a metade de 1840. E foi justamente sobre tais reivindicações que se basearam os deputados brasileiros em sua avaliação de que o movimento maranhense não configurava uma rebelião, e sim uma sedição.

Antes de passarmos aos debates ocorridos no legislativo nacional, vale ainda destacar que, se em agosto de 1839 os rebeldes lograram ocupar a cidade de Caxias, também foram capazes de assumir o controle de parte significativa do Maranhão ao longo daquele ano. Não é de se estranhar, então, que crescesse a cada mês a

²³⁹ Léa Maria Carrer Iamashita. *Modernização e Rebelião: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão(1831-1841)*. Tese de Doutorado. ICH-UNB, Brasília, 2010; pp. 66-67.

²⁴⁰ Idem. *Ibidem*.

preocupação dos governantes com a situação ali vivenciada, apresentando as mais mirabolantes interpretações legais em defesa da medida de suspensão desejada para a província.

Ainda que, em linhas gerais, os argumentos mobilizados na discussão da emenda concernente ao Maranhão tenham sido praticamente os mesmos utilizados nos debates sobre Santa Catarina – particularmente no que tangia à recusa dos deputados a uma possível suspensão do §6º do art. 179, relativo ao direito de ir e vir dos cidadãos –, ao avaliarem o caso maranhense, os representantes acabaram adentrando por um ponto que, inicialmente tangencial, acabou por ocupar parte significativa dos discursos pronunciados em torno da matéria.

Partindo, assim, do parecer da maioria dos parlamentares de que a conflagração em curso no Maranhão não configurava uma rebelião, mas sim uma sedição, as discussões sobre a emenda acabaram recaindo em um debate curioso acerca da definição de rebelião vigente no país e das conformidades ou desconformidades existentes entre o art. 110 do Código Criminal de 1830²⁴¹ e o §35 do art. 179 no tangente a este crime.

Desde as primeiras falas pronunciadas em torno da emenda, portanto, prevaleceu a defesa de que, pelo caráter de suas reivindicações, a Balaiada configurava uma sedição, já que não respondia a nenhum dos critérios estabelecidos pelo artigo 110 do Código de 1830 para os crimes de rebelião. Entre as sessões de 5 e 11 de outubro de 1839, manifestaram-se nesse sentido os deputados Henriques de Rezende, Montezuma, Antonio Carlos de Andrada Machado, Gonçalves Martins, Teófilo Ottoni, Limpo de Abreu e Moura Magalhães. Dedicando, no geral, pouquíssimo tempo à avaliação de detalhes sobre o caso maranhense, tais representantes consideraram, contudo, que era preciso “não saber o código criminal para se dizer que alli ha rebellião”²⁴².

Manifestando-se na sessão de 7 de outubro, Andrada Machado analisou, um a um, os delitos políticos admitidos na definição do crime de rebelião – mais especificamente, aqueles previstos nos artigos, 85, 86, 87, 88, 89, 91 e 92 do Código de 1830 – “para ver se algum destes delictos se dá no caso do Maranhão”. Avaliando,

²⁴¹ “Art. 110. Julgar-se-ha commettido este crime [rebelião], reunindo-se uma, ou mais povoações, que comprehendam todas mais de vinte mil pessoas, para se perpetrar algum, ou alguns dos crimes mencionados nos artigos sessenta e oito, sessenta e nove, oitenta e cinco, oitenta e seis, oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove, noventa e um, e noventa e dous. Penas - Aos cabeças - de prisão perpetua com trabalho no gráo maximo; de prisão com trabalho por vinte annos no médio; e por dez no minimo.”

²⁴² APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 477.

então, que as reivindicações dos revoltosos não estavam contempladas em nenhum daqueles casos, o deputado se dizia inconformado com o pedido de suspensão de garantias pelo governo, pois, “se não ha nem um só caso daquelles que reunidos podem fazer a rebellião; com que poder, com que arbítrio vamos nós atacar as garantias individuais? Aqui é que é o – quero porque quero: – terrível exemplo!”.

Avaliando, na sequência, a acepção dada pelo Código de 1830 ao crime de sedição – qual fosse, a de unirem-se 20 ou mais pessoas, armadas todas ou em parte, para obstar a posse de empregado público ou privá-lo do exercício de seu emprego, ou ainda para impedir o cumprimento de qualquer ato ou ordem legal de legítima autoridade – e manifestando que as principais reivindicações dos revoltosos maranhenses giravam justamente em torno da mudança do presidente da província e da revogação de uma lei da assembleia provincial, o deputado reforçava seu inconformismo com o fato de o governo classificar aquele movimento como rebellião²⁴³.

Haja vista o consenso dos representantes nesse sentido, o governo e seus apoiadores – personificados, no caso específico dessas discussões, pelo ministro da Justiça, Ramiro Coelho, e pelo deputado por Minas Gerais, Carneiro Leão – recorreram a um argumento bastante heterodoxo para justificarem o pedido de suspensão de garantias no Maranhão. Alegaram, em resposta às denúncias de que os acontecimentos em curso naquela província não se enquadravam na definição de rebellião prevista pelo Código Criminal de 1830 e exigida, na Carta de 1824, à aplicação do §35 do art. 179, que, uma vez que a Constituição brasileira havia sido redigida previamente ao código de 1830, pautara-se por uma compreensão de rebellião distinta daquela posteriormente fixada no diploma penal, devendo o governo e os representantes brasileiros guiarem-se pela acepção original daquele crime quando de sua menção no texto constitucional.

A primeira defesa pública nesse sentido foi realizada por Carneiro Leão, em discurso pronunciado na sessão de 7 de outubro. Consoante o deputado:

No Maranhão também com probabilidade se poderia classificar [a desordem ali existente] como rebellião; mesmo creio que a povoação que está no poder dos inimigos comprehende sem duvida os 20.000 homens do código. Mas ainda quando não comprehendesse, é necessário atendermos á constituição: ella foi feita

²⁴³ Nas palavras de Andrada Machado: “Isto é o que fazem os asseclas de Raymundo Gomes: querem destruir uma lei feita por autoridade competente, querem privar a autoridade legitimamente eleita do exercício de seu emprego: como, á vista disso, havemos nós de dizer que ha rebellião? E se não ha rebellião, como á vista da constituição havemos de levantar as garantias? Deste modo podemos levantar as garantias em todo o Brazil”. APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 478.

antes do código, não podia ter em vista senão a rebelião em sentido geral, e não a rebelião definida pela código; e eu estou persuadido que a constituição não pôde ser interpretada pelo código, mas que deve servir de *typo* para interpretarmos todas as leis. É sabido que nos crimes de lesa-magestade, nos quaes estava classificada a rebelião, não precisava numero certo de pessoas, podião até ser commettidos por um único individuo.²⁴⁴

Reforçando o ponto de vista de Carneiro Leão, Ramiro Coelho afirmou, na sessão de 9 de outubro, que ainda que as circunstâncias específicas do Maranhão não se enquadrassem na definição de rebelião do Código de 1830, parecia-lhe indubitável – e acorde às “boas regras da hermenêutica” –, que o texto constitucional devia ser interpretado à luz do momento em que foi escrito, e não por uma acepção fixada *a posteriori* pelo Código Criminal. Ademais, dizia Ramiro, a interpretação que lhe parecia mais adequada ao §35 do art. 179 advinha não de sua própria opinião, mas sim do arcabouço de medidas aprovadas, desde 1835, pelo corpo legislativo²⁴⁵. Conforme o ministro, quando, em 1835 e 1836, a Câmara havia cancelado a suspensão de garantias, respectivamente, nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul, não havia ali rebeliões, mas unicamente sedições; o mesmo podendo-se afirmar das assembleias provinciais da Bahia e do Rio de Janeiro que, em 1835, haviam recorrido ao §35 do art. 179 em consequência de “insurreição de africanos”. Em clara provocação aos deputados, portanto, Ramiro Coelho afirmava que, tendo em vista tal histórico de aprovações, não considerava justo que sua opinião pessoal tivesse maior peso “que tantas ilustrações reunidas”, em acordo com as quais o crime de rebelião recebera acepção distinta daquela fixada pelo código criminal e correspondente ao sentido dado àquela palavra na época em que a constituição fora promulgada.

Com vistas a confirmar seu argumento, o ministro da Justiça recorreu, então, ao pretenso sentido de rebelião vigente quando da aprovação da Carta de 1824, vinculando-o a uma carta régia portuguesa de 21 de Outubro de 1757. Consoante este documento, admitia-se como crime de lesa-majestade em Portugal os casos de “confederação, ajuntamento, vozes sediciosas, e Tumulto” mediante os quais os “amotinados” se opusessem às leis e ordens do monarca ou pretendessem impedir seu cumprimento pelos “Ministros, agentes e executores” do poder real²⁴⁶. Tratava-se, portanto, de definição que, em acordo com o Ramiro Coelho, não diferenciava os

²⁴⁴ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 476.

²⁴⁵ APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 513.

²⁴⁶ “Carta Régia de 21 de outubro de 1757”. In: Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações, Redegida [*sic*] pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Na Typographia Maignrense, 1830; pp. 555-556. Disponível em: http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=105&acao=ver&pagina=578

casos de sedição e rebelião, compreendendo-os, ambos, como crimes de lesa majestade.

Recuperando o momento de promulgação daquela carta-régia em Portugal e a manutenção da compreensão nela presente nas constituições portuguesa e brasileira de 1822 e 1824, Ramiro Coelho perguntava aos representantes: “como pois queremos hoje resilir da intelligencia que os redactores da constituição derão a este crime, intelligencia que sempre teve emquanto o código penal não foi promulgado?”.

Manifestando-se sobre o assunto na sessão de 7 de outubro, Gonçalves Martins disse que ambos os lados pareciam ter razão, já que, se de fato a referência constitucional ao crime de rebelião, contemplada pelo §35 do art. 179, era inegavelmente distinta daquela fixada no Código de 1830, tal não significava, contudo, que o governo poderia prescindir da definição oficial presente no diploma penal ao executar as leis do país²⁴⁷. O mesmo não era necessariamente verdadeiro, no entanto, consoante o deputado baiano, para a Assembleia nacional, pois que, em sua opinião, os representantes gerais não eram obrigados a cingir-se a esta definição, podendo suspender garantias, portanto, ainda nos casos em que não houvesse crime de rebelião, uma vez que assim entendessem melhor.

Admitindo, no entanto, os prejuízos da circulação simultânea de mais de uma definição de rebelião no país e chamando a atenção dos representantes aos riscos que uma maior latitude na compreensão deste crime poderia representar – já que também as assembleias provinciais podiam recorrer ao §35 do art. 179 e que, nestes casos, uma definição demasiadamente lata poderia resultar em aumento da impunidade²⁴⁸ –,

²⁴⁷ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 480. Nas palavras do deputado: “[...]a respeito da doutrina de rebelião, eu direi de passagem o que entendo. Parece-me que ambos os lados têm razão. Quando a constituição fallou em rebelião, não podia querer cingir-se á definição do código, que lhe é posterior; mas uma vez que o código deu esta definição, incumbe aos executores cingir-se a ella; e não lhes compete seguir outra além daquella estabelecida no código”.

²⁴⁸ Por trás da afirmação de Gonçalves Martins residia a ideia de que, uma vez classificados como rebelião uma série maior de delitos e/ou circunstâncias criminosas no país, tendia-se a aumentar os casos de absolvição dos criminosos, já que, nos casos de rebelião, eram julgados unicamente os cabeças do crime. APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 481. Falando novamente na sessão de 11 de outubro, o deputado voltaria a este assunto e deixaria mais clara sua opinião sobre ele. Diria assim que seu interesse na fixação de um entendimento do crime de rebelião pelo poder Legislativo residia nos reflexos que tal definição poderia ter nos tribunais do país. Tratou, assim, do caso da sublevação baiana de 1838 e do modo como, tendo sido definida, na proclamação do governo provincial, na Fala do Trono e na resposta da Câmara dos deputados, como uma rebelião, tal justificara que também como rebelião fosse julgada, o que levaria, por sua vez, a que os réus que não eram cabeças fossem prontamente absolvidos, porque os jurados estavam persuadidos de que era esta a inteligência do ministro da justiça, haja vista, inclusive a proposta de Vasconcelos nesse sentido (refere-se, aqui, ao projeto de lei apresentado por Vasconcelos em 17 de maio de 1838, quando ministro da Justiça do país, propondo a supressão da palavra “cabeças” dos artigos 110 e 111 do Código Criminal do Império, com vistas a sujeitar à punição também os cúmplices dos crimes de rebelião e sedição no país. APB-CD, sessão de 17 de maio de 1838; pp. 129-130). APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1839; p. 544.

o deputado propunha que os legisladores se responsabilizassem por fixar uma “ideia de rebelião” definitiva, “para que não se apresentem duvidas semelhantes”²⁴⁹. “A assembléa geral pôde fazel-o”, disse Gonçalves Martins, “ella não está ligada á definição que foi feita em uma lei sua”.

Falando na sessão de 9 de outubro, Limpo de Abreu recusou, por sua vez, o argumento de que a acepção de “rebelião” empregada na Carta de 1824 referia-se a legislação preexistente, dizendo acreditar, pelo contrário, que no emprego de tal termo a Constituição tivera em vista o modo com que este crime poderia “ser definido nos códigos” cuja confecção futura ela própria previra. Consoante o deputado, ademais, admitir uma compreensão como a exarada por Carneiro Leão implicava aceitar, por exemplo, o “absurdo” de que a definição do crime de rebelião, dada por legislação anterior, tivesse que se manter “exacta e verdadeira”, “qualquer que fosse a marcha do espirito humano”, estabelecendo, portanto, “uma definição permanente, uma legislação inalterável”²⁵⁰.

Já em acordo com Moura Magalhães, ao prever a elaboração de códigos legais, a Constituição reconheceu não apenas a iniquidade das leis vigentes no país à época de sua aprovação, mas também seu desacordo com os interesses públicos e as “luzes do tempo”. Se dizia, assim, admirado com os argumentos mobilizados por Ramiro Coelho em defesa da suspensão de garantias no Maranhão, pois que, em sua opinião, advogar que a palavra rebelião presente no §35 do art. 179 fosse compreendida por lei anterior à promulgação da Carta de 1824, atendendo ao direito comum então existente, configurava verdadeira “blasphemia juridica”.

[...] querer se entender a palavra rebelião de que trata a constituição, na conformidade das leis anteriores que se achão revogadas? Qual é o effeito, Sr. presidente, das leis revogadas? É que ellas não podem ser invocadas como direito com força de obrigar; por consequência, como quer o nobre ministro entender a palavra rebelião no sentido do alvará de 1757, que inteiramente desapareceu depois do estabelecimento código penal?²⁵¹

Recusando, ademais, o entendimento de Gonçalves Martins de que o Legislativo poderia alterar, ao seu bel prazer, a compreensão de rebelião fixada nas leis do país, Magalhães afirmou o seguinte:

[...] não só o poder legislativo deve entender a palavra rebelião pelo direito commum existente, mas até o poder legislativo não pôde entender a palavra

²⁴⁹ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 481.

²⁵⁰ APB-CD, sessão de 9 de outubro de 1839; p. 506.

²⁵¹ APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 530. Para mais detalhes sobre a importância da ideia de ab-rogação das leis anteriores ao moderno direito penal, ver: Vivian Chierigati Costa. Op. cit., 2013; Introdução.

rebelião de outra maneira; se o poder legislativo entender a palavra rebelião de maneira distinta da que está estabelecido na direito *commum*, então tiremos a conclusão que os direitos dos cidadãos estão vacillantes que suas garantias fluctuam n'uma incerteza continua: ora, isto são princípios constitucionaes, princípios próprios de um ministro da corôa, princípios próprios de um jurisconsulto?²⁵²

Último deputado a se manifestar sobre a questão, também Andrada Machado mobilizou o argumento de que nenhuma definição anterior à fixada no art. 110 do Código de 1830 poderia prevalecer no tangente ao crime de rebelião. Assumindo grande responsabilidade pelo texto da Carta brasileira de 1824, afirmou que a disposição presente no §35 do art. 179 havia sido “tirada da constituição franceza e dos Estados-Unidos”, não havendo aí, portanto, qualquer outra compreensão de rebelião, “senão a philosophica – levantamento dos súbditos contra o poder supremo”. Seguindo em seu argumento, defendeu ainda que, mesmo que se desse “de barato que outra fosse a intelligencia desta palavra em Portugal”, ainda assim, “destruindo-se a entidade – rebelião antiga – e creando-se nova, por onde se havia de entender esta palavra?”²⁵³.

Parecia óbvio, portanto, a esses deputados, o despropósito do raciocínio ostentado pelo ministro da Justiça e por Carneiro Leão ao defenderem o recurso ao §35 do art. 179 na província do Maranhão. Nas palavras desses representantes, enquanto vigesse a definição de rebelião lavrada no Código Criminal de 1830, a aplicação da suspensão de garantias seguiria inadmissível fora dos casos de perigo iminente provocado por rebelião ou invasão de inimigos ao país.

Não à toa, em mais de uma ocasião, fizeram referência ao projeto de “salvação pública” que à mesma altura tramitava no Senado, por meio do qual se demandava, dentre outras coisas, uma alteração completa na definição do crime de rebelião no país, revogando-se o artigo 110 do Código de 1830 e declarando-se crime de rebelião, a partir de então, quaisquer dos delitos políticos regulados pelos artigos 68, 69, 85, 87, 88, 89, 91 e 92 do mesmo código²⁵⁴, independentemente do número de envolvidos em sua execução. Ademais, em acordo com o projeto, o crime passava a receber a pena de morte no grau máximo, prisão perpétua com trabalho, no médio, e prisão por 20

²⁵² APB-CD, sessão de 10 de outubro de 1839; p. 530.

²⁵³ APB-CD, sessão de 11 de outubro de 1839; p. 552.

²⁵⁴ Quase exatamente os mesmos citados na definição original do art. 110, à exceção do art. 86, ausente do projeto dos senadores e concernente à tentativa de destruição de um ou mais artigos da Constituição. Haja vista a importância desse crime específico, fica a questão de se sua exclusão do projeto dos senadores teria sido proposital ou fruto de mero equívoco de redação.

anos no mínimo, reformulando-se por completo ainda os entendimentos de autoria e cumplicidade nos casos de rebelião.

Contrapondo-se, assim, à suspensão das garantias no Maranhão, e repisando as previsões constitucionais sobre a matéria, Henriques de Rezende perguntou a seus colegas, “Já adotamos o projeto que o senado discute em que se chama rebelião a tudo?”²⁵⁵ Não sendo este o caso – uma vez que o projeto sequer fora aprovado na Casa vitalícia, quando somente então poderia ser enviado aos deputados –, não lhe parecia admissível a proposta em discussão. Reforçando a indagação de Rezende, Montezuma alegou que, se fosse afirmativa a resposta àquela pergunta, “então chamemos rebelião áquillo que é sedição, na conformidade desse projeto que se discute, e que me parece que não passará no senado; ao menos eu espero em Deus que semelhante peste não caia sobre o Brasil, que a Providencia nos salve de uma praga tão horrorosa”²⁵⁶.

Tratando do mesmo projeto, Andrada Machado emitiu a seguinte opinião:

Eu sei que na câmara superior passou uma interpretação cerebrina, anti-jurídica, e, perdoem-me os nobres senadores, que fere mesmo o *senso commun*; e ainda se fez mais, fez-se com que o crime, que não é concebível senão praticado pela multidão, fosse concebível praticado por poucos; mas espero que nem lá passe, e se passar, espero que encontre aqui um derrota completa (*apoiados*).²⁵⁷

À altura em que se desenrolavam estes debates na Câmara baixa, já haviam sido aprovados, de fato, pelos senadores – em segunda discussão – os oito primeiros artigos do projeto dito de “segurança pública” nacional, todos eles concernentes a alterações no Código Criminal do Império, particularmente nas definições e penas previstas aos crimes de rebelião, conspiração e sedição. As discussões no Senado, contudo, transcorridas entre os dias 18 de setembro e 4 de outubro, foram interrompidas pelo restante de 1839, com a chegada, àquela Casa, da proposta de orçamento sobre a qual haviam se debruçado (exatamente neste mesmo intervalo) os deputados do país.

Mais do que propor alterações nas previsões do diploma penal de 1830 concernentes aos crimes de rebelião, sedição e conspiração, o projeto sob análise do senado previa, como vimos rapidamente acima, a incorporação de uma série de medidas tendentes mesmo a obliterar o §35 do art. 179 – prescindindo, assim, de todo o trâmite legislativo envolvido em sua aprovação –, particularmente ao apostar na

²⁵⁵ APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 459.

²⁵⁶ Idem; p. 462.

²⁵⁷ APB-CD, sessão de 7 de outubro de 1839; p. 478.

automática suspensão dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da Carta de 1824, “todas as vezes que em qualquer Provincia ou ponto do Imperio se manifestar a rebelião, conspiração e sedição” (art. 23). Previa, ademais, uma alteração completa na ordem do processo nos casos de rebelião, sedição e conspiração, admitindo, ainda, nos casos de rebelião, a sujeição das pessoas que se achassem no território dominado pelos rebeldes às ordens de um “comandante em chefe” que as poderia prender e remover para outros lugares, admitindo, ainda, que os crimes cometidos em contravenção às ordens e regulamentos exarados desta autoridade fossem julgados como crimes militares, por Conselhos de Guerra organizados “conforme as leis militares anteriores ao Código de Processo Criminal”.

A proposição e discussão desse projeto na Câmara alta, retomada em abril de 1840 e se estendendo até, pelo menos, julho de 1841, parecia responder, diretamente, às particularidades da conjuntura vivida no Império, na qual o §35 parecia responder cada vez menos aos desejos dos representantes e governantes do país, estimulando, assim, a busca por novos modelos e alternativas capazes de substituírem-no. Mais que isso, é interessante observar o modo como este projeto admitia abertamente mecanismos bastante próximos daqueles reivindicados ou adotados por Andréa quando à frente da presidência do Pará, desvelando o apoio de setores dos representantes e do governo às atitudes do general, criticadas na Câmara dos deputados por anos a fio.

Retomando rapidamente a tramitação final do projeto n. 85 sob análise dos deputados, vale destacar que, votado na sessão de 12 de outubro de 1839, a proposta de prorrogação dos decretos de 9 e 12 de outubro de 1837 acabou aprovada na Casa, com a emenda de que a suspensão de garantias tivesse lugar unicamente no Rio Grande do Sul. Foi aprovado também o trecho de uma emenda enviada por Montezuma ao plenário, admitindo a ampliação da concessão de anistias, pelo governo, aos crimes de rebelião cometidos em quaisquer províncias do Império (e não mais apenas no Pará e Rio Grande do Sul).

Chegando ao senado em 15 de outubro de 1839²⁵⁸, o projeto passou por primeira e segunda discussões no dia 22, das quais saiu aprovado, juntamente às emendas vindas da Câmara, para passar à ultima discussão²⁵⁹. Não identificamos a data desta última discussão, mas tendo vista a promulgação do decreto aos 28 de outubro de 1839, acreditamos que deva ter ocorrido com bastante brevidade.

²⁵⁸ ASIB, sessão de 15 de outubro de 1839, vol. 5; p. 21

²⁵⁹ Idem; p. 123.

Mais do que a aprovação desse projeto, contudo, o modo específico como se deram os debates de 1839 e a recusa a outras três propostas de suspensão de garantias, a despeito dos verdadeiros malabarismos teóricos intentados por seus defensores, apontam, enfim, a um reconhecimento do esgotamento do dispositivo de suspensão de garantias, numa conjuntura em que a avaliação de alterações definitivas nas leis criminais do país buscava prover a classe política e o governo de alternativas efetivas de apoio em situações de perigo iminente. Se os senadores apostaram, no entanto, em um trâmite anômalo com vistas à consecução de tais medidas, os deputados se recusaram explicitamente a tomar à frente de tais propostas, limitando-se a avaliar as medidas oferecidas pelo ministério.

4.4. Maioridade e Regresso: os últimos decretos do poder Executivo e a Lei de 3 de dezembro de 1841

Como viemos demonstrando até aqui, entre o início de 1838 e o final de 1839, a despeito das trocas ministeriais empreendidas em abril e setembro deste último ano, foram mantidos à frente do poder Executivo nacional políticos que, de um modo geral, encampavam o projeto regressista originalmente defendido pelo Gabinete de 19 de setembro de 1837. Ao passo em que este grupo se fixou na administração do país e logrou, inclusive, maioria parlamentar nas eleições realizadas em 1837, conquistando um forte aliado na legislatura inaugurada em 1838, cresceu e se fortaleceu também uma oposição que, se não era majoritária, contava com figuras de peso da história política nacional e com repertório e disposição para antagonizar com os membros do governo dentro e fora da Assembleia.

Em inícios de 1840, esse grupo de opositores se encontrava altamente insatisfeito com os rumos da política no país, sentindo-se ameaçado por propostas como a de Interpretação do Ato Adicional e, principalmente, a reforma do Código de Processo Criminal, cujo projeto juridicamente centralizador punha em risco, por exemplo, o modelo de justiça que, sob altos custos, haviam logrado imprimir ao Código de 1832²⁶⁰. Ademais, os seguidos gabinetes regressistas não haviam obtido sucesso na urgente empresa de pacificação do país, mantendo-se ativas as revoltas iniciadas previamente à sua subida ao poder, além de tantas outras que espocavam pelo país.

²⁶⁰ Para a longa trajetória que antecedeu a aprovação do Código de Processo Criminal de 1832 ver: Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2017.

Nessa conjuntura, a antecipação da coroação de Pedro II, cogitada em mais de uma circunstância desde 1835²⁶¹, começou a aparecer, a parte dos políticos da Assembleia, bem como a elementos exteriores ao Parlamento – porém diretamente conectados ao Paço, responsáveis por sondar os desejos do imperador menino –, como alternativa privilegiada para afastar os regressistas do poder.

Reunidos na casa do senador José Martiniano de Alencar, figuras ilustres da política fundaram o Clube da Maioridade, de onde traçaram seus planos para a conquista do governo. Transcorridas em abril de 1840, as primeiras reuniões do clube – composto por nomes como Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Holanda Cavalcanti, Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Teófilo Ottoni, José Bento Ferreira de Melo, Montezuma e Limpo de Abreu – coincidiram com o deslanchar dessa alternativa dentro e fora da Assembleia.

Consoante Erik Hörner

O *Clube da Maioridade* possuía um plano de ação muito bem traçado, ficando estabelecidos *a priori* dois objetivos: procurar saber a *vontade do Imperador* a respeito da antecipação da *Maioridade* e aliciar membros do corpo legislativo para comporem o *Clube*. Objetivos, aliás, muito coerentes, posto que uma reunião de legisladores pretendia fazer vingar seus objetivos por via legal (ou o mais próximo disto). Isto é, queria-se por meio da aprovação no legislativo declarar a *Maioridade* que o próprio monarca desejava. Sem a anuência do jovem D. Pedro II não haveria como sustentar a proposta e com a declarada *vontade* dificilmente, imaginava-se, alguém se oporia abertamente.

A partir de maio de 1840, a maioria ocupou efetivamente a pauta dos representantes, efetivando-se, aos 23 de julho, por meio de um golpe palaciano e parlamentar²⁶². O primeiro Gabinete maiorista, anunciado já aos 24 de julho, contava com Antonio Carlos de Andrada Machado à frente da pasta do Império, Limpo de Abreu na Justiça, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho nos Negócios Estrangeiros, Martim Francisco na Fazenda, Holanda Cavalcanti na Marinha e Paula Cavalcanti na Guerra. O ministério compunha-se, assim, por indivíduos que, unidos por sua oposição ao projeto do Regresso, não deixavam de ter posições políticas um tanto conflitantes, caso, por exemplo, de Aureliano e dos irmãos Andrada que, desde o início do governo, discordaram sobre aspectos fundamentais.

²⁶¹ Para os diferentes projetos de maioria formulados ou propostos entre 1835 e 1840 ver: Erik Hörner. Op. cit., 2010; pp. 75-78.

²⁶² Para maiores detalhes sobre os antecedentes da Maioridade e sobre os episódios parlamentares de maio a julho de 1840 ver: Paulo Pereira de Castro. Op. cit.; pp. 79-81; e Erik Hörner. Op. cit., 2010; pp. 63-107.

Consoante Pereira de Castro, enquanto Limpo de Abreu e os irmãos Andrada defenderam, em sessões secretas (preliminares à posse do novo ministério), que a Câmara fosse dissolvida, de modo que, frente ao recém empossado gabinete ministerial, nova consulta fosse feita à nação (isto é, que se chamassem novas eleições à casa temporária), Aureliano e os irmãos Cavalcanti combateram esta possibilidade²⁶³. Diante desse impasse, os membros do ministério teriam concordado em transigir com o Parlamento pelo restante da legislatura em exercício (que deveria acabar ao final de 1841), firmando que o “Ministério governaria na base da unidade de vistas e solidariedade de atos, realizando uma política de conciliação e conagração, cuja expressão imediata foi a anistia para os crimes políticos durante a Regência”²⁶⁴.

Concedida aos 22 de agosto de 1840, a anistia em questão abrangia todos aqueles que, por qualquer forma, tivessem se envolvido em crimes políticos no Império do Brasil previamente à data da Maioridade²⁶⁵. Para gozar da anistia, os interessados deveriam se apresentar, dentro de 60 dias da publicação do decreto na província em que se encontrassem, a quaisquer autoridades legais, civis ou militares. A única ressalva do decreto concernia os indivíduos cuja manutenção nas províncias fosse considerada inconveniente pelo governo, os quais não gozariam da anistia a não ser que assinassem termo se comprometendo a morar em local especificamente designado pelas autoridades competentes.

Mais do que anistiar os rebeldes ou os fugitivos da justiça do país, o artigo 2º do decreto legava ao “perpetuo silencio”, “como se nunca tivessem existido”, os processos e sentenças, finalizados ou em andamento, que tivessem tido lugar em virtude de crimes políticos, “para não mais produzirem efeito algum contra as pessoas envolvidas nos mesmos crimes”. O art. 2º vetava ainda a abertura de novos processos aos mesmos crimes, à exceção dos revoltosos que não se apresentassem às

²⁶³ Para além desse conflito, discordâncias entre os ministros no tocante à atuação governamental no Sul também marcaram o 1º Gabinete maiorista, alcunhado, pela imprensa mineira, de Gabinete “limpo-andradista” ou “andrado-limpista” justamente em referência à oposição que, juntamente a Limpo de Abreu, os irmãos Andrada faziam a Aureliano. Neste caso específico, as opiniões discordavam quanto à manutenção do Comandante de Armas do Rio Grande do Sul. Enquanto os irmãos Andrada e Limpo de Abreu insistiam na manutenção de Álvares Machado na presidência do Rio Grande e do brigadeiro João Paulo no comando das armas da província, Aureliano defendia a substituição do brigadeiro. Parte da imprensa nacional creditou a este conflito específico a demissão do ministério em 23 de março de 1841. Erik Hörner. Op. cit., 2010; p.188 e pp. 203-205.

²⁶⁴ Paulo Pereira de Castro. Op. cit., pp. 81-82.

²⁶⁵ “Decreto nº 244 de 22 de Agosto de 1840. Concedendo amnistia a todos que estiverem envolvidos em crimes políticos em cada uma das províncias do Império”. *CLIB de 1840*. Tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863; pp. 75-76.

autoridades em 60 dias, com o fito de serem anistiados, e daqueles que quebrassem o termo assinado, deixando de fixar moradia no local determinado pelas autoridades, “devendo contra umas e outras proceder-se na conformidade das Leis”²⁶⁶.

Em consequência do decreto de 22 de agosto de 1840, portanto, vários dos participantes da Cabanagem e da Sabinada receberam anistias, em sua maioria condicionadas ao desterro para fora das províncias em que haviam transcorrido as sublevações²⁶⁷. Parte dos rebeldes que haviam se escondido em razão da participação em levantes políticos do país também acabou se apresentando ao governo em decorrência da medida. No Maranhão, o decreto de anistia, publicado oficialmente pelo general Luís Alves de Lima (responsável pela pacificação da Balaiada) apenas em novembro de 1840, foi utilizado pelo governo no auxílio à repressão e desagregação da revolta²⁶⁸.

O expediente da anistia não foi suficiente, contudo, para por fim aos conflitos do Império ou para congraçar a Nação, como parecia ser o objetivo dos maioristas, mantendo-se ativos e fortes os antagonismos político-parlamentares no país. Ademais, a anistia não parece ter tido qualquer efeito, àquela altura, sobre um dos principais focos de preocupação do governo brasileiro: a revolta Farroupilha, que já há tantos anos grassava no Sul do país.

À altura da aprovação do decreto, Francisco José de Souza Soares de Andréa, então presidente da província do Rio Grande do Sul, reagiu à medida com uma série de ressalvas, respondendo em tom provocador às instruções encaminhadas a ele por Limpo de Abreu, no próprio dia 22 de agosto de 1840, para a execução da anistia no Sul. Por meio dessa resposta, enviada ao governo em 14 de setembro, Andréa dirigiu ainda alguns questionamentos ao ministro, explicitando os empecilhos que, em sua

²⁶⁶ Idem; p. 76.

²⁶⁷ Dentre os réus da Cabanagem, receberam anistia em consequência do decreto de 22 de agosto de 1840 os irmãos Vinagre, os irmãos Angelim, João Aranha e uma série de outros líderes. Consoante Pasquale di Paolo, Eduardo Angelim e Francisco Vinagre assinaram cláusula que os obrigava a residir por dez anos no Rio de Janeiro; já seus irmãos tiveram a condição de morar em Pernambuco. Pasquale di Paolo. *Cabanagem. A Revolução Popular da Amazônia*. Pará: Edições CEJUP, 1986; pp. 354-355. Já em acordo com Hendrik Kraay, vários dos sentenciados em consequência da Sabinada, ainda vivos em agosto de 1840, foram contemplados pelo decreto de anistia. Nas palavras do autor: “Quinze dos líderes da Sabinada, inclusive Sabino e Carneiro, receberam anistias condicionais, desde que deixassem Salvador. Depois da anistia, apareceram vários oficiais rebeldes que haviam conseguido se ocultar desde março de 1838”. Hendrik Kraay. Op. cit., 2011; p. 281.

²⁶⁸ Consoante Mathias Röhrig Assunção: “Numa interpretação singular do decreto imperial de anistia [Alves de Lima] exigiu dos anistiados servir como capitães do mato. [...] O ‘pacificador’ não somente introduziu a discórdia entre escravos e ‘povo de cor’ livre, envenenando as relações entre os dois grupos, mas também retirou das autoridades civis da província o poder de concedê-la [a anistia], como previsto no decreto imperial”. Em consequência da anistia, também Raymundo Gomes se entregou ao governo, em janeiro de 1841, morrendo, no entanto, pouco depois, em circunstâncias não esclarecidas, nas mãos das forças da legalidade. Mathias Röhrig Assunção. Op. cit., 2011; pp. 314-323.

opinião, a medida de anistia impunha à mais pronta repressão do movimento farroupilha e punição de seus líderes²⁶⁹. Dentre as dúvidas elencadas pelo presidente, uma se voltava especificamente aos procedimentos a serem adotados com os rebeldes que se apresentassem findo o prazo de 60 dias previsto pelo decreto, questionando ainda se, passado esse prazo, dever-se-ia mandar formar processo a todos que se mantivessem com as armas nas mãos, entregando-os “á inhabilidade e ignorancia, ou talvez connivencia dos juizes de paz, e se o jury se ha de compor de co-réos e partes offendidas”²⁷⁰.

As perguntas encaminhadas por Andréa e, mais que isso, o tom em que foram formuladas, explicitavam seu desacordo com as ordens emanadas do governo central e com os procedimentos por ela privilegiados no tratamento da questão sul rio-grandense, acabando por inviabilizar sua manutenção na presidência da província.

Respondendo às interpelações de Andréa em outubro de 1840, Limpo de Abreu reafirmou o compromisso do novo Gabinete no resguardo da legislação criminal vigente no país. Tratando, assim, dos procedimentos a serem adotados com os criminosos capturados passado o prazo da anistia, afirmou:

Tenho emfim a declarar a V. Ex. que os rebeldes que continuarem com as armas na mão devem ser processados sem a menor duvida, devendo os processos instaurar-se logo que as circunstancias da província o permittão: e quaesquer que sejam os inconvenientes por V. Ex. ponderados, o julgamento não poderá desviar-se dos princípios e regras que as leis tenham estabelecido²⁷¹.

Para os ministros em exercício no país, portanto, a despeito das possíveis falhas identificadas na legislação processual penal, tratava-se de manter suas determinações e guiar-se por elas. O próprio recurso a uma anistia que contemplava os réus sob julgamento e anulava as sentenças já proferidas, revelava o modo como, apesar de identificarem problemas nesses processos (e nas sentenças exaradas) e buscarem responder ao limbo jurídico em que se encontravam vários dos envolvidos nos levantes ocorridos no Império, os políticos ligados à Maioridade privilegiaram a proposição de alternativas que não implicassem, por exemplo, a reforma do Código de Processo Criminal.

²⁶⁹ O teor das comunicações trocadas entre o ministro da Justiça e o presidente Andréa entre agosto e setembro de 1840 foram reveladas ao plenário, por Limpo de Abreu, unicamente em maio de 1841, a uma altura em que já havia caído o 1º Gabinete maiorista e em que ele voltara a desempenhar, na Câmara, unicamente sua função de deputado pela província de Minas Gerais. APB-CD, sessão de 26 de maio de 1841; pp. 281-282

²⁷⁰ Idem; p. 282.

²⁷¹ Idem; p. 282.

A comunicação oficial entre Limpo de Abreu e o presidente do Rio Grande não se resumiu, contudo, à questão da anistia, contemplando ainda, em 21 de outubro de 1840, uma solicitação, da parte de Andréa, de prorrogação da suspensão de garantias vigente na província, seguida de recusa do ministro da Justiça. Os termos escolhidos por Andréa para a formulação de seu pedido denotam, uma vez mais, sua desconfiança ante o ministério e os muitos descompassos que marcavam sua relação com a administração então em exercício no país.

Nos primeiros dias de Novembro tem de expirar a lei de suspensão de garantias, e devendo eu esperar que as mesmas necessidades chamassem as mesmas providencias, acho-me enganado e entregue a um bando de anarchistas, que me cercão e me arremettem de todos os lados, e sem proteção nenhuma nas leis. Estou persuadido que a fatal esperança de que os rebeldes desta província deporão as armas a mais uma amnistia é que fez julgar ociosa esta providencia, quando alias ella se tornaria ainda mais necessaria para refrear as vinganças, que só um governo energico e sustentado por leis repressivas poderia evitar, no caso mesmo da pacificação. Não devo crer que eu fosse acintemente lançado neste abysmo, e é confiado nesta fê que requeiro a V. Ex. se digne dar de prompto o remédio para que a constituição autorisa a S. M. o Imperador.²⁷²

Em resposta ao presidente do Rio Grande, Limpo de Abreu afirmou, em 19 de dezembro de 1840, que “sem sujeitar ao rigor do exame os raciocínios em que se funda uma semelhante reclamação”, se limitaria a questionar o general Andréa quanto à urgência e absoluta necessidade daquela medida, “e se a falta della poderá trazer iminente perigo ao estado”. Asseverou assim que, quando se tratava de privar os cidadãos de garantias que a constituição lhes afiançava, “o governo considera[va] pouca toda a circumspecção [*sic*]”, cabendo-lhe, portanto, antecipar qualquer medida nesse sentido, dos questionamentos necessários. Lembrava Andréa, por fim, da existência de uma lei imperial voltada à regulamentação das possibilidades de prisão sem culpa formada no país (a lei de 30 de agosto de 1828), confirmando a habilitação do general para fazer uso da mesma com vistas à garantia da segurança interna da província “emquanto não se decretão outras providencias que a V. Ex. possão parecer indispensáveis”²⁷³.

A esta troca de ofícios rapidamente se seguiu a demissão de Andréa que, cerca de um ano mais tarde (numa conjuntura em que, destituído o 1º Gabinete maiorista, os regressistas haviam retomado o poder Executivo no país), censurou publicamente a administração anterior por uma atuação pouco vigorosa ante os conflitos no Sul,

²⁷² “Offício do presidente da província do Rio Grande, pedindo suspensão de garantias”. APB-CD, sessão de 26 de maio de 1841; p. 282.

²⁷³ Idem. Ibidem.

fundada unicamente, em sua opinião, no recurso a uma “ampla e irrestrita medida de anistia”. Manifestando-se à mesma altura, Limpo de Abreu rebateu prontamente as acusações de Andréa, creditando-as ao fato de o Gabinete de que fazia parte ter se atido às normas vigentes no país, não admitindo, portanto, medidas de caráter arbitrário, ainda quando pretensamente voltadas à reposição ou garantia da ordem.

Uma vez mais, portanto, o modo de encarar a suspensão de garantias aparecia atrelado a formas distintas de se pensar alternativas à pacificação do país e de se pensar o papel do próprio governo da nação.

Antes mesmo do golpe da Maioridade, discussões acerca do §35 do art. 179 e sua aplicação no país já haviam transcorrido na Câmara, mais especificamente em maio de 1840. Nessa ocasião, a recuperação do caso dos deportados para a ilha de Fernando de Noronha, em consequência da lei de suspensões da Sabinada, ocupou os representantes por algumas sessões. Surgida em meio aos debates da resposta à Fala do Trono, quando ainda estava no poder o Gabinete de 1º de setembro de 1839, a questão baiana veio à tona como mais uma prova das inabilidades da administração em exercício em trazer ordem ao império.

Foi, portanto, com vistas a alimentar os ataques quase sempre dirigidos ao governo por ocasião da discussão do voto de graças, que Manuel Vieira *Tosta*, representante pela província da Bahia, criticou a manutenção de Tomás Xavier Garcia de Almeida na presidência daquela província. Em meio às suas críticas, recuperou o fato de que, passados dois anos da lei de suspensão de garantias aprovada pela assembleia provincial baiana (em 30 de abril de 1838, como vimos, e prevista para vigor unicamente por dois meses), ainda se conservavam presos e incomunicáveis na ilha de Fernando de Noronha, os indivíduos degredados em função da aplicação daquela medida. Nas palavras do representante:

Há um ato desse presidente que seria bastante para qualquer governo bem constituído chamar à responsabilidade o administrador que o praticasse: mas talvez esse ato fosse aquele que merecesse mais as simpatias do gabinete atual: falo da maneira por que o presidente entendeu a lei que suspendeu as garantias constitucionais na Bahia. O presidente, apesar de ser muito expressamente limitado o prazo em que devia acabar a suspensão de garantias, conservou até agora na ilha de Fernando de Noronha presos para lá remetidos em virtude dessa lei; achou que ela não podia acabar sem que outra a revogasse; julgava que a suspensão de garantias não teria mais limite senão quando outro ato da assembleia provincial a desse por acabada!²⁷⁴

²⁷⁴ APB-CD, sessão de 12 de maio de 1840; p. 264. Para as alegações do presidente da Bahia quanto à revogação da lei de suspensão de 30 de abril de 1838 ver a fala com que abriu os trabalhos da Assembleia legislativa provincial baiana em 1840: “Falla que recitou o presidente da província da Bahia Thomaz Xavier Garcia de Almeida n’abertura da Assembleia Legislativada mesma província em

Em consequência dessa fala, deputados como Limpo de Abreu e o próprio Gonçalves Martins – diretamente envolvido na proposição da medida de suspensão de garantias na conjuntura da Sabinada –, manifestaram-se sobre o assunto, apontando os arbítrios do presidente Garcia de Almeida e a indiferença do governo ante aquela questão²⁷⁵.

Passados alguns dias, na sessão de 22 de maio, a discussão de um requerimento da comissão de Justiça Civil e Criminal da Câmara, demandando do governo informações acerca dos presos políticos do Rio Grande do Sul e do Pará em decorrência da aplicação da suspensão de garantias naquelas províncias, deu lugar a que se requisitasse também notícias dos indivíduos presos na ilha de Fernando de Noronha em razão da revolta transcorrida na Bahia em 1837/1838²⁷⁶. Discutido na sessão do dia seguinte, o requerimento acabou aprovado, juntamente ao aditamento concernente à Bahia²⁷⁷.

Ainda que desconheçamos os desdobramentos desse pedido de prestação de contas, vale reforçar que foi justamente em consequência de problemáticas como estas que a medida de suspensão de garantias foi cada vez mais desacreditada pela classe política nacional. Afinal, as prisões e deportações empreendidas em razão do cumprimento dos decretos de suspensão de garantias davam seguidamente lugar a uma massa de indivíduos em situação jurídica absolutamente anômala, cujos julgamentos, quando ocorriam, eram morosos e repletos de dificuldades.

Se, diante desse cenário, parte dos parlamentares se recusou a anuir com o recurso ao §35 ou, quando no poder, negou sanção a decretos com este teor (caso de Limpo de Abreu, em outubro de 1840), aqueles que ainda viam na medida uma importante alternativa para a reposição da ordem no país, atrelaram sua continuidade, como dissemos, à Reforma do Código de Processo ou, ainda, à aprovação de uma legislação que, versando sobre a repressão aos crimes políticos, fornecesse às autoridades instrumentos mais concretos de atuação. Caminhava nesse sentido, como vimos, a medida então sob análise do Senado – proposta por uma comissão especial da Câmara alta em setembro de 1839 –, prevendo não apenas alterações na definição e penas dos crimes políticos, bem como nos julgamentos a eles previstos, mas buscando

2 de Fevereiro de 1840”. Bahia: Typographia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1839 [sic]. Disponível em: <http://ddsnexst.crl.edu/titles/165#?c=0&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-317%2C1824%2C632%2C446>.

²⁷⁵ Idem; pp. 332-368.

²⁷⁶ APB-CD, sessão de 22 de maio de 1840; pp. 412.

²⁷⁷ APB-CD, sessão de 23 de maio de 1840; pp. 428-431.

incorporar, ainda, à lei geral, uma série de dispositivos militares claramente inspirados na atuação do general Andréa na província do Pará²⁷⁸.

A defesa do governo e de parte dos deputados à atuação de Andréa na repressão à Cabanagem, expressa nos elogios explícitos à sua figura²⁷⁹, na admissão de aplicação das leis militares em locais sob rebelião (caso do art. 2º do decreto nº 61, de 24 de outubro de 1838), ou, ainda, na avaliação das medidas de salvação pública propostas pelo Senado, possibilitam, por sua vez, algumas reflexões acerca da efetividade do abandono, pelo governo brasileiro, da formação de comissões militares no pós-1829. Ou seja, ainda que não se tenha, de fato, voltado a conformar tribunais extraordinários militares pelo restante da história imperial brasileira, a legitimidade com que, entre 1838 e 1842, recorreu-se, no Brasil, à imposição de leis militares em províncias rebeladas, admitindo que, a princípio, civis fossem julgados por leis e tribunais pretensamente reservados à caserna, põe em dúvida a efetividade da abdicação àquela medida²⁸⁰. Tal realidade impõe que se questione se, de fato, a ausência de recurso, no pós-1829, à mobilização de tribunais militares extraordinários no país, deveu-se ao reconhecimento de suas incongruências com a ordem legal vigente, ou se resultou, pelo contrário, de uma espécie de indiferenciação, disfarçada, entre as ordens militar e civil, evidenciada contudo, em inúmeras circunstâncias.

Vale a pena refletir também, ainda neste tema, sobre como a opção por dispositivos militares, quando do recurso à suspensão de garantias no país, ligou-se, ou não, à tentativa de recuperar a faceta temerosa do recurso ao §35 ao longo do

²⁷⁸ Cabe observar, nesse sentido, o teor dos artigos 8º e 9º desse projeto, consoante os quais: “Art. 8º. No caso de rebelião, todas as pessoas que se acharem dentro do territorio occupado pelos rebeldes, e pelas tropas em operações contra elles, serão sujeitas ás ordens e regulamentos do comandante em chefe das mesmas, que as poderá prender e remover para outro lugar; e os crimes praticados em contração a taes ordens ou regulamentos serão julgados como os crimes militares em circunstancias taes”; “Art. 9º. Os conselhos de guerra para taes julgamentos serão organizados conforme as leis militares anteriores ao Codigo de Processo Criminal, não sendo essencialmente necessarios para a formação da culpa os conselhos de investigação, de que trata o art. 155 do mesmo Codigo, e outras leis posteriores, que ficam para esse effeito derogadas; e as sentenças nelle proferidas serão logo mandadas executar pelo general ou comandante em chefe, sem algum recurso, salvo no caso de serem proferidas contra officiaes generaes, ou quando o general ou commandante em chefe entender que deve sobr’estar na execução; e, em um e outro caso, as levará, com sua informação, ao conhecimento do Imperador, e conforme a imperial deliberação, assim se procederá. Cessando, porém, a rebelião, os réos que estiverem cumprindo suas sentenças poderão recorrer, na fôrma do artigo 16º”. ASIB, sessão de 14 de setembro de 1839; p. 62.

²⁷⁹ Ver, por exemplo, fala de Vasconcelos no Senado em 7 de agosto de 1839 (ASIB, sessão de 7 de agosto de 1839; pp. 113-114) e fala de Henriques de Rezende na Câmara dos deputados em 5 de outubro de 1839 (APB-CD, sessão de 5 de outubro de 1839; p. 459).

²⁸⁰ No que tange especificamente à influência desempenhada pela atuação do general Andréa, quando na presidência do Pará, sobre essa espécie de revisão empreendida pela classe política, cabe lembrar que a mistura de leis civis e militares por ele autorizada na repressão à Cabanagem, baseou-se justamente em um discurso que louvava as vantagens que comissões militares e mesmo execuções sumárias possuíam, por vezes, na pacificação de regiões tumultuadas. Ver o subcapítulo 4.2 desta tese.

Primeiro Reinado – quase sempre casado, como vimos, com a formação de comissões militares. Relembremos, nesse sentido, que grande parte da polêmica e da própria efetividade da medida de suspensão de garantias na repressão aos movimentos rebeldes do início da história imperial, repousara na formação daquelas comissões, com carta branca, inclusive, para a execução imediata dos réus condenados à morte. Sendo assim, não é de se ignorar a hipótese de que, em meio à crise por que passava esse dispositivo no Brasil e diante da busca de parte da classe política nacional por instrumentos que lhe permitissem reprimir com eficácia e prontidão as sublevações políticas em curso, tenha-se buscado a recuperação de uma medida que se aproximasse, de alguma maneira, dos êxitos – tanto a nível da ameaça imposta ao conjunto dos revoltosos, quanto no que tangia à punição exemplar de alguns dos rebeldes – previamente demonstrados por aqueles tribunais.

É curioso observar, então, que na Fala do Trono de 1841, os acontecimentos em curso no Rio Grande do Sul tenham sido definidos como uma “guerra civil”, recorrendo-se oficialmente a uma terminologia que parece ter tido muito pouco de accidental.

Nas discussões da resposta à Fala do Trono desse ano, deputados ligados ao golpe da Maioridade e ao Gabinete de 24 de julho de 1840, substituído, em março de 1841, por um novo ministério de caráter regressista, chamaram atenção ao uso dessa expressão. Opuseram-se, assim, à indeterminação por ela imposta, em âmbito jurídico, aos acontecimentos no Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, ao modo como se desvencilhava o governo das amarras legais existentes, particularmente no que tangia ao julgamento dos réus. Reivindicando, assim, que ao invés do recurso à evasiva expressão “guerra civil”, o movimento sul rio-grandense fosse definido pelo governo como uma rebelião, Limpo de Abreu lembrou seus colegas que este crime estava especificado no Código Criminal, sendo que “o processo para este crime está estabelecido no código, e tem formulas certas e determinadas, das quaes as justiças do paiz não podem separar-se”²⁸¹.

À altura em que estas discussões tomavam corpo e em que propostas de reforma das leis criminais tramitavam na Câmara e no Senado, a declaração da Maioridade havia devolvido ao poder Executivo a prerrogativa de recurso ao §35 no intervalo das reuniões da Assembleia. Se o primeiro Gabinete maiorista recusou, assim, anuir com a medida de prorrogação da suspensão de garantias demandada pelo

²⁸¹ APB-CD, sessão de 26 de maio de 1841; p. 280.

general Andréa para o Rio Grande do Sul, o Gabinete que o sucedeu, alçado ao poder em 23 de março de 1841, teve como uma de suas primeiras iniciativas a promulgação de um decreto que mantinha vigente, por mais um ano, a dispensa dos §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 naquela província²⁸².

Datado de 29 de março de 1841, o decreto em questão saíra da pena de Paulino José Soares de Souza, à frente da pasta da Justiça do novo Gabinete, que se compunha, ainda, por Candido José de Araújo Viana, na pasta do Império, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mantido à frente dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon du Pin e Almeida, na Fazenda, o marquês de Paranaguá, na Marinha, e Clemente Pereira, na Guerra.

Se ao longo de toda a década de 1830, portanto, os debates sobre a aplicação da suspensão de garantias, articulados no interior da Assembleia, uniram ou opuseram os diferentes grupos políticos nacionais em torno dessa questão, no momento em que se parecia alcançar um consenso quanto à ineficácia da medida e aos ônus políticos de sua aplicação, o Executivo voltou a fazer uso da mesma, prescindindo, para tanto, da avaliação de deputados e senadores do país, e sendo cobrado por estes por sua escolha.

Na conjuntura específica de 1841, o fato de a prorrogação da suspensão de garantias no Rio Grande opor-se a uma resolução recente do ministério anterior e, mais que isso, o fato de ter sido decidida pelo governo às vésperas da instalação do corpo legislativo, foi alvo de ataques especialmente da parte de Limpo de Abreu. Em diferentes momentos deste ano, o ex-ministro da Justiça cobrou publicamente o ministério pela promulgação do decreto de 29 de março, declarando que nunca teria recorrido a esse expediente estando tão próxima a data de abertura da Assembleia²⁸³, e buscando, ademais, demonstrar o desacordo do decreto com as previsões do §35 do art. 179.

Consoante o ex-ministro, portanto, uma vez que o poder Executivo estava autorizado a recorrer à suspensão de garantias unicamente no intervalo das reuniões

²⁸² “Decreto nº 68 – de 29 de Março de 1841. Suspendendo por espaço de um ano, na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, os §§ 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do artigo 179 da Constituição”. *CLIB de 1841*. Tomo IV, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842; pp. 23-24.

²⁸³ Consoante Limpo de Abreu: Recusei investir ao nobre ex-presidente desta faculdade, assim como recusei a mesma faculdade ao seu sucessor, primeiro porque em materia de tanta gravidade eu queria proceder com o respeito, com o acatamento religioso que se deve à constituição do país; em segundo lugar porque, estando próxima a abertura do corpo legislativo, eu poderia, à vista das informações circunstanciadas que recebesse do novo presidente da província, deliberar-me sobre a necessidade de fazer uma proposta para que a suspensão de garantias continuasse por mais algum tempo na província do Rio Grande do Sul. APB-CD, sessão de 26 de maio de 1841; p. 287.

do Parlamento nacional, um decreto aprovado nesse interregno jamais poderia vigor para além dele. O decreto de 29 de março previa, contudo, a prorrogação da suspensão de garantias no Rio Grande por mais ano, ferindo abertamente, para Limpo de Abreu, o texto constitucional. Já a ausência de prestação de contas pelo governo, até julho de 1841, pela execução da medida, aprofundava ainda mais seus desacordos com a Carta de 1824²⁸⁴. Dizendo ter tomado conhecimento de que o decreto de 29 de março fora encaminhado à comissão de Constituição da Câmara nos primeiros meses da sessão de 1841, Limpo de Abreu cobrava, então, que o ministro da Justiça, ou os membros da comissão (“formada unicamente dos amigos políticos do nobre ministro”²⁸⁵), apresentassem à Casa uma avaliação de sua constitucionalidade.

Interpelado a se posicionar, Paulino José Soares de Souza tomou a palavra na sessão de 20 de julho de 1841, dizendo, de saída, encontrar-se desprovido de quaisquer informações que pudessem aclarar os questionamentos do ex-ministro quanto aos efeitos da prorrogação da suspensão de garantias no Rio Grande do Sul. A despeito disso, alegava não concordar que, em decorrência do decreto de 29 de março, pudesse a administração em exercício ser acusada de pouca consideração com o poder Legislativo, ou ainda de agir propositalmente em desacordo com o texto constitucional.

Consoante Paulino, uma vez que o Executivo possuía a faculdade de recorrer à suspensão de garantias nos intervalos de reunião da Assembleia, independentemente de quantos dias faltassem para a abertura dos trabalhos legislativos, a acusação de Limpo de Abreu não se sustentava. Ademais, o ministro da Justiça alegava que uma série de documentos enviados pelos ex-presidentes do Rio Grande do Sul confirmavam a necessidade urgente da medida na província, solicitada, ainda, tanto por Andréa, quanto por seus dois sucessores²⁸⁶.

O governo, pois quando ela era tão urgentemente reclamada por três diversos presidentes, havia de adiá-la? Por que? Por uma infundada suposta consideração para com a câmara dos Srs. deputados, consideração que não tem lugar algum, por isso mesmo que o governo usa de uma atribuição que a constituição lhe dá? E do fato de usar um poder constitucional que a constituição lhe dá pode vir algum desar a outro poder?²⁸⁷

²⁸⁴ APB-CD, sessão de 20 de julho de 1841; pp. 272-274.

²⁸⁵ Idem; p. 273.

²⁸⁶ Francisco Alves Machado, que assumiu a presidência da província, no lugar de Andréa, em novembro de 1840, e Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, que entrou no cargo em 17 de abril de 1841.

²⁸⁷ APB-CD, sessão de 21 de julho de 1841; pp. 282-283.

Paulino censurou também o argumento da inconstitucionalidade da vigência do decreto, dizendo desconhecer a força desta acusação, uma vez que, ao lançar mão da medida, o governo possuía faculdade para tanto e que, uma vez reunido o corpo legislativo, “se entender que o governo abusou della, pôde a este respeito manifestar o seu pensamento”.

Ao que tudo indica, a comissão de constituição da Câmara não se manifestou, pelo restante do ano, acerca do decreto de 29 de março de 1841. Na imprensa do país, a medida gerou alguma comoção, polarizando, uma vez mais, apoiadores e opositores do governo. Enquanto *O Maiorista* criticou, praticamente nos mesmos termos utilizados por Limpo de Abreu, o recurso à prorrogação da suspensão de garantias pelo ministério de 23 de março²⁸⁸, o periódico *O Brasil*, comandado por Justiniano José da Rocha, celebrou a medida como uma espécie de reparação dos erros da administração anterior²⁸⁹. Censurou, então, o Gabinete de 24 de julho por não ter dado importância à renovação dos decretos de suspensão de garantias no Sul do país, os quais, iniciados pelo “louvável Gabinete de 19 de setembro”, e já renovados por três vezes, vinham apresentando bons resultados naquela província. Já para *O Maiorista*, desde outubro de 1840, quando havia “vencido” a prorrogação aprovada em 1839, o Rio Grande não enfrentara qualquer situação que justificasse a renovação da medida. Na opinião dos redatores desse periódico, que tinha à sua frente Francisco de Salles Torres Homem, enquanto não se garantisse pronto julgamento e segurança às pessoas sujeitas a leis excepcionais, nunca se deveria votar por tais medidas.

Se, na Câmara dos deputados, a promulgação do decreto de 29 de março foi apontada, por políticos ligados ao golpe da Maioridade e ao primeiro Gabinete maiorista, como inconstitucional e reveladora do despreço do novo governo pelo poder Legislativo; tampouco deixaram os representantes ao novo gabinete de questionar o recurso ao §35, nos últimos dias de 1840 para a província do Ceará, quando então era presidente dela José Martiniano Alencar, intimamente ligado ao grupo dos maioristas. Tratava-se de uma lei de suspensão de garantias de caráter provincial, aprovada, ao que tudo indica, aos 31 de dezembro de 1840, pretensamente com o fito de reprimir a chamada sedição do Sobral, ou levante de Torres Jacarandá.

²⁸⁸ *O Maiorista*, nº 5 – 06/06/1841.

²⁸⁹ *O Brasil*, nº 114 – 03/04/1841.

Ainda que desconheçamos os detalhes da lei cearense de 31 de dezembro e da conjuntura particular que a antecedeu²⁹⁰, o impacto da suspensão de garantias no Ceará às vésperas da realização das eleições naquela província, marcadas para os primeiros dias de janeiro, deu azo a uma série de acusações de que a medida, absolutamente desnecessária ante a baixa gravidade da sedição (e não rebelião, portanto), fora utilizada por Alencar com vistas a manipular os resultados do pleito.

Correntes nos periódicos do Império entre os meses de fevereiro e maio de 1841²⁹¹, tais denúncias vieram rapidamente à tona no plenário da Câmara dos deputados naquele ano e, novamente, em abril de 1842, nas sessões preparatórias para a reunião legislativa que nunca chegou a acontecer.

Nas duas conjunturas, representantes ligados ao segundo Gabinete maiorista – que, como dissemos, possuía cariz regressista –, especialmente Carneiro Leão e Souza Martins, acusaram Alencar de ter provocado a sublevação do Sobral para, em vista desse acontecimento, justificar o recurso à suspensão de garantias e a consequente prisão, deportação ou mesmo fuga de uma série de opositores políticos da província, impossibilitados, assim, de votarem ou presidirem as mesas eleitorais²⁹².

Já para deputados como Carlos Augusto *Peixoto de Alencar* (eleito pela província do Ceará) e Andrada Machado, soava absurda a acusação de que os acontecimentos do Ceará haviam sido forjados pelo ex-presidente Alencar. Defendiam, ademais, a medida de prorrogação das eleições tomada por aquele presidente, apontando aos vícios e problemas que seguramente adviriam se o pleito tivesse sido realizado sob estado de rebelião. No que tangia especificamente à suspensão de garantias decretada por Alencar, ainda que não defendessem abertamente a medida, negavam que, em consequência dela se tivesse procedido a

²⁹⁰ Os dados de que dispomos sobre a lei foram recuperados por meio dos debates parlamentares e de algumas publicações na imprensa nacional. O tom em que a medida foi referida, por mais de uma vez – particularmente, como “obra” de Alencar – e, mais que isso, a data de sua provável aprovação – dezembro de 1840, numa altura em que as assembleias provinciais não costumavam estar reunidas –, sugerem que ela resultou de uma espécie de decreto do presidente do Ceará, expediente que não estava previsto em parte alguma da legislação do país.

²⁹¹ Ver: *O Brasil*, nº 99 – 25/02/1841; *A Phenix*, nº 304 – 03/03/1841; *Sentinella da Monarchia*, nº 88 – 16/04/1841; e *O Brasil*, nº 123 – 01/05/1841.

²⁹² Ver especialmente sessões de 14, 15, 21, 22 e 24 de maio, 11 de junho, 1º de julho e 15 de outubro de 1841, e a quinta e a sexta sessões preparatórias de 1842, transcorridas respectivamente aos 29 e 30 de abril. Em 1842, a recuperação do episódio esteve diretamente relacionada à tentativa de impugnar os resultados das eleições no Ceará, haja vista terem se dado sob a suspensão das garantias e com a prática corrente de uma série de arbítrios.

prisões e deportações de inimigos políticos do presidente, recusando veementemente, ainda, que tal suspensão estivesse em vigor quando da realização das eleições²⁹³.

Se, entre 1840 e 1841, foram esses os principais impactos gerados pelo recurso a medidas de suspensão de garantias na Câmara dos deputados, tramitavam no Senado, à mesma altura, tanto o projeto de reforma do Código de Processo Criminal de 1832, quanto o projeto de salvação pública apresentado por uma comissão especial da Casa, como vimos, em setembro de 1839. Por legislarem sobre questões comuns, a discussão dos dois projetos acabou por colidir no interior da Câmara alta, levando os senadores, ao que tudo indica, a abandonarem, a partir de julho de 1841, a proposta da comissão especial, dedicando-se exclusivamente ao exame da reforma do Código de Processo, que então adentrava em terceira discussão²⁹⁴.

Bastante polêmica e atraindo a oposição da imprensa e de parte dos deputados e senadores do país, a medida de salvação pública possuía, de fato, poucas chances de se transformar em lei imperial. Já a reforma do Código de Processo, almejada no país há tempos e relacionada a uma infinidade de problemáticas sentidas nos últimos anos, respondia a várias das inquietações que haviam levado os representantes vitalícios à proposição de alterações na regulamentação dos crimes políticos, acabando por tomar o lugar, ao que tudo indica, do outro projeto em discussão.

A reforma do Código de Processo passou por sua 3ª discussão no Senado entre junho e outubro de 1841. Devolvida à Câmara baixa aos 12 de outubro, foi avaliada

²⁹³ O debate era polêmico, pois se para os acusadores de Alencar, as eleições de 7 de fevereiro seguramente haviam transcorrido sob efeito da lei de suspensão em diferentes regiões do Ceará, uma vez que as leis provinciais só começavam a vigor quando publicadas nas diferentes vilas e que, haja vista a amplitude territorial da província, a lei de 31 de dezembro teria levado mais tempo do que se supunha para ser publicada em alguns de seus rincões; para os defensores do ex-presidente do Ceará, a lei vigia a partir de sua publicação na capital, o que significava que, prevista para durar pelo intervalo de um mês, não se encontrava em vigor quando da realização das eleições.

²⁹⁴ Em consequência das intersecções entre os dois projetos e do fato de as discussões sobre o projeto de salvação pública antecederem aquelas da reforma do Código de Processo, decidiu-se, a princípio, que todo o 1º capítulo do projeto de Vasconcelos tivesse sua discussão adiada para depois do projeto de segurança pública. Em junho de 1841, no entanto, quando deveriam se iniciar as terceiras discussões dos dois projetos, a questão voltou a ocupar os senadores, que se viram na necessidade de decidir qual dos projetos devia ter preferência na Casa, se o “extraordinário de medidas salvadoras”, ou o que propunha reformas à legislação ordinária do país. Os senadores acabaram decidindo que o projeto de salvação pública fosse encaminhado à comissão de Legislação do Senado, com as emendas aprovadas ao longo do debate, para ser novamente redigido e, em 2 de julho de 1841, a comissão revelou ter organizado dois novos projetos em substituição ao texto original e sua emendas, sem que tenhamos acessado, no entanto, o teor de cada um desses novos projetos, e tampouco identificado o destino dado a eles. ASIB, sessão de 3 de junho de 1840, livro 3; pp. 9-10; ASIB, sessão de 8 de junho de 1841, livro 2; pp. 142-145; ASIB, sessão de 6 de agosto de 1841, livro 4; p. 123.

pelos deputados ao longo do mês de novembro e, finalmente, promulgada em 3 de dezembro de 1841²⁹⁵.

Nas diferentes ocasiões em que esta lei foi discutida, vários pontos da legislação processual vigente – cuja reforma era urgentemente demandada por parte dos representantes –, foram relacionados à frequência das comoções políticas sentidas no país e às dificuldades encontradas pelas forças da legalidade em prevenir e reprimir tais manifestações. Ao preconizar, portanto, o esvaziamento das atribuições do juiz de paz, a eliminação do júri de acusação da ordem do processo e a criação de uma força de polícia no país, parte dos parlamentares buscava responder diretamente a essas falhas, apostando na reforma como ferramenta de auxílio à manutenção da ordem interna.

Propondo, assim, amplo leque de funções de vigilância e controle da população aos chefes de polícia, delegados e subdelegados – armando-os das prerrogativas (anteriormente pertencentes aos juízes de paz) de formação de culpa, prisão, concessão de fiança, controle das sociedades secretas, dispersão dos ajuntamentos ilícitos e expedição de mandados de busca nas propriedades privadas (eventualmente adjudicadas também aos juízes municipais); atribuindo ao ministro da Justiça ou aos presidentes de província sua nomeação; e concedendo a eles relativa dose de arbítrio em sua atuação – a reforma aprovada em 3 de dezembro de 1841 buscava corrigir pretensas falhas da organização judiciária nacional, ao mesmo tempo em que armava o governo das ferramentas consideradas necessárias para fazer frente a novas revoltas e agir com prontidão em situações emergenciais²⁹⁶.

Mais do que fixar atribuições específicas às diferentes autoridades envolvidas nas funções de polícia e justiça do Império, a reforma de 3 de dezembro logrou colocar o conjunto da judicatura sob controle do governo central. Se o capítulo primeiro da lei “Da Polícia”, fixava, assim, que cada província teria a partir de então um chefe de polícia, com os delegados e subdelegados necessários, previa que a escolha dos primeiros caberia ao Imperador e aos presidentes de província (nomeados,

²⁹⁵ “Lei de 3 de dezembro de 1841 – Reformando o Código de Processo Criminal”. *CLIB* de 1841. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842; pp. 101-122.

²⁹⁶ Ver, por exemplo, debates de 27 de junho de 1840 no Senado, nos quais se discutiu justamente o modo como o amplo leque de atribuições depositadas nas mãos das novas autoridades policiais do Império feria as liberdades individuais dos cidadãos. Parte dos representantes temia, assim, que a relativa dose de arbítrio concedida aos chefes de polícia para, por exemplo, autorizarem buscas em propriedades privadas, implicasse no cerceamento da garantia de inviolabilidade do lar. ASIB, sessão de 27 de junho de 1840; pp. 243-263. Sobre esses debates ver: Danilo Panzeri Carlotti. “As ideias ‘liberais’ e a oposição à reforma do Código de Processo Criminal de 1841”. In: *Revista de Informação Legislativa*, ano 52, nº 205, jan./mar. 2015; pp. 147-159.

por sua vez, assim como os vice-presidentes, pelo ministro do Império) e que, ademais, deveriam ser escolhidos dentre os desembargadores e juizes de direito. Já os delegados e subdelegados, também escolhidos pelo Imperador e presidente de província, “sobre proposta”, poderiam sair “dentre quaisquer juizes e cidadãos”. A escolha de praticamente todo o restante da magistratura do país, como juizes de direito, de órfãos e municipais, bem como dos promotores, também ficou legada ao imperador, centralizando-se praticamente por completo a judicatura do Império²⁹⁷.

Consoante Monica Duarte Dantas:

A lei de 3 de dezembro de 1841 não só alterou substantivamente as competências de cada ofício, criando, inclusive, novas funções e cargos, como modificou a maneira pela qual eram escolhidos os já existentes. Doravante, não só caberia a figuras escolhidas pelo centro – como chefes de polícia, delegados, e subdelegados – proceder a todas as diligências policiais antes adscritas aos juizes de paz; bem como passava a ser de competência da justiça togada (os juizes de direito e municipais) todos os principais atos para o andamento dos processos (bem como parte das decisões).²⁹⁸

Excluída da centralização imposta ao conjunto da magistratura nacional, a figura do juiz de paz (constante da Carta de 1824) – que, eleita localmente, manteve a independência prevista no Código de 1832 – foi, no entanto, esbulhada de suas funções, transferidas, como vimos, aos chefes de polícia, delegados e subdelegados, bem como aos juizes de direito e municipais; fato que, por si só, aponta aos problemas que, em breve tempo, adviriam da indeterminação entre as funções de polícia e justiça legada pela reforma.

Para os artífices da reforma, devia-se à ignorância e despreparo desses juizes o fato de uma série de processos judiciais nascerem repletos de erros e vícios que, no futuro, levavam à sua anulação pelo Supremo Tribunal de Justiça. O fato de parte significativa da instrução dos processos caber, assim, a um magistrado eletivo que, na maioria das vezes, não possuía qualquer formação jurídica e que, ademais, respondia a uma série de interesses locais, contribuía, na opinião desses homens, à impunidade que prevalecia no país.

Para além dos juizes de paz, os defensores da reforma responsabilizavam a existência do júri pelos (pretensamente) altos índices de absolvição no Império,

²⁹⁷ Monica Duarte Dantas. “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito- Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade*. São Paulo: Faculdade de Direito/USP, 2009; pp.10-12.

²⁹⁸ Monica Duarte Dantas. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-Nacional brasileiro”. In: *Rumos da Cidadania*. Instituto Prometeus (Brasil), 2010; p. 44.

justificando, sob tal argumento, a medida de eliminação do júri de acusação, ou primeiro júri, da ordem do processo, bem como o aumento dos critérios necessários para ser jurado no país (tornando obrigatório saber ler e escrever e aumentando o rendimento anual necessário de 200 mil réis, para 400, 300 ou 200 mil a depender do tamanho da cidade) e a admissão de que o juiz de direito recorresse *ex-officio* das decisões do júri (inapeláveis no Código de 1832) no caso de considerá-las em desacordo com as evidências do processo. Por meio de tais medidas, defendiam que o processo não só tornar-se-ia mais célere, como infenso à manipulação das sentenças, supostamente decorrentes da ignorância dos jurados e das ameaças sob as quais firmavam seu veredito.

Em vários de seus aspectos, portanto, a reforma de 3 de dezembro de 1841 parece ter buscado responder a questões que os políticos regressistas relacionavam há tempos à exacerbação e frequência dos conflitos internos, prevendo mecanismos que consideravam mais efetivos para a prevenção e repressão a tais desordens, bem como medidas que, visando a agilizar os processos e neutralizar interferências indevidas, resolvessem também a situação instaurada após a tomada de medidas emergenciais, das quais costumava resultar, como vimos, grande contingente de homens presos, deportados ou recrutados, com destino jurídico incerto, ao arrepio do código aprovado em princípios da década de 1830.

Assim se referiu Paulino José Soares de Sousa à lei de 3 de dezembro no relatório anual da Pasta da Justiça, apresentado à Assembleia no início do ano legislativo de 1843:

Aconselhados por huma decepção dolorosa era preciso abandonar a marcha que tínhamos seguido, e que muito contribuíra para anarchisar o Paiz, e chamar sobre elle as commoções, as desordens, e a impunidade que ha mais de dez annos o flagellão. Era urgente rever as nossas Leis regulamentares, emendal-as segundo os conselhos da experiencia, e armar o Poder com os meios indispensaveis para emancipar-se da tutela das facções, e das desencontradas exigencias das influencias das localidades. Era preciso adoptar huma politica larga que fazendo calar as vozes mesquinhas de influencias locaes, e de interesses particulares, dêsse lugar a que somente pudesse ser ouvida a da Razão Nacional, única e verdadeira indicadora do pensamento e necessidades publicas.

As Leis do Conselho d'Estado e da reforma do Codigo de Processo forão filhas dessa politica, que em parte começarão a realisar.

[...]

A Lei da reforma do Codigo de Processo tinha por fim habilitar o Poder para resistir aos partidos sempre descontentes, e para cumprir hum dos seus primeiros deveres, a manutenção da Ordem publica, e a protecção á segurança individual, tirando-o da dependencia de influencias locaes e dando-lhe acção efficaz sobre as Autoridades subalternas, das quaes he mister que se sirva para o cumprimento

daquelle dever.²⁹⁹

Para seus artífices e defensores, portanto, a reforma do Código de Processo respondia a questões de longa data, visando a corrigir as falhas do ordenamento jurídico nacional que, instaurado no início da década de 1830 (particularmente por meio dos Códigos de 1830 e 1832), não fornecera ao país, na sua opinião, instrumental suficiente para lidar com os motins, revoltas e rebeliões deflagrados ao longo desses anos.

As próprias discussões travadas, particularmente entre 1835 e 1839, em torno da necessidade de recurso à suspensão de garantias no país, advieram de, ou circundaram, como vimos, debates acerca da efetividade do ordenamento jurídico nacional. Propostas de alteração a artigos e parágrafos específicos dos códigos criminal e de processo criminal foram apresentadas, assim, praticamente desde a sua aprovação no país, apontando as falhas identificadas nesse ordenamento. Se as desejadas alterações nas definições e punições previstas aos crimes políticos do Código Criminal de 1830 (particularmente àquele de rebelião), não foram conquistadas por todo este período (e nem nos anos ulteriores, a despeito de seguirem aparecendo propostas nesse sentido³⁰⁰), a aprovação da lei de 3 de dezembro foi comemorada como resposta efetiva a parte significativa dos problemas enfrentados, quase como se fossem os diplomas da Regência os responsáveis pelos tumultos instaurados no país.

As expectativas dos regressistas em torno da Reforma ficaram ainda mais claras com os Regulamentos expedidos entre janeiro e fevereiro de 1842 pelo ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, dispondo sobre a execução de diferentes partes da nova lei. Por meio do Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842, responsável por regular a parte policial e criminal da lei de 3 de dezembro, o Judiciário brasileiro foi hierarquicamente estruturado e o ministro da Justiça alocado como seu chefe Supremo, “no exercício da Suprema inspeção, que lhe pertence como primeiro Chefe e centro de toda a Administração policial do Império”. Em seguida a ele vinham os presidentes de província “encarregados de manter[em] a segurança, e

²⁹⁹ “Relatorio da Repartição dos Negocios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 5ª legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario d’Estado Paulino José Soares de Sousa”. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843; pp. 3-4.

³⁰⁰ Ver, por exemplo, a proposta de reforma do Código Criminal apresentada pelo ministro da Justiça do país, Paulino José Soares de Souza, em janeiro de 1843, prevendo, dentre outras, alterações significativas na definição dos crimes políticos no país, particularmente no que tangia ao crime de rebelião. Também nesta ocasião, ao que tudo indica, a proposta teve vida curta na Assembleia. APB-CD, sessão de 14 de janeiro de 1843; pp. 204-207; e sessão de 2 de maio de 1843; pp. 1008-1013.

daí em diante “por ordem do 3º ao 8º lugar, os Chefes de Polícia, os Delegados e Subdelegados, os Juizes Municipais, os Juizes de Paz, os Inspetores de Quarteirão e, finalmente, as Câmaras Municipais e os seus fiscais”.

Na palavras de Dantas:

O “Regulamento” deixava mais evidente o que a Lei de 1841 já demonstrava, que da justiça cidadã de 1832 não sobrara quase nada. Ainda que as funções de Juizes Municipais, Promotores e Delegados, na ausência de bacharéis formados, pudessem ser exercidas por leigos, sua escolha (bem como a de seus suplentes) era de inteira responsabilidade dos Presidentes de Província ou do Imperador, no caso da Corte. Os Subdelegados, por sua vez, deveriam ser sugeridos pelos Delegados, mas cabia ao Chefe de Polícia nomeá-los. Este, uma das mais altas autoridades em questões policiais (antecedido apenas pelo Ministro da Justiça e pelo Presidente da Província), não só deveria ser nomeado pelo Imperador, como era necessário que fosse ao menos Juiz de Direito (e já com três anos de experiência), senão Desembargador da Relação. Mesmo escrivães, oficiais de justiça, carcereiros e inspetores de quarteirão não mais seriam escolhidos – tal como em 1832 – por alguma autoridade eleita localmente, como o Juiz de Paz ou os vereadores. Quanto ao Juiz de Paz, desnecessário ressaltar que perdera não só todo o seu poder “criminal”, como também fora quase completamente destituído de sua autoridade “policial” (conforme a divisão proposta no “Regulamento”).³⁰¹

O documento definia, ademais que só poderiam ser escolhidos para chefe de polícia os juizes de direito que tivessem servido por três anos. Assim como estes, também os delegados e subdelegados seriam conservados em seus cargos unicamente enquanto servissem bem e convenientemente, podendo ser sumariamente dispensados pelo governo em caso contrário.

Inaugurava-se, portanto, uma estrutura em acordo com a qual as autoridades policiais, repletas de prerrogativas que, por vezes tocavam o limite do arbitrário, encontravam-se umbilicalmente atreladas ao governo central, nomeadas e destituídas na conformidade de seus interesses. Diante desta estrutura renovada, os regressistas esperavam, ao menos, resolver parte significativa dos problemas enfrentados no país, pondo fim às sublevações em andamento e prevenindo a deflagração de novos tumultos.

O que não esperavam, pode-se imaginar, é que uma revolta se levantaria justamente em oposição a essas medidas, ou seja, que a lei de 3 de dezembro e os Regulamentos de Paulino estariam na base da próxima rebelião a espocar no país, a última, no entanto, para cuja repressão far-se-ia uso do §35 do art. 179 na história do Império do Brasil.

³⁰¹ Monica Duarte Dantas. Op. cit., 2009; p.14.

Considerações Finais

A câmara municipal da vila de Bragança, que nutre, como todos os bons brasileiros, sentimentos patrióticos, adesão à liberdade, integridade do Império e segurança pública, confiada na ilustração de seus atuais Representantes, julga que a essa Assembleia [Geral] não faltam meios de salvar a província da horrorosa crise que se lhe antolha. A Reforma do Código de Processo parece foi feita com o único fim de aniquilar a liberdade pública, oprimir aos cidadãos e escravizar a um povo livre: esta Lei de Reforma, Senhores, não pode por maneira alguma ser executada sem que a província inteira se ressinta das mais atrozes perseguições; sem que a liberdade individual seja calcada por um Agente da Polícia. E vós, Senhores, a quem compete velar na guarda da Constituição, das Leis e dos Sagrados Direitos dos Cidadãos; vós, que representais o povo, à vós compete empregar os meios que vos sobram para salvar a província dos grilhões que se nos preparam, tomando medidas enérgicas afim de que esta Lei atentatória do pacto fundamental não seja executada nesta província.
Petição da Câmara Municipal de Bragança¹

Foi nesses termos que, em janeiro de 1842, os vereadores da Câmara Municipal de Bragança se manifestaram à Assembleia Geral sobre o teor da Reforma do Código de Processo Criminal aprovada aos 3 de dezembro de 1841. Como ela, a própria Assembleia provincial paulista dirigiu-se ao Parlamento nacional, por meio de documento redigido aos 28 de janeiro, censurando em termos extremamente acres as medidas empreendidas pela passada legislatura, particularmente as chamadas “leis reacionárias” (Interpretação do Ato Adicional, Reforma do Código de Processo e Lei do Conselho de Estado²), tendo recebido, por sua vez, de uma série de Câmaras Municipais da província, petições de teor semelhante³.

Por meio desses documentos, a elite paulista explicitava seu profundo desacordo com as reformas levadas a cabo pelos regressistas, reivindicando a demissão do ministério de 23 de março de 1841 e, acima de tudo, a revogação dos “artigos inconstitucionais” da lei de 3 de dezembro. Revelavam, por fim, que o

¹ “Petição da Câmara municipal de Bragança”, 22 de janeiro de 1842. APUD Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba. *As Vozes da Nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado, PPGHS-FFLCH/USP, São Paulo, 2010; p. 150. Grifo meu.

² Aprovada em 23 de novembro de 1841, a lei de reinstauração do Conselho de Estado foi compreendida, por seus opositores, como uma tentativa dos regressistas de manipularem o imperador e, consequentemente, o poder Moderador. Idem; p. 151.

³ Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba. Op. cit.; pp. 145-150.

imobilismo da classe política nacional ante às ilegalidades e usurpações daquele ministério arrastaria a província, se necessário fosse, a uma rebelião. Consoante Roberto Saba: “Em suma, acreditava a Assembleia Legislativa de São Paulo que o domínio político dos regressistas retirava o Brasil da esfera da civilização, colocando em risco a existência da monarquia constitucional. Se nada fosse feito, somente uma guerra patriótica poderia salvar a liberdade no Império brasileiro”⁴.

A oposição às reformas regressistas se dava, portanto, em nome da Constituição e, particularmente, da liberdade e justiça por ela proporcionadas aos habitantes do Império, e que, na visão dos futuros rebeldes de 1842, o ministério em exercício visava a usurpar. No que tangia especificamente à lei de 3 de dezembro de 1841, os paulistas acusavam-na de tolher as garantias dos cidadãos e as liberdades individuais, tornando-os vulneráveis, por exemplo, aos desmandos das autoridades policiais.

As requisições da elite paulista, no entanto, não foram sequer recebidas pela Assembleia que, prevista para iniciar seus trabalhos em maio de 1842, foi dissolvida previamente à sua abertura oficial. Uma vez que a maioria dessas petições fora redigida previamente à expedição dos Regulamentos de Paulino Soares de Souza à lei de 3 de dezembro, o teor desses Regulamentos deve ter aprofundado ainda mais o desacordo dos paulistas com a reforma do Código de 1832. Some-se a isso a indignação gerada pela dissolução da quinta legislatura (por decreto de 1º de maio de 1842), antes mesmo de sua instalação⁵, e tem-se o estopim da revolta armada deflagrada em São Paulo, aos 17 de maio.

Mais uma petição foi enviada em 1842 pela Assembleia paulista, desta vez ao imperador, e não obteve resposta. A situação se complicou ainda mais quando, também descontente, a elite política de Minas Gerais começou um movimento próprio com propósitos semelhantes aos dos paulistas. Estava dado o cenário da rebelião: a ascensão do gabinete de 23 de março retirou do Poder Executivo lideranças que haviam levado a cabo o Movimento da Maioridade; a Reforma do Código de Processo Criminal representou para líderes paulistas e mineiros a tomada do Poder Judiciário e da polícia pelos delegados da Oligarquia; a reinstauração do Conselho de Estado foi compreendida como uma forma de se manipular o imperador (e, consequentemente, o Poder Moderador) pelas hostes do Regresso; a dissolução da Câmara destituiu do Poder Legislativo os

⁴ Idem; p. 148-149.

⁵ Uma vez que a Carta brasileira de 1824 admitia a dissolução da Câmara dos deputados unicamente “nos casos em que o exigir a salvação do Estado”, a dissolução da quinta legislatura previamente à instauração dos trabalhos, ou seja, antes mesmo que qualquer atrito ou desconfiança tivesse surgido entre os poderes Legislativo e Executivo (justificando a intervenção do poder Moderador), gerou indignação em alguns setores da classe política nacional. Levada a cabo em razão da pretensa generalização das fraudes eleitorais de 1840 (conhecidas como “eleições do cacete” e atualmente sob revisão historiográfica) a medida configurou, aos olhos de seus opositores, verdadeiro golpe contra o sistema representativo brasileiro, estimulando a reação de paulistas e mineiros.

representantes eleitos da nação; o silêncio desdenhoso do poder central frente às queixas dos peticionários foi interpretado como a provocação mais perversa. Organizados pelas câmaras municipais de São Paulo e Minas Gerais, grupos rebeldes se levantaram contra a falta de legitimidade que enxergavam no governo do Regresso.⁶

Ainda que não tenham se prolongado por mais de 4 meses, os embates travados entre os revoltosos e as forças da ordem não foram tão simples e inermes como por vezes se faz crer. Pelo contrário, a encorajadora propaganda pública da campanha do governo contra os rebeldes – e, particularmente, da atuação “heroica” de Honório Hermeto Carneiro Leão (então presidente da província do Rio de Janeiro) na articulação política da repressão –, levada a cabo pelo *Jornal do Commercio*, obliterava os temores impostos pelo movimento à classe política nacional. Analisando a correspondência produzida por Carneiro Leão ao longo dos 50 dias em que, no transcurso da revolta, se deslocou pelas regiões do vale do Paraíba fluminense e sul mineiro, Bruno Fabris Estefanes aponta a preocupação e insegurança que por mais de uma vez se abateu sobre as tropas e os articuladores da repressão⁷.

Tratando particularmente dos impactos da revolta sobre a província do Rio de Janeiro, exacerbados quando do início das comoções na vila de Barbacena (MG), em 10 de junho, Estefanes destaca o clima de emergência que teria levado o imperador, aos 18 de junho de 1842, “a emitir uma grave proclamação e tomar duas medidas extraordinárias: a desanexação de alguns municípios da província de São Paulo e a suspensão das garantias constitucionais na Corte e na província fluminense pelo intervalo de um mês”⁸.

Antes mesmo dessas medidas, no entanto, dois decretos emanados do poder Executivo, aos 17 de maio de 1842, já haviam suspenso os §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179, pelo período de um ano na província de São Paulo, e por três meses em Minas Gerais⁹. Se a sincronicidade existente entre a deflagração da revolta em São Paulo e a emissão dos decretos, por si só, chama a atenção, mais curioso ainda é que,

⁶ Roberto Nicolas Puzzo Ferreira Saba. Op. cit.; p. 151

⁷ Bruno Fabris Estefanes. *Conciliar o Império. Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico(1842-1856)*. Dissertação de Mestrado, PPGHS-FFLCH/USP, São Paulo, 2010; pp. 93-106.

⁸ Bruno Fabris Estefanes; pp. 99-100.

⁹ “Decreto nº 169 de 17 de Maio de 1842 – Suspendendo por espaço de três mezes na província de Minas-Geraes os §§6º, 7º, 8º, 9º e 10 do art. 179 da constituição”. APB-CD, sessão de 1 de março de 1843, p; 12. Esse decreto não se encontra em nenhum volume da Coleção de Leis do Império do Brasil. Não encontramos qualquer referência a um possível decreto de revogação deste, talvez porque, previsto para durar três meses, tenha deixado de vigor praticamente à mesma altura em que o “Exército pacificador” de Caxias venceu a batalha de Santa Luzia, em Minas Gerais.

para além da província paulista, a suspensão de garantias tenha sido decretada também para Minas Gerais, cuja data oficialmente reconhecida de ingresso no levante foi o 10 de junho de 1842. É possível conjecturar, assim, que o governo estivesse não apenas atento às movimentações contrárias às “leis reacionárias” e ao ministério articuladas (também) em Minas Gerais, desde, pelo menos, o final de 1841, mas que também tivesse notícias da coordenação ensaiada entre as duas províncias para o estopim da rebelião¹⁰.

Aliado à admissão da suspensão de garantias, em 20 de junho de 1842, novo decreto previu que se observasse, também nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, as leis militares para tempo de guerra, pelo período em que nelas se mantivessem as forças rebeldes¹¹.

Em função da aplicação desses decretos, uma série de medidas foi tomada nas três províncias, particularmente prisões e deportações, inclusive de senadores e de altas figuras da política nacional, algumas delas enviadas para fora do país; casos de Antonio Paulino Limpo de Abreu, Francisco de Salles Torres Homem, Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, cônego Geraldo Leite Bastos, José Francisco Guimarães e Joaquim Candido Soares de Meirelles, deportados para Portugal, ao que tudo indica, na fragata Paraguassú¹².

Se a seriedade com que as elites provinciais paulista e mineira encararam a reforma do Código de Processo levou-as a recorrer às armas para por fim à medida, também o governo lançou mão de um pacote de medidas extraordinárias com o fito de repor a ordem interna. Tratou-se, no entanto, da última vez em que o §35 do art. 179 foi aplicado no Brasil imperial. A partir de 1843, ainda que o Império tenha passado por conjunturas conflituosas como a da Praieira e se deparado, já no pós-1850, com movimentações como a Revolta dos Marimbondos, o Quebra-Quilos, o Motim do Vintém e o incremento das fugas e crimes escravos na São Paulo da década de 1880, não foram mais aprovadas ou decretadas no país, ao que tudo indica, medidas de suspensão dos direitos individuais.

Derrotados os rebeldes de 1842 e eliminados, portanto, os obstáculos por eles representados à implementação da lei de 3 de dezembro, o projeto regressista de

¹⁰ Ver Erik Hörner. Op. cit., 2010; Cap. 3; pp. 184-278.

¹¹ “Decreto nº 184 de 20 de Junho de 1842 – Manda que se observem nas Províncias de São Paulo e Minas as Leis Militares”. *CLIB de 1842*. Tomo V, Parte II. Op. cit; p. 324. Esse decreto foi revogado por outro, de nº226, de 30 de setembro de 1842. *CLIB de 1842*. Tomo V, Parte II. Op. cit; p. 429.

¹² As listas dos indivíduos presos e deportados em função dos decretos de maio e junho de 1842 foram apresentadas pelo governo em 1843 e publicadas nos *Anais da Câmara dos deputados*. APB-CD, sessão de 1 de março de 1843; pp. 13-15. Ver também: Erik Hörner. Op. cit., 2010; p. 315.

reorganização da polícia e da justiça no país parece ter, de fato, saído vencedor. Desse momento em diante, ao que tudo indica, a medida de suspensão de garantias se tornou desnecessária, ou pouco atraente, para o governo e a classe política nacional, tendo sido aventada em uma ou outra conjuntura, porém não utilizada novamente pelo restante da história imperial.

À baixa atratividade da medida certamente corroborou o aparato de vigilância, prevenção e repressão imediata aos conflitos possibilitado pela lei de 3 de dezembro, por meio da qual, como vimos, foi permitida aos agentes da polícia uma atuação que, ditada pelo centro do poder, possuía doses consideráveis de arbítrio, ferindo a liberdade individual dos cidadãos sem necessitar, para tanto, do recurso legal ao §35. A antevisão de tal realidade parece, inclusive, ter sido o principal fator de mobilização de paulistas e mineiros, curiosamente dispostos a pegar em armas em oposição à reforma de uma lei de direito penal processual. A despeito, portanto, da existência de uma série de conflitos políticos pregressos nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, cuja existência certamente também contribuiu à revolta, sua principal motivação parece ter de fato assentado no reconhecimento dos atentados à liberdade impostos pela lei de 3 de dezembro.

Para além desse fator, contudo, também a repercussão que os decretos de 1842 tiveram nos anos subsequentes, particularmente em 1843, quando da reunião da nova legislatura, parece ter confirmado à classe política que, sensível como era, a suspensão de garantias sempre daria azo a acirradas disputas parlamentares, cobrando de seus executores um preço político extremamente alto e dando origem a questionamentos quase nunca resolvidos.

Vale destacar, assim, que, logo nos primeiros meses de 1843, a análise da prestação de contas do governo pela suspensão de garantias nas três províncias, o julgamento dos senadores deportados, Diogo Antonio Feijó e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, e a avaliação de uma possível anistia aos rebeldes, deram lugar a debates acirrados na Câmara dos deputados, no Senado e na imprensa do país¹³.

Consoante Erik Hörner, a polêmica parlamentar sobre a revolta do ano anterior, visava, mais que tudo, a colocar um ponto final naqueles acontecimentos,

¹³ Os debates sobre o legado da revolta de 1842 tiveram início já com a discussão da resposta à Fala do Trono e as polêmicas geradas pelo uso do termo “rebelião” em referência aos acontecimentos transcorridos em São Paulo e Minas Gerais. Se, para parte dos parlamentares, a aceitação de tal definição pressupunha uma antecipação de julgamento dos fatos ocorridos, para os defensores do governo, prescindir de tal definição implicava deslegitimar o recurso à suspensão de garantias no ano anterior, colocando em questão a atitude do ministério anterior. Para uma avaliação dos impactos de 1842 na legislatura de 1843 ver: Erik Hörner. Op. cit., 2010; Cap. 5 pp. 279-330.

dando-lhes uma conclusão que o encerramento dos conflitos, por si só, não fora capaz de proporcionar, e que sequer o julgamento regular dos envolvidos seria capaz de fornecer, uma vez que se tratava de questão eminentemente política, a ser resolvida no interior do Parlamento. Conforme o autor, portanto, tratava-se de “justificar politicamente ou o movimento armado ou a ação enérgica – ou despótica, para alguns – do Ministério”¹⁴, justificativas essas que, ainda repousando sobre uma série de argumentos jurídicos, baseavam-se fundamentalmente em uma interpretação política dos acontecimentos transcorridos em 1842 e do próprio texto constitucional e arcabouço jurídico vigentes no país.

Os debates travados, por exemplo, na Câmara dos deputados, entre janeiro e fevereiro de 1843, reforçam o modo como o recurso ao §35 do art. 179 no país, tanto no que tangia à decisão sobre sua aplicação, quanto no que respeitava à sua posterior avaliação pelos representantes, imiscuia-se invariavelmente nas disputas políticas em curso no país. Afinal, a avaliação das responsabilidades inerentes aos propositores e executores da medida, repousava na apreciação de uma série de questões juridicamente indeterminadas, tais como: o que especificamente configurava uma rebelião no Império do Brasil; a quem cabia decidir, e baseado em que elementos, se um movimento representava, ou não, perigo iminente da pátria; quais dentre os parágrafos do art. 179 eram passíveis de suspensão quando do recurso ao §35; como responsabilizar as autoridades envolvidas na aprovação de medidas de suspensão de garantias; ou ainda, se a salvação da pátria estaria acima de qualquer outro direito constitucional e, inclusive, da própria Carta.

Tratava-se, portanto, de questões elencadas pelos representantes nacionais desde 1826 – quando da abertura dos trabalhos legislativos do Império e da avaliação dos decretos de suspensão de garantias aprovados entre 1824 e 1825 – e seguidamente repisadas, como vimos, nos últimos anos do Primeiro Reinado, nos primeiros anos da Regência (ainda na ausência de recurso ao §35) e particularmente entre 1835 e 1841, quando da retomada efetiva da medida no Brasil.

Na conjuntura específica de 1843, portanto, enquanto uma série de parlamentares defendeu que os acontecimentos transcorridos em São Paulo e Minas Gerais haviam conformado inegavelmente uma rebelião¹⁵, outros advogaram que, a

¹⁴ Erik Hörner. Op. cit., 2010; p. 306

¹⁵ Ver, dentre vários outros, os discursos de Francisco de Souza Martins (CE) e Gabriel Mendes dos Santos (MG) na sessões de 18 de janeiro de 1843. APB-CD, sessão de 18 de janeiro de 1843; p. 380 e p. 386.

despeito de suas dimensões, o movimento não havia passado de uma sedição¹⁶. Nessas discussões, recuperaram uma série de interpretações e questionamentos quanto à validade da definição de rebelião vigente no Código de 1830 e a necessidade de se considerar, ou não, a concepção que haviam tido deste crime os artífices de Carta de 1824 e do §35 do art. 179¹⁷. Ademais, os representantes temporários refletiram acerca da prerrogativa que possuíam, na qualidade de membros do poder Legislativo, para qualificar juridicamente os acontecimentos do ano anterior como rebelião, sedição, ou o que quer que fosse, conjecturando o quanto tal atuação implicaria, ou não, uma intromissão na esfera de atuação do poder Judiciário¹⁸.

Também no que tange aos limites inerentes à aplicação do §35, foram múltiplos os posicionamentos exarados na Câmara em 1843, concentrados particularmente em torno da legalidade, ou não, de suspensão do §6º do art. 179 (concernente ao direito de ir e vir dos cidadãos), e da prerrogativa que se possuía, uma vez admitida a dispensa deste parágrafo, de fazer uso dela contra os senadores do país (haja vista a deportação imposta a Feijó e Vergueiro). Na avaliação deste ponto específico, diferentes posicionamentos foram novamente sustentados pelos representantes temporários, opondo argumentos alegadamente embasados em diferentes interpretações da Constituição¹⁹.

Parte dos deputados mobilizou, ainda, em suas manifestações, questões de fundo acerca do recurso a dispositivos de exceção no país, discorrendo sobre as

¹⁶ Ver, na sessão de 26 de janeiro, o discurso de Angelo Muniz da Silva *Ferraz* (BA), na de 28 de janeiro, a fala de Rebouças e, aos 3 de fevereiro, a de João Mauricio *Wanderley* (BA). APB-CD, sessão de 26 de janeiro de 1843; p. 410; sessão de 28 de janeiro; pp. 433-437; sessão de 3 de fevereiro; pp. 501-514. Paralelamente à admissão, ou não, da existência de uma rebelião em São Paulo e Minas Gerais em 1842, os deputados tiveram de se haver também com a suspensão de garantias aprovada na província do Rio de Janeiro. Acontece que, para vários deles, era inegável a inexistência, ali, de qualquer rebelião. Ante este quadro, *Wanderley* chegou a questionar o governo quanto à legalidade de, no caso de rebelião em uma província do Império, estender-se a suspensão de garantias à totalidade do país, medida que o deputado Vasconcelos respondeu considerar legal (sessão de 3 de fevereiro de 1843; p.509). Para posicionamento contrário ao de *Wanderley*, ver discurso de Joaquim Octavio *Nebias* (SP), também aos 3 de fevereiro; p. 521.

¹⁷ APB-CD, sessão de 17 de janeiro de 1843; p. 253. Discurso de José Antônio de *Magalhães Castro* (BA)

¹⁸ APB-CD, sessão de 11 de janeiro de 1843; p. 151. Discurso do deputado Antonio Peregrino *Maciel Monteiro* (PE). Consoante o deputado: “[...] eu acho que a câmara é mui competente para classificar o facto criminosos de que se trata: observe-se que, se por ventura o poder judiciário capitula o crime, é unicamente para o effeito de applicar-lhe as penas correspondentes, e que, quando o corpo legislativo, ou a câmara capitula, é para dahi deduzir consequências puramente politicas, e nunca para que de tal capitulação resultem effeitos puramente penaes. As missões dos poderes são essencialmente differentes, e a cada um cabe exercer a sua esfera em que funciona e trabalha”.

¹⁹ Ver, por exemplo, as manifestações de Souza Martins, na sessão de 18 de janeiro de 1843, as do deputado *Urbano* Sabino Pessoa de Mello, no dia 19, e as de *Wanderley*, no dia 3 de fevereiro. APB-CD, sessão de 18 de janeiro de 1843; p. 382. APB-CD, sessão de 19 de janeiro de 1843; p. 301. APB-CD, sessão de 3 de fevereiro de 1843; p. 508.

semelhanças e diferenças existentes entre a previsão contemplada no §35 e situações ditas de “golpe de estado” ou “ditadura”, bem como versando sobre as vantagens ou desvantagens que reconheciam na previsão constitucional de medidas extraordinárias de proteção da ordem pública²⁰.

Se a grande maioria dos discursos pronunciados nesses debates não fazia, portanto, senão corroborar a lógica predominante nos últimos anos para a avaliação da suspensão de garantias no país – em acordo com a qual, numa disputa de fundo eminentemente político, os representantes brasileiros mobilizavam uma série de argumentos jurídicos acerca dos quais não parecia haver uma palavra final –, a fala pronunciada por Paulino José Soares de Souza na sessão de 7 de fevereiro de 1843 (então ex-ministro da Justiça do país, responsável pela emissão dos diplomas do ano anterior), se não resolvia a questão, servia, contudo para torná-la clara e evidente ao conjunto dos parlamentares.

Ainda que defendesse a atuação que tivera na repressão à revolta que grassara em São Paulo e Minas Gerais no ano anterior – admitindo, para tanto, a existência de uma rebelião naquelas províncias, a legalidade da suspensão do §6º do art. 179 e a necessidade urgente que levara à deportação dos senadores Vergueiro e Feijó –, o cerne do discurso de Paulino repousou na demonstração de que, naturalmente arbitrárias, as medidas empreendidas pelo governo em situações extraordinárias não repousavam sobre uma detida avaliação jurídica dos problemas enfrentados e das atribuições de que o gabinete legalmente dispunha para lidar com tais eventos, mas sim em decisões de cunho político e que, por isso mesmo, só poderiam ser politicamente avaliadas e julgadas no Parlamento nacional.

Mais do que justificar, assim, a atuação especificamente empreendida pelo governo brasileiro em 1842, a fala de Paulino visou a demonstrar que aquela atuação repousara sobre um arcabouço de decisões anteriores, tomadas e/ou chanceladas, nos últimos anos, pelos representantes da Assembleia nacional. O ex-ministro recuperou, nesse sentido, as ocasiões em que, desde 1835, o dispositivo de suspensão de garantias fora aplicado no Brasil, buscando demonstrar que as leis aprovadas em 1835 e 1836, total ou parcialmente prorrogadas em 1837, 1838 e 1839, haviam admitido, por exemplo, a suspensão do §6º do art. 179 e a deportação de suspeitos, concluindo

²⁰ Ver especialmente os discursos de Mendes Santos em 30 de janeiro de 1843 e Wanderley em 3 de fevereiro. APB-CD, sessão de 30 de janeiro de 1843; p.443. APB-CD, sessão de 3 de fevereiro de 1843, especialmente p. 502 e p. 511. Os termos “golpe de estado” e “ditadura” foram mobilizados por esses parlamentares em seus discursos.

que, se o governo, em 1842, havia interpretado mal o §35, como defendiam alguns dos representantes, também haviam se equivocado as legislaturas que lhe precederam.

Ainda consoante Paulino, a despeito do reconhecimento de que a suspensão de garantias implicava efetivamente na imposição de uma “ditadura” ao país – ou ao menos a algumas de suas partes –, conferindo um “poder terrível, forte e discricionário” a seus executores, era ainda mais forte, terrível e discricionário o poder dos revolucionários, contra o qual mostrava-se “inteiramente ineficaz a acção ordinária das leis feitas para tempos ordinários e tranquilos”.

Nas palavras do ex-ministro, enfim:

Nem o exercício do poder, quando suspensas as garantias, póde deixar de ser discricionário. Os seus actos não são judiciários, não podem ter por base as provas que se exigem para as decisões judiciais; elle obra politicamente. Recorra-se a essas leis que ha pouco citei, e notem-se as seguintes expressões – prender sem culpa formada, e poder conservar em prisão, sem sujeitar a processo os indiciados, etc. – fazer sahir para fóra da província aquelles dos indiciados que a segurança exigir que não se conservem nella, etc. – É esta a maneira porque a assembléa geral legislativa entendeu o exercício da suspensão das garantias. Aqui não se dão actos judiciários, ha um juízo ou julgamento politico. Não se requerem mesmo aquellas provas que as nossas leis exigem para a pronuncia.²¹

A despeito de sua capacidade de síntese e da exposição de uma leitura que, em certo sentido, dava conta de explicar a lógica recorrente de avaliação da suspensão de garantias no país, há que se atentar também ao modo como a interpretação sustentada por Paulino respondia aos interesses do governo àquela altura, particularmente ao declarar, como fez o ex-ministro, o contrasenso de se responsabilizar os agentes do governo por sua atuação ante circunstâncias extraordinárias.

A despeito das diferentes polêmicas a circundar essa manifestação, o discurso de Paulino nos interessa por lançar luz a problemáticas fundamentais a essa tese, trazendo à tona questões de fundo que acompanharam o exame dos diferentes episódios de recurso, ou tentativa de recurso, à suspensão de garantias no Império do Brasil, desde os argumentos mobilizados para embasar sua aplicação, fosse pelo Executivo, fosse pelo Legislativo, até as avaliações posteriores de seus efeitos, benefícios ou desvantagens no país.

Antes de mais nada, portanto, como já dissemos, a fala de Paulino desvela o modo como a história do dispositivo regulado pelo §35 do art. 179 se articulou, nas primeiras duas décadas do Brasil independente, às disputas políticas candentes nas

²¹ APB-CD, sessão de 7 de fevereiro de 1843; p. 563.

respectivas conjunturas em que foi debatido, rejeitado ou utilizado pelos ministros e representantes do país. Nessas diferentes conjunturas, de 1826 a 1843, para além de apontar o posicionamento assumido por este ou aquele representante no tocante à utilização do §35, evidenciando as minudências dos arranjos políticos tecidos em torno da questão, o exame dos debates sobre a suspensão de garantias revelou a articulação existente entre esse dispositivo e alguns dos pontos chave da organização e institucionalização do regime monárquico constitucional representativo brasileiro.

Nesse sentido, entre 1826 e 1829, para além de refletir as disputas travadas entre os representantes, particularmente os deputados do país, e o Imperador Pedro I, os debates travados em torno do §35 do art. 179 estiveram diretamente relacionados à criação e efetivação, então em curso, de mecanismos parlamentares de controle dos atos ministeriais na monarquia brasileira. Não à toa, esta questão esteve ligada, desde a abertura dos trabalhos legislativos no país, às cobranças de informações e esclarecimentos dirigidas pelos representantes ao governo, vinculando-se ainda, particularmente nos meses de junho e julho de 1829, à primeira tentativa de responsabilização de ocupantes de cadeiras ministeriais no Império, no caso, os ministros da Justiça e da Guerra do país.

Já entre 1830 e 1834, a despeito da não utilização do §35 no Brasil, a avaliação da suspensão de garantias, fosse por meio da atividade legislativa do período (haja vista tanto a Lei da Regência, de 14 de junho de 1831, quanto o Ato Adicional, de agosto de 1834, terem contemplado esta questão), fosse por conta da insistência de Feijó e de outras figuras alinhadas ao governo pela adoção de medidas de exceção ante o quadro convulsivo que parecia ameaçar a regência (e da verdadeira barreira imposta pelo Parlamento à aplicação de tais medidas), esteve diretamente relacionada ao rearranjo do equilíbrio entre os poderes Executivo e Legislativo no pós-Abdicação, bem como às disputas travadas em torno da adoção de distintos modelos judiciais e administrativos.

Entre 1835 e 1839, por sua vez, os posicionamentos cambiantes assumidos por uma série de parlamentares em torno da suspensão de garantias proposta a esta ou àquela província, nem sempre com dispositivos idênticos, chamam a atenção ao modo como a classe política, como um todo, teve de se haver com o desafio de prover o país de mecanismos de controle social e de manutenção da ordem interna num quadro de revoltas e sublevações de todo tipo a atingir o conjunto do Império. Nesse sentido, mais do que revelar a maneira como diferentes figuras e grupos políticos – os

apoiadores do regente Feijó, os membros do Gabinete de 19 de setembro de 1837, os futuros articuladores do golpe da Maioridade, ou os membros do Regresso – encararam episódios como a Cabanagem, a Farroupilha, a Sabinada e a Balaiada, os debates por eles travados em torno dos diferentes projetos de recurso ao §35 apresentados na Assembleia, bem como as novidades introduzidas nesse período no tocante à repressão a tais conflitos, evidenciam problemáticas da mais alta monta do período, por meio das quais os parlamentares e governantes do país tiveram de se haver com uma série de questões tangentes à imposição e sobrevivência de diferentes projetos políticos para a monarquia constitucional.

Foi nesse intervalo, ainda, que tiveram início os recursos à suspensão de garantias pelas Assembleias provinciais no país, explicitando, em mais uma frente, as polêmicas opções tomadas, durante a Regência, no tocante ao arranjo dos poderes no país, bem como a centralidade com que tais questões foram encaradas pelos políticos do período, os quais justificavam suas opções em nome da manutenção da ordem e da integridade territorial.

Por fim, no período de 1840 a 1842/43, os debates sobre a suspensão de garantias e, mais que isso, o retorno à possibilidade de aplicação dessa medida pelo poder Executivo, aliados às reformas legais empreendidas pelo Regresso, são bastante representativos de um movimento de reafirmação de força e de poder pelo governo central, bem como de uma predisposição a abdicar, em nome da ordem, da transparência e do diálogo político, para não mencionar os direitos dos cidadãos.

No intervalo em que foi utilizado no país, portanto, o dispositivo regulado pelo §35 do art. 179 enredou-se em uma trama bastante ampla de questões fundamentais à formação do Estado brasileiro. Quase sempre avaliado em meio a um turbilhão de disputas e projetos políticos, o recurso ao §35, tanto no que tangia à decisão sobre sua aplicação, quanto no que dizia respeito à sua posterior avaliação pelos representantes nacionais, parece, de fato, ter se relacionado menos com questões jurídicas, do com conveniências políticas. E justamente em função dessa característica, sua trajetória acabou marcada por uma série de particularidades, dentre as quais, a criação de uma espécie de jurisprudência, eivada de irregularidades, para a aplicação da medida.

Salta aos olhos, assim, o modo como o recurso à suspensão de garantias no Império brasileiro – ainda admitida a relativa abertura textual do §35 – foi marcado, desde o seu início, por uma série de desacordos legais. Dentre eles, podemos destacar a ausência de precisão das formalidades suspensas ou do período de vigência da

medida nos decretos exarados no Primeiro Reinado; o recurso à suspensão de garantias em casos que abertamente não configuravam rebelião ou invasão de inimigos (e nos quais sequer havia real ameaça à pátria); as seguidas prorrogações da medida entre 1837 e 1839; ou a inserção sub-reptícia, nas leis de suspensão de garantias, de mecanismos retirados da legislação militar do país. Desacordos esses que, avaliados por deputados e senadores no interior de embates eminentemente políticos – ainda que permeados de interpretações jurídico-legislativas dissonantes –, não desembocaram em qualquer tipo de responsabilização ou punição, originando uma engrenagem em que cada nova irregularidade no uso da suspensão de garantias era justificada em razão da irregularidade anterior, servindo de argumento ao próximo desvio.

Mais do que apontar às irregularidades que eivaram o recurso ao §35, no entanto, é necessário frisar que existiam, de fato, muitas dúvidas a rondar a aplicação desse dispositivo no país. Como pudemos analisar nos diferentes capítulos dessa tese, questões concernentes aos pré-requisitos necessários e aos limites inerentes à aplicação da suspensão de garantias ocuparam e retornaram com frequência à agenda dos parlamentares nas conjunturas em que se tentou ou efetivou o recurso a tal parágrafo. Ao analisarmos a trajetória desse dispositivo, portanto, chama a atenção o fato de que, ao longo dos cerca de 20 anos em que foi utilizado com considerável frequência no Brasil, o §35 não tenha sofrido qualquer alteração ou regulamentação legal capaz de fixar precisamente suas balizas, a despeito das diferentes propostas apresentadas nessa direção.

Desde 1827, com a apresentação do projeto de lei de abolição dos juízos privilegiados e a proposta de uma proibição explícita à criação de comissões militares no país, ainda quando suspensas as garantias em função do §35, uma série de iniciativas legislativas voltou-se à fixação de limites mais precisos à aplicação desse dispositivo, sem que qualquer uma delas tenha sido, contudo, aprovada no país. Não lograram obter sucesso, assim, as diferentes sugestões de uma previsão categórica das “formalidades” passíveis de suspensão, ou ainda as modificações por diversas vezes propostas à definição do crime de rebelião tal como fixado pelo art. 110 do Código de 1830.

A despeito, portanto, das mudanças impostas pela Lei da Regência e pelo Ato Adicional no tocante à restrição ou expansão da prerrogativa de recurso à suspensão de garantias no país, não foram previstas quaisquer modificações voltadas a esclarecer

os limites legais dessa medida, ou mesmo os possíveis efeitos e impactos de sua utilização. Vale destacar, nesse sentido, que também não foram aprovados quaisquer projetos acerca de alterações no julgamento dos réus incurso no crime de rebelião (ou em outros crimes políticos de alta gravidade), tampouco diplomas que admitissem o recurso a mecanismos provenientes da legislação militar na repressão aos crimes políticos perpetrados em território nacional.

A única iniciativa legal levada a cabo que, como vimos, tocou fundo na questão da prevenção e repressão às desordens políticas no país, circundando, nesse sentido, o dispositivo de suspensão das garantias constitucionais, foi a de Reforma do Código de Processo Criminal, cuja aprovação, aos 3 de dezembro de 1841, pode ser relacionada à própria renúncia posterior à aplicação do §35 no Império.

Avulta, portanto, uma espécie de imobilismo legislativo nas décadas de 1820 e 1830 em torno desse dispositivo, apesar das inúmeras dúvidas e problemáticas derivadas da proposição ou efetivo recurso ao §35. Os empecilhos impostos a tais modificações, contudo, parecem apontar a uma espécie de barreira que, decorrente de interesses distintos, os representantes lograram impor à aplicação dessa medida e que, nas diferentes circunstâncias em que tiveram de se haver com ela, não se dispuseram a transpor. Barreira relacionada, por um lado, à defesa das garantias constitucionais dos cidadãos e ao estabelecimento de um limite a partir do qual não se dispunham a coadunar com a infração de direitos – caso, por exemplo, das seguidas recusas à aplicação do §35 entre 1831 e 1833, das modificações impostas ao projeto original de suspensão proposto para o Pará, em 1835, ou ainda da recusa dos deputados em participar da comissão formada no Senado com vistas à apresentação de medidas de salvação pública para o país – e, por outro, às próprias vantagens que pareciam advir das indefinições do texto legal.

A despeito, portanto, de terem cobrado um preço consideravelmente alto do governo e de determinados grupos políticos em algumas conjunturas, as indefinições a rondar o texto e, conseqüentemente, a aplicação do §35 também podem ser relacionadas à permissividade com que se logrou empreender a repressão a movimentos como a Confederação do Equador, a Cabanagem, ou a Sabinada, nos quais lançou-se mão de medidas extremamente graves no tocante à infração dos direitos e liberdades individuais, sem posterior responsabilização de seus executores.

A manutenção das indefinições, ou da latitude textual do §35, portanto, parece ter respondido às intenções de determinados setores da classe política brasileira, aos

quais interessava poder recorrer constitucionalmente, ou legalmente, a medidas extraordinárias de proteção da ordem pública, ao passo em que era mantida, em certo sentido, a excepcionalidade dessas decisões, aumentando o espectro de ações repressivas passíveis de aplicação, praticamente eliminando os riscos de posteriores responsabilizações.

A despeito das possíveis vantagens e interesses envolvidos nessa não regulamentação do §35, seus executores foram seguidamente cobrados, ainda que não julgados, no interior do Parlamento, acabando por criar um quadro bastante confuso ao redor da medida e das pretensas vantagens ou desvantagens envolvidas em sua execução. Em 1839, enfim, após a avaliação de diferentes propostas e expectativas, parece ter prevalecido a ideia de que o custo político envolvido no recurso ao §35 do art. 179 não compensava seus parcos efeitos reais na pacificação do país. Ademais, a experiência do general Andréa no Pará dava um ótimo contraexemplo aos representantes, pois que, atuando absolutamente fora do círculo das previsões constitucionais, havia não apenas pacificado a província, mas saído livre e valorizado por sua atuação, assumindo importantes cargos administrativos nos governos regressistas.

Uma vez, contudo, que os mecanismos de repressão utilizados por Andréa contra os cabanos, ou mesmo a repressão imposta pelo governo à insurreição Malê ou à Sabinada, na Bahia, dificilmente seriam admitidos contra os farroupilhas ou a elite paulista que se levantou em 1842, ainda se insistiu na aplicação do §35 entre 1841 e 1842, terminando-se por abandonar completamente, particularmente após a aprovação da Reforma do Código de Processo e a derrota da Revolta Liberal, tal prática de atuação repressiva.

O malogro das diferentes iniciativas de regulamentação do §35, portanto, parece possuir uma dupla faceta, parcialmente resolvida, como vimos, pela lei de 3 de dezembro, em que uma série de iniciativas vistas como inconstitucionais acabaram legalmente aprovadas no país.

A forma e o momento em que o §35 acabou relegado no país são representativos, assim, do caráter da política do Segundo Reinado e do modo como a defesa da ordem acabou por justificar, nesse período, uma espécie de silenciamento dos direitos dos cidadãos, ou, ao menos, uma tentativa mais sistematizada de imposição desse silêncio. Se, ao longo de toda sua história, portanto, o recurso ao §35 e, mais que isso, os arbítrios na utilização desse recurso, estiveram diretamente

relacionados à repressão a sublevações políticas e a todo tipo de violências empreendidas contra a população livre pobre do país, a partir do momento em que esse dispositivo deixou de ser acionado, algo de ainda mais grave parece ter acontecido, uma vez que situações de suspensão de fato, porém não de direito, dificultavam ainda mais a já difícil responsabilização formal de seus artífices.

Foi este o caso transcorrido, por exemplo, na revolta da Praieira, em que, a despeito dos inúmeros boatos dando conta de um decreto de suspensão de garantias a ser publicado na província de Pernambuco²², a medida não foi oficialmente decretada pelo governo, ou pelo Parlamento, entre 1848 e 1849, tendo-se recorrido, contudo, na repressão à revolta, a toda sorte de arbítrios contra as liberdades individuais dos cidadãos.

Bastante significativo, nesse sentido, foi o debate travado pelos senadores do país em janeiro de 1850, no qual o governo foi duramente atacado justamente pela ausência de recurso à suspensão de garantias na repressão à Praieira. Na opinião de uma parcela dos senadores, a aplicação do §35 do art. 179 era justamente a maneira constitucionalmente prevista para o combate a situações como a recém-vivenciada em Pernambuco, criticando-se ferozmente o governo tanto por não tê-la aplicado, quanto por recorrer, arbitrariamente, a medidas de repressão, como a prisão “ilegal” de suspeitos e a deportação de prisioneiros.

O discurso inflamado de senadores como Manuel Alves Branco, Antonio Pedro da Costa Ferreira e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, entre os dias 21 e 28 de janeiro de 1850, fundou-se, assim, no reconhecimento de que as liberdades individuais haviam sido efetivamente dispensadas em Pernambuco, sem que, no entanto, os habitantes da província e do restante do Império tivessem sido avisados do fato, como previa a Constituição. Do lado oposto da discussão, por sua vez, enquanto Paulino José Soares de Souza diria ter certeza de que as censuras ao governo seriam ainda maiores caso tivessem sido dispensados os direitos dos cidadãos pernambucanos (dando a entender que as críticas da oposição fundavam-se em puro oportunismo político), Joaquim José Rodrigues Torres defendeu a atuação do governo na província, ainda que possivelmente arbitrária, alegando a urgência da situação e a defesa dos interesses imediatos da população.

²² Ver, por exemplo: *A União*, nº53 – 14/09/1848; pp. 1-2. *O Brasil*, nº 1279 – 28/11/1848; pp. 3-4. *Correio Mercantil*, nº 347 – 22/12/1848; p. 2. *O Grito Nacional*, nº 21 – 28/12/1848; p. 2. *O Brasil*, nº1315 – 23/01/1849; pp. 1-2. *O Cearense*, nº242 – 23/05/1849; pp.1-3.

A análise da trajetória do §35 do art. 179 no Império do Brasil, de suas primeiras aplicações ao seu ocaso, fornece, assim, uma série de elementos para a avaliação da própria história do constitucionalismo e, claro, da política brasileira. Revela, assim, primeiramente, o modo como, nas primeiras décadas do século XIX, deputados e senadores interpretaram a Constituição de 1824 e, conseqüentemente, fizeram doutrina constitucional no interior do Parlamento e no dia a dia da política, misturando, como não poderia deixar de ser, discussões propriamente jurídicas, a questões políticas conjunturais. Contribui, nesse sentido, a reflexões acerca das relações travadas, na Assembleia brasileira, entre a chamada “indeterminação do direito” e sua “autonomia relativa”, e à possível compreensão do modo como um mesmo texto jurídico pode ser diferentemente interpretado a depender da conjuntura e dos arranjos políticos em disputa, ao passo em que, a despeito da importância e centralidade dos posicionamentos políticos nesse processo, também foi mantida uma interpretação sistemática do dispositivo de suspensão de garantias que, até certo ponto, atuou como barreira aos arbítrios contra as liberdades dos cidadãos.

Além de contribuir a esse complexo debate, o exame da aplicação do §35 fornece elementos de interesse a uma análise mais ampla dos próprios mecanismos de resolução de crises nos primeiros anos do Império do Brasil. Evidencia, assim, as inúmeras polêmicas e contradições a envolver um mecanismo de exceção que, como o §35 do art. 179, era constitucionalmente previsto, ao passo em que permite interessantes reflexões acerca das relações entre exceção e regra constitucional no Brasil imperial.

No que tange à previsão constitucional desse instituto de exceção, tivemos a oportunidade de analisar diferentes situações em que foi criticada por parlamentares, consoante os quais não só as situações extraordinárias, justamente por seu caráter excepcional, jamais poderiam ser previstas e reguladas, mas para quem, mais que isso, tal regulamentação – ou tentativa de regulamentação – constitucional servia unicamente para limitar os mecanismos disponíveis à classe política para a resolução, ou repressão, de situações de crise. Os desafios trazidos por esta questão, como vimos – bastante frequentes na história do liberalismo, uma vez que questionavam a própria capacidade do constitucionalismo para resolver situações de crise, ou seja, para regular a exceção, e enquadrar constitucionalmente situações de anormalidade –, foram bastantes candentes no período de aplicação da suspensão de garantias no

Brasil, relacionando-se diretamente à latitude textual do §35 e à sua não regulamentação nas primeiras décadas do século XIX.

Por fim, a análise do abandono dessa medida, de 1842 em diante, e do modo como tal abandono esteve relacionado à aprovação da Reforma do Código de Processo, em dezembro de 1841, lança luz ao modo como a admissão, por essa reforma, de uma série de medidas vistas como inconstitucionais no tocante à preservação dos direitos individuais – tornando ordinários, portanto, uma série de mecanismos utilizados extraordinariamente até então com vistas à manutenção da ordem – parece ter instalado no país uma espécie de exceção permanente, institucionalizando a dispensa de garantias reguladas pelo §35 do art. 179 e permitindo, em certo sentido, que se pudesse prescindir, a partir de então, do recurso formal à suspensão de garantias.

Fontes

Câmara dos Deputados do Brasil - <http://www2.camara.leg.br>

Coleção de Leis, 1808-1889.

Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados, 1826-1850.

Senado Federal - http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp

Anais do Senado do Império do Brasil, 1828-1850.

Atas do Segundo Conselho de Estado – 1823-1834

Center for Research Libraries - <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>

Relatórios ministeriais, 1825-1844.

Relatórios dos presidentes de província, 1830-1850.

***Ius Lusitaniae*. Fontes históricas do Direito português**

<http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=inicio>

Coleção da Legislação Portuguesa, 1750-1762

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) – Divisão de Manuscritos

II - 33, 9, 2. *Alagôas – Descrição das batalhas contra rebeldes vindos de Pernambuco; formação do conselho do governo da província; nomeação de um cirurgião da vacina; descoberta de minas de pedras magnéticas na Serra de Panelas; elevação de povoados a vilas; revolta de Joaquim Pinto Madeira; Guerra dos salteadores de Jacuípe; informe de Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, do estado da província sob sua administração; entre outros.*

I - 31, 1, 21. *Defesa apresentada por Antônio José Fernandes Nobre, indiciado na devassa da rebelião de Pernambuco, 1817.*

I – 31, 22, 3. *Acontecimentos em Pernambuco para inaugurar uma república, 1829.*

I – 32, 23, 35. *Documentos referentes à formação de uma sociedade denominada “Coluna do Trono Constitucional”.*

II - 32, 34, 24. *Relação dos réus pronunciados na Devassa dos Pasquins que se achão presos.*

II - 32, 34, 42. *Ofício de Gustavo Adolfo d’Aguilar sobre a rebelião republicana ocorrida em Pernambuco.*

II – 32, 23, 034. *Aviso da remessa a Lucio Soares Teixeira de Gouveia, dos officios do presidente da provincia do Ceará, sobre um partido que se levantou contra o governo.*

I - 31, 05, 002. *Officios a José Clemente Pereira relativos às desordens ocorridas na provincia do Ceará, sob o comando do coronel Joaquim Pinto Madeira. Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, 31 docs.*

II – 34, 16, 045. *Officios ao conde de Valença informando sobre a revolta da Fortaleza da Ilha das Cobras reprovando a indiferença da Assembleia ante a inquietação dos cidadãos e reclamando do Senado da Câmara medidas de exceção para a defesa da capital e do Império.*

I – 28, 29, 001, nº 060. *Carta ao Conselheiro Manoel José Maria da Costa Sá informando sobre o levante de presos na Ilha das Cobras e outros assuntos políticos, consequências da abdicação de D. Pedro I.*

II – 32, 23, 023. *Representação da Vila de Jardim, denunciando irregularidades na eleição e representação da Vila de Icó, pedindo o absolutismo.*

II – 32, 23, 007. *Alguns officios, informando a irregular demora nas eleições na Vila do Crato e na Vila de Jardim; representação da Vila de Icó, pedindo o absolutismo; denúncia de estar solto, por ordem do Comandante das Armas, o criminoso já entregue ao poder judiciário, Joaquim Pinto Madeira; relação de eleitores da Vila de Icó; etc.*

C – 0913, 039. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando a mercê da Ordem do Cruzeiro. Joaquim Pinto Madeira.*

C – 0488, 009. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando providências contra o juiz de paz capitão Antonio de Albuquerque Maranhão, por este ter autorizado uma busca em sua casa em horário adiantado (1830-1831).*

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) – Divisão de Obras Raras

99C, 0, 20. *Análise Jurídica sobre o depoimento das seis testemunhas, que depuserão na devassa da Rebelião de Santo Antônio. Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional.*

040, 020, 002. *Requerimento que a sua majestade imperial dirigio o deputado Manoel Odorico Mendes.*

040, 021, 078. *Proclamação aos Pernambucanos. Francisco de Paula Almeida e Albuquerque.*

60B, 2, 71. *Cópia d'uma carta chegada proximamente do Maranhão, a qual faço imprimir para que o público fique sabendo o que vai por aquella Província.*

A abelha pernambucana

O Amigo do Povo

A Aurora Fluminense, Jornal Politico e Literario.

Astro de Minas

O Atlante

Bandeira de Retalhos

O Brasil

O Carijó

O Cearense

Chronica Maranhense

O Chronista: Há no mundo quem tenha mais juízo que Voltaire, mais força que Napoleão, é o povo

Correio Mercantil

Correio Mercantil: jornal politico, comercial e litterario

Correio Official

O Cruzeiro, Jornal Politico, Literario e Mercantil

Diário de Pernambuco

Diário do Rio de Janeiro

Echo do Norte

O Exaltado, Jornal Literario, Politico e Moral

O Farol Paulistano

O Farol Maranhense

Jornal do Commercio

Império do Brasil: Diário do Governo

O Indicador da Utilidade Publica. Folha Politica, Scientifica, e Litteraria

O Maiorista

O Mensageiro da Praia-Grande, jornal curioso, instructivo, e liberal

O Novo Argos

O Novo Caramuru. Jornal da Opposição

O Pão D'Assucar

O Parlamentar

A Phenix

Sentinella da Monarquia

O Sete d'Abril

A União

O Universal

O Verdadeiro Caramuru

O Ypiranga

Fontes Impressas

Fallas do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos Votos de Graças da Câmara temporária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889; p. 183.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos, 1824-1833.* Recife-Pernambuco: Arquivo Público Estadual, vol. IX.

Publicações do Arquivo do Estado da Bahia. *A Revolução de 7 de novembro de 1837: Sabinada.* Bahia: Escola Typographica Salesiana: 1937-1945.

“Uma defesa de José Clemente Pereira”. *Revista do Instituto do Ceará*, ano XXVII, Fortaleza, 1913; pp. 271-306.

Obras de referência

ALVES JR., Thomaz. *Anotações teoricas e practicas ao Código Criminal.* Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto & Ca; Tomo I; 1864.

BARÃO de Javari. *Organizações e programas ministeriais; regime parlamentar no império.* Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro.* Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

FALCÃO, Anastácio. *Código Criminal do Império do Brasil analysado por José Anastácio Falcão, advogado portuguez; segundo o systema dos melhores criminalistas, com interessantes Nottas extraidas do maginifico, e maravilhoso Systema Penal, e Repressivo contra a Pena de Morte , escripto por M. Charles Lucas, advogado em Paris, e o mais vigoroso e constante Defensor dos Direitos da Humanidade.* Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de É. Seignot-Plancher, 1831.

Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALVES, João Victor Caetano. “A defesa da Constituição pelo jornal *Aurora Fluminense* na crise de 1829”. *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH-USP, UNESP-Franca, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. 2ª ed. Recife: Editora da UFPE, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Pernambuco e a Revolta de Pinto Madeira*. Recife: Editora Nordeste, 1953.
- AUBERT, Pedro Gustavo. *Entre as ideias e a ação: o Visconde do Uruguai, o direito e a política na consolidação do Estado nacional (1850-1866)*. Dissertação de Mestrado: USP, 2011.
- AZEVEDO, Dr. Moreira de. “Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro”. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico*” Tomo XXXVII, Parte Segunda, Terceiro Trimestre. Rio de Janeiro: R. L. Garnier, 1874; pp. 179-190.
- BARATA, Alexandre Mansur. “A Revolta do Ano da Fumaça”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. L, 2014.
- BARBOSA, Silvana Mota. *A sphinge monárquica: o poder Moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Califórnia: Stanford University Press, 1988.
- BASILE, Marcello. “Revolta e cidadania na Corte regencial”. *Tempo*, vol. 11, nº22, Niterói, 2007; pp. 31-57.
- BASILE, Marcello Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2004.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: HUCITEC/Fapesp, 1999.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael, PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2010.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional. Pernambuco: 1820-1822*. São Paulo/Recife: HUCITEC/Editora Universitária-UFPE, 2006.
- BODENHMANER, David and ELY, James W. *The Bill of Rights in Modern America. Revised and Expanded*. Indiana University Press, 2008.
- BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, vol. VIII.
- BOWLING, Kenneth R. “‘A Tub to the Whale’: The Founding Fathers and Adoption of the Bill of Rights”. In: *Journal of the Early Republic*, 8 (Fall, 1988); pp. 223-251.

- BRANDÃO, Ulysses. *A Confederação do Equador*. Recife: Governo do Estado, 1924.
- BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca. *A Rebelião de Pinto Madeira: fatores políticos e sociais*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- BUENO, José Antonio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857.
- CARLOTTI, Danilo Panzeri. “As ideias ‘liberais’ e a oposição à reforma do Código de Processo Criminal de 1841”. In: *Revista de Informação Legislativa*, ano 52, nº 205, jan./mar. 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Hegemony and Rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*. Tese de Doutorado. Urbana-Champaign: Universidade de Illinois, 1989.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. “‘Aí Vem o Capitão-Mor’. As eleições de 1828-30 e a questão do poder local no Brasil imperial”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, p. 157-187, 2002.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, 1998, vol. 18, nº 36, pp. 331-365.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- CASTRO, Paulo Pereira de, “A experiência republicana, 1831-1840”. In: Fernando Henrique Cardoso... [et. al.]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira, t.2: O Brasil monárquico, vol.4, Dispersão e unidade*. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004; pp. 19-84.
- CAVANNA, Adriano. *Storia del diritto moderno in Europa: le fonti e il pensiero giuridico*; vol. 2. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 2005.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHINARD, Gilbert. “Notes on the American Origins of the ‘Déclaration Des Droits De l’Homme Et Du Citoyen’”. In: *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 98, nº 6 (Dec. 23, 1954); pp. 383-396.
- CLAVERO, Bartolomé. *Happy constitution: cultura y lengua constitucionales*. Madrid: Trotta, 1997.
- CONSTANT, Benjamin. *Oeuvres politiques de Benjamin Constant avec Introduction, Notes et Index par Charles Louandre*. Paris: Charpentier e C^{ie}, Libraires-Éditeurs, 1874.
- COSTA, Gustavo Marangoni. *Entre contrabando e ambiguidades: outros aspectos da República Juliana. Laguna/SC – 1836-1845*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis-UFSC, 2011.

- COSTA, Vivian Chieregati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no pós-Independência*. Dissertação de Mestrado. IEB-USP, 2013.
- CRUZ, Fábio Santiago Santa. *Em busca da Conciliação: Ideias Políticas no Parlamento do Império do Brasil (1831-1855)*. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008.
- DANTAS, Monica Duarte. “O código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação)”. Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito- Autonomia do direito: configurações do jurídico entre a política e a sociedade*. São Paulo: Faculdade de Direito/USP, 2009.
- DANTAS, Monica Duarte. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro.” In: Fórum Rumos da Cidadania. São Paulo: Instituto Prometheus (Brasil), 2010.
- DANTAS, Monica Duarte. “Dos *Statutes* ao Código brasileiro de 1830: o levante de escravos como crime de insurreição”. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*, vol. 452, pp. 273-309, 2011.
- DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revolutas, Motins, Revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.
- DANTAS, Monica Duarte Dantas e OLIVEIRA, Marina Garcia de. “A ‘mal-aventurada escolha’: D. Pedro I e a nomeação dos Senadores em 1826. Estratégias políticas na formação do legislativo brasileiro”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177 (472); 77-116, jul./set. 2016.
- DANTAS, Monica Duarte. *Uma Nação Verdadeiramente Livre: a organização judiciária e a ordem do processo criminal no Império do Brasil (1826-1832)*. Tese de Livre Docência, São Paulo, IEB/USP, 2017.
- DANTAS, Monica Duarte e VELLOZO, Júlio Cesar de Oliveira. “Debates Parlamentares e seus usos pelo historiador”. In: *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, a. 179 (477):45-72, mai./ago. 2018.
- DANTAS, Monica Duarte e COSTA, Vivian Chieregati. “Regulamentar a Constituição: um novo direito penal e processual para um novo país. Projetos, tramitação e aprovação dos primeiros códigos do Império do Brasil (1826-1832) In: Arno Wehling; Gustavo Siqueira; Samuel Barbosa.. (Org.). *História do Direito: Entre rupturas, crises e descontinuidades*. 1 ed. Belo Horizonte: Editorial Arraes, 2018, v. 1, pp. 119-164.
- DENNISON, George M. “Martial Law: The Development of a Theory of Emergency Powers, 1776-1861”. In: *The American Journal of Legal History*. Vol. 18, N. 1 (Jan. 1974); pp. 52-79.
- DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem. A Revolução Popular da Amazônia*. Pará: Edições CEJUP, 1986.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Império e governo representativo: uma releitura”. *Caderno CRH*, vol. 21, n. 52, jan./abr., 2008, pp. 13-23.

- ESTEFANES, Bruno Frabis. *Conciliar o Império: o Marquês de Paraná e a política imperial, 1842-1856*. São Paulo: Annablume, 2013.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUFPEL, 2002.
- FARIAS, Amy Caldwell de. *Mergulho no Letes: uma reinterpretação político-histórica da Confederação do Equador*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- FELDMAN, Ariel. “Guerra aos extremos: polarização política em Pernambuco e a defesa do princípio de soberania nacional (1829-1831). *Almanack*. Guarulhos, nº 7, p. 39-58, 1º semestre de 2014.
- FERNANDES, Renata Silva. “A organização dos governos das províncias do Império do Brasil: o Conselho da Presidência e o Conselho Geral de Província (1823-1834). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH 2013*; pp. 1-17.
- FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. 2ª ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império – o debate entre Tavares Bastos e Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- FIORAVANTI, Maurizio. *Los Derechos Fundamentales: apuntes de historia de las constituciones*. Madrid: Trotta, 1998.
- FIORAVANTI, Maurizio. *Constitución. De la Antigüedad a Nuestros Días*. Madrid: Editorial Trotta, 2001.
- FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. *A Ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco, 1824-1834*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Niterói: UFF, 2004.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. “Federação e República na Sociedade Federal de Pernambuco (1831-1834)”. *SAECULUM Revista de História* [14], João Pessoa, jan./jun. 2006; p. 57-73.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. “A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835)”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 27, nº45, p. 47-73, jan/jun. 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*. Brasília: Ministério da Justiça, 1994.
- GANDIA, Leonardo dos Reis. *A política ao fio da espada. Caxias e a consolidação dos interesses brasileiros no Rio da Prata (1842-1852)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2015.

- GAUCHET, Marcel. “Direitos do Homem”. In: François Furet e Mona Ozouf. *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989; pp.679-689.
- GIL-DELGADO, Miguel Satrústegui. “La Magna Carta: realidad y mito del constitucionalismo pactista medieval”. In: *Historia Constitucional*, nº 10, 2009; pp. 243-262.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GONÇALVES, Andréa Lisly Gonçalves. “A ‘fidalguia escravista’ e a constituição do Estado Nacional Brasileiro (1831-1837)”. In: Congresso Internacional 2005. Lisboa. Anais... Lisboa Centro de História de Além Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humans/Universidade Nova de Lisboa, 2005; pp. 1-18.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GREGORY, Anthony. *The Power of Habeas Corpus in America. From the King’s prerogative to the War on Terror*. New York: Cambridge University Press; The Independent Institute, 2013.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Vol. I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial. Vol. II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.
- GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. *O antilusitanismo na Bahia do Primeiro Reinado (1822-1831)*. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador, 2015.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Pascoal e PRADO, Maria Emília (orgs.). *O Liberalismo no Brasil Imperial: Origens, Conceitos e Práticas*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, Raça e Cultura no Norte do Brasil, 1798-1840*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.
- HESPANHA, António Manuel. *A História do Direito na História Social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.
- HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: Direitos, Estado e Lei no Liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II: O Brasil Monárquico*. São Paulo: DIFEL, 1970, 5 vols.
- HOLTON, Woody. *Unruly Americans and the Origins of the Constitution*. New York: Hill and Wang, 2007.

- HÖRNER, Erik. “A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842”. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 5, 2007.
- HÖRNER, Erik. *Em defesa da Constituição. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2010.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- HURLEY, Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.
- IAMASHITA, Léa Maria Carrer. *Modernização e Rebeldia: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão(1831-1841)*. Tese de Doutorado. ICH-UNB, Brasília, 2010.
- IRFFI, Ana Sara R. P. Cortez. “Pinto Madeira e seu ‘exército de cabras’: conflitos políticos e sociais no Cariri Cearense no pós-independência”. In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica (Recife)*, n. 35, jan-jun 2017, pp. 200-224.
- JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.
- JELLINECK, Georg. *The Declaration of the Rights of Man and Citizens: a contribution to modern constitutional history*. New York: Henry Holt and Company, 1901.
- JENNINGS, Jeremy. “The Déclaration des droits de l’homme et du citoyen and Its Critics in France: Reaction and Idéologie. In: *The Historical Journal*”, vol. 35, N. 4 (Dec. 1992); pp. 839-859.
- JOFFILY, Geraldi Irineo. “O Quebra-quilo, a revolta dos matutos contra os doutores”. *Revista de História*. São Paulo, ano XXVII, vol. LIV, 1976; pp. 69-145.
- KOERNER, Andrei. *O habeas corpus na prática judicial brasileira (1841-1920)*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1998.
- KRAAY, Hendrik. “ ‘As Terrifying as Unexpected’: The Bahian Sabinada, 1837-1838”. *Hispanic American Historical Review*, v. 72, n. 4, nov. 1992; pp. 501-527.
- LACOMBE, Lourenço Luis. *Os chefes do Executivo fluminense*. Série Monografias 1. Petrópolis, RJ: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, Museu Imperial, 1973.
- LACOMBE, Lourenço Luis. *História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Império*. Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.
- LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.
- LEITE, Glacyra Lazzari. *Pernambuco, 1824: A Confederação do Equador*. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 1989.
- LEITE, Douglas Guimarães. *Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837*. Dissertação de Mestrado, Salvador, PPGHS-UFBA, 2006.
- LEITE, Maria Jorge dos Santos. “A influência das revoltas liberais no Cariri Cearense e a ‘Revolta de Pinto Madeira’”. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, RN, julho de 2013.

- LIMA, Leandro Mahalem de. *Rios Vermelhos. Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. FFLCH-USP, 2008.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Supremo Tribunal de Justiça no Império: 1828-1889*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O direito na história: lições introdutórias*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Oráculo de Delfos: o Conselho de Estado no Brasil-Império*. São Paulo: Editora Saraiva: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. “Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX”. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*, São Paulo: Hucitec: Fapesp: Unijui, 2003, pp. 195-218.
- LOPES, Juliana Serzedello Crespim. *Identidades políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 2008.
- LORENTE, Marta; VALLEJO, Jesús (coord.). *Manual de Historia del Derecho*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2012.
- LORENTE, Marta. *La Nación y las Españas. Representación y territorio en el constitucionalismo gaditano*. Madri, Ediciones UAM, 2010.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “O Discurso Político Monarquiano e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824)”. In: *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.48, nº3, 2005, pp. 611-654.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento Monarquiano. O Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.
- MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Paraná: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.
- MACHADO, André Roberto de Arruda. “Quando o Estado suspende os direitos dos cidadãos: os debates no Parlamento em torno das garantias constitucionais durante a repressão à Cabanagem (1835-40)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARIENSTRAS, Elise and WULF, Naomi. “French Translations and Reception of the Declaration of Independence”. In: *The Journal of American History*, vol. 85, nº 4 (Mar. 1999); pp. 1299-324.
- MARINHO, José Antonio. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal/UnB, 1978.
- MARSON, Isabel. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco, 1842-1855*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, vol.1, maio de 2005, pp. 8-26.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma provincial no Império*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MIRANDA, Jorge. *O constitucionalismo liberal luso-brasileiro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1982.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. *Ideologia e Conflito no Nordeste Rural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- MORAES, Dr. Mello. *Necrologia do Senador Diogo Antônio Feijó*. Rio de Janeiro: Typographia brasileira, 1861.
- MORTON, F. W. O.. *The conservative revolution of independence: economy, society and politics in Bahia, 1790-1840*, Tese de doutorado apresentada à Universidade de Oxford, 1974.
- MOSHER, Jeffrey. *Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850*. Tese de doutorado. Gainesville: Universidade da Florida, 1996.
- MOSHER, Jeffrey. “Challenging Authority: Political Violence and the Regency in Pernambuco, Brazil, 1831-1835”. *Luso-Brazilian Review*, v.37, n.2, 2000, pp. 33-57.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.
- MOTA, Carlos Guilherme (coord.). *Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro – Volume I - Século XVI a 1850*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- MORAES, Evaristo de. *A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- NASH, Gary B. “The Case for Liberty by Helen Hill Miller”. In: *The Pennsylvania Magazine of History and Biography*, vol. 90, nº 1 (Jan. 1966); pp. 119-12.
- NEEDELL, Jeffrey D. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. *Almanack Braziliense*, n. 10, nov. 2009.
- NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, The State, and Slavery in Brazilian Monarchy*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NEQUETE, Lenine. *O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.
- NETTO CAMPELO, Manuel. *História Parlamentar de Pernambuco*. Recife: Assembleia Legislativa, 1979.
- NEVES, Lucia Bastos das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, “Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: José Murilo de Carvalho e Lucia Maria Bastos Pereira das Neves (org.), *Repensando o Brasil do Oitocentos*.

- Cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009; pp. 183-205.
- NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840)*. Dissertação de Mestrado; FFLCH/USP; 2010.
- OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o Período Joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado; DH-FFLCH/USP, 2013.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2014.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PEREIRA, Aline. *Domínios e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Dissertação de Mestrado; Universidade Federal Fluminense, 2007.
- PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. *A Suspensão Constitucional no Pará com a lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos Cabanos (1835-1840)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. IFCH-UFPA, 2018.
- PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1998.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Tese de Doutorado; IFCH/UNICAMP; 2012.
- POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. *Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado*. Dissertação de Mestrado; FFLCH/USP; 2010.
- PRODI, Paolo. *Uma história da justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 3 vols. Belém: UFPA, 1969-1970.
- RECHDAN, Luis Henrique Junqueira de Almeida. *Constituição e Responsabilidade. A articulação de mecanismos para controlar os atos ministeriais pela Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil (1826-1829)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2016.
- REGO, Melo. *A Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- REINACH, Théodore. *De l'état de siège: Etude historique et juridique*. Paris : F. Pichon, 1885.
- REIS, João José. "O Levante dos Malês na Bahia: uma interpretação política". In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17, nº Especial, pp. 131-149, 1987.

- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- REIS, João José e KRRAY, Hendrik. “‘The Tyrant is Dead!’: The Revolt of the Periquitos in Bahia, 1824”. In: *Hispanic American Historical Review*, vol. 89, pp. 399-434, 2009.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- RIBEIRO, Gladys Sabina e PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; pp. 137-173.
- RODRIGUES, José Honório. *A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.
- RODRIGUES, José Honório. *O Conselho de Estado: o quinto poder?* Brasília: Senado Federal, 1978.
- RODRIGUES, José Honório. *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- RUDÉ, George. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991
- SÁ NETTO, Rodrigo. *O Império brasileiro e a Secretária de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira. *As Vozes da Nação: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado, PPGHS-FFLCH/USP, São Paulo, 2010.
- SENNA, Ernesto Cerveira de e PERARO, Maria Adenir (org.). *Rusga: uma rebelião no sertão. Mato Grosso no período Regencial (1831-1840)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2014.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2009.
- SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do Direito português: fontes de direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- SILVA, Wlamir. “Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas”. *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 4, nº1, 1998.
- SILVEIRA, Ítala Bezerra. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: Secult, 1994.
- SKINNER, Quentin. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. In: Idem, *Visions of politics. Volume I: regarding method*. Cambridge University Press, 2002, pp.57-89.
- SOUTO MAIOR, Armando. *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- SOUZA, Adriana Barreto de e SILVA, Angela Moreira Domingues da. “A Organização da Justiça Militar no Brasil: Império e República”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº58, p. 361-380, maio-agosto 2016.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SOUZA, Octavio Tarquinio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. Vol. IV. Diogo Antônio Feijó*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960.
- SOUZA, Octavio Tarquinio de. *Três Golpes de Estado. História dos Fundadores do Império do Brasil, vol. VIII*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- SOUZA, Paulo. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia, 1837*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo, Cia. Ed. UnB, 1982.
- TARELLO, Giovanni. *Storia della cultura giuridica moderna*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2010.
- TAVARES, Luis Henrique Dias. *O Levante dos Periquitos*. Bahia: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Bahianos, 1990.
- TAVARES, Luis Henrique Dias.. *Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2003.
- THOMAZ, Daniel Mandur. *Sob a regência do medo: imprensa, poder e rebelião escrava na Corte Imperial, 1835*. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2009.
- TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. *Manual de Historia del Derecho Español*. Madrid: Editorial Tecnos, 2011.
- VAN CAENEGEM, R. C. *Uma Introdução histórica ao direito constitucional do Ocidente*. Versão preliminar do livro gentilmente cedida pelo Prof. Antonio Manuel Hespanha.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19*. Bauru, SP; São Paulo: EDUSC; ANPOCS, 2004.
- VELLOZO, Julio César de Oliveira. *Constituição e responsabilidade no Império do Brasil: embates parlamentares sobre a responsabilização de ministros, magistrados e empregados públicos em geral (1826-1832)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2016.
- WILLIAMSON, René de Visme. “Political Process and Judicial Process: the Bill of Rights and the Framers of the Constitution”. In: *The Journal of Politics*, Vol. 23, Nº2 (May, 1961); pp. 199-211.
- WOLKMER, Antonio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Gen: Editora Forense, 2009.
- Pedro Zanquetta Junior. *As Zonas de Sombra da Memória: estudos sobre as sedições militares “exaltadas” no Rio de Janeiro de 1831*. Dissertação de Mestrado. UNESP, Assis, 2011.